



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3187

Quarta-feira - 01 de Julho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Dionísio Cerqueira	280	Maravilha	635
Agronômica	8	Doutor Pedrinho	283	Massaranduba	636
Água Doce	11	Entre Rios	284	Meleiro	643
Águas de Chapecó	14	Ermo	300	Modelo	648
Águas Frias	15	Faxinal dos Guedes	302	Mondaiá	650
Alto Bela Vista	21	Flor do Sertão	303	Monte Carlo	651
Anchieta	23	Formosa do Sul	305	Morro da Fumaça	653
Angelina	24	Forquilha	307	Navegantes	659
Antônio Carlos	25	Fraiburgo	313	Nova Trento	662
Apiuna	29	Galvão	317	Nova Veneza	671
Arabutã	34	Garopaba	318	Orleans	675
Arroio Trinta	39	Garuva	356	Ouro	676
Ascurra	46	Gaspar	369	Palhoça	677
Aurora	49	Governador Celso Ramos	375	Palma Sola	691
Balneário Arroio do Silva	51	Gravatal	379	Palmeira	694
Balneário Piçarras	55	Guaraciaba	382	Palmitos	695
Bandeirante	65	Guaramirim	385	Papanduva	696
Barra Bonita	80	Guarujá do Sul	388	Paraíso	701
Barra Velha	83	Guatambú	391	Penha	709
Bela Vista do Toldo	86	Herval d'Oeste	392	Peritiba	715
Belmonte	90	Ibirama	403	Pescaria Brava	716
Benedito Novo	91	Ilhota	468	Pinhalzinho	718
Biguaçu	92	Imarui	471	Pinheiro Preto	724
Blumenau	95	Imbituba	474	Piratuba	725
Bom Jardim da Serra	100	Imbuia	484	Pomerode	726
Bom Jesus	101	Indaial	486	Porto Belo	744
Bom Jesus do Oeste	105	Iomerê	496	Porto União	746
Botuvera	141	Iporã do Oeste	498	Pouso Redondo	749
Brusque	148	Ipuaçu	499	Presidente Castello Branco	751
Caçador	156	Ipumirim	505	Presidente Getúlio	752
Camboriú	158	Iraceminha	506	Princesa	761
Campo Alegre	160	Irineópolis	510	Rancho Queimado	763
Campos Novos	162	Itá	511	Rio do Campo	764
Canelinha	183	Itaiópolis	512	Rio do Oeste	769
Canoinhas	184	Itapiranga	513	Rio dos Cedros	779
Capinzal	189	Itapoá	515	Rio do Sul	771
Catanduvas	199	Ituporanga	520	Rio Negrinho	781
Caxambu do Sul	200	Jacinto Machado	524	Rodeio	786
Cerro Negro	201	Jaraguá do Sul	528	Romelândia	791
Chapadão do Lageado	202	Jardinópolis	548	Santa Rosa de Lima	795
Chapecó	236	Joaçaba	585	Santiago do Sul	796
Cocal do Sul	238	Jupia	605	Santo Amaro da Imperatriz	801
Concórdia	243	Lages	607	São Bento do Sul	807
Coronel Martins	246	Lauro Muller	608	São Bernardino	817
Correia Pinto	247	Lindóia do Sul	612	São Carlos	865
Corupá	256	Lontras	613	São Domingos	870
Cunha Porã	261	Luiz Alves	615	São Francisco do Sul	872
Curitibanos	264	Mafra	619	São João Batista	880
Descanso	275	Maracajá	632	São João do Oeste	881

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3187

Quarta-feira - 01 de Julho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

São João do Sul	884	Sul Brasil	964	Urussanga	1034
São José	895	Tangará	965	Vargem	1036
São José do Cedro	904	Tigrinhos	966	Vidal Ramos	1048
São Lourenço do Oeste	909	Tijucas	968	Videira	1075
São Miguel do Oeste	914	Timbé do Sul	978	Xanxerê	1081
Saudades	938	Timbó	979	Xavantina	1097
Schroeder	939	Três Barras	1021	Xaxim	1098
Serra Alta	948	Treviso	1027	Zortéa	1100
Siderópolis	954	Treze de Maio	1028		
Sombrio	962	União do Oeste	1031		

Consórcios

AGIR	1103
CINCATARINA	1103
CIS/AMOSC	1110
CIS/AMURES	1117
CIS/AMVI	1130
CISAMREC	1140
CISNORDESTE	1141
Quiriri	1143
CVC	1144
CIAPS	1218
CIM-AMREC	1220
CONDER	1221
CONSAD	1222
CIRSURES	1224



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020

Publicação Nº 2545476



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 22 DE JUNHO DE 2020.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 15ª Sessão Ordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente sessão. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Ingo Piske, Claércio Figueredo, Isac Ramos, Hélio Miranda de Oliveira, Rodrigo Biancati e Valdinei Eger**. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, o 1º Secretário fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual não havia ninguém inscrito. O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em 2ª votação a **EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Modifica a redação dos Artigos 1º e 2º do Projeto de Lei CV nº 005/2020, de 28 de maio de 2020, que Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovada por unanimidade; o **PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, com a **EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI CV Nº 005/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020**. Modifica a redação dos Artigos 1º e 2º do Projeto de Lei CV nº 005/2020, de 28 de maio de 2020, que Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências, aprovado por unanimidade. Em única votação, o **VETO PARCIAL Nº 001/2020, DE 09 DE JUNHO DE 2020**. Veto ao Inciso I do Art. 1º ao Projeto de Lei CV Nº 006/2020, de 28 de maio de 2020, aprovado por 7 (sete) votos favoráveis e 1 (um) contrário; e a **INDICAÇÃO Nº 022/2020, DE 18 DE JUNHO DE 2020, DE AUTORIA DO VEREADOR INGO PISKE**. Solicita que sejam retiradas as placas indicativas de lombadas, no início das ruas Ricardo Hobus e São João, aprovada por unanimidade. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a

Página 1 de 2

Ata da 15ª Sessão Ordinária de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Palavra para as Explicações Pessoais, na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Sessão Ordinária, para o dia 29 de junho, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

Agrolândia, 22 de junho de 2020.**Adelândio Galvani**

Presidente da Mesa

Rodrigo Biancati

Vice-Presidente

Ingo Piske

1º Secretário

Fernando Nicolas Lassalle Olivera

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 039/2020

Publicação Nº 2545616

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**RESOLUÇÃO Nº 039/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.**

Dispõe sobre a compensação das sessões legislativas ordinárias não realizadas em razão das medidas de higiene e segurança estabelecidas pelo Governo do Estado para combate e prevenção do COVID-19.

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes, que os Vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte Resolução:

CONSIDERANDO a decretação de situação de emergência em todo território do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, o qual “declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências”;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, o qual “dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências”;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que “altera o Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências”;

Resolução nº 039/2020, de 30 de junho de 2020.

Página 1 de 3

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

CONSIDERANDO a suspensão das reuniões prevista do artigo 7º do Decreto Estadual nº 525, com a nova redação dada pelo Decreto Estadual 554 que assim dispõe: "II - até 31 de maio de 2020: a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos; [...]".

CONSIDERANDO o teor do § 1º, "c" do artigo 95 do Regimento Interno dessa Casa que dispõe o seguinte: "§ 1º - As reuniões ordinárias, extraordinárias, secretas e de instalação de legislatura, não se realizarão: c) por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência";

CONSIDERANDO a não realização de 04 (quatro) sessões ordinárias no mês de abril de 2020 em razão das proibições acima elencadas;

CONSIDERANDO a presença de pessoas consideradas como enquadradas em grupos de risco por boa parte dos vereadores do Poder Legislativo do Município de Agrolândia;

CONSIDERANDO a realização de sessões ordinárias e extraordinárias de forma virtual através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom", o qual possibilita a realização de sessões garantindo as condições de distanciamento social, conforme disposto na resolução nº 038/2020.

RESOLVE:

Art. 1º As 04 (quatro) sessões legislativas ordinárias não realizadas no mês de abril de 2020 em razão dos decretos estaduais que estabeleceram medidas de prevenção/combate ao novo coronavírus – proibindo reuniões de qualquer natureza, serão realizadas a título de compensação nos seguintes dias:

1ª – 29/06/2020**2ª – 20/07/2020****3ª – 27/07/2020****4ª – 31/08/2020**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Art. 2º Em razão da compensação das sessões legislativas ordinárias, conforme estabelecido no artigo anterior, o período de recesso parlamentar (18 de julho a 31 de julho) de que trata o artigo 10, II, § 5º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, excepcionalmente, não ocorrerá no ano de 2020.

Art. 3º O não comparecimento de forma injustificada de qualquer dos vereadores às sessões legislativas ordinárias previstas nessa resolução, acarretarão as penalidades previstas no regimento interno, em especial, o desconto em sua remuneração mensal, conforme previsto no artigo 247.

Art. 4º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Agrolândia, 30 de junho de 2020.

Adelândio Galvani
Presidente

Rodrigo Biancati
Vice-Presidente

Ingo Piske
Primeiro Secretário

Fernando Nicolas Lassalle Olivera
Segundo Secretário

Agrônômica

PREFEITURA

342/2020

Publicação Nº 2545341

PORTARIA Nº 342/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. VALDEMIRO CANI, matrícula n.º 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado no Departamento de Obras, conta a seu crédito NOVENTA dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 22/04/2015 A 22/04/2020, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em GOZO, que referem-se ao quinquênio 13/02/2012 A 13/02/2017, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 60 (sessenta) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidor municipal Sr. VALDEMIRO CANI, matrícula n.º 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado no Departamento de Obras.

GOZO EM: 29/06/2020 À 28/07/2020

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

343/2020

Publicação Nº 2545366

PORTARIA Nº 343/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. CRISTINA SEVEGNANI PREIS, matrícula n.º 801 ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGA, lotado no Departamento de Saúde, conta a seu crédito NOVENTA dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 02/03/2015 A 02/03/2020, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (TRINTA) dias de licença a título de prêmio em GOZO, que referem-se ao quinquênio 02/03/2015 A 02/03/2020, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 60 (sessenta) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. . CRISTINA SEVEGNANI PREIS, matrícula n.º 801 ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGA, lotado no Departamento de Saúde.

GOZO EM: 29/06/2020 À 28/07/2020

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

344/2020

Publicação Nº 2545396

PORTARIA n.º 344/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando que o servidor municipal Sr. RAFAEL RENATO HARGER, matrícula n.º 701, ocupante do cargo de provimento Efetivo de MOTORISTA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de saúde, conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, onde consta ser participante de nominata disponibilizando seu nome à candidato para as eleições proporcionais do pleito que ocorrerá no presente exercício e para gestão 2021/2024,

Considerando as disposições contidas no Art. 31, item "V", da Lei Complementar nº 14/2003 de 11/11/03, como também as dispostas no Art.37, item "IV" do mesmo diploma legal,

RESOLVE:

1-) Conceder licença com proventos integrais, desincompatibilizando-se assim das funções do cargo que ocupa nesta municipalidade, e a partir de 04/07/2020 (quatro de julho de dois mil e vinte), conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, destinado a concorrer a vaga de provimento por eleição, VEREADOR do município de Agronômica/SC, de caráter Agente Político e para mandato quadriênio 01/01/2021 à 31/12/2024, para o servidor municipal Sr. RAFAEL RENATO HARGER, matrícula n.º 701, ocupante do cargo de provimento Efetivo de MOTORISTA, do quadro de carreira e lotação no Departamento de saúde, portador da carteira de identidade nº 5548902, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.386.759-98, domiciliada nesta comarca e residente na Estrada Geral Valada Mosquitinho, Nº5127, nesta.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 01 de Julho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

345/2020

Publicação Nº 2545410

PORTARIA n.º 345/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando que a servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH, matrícula n.º 586, ocupante do cargo de provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Administração e Finanças, conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, onde consta ser participante de nominata disponibilizando seu nome à candidato para as eleições proporcionais do pleito que ocorrerá no presente exercício e para gestão 2021/2024,

Considerando as disposições contidas no Art. 31, item "V", da Lei Complementar nº 14/2003 de 11/11/03, como também as dispostas no Art.37, item "IV" do mesmo diploma legal,

RESOLVE:

1-) Conceder licença com proventos integrais, desincompatibilizando-se assim das funções do cargo que ocupa nesta municipalidade, e a partir de 04/07/2020 (quatro de julho de dois mil e vinte), conforme requerimento protocolizado nesta municipalidade, destinado a concorrer a vaga de provimento por eleição, VEREADORA do município de Agronômica/SC, de caráter Agente Político e para mandato quadriênio 01/01/2021 à 31/12/2024, para a servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH, matrícula n.º 586, ocupante do cargo de provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de carreira e lotação no Departamento de Administração e Finanças, portador da carteira de identidade n° 42345227, inscrita no CPF/MF sob o n° 066.260.139-47, domiciliada nesta comarca e residente na Rua Urbano da Cunha, Nº263, Centro, nesta.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 01 de Julho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 002/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2545456

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2020 COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2020, celebram entre si, TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, e o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, que se ajustam mediante as seguintes Cláusulas e condições:

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.247.113/0001-11, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n. 378, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. DIOCLELIO RAGNINI, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 82.939.398-0001/90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, n. 322, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Convênio de Cooperação Financeira é o repasse pelo Município de Água Doce para o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, Município de Joaçaba, de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas constantes na cláusula terceira deste Convênio, conforme Lei n. 3.697/07, alterada pela Lei n. 3.821/08.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

1. O valor a ser repassado, mensalmente, pelo Município Conveniado ao Município Conveniente é de:

· 12 (doze) Unidades de Referência do Município de Joaçaba - URM's mensais ao Conveniente para a Manutenção do Abrigo, no período em que não houver crianças ou adolescentes acolhidos;

· 30 (trinta) Unidades de Referência do Município de Joaçaba URM's mensais ao Conveniente por criança ou adolescente acolhido.

2. O valor do repasse será cobrado integral se na data do acolhimento ultrapassar 15 (quinze) dias do mês de referência, e será reduzido pela metade quando a data do acolhimento for inferior a 15 (quinze) dias.

3. Os valores devidos serão pagos, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua competência, sendo que a prestação de contas dos serviços prestados deve ser encaminhada pelo conveniente trimestralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Município CONVENIENTE obriga-se a:

1. Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento;
2. Admitir a fiscalização e auditoria do Município Conveniado quanto ao uso dos recursos recebidos;
3. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
4. Prestar contas das parcelas recebidas trimestralmente;
5. Reprogramar os saldos recebidos e não gastos no ano, para serem gastos no ano seguinte;
6. Utilizar a verba repassada para o Fundo Municipal de Assistência Social exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto da contratação, sendo:
 - a) Despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela contratada na realização do presente Termo de Cooperação Financeira;
 - b) Remuneração da equipe encarregada da execução do trabalho de acolhimento, compreendendo as despesas com pagamentos de salário, obrigações patronais, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, se for o caso, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
 - c) Diárias para cursos de aperfeiçoamento, para os servidores do abrigo; pagamento de deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
 - d) Aquisição de materiais/produtos de custeio essenciais à consecução do objeto: alimentação, vestuário, cama, mesa, banho, produtos de higiene/pessoal, produtos de limpeza, materiais escolares, água, luz, telefone/internet, material esportivo, utensílios para copa e cozinha, combustível e mecânica geral, livros/ material lúdico e pedagógico, fotografias/álbum, serviços de terceiros para adequação do espaço físico e manutenção da casa (jardinagem, lavagem e pintura, elétrico, hidráulico, informática, dedetização...) de acordo com a Lei nº 3.697/07 alterada pela Lei nº 3.821/08;
 - e) poderá ser utilizado até 100% (cem por cento) do valor para a folha de pagamento;
 - f) pagamento de alimentação dos acolhidos durante o deslocamento a outras cidades para consultas, exames e internações médicas.

1. Manter padrões de habitação compatível com as necessidades do acolhido, bem como provê-los com cuidados de higiene indispensáveis às normas sanitárias;

2. Prover os cuidados básicos de atendimento cotidiano de alimentação, lavagem de roupas, acomodações em quarto coletivo, como cama,

colchão, demais utensílios e materiais necessários ao seu bem-estar, colocados à disposição geral dos acolhidos, em bom estado de conservação;

3. Proporcionar educação e saúde básica, nos equipamentos públicos do município;
4. Monitorar o horário de medicação, conforme receituário médico; das aulas e das atividades extracurriculares.
5. Responsabilizar-se pela higiene pessoal, como banho e troca de fraldas, e outras atividades necessárias;
6. Executar o deslocamento até os serviços de saúde, educacionais, de lazer e para outros equipamentos sempre que necessário, nos limites do município de Joaçaba;
7. Observar e primar, junto com as condições dignas, os princípios e obrigações definidos na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente);
8. Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, construção de direitos e deveres, promoção da cidadania, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo, respeitando as diretrizes do ECA;
9. Comunicar, prévia e imediatamente ao Município Conveniado, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;
10. Acolher crianças e adolescentes, do município conveniado, ficando garantidas 02 (duas) vagas, sendo que havendo a necessidade de quantidade maior fica condicionado a apreciação da Secretaria de Assistência Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Município CONVENIENTE obriga-se a:

1. Promover, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, o repasse dos recursos financeiros, objeto deste Termo de Cooperação Financeira;
2. Contribuir mensalmente, no período de abrigamento determinado pela Justiça, com parcelas iguais no valor de 30 (trinta) URM's (Unidade de Referência do Município de Joaçaba) mensais;
3. Contribuir mensalmente, no período em que não houver criança ou adolescente abrigado, com parcelas iguais no valor de 12 (doze) URM's (Unidade de Referência do Município de Joaçaba) mensais;
4. Garantir consultas, exames, medicamentos e procedimentos de especialidades e o deslocamento quando necessário;
5. Responsabilizar-se quando houver internamento hospitalar ou deslocamento para realização de exames e consultas de alta complexidade do acolhido, com os gastos adicionais relativos ao acompanhante;
6. Designar servidor habilitado no caso de necessidade de acompanhamento a internação hospitalar;
7. Preconizar a prioridade prevista no ECA (revisar);
8. Designar servidor que será o responsável pela gestão do convênio, com poderes de controle e fiscalização;
9. Garantir transporte ou passagem à visita dos familiares ao Abrigo;
10. Garantir o transporte dos acolhidos nos casos em que realizam visita na casa de seus familiares;
11. Realizar transporte para garantir que a criança/adolescente permaneça inserido em escola e outras atividades do município de origem, quando decidido entre a equipe técnica do município e do Serviço de acolhimento;
12. Em caso de ocorrência do óbito do acolhido, o município Conveniado por meio do servidor responsável pela execução do objeto e fiscalização será comunicado, devendo a Administração municipal tomar medidas cabíveis para custear todas as despesas com os serviços do funeral.
13. Designar equipe técnica que:
 - a) será responsável pela reintegração e/ou integração familiar realizando o acompanhamento familiar no âmbito do município;
 - b) realizará buscas de familiares e/ou pessoas de referência das crianças e adolescentes;
 - c) apresentará relatórios trimestrais e/ou sempre que houver informação importante quanto à reintegração familiar e/ou integração familiar ao Abrigo e ao Poder Judiciário;
 - d) participará de reuniões com a equipe do Abrigo, para elaborar o PIA e executar outras ações necessárias.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1. As despesas provenientes da execução deste Termo de Cooperação Financeira correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município de Água Doce.
2. Será reservada dotação para os próximos exercícios referente às prestações dos serviços de acordo com o prazo de vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO:

O prazo de vigência do Convênio é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) meses, totalizando 60 (sessenta) meses, por meio de termos aditivos anuais, se for do interesse das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo de Cooperação Financeira poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplências de quaisquer de suas cláusulas ou condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo de Cooperação Financeira, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Cooperação Financeira, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo inteiradas.

Água Doce - SC, 09 de junho de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito do Município de Água Doce

DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito do Município de Joaçaba

Testemunhas:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA N° 201, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2546129

PORTARIA N° 201/2020
De 01 de julho de 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso IX, do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, Lei do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, em 01 de julho de 2020, a pedido do próprio servidor ALVOCIR GUIDONI, do cargo de Secretário, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 01 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 162/2020

Publicação Nº 2545022

DECRETO Nº 162/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 45/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado de suas funções o Senhor Fernando Junior Mundel, ocupante do Cargo Público de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, pelo período integral, provido em comissão de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4ª - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 30 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº163/2020

Publicação Nº 2545452

DECRETO Nº 163/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 59/2020, na modalidade de "Dispensa por Justificativa" nº 25/2020, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Recapeamento Asfáltico sobre Pisos de Calçamentos com Pedra Irregular e Paralelepípedos nas Ruas do Centro da Cidade de Águas Frias, no valor global de R\$ 264.859,98 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), proposta apresentada em favor do proponente: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária - CIDIR, para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 30 de junho 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL Nº59/2020

Publicação Nº 2546122

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 59/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR

Objeto : Recapeamento asfáltico sobre pisos de calçamentos com pedra irregular e paralelepípedos nas ruas do centro da cidade de Águas Frias, em conformidade com o Contrato Repasse OGU nº900452/2020 - Operação 1070528-11 - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

Valor : R\$ 264.859,98(duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início :02/07/2020 Término : 30/04/2021

Licitação : Dispensa por Justificativa Nº.: 25/2020

Processo : 59/2020

Aguas Frias - SC, 01 de julho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2020

Publicação Nº 2545549

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	35/2020
Detentora da Ata:	SCS COMERCIO LTDA

Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TIPO EPI, para enfrentamento do Covid-19 em conformidade com a Lei nº13.979/2020 e Medida Provisória nº926/2020
Processo Nº	49/2020
Modalidade	Pregão Nº 16/2020

Vigência da Ata	Início: 01/07/2020 Fim: 31/12/2020
-----------------	------------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	1	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE	un	60,0000
1	2	Luvas em látex descartáveis	cx	40,0000
1	3	Máscara cirúrgica descartável, na cor branca	cx	120,0000

ÁGUAS FRIAS – SC, 30 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2020

Publicação Nº 2545813

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	36/2020
Detentora da Ata:	PRÉ MOLDADOS MARAVILHA EIRELI

Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº 19/2020

Vigência da Ata		Início: 01/07/2020 Fim: 30/06/2021		
PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	7	Tubo de Concreto Armado 1 metro	un	306,5000
Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.				
RICARDO ROLIM DE MOURA				
Prefeito				

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2020

Publicação Nº 2545814

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº:	37/2020
Detentora da Ata:	CONSTRUAGUAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº 19/2020

Vigência da Ata		Início: 01/07/2020 Fim: 31/06/2021		
PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	4	TUBO DE CONCRETO 80CM S/A	un	169,0000
Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.				
RICARDO ROLIM DE MOURA				
Prefeito				

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2020

Publicação Nº 2545817

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº:	38/2020
Detentora da Ata:	GILVANO ANTONIO GONÇALVES ME
Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº 19/2020

Vigência da Ata		Início: 01/07/2020 Fim: 30/06/2021		
PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	1	TUBO DE CONCRETO 30CM	un	32,0000
1	5	TUBOS DE CONCRETO 1 M	un	261,0000
Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.				
RICARDO ROLIM DE MOURA				
Prefeito				

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2020

Publicação Nº 2545819

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	39/2020
Detentora da Ata:	ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº 19/2020

Vigência da Ata	Início: 01/07/2020 Fim: 30/06/2021
-----------------	------------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	2	TUBO DE CONCRETO 40CM	un	39,7000
1	3	TUBO DE CONCRETO 60CM	un	73,3000
1	6	Tubo de Concreto Armado 80cm PA4 (com armação)	un	199,6000

Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2020

Publicação Nº 2545822

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	40/2020
Detentora da Ata:	GROSS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº 19/2020

Vigência da Ata	Início: 01/07/2020 Fim: 30/06/2021
-----------------	------------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	9	TUBOS DE CONCRETO 2 M	un	1.071,0000

Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2020

Publicação Nº 2545824

Estado de Santa Catarina				
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS				
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
Ata Nº:		41/2020		
Detentora da Ata:		DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA		
Objeto		AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para melhorias nas estradas vicinais e ruas urbanas do Município de Águas Frias		
Processo Nº		53/2020		
Modalidade		Pregão Nº 19/2020		
Vigência da Ata		Início: 01/07/2020 Fim: 30/06/2021		
PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	8	TUBO DE CONCRETO DE 1,50M	un	670,0000
Águas Frias – SC, 30 de junho de 2020.				
RICARDO ROLIM DE MOURA				
Prefeito				

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº25/2020

Publicação Nº 2544950

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 59/2020

Edital: DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº.: 25/2020

Objeto : RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PISOS DE CALÇAMENTOS COM PEDRA IRREGULAR E PARALELEPÍPEDOS NAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE DE ÁGUAS FRIAS, EM CONFORMIDADE COM O CONTRATO REPASSE OGU Nº900452/2020 - OPERAÇÃO 1070528-11 - PROGRAMA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº59 /2020 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº25/2020, para Recapeamento asfáltico sobre pisos de calçamentos com pedra irregular e paralelepípedos nas ruas do centro da cidade de Águas Frias, O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 30 de junho de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

PORTARIA Nº 11/2020

Publicação Nº 2545023

PORTARIA Nº 11/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 138 § 2º, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município e o Art. 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais de Águas Frias-SC, referente ao período aquisitivo de trabalho, para serem gozadas no mês de julho/2020, de acordo com a seguinte escala.

Servidores	Período Aquisitivo	Período/Gozo de Férias	Dias
Bernardo André Barbieri	01/05/2019 a 30/04/2020	01/07/2020 a 15/07/2020	15 Dias
Josiane Suelen Kamin	22/12/2019 a 21/12/2020	01/07/2020 a 15/07/2020	15 Dias

Parágrafo Único – Os servidores citados na tabela supram com período de férias inferior a 30 (trinta) dias, já gozaram ou iram gozar dos

dias de férias restantes em outra oportunidade, referente ao mesmo período aquisitivo, conforme escala e controle do Setor de Recursos Humanos Municipal.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 30 de junho de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2545257

Processo Administrativo Licitatório nº 059/2020
Dispensa de Licitação nº 06/2020

DECISÃO

Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços de execução do Projeto EXCELÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO TURISTICO URBANO E RURAL - EDTUR, com Consultoria de manutenção de ações de fortalecimento do turismo através da orientação nas ações a serem executadas no turismo e desenvolvimento econômico, consultoria na integração dos setores com foco no turismo, consultoria com orientações ao conselho municipal de turismo, turismo rural, artesanato e comércio; Consultoria Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, com consultoria e apoio técnico ao responsável para atividade do turismo, cultura e desenvolvimento econômico no município, consultoria na manutenção dos empreendimentos urbanos e rurais com orientações para manter qualidade e segurança no atendimento ao turismo, consultoria com orientações para implantação de eventos turísticos e culturais; Consultoria para Implantação de Estratégias de Marketing Turístico, com orientação para implementação de ações de promoção, divulgação e acesso a mercado, consultoria para captação de visitantes.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, ratifico o ato da Senhora Ivoni Schneider Kaplan, que declara dispensável a licitação nos termos da lei supracitada.

Esta é a decisão.

Emita-se a Autorização para fornecimento do serviço bem como dos materiais necessários.

Alto Bela Vista - SC, 30 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 47/2020

Publicação Nº 2545247

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR47/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para realizar a instalação de ar condicionado em Retroescavadeira Randon RK406B, patrimônio nº 2445 e Rolo Compactador de Solo VOLVO série VCE05105LF0707175, Patrimônio nº 3374, equipamentos utilizados pela Gerência de Infraestrutura.

Data de entrega dos envelopes: 21/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 21/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 30 de junho de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 48/2020

Publicação Nº 2545249

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR48/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de itens para premiação da campanha "NOTA FISCAL BELAVISTENSE", autorizado pelo decreto 2.978 de 16 de março de 2020.

Data de entrega dos envelopes: 22/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 22/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 30 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 49/2020

Publicação Nº 2545252

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR49/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para possível aquisição de mangueiras e terminal a serem utilizados em manutenções e reparos das máquinas e equipamentos da frota municipal.

Data de entrega dos envelopes: 23/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 23/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 30 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 035/2020-PM

Publicação Nº 2544802

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 035/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para: Contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra necessária, para executar o serviço de extensão de rede de distribuição de energia elétrica trifásica (troca de padrão), no município de Anchieta/SC, conforme projeto elétrico aprovado pela CELESC sob nº NPS000400529201 e documentos em anexo. Pagos com recursos Próprios e COSIP. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 14/07/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira. Anchieta, 30 de Junho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2020

Publicação N° 2544948

MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC - PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2020 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. TIPO: MENOR PREÇO GLO-BAL - O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas, do dia 14 de julho de 2020, estará recebendo propostas para contratação de serviços de ultrassonografias. A íntegra do Edital encontra-se na Prefeitura Municipal e pelo endereço: www.angelina.sc.gov.br. Angelina/SC, em 01 de julho de 2020. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 019/2020

Publicação N° 2545298

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 019/2020

LICITAÇÃO: Tomada de Preços n° 003/2020

CONTRATADA: Trio Construtora e Incorporadora Ltda. - EPP

CNPJ: 14.121.231/0001-68

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais para reforma da sede da Prefeitura Municipal de Angelina, nos termos dos projetos e memorial.

OBJETO DO ADITIVO: O presente ADITIVO reajustará o Contrato em R\$ 31.174,04 (trinta e um mil e cento e setenta e quatro reais e quatro centavos), com base em aumento de quantitativos, qualitativos e supressões de itens constantes nas planilhas em anexo.

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 30 de junho de 2020.

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 372/2020

Publicação Nº 2544869

PORTARIA Nº 372/2020

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 10 dias a servidora EDITE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 16/02/2014 a 15/02/2019, a partir de 01 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 30 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 01 de julho de 2020.

PORTARIA N 375/2020

Publicação Nº 2545359

PORTARIA Nº 375/2020

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias a servidora ROZIANE VANDA SILVEIRA COELHO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, referente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2019, a partir de 01 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 01 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 01 de julho de 2020.

PORTARIA N 376/2020

Publicação Nº 2545411

PORTARIA Nº 376/2020

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar os efeitos da Portaria 232/2020, publicada no DOM no dia 22/04/2020, que designava interinamente LEO GESSER como Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 01 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2020.

PORTARIA N 377/2020

Publicação N° 2545412

PORTARIA N° 377/2020

Exonera/nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar LEO GESSER do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, e nomeá-lo para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, a partir de 01 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 01 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 01 de julho de 2020.

PORTARIA N 378/2020

Publicação N° 2545413

PORTARIA N° 378/2020

Nomeia cargo comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear EDSON LAIR DECKER para o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 01 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 01 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 01 de julho de 2020.

PORTARIA N° 373/2020

Publicação N° 2544821

PORTARIA N° 373/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público da servidora ROSANGELA LINO, a partir de 01/07/2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora ROSANGELA LINO, detentora da matrícula funcional nº 186, portadora do CPF nº 692.752.119-49, inscrita no PASEP nº 1703312024-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar administrativo II - 40h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.196,66 (quatro mil cento e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei Municipal nº 558/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/07/2020, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2020.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 374/2020

Publicação N° 2545094

PORTARIA N° 374/2020

Aplica pena disciplinada no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos processos administrativo disciplinar instaurado a requerimento da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social bem como os demais documentos que instruíram o pedido;

CONSIDERANDO que todos os atos praticados naquele processo disciplinar observaram adequadamente os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar nomeada pela Portaria nº 324/2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 56, IX, da Lei Orgânica, c/c o artigo 129, inciso V, da Lei Municipal nº 558/1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos:

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a bem do serviço público, a servidora CYNTHIA SIMÕES DA SILVA, ocupante do cargo de FARMACÊUTICO, lotada na Secretaria Saúde e Assistência Social.

Antônio Carlos, em 01 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2019

Publicação Nº 2544835

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2019**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.559.830/0001-71, com sede no Largo Visconde do Cairú, nº 12, 10º andar, sala 1001, Centro, Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de cartões magnéticos ou eletrônicos, do tipo vale-alimentação, aos servidores do Município de Antônio Carlos/SC”, conforme Processo Licitatório nº 09/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo anunciado na Cláusula Quarta do Contrato nº 022/2019, cujo novo vencimento acontecerá no dia 15 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica mantida a Cláusula Segunda – Do Preço, qual seja, o Contratante receberá mensalmente da Contratada o percentual de 3,34% (três vírgula trinta e quatro por cento), sob a forma de desconto, com relação ao valor repassado mensalmente para a realização do crédito à título de vale-alimentação nos cartões magnéticos emitidos pela Contratada.

CLÁUSULA QUARTA– As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 14 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

Apiuna

PREFEITURA

ADITIVO 1- ATA DE REGISTRO DE PREÇO 15-2020, PE 39/2020

Publicação Nº 2545650

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020, REFERENTE AO PREGÃO 39/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E A EMPRESA POSTO AGRICOPEL LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Apiúna, MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado à empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. FILIAL 10, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.488.882/0011-85, com sede na Rua QUINTINO BOCAIUVA, 353, Centro, Apiúna SC, CEP 89135-000, neste ato representado por seu Representante, Sr. Euclides Pedroso, inscrito no CPF N.º 539.21.329-53, denominada simplesmente CONTRATADA, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ATA 15/2020, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor do litro do Diesel S10e do Diesel S500. O valor que estava sendo praticado era de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) / litro para o Óleo Diesel S10)/litro e R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos)/litro para o Óleo Diesel S500.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

A alteração se faz, em virtude do acréscimo do valor do óleo diesel S500 e S10 repassado pela Petrobras, passando agora a ter novo valor de fornecimento, conforme pode-se verificar nos documentos em anexo e na tabela abaixo:

Item	Produto	Preço anterior	Preço atual
1	Óleo Diesel S 10	R\$ 3,35	R\$ 3,47
2	Óleo Diesel S 500	R\$ 3,25	R\$ 3,41

CLÁUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA

Considerando a possibilidade de realizar as alterações do respectivo Contrato, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b";

Considerando o direito constitucional da contratada ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e a permissão contida na cláusula 6.1 a 6.1.5 da referida ata, bem como a decisão favorável ao pedido de reajuste feito pela contratada que concedeu aumento de aos itens 1,2 de 3,53% e 4,99% respectivamente, devendo vigorar desde o dia 26/06/2020. Faz-se o presente aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Apiúna (SC); 30 de junho de 2020.

TESTEMUNHAS:

JOSE GERSON GONCALVES

PREFEITO DE APIÚNA

CONTRATANTE

Posto Agricopel Ltda

Euclides Pedroso

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCAS XAVIER DOS REIS CPF: 121.829.128-19	Nome: Carla Regina Zonta Lange CPF: 938.261.769-87
--	---

Visto da Assessoria Jurídica:

Nome: WILLY WOHL

OAB/SC 7793

Advogado

PRORROGAÇÃO SUSPENSÃO CONTRATO Nº 18/2020

Publicação Nº 2545682

PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela prorrogação da suspensão do Contrato nº 18/2020, originário da Concorrência nº 06/2020 com o objeto CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, SENDO UMA QUADRA DE ESPORTES NA LOCALIDADE SUBIDA E UMA QUADRA DE ESPORTES NA LOCALIDADE RIBEIRÃO BASÍLIO, firmado com a empresa UILIAN PABLO ZEFERINO.

Justificativa:

Acatando o Parecer Jurídico nº 38/2020 de 29/04/2020, protocolado no Setor de licitações em 04/05/2020.

A pandemia global causada pelo Corona vírus atingiu em cheio a nação brasileira. Os efeitos desastrosos na economia nacional, portanto, decorrem em sua maioria pela impossibilidade de exercício das relações sociais mínimas. Força maior e onerosidade excessiva têm sido alegadas para postergação de termos, revisão ou mesmo rescisão de contratos celebrados. Para garantir a equidade e o equilíbrio dentro dos contratos da administração pública, em muitos estão ocorrendo o pedido de reajuste/reequilíbrio de preços, substituição de marca ou desistência na participação da licitação. Isso apenas é possível diante de princípios que atendem ao melhor interesse público e com a alegação de fato superveniente, de caso fortuito e de força maior. A pandemia do corona vírus, covid 19, também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil. Medidas governamentais drásticas como o fechamento do comércio, interrupção dos transportes públicos, isolamento social e a quarentena ameaçam os negócios e a cadeia logística, levando muitas famílias e empresas a perderem a perspectiva de geração de receita e de caixa. É inequívoca, para muitos afetados, a situação de absoluto impedimento no cumprimento de obrigações, caracterizando-se o caso fortuito e a força maior. No nosso caso, regulados pelos Decretos Estaduais nº. 515/2020 e 525/2020, decretados pelo governador do estado de Santa Catarina. A pandemia é extraordinária, do que faz prova as medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas; e imprevisível, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia. A situação de calamidade iniciou em março de 2020 sem data para prevista para encerrar, sendo assim a suspensão do contrato deve ocorrer desde o início de março do presente ano, até o dia em que o estado de emergência pública for revogado liberando as empresas contratadas, no caso concessionárias, para retornarem as suas atividades normais. Desta forma, suspendo os contratos sem a cobrança de qualquer valor de todas as concessões de espaços públicos municipais, dentre eles (ginásios de esportes, praças públicas e pavilhões de eventos), desde o dia 01/03/2020 e até enquanto durar a determinação de fechamento desse tipo de local, em razão da situação de emergência pública, declarada pelos órgãos governamentais relativo a pandemia corona vírus, covid 19, bem como a proibição de aglomerações por causa da pandemia em espaços públicos.

Ficam suspensos os pagamentos dos meses de julho, agosto e setembro do ano de 2020, sendo que esta suspensão poderá ser prorrogada conforme progredir a Legislação da Situação de Emergência Pública.

Apiúna, 30 de junho de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES
Prefeito de Apiúna

PRORROGAÇÃO SUSPENSÃO CONTRATO Nº 19/2020

Publicação Nº 2545687

PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela prorrogação da suspensão do Contrato nº 19/2020, originário da Concorrência nº 06/2020 com o objeto CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, SENDO UMA QUADRA DE ESPORTES NA LOCALIDADE SUBIDA E UMA QUADRA DE ESPORTES NA LOCALIDADE RIBEIRÃO BASÍLIO, firmado com a empresa CARLOS EDUARDO CAPISTRANO 05703899923.

Justificativa:

Acatando o Parecer Jurídico nº 38/2020 de 29/04/2020, protocolado no Setor de licitações em 04/05/2020.

A pandemia global causada pelo Corona vírus atingiu em cheio a nação brasileira. Os efeitos desastrosos na economia nacional, portanto, decorrem em sua maioria pela impossibilidade de exercício das relações sociais mínimas. Força maior e onerosidade excessiva têm sido alegadas para postergação de termos, revisão ou mesmo rescisão de contratos celebrados. Para garantir a equidade e o equilíbrio dentro dos contratos da administração pública, em muitos estão ocorrendo o pedido de reajuste/reequilíbrio de preços, substituição de marca ou desistência na participação da licitação. Isso apenas é possível diante de princípios que atendem ao melhor interesse público e com a alegação de fato superveniente, de caso fortuito e de força maior. A pandemia do corona vírus, covid 19, também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil. Medidas governamentais drásticas como o fechamento do comércio, interrupção dos transportes públicos, isolamento social e a quarentena ameaçam os negócios e a cadeia logística, levando muitas famílias e empresas a perderem a perspectiva de geração de receita e de caixa. É inequívoca, para muitos afetados, a situação de absoluto impedimento no cumprimento de obrigações, caracterizando-se o caso fortuito e a força maior. No nosso caso, regulados pelos Decretos Estaduais nº. 515/2020 e 525/2020, decretados pelo governador do estado de Santa Catarina. A pandemia é extraordinária, do que faz prova as medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas; e imprevisível, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia. A situação de calamidade iniciou em março de 2020 sem data para prevista para encerrar, sendo assim a suspensão do contrato deve ocorrer desde o início de março do presente ano, até o dia em que o estado de emergência pública for revogado liberando as empresas contratadas, no caso concessionárias, para retornarem as suas atividades normais. Desta forma, suspendo os contratos sem a cobrança de qualquer valor de todas as concessões de espaços públicos municipais, dentre eles (ginásios de esportes, praças públicas e pavilhões de eventos), desde o dia 01/03/2020 e até enquanto durar a determinação de fechamento desse tipo de local, em razão da situação de emergência pública, declarada pelos órgãos governamentais relativo a pandemia corona vírus, covid 19, bem como a proibição de aglomerações por causa da pandemia em espaços públicos.

Ficam suspensos os pagamentos dos meses de julho, agosto e setembro do ano de 2020, sendo que esta suspensão poderá ser prorrogada conforme progredir a Legislação da Situação de Emergência Pública.

Apiúna, 30 de junho de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES

Prefeito de Apiúna

PRORROGAÇÃO SUSPENSÃO CONTRATO Nº 30/2019

Publicação Nº 2545694

PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela prorrogação da suspensão do Contrato nº 30/2019, originário da Concorrência nº 29/2019 com o objeto CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, COM ÁREA DE 130 M2, NA PRAÇA AQUIDABÃ, PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE, firmado com a empresa BRUNA NUNES KORB 10796707936.

Justificativa:

Acatando o Parecer Jurídico nº 38/2020 de 29/04/2020, protocolado no Setor de licitações em 04/05/2020.

A pandemia global causada pelo Corona vírus atingiu em cheio a nação brasileira. Os efeitos desastrosos na economia nacional, portanto, decorrem em sua maioria pela impossibilidade de exercício das relações sociais mínimas. Força maior e onerosidade excessiva têm sido alegadas para postergação de termos, revisão ou mesmo rescisão de contratos celebrados. Para garantir a equidade e o equilíbrio dentro dos contratos da administração pública, em muitos estão ocorrendo o pedido de reajuste/reequilíbrio de preços, substituição de marca ou desistência na participação da licitação. Isso apenas é possível diante de princípios que atendem ao melhor interesse público e com a alegação de fato superveniente, de caso fortuito e de força maior. A pandemia do corona vírus, covid 19, também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil. Medidas governamentais drásticas como o fechamento do comércio, interrupção dos transportes públicos, isolamento social e a quarentena ameaçam os negócios e a cadeia logística, levando muitas famílias e empresas a perderem a perspectiva de geração de receita e de caixa. É inequívoca, para muitos afetados, a situação de absoluto impedimento no cumprimento de obrigações, caracterizando-se o caso fortuito e a força maior. No nosso caso, regulados pelos Decretos Estaduais nº. 515/2020 e 525/2020, decretados pelo governador do estado de Santa Catarina. A pandemia é extraordinária, do que faz prova as medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas; e imprevisível, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia. A situação de calamidade iniciou em março de 2020 sem data para prevista para encerrar, sendo assim a suspensão do contrato deve ocorrer desde o início de março do presente ano, até o dia em que o estado de emergência pública for revogado liberando as empresas contratadas, no caso concessionárias, para retornarem as suas atividades normais. Desta forma, suspendo os contratos sem a cobrança de qualquer valor de todas as concessões de espaços públicos municipais, dentre eles (ginásios de esportes, praças públicas e pavilhões de eventos), desde o dia 01/03/2020 e até enquanto durar a determinação de fechamento desse tipo de local, em razão da situação de emergência pública, declarada pelos órgãos governamentais relativo a pandemia corona vírus, covid 19, bem como a proibição de aglomerações por causa da pandemia em espaços públicos.

Ficam suspensos os pagamentos dos meses de julho, agosto e setembro do ano de 2020, sendo que esta suspensão poderá ser prorrogada conforme progredir a Legislação da Situação de Emergência Pública.

Apiúna, 30 de junho de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES

Prefeito de Apiúna

PRORROGAÇÃO SUSPENSÃO CONTRATO Nº 70/2017

Publicação Nº 2545697

PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela prorrogação da suspensão do Contrato nº 70/2017, originário da Concorrência nº 108/2017 com o objeto CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL, firmado com a empresa MARCOS FERRARI 83464484904.

Justificativa:

Acatando o Parecer Jurídico nº 38/2020 de 29/04/2020, protocolado no Setor de licitações em 04/05/2020.

A pandemia global causada pelo Corona vírus atingiu em cheio a nação brasileira. Os efeitos desastrosos na economia nacional, portanto, decorrem em sua maioria pela impossibilidade de exercício das relações sociais mínimas. Força maior e onerosidade excessiva têm sido alegadas para postergação de termos, revisão ou mesmo rescisão de contratos celebrados. Para garantir a equidade e o equilíbrio dentro dos contratos da administração pública, em muitos estão ocorrendo o pedido de reajuste/reequilíbrio de preços, substituição de marca ou desistência na participação da licitação. Isso apenas é possível diante de princípios que atendem ao melhor interesse público e com a alegação de fato superveniente, de caso fortuito e de força maior. A pandemia do corona vírus, covid 19, também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil. Medidas governamentais drásticas como o fechamento do comércio, interrupção dos transportes públicos, isolamento social e a quarentena ameaçam os negócios e a cadeia logística, levando muitas famílias e empresas a perderem a perspectiva de geração de receita e de caixa. É inequívoca, para muitos afetados, a situação de absoluto impedimento no cumprimento de obrigações, caracterizando-se o caso fortuito e a força maior. No nosso caso, regulados pelos Decretos Estaduais nº. 515/2020 e 525/2020, decretados pelo governador do estado de Santa Catarina. A pandemia é extraordinária, do que faz prova as medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas; e imprevisível, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia. A situação de calamidade iniciou em março de 2020 sem data para prevista para encerrar, sendo assim a suspensão do contrato deve ocorrer desde o início de março do presente ano, até o dia em que o estado de emergência pública for revogado liberando as empresas contratadas, no caso concessionárias, para retornarem as suas atividades normais. Desta forma, suspendo os contratos sem a cobrança de qualquer valor de todas as concessões de espaços públicos municipais, dentre eles (ginásios de esportes, praças públicas e pavilhões de eventos), desde o dia 01/03/2020 e até enquanto durar a determinação de fechamento desse tipo de local, em razão da situação de emergência pública, declarada pelos órgãos governamentais relativo a pandemia corona vírus, covid 19, bem como a proibição de aglomerações por causa da pandemia em espaços públicos.

Ficam suspensos os pagamentos dos meses de julho, agosto e setembro do ano de 2020, sendo que esta suspensão poderá ser prorrogada conforme progredir a Legislação da Situação de Emergência Pública.

Apiúna, 30 de junho de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES
Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

2639

Publicação Nº 2545005

DECRETO Nº 2639 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº. 2551, DE 20 DE JUNHO DE 2020, QUE CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de troca de membro da Comissão

DECRETA:

Art. 1º. O inciso "III" do art. 1º, do Decreto nº. 2551, de 20 de janeiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

III - MAURO ANDERSON MULLER, inscrito no CPF sob nº. 026.499.609-73, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, que atuará como membro;

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), em 26 de JUNHO de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

2640

Publicação Nº 2545759

DECRETO Nº 2640, DE 30 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DA CHAMADA PÚBLICA 02/2020.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º- Fica designada Comissão Especial Organizadora da Chamada Pública nº 002/2020, conforme Edital, composta pelos seguintes membros:

I – MARCELO MORCHE, presidente;

II- JOANA CARINE GOLDMEYER,

III- DANIELA LAMB.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

Arabutã - SC, 30 de JUNHO de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

964

Publicação Nº 2545469

LEI ORDINÁRIA Nº 964 DE 30 DE JUNHO DE 2020

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O MANDATO QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã, Estado de Santa Catarina, faz saber que o Legislativo Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Subsídio mensal do Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2021, fica fixado em R\$ 12.802,46 (doze mil, oitocentos e dois reais e quarenta e seis centavos) pago em parcela única.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2021, é fixado em R\$ 6.400,74 (seis mil e quatrocentos reais e setenta e quatro centavos), pago em parcela única.

Parágrafo único. O Vice Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá, o subsídio correspondente ao cargo, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

Art. 3º. O subsídio mensal de Secretário Municipal é fixado em R\$ 6.182,72 (seis mil cento e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), pagos em parcela única.

Parágrafo único. Aos Secretários Municipais serão pagos:

I – o 13º (décimo-terceiro) subsídio, nos mesmos termos estabelecidos no art. 78 e seguintes, da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014.

II – Adicional de férias, nos termos previstos no art. 92, da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014.

Art. 4º. O Prefeito e Vice-Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, terão direito a gozo de férias anuais, de trinta dias, sem prejuízo no recebimento do subsídio, após decorridos doze meses de exercício no cargo.

Art. 5º. O Substituto nomeado no cargo de Secretário Municipal em razão de gozo de férias do titular perceberá o subsídio proporcional ao período que for nomeado.

Art. 6º. Os agentes políticos de que trata esta lei não terão direito de receber verba indenizatória, a qualquer título, inclusive referente férias não gozadas.

Art. 7º. Os agentes políticos que trata esta Lei, quando em viagem a serviço ou representação do Município, terão direito a diárias regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A revisão dos subsídios fixados por esta Lei será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na Legislação vigente.

Art. 9º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registre-se e Publique-se.

Em 30 de junho de 2020

Glaucia Pottratz - Responsável pelas Publicações

965

Publicação Nº 2545473

LEI ORDINÁRIA Nº 965 DE 30 DE JUNHO DE 2020

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã, Estado de Santa Catarina, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Na Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2021, o Vereador perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 3.024,62 (três mil, e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos), quando no efetivo exercício do mandato, proibida qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória, exceto:

I – percepção de diárias quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal;

II – percepção de indenização de despesas realizadas em viagens de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Art. 2º. O Suplente de Vereador, quando assumir vaga no Poder Legislativo Municipal, fará jus ao subsídio mensal, em parcela única, proporcional aos dias de efetivo exercício.

Art. 3º. A ausência injustificada do Vereador às sessões implicará em desconto, calculado à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, por reunião.

Art. 4º. O Vereador presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 4.536,95 (quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Art. 5º. Nas transmissões de cargo de Presidente, o Vereador que assumir a Presidência, fará jus ao subsídio mensal, pago em parcela única:

I – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de vereador e;

II – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de Presidente.

Art. 6º. Nos períodos de recesso do Poder Legislativo Municipal, é devido, integralmente, o pagamento dos subsídios de que trata esta Lei.

Art. 7º. A revisão dos subsídios de que trata esta Lei, será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na Legislação vigente.

Art. 8º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registre-se e Publique-se.

Em 30 de junho de 2020

Glauca Pottratz - Responsável pelas Publicações

CP 02/2020

Publicação Nº 2545809

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC,
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
Nº 002/ 2020.

Modalidade: Chamada pública destinada à admissão de MÉDICO VETERINÁRIO, em caráter temporário de excepcional interesse público o exercício transitório da função, decorrente da excepcional necessidade de preenchimento da vaga por limitação temporária para o exercício das atividades decorrente de afastamento da titular do cargo, a ser realizada em sessão pública no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA se dará será no dia 08 de julho de 2020, com início às 14 h, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, Avenida Lauro Muller, 210 - Centro, Arabutã - SC, sendo que o candidato deverá comparecer munido de documento de identificação com fotografia e demais documentos.

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Concurso". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Tributos deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 30 de junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

PORTARIA 367/2020

Publicação N° 2545648

PORTARIA N° 367/2020
DISCIPLINA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO o interesse Público;

CONSIDERANDO os ditames do Decreto nº 2598 de 17 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art.1º DISCIPLINAR, a partir de 30 de junho de 2020, a jornada de trabalho presencial da servidora ROSE CRISTIANE SCHRAMMEL FASS-BINDER, inscrita no CPF sob nº. 033.873.549-67, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa de Higienização, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, pelo tempo e nas condições que a norma estadual determinar.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 30 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 368/2020

Publicação N° 2545686

PORTARIA N°. 368/2020
NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, resultado e classificação final homologado pelo Decreto nº 1989 de 26 de dezembro de 2016 referente ao Concurso Público 001/2016

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2020, por Concurso Público a senhora ROSANE SIEBENEICHLER DRESSSEL, inscrita no CPF sob nº. 027.457.439-86, para o cargo de Agente de Copa e Higienização, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 20, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 01 de julho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PP 01/2020

Publicação N° 2544964

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 049/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N°. 028/2020

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para realização de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 10/07/2020.

Abertura: às 09h00 do dia 10/07/2020

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 29 de Junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL 028/2020

Publicação N° 2546150

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 049/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N°. 028/2020

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de laboratório para realização de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 13/07/2020.

Abertura: às 09h00 do dia 13/07/2020

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 30 de Junho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO Nº 0036/2020**

Publicação Nº 2545398

CONTRATO Nº0036/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0072/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0037/2020, LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE SERÃO USADOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

Contrato de Locação, que entre si fazem de um lado **O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerado **LOCATÁRIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta – SC, de agora em diante denominada locatário e de outro lado **JOÃO POSSENTI**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob nº 220.625.729-72 e CI sob nº 494.216, residente e domiciliado na Rua do Comércio, S/N, no Município de Arroio Trinta - SC, de agora em diante denominado **LOCADOR**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93, combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na **LOCAÇÃO DE IMÓVEL para Funcionamento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**, Localizado na Rua do Comércio s/n, Centro de Arroio Trinta - SC tudo conforme Processo Licitatório nº0072/2020, Dispensa de Licitação nº0037/2020, a seguir especificado:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	21995 - Locação de uma sala comercial medindo 155,70 m² que será usada pelo Cras – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Arroio Trinta com as seguintes especificações: Sala de reuniões; Sala para psicóloga/pedagoga; Sala para Oficinas (cursos); Sala para depósito; Lavanderia;	Meses	12	1.250,00	15.000,00

	Banheiro para funcionários; Banheiro para o público; Sala para refeição; Cozinha; Brinquedoteca; Sala para Assistência Social; Sala para Coordenadora do CRAS; Recepção				
Total					15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo de duração do presente contrato é de 12(doze) meses, ou seja, de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, mantidas as mesmas condições do instrumento original. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O locatário pagará para o locador, o valor total e anual de **R\$15.000,00(QUINZE MIL REAIS)** sendo **R\$1.250,00(UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)** mensais.

§ 1º – O reajuste será anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º - Os preços somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data de Homologação da Licitação e assinatura do Contrato, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento será feito por transferência bancária, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante nota fiscal e ou recibo numerado, apresentado na tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – A Despesa deste Contrato correrá a conta do elemento de despesas do orçamento relativo ao exercício de 2020, conforme segue:

100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – São de responsabilidade do Locador:

- O pagamento de água e demais despesas que possam advir da presente locação;
- Efetuar a manutenção do imóvel às suas exclusivas expensas, sobre eventuais danos ou defeitos existentes;
- Conservação das instalações elétricas e hidráulicas;
- Constitui obrigação do Locador, e dentro de seu âmbito de competências, propiciar as condições ao bom desempenho da finalidade concedida.

CLÁUSULA SÉTIMA - São de responsabilidades do Locatário:

- a) Zelar pela conservação do imóvel para os fins propostos no presente Contrato;
- b) Manter o ambiente limpo (salas), bem como higiene do sanitário (banheiro), com aquisição dos materiais necessários à limpeza, deixando em perfeitas condições de uso.
- c) Comunicar ao Locador, quando houver necessidades de reformas, entre outros;
- d) Não modificar a estrutura física do bem;
- e) Devolver no término da locação o imóvel na forma que lhe foi entregue.
- f) O pagamento de energia elétrica;

CLÁUSULA OITAVA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa das partes mediante notificação com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que caiba qualquer espécie de indenização.

Parágrafo único: A fiscalização do contrato será feita pela coordenadora do CRAS, Daniela Caon.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente Contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Arroio Trinta – SC, 25 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

LOCATÁRIO

JOÃO POSSENTI

CPF Nº: 220.625.729-72

LOCADOR

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

DANIELA CAON

CPF – 020.406.569-01

CONTRATO N°: 0036/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 072/2020

DISPENSA N°: 0037/2020

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

VALOR: R\$15.000,00

DECRETO Nº 2013

Publicação Nº 2545263

DECRETO Nº 2013, de 29 de junho de 2020.
Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 03 (três) áreas, sendo o Lote 01 com 2.300,58m2, Lote 02 com 2.948,92m2, Lote 03 com 6.453,44m2, remanescendo uma área de 14.140,79m2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ nº 82.826.462/0001-27, constante da matrícula nº 36.311, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo apresentado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 29 de junho de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0037/2020

Publicação Nº 2545373

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo Nº 0072/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0037/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. X da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Locação de uma sala comercial medindo 155,70 M² , necessária para o funcionamento do CRAS – Centro De Referência De Assistência Social Do Município De Arroio Trinta, conforme avaliação realizada pelo Corretor de Imóveis Nelson Pirolli, CRECI 30.939, em atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Arroio Trinta, pelo período de 12 meses.**, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2870 - JOÃO POSSENTI (220.625.729-72)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	21995 - Locação de uma sala comercial medindo 155,70 m² que será usada pelo Cras – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Arroio Trinta com as seguintes especificações: Sala de reuniões; Sala para psicóloga/pedagoga; Sala para Oficinas (cursos); Sala para depósito; Lavanderia; Banheiro para funcionários; Banheiro para o público; Sala para refeição; Cozinha;	Meses	12	1.250,00	15.000,00

	Brinquedoteca; Sala para Assistência Social; Sala para Coordenadora do CRAS; Recepção				
Total				15.000,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 25 de junho de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 41/2020**

Publicação Nº 2545393

Município de Ascurra

Edital de Dispensa n. 36/2020 FMS

Extrato de contrato n. 41/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: COTON DOCTOR TEXTIL LTDA

CNPJ 37.013.84500/01-21

Objeto: Constitui objeto deste termo de referencia a contratação direta de empresa para o fornecimento de 6.000 (seis mil) máscaras de algodão, em combate e prevenção à Corona vírus (COVID-19), conforme especificações e condições constantes neste termo.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$ 7.080,00

Ascurra, 01 de julho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS 3-2020 - FMS

Publicação Nº 2545167

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 3/2020 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 15/07/2020 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A-Z, SENDO ÉTICOS, GENERICOS E SIMILARES, PREVISTOS DA REVISTA ABC FARMA, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Ascurra, 01 de julho de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020

Publicação Nº 2545188

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 10/2020

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, denominado CONTRATANTE e a empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, com sede na Rua Joaquim Pinterelli, nº 44, Bairro Centro, cidade de Ascurra (SC), inscrita no CNPJ sob n. 03.832.009/0001-57, neste ato representado por sua representante legal, Senhora CHRISTA GEBIEN POFFO, denominada CONTRATADA, após regular constatação da reprogramação de PRAZO de conclusão de obra de "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, CICLOFAIXA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA RIBEIRÃO SÃO PAULO – TRECHO I, BAIRRO RIBEIRÃO SÃO PAULO, ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 340,00 METROS DE EXTENSÃO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.", por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 10/2020, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 39/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 90 (noventa) dias, a contar de 01/06/2020, até o prazo limite de 30/08/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

De acordo com o Engenheiro Civil deste Município, as condições determinantes para adição de prazo foram as seguintes:

- Das condições: Devido à paralisação pela ocorrência da PANDEMIA ocasionada pelo CORONAVÍRUS E OU COVID 19.

- Conclusão: para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 90 (noventa) dias.

Ficam mantidas as demais cláusulas do presente contrato.

Ascurra, 01 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

TERRAPLENAGEM POFFO LTDA
CHRISTA GEBIEN POFFO
CONTRATADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2020

Publicação Nº 2545193

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 9/2020

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, denominado CONTRATANTE e a empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, com sede na Rua Joaquim Pinterelli, nº 44, Bairro Centro, cidade de Ascurra (SC), inscrita no CNPJ sob n. 03.832.009/0001-57, neste ato representado por sua representante legal, Senhora CHRISTA GEBIEN POFFO, denominada CONTRATADA, após regular constatação da reprogramação de PRAZO de conclusão de obra de "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, CICLOFAIXA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA RIBEIRÃO SÃO PAULO – TRECHO II, BAIRRO RIBEIRÃO SÃO PAULO, ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 280,00 METROS DE EXTENSÃO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.", por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 9/2020, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 45/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 90 (noventa) dias, a contar de 01/06/2020, até o prazo limite de 30/08/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

De acordo com o Engenheiro Civil deste Município, as condições determinantes para adição de prazo foram as seguintes:

- Das condições: Devido à paralisação pela ocorrência da PANDEMIA ocasionada pelo CORONAVÍRUS E OU COVID 19.

- Conclusão: para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 90 (noventa) dias.

Ficam mantidas as demais cláusulas do presente contrato.

Ascurra, 01 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

TERRAPLENAGEM POFFO LTDA
CHRISTA GEBIEN POFFO
CONTRATADA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2019

Publicação Nº 2545173

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 69/2019

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, denominado CONTRATANTE e a empresa TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, com sede na Rua Joaquim Pinterelli, nº 44, Bairro Centro, cidade de Ascurra (SC), inscrita no CNPJ sob n. 03.832.009/0001-57, neste ato representado por sua representante legal, Senhora CHRISTA GEBIEN POFFO, denominada CONTRATADA, após regular constatação da reprogramação de PRAZO de conclusão de obra de "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA BENJAMIN CONSTANT, RUA DOM BOSCO E AVENIDA BRASÍLIA, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO CENTRO, EM ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 1.215,00 METROS DE EXTENSÃO, 5.246,30M² DE ÁREA DO PASSEIO E 1.816,25M² DE ÁREA DE CICLOVIA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TODO O MOBILIÁRIO URBANO, FORNECIMENTO DE DEMAIS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO EXECUTIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, DENTRE OUTROS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 77/2019", por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 69/2019, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 77/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30/06/2020, até o prazo limite de 28/10/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

De acordo com o Engenheiro Civil deste Município, as condições determinantes para adição de prazo foram as seguintes:

- Das condições: Devido à paralisação pela ocorrência da PANDEMIA ocasionada pelo CORONAVÍRUS E OU COVID 19.
- Conclusão: para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias.

Ficam mantidas as demais cláusulas do presente contrato.

Ascurra, 26 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

TERRAPLENAGEM POFFO LTDA
CHRISTA GEBIEN POFFO
CONTRATADA

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2545524

PORTARIA Nº 20 DE 26 DE JUNHO DE 2020

JUSTIFICA FALTA DO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais: RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta do servidor Luciano André Tomé – Contador da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 25 de junho de 2020, devidamente comprovada por atestado.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 26 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

PORTARIA N° 019/2020

Publicação N° 2545528

PORTARIA N° 19 DE 26 DE JUNHO DE 2020**JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER
LEGISLATIVO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA,
ESTADO DE SANTA CATARINA,** No uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Joalice Jasper – Secretária Executiva da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 24 de junho de 2020, devidamente comprovada por atestado.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 26 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2020

Publicação Nº 2545200

Decreto nº 079, de 29 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE O USO MASSIVO DE MÁSCARAS E CONDUTAS DE HIGIENE PARA O ACESSO E DESEMPENHO DE ATIVIDADES, NOS RECINTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PÚBLICOS OU PRIVADOS, E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde - OMS, no dia 11 de março de 2020, como Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do Artigo 196, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que Estabelece as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a edição, pelo Município de Balneário Arroio do Silva, do Decreto nº 046, de 30 de março de 2020, que DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA E DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE AO CONTÁGIO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

CONSIDERANDO que em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia da COVID-19, à Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações;

CONSIDERANDO o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, que Declara Estado de Calamidade Pública em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - Doenças Infecciosas Virais, para fins de Enfrentamento à COVID-19 e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o estabelecido no Artigo 36, do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado de Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do Novo Coronavírus (COVID-19) em seus territórios;

CONSIDERANDO a retomada gradual de todas as atividades comerciais, esportivas, estudantis, alimentícias, industriais e de lazer, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pela COVID-19;

CONSIDERANDO que pesquisas têm destacado que a utilização de máscaras caseiras impede a disseminação de gotículas expelidas do

nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição de casos;

CONSIDERANDO que os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal devem atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a Saúde Pública;

CONSIDERANDO que o Município de Balneário Arroio do Silva apresenta, dentre outras, vocação turística, com considerável fluxo de pessoas vindas de outros Municípios;

CONSIDERANDO que a grande aglomeração de pessoas contribui para a rápida disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de retomada de atendimento ao público de órgãos e setores da Administração Pública, tomando as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho necessárias para evitar a transmissão do Novo Coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde informa que, quanto maior a aglomeração de pessoas, maior a probabilidade de circulação do vírus, portanto, o uso das máscaras faz especial sentido quando houver necessidade de deslocamento ou permanência para um espaço onde há maior circulação;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde por meio da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, recomenda que as máscaras cirúrgicas e N95-PFF2 sejam priorizadas para os profissionais da saúde, tendo em vista que atuam nos locais com maior potencial de concentração de vírus, sendo que suas atividades precisam ser garantidas, mediante ações que visem à proteção de profissionais e pacientes;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde por meio da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS mencionou que pesquisas têm apontado que a utilização de máscaras caseiras impede a disseminação de gotículas expelidas pelo nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição dos casos;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde sugeriu à população, a produção das suas próprias máscaras caseiras, utilizando tecidos que possam assegurar uma boa efetividade se forem bem desenhadas e higienizadas corretamente, seguindo os critérios da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 224/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras no território catarinense;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 235/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que dispõe sobre os cuidados mínimos para evitar a propagação do vírus;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 245/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que dispõe sobre Polícia Militar e a Polícia Civil estarem autorizadas a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o aumento significativo dos casos confirmados de COVID-19 no Município de Balneário Arroio do Silva e a necessidade de regulamentar medidas para a contenção do Vírus;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Obrigação do uso massivo de máscaras em todo o território do Município de Balneário Arroio do Silva, para evitar a transmissão comunitária do Novo Coronavírus (COVID-19).

§ 1º Será Obrigatório o uso de máscaras em todo território do Município de Balneário Arroio do Silva, a partir de 1º de julho de 2020 (quarta-feira), para qualquer deslocamento em vias públicas, bem como, para adentrar em qualquer recinto comercial, industrial, bancário, supermercados, empresas prestadoras de serviços e quaisquer estabelecimentos congêneres e ainda as repartições públicas.

§ 2º Os Estabelecimentos Comerciais e demais citados no § 1º deverão observar as seguintes exigências:

- a) dispor de máscaras para seus funcionários;
- b) exigir que os usuários estejam de máscaras ao adentrarem nos estabelecimentos comerciais;
- c) dispor de máscara para os usuários que permanecerem no local por mais de 2 (duas) horas bem como o correto descarte das máscaras utilizadas;
- d) dispor de álcool em gel 70% para os usuários, nas entradas e saídas do estabelecimento e na entrada ou interior dos elevadores, em local sinalizado;
- e) controlar o acesso de pessoas, evitando-se aglomerações;

f) fica expressamente proibida a exposição e a comercialização em área externa privada e/ou pública do estabelecimento de quaisquer mercadorias ou produtos alimentícios.

g) O estabelecimento deverá disponibilizar um álcool em gel em todas as entradas, sendo que se houver a possibilidade separar a entrada e saída de clientes.

§ 3º Para uso de táxi, transporte por aplicativos ou transporte compartilhado de passageiros (meios de transporte coletivo municipal e intermunicipal);

§ 4º Poderão ser usadas máscaras de pano (tecido algodão), confeccionadas manualmente.

§ 5º É fundamental que as máscaras sejam feitas nas medidas corretas, cobrindo totalmente a boca e nariz, e que estejam bem ajustadas ao rosto, sem deixar espaços nas laterais.

§ 6º A confecção e o manuseio das máscaras de pano devem seguir as instruções descritas na Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, e na Portaria SES nº 224/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 2º Os estabelecimentos e repartições consideradas essenciais e com permissão de atendimento ao público e entrada de pessoas deverão observar os cuidados definidos na Portaria SES nº 235/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 3º Pessoas com quadro de síndrome gripal que estiverem em isolamento domiciliar, devem continuar usando preferencialmente máscara cirúrgica. O mesmo vale para os cuidadores mais próximos dessas pessoas, quando estiverem nos mesmos ambientes da casa.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas neste Decreto caracterizará Infração Administrativa e sujeitará o Infrator dependendo da Graduação das Infrações à aplicação das penalidades de Advertência, Multa, Interdição Parcial, ou Total de Estabelecimento, Cancelamento de Autorização para Funcionamento de Empresa e Cancelamento de Alvará de Funcionamento do Estabelecimento, previstas nos Artigos 30 a 39, todos da Lei Municipal nº 079, de 29 de dezembro de 1997, que Dispõe sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária, Estabelece Penalidades e dá outras providências.

Art. 5º É de responsabilidade de cada estabelecimento garantir o cumprimento das medidas dispostas neste Decreto, caso não sejam acatadas as recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização, o infrator estará sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação, inclusive civis e penais, dentre as quais aquelas previstas para os crimes elencados nos Artigos 268 e 330, ambos do Código Penal, dispositivos estes que tratam, respectivamente, das infrações de medida sanitária preventiva e do crime de desobediência - do Código Penal.

Art. 6º Fica autorizado aos órgãos de fiscalização à tomada das providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto, devendo, num primeiro momento, promover a orientação e recomendação sobre a indispensabilidade do uso das máscaras.

Parágrafo único. Os Fiscais do Município, a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e demais Autoridades de Fiscalização e de Poder de Polícia deverão adotar as providências cabíveis para a punição, cível, administrativa e criminal, bem como para a prisão, em flagrante, quando for o caso, de todos aqueles que descumprirem ou colaborarem para o descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 7º Fica permitido o acesso às praias e lagoas do Município de Balneário Arroio do Silva exclusivamente para a prática de esporte individual e/ou circulação, mediante o uso obrigatório de máscara facial como medida para o enfrentamento da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 8º Fica permitido o acesso aos espaços públicos abertos no Município de Balneário Arroio do Silva, tais como: praças públicas, parques infantis, academias de ginástica, bem como demais equipamentos para atividades esportivas individuais, mediante o uso obrigatório de máscara facial como e evitando aglomeração, medida para o enfrentamento da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 9º O Município fornecerá máscaras de proteção individual as pessoas que não tiverem condições de adquiri-las, devidamente cadastrado e referenciado junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS na situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo único. Fica autorizado o CRAS através dos seus Servidores ou de algum Programa/Projeto vinculado à confecção das máscaras de proteção individual, sendo as despesas, caso haja, correrão à conta de dotações orçamentárias e financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social do Município – FMAS de Balneário Arroio do Silva.

Art. 10 Fica estritamente proibido o acesso de veículos automotores e motocicletas na orla marítima do Município enquanto viger as medidas de prevenção e enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19), excetua-se desta medida:

- a) veículos das autoridades de Segurança Pública;
- b) veículos Oficiais do Município;
- c) caminhões e veículos de pesca artesanal quando exclusivo na respectiva atividade, sendo obrigatório para todos os pescadores a utilização de máscaras de proteção e demais regramentos estabelecido em Portaria da Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo único. As residências que possuírem acesso somente pela Orla de Praia, serão feitos canais para o devido acesso.

Art. 11 O descumprimento das disposições contidas no caput do Artigo 10 deste Decreto caracterizará Infração de Trânsito com a aplicação

das penalidades pelos Agentes de Polícia conforme a Lei Federal nº 9.503/97, do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), no novo Parágrafo Único do Artigo 2º, que define o que são consideradas vias terrestres, e a Praia é considerada uma delas, sendo essa Infração determinada pelo Artigo 181 do CTB.

Art. 12 Recomenda-se as pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, que continuem restritas ao máximo a circulação e permanência em locais de grande fluxo de pessoas, evitando em especial Supermercados, Bancos, Lotéricas e Transporte Coletivo.

Art. 13 Permanece proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno e externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, salvo os casos autorizados por Ato em vigor das Autoridades Sanitárias, Estadual ou Municipal.

Art. 14 Terão vigência automática no Município de Balneário Arroio do Silva os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), independentemente de edição de Ato Administrativo Municipal.

Art. 15 As medidas estabelecidas neste Decreto poderão sofrer alterações conforme a evolução do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 16 O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto Municipal nº 038, de 17 de março de 2020 e no do Decreto Municipal nº 046, de 30 de março de 2020, no que não forem conflitantes.

Art. 17 Ficam autorizados os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Epidemiológica Municipal, Agentes de Combate a Endemias, Fiscais do Município, Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros, a realizar a averiguação e a fiscalização quanto ao cumprimento do contido neste Decreto.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor no dia 1º de julho de 2020 e vigorará enquanto perdurar a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, respeitando incondicionalmente as recomendações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019, que agora passa assolar nosso País e conforme preceitua o disposto nos §§ 2º e 3º do Artigo 1º e no Artigo 8º, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 19 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 056, de 17 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 29 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de junho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2020

Publicação Nº 2545216

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

OBJETO: Aquisição de dois veículos 0 km (zero quilômetro), modelo Pick-up, ano de fabricação mínima 2019, para utilização da Secretaria de Obras do Município.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 08h30min, do dia 14 de julho de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 30 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

DECRETO 073-2206-ALVARÁ BAIXA TEMPORADA 2020

Publicação Nº 2545812

DECRETO Nº 073/2020

Regulamenta as Áreas dos Estabelecimentos Comerciais Instalados na Avenida José Temístocles de Macedo, bem como Prestadores Eventuais de Serviços na Baixa Temporada, e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação para a utilização da área de atendimento e comercialização dos estabelecimentos já instalados na Avenida José Temístocles de Macedo, bem como a exploração de atividades ambulantes e prestadores eventuais de serviços na baixa temporada junto à orla marítima do Município de Balneário Piçarras;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA AVENIDA JOSÉ TEMÍSTOCLES DE MACEDO

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais já existentes e instalados na Av. José Temístocles de Macedo, com as devidas licenças de Alvará Sanitário e de Licença para Funcionamento do Estabelecimento deverão preservar o espaço integral do calçadão ao lado da praia, bem como dos decks de madeira.

Art. 2º É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres e veículos nas ruas, praças, passeios, estradas, caminhos e demais logradouros públicos.

§ 1º Bares, restaurantes e congêneres só poderão colocar cadeiras e mesas na calçada do seu estabelecimento, desde que:

I. Sejam autorizados pela Administração Pública Municipal;

II. Ocupem apenas a parte do passeio correspondente à testada do estabelecimento para o qual forem licenciados;

III. Os passeios preservem uma faixa desimpedida de largura não inferior a 1,50m (um metro e meio), para a circulação de pedestres.

§ 2º São vedadas estruturas de cobertura sobre as mesas e cadeiras, exceto os guarda-sóis removíveis.

§ 3º As mesas e cadeiras deverão ser todas do mesmo modelo, material e cor, consoante critérios adotados pelo proprietário do estabelecimento, bem como estar em bom estado de conservação.

Art. 3º Os guarda-sóis deverão ser de material impermeável, sendo vedada a utilização de barracas, gazebo ou similares.

Art. 4º Os funcionários do estabelecimento deverão usar uniforme, touca ou boné e estarem identificados com o nome do estabelecimento ao qual prestam serviços.

Art. 5º Cada estabelecimento será responsável pela limpeza e acondicionamento do lixo em sua respectiva área da praia, não podendo utilizar as lixeiras instaladas no calçadão da orla ou na areia da praia.

Parágrafo único. Os estabelecimentos deverão manter local adequado para armazenamento do lixo produzido, podendo, na impossibilidade de construção de lixeira condizente com o Código de Obras, inseri-lo em lixeira com capacidade mínima de 200 (duzentos) litros.

Art. 6º Fica proibido jogar na praia, bem como no calçamento, líquidos servidos e/ou qualquer espécie de fluido.

Art. 7º O estabelecimento fica responsável pelos seus vasilhames e os danos que possam causar a terceiros e ao meio ambiente.

Art. 8º O estabelecimento não poderá colocar placas de publicidade, bandeirolas, caixas de som e similares sobre o passeio e/ou calçadão, bem como, na areia da praia.

Art. 9º O estabelecimento só poderá utilizar o espaço compreendido na testeira do seu estabelecimento para colocar mesas, cadeiras e guarda-sóis na areia da praia, desde que mantenha, pelo menos, 10 (dez) metros de faixa de areia livres, entre o mar e os equipamentos e, colocar uma lixeira de 20 (vinte) litros a cada 02 (duas) mesas.

CAPÍTULO II

DOS PRESTADORES EVENTUAIS DE SERVIÇOS EM BARRACAS DE PRAIA

Art. 10. Considera-se Prestador Eventual de Serviço qualquer tipo de atividade lucrativa, legalmente exercida por pessoa física ou jurídica, que não represente negócio comercial formalmente constituído.

§ 1º Serão autorizadas, na área da praia junto à mureta do calçadão, em toda extensão da orla marítima do Município de Balneário Piçarras, respeitando-se o raio de 50,00m (cinquenta metros) dos estabelecimentos já instalados na Avenida José Temístocles de Macedo, 25 (vinte e cinco) licenças provisórias de barracas de praia com, no máximo, 3 (três) atividades cada, de acordo com a localização fixada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§ 2º Será permitida a exploração dos serviços discriminados abaixo:

- a) Milho Cozido;
- b) Coco Verde;
- c) Churros;
- d) Bebidas não alcoólicas em embalagens descartáveis devidamente lacradas e cervejas em latas.

§ 3º É vedada a manipulação e preparação de bebidas alcoólicas (drinques, batidas, etc.).

§ 4º As solicitações para as licenças estabelecidas, tanto no Alvará Sanitário como no Alvará de Funcionamento, terão validade entre 01 de julho de 2020 até 31 de outubro de 2020.

Art. 11. A licença para localização de barracas com fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos somente será concedida de forma temporária, e em locais próprios, pré-determinados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 12. As barracas e demais ambientes removíveis deverão possuir as medidas de 3x3 metros, onde a cobertura em lona branca deverá ser nova, estarem afixadas sob um deck de madeira em ótimo estado de conservação e sem calços que deixe a barraca mais alta do que o nível da areia, conforme memorial descritivo do ANEXO I.

Parágrafo único. É permitida a instalação de apenas 1 (uma) barraca por licença, sendo vedada a instalação de barracas com fins exclusivos de abrigar mesas e cadeiras para os clientes.

Art. 13. Na faixa de areia da praia, não serão permitidas mesas ou cadeiras nas atividades do Prestador Eventual de Serviço.

Art. 14. Os atendentes da barraca deverão usar uniforme (de cor clara) e touca ou boné.

Art. 15. É proibido o uso de canudos e copos de material plástico nas barracas, em cumprimento a Lei nº 672/2018.

Parágrafo único. Caso seja desenvolvido um modelo de copo reutilizável ecológico em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Balneário Piçarras, a barraca deverá aderir ao mesmo, não utilizando copos descartáveis.

Art. 16. Cada barraca será responsável pela limpeza e acondicionamento do lixo num raio mínimo de 50m (cinquenta metros) da sua localização, não podendo utilizar as lixeiras instaladas no calçadão da orla ou na areia da praia.

Parágrafo único. Cada barraca deverá manter, no mínimo, uma lixeira coberta, de 250l (duzentos e cinquenta litros), na cor CINZA ou PRETA, ao lado da barraca, para armazenamento do lixo produzido, que deverá ser acondicionado em sacos plásticos.

Art. 17. Cada barraca deverá pagar a tarifa do lixo para a Concessionária do Serviço Público, nos meses de julho a outubro de 2020, sendo calculado o valor na modalidade comercial, nos moldes do regulamento específico.

Parágrafo único. Caso não seja efetuado o pagamento da tarifa do lixo, será cassado o alvará de funcionamento.

Art. 18. Fica proibido jogar na praia, bem como no calçamento, líquido servido e/ou qualquer espécie de fluido.

Art. 19. O titular da barraca fica responsável pelos seus vasilhames e pelos danos que possam causar a terceiros e ao meio ambiente.

Art. 20. Toda barraca terá numeração específica, e não poderá ter em sua cobertura os nomes dos itens vendidos, tampouco o nome da barraca.

§ 1º A numeração da barraca será expedida após a emissão do respectivo Alvará Sanitário.

§ 2º Poderá ser afixado na barraca apenas um banner de no máximo 1,0m x 0,60m, para identificar os itens vendidos e valores de venda.

§ 3º A cobertura da barraca deverá ser mantida limpa, sem nenhum letreiro ou desenho.

§ 4º O vendedor não poderá colocar placas de publicidade, bandeiras, mesas e/ou cadeiras sobre o passeio/calçadão.

§ 5º Os vendedores deverão portar sempre os alvarás de licença e sanitário, necessários para o exercício da atividade.

§ 6º O horário de atividades das barracas iniciará às 8h e encerrará às 22h.

§ 7º Não será concedida licença para utilização de carro de apoio. Poderão participar do Chamamento Público para requerer alvará para Prestador Eventual de Serviço, através de Barraca de Praia, somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, completos até o dia de publicação deste decreto.

§ 8º Será permitida somente uma inscrição por pessoa.

Art. 20. A inscrição de que trata este decreto é Pessoal e Intransferível, devendo o titular da barraca exercer pessoalmente as atividades.

§ 1º Para inscrição no Chamamento Público, a pessoa física deverá apresentar:

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF;
- c) Comprovantes de residência no município, com comprovação dos últimos 02 (dois) anos de domicílio e/ou residência;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos do requerente, emitida pela Fazenda Pública Municipal, bem como pela Concessionária do Serviço de Coleta de Lixo;
- e) Título de eleitor;
- f) Comprovante de capacitação em curso de Manipulação de Alimentos e Amigo do Turista referente ao ano de 2020, em nome do participante, realizado pelo Município.

Art. 21. Para a aquisição do Alvará de Baixa Temporada 2020, para Prestador Eventual de Serviço de Barraca de Praia, é obrigatória a formação nos cursos instituídos de Manipulação de Alimentos, fornecido pela Vigilância Sanitária, e Amigo do Turista, fornecido pela Secretaria de Turismo.

Art. 22. Para apuração dos valores instituídos para cobrança do Alvará de Baixa Temporada 2020, utilizar-se-á os parâmetros da Lei Ordinária nº 715/2019.

Art. 23. O não cumprimento das normas contidas neste regulamento acarretará na aplicação imediata das sanções cabíveis.

Parágrafo único. A emissão de 1 (um) auto de infração ou 2 (duas) notificações para o Prestador Eventual de Serviço de Barraca de Praia acarretará o cancelamento dos Alvarás emitidos.

Art. 24. Fica impedido de retirar o Alvará de Baixa Temporada 2020, para prestador eventual de serviço de barraca de praia, a pessoa física ou jurídica que nos últimos 3 (três) anos recebeu algum auto de infração referente à esta atividade ou 2 (duas) notificações, que denotem reincidência, as quais não tenham sido objeto de recurso na temporada anterior.

Art. 25. A Administração Pública Municipal adotará os seguintes critérios para firmar autorização de uso das barracas para fins comerciais de prestador eventual na orla marítima do município:

- a) O autorizado não poderá estar inscrito em Dívida Ativa perante o fisco municipal, bem como não poderá estar em débito com empresas Concessionárias de Serviço Público;
- b) O autorizado deve ter concluído o curso de Manipulação de Alimentos fornecido pela Vigilância Sanitária e Amigo do Turista, fornecido pela Secretaria de Turismo;
- c) O autorizado não pode ter recebido 2 (duas) notificações, que denotem reincidência, ou 1 (um) auto de infração no exercício de atividade comercial nas 3 (três) últimas temporadas de verão;
- d) O interessado em firmar autorização de uso da barraca de praia deve ser residente e domiciliado no Município de Balneário Piçarras, continuamente e comprovadamente, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º Todas as inscrições que estiverem de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração Pública Municipal participarão de um cadastramento para definir o titular de cada barraca, sendo a localização definida pela ordem cronológica do protocolo de inscrição, atendendo-se o seguinte trâmite:

§ 2º O Pedido de Inscrição será para o Prestador Eventual de Serviço da baixa temporada 2020, será restrito aos Prestadores que tiveram seu Alvará de Temporada 2019-2020 e caso estes não demonstrem interesse o ponto por eles ocupados ficarão sem uso até a próxima temporada.

§ 3º Não será permitida a troca de ponto de barraca entre os inscritos após a escolha do ponto ou a realização do sorteio.

§ 4º Após entrega de Alvará de Funcionamento e confirmação do ponto, será realizada vistoria da barraca pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, e caso esteja a barraca em consonância com este decreto, receberá o número da barraca em forma de adesivo para ser afixado na lona branca do lado do calçadão.

§ 5º O Deferimento da Baixa Temporada 2020 para o prestador eventual será exclusivo para o ponto onde ele estava alocado na Temporada 2019-2020.

Capítulo III

DA EXPLORACAO DE ATIVIDADES AMBULANTES

Art. 26. Considera-se Comércio Ambulante qualquer tipo de atividade lucrativa, legalmente exercida por pessoa física ou jurídica, que não represente negócio com localização fixa.

§ 1º Nos casos de utilização de veículos (carrinho de milho, churros, pipoca, etc.), a emissão de autorização será precedida por vistoria da Vigilância Sanitária com a devida aprovação.

§ 2º Será permitida a exploração dos seguintes serviços:

- a) Milho Cozido;
- b) Coco Verde;
- c) Churros;
- d) Pipoca, algodão doce e cata-vento;
- e) Trufas e doces a base de chocolate;
- f) Picolés;
- g) Redes e vestimentas de praia (cangas e saídas de praia);
- h) Chapéus;
- i) Bebidas não alcoólicas em embalagens descartáveis devidamente lacradas e cervejas em latas.

§ 3º É proibida a comercialização de qualquer produto ou serviço nos semáforos, bem como de frutas e demais vegetais em carro e/ou caminhão, ao longo dos logradouros públicos.

Art. 27. O comércio ambulante de alimentos poderá ser exercido mediante o emprego de:

- a) Veículos, motorizados ou não, estando inclusos os "trailers" e "foodtrucks", sujeitos à vistoria e aprovação da autoridade sanitária;
- b) Bancas e tabuleiros adequados à mercadoria exposta, com as dimensões máximas de 1 x 0,60 m (um metro por sessenta centímetros), salvo os casos específicos, a critério da autoridade sanitária;
- c) Caixas térmicas plásticas, quando necessárias à atividade, que possam ser transportadas manualmente ou a critério da autoridade sanitária;
- d) Fiscalização e inspeção do local de preparo e manipulação do alimento pela autoridade sanitária;
- e) Imóvel próprio, alugado ou cedido, sendo vedada a utilização de imóveis e logradouros público.

Parágrafo único. Os implementos a que se refere o caput deste artigo devem ser mantidos em boas condições de higiene e conservação, propiciando completa proteção contra insetos, poeira, intempéries e outros.

Art. 28. Os produtos alimentícios e bebidas só poderão ser dados ao consumo, quando oriundos de estabelecimentos industriais ou comerciais registrados no órgão competente e acondicionados em invólucro ou recipiente rotulado.

Art. 29. Somente será permitida a venda de água, sucos, refrescos e sorvetes, quando originários de estabelecimentos registrados e que tenham a competente fatura ou nota fiscal de compra, em recipientes descartáveis ou consumíveis, sendo proibidos os que não sejam próprios da embalagem original devidamente lacrada.

§ 1º É obrigatório o uso de utensílios descartáveis (copos, pratos, talheres e similares), não sendo permitida a lavagem para a reutilização. No entanto, deve-se cumprir a Lei nº 672/2018, que dispõe sobre a proibição de uso de canudos e copos de material plástico.

§ 2º Os carrinhos de cachorro-quente deverão acondicionar as salsichas em água fervente e prepará-las, à medida que ocorrer o consumo, sendo proibido deixá-las em molho pronto, devendo ser mantidas geladas as que ainda não tiverem sido cozidas.

§ 3º As frutas e legumes deverão estar em perfeitas condições de consumo e expostos à venda em tabuleiros ou outros recipientes adequados.

§ 4º Não será permitida a venda de frutas fracionadas.

Art. 30. O pedido de vistoria sanitária ou de sua renovação deverá ser feito à autoridade sanitária competente, em requerimento instruído com os seguintes documentos:

a) Carteira de Saúde;

b) Relação de implementos a que se refere o Art. 31.

§ 1º Os ambulantes, durante o exercício de suas atividades, serão obrigados a portar a documentação a que se refere o este artigo.

§ 2º O Alvará Sanitário do ambulante é pessoal, intransferível e deverá ser renovado a cada exercício.

Art. 31. O local de estacionamento do ambulante, quando permitido, poderá variar a critério da autoridade competente e deverá ser mantido em perfeitas condições de limpeza e higiene.

Parágrafo único. É obrigatório ao ambulante dispor de recipiente de lixo com tampa.

Art. 32. Os ambulantes devem apresentar-se trajados e calçados, em condições de higiene, sendo obrigatório o uso de bata, de cor clara e boné ou outra proteção para o cabelo, de cor clara.

Art. 33. É proibido ao ambulante:

I. A venda de bebidas alcoólicas preparadas, tais como caipiras, coquetéis, entre outros;

II. A venda de carne;

III. O uso de fogareiro na via pública, salvo quando indispensável à atividade licenciada;

IV. O preparo ou manipulação de qualquer tipo de bebida ou alimento na via pública, com exceção das atividades licenciadas para esse fim;

V. O contato manual direto com os produtos não acondicionados;

VI. A utilização dos veículos, cestas, caixas ou tabuleiros destinados ao transporte e à venda de alimentos, como depósito de quaisquer mercadorias ou objetos estranhos à atividade comercial;

VII. Embrulhar gêneros alimentícios em jornais, revistas e papéis usados ou maculados.

Art. 34. Os recipientes destinados à fritura serão instalados em locais adequados, fora do alcance público.

§ 1º É obrigatório a substituição da gordura ou do óleo de fritura, assim que apresentarem sinais de saturação, modificação na sua coloração ou presença de resíduos queimados.

§ 2º Os óleos saturados devem ser acondicionados em garrafa pet, e, depois de frio, levado para um ponto de coleta do programa de óleo de fritura, sendo que a Administração Municipal disponibiliza o Ecoponto na Praça de Todas as Idades para recolhimento de óleo de cozinha.

§ 3º O uso e a oferta de condimentos só serão permitidos, quando se tratar de produtos industrializados em forma de embalagem individualizada (sachê).

Art. 35. É proibida a permanência de vendedores ambulantes a menos de 100 (cem) metros dos estabelecimentos de saúde e de ensino.

Art. 36. Somente serão permitidos carrinhos que sejam móveis, com a devida vistoria e não serão permitidas barracas fixas, toldos, mesas nas calçadas e/ou na areia da praia.

Art. 37. Para a aquisição do Alvará de Baixa Temporada 2020 é obrigatória a formação nos cursos instituídos de Manipulação de Alimentos, fornecido pela Vigilância Sanitária, e Amigo do Turista, fornecido pela Secretaria de Turismo.

Art. 38. Para apuração dos valores instituídos para cobrança do Alvará De Baixa Temporada 2020, utilizar-se-á os parâmetros do Art. 107, da Lei Ordinária nº 715/2019.

Art. 39. O não cumprimento das normas contidas neste regulamento acarretará na aplicação imediata das sanções cabíveis.

Parágrafo único. A emissão de 1 (um) auto de infração ou 2 (duas) notificações para o mesmo ambulante acarretará o cancelamento dos Alvarás emitidos.

Art. 40. Fica impedido de retirar o Alvará de Baixa Temporada 2020 a pessoa física ou jurídica que nos últimos 3 (três) anos recebeu algum auto de infração ou 2 (duas) notificações, que denotem reincidência, e, não tenham sido objeto de recurso, referentes à esta atividade.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Findo o prazo estipulado no § 4º, do Art. 10 deste Decreto, será obrigatória a retirada das barracas e seus equipamentos e acessórios, por parte dos Prestadores Eventuais de Serviços de Barracas de Praia, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do alvará, e a consequente retirada do equipamento e seus acessórios pelo Poder Público Municipal, sem direito de ressarcimento e/ou requerimento de posse.

Art. 42. Os comerciantes e produtores de objetos artesanais, bem como hippies, deverão produzir e comercializar os respectivos objetos no terreno público destinado pela Fundação Municipal de Cultura, localizado na Av. José Temístocles de Macedo, conforme legislação municipal vigente, ou ainda em terrenos e locais privados, desde que com autorização do proprietário.

Parágrafo único. Fica proibida a comercialização e/ou exposição de objetos artesanais nos passeios públicos e/ou calçadão da orla do município.

Art. 43. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Município de Balneário Piçarras, através da Secretaria competente, em conformidade com o Código Tributário Municipal e demais legislações vigentes.

Art. 44. O anexo I especifica a descrição das tendas que poderão ser instaladas.

Art. 45. O Pedido de Inscrição será para o Prestador Eventual de Serviço da baixa temporada 2020, será restrito aos Prestadores que tiveram seu Alvará de Temporada 2019-2020 e caso estes não demonstrem interesse o ponto por eles ocupados ficarão sem uso até a próxima temporada.

Parágrafo único. O Deferimento da Baixa Temporada 2020 para o prestador eventual será exclusivo para o ponto onde ele estava alocado na Temporada 2019-2020.

Art. 46. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 22 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 073/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 22 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

TENDAS TEMPORÁRIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS À BEIRA-MAR

Considerações gerais O presente Memorial Descritivo foi elaborado com a finalidade de fixar normas e características no uso e escolha dos materiais a serem empregados.

A execução dos serviços obedecerá às normas e métodos da ABNT.

Especificações Técnicas Tenda removível com dimensões de 3,0 x 3,0m, estrutura em aço galvanizado de 2" com pintura branca, e cobertura em lona também na cor branca, e que esteja em excelente estado de conservação, sendo autorizado apenas um fechamento nas laterais na cor branca ou transparente e sem propagandas e/ou letreiros na tenda, podendo ser instalado banner de no máximo 1,0m x 0,60m para divulgação dos produtos a serem comercializados.

Sob a tenda deverá ser colocado em excelente estado, um tablado de madeira ripada do tipo "deck", de 3,0 X 3,0m também removível, instalado sobre a areia, sem estruturas adicionais de embasamento e/ou calço.

Os materiais que necessitarem, serão revestido por proteção ou acondicionamento deverão estar devidamente envoltos por lona, exclusivamente na cor branca.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 22 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Anexo do Decreto nº 073/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 22 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2020 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADES

Publicação Nº 2545130

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2020 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADES

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR LOTE para futura contratação de empresa para prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimentos de peças, filtros e óleos para atendimento dos veículos pertencentes à frota municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiro de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo. Valor total estimado R\$ 2.787.453,30 (dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos.) Recebimento dos Envelopes até: 16/07/2020 às 14h. Data da Sessão Pública: 16/07/2020 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 30 de junho de 2020. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

DECRETO 074-2206-UTILIDADE PÚBLICA PROLONGAMENTO DA AVENIDA BEIRA MAR

Publicação Nº 2545818

**Balneário
PIÇARRAS**

GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL

MEMORIAL DESCRITIVO

Finalidade: Levantamento topográfico para processo de desapropriação de parte do lote 2 da quadra 2 do Loteamento Surubim.

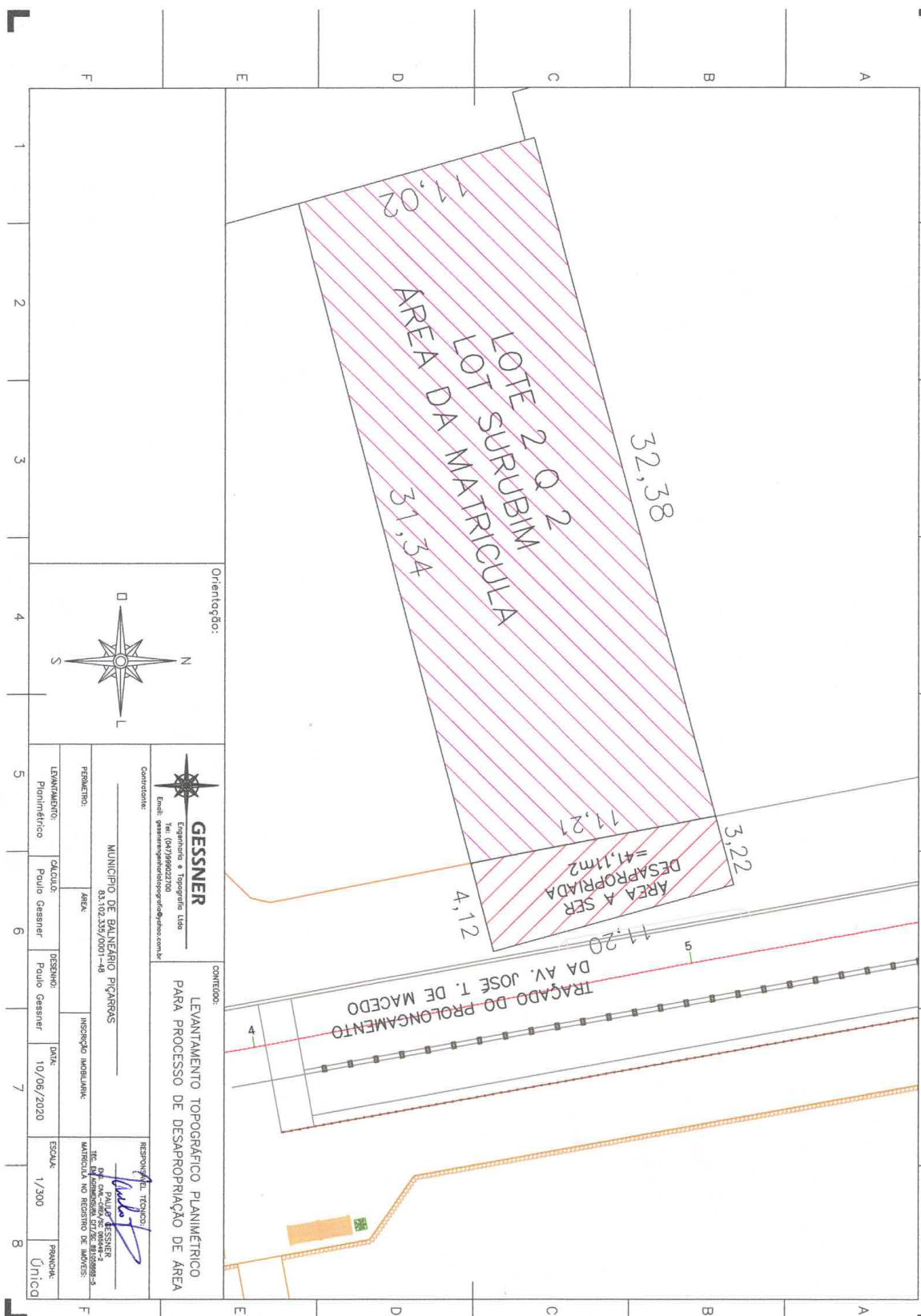
Descrição da Área a ser desapropriada: Um terreno, sem benfeitorias, situado no bairro Centro, zona urbana do Município e Comarca de Balneário Piçarras-SC, representado por **Parte do lote 2 da Quadra 2 do Loteamento Surubim**, com área de **41,11 metros quadrados**, com as seguintes medidas e confrontações: Faz frente ao Norte com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 3,22 metros, fundos ao Sul com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 4,12 metros Ao Oeste estrema com o Lote 2 da quadra 2 do Loteamento Surubim, onde mede 11,21 metros; e estrema ao Leste com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 11,20 metros.

PAULO GESSNER
Eng. Civil/Téc. em Agrimensura
Responsável Técnico-CREA 065649-2 / CFT 0152707395-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITO LEONEL JOSÉ MARTINS

BALNEÁRIO PIÇARRAS, 18 DE JUNHO DE 2020.

Rua Emanuel Pinto, 1600 - CEP: 88380-000 - Balneário Piçarras - SC - Fone: (47) 3345-1180
Email: planejamento@picarras.sc.gov.br - Home-page: www.picarras.sc.org.com.br





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 074/2020

Declara Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial em Caráter de Urgência, fração do imóvel descrito na Matrícula nº 6876 e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública parte da área do imóvel registrado na Matrícula nº 6.876 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras, de propriedade conforme descrito na matrícula acima citada, descrita e caracterizada consoante levantamento topográfico e memorial descritivo anexo, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, conforme as seguintes descrições:

Descrição da Área: Um terreno, sem benfeitorias, situado no bairro Centro, zona urbana do Município e Comarca de Balneário Piçarras SC, representado por parte do lote 2 da Quadra 2 do Loteamento Surubim, com área de 41,11 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: Faz frente ao Norte com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 3,22 metros, fundos ao Sul com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 4,12 metros; ao Oeste estrema com o Lote 2 da quadra 2 do Loteamento Surubim, onde mede 11,21 metros; e estrema ao Leste com o prolongamento da Avenida José Temístocles de Macedo, onde mede 11,20 metros.

Art. 2º As áreas referidas no artigo anterior destinam-se à execução das obras para prolongamento da Avenida Temístocles de Macedo. Sendo que em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá a Administração Pública Municipal imitir-se provisoriamente na posse dos bens, nos termos do Art. 15, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 22 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 074/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 22 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - SC - CEP 88.380-000 Tel.: (47) 3347-4747
Home-page: <https://balneariopicarras.atende.net>

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 017/2020**

Publicação Nº 2545541

PORTARIA Nº 017/2020
Concede Férias a Servidor.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XIX, do artigo 30, do Regimento Interno desta Casa de Leis, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias entre os dias 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, ao servidor RAFAEL JOSÉ NAZÁRIO, matrícula nº 372, relativas ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2019 a 01 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.

João Bento Moraes
Presidente

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2545544

PORTARIA Nº 018/2020
Concede Férias a Servidor.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XIX, do artigo 30, do Regimento Interno desta Casa de Leis, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias entre os dias 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, à servidora POLLYANA CRISTINA ANACLETO, matrícula nº 382, relativas ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2019 a 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.

João Bento Moraes
Presidente

Bandeirante

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2020

Publicação Nº 2545192

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020

O MUNICIPIO DE BANDEIRANTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h45min do dia 14 de Julho de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirante/SC, localizada na Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, município de Bandeirante/SC, o seguinte objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CALCETEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS COM PEDRAS IRREGULARES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3626-0012), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município, <<https://www.bandeirante.sc.gov.br/>>.

Bandeirante/SC, 30 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

PREFEITO MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27-2020

Publicação Nº 2544838

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2020

No dia 30 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2020, Processo Licitatório nº. 48/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10119	JEAN CARLOS CARDOSO	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JEAN CARLOS CARDOSO	24.518.966/0001-83	JEAN CARLOS CARDOSO	068.421.499-75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10119 - JEAN CARLOS CARDOSO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE KOMBI, AMBULÂNCIA OU VAN.	SER.		50,000	60,0000	3.000,00
2	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO F-350	SER.		15,000	45,0000	675,00
3	LAVAÇÃO COMPLETA DE MOTOS	SER.		5,000	15,0000	75,00
4	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULOS LEVES	SER.		300,000	30,0000	9.000,00
5	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ONIBUS	SER.		60,000	80,0000	4.800,00
6	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ONIBUS GRANDE	SER.		50,000	110,0000	5.500,00
7	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE PÁ CARREGADEIRA	SER.		10,000	145,0000	1.450,00
8	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MOTONIVELADORA	SER.		10,000	150,0000	1.500,00
9	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE RETROSCAVADEIRA	SER.		20,000	135,0000	2.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTEPágina: 2/7
Processo N°. 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2020**Fornecedor: 10119 - JEAN CARLOS CARDOSO**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ROLO COMPACTADOR	SER.		5,000	110,0000	550,00
11	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAÇAMBA TOCO	SER.		8,000	90,0000	720,00
12	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAÇAMBA TRUQUE	SER.		15,000	115,0000	1.725,00
13	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO PRANCHA	SER.		5,000	80,0000	400,00
14	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE TRATOR DE PNEU	SER.		8,000	90,0000	720,00
15	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	SER.		5,000	160,0000	800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/7

Processo Nº.: 48/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/7

Processo N°. 48/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 30 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JEAN CARLOS CARDOSO

CNPJ: 24.518.966/0001-83 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 1/7
 Processo Nº.: 48/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2020

No dia 30 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.528/0001-84, com sede administrativa localizada na AVENIDA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO, CEP nº. 89905-000, nesta cidade de Bandeirante/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CELSO BIEGELMEIER, inscrito no CPF sob o nº. 423.780.609-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2020, Processo Licitatório nº. 48/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10119	JEAN CARLOS CARDOSO	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JEAN CARLOS CARDOSO	24.518.966/0001-83	JEAN CARLOS CARDOSO	068.421.499-75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10119 - JEAN CARLOS CARDOSO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE KOMBI, AMBULÂNCIA OU VAN.	SER.		50,000	60,0000	3.000,00
2	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO F-350	SER.		15,000	45,0000	675,00
3	LAVAÇÃO COMPLETA DE MOTOS	SER.		5,000	15,0000	75,00
4	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE VEÍCULOS LEVES	SER.		300,000	30,0000	9.000,00
5	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ONIBUS	SER.		60,000	80,0000	4.800,00
6	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ONIBUS GRANDE	SER.		50,000	110,0000	5.500,00
7	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE PÁ CARREGADEIRA	SER.		10,000	145,0000	1.450,00
8	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MOTONIVELADORA	SER.		10,000	150,0000	1.500,00
9	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE RETROSCAVADEIRA	SER.		20,000	135,0000	2.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 2/7
 Processo N°: 48/2020
 PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2020

Fornecedor: 10119 - JEAN CARLOS CARDOSO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ROLO COMPACTADOR	SER.		5,000	110,0000	550,00
11	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAÇAMBA TOCO	SER.		8,000	90,0000	720,00
12	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAÇAMBA TRUQUE	SER.		15,000	115,0000	1.725,00
13	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE CAMINHÃO PRANCHA	SER.		5,000	80,0000	400,00
14	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE TRATOR DE PNEU	SER.		8,000	90,0000	720,00
15	LAVAÇÃO COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA	SER.		5,000	160,0000	800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 3/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 4/7

Processo Nº.: 48/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 5/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais ou serviços será aquele PREVISTO/ ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 6/7
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Página: 7/7

Processo N°. 48/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirante para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirante, 30 de Junho de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JEAN CARLOS CARDOSO

CNPJ: 24.518.966/0001-83 _____

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO 1237

Publicação Nº 2545856

DECRETO Nº 1237/ 2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal de 11 de Dezembro de 1997:

DECRETA

Artigo 1º. Fica alterada a composição da Comissão Permanente de Patrimônio, com atribuições de Avaliação, Reavaliação e Inventário de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis do Município de Barra Bonita, que terá por objetivo de:

I-conferir, avaliar, reavaliar e ajustar os bens móveis e imóveis ao valor justo de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

II- Avaliar os Imóveis para fins de locação, devendo apresentar relatório constando o preço máximo do aluguel a ser pago pelo imóvel;

III- Realizar inventário geral anual discriminando todos os bens de propriedade, guarda e uso do Município;

IV- Emitir parecer sobre todos os aspectos relativos ao Patrimônio Público Municipal;

V- Avaliação de bens para alienação e leilão;

VI- Demais tarefas pertinentes ao Patrimônio Público Municipal.

Artigo 2º. Caberá ao Setor de Patrimônio sempre que necessário solicitar a Comissão a realização de seus trabalhos.

Parágrafo Único: A Comissão deverá confirmar a existência Física e a localização de todos os bens Patrimoniais nas unidades administrativas.

Artigo 3º. A Comissão poderá solicitar informações aos servidores que utilizam os bens sobre a situação e conservação dos bens que estão em uso.

Artigo 4º. A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

- I- Presidente – Leliandra Luciana Vilanova;
- II - Secretária – Fabiana Michelle Schauble Maciel;
- III – Membro – Paulo Sergio Boff;
- IV – Membro – Sirlei Bernat;
- VI – Membro –Marco Antônio Rocha Meneguzzi;
- VII – Membro – Jeovana Berti.

Artigo 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário em especial o Decreto 1155/ 2019.

BARRA BONITA, 30 de junho de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº03/2020

Publicação Nº 2545244

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Processo nº46

CHAMADA PUBLICA 003/2020

A Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que encontra disponível Edital para LOCAÇÃO DE IMÓVEL Central Elétrica de Santa Catarina - CELESC, o qual deverá possuir área útil de expediente de no mínimo 63 m² (SESSENTA E TRÊS metros quadrados), metragem na qual devem estar abrangidas as áreas de uso comum e banheiro, bem como deve se encontrar livre, desembaraçado, concluído ou em fase de conclusão e se localizar no centro da cidade de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 15 de julho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras ou na Secretaria de Educação. Barra Bonita, em 30 de junho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito de Barra Bonita-SC

EDITAL PREGÃO Nº45/2020

Publicação Nº 2545236

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020
EDITAL DE PREGÃO RP Nº45/2020

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando a prestação de Serviços para pessoas com deficiência intelectual, Múltipla e com Transtorno de Espectro Autista do Município de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 13 de julho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 30 de junho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito

PORTARIA N.º 213, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546109

PORTARIA N.º 213, de 30 de junho de 2020.

"Prorroga contrato temporário de servidor e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato temporário do servidor, Guilherme Trevisan, ocupante do cargo de Agente de Abastecimento de Água, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em substituição ao servidor Artemio Alves de Oliveira que se encontra em férias e após licença, pelo período que o titular estiver afastado.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 30 de junho de 2020.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 212, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545144

PORTARIA Nº 212, de 29 de junho de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Tafarel Boss ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$400,00 (quatrocentos reais) , conforme memorando nº052/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 29 de junho de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 018/2020- IPREVE

Publicação Nº 2545481

PORTARIA Nº 018/2020- IPREVE

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo nº 04/2020, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – IPREVE, ao Édio Raimundo Matos, servidor público municipal, matrícula funcional 1358, inscrito no CPF sob o n. 416.375.699-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria de Obras, percebendo proventos integrais no montante de R\$ 1.707,82 (mil e setecentos e sete reais e oitenta e dois centavos), com paridade.

Art. 2º - A concessão do benefício se fundamenta no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/03, em conformidade com o art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/19, e no art. 56, da Lei Complementar Municipal nº 55/06.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Barra Velha, 30 de junho de 2020.

IVO IRINEU BERNARDO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 019/2020- IPREVE

Publicação Nº 2545484

PORTARIA Nº 019/2020- IPREVE

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder Aposentadoria por invalidez, conforme Processo Administrativo nº 02/2020, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – IPREVE, ao Alexandre Moreira dos Santos, servidor público municipal, matrícula funcional 1204, inscrito no CPF sob o n. 636.680.767-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Docente II, lotado na Secretaria de Educação, percebendo proventos integrais no montante de R\$ 2.310,87 (dois mil e trezentos e dez reais e oitenta e sete centavos), com paridade.

Art. 2º - A concessão do benefício se fundamenta na sentença dos autos nº 0300868-82.2016.8.24.0006 que determinou a implantação da aposentadoria por invalidez, com fundamento no art. 40, §1º, I, da Constituição e art. 33, §1º, da Lei Complementar Municipal nº 55/06, e a paridade com fundamento no parágrafo único do art. 57 da Lei Complementar Municipal nº 55/06 c/c art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/03, em conformidade com o art. 10, §7º, da Emenda Constitucional nº 103/19.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Barra Velha, 30 de junho de 2020.

IVO IRINEU BERNARDO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1792-GAB, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545496

PORTARIA Nº 1792-GAB, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Constituir Comissão de Sindicância Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 181 da Lei Complementar Municipal nº 120, de 11 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Sra. SUELEN BORECK, para atuar como Presidente de comissão, matrícula funcional nº 1574, Enfermeira, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a Sra. ARACELI SILVEIRA FISCHER, para atuar como Secretária de comissão, Auxiliar Administrativa, matrícula funcional nº 1727, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e a Sra. DIRLENE MARIZA HESS, para atuar como Membro de comissão, Coordenadora Administrativa/Legislativa, matrícula funcional nº 997, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa destinada a apurar, no prazo de 60 dias (sessenta dias), os fatos de que trata das irregularidades supostamente ocorridas na emissão de licenciamento ambiental e de obras pelo Fundema e Seplan em favor da Epec Royal Empreendimentos Imobiliários e a obra situada na Rua Dr. Plácido Gomes de Oliveira, nº 80, Centro, neste Município, com o objetivo de apurar os fatos e indícios de autoria, nos termos do artigo 183 da Lei Complementar, nº 120/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 26 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1793-GAB, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545477

PORTARIA Nº 1793-GAB, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Comissão Administrativa para reconhecimento de despesas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a comissão administrativa para reconhecimento de despesas dos serviços realizados entre a Municipalidade e a empresa "Bosso Aluguel de Palcos e Coberturas Ltda ME", conforme segue:

- Araceli Silveira Fischer – Presidente;
- Angelita Lourenço – Secretária;
- Thais Moraes da Silva – Membro.

Parágrafo Único: A presente comissão terá a função de analisar os documentos pertinentes as despesas dos serviços realizados entre a empresa "Bosso Aluguel de Palcos e Coberturas Ltda ME" e a municipalidade, manifestando-se sobre a legalidade do reconhecimento da despesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 26 de junho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 23/2020**

Publicação Nº 2545846

PORTARIA Nº 023/2020

Concede 30 dias de férias a servidora Eliane Maria Mello, e autoriza a servidora a gozar no período de 1º de julho de 2020 a 30 de julho de 2020.

Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:**Art. 1º** Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora Eliane Maria Mello, matrícula nº 250.813, relativas ao período aquisitivo de 2019/2020.**Art. 2º** Autoriza a servidora a gozar as férias no período de 1º de julho de 2020 a 30 de julho de 2020.**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 30 de junho de 2020.

Eduardo Peres
Presidente

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO 808

Publicação N° 2544943

DECRETO N.º 808/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.**"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, EDITAL N° 002/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".****ADELMO ALBERTI**, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:**DECRETA:****Art. 1º.** Fica **HOMOLOGADO** o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 002/2020**, com resultado final divulgado nos termos do Edital Processo n° 002/2020, conforme relação em anexo.**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal**ANEXO I****RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2020**

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	FRANCIELLE VALLE BATISTÃO	MÉDICO CLÍNICO ESF	11,0
2º	JESSICA GABRIELE SANTOS	MÉDICO CLÍNICO ESF	9,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	CRISTIANE MARIA PEREIRA	PSICÓLOGO NASF	15,0
2º	GABRIELA REGIANE DO NASCIMENTO	PSICÓLOGO NASF	8,0
3º	THAYSE GLEVINSKI	PSICÓLOGO NASF	2,0
4º	LIANA MARTINS	PSICÓLOGO NASF	1,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	CRISTIANE KRUGER	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA CENTRAL	25,0
2º	MICHELI PEREIRA ZAFFARI GIURIATTI	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA CENTRAL	14,0
3º	JAINÉ APARECIDA CORRÊA DE PAULA	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA CENTRAL	3,0
4º	RAPHAELA YOHANA VICENTE DE SOUZA	ENFERMEIRO UNIDADE BÁSICA CENTRAL	3,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	ANA CAROLINE DA CRUZ	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NASF	8,0
2º	ANA CAROLINA MACHADO MASSANEIRO	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NASF	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	MAYARA REGINA TODT	FISIOTERAPEUTA	12,0
2º	GRAZIELE TYSZKA DO ROSARIO	FISIOTERAPEUTA	10,0
3º	VANESSA DELINSKI SCHADECK	FISIOTERAPEUTA	10,0
4º	TAINARA NASCIMENTO HENRIQUE	FISIOTERAPEUTA	10,0

5º	BRUNA GONÇALVES	FISIOTERAPEUTA	5,0
6º	ROBERTA MUNHOZ	FISIOTERAPEUTA	5,0
7º	SANAYANA SANTOS SCHERMACK	FISIOTERAPEUTA	1,0
8º	RODRIGO KARPAVICIUS LUZ	FISIOTERAPEUTA	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	SIANA APARECIDA ALVES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA CENTRAL	18,0
2º	MARIZA HEIDEN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA CENTRAL	15,0
3º	ARIETE APARECIDA SCHVEICZRSKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA CENTRAL	8,0
4º	FRANSUELE CRISTINA LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM UNIDADE BÁSICA CENTRAL	3,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	JESSICA ALMIRA DE SOUZA SANTOS	ENFERMEIRO ESF	12,0
2º	ANA CLAUDIA SILVA ARAUJO	ENFERMEIRO ESF	10,0
3º	ANDRESSA DE CÁSSIA CASTANHA DE ARAÚJO	ENFERMEIRO ESF	3,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	CANDIDA ESTELA REINERT	ODONTOLOGO 40H	24,0
2º	PRISCILA FERREIRA PADILHA	ODONTOLOGO 40H	15,0
3º	HELOIZA KUNICKI	ODONTOLOGO 40H	7,0
4º	KARINE NERONE	ODONTOLOGO 40H	6,0
5º	ANA CAROLINA BECHEL DE SOUZA	ODONTOLOGO 40H	4,0
6º	RAFAELA PEREIRA TREML	ODONTOLOGO 40H	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	TATIANA DE ALMEIDA	ODONTOLOGO 20H	13,0
2º	WILLIAN ROBERTO MUHLMANN DIAS	ODONTOLOGO 20H	4,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	THAIS FERNANDA LANDOWSKY	FONOAUDIOLOGO	17,0
2º	MICHELLE MARQUES BONETTI JUNGLES	FONOAUDIOLOGO	12,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
---------------	------	-------	--------------

1º	ROCELI HASS DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	7,0
2º	SUELI MARIA LEANDRO SABATKE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	3,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	MARIA LETICIA KOGGI KUBIAK	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	0,0
2º	MARCELE REISDORFER	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	0,0
3º	VANESSA CRISTIANE WOSCHNIAK MASSANEIRO	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	0,0
4º	RODRIGO ZIENTARA	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	MYLENA DE FATIMA ALVES DE LIMA	AGENTE DE SAÚDE RIBEIRÃO RASO SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS	2,0
2º	VANESSA MACHADO	AGENTE DE SAÚDE RIBEIRÃO RASO SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	JANAÍNA SABRINA KOGI MARTENECZEN	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	1,0
2º	ELIZIA COLAÇO MARTINISKI	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	1,0
3º	MAYARA FERNANDA METZER KOGI	AGENTE DE SAÚDE COLONIA OURO VERDE	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	JOAO MARCELO PADILHA	AGENTE DE SAÚDE IMBUÍ	4,0
2º	DANIELI RESENDE SAMPAIO SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE IMBUÍ	2,0
3º	ANA LIDIA DREHER SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE IMBUÍ	1,0
4º	ARLETE NADROSKI	AGENTE DE SAÚDE IMBUÍ	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	JOSE LEANDRO SCHIESSL	AGENTE DE SAÚDE GRALHA	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	SUELI MARKO OSSOWSKI	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	3,0
2º	TAIS ADRIANE NUNES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	3,0
3º	CARLA VIVIANE BAUNGARTEN	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	2,0
4º	ANDREA GONÇALVES DA CRUZ	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	1,0
5º	CIRLEI GALANTE	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	0,0
6º	ELENICE KUCARZ	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	0,0
7º	SOLANGE BAZE	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	0,0
8º	CINTIA RODRIGUES DO PRADO	AGENTE DE SAÚDE CENTRO	0,0

Classificação	Nome	Cargo	Total Pontos
1º	PATRICIA BAIL RODRIGUES	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	0,0

Bela Vista do Toldo – SC, 29 de junho de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2020

Publicação N° 2546127

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2020
Registro de Preços

Objeto: aquisição de peças, materiais e mão de obra de serviços, destinado a manutenção máquina pá carregadeira Michigan 55c, a serviço da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h00min do dia 13/07/2020, no Dpto. De Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08h00min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 30 de junho de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 62/2020

Publicação Nº 2545046

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 62/2020
DATA: 25/06/2020 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 132/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE KITS DE TESTES PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E DIFERENCIAL DE ANTICORPOS IGG E IGM, POR IMUNOCROMATOGRÁFIA EM AMOSTRAS DE SORO, PLASMA E SANGUE TOTAL. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.905.525/0001-90 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
JOICE APARECIDA COSTA
Presidente
MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI
Membro
EUNICE DA SILVA FREITAS
Membro

AVISO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO TP 48/2020

Publicação Nº 2544922

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE SEGUNDA ERRATA
TOMADA DE PREÇOS Nº 48/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alterações na forma de errata no Edital supracitado que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RODOVIA BNV-447 LOCALIZADA NA LOCALIDADE DE BAIXO SANTA MARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. A retificação na íntegra poderá ser obtida no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Tendo em vista as alterações efetuadas, fica estabelecida nova data para realização do certame. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 20 de julho de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 20 de julho de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Benedito Novo (SC), 30 de junho de 2020.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 63/2020

Publicação Nº 2545269

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 60/2020
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2020
Contratada: ALCIDES SCHMIDT
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS ESPAÇOS DO GINÁSIO DE ESPORTES, CENTRO DE EVENTOS, CANCHA DE BOCHA E QUADRA COBERTA DO CENTRO.
Valor: R\$ 16.800,00
Vigência: 19/06/2020 a 18/06/2021
Data Assinatura: 19/06/2020
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS 130 E 131 DO RP 47/2020

Publicação N° 2545766

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2020 DO RP 47/2020 PMB
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE E TENDAS PARA A PREFEITURA DE BIGUAÇU"
VENCEDOR: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 28.700,00
VIGÊNCIA: 30/06/2020 À 30/06/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 131/2020 DO RP 47/2020 PMB
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE E TENDAS PARA A PREFEITURA DE BIGUAÇU"
VENCEDOR: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME
VALOR TOTAL: R\$ 38.135,00
VIGÊNCIA: 30/06/2020 À 30/06/2021

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01 de julho de 2020

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ATA CC52/2020-PMB

Publicação Nº 2545669

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E
PROPOSTA DE PREÇOS CC52/2020-PMB**

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 782/2020, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS: EMERSON PEREIRA DE ARAÚJO GUEDES RESTAURANTE E RB LANCHONETE LTDA.

EM SEGUIDA FOI REALIZADO O CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES PRESENTES: EMERSON PEREIRA DE ARAÚJO GUEDES RESTAURANTE E RB LANCHONETE LTDA.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. OS REPRESENTANTES PRESENTES ABREM MÃO DE RECURSO.

EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

OS VALORES APRESENTADOS FORAM OS SEGUINTEs:
EMERSON PEREIRA DE ARAÚJO GUEDES RESTAURANTE: R\$ 3.975,00;
RB LANCHONETE LTDA: R\$ 3.150,00.

DIANTE DO EXPOSTO A MAIOR OFERTA FOI DA EMPRESA: EMERSON PEREIRA DE ARAÚJO GUEDES RESTAURANTE.
OS REPRESENTANTES PRESENTES ABREM MÃO DE RECURSO.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS
PRESIDENTE MEMBRO

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA
MEMBRO

MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA
MEMBRO

ANA CLÁUDIA SAGÁS
MEMBRO

SINCLER BILCK
MEMBRO

EMERSON PEREIRA DE ARAÚJO GUEDES RESTAURANTE _____

RB LANCHONETE LTDA _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 119/2020 - LICENÇA PRÊMIO MICHELY**

Publicação Nº 2543578

PORTARIA Nº 119/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

Considerando o Decreto Estadual 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

Considerando o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;

Considerando a Resolução n. 03/2020, art.5º;

RESOLVE,

Art. 1º - Fica concedido à servidora efetiva Michely Helena do Amaral Gomes Leite, matrícula n. 532, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias de licença prêmio, com início em 01 de julho de 2020 e término em 30 de julho de 2020, correspondente ao período aquisitivo de 06/01/2015 à 05/01/2020, ficando um saldo de 60 (sessenta) dias para usufruir posteriormente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Biguaçu/SC, 23 de junho de 2020.

Vereador Nei Claudio da Cunha
Presidente

PORTARIA Nº120/2020 - FÉRIAS QUEILA

Publicação Nº 2543579

PORTARIA Nº 120/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias a servidora efetiva Queila de Souza Petomann, ocupante do cargo efetivo de copeira, por 30 (trinta) dias. Início 01/07/2020 e término 30/07/2020. Referente ao período concessivo 2019/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 01 de julho de 2020.

Biguaçu/SC, 23 de junho de 2020.

Vereador Nei Claudio da Cunha
Presidente

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24.228/2020

Publicação Nº 2545890

PORTARIA Nº 24.228, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

INSTITUI O COMITÊ DE CRISE AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao pedido efetuado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, através do Memorando GAB nº 125/2020, de 25/06/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Institui o Comitê de Crise ao enfrentamento da Pandemia COVID-19 na política de Assistência Social, com os seguintes membros:

I - PATRICIA MORASTONI SASSE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;

II - ROMEU HORST FRITZKE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III - DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Proteção Básica, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IV - Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Proteção Especial, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

V - MARCIANO TRIBESS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Políticas Sobre Drogas e Reintegração Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

VI - IVA ELZI STEINHAUSER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação e Regularização Fundiária, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

VII - cristiane barcelos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, representante da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

VIII - VANESSA RAQUEL CARDOSO ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante do Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IX - MARIA EUNICE MALACARNE BERNAT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

X - DEISE JANAÍNA BORBA, representante da categoria de trabalhadores do SUAS no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Compete ao Comitê de Crise, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Estabelecer ações que permitam o atendimento contínuo dos serviços socioassistenciais, e propor medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional pelo novo Coronavírus – COVID-19;

II - Acompanhar as orientações a nível Nacional, Estadual e Municipal pertinente a Política de Assistência Social e de Saúde no contexto do COVID-19;

III - Auxiliar no planejamento de cada equipamento, em especial quanto ao funcionamento dos serviços, estratégias utilizadas, canais de acesso e cuidados essenciais;

IV - Conhecer os recursos previstos no orçamento municipal destinado a atuação em situação de calamidade e os recursos da Assistência Social, e dialogar sobre a sua ampliação considerando as necessidades apontadas em virtude do COVID-19;

V - Monitorar os dados referentes ao atendimento e demanda apresentada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contribuindo no planejamento de ações de prevenção, mitigação e retomada diante a situação de emergência;

VI - Articular junto a Secretaria de Saúde ações de informação e orientação aos trabalhadores do SUAS quanto a protocolos de atendimento e uso dos EPI's diante do COVID-19;

VII - Implementar iniciativas de divulgação geral as famílias sobre a estrutura de atendimento nos equipamentos diante da pandemia;

VIII - Realizar reuniões por vídeo conferência;

IX – Participar de reuniões interestoriais para alinhamento da atuação.

Art. 3º. Para subsidiar seus trabalhos, o Comitê de Crise contará com o apoio técnico dos seguintes membros:

I – milene barbosa da cruz rocha, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Básica;

II - juliane habitzreuter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Especial;

III - ANGELA FABIANE KOLLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social;

IV - LUCIANA COELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria Políticas Sobre Drogas e Reintegração Social;

V - SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária;

VI - Carolinne Kistenmacher Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gestão do SUAS;

VII - KARIN CRISTIANE FREITAG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Benefícios e Transferência Renda.

Parágrafo único. Compete ao apoio técnico a que se refere o caput deste artigo as seguintes atribuições:

I – Realizar estudo dos dados a fim de instrumentalizar o Comitê;

II – Assessorar na organização de fluxos de trabalho do Comitê;

III – Dar suporte no planejamento e na organização das reuniões do Comitê;

IV – Subsidiar o Comitê na sistematização das informações para o monitoramento e avaliação do Plano de Contingência da Política de Assistência Social e Habitação;

V – Mapear a execução das ações elencadas no Plano de Contingência;

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.230/2020

Publicação Nº 2545907

PORTARIA Nº 24.230 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Gestão Governamental, por meio do Memorando SEGG nº 033/2020, de 29/06/2020, resolve:

DISPENSAR, os servidores públicos municipais abaixo, do exercício de função gratificada de confiança, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19:

SUSANA RAQUEL BATISTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Elaboração e Execução Orçamentária - FGC de 90%, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019, a contar de 01 de julho de 2020;

OMAR KARIAN DABBOUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, da função gratificada de confiança de Coordenador de Manutenção e Serviços de Praças Públicas e Jardins - FGC de 70%, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, designado pela Portaria nº 24.180, de 09/06/2020, a contar de 01 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.232/2020

Publicação Nº 2545910

PORTARIA Nº 24.232, DE 30 DE JULHO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OMAR KARIAN DABBOUS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e conforme Memorando SEGG nº 033/2020, de 29/06/2020, resolve:

DESIGNAR, a contar de 02 de julho de 2020, o servidor público municipal OMAR KARIAN DABBOUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Elaboração e Execução Orçamentária - FGC de 90%, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº. 19/2020

Publicação Nº 2545913

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Concorrência Nº. 19/2020

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre em ambulância Tipo "B" (Suporte Básico de Vida) e tipo "D" (Unidade de Suporte Avançado - UTI) de pacientes de média e baixa complexidade, e de todas as idades, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano - PROEB e SMC. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 31 de julho de 2020 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 29/06/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2545915

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SUSPENSÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, para análise e adequações do edital. Oportunamente comunicaremos para o regular prosseguimento da licitação. OBJETO: Execução de reforma e adaptação do Prédio do Arquivo Histórico Profº José Ferreira da Silva e reforma e adaptação na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Muller e Anexo, Auditório Edith Gaertner (espaço interno da Fundação Cultural de Blumenau), localizados Alameda Duque de Caxias nº64, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital. Contratos de Repasse nº 870792/2018 e nº 870791/2018 – Ministério da Cidadania/Governo Federal - SMC. Informações (47) 3381-6277 / (47) 3381-6724 ou via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br. Blumenau, 30/06/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 7.721/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2545919

PORTARIA Nº 7721/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade por furto/extravio de aparelho celular do setor comercial da autarquia.

Samae, 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7.722/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2545921

PORTARIA Nº 7722/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade por extravio de equipamento "GEOFONE".

Samae, 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7.723/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2545923

PORTARIA Nº 7723/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade por extravio do Rastreador nº 7001109, instalado no maquinário ROLOMULLER da empresa Ramos Teeraplanagem.

Samae, 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7.724/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2545924

PORTARIA Nº 7724/20

PROFERE DECISÃO ACERCA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2018.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

O arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2018, instaurado para apuração de responsabilidade disciplinar do servidor público C.A.V, cadastro 479-0.

Samae, 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 226/2020 - FURB

Publicação Nº 2545927

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 226/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Agilent Technologies Brasil Ltda

OBJETO: aquisição de sistema de cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC) no âmbito do convênio pró equipamentos (847585/2017).
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 133/2020 e Contrato nº 122/2020 firmado em 29 de junho de 2020.

1.1. PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação de Licitação nº. 133/2020, especialmente quanto a Proposta de folha 26 à 35 dos autos deste Processo de Dispensa de Licitação nº 133/2020, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Cód. FURB	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	40111	1	Cromógrafo líquido de alta performance (HPLC), com detector DAD, forno de colunas, desgaseificador (degasser), amostrador automático e software para aquisição de picos do DAD (3D), com entrega, descarga em local indicado, instalação e treinamento de usuários. Marca: Agilent Cotação da empresa: nº 3215245	192.000,00	192.000,00
Preço Total (em R\$)				R\$ 192.000,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				(cento e noventa e dois mil reais)	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos, com serviços de instalação e treinamento de usuários, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 29/06/2020

EXTRATO Nº 227/2020 - FURB

Publicação Nº 2545929

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 227/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 144/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Inexigibilidade de Licitação do procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 197/2020/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA FABIANA RUBIA VIEIRA PARA ATUAR NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS, GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E GESTÃO ESTRATÉGICA DE MARKETING. Setor solicitante: Instituto FURB. Pedido de Compra: 1278/2020. Contratados: FABIANA RUBIA VIEIRA (CPF: 891.395.269-68). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 20 dias após prestação de serviço com NF. Prazo de Entrega: De acordo com o cronograma do curso. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.366,72 (três mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)/ 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativas)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau/SC, 29 de junho de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****DL 17/2020**

Publicação N° 2544911

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 17/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 43/2020
HOMOLOGAÇÃO 24/06/2020
CONTRATADO: MADEIREIRA BETTA NOVA GERAÇÃO LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.494,00 (cinco mil quatrocentos noventa e quatro reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, XXVI da Lei 8.666/93

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2020

Publicação N° 2545425

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2020
PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 002/2019 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital n° 002/2019 de Processo Seletivo Simplificado, realizado entre os dias 18 á 24 de junho de 2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 01/07/2020 a 02/07/2020, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital n° 002/2019, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 8.1 do Edital n° 002/2019.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo, conforme item 8.3 do Edital n° 002/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: Enfermeiro Padrão

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Luciana Pereira	002	18/09/1982	2º

Relação de Documento para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal;
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 30 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus

PREFEITURA

DECRETO 054/2020

Publicação Nº 2545001

DECRETO Nº. 054/2020
DE 28/05/2020

“AUTORIZA A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL PELO NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente e especialmente o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 740/2019 de 21/11/2019 (LOA) e a Lei nº 762/2020.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Credito Adicional Especial na Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS no valor de R\$ 380.249,51 (Trezentos e oitenta mil duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), no Orçamento Vigente, nas seguintes dotações:

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS
Órgão: 11.00 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2.032 – Manutenção Do Bloco da Atenção Básica
Despesas: 3190
Recursos: 03.1138
Detalhamento: 000000
Reduzido da Despesa: 69
Valor: R\$ 380.249,51

Art. 2º - Para dar cobertura a Suplementação aberta pelo artigo 1º, serão utilizados os recursos provenientes da Anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

Órgão: 11.00 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2.032 – Manutenção Do Bloco da Atenção Básica
Despesas: 3390
Recursos: 03.1138
Detalhamento: 000000
Reduzido da Despesa: 46
Valor: R\$ 380.249,51

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus-SC, 28 de Maio de 2020.

RAFAEL CALZA,
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO 055/2020

Publicação Nº 2545010

DECRETO N. 055/2020
DE 29/05/2020

“AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação vigente e especialmente o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Municipal nº 740/2019 de 21/11/2019 (LOA).

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 387.900,00 (Trezentos e oitenta e sete mil e novecentos reais), na entidade PREFEITURA MUNICIPAL, no Orçamento Vigente, na seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades Administrativas

Despesas: 3190

Recursos: 01.1142

Detalhamento: 000000

Reduzido da Despesa: 176

Valor: R\$ 330.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.022 – Manutenção das Atividades do Fundo Mun. De Assistencia Social

Despesas: 3390

Recursos: 01.1135

Detalhamento: 000043

Reduzido da Despesa: 177

Valor: R\$ 12.900,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.023 – Manutenção do Bloco PSB-FNAS

Despesas: 3190

Recursos: 01.1135

Detalhamento: 000043

Reduzido da Despesa: 178

Valor: R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto pelo artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do AFM referente a recomposição de perda do FPM, conforme MP nº 938 de 02/04/2020 – Fonte 1142.000000, no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais); de recursos de Programas de Ações do COVID no SUAS para EPI e Acolhimento conforme portaria 369 – Fonte 1135.000043, no valor de R\$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais); e recursos do incremento temporário ao Bloco de Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19 – Fonte 1135.000043, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus (SC), em 29 de Maio de 2020.

RAFAEL CALZA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO 056/2020

Publicação Nº 2545012

DECRETO n. 056/2020

De 02/06/2020

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICIPIO DE BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 69, inc. "VI" da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a medida provisória n. 2.178-36 de 24 de agosto de 2001, que cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, quadriênio 2017 – 2021:

TITULARES:

MARILUCI GUINZELLI GIL DA SILVA – Representante do Poder Executivo;

SILMARA SILVA DALLA RIVA – Representante dos Profissionais da área de educação;

VANIA INES MULLER - Representante dos Profissionais da área de educação;
JAQUELINE CADINE FOCESATO – representante da APP – associação de pais e professores;
ELAINE SERRAGLIO - representante da APP – associação de pais e professores;
LUIZA MARIA TREVISAN – Representante da sociedade civil;
ALEXANDRA ANGONESI DA CRUZ - Representante da sociedade civil;

SUPLENTE:

JORGE ENDRYGO BRINKER - Representante do Poder Executivo;
FRANCIELLI APARECIDA TAVARES DOS SANTOS NARCISO- Representante dos Profissionais da área de educação;
GRACIANE NEVES E SÁ CONRADO - Representante dos Profissionais da área de educação;
ODAIR BONGIOVANI - representante da APP – associação de pais e professores;
MCLEIZE GIOVANAZ TAVARES- representante da APP – associação de pais e professores;
VALMOR PECCINI – Representante da sociedade civil;
NATALINA FERRI – Representante da sociedade civil;

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário;

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus, 02 de Junho de 2020.

RAFAEL CALZA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO 057/2020

Publicação Nº 2545016

DECRETO N.057/2020

De 02/06/2020

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 69, inc. “VI” da Lei Orgânica Municipal c/c o Art. 1º da Lei Municipal n. 72/1997 de 16 de outubro de 1997, que cria o Conselho Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º-Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde:

I – Representantes do Governo Municipal:

- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:
- Marisa Angonese;
- Alcione Grolli Menegotto;

II – Representantes dos Profissionais de Saúde vinculados ao SUS:

- Odete Correa de Oliveira Paliano;
- Janara Presendo;

III – Representantes dos prestadores de Saúde vinculado ao SUS:

- Soneide Maria Karling;
- Regina Schneider de Oliveira;

IV – Representantes dos Usuários:

- Associação de Moradores de Bom Jesus;
- Elaine Serraglio;
- Fernanda Loregian;
- Associação de Pais e Professores (APP):
- Simone Piovezan Quichini;
- Tânia Regina da Cruz;

V- Conselho Comunitário da Igreja:

- Luiz Menegotto;
- Sidiane Calza;

Art. 2º-Revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto n.067/2019.

Art. 3º-O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus - SC, 02 de Junho de 2020.

RAFAEL CALZA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

DECRETO 058/2020

Publicação N° 2545018

DECRETO nº 058/2020
De 02/06/2020

“DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JESUS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 69, inc. “VI” da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO , o enfrentamento da Pandemia do COVID- 19, e a orientação para proporcionar o isolamento social medida de prevenção ao contágio.

DECRETA:

Art. 1o-Ponto facultativo aos Servidores Públicos Municipais do Município de Bom Jesus, no dia 12/06/2020.

Art. 2º - Os casos de urgência e emergência serão priorizados, tendo o seu atendimento normal, com plantão na Secretária Municipal de Saúde.

Art.3º-O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-Revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus - SC, 02 de Junho de 2020.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020

Publicação Nº 2545117

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa F. M. Pneus LTDA, com sede na Avenida Maravilha, nº. 833, Centro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 81.374.845/0001-49, neste ato representada por seu representante legal Senhor Ivo Badia, portador do CPF nº. 642.610.349-72 e RG nº. 1.837.892, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.
- 3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,
- 4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa F. M. Pneus LTDA, com sede na Avenida Maravilha, nº. 833, Centro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 81.374.845/0001-49, neste ato representada por seu representante legal Senhor Ivo Badia, portador do CPF nº. 642.610.349-72 e RG nº. 1.837.892.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Ivo Badia
F.M. Pneus LTDA

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretario do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Juridico

ANEXO 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 18-2020

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 1032/2020

EMPRESA VENCEDORA: Empresa F. M. Pneus LTDA, com sede na Avenida Maravilha, nº. 833, Centro, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 81.374.845/0001-49, neste ato representada por seu representante legal Senhor Ivo Badia, portador do CPF nº. 642.610.349-72 e RG nº. 1.837.892.					
Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
5	4	und	Recapagem de Pneu 18.4x30	1.545,00	6.180,00
9	4	und	Recapagem de Pneu 23.1 R 26	2.680,00	10.720,00
13	4	ser	Recapagem Pneu 12.4x24	805,00	3.220,00
15	8	und	Recapagem de Pneu tipo 400/60 R 15.5	880,00	7.040,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2020

Publicação Nº 2545120

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Renovadora de Pneus Maravilha Ltda, com sede na Rua Albino Cerruti Cella, nº. 834, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 83.230.888/0001-86, neste ato representada por seu representante legal Senhor Renato Sadi Bauermann, portador do CPF nº. 249.543.819-91 e RG nº. 945.881, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.

3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,

4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa Renovadora de Pneus Maravilha Ltda, com sede na Rua Albino Cerruti Cella, nº. 834, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 83.230.888/0001-86, neste ato representada por seu representante legal Senhor Renato Sadi Bauermann, portador do CPF nº. 249.543.819-91 e RG nº. 945.881.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Renato Sadi Bauermann
R.P.M LTDA

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretario do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020****PROCESSO LICITATORIO Nº. 1032/2020**

EMPRESA VENCEDORA: Empresa Renovadora de Pneus Maravilha Ltda, com sede na Rua Albino Cerruti Cella, nº. 834, Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 83.230.888/0001-86, neste ato representada por seu representante legal Senhor Renato Sadi Bauermann, portador do CPF nº. 249.543.819-91 e RG nº. 945.881.					
Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
1	6	und	Recapagem Pneu 215/75 R 17.5 com profundidade de sulcos de no mínimo 15mm	338,00	2.028,00
2	25	und	Recapagem de Pneu 750 R 16 com profundidade de sulco mínimo de 15 mm	314,00	7.850,00
11	6	und	Recapagem de Pneu Balão 23.1x30	2.557,00	15.342,00
12	8	ser	Recapagem pneu 14.9x28	1.250,00	10.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2020

Publicação Nº 2545123

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Jungbluth & Jungbluth LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº. 1199, Bairro São Jorge, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 02.570.797/0001-98, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cimar João Picinini, portador do CPF nº. 758.599.209-20 e RG nº. 2.940.005, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente

registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.
- 3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,
- 4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa Jungbluth & Jungbluth LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº. 1199, Bairro São Jorge, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 02.570.797/0001-98, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cimar João Picinini, portador do CPF nº. 758.599.209-20 e RG nº. 2.940.005.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Cimar João Picinini
Empresa

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretário do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N°. 10/2020****PROCESSO LICITATORIO N°. 1032/2020****EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa Jungbluth & Jungbluth LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, n°. 1199, Bairro São Jorge, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o n°. 02.570.797/0001-98, neste ato representada por seu representante legal Senhor Cimar João Picinini, portador do CPF n°. 758.599.209-20 e RG n°. 2.940.005.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
3	50	und	Recapagem de Pneu 1000 R20 Radial Borrachudo com profundidade de sulco mínimo 20mm	518,00	25.900,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2020

Publicação Nº 2545128

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/ 2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa A.R. Pneus LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, 4101, Bairro Trevo, Município de São Miguel do Oeste/SC inscrita no CGC/MF sob o nº. 09.243.567/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor Andrei Borsatto, portador do CPF nº. 006.005.239-26 e RG nº. 3.546.657, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.

3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,

4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa A.R. Pneus LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, 4101, Bairro Trevo, Município de São Miguel do Oeste/SC inscrita no CGC/MF sob o nº. 09.243.567/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor Andrei Borsatto, portador do CPF nº. 006.005.239-26 e RG nº. 3.546.657.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Andrei Borsatto
Empresa

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretario do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N°. 10/2020

PROCESSO LICITATORIO N°. 1032/2020

EMPRESA VENCEDORA:

Empresa A.R. Pneus LTDA EPP, com sede na Rua Waldemar Rangrab, 4101, Bairro Trevo, Município de São Miguel do Oeste/SC inscrita no CGC/MF sob o n°. 09.243.567/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor Andrei Borsatto, portador do CPF n°. 006.005.239-26 e RG n°. 3.546.657.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
10	20	und	Recapagem pneu 1400x24 radial	1.470,00	29.400,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2020

Publicação Nº 2545131

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa Recapadora Marrecas LTDA EPP, com sede na Rua Natalino Faust, nº. 610, Bairro Luther King, Município de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.689.415/0001-38, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vanderli Migliorini, portador do CPF nº. 913.849.589-91 e RG nº. 6445381-5, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente

registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.

3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,

4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa Recapadora Marrecas LTDA EPP, com sede na Rua Natalino Faust, nº. 610, Bairro Luther King, Município de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.689.415/0001-38, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vanderli Migliorini, portador do CPF nº. 913.849.589-91 e RG nº. 6445381-5.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Vanderli Migliorini
Empresa

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretario do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N°. 10/2020****PROCESSO LICITATORIO N°. 1032/2020****EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa Recapadora Marrecas LTDA EPP, com sede na Rua Natalino Faust, nº. 610, Bairro Luther King, Município de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.689.415/0001-38, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vanderli Migliorini, portador do CPF nº. 913.849.589-91 e RG nº. 6445381-5.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
8	8	ser	Recapagem de Pneu 17.5 x 25	1.675,00	13.400,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020

Publicação Nº 2545135

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa RM Pneus e Recapagens LTDA ME, com sede na Rua Waldemar Pianta, nº. 224, Área Industrial, Município de São Lourenço do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 04.223.949/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Michel de Almeida Marmentini, portador do CPF nº. 065.997.479-73 e RG nº. 5.422.749, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente

registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.
- 2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.
- 3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,
- 4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa RM Pneus e Recapagens LTDA ME, com sede na Rua Waldemar Pianta, nº. 224, Área Industrial, Município de São Lourenço do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 04.223.949/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Michel de Almeida Marmentini, portador do CPF nº. 065.997.479-73 e RG nº. 5.422.749.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Michel de Almeida Marmentini
Empresa

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretario do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N°. 10/2020****PROCESSO LICITATORIO N°. 1032/2020****EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa RM Pneus e Recapagens LTDA ME, com sede na Rua Waldemar Pianta, n°. 224, Área Industrial, Município de São Lourenço do Oeste/SC, inscrita no CGC/MF sob o n°. 04.223.949/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Michel de Almeida Marmentini, portador do CPF n°. 065.997.479-73 e RG n°. 5.422.749.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
4	16	und	Recapagem de Pneu 275/80 R 22.5 Radial borrachudo com profundidade de sulco mínima 20 mm	530,00	8.480,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2020

Publicação Nº 2545138

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1032/2020

Aos 26 de junho de 2020, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços nº. 11/2020, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, conforme consta no **ANEXO I**, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa VLK Fabricação de Pneus Especiais LTDA EPP, com sede na Rua Alcebiades Tonin, nº. 100, Distrito Industrial, Município de Erechim/RS, inscrita no CGC/MF sob o nº. 24.018.340/0001-08, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Petry, portador do CPF nº. 802.645.819-20 e RG nº 2.545.993, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo departamento de compras para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, o departamento de compras não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº. 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pelo departamento de compras.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

2). Os materiais objeto do certame deverão ser entregues junto ao pátio da garagem de Maquinas, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 120 – Bom Jesus do Oeste/SC.

3) A Ata de Registro de Preços do certame terá validade de 12 meses após sua assinatura,

4) **O pneu deverá ser retirado em um prazo de no máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da solicitação e entregue recapado no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, o não cumprimento desta exigência ocasionara imediata rescisão da ata de registro de preços com a empresa vencedora.**

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em até 10 dias (úteis) após a entrega previsto no item "11", da cláusula 11.1 do Edital do Processo Licitatório nº. 1032/2020, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº. 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, do município de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos serviços cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos produtos, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir ou recuperar o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 11/2020 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - Empresa VLK Fabricação de Pneus Especiais LTDA EPP, com sede na Rua Alcebiades Tonin, nº. 100, Distrito Industrial, Município de Erechim/RS, inscrita no CGC/MF sob o nº. 24.018.340/0001-08, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Petry, portador do CPF nº. 802.645.819-20 e RG nº 2.545.993.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de junho de 2020.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Elton Petry
Empresa

Testemunhas:

Clair dos Santos Serpa
Secretário da Agricultura

Valdenor Nascimento
Secretário do DMER

Cesar Luiz Majolo
OAB/SC 32.022
Assessor Jurídico

ANEXO 1**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N°. 10/2020****PROCESSO LICITATORIO N°. 1032/2020****EMPRESA VENCEDORA:**

Empresa VLK Fabricação de Pneus Especiais LTDA EPP, com sede na Rua Alcebiades Tonin, nº. 100, Distrito Industrial, Município de Erechim/RS, inscrita no CGC/MF sob o nº. 24.018.340/0001-08, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elton Petry, portador do CPF nº. 802.645.819-20 e RG nº 2.545.993.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Valor do Item R\$	Valor total R\$
6	16	ser	Recapagem de Pneu 12.5/80 R 18	740,00	11.840,00
7	6	und	Recapagem de Pneu 19,5x24	1.680,00	10.080,00
14	8	und	Recapagem de Pneu tipo 10/16.5	645,00	5.160,00

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N° 2/2020**

Publicação N° 2544787

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 2/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE

Contratado: DUETO TECNOLOGIA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia de Informação para fornecimento em regime de locação de Sistema do Legislativo Municipal.

Valor Mensal: R\$ 3.810,00 (Três mil, oitocentos e dez reais)

Vigência: Início: 01/07/2020 Término: 30/06/2021.

Data da assinatura: 26 de junho de 2020.

Har Schmidt – Presidente do Legislativo

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2520/2020**

Publicação Nº 2545578

DECRETO Nº 2520/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Excesso de Arrecadação No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 238.900,00 (duzentos e trinta e oito mil e novecentos reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0026 - Transporte	
0782 - Transporte Rodoviário	
0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Cód. 369 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01760001 - Emendas Parlamentares nº 202028560001	238.900,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01760001 - Emendas Parlamentares nº 202028560001	238.900,00
---	------------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 30 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 30 de junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA A.R.P. 25/2020 - LÂMINAS DIVERSAS

Publicação Nº 2545014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratado:

JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, CNPJ: 15.608.150/0001-50, Situada à Rua Luiz Magalhães de Medeiros, Nº 1050, Sala 01, Bairro Humaitá, cidade de Tubarão/SC, CEP: 88708-250, Fone: (48)3628-0962, e-mail: jslaminas@yahoo.com.br,

VALOR: R\$ 45.529,60 (Quarenta e Cinco Mil e Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta Centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DIVERSAS

Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020-SRP

LEI_1483 2020 (SUBSIDIO_VEREADORES)

Publicação Nº 2545491

LEI Nº 1483/2020

Dispõe sobre a fixação e o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Botuverá para a legislatura 2021 a 2024.

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Botuverá, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Presidente e os Vereadores, estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

§ 2º É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego ou função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

§ 3º Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência terá seu subsídio mensal fixado em R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 4º O substituto legal, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, no caso de substituir o Presidente em seus impedimentos legais, licenças e ausências, perceberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no § 3º deste artigo.

Art. 2º O valor do subsídio mensal dos Vereadores será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

§ 1º No ano de 2021, a revisão do subsídio dos Vereadores será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

§ 2º Na hipótese de o índice da revisão geral anual agregar ao subsídio mensal dos Vereadores valor que supere um dos tetos remuneratórios constitucionalmente previstos, haverá o respectivo redutor.

§ 3º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolção dos limites legais e constitucionais.

Art. 3º O valor do subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º A ausência de Vereador na Ordem do Dia de Sessão Plenária Ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio mensal no valor de R\$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Parágrafo único. Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo:

a) ausência de matéria a ser votada;

b) a não realização de reunião por falta de quórum, relativamente aos Vereadores presentes;

c) a participação em eventos destinados a atualização e orientação para o desempenho do mandato;

d) quando representar o Poder Legislativo em eventos no qual a Câmara participar;

e) quando das ausências por motivos relevantes não previstos nas alíneas a, b, c e d, sujeito à aprovação do Plenário.

Art. 5º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

Art. 6º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 7º O suplente de Vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias que participar.

Art. 8º Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

§ 1º No caso de o Vereador ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social,

observadas a regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

§ 2º Na hipótese do inciso I do § 2º do art. 1º desta Lei, havendo acúmulo de remuneração, o Vereador contribuirá, observada a respectiva legislação previdenciária:

I - para o Regime Geral da Previdência Social, com incidência sobre o valor do subsídio mensal pago pela Câmara;

II - para o Regime Próprio de Previdência Social, com incidência sobre o valor da sua remuneração de origem.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 30 de Junho de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

LEI_1484 2020 (SUBSIDIO_PREFEITO)

Publicação Nº 2545492

LEI Nº 1484/2020

Dispõe sobre a fixação e o pagamento do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a legislatura 2021 a 2024, no município de Botuverá/SC.

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de Botuverá, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I - Prefeito: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

II - Vice-Prefeito: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

III - Secretários Municipais: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

§ 1º O Chefe de Gabinete do Prefeito e o Procurador Geral, para os efeitos desta Lei, são considerados Agentes Políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

§ 2º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o substituto legal receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§ 3º O Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 4º O Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais farão jus ao gozo de férias e adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal.

§ 5º Fica vedado a acumulação do subsídio mensal do Vice-Prefeito com o vencimento do cargo na administração direta ou indireta do Município, devendo optar ou pelo subsídio ou pelo vencimento do cargo que vier a ocupar.

§ 6º Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Prefeito, o Vice-Prefeito estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

§ 7º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolção dos limites legais e constitucionais.

Art. 2º O valor do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados do mês de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito e Secretários Municipais não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo único. No caso do Prefeito, do Vice-Prefeito ou dos Secretários Municipais serem titulares de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Botuverá em, 30 de Junho de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

LEI_1485_2020_CONVENIO_SSP_DELEGACIA

Publicação Nº 2545495

LEI Nº 1.485/2020.

“Autoriza o Município de Botuverá a estabelecer convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com o Departamento estadual de Trânsito – DETRAN/SC e a Polícia Militar de Santa Catarina e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ.

Faço saber a todos os habitantes deste município de Botuverá que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

At. 1º - O Município de Botuverá, através do Poder Executivo Municipal, fica autorizado pela presente Lei a firmar convênio de trânsito com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, como Departamento estadual de Trânsito – DETRAN/SC e a Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 2º - Os termos do convênio a ser firmado, constam na minuta em anexo, e ficam fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - O prazo de vigência do convênio será de 5 anos a partir da data de assinatura do respectivo termo.

Art. 4º - Fica alterado o Plano Plurianual para adaptar-se a celebração do presente convênio.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 30 de Junho de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102 2020

Publicação Nº 2544849

PORTARIA Nº 102/2020

“Revoga a Cessão de Servidor do Poder Executivo Municipal na função Gratificada de Contador da Câmara Legislativa do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal;

Resolve;

Art 1º Revogar a Cessão de Servidor Público do Poder Executivo Municipal Fábio Maestri Bágio, matrícula 205.4-1 na função Gratificada de Contador da Câmara Legislativa do Município de Botuverá

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação em 1º de julho de 2020.

Botuverá (SC), 29 de Junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103 2020.

Publicação Nº 2544856

PORTARIA Nº 103/2020

“Cede Servidor do Poder Executivo Municipal para a função gratificada de Contador na Câmara Legislativa do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal;

Resolve;

Art 1º Ceder o Servidor do Poder Executivo Municipal Cleber José Costa matrícula 1910-1 para a função gratificada de Contador na Câmara Legislativa do Município de Botuverá.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação em 1º de julho de 2020.

Botuverá (SC), 29 de Junho de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE CONTRATO 06/2020 - PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA

Publicação N° 2544983



**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

TERMO ADITIVO N° 01/2020

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 06/2020 CELEBRADO
PELO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E PELA
EMPRESA PROJEKTE ENGENHARIA E
ARQUITETURA LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, situada na Rua João Morelli, 05, Centro, CEP 88295-000, neste ato representado representada pelo seu **PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ COLOMBI**.

CONTRATADA: a empresa **PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA**, CNPJ 13.797.773/0001-92, Rua Gustavo Milchert, nº 124, Bairro Imigrantes, na cidade de Timbó/SC, CEP 89.120-000, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **ROGER ANDREAS ISLEB**.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 06/2020, instruído sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1- O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do valor do contrato firmado entre as partes em 14/02/2020, e com término de vigência em 31/12/2020, nos termos previstos em sua Cláusula 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADIÇÃO

1. O valor do contrato, após a adição, é de R\$ 140.747,60 (cento e quarenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).
 - 1.1 - Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 30/06/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente termo aditivo decorre do através do pedido formalizado pela empresa e aprovado pelo setor de engenharia e departamento jurídico desta prefeitura.

1/2



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Botuverá, em 30 de junho de 2020.

José Luiz Colombi
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
CONTRATANTE

Roger Andreas Isleb
PROJEKTE ENGENHARIA E
ARQUITETURA LTDA
CREDENCIADA

Angelo Luiz Venzon
Secretário de Obras
Gestor

Rafael Lopes de Lima
Engenheiro Civil
Fiscal

Visto do Jurídico:

Rodrigo Ivan Lazzarotti
OAB/SC-12298

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1383- 2020

Publicação Nº 2546038

PORTARIA Nº 1383/2020
Remoção

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017; Considerando que a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido, por concurso, por permuta, por acordo e, excepcionalmente, de ofício. Considerando a solicitação de Remoção da servidora LETICIA CAROLINE VIEIRA HOCHSPRUNG, bem como memorando da Secretaria de Saúde nº 736/2020.

Considerando que o presente ato administrativo está motivado, encontrando-se em conformidade com os princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição da República/88.

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) LETICIA CAROLINE VIEIRA HOCHSPRUNG, matrícula nº 882984, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde/ UBS CEDRINHO para a Secretaria de Saúde/ UBS SÃO JOÃO, com efeitos a contar de 01/07/2020.

Parágrafo único: A Remoção por acordo se dá por interesse do Servidor, bem como por anuência da Municipalidade, com fulcro no Art. 45 c/c com o Art. 49 e Art. 51 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1384-2020

Publicação Nº 2546039

PORTARIA Nº 1384/2020
Remoção

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017; Considerando que a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido, por concurso, por permuta, por acordo e, excepcionalmente, de ofício. Considerando a solicitação de Remoção da servidora SONIA MARA DE ALMEIDA, bem como memorando da Secretaria de Saúde nº 781/2020.

Considerando que o presente ato administrativo está motivado, encontrando-se em conformidade com os princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição da República/88.

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) SONIA MARA DE ALMEIDA, matrícula nº 687243, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde/ UBS BATEAS para a Secretaria de Saúde/ UBS EMMA, com efeitos a contar de 01/07/2020.

Parágrafo único: A Remoção por acordo se dá por interesse do Servidor, bem como por anuência da Municipalidade, com fulcro no Art. 45 c/c com o Art. 49 e Art. 51 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de junho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 13.386 - ERRATA

Publicação Nº 2546040

ERRATA

Em razão de erro de digitação contido na Portaria n. 13.386, de 18 de junho de 2020, publicada em 22 de junho de 2020, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se retificação da mesma, de acordo com o que segue:

1. Onde se lê:

“Art. 1º Designar Ademir José Jorge, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, para responder interinamente pela Secretaria de Turismo”.

Leia-se:

“Art. 1º Designar Ademir José Jorge, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, para responder interinamente pela Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque”.

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.392 -2020

Publicação Nº 2546041

PORTARIA N. 13.392, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Thais Furlin de Figueredo dos Santos, para responder de forma interina pela Diretoria de Recursos Humanos, sem o acréscimo de quaisquer vantagens financeiras, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários para o bom andamento do referido Setor, a partir de 29 de junho de 2020.

Parágrafo único. A designação se refere ao período de afastamento da servidora titular do cargo de Diretora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.393 -2020

Publicação Nº 2546042

PORTARIA N. 13.393, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Designa servidor para responder interinamente pela Fundação Cultural de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Igor Alves Balbinot, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor, matrícula n. 723959-1, para responder interinamente pela Fundação Cultural de Brusque, podendo, para tanto, assinar contratos, convênios, ordenar despesas, assinar requisições, ordens de compras, medições e realizar os demais atos necessários para o desenvolvimento das atividades da referida Fundação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de **2020**.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 167-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2546027

PORTARIA Nº 167/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Lauricio dos Santos, matrícula 21067-00, ocupante do cargo de Motorista.

Pelo período de 18/06/2020 a 16/07/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 18/06/2020

Brusque, 16 de junho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 168-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2546028

PORTARIA Nº 168/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Alison Aparecido da Silva, matrícula 28371-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais e
Sergio da Veiga, matrícula 28339-00, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais.

Pelo período de 06/07/2020 a 25/07/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 06/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA N° 169-2020 -SAMAE

Publicação N° 2546029

PORTARIA N° 169/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar N°. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Altair Pacheco, matrícula 7951-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico e
Elzira maria Azzolini de Azevedo, matrícula 28320-00, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais.

Pelo período de 06/07/2020 a 04/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 06/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA N° 170-2020-SAMAE

Publicação N° 2546030

PORTARIA N° 170/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar N°. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Claudete Marques Baumgartner, matrícula 8060-00, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e
Jaqueline Maurici Montibeller Testoni, matrícula 7161-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório.

Pelo período de 09/07/2020 a 25/07/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 09/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 171-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546031

PORTARIA Nº 171/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Osmar Pacheco, matrícula 8125-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico

Pelo período de 13/07/2020 a 01/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 13/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 172-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546032

PORTARIA Nº 172/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Osvaldo dos Santos Moraes Jr., matrícula 26808-02, ocupante do cargo de Agente Hidráulico

Pelo período de 13/07/2020 a 11/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 13/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 173-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546033

PORTARIA Nº 173/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

André de Castro Nunes, matrícula 7366-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE e
Elisane Martins Nunes, matrícula 21601-00, ocupante do cargo de Telefonista.

Pelo período de 15/07/2020 a 03/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 15/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 174-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546034

PORTARIA Nº 174/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Fabricio Gonçalves, matrícula 25038-00, ocupante do cargo de Motorista.

Pelo período de 15/07/2020 a 13/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 15/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 175-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546035

PORTARIA Nº 175/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Paulo Motta, matrícula 27740-02, ocupante do cargo de Agente de ETA

Pelo período de 20/07/2020 a 08/08/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 20/07/2020

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 176-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546036

PORTARIA Nº 176/2020

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal incluída na ressalva do art. 8º inciso IV da Lei Complementar 173/2020 e de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V e posteriores alterações e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais, em específico Agente de ETA, responsável pelo acompanhamento e controle de qualidade da água distribuída à população;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2019 de 13/12/2019;

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 01/07/2020 à 30/06/2021, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2019, conforme classificação:

Em 13º lugar, para a função de Agente de ETA: CARINE BAPTISTA;

Art. 2.º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/07/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 177-2020-SAMAE

Publicação Nº 2546037

PORTARIA Nº 177/2020

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor VILSON SCHWARTZ, matrícula 8001-01, do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01/07/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de julho de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 32-2020-IBPREV

Publicação Nº 2546043

Portaria nº 32/2020
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
ANA MARIA BASSO DOS SANTOS

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 111, inciso II, alínea 'a' e §1º da Lei Orgânica Municipal de Brusque, c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento no artigo **40 §1º III, da Constituição Federal, artigo 31 §3º; VI; 36 e 66 da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20/09/11,**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 122/2020, benefício de Aposentadoria Voluntária a Ana Maria Basso dos Santos, CPF: 505.338.009-00.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/07/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 26 de junho de 2020.

CELIO FRANCISCO DE CAMARGO
Diretor-presidente
IBPREV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2020-ATA DE ABERTURA-SAMAE

Publicação Nº 2546026

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 026/2020 – MODALIDADE CREDENCIAMENTO

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 14h (quatorze horas), no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros a Sra. Denise Bruns e o Sr. Almir Roberto Pavesi, para o ato de abertura dos envelopes referentes ao Credenciamento, processo licitatório no. 026/2020, para o qual retiraram o edital os interessados que constam em anexo no processo licitatório. Entregaram tempestivamente os envelopes habilitação, os leiloeiros: Lúcio Ubiali; Ruy Walter Baldissera; Ancila Maria Baldissera Paludo; Andrea Baldissera; Fabio Marlon Machado; Alex Willian Hope; Fabiane Tissiani Baldissera de Souza; Daniel Elias Garcia; Paulo Pizzolati Neto; Marcos Alessandro Zampieri; Ulisses Donizete Ramos; Elio Montagna Júnior; Paulo Roberto Worm; Júlio Ramos Luz, representado pela Sra Vanessa Priscila Brassiani; Diógenes Valério Jorge; Marcus Rogério Araújo Samoel, representado pela Sra. Thaina Lima; Roger Wenning; Etlá Weiss da Costa; Anderson Luchtemberg; Simone Wenning; Paulo Alexandre Heisler; Magnun Luiz Serpa e Paulo Setsuo Nakakogue. Em seguida, o Senhor Presidente, pediu que todos os presentes conferissem à inviolabilidade dos envelopes e que visstassem os mesmos. Aberta a palavra não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica nos mesmos. Aberta a palavra, a Sra Vanessa Priscila Brassiani, pediu a inabilitação dos seguintes leiloeiros: a) Lúcio Ubiali, por não haver apresentado a certidão emitida pela JUSCESC; b) Paulo Pizzolati Neto; Elio Montagna Júnior; Alex Willian Hope e Daniel Elias Garcia; por não haverem apresentado o atestado de capacidade técnica na forma original ou autenticado, sendo que no caso do Daniel o mesmo não se encontra nem assinado. A Sra. Thaina Lima pediu a inabilitação dos seguintes leiloeiros: a) Ulisses Donizete Ramos e Fabio Marlon Machado; por haver deixado de apresentar a certidão negativa de insolvência cível, item 7.1.7 do edital. O Senhor Presidente informou aos presentes que a Comissão irá analisar os documentos habilitação de todos os participantes e após serão declarados os leiloeiros habilitados. sendo publicada no mural do SAMAE e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgãos da imprensa oficial da Autarquia a relação dos mesmos. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e demais pessoas presentes.

Deivison Araldi	- Presi- dente	
Denise Bruns	- Membro	
Almir Roberto Pavesi	- Membro	
Thaina Lima		
Vanessa Priscila Brassiani		

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2020 - RDC Nº 01/2020

Publicação Nº 2545995

AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO

Processo Licitatório nº 51/2020

RDC nº 01/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS HABILITADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE CAÇADOR/SC.

A Comissão Permanente de Licitação, legalmente instituída pelo Decreto nº 7.375, de 10 de Janeiro do 2018, acrescido pelo Decreto nº 8.700, de 4 de maio de 2020, no uso de suas atribuições e conforme determinações constantes no instrumento convocatório, e, Considerando que a sessão de julgamento do dia 09/06/2020 foi suspensa em 10/06/2020 após a apresentação dos documentos solicitados pelo Presidente da CPL;

Considerando que a suspensão do dia 10/06/2020 é decorrência da análise técnica pelos setores da Contadoria Geral da Prefeitura e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador sobre os documentos apresentados pela licitante EDIFICADORA CATARINENSE DE OBRAS LTDA;

Considerando que no dia 23/06/2020 o Presidente da CPL, em caráter de diligência, solicitou documentos complementares para esclarecer a solidez financeira da licitante retromencionada; e

Considerando que após deliberações técnicas que subsidiam a decisão desta CPL para os 04 itens licitados, o Presidente

RESOLVE:

Comunicar aos demais licitantes que a empresa EDIFICADORA CATARINENSE DE OBRAS LTDA foi considerada CLASSIFICADA e HABILITADA para os 04 itens do presente certame;

Convocar as empresas participantes para reabertura de julgamento do certame no dia 02/07/2020 às 14h00 min. na plataforma do comprasnet, para declarar o vencedor do certame, sendo que o Presidente abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 30 minutos consecutivos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

Ainda, a licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta, habilitação ou inabilitação deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, via sistema, sob pena de preclusão de julgar as propostas de preços das licitantes habilitadas.

Lucas Filipini Chaves
Presidente

Andrieli Perego
Membro

Ivolnéia Alves de Freitas
Membro

Silvana Schmidt
Membro

DECRETO Nº 8.800

Publicação Nº 2545591

DECRETO Nº 8.800, de 29 de junho de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Márcio Ernani Teles de Oliveira para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 84/2020, vinculada ao Processo Licitatório nº 65/2020 - Pregão Eletrônico nº 26/2020, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de gases industriais designados à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 29 de junho de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.802

Publicação Nº 2545801

DECRETO Nº 8.802, de 30 de junho de 2020.

Designa servidora para exercer fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Fabiana Rodrigues Moschetta para exercer a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91/2020, vinculadas ao Processo Licitatório nº 68/2020, Pregão Eletrônico nº 29/2020, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de álcool líquido e em gel, luvas descartáveis, máscaras reutilizáveis e termômetros, destinados ao uso de alunos e professores da rede de ensino pública municipal de Caçador/SC, no enfrentamento e combate a pandemia de coronavírus.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de junho de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2020 - SEC. FAZENDA

Publicação Nº 2546015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO nº 34/2020

SUJEITO PASSIVO: INPLASA RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA

CONSIDERANDO que a Notificação nº 34/2020, encaminhada por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo "não existe o número".

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 202,34 (Duzentos e dois reais e trinta e quatro centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a ISS RETIDO das competências 01 a 06/2015 e 12/2016, originado da Notificação nº 34/2020, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 30 de junho de 2020.

Osório Elias Timmermann
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia
Fiscal Tributaria

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2020 - FMS

Publicação N° 2543918

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 018/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 065/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTO E BOBINAS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM RELÓGIOS PONTOS PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO À CONSERVAÇÃO DESTES EQUIPAMENTOS QUE FAZEM PARTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, BEM COMO, AUXILIANDO NO REGISTRO E CONTROLE DA ASSIDUIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 30/06/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2020 - FMS

Publicação N° 2543974

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 019/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 066/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AO HOSPITAL CIRÚRGICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 30/06/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2020 - FMS

Publicação N° 2545441

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 022/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 067/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DO COVID19 PARA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 06 (seis) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 30/06/2020
1ª Publicação.

DL 052/2020 - FMS

Publicação Nº 2545417

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 052/2020 – FMS

Data: 30/06/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDER AS DECISÕES JUDICIAIS EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0900077-68.2015.8.24.0113 E OUTROS.

Valor total: R\$ 4.060,64 (quatro mil sessenta reais e sessenta e quatro centavos).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: MARCELLE HORTER ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 30 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

IL 004/2020 - PMC

Publicação Nº 2545757

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 004/2020– PMC

Data: 30/06/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 600 HORAS PARA O TRATOR T6.110 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Valor total: R\$: 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais)

Secretaria de Agricultura.

Contratado: AGROWERNER COM. DE MAQUINA E IMPL. AGRI. LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 30 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

IL 009/2020 - FMS

Publicação Nº 2545564

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 009/2020– FMS

Data: 30/06/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS PERTENCENTES AO HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ, ATRAVÉS DO PROCESSO 44/2019 - PREGÃO 19/19.

Valor total: R\$: 2.360,63 (dois mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e três centavos).

Secretaria de Saúde.

Contratado: DEL SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "CAPUT", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 30 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2545391

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA/FRACASSADOS NOS ITENS 07, 09, 13, 19, 20, 22, 25, 29, 33, 49, 50, 51, 53 57, 58, 60 A 63"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 23 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2020

Publicação Nº 2545139

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2020 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 6 (seis) meses, a contar desta data.

Aos trinta dias do mês de junho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do Município de Campo Alegre, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Calcário", criado pela Lei Municipal nº 2.619 de 02 de abril de 2002 alterada pela Lei Municipal 4.596/2017, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SOLOFILER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS FINOS LTDA, CNPJ: 76.216.480/0001-94, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 50/2020, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1.120	Tonelada	Calcário dolomítico tipo C, com PRNT mínimo de 75%.	34,50	38.640,00
VALOR TOTAL					R\$ 38.640,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

SOLOFILER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS FINOS LTDA

Josemar Guarise

Representante legal

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020

Publicação Nº 2545266

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 53/2020)

Às 10h do dia 30/06/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a Aquisição e instalação de "Eco ponto" para receber diversos tipos de materiais recicláveis. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 04/2020**

Publicação Nº 2544817

ESTAGIO - CÂMARA MUNICIPAL CAMPO ALEGRE - 2020

Contratação:

- 01 vaga para estagio de aluno cursando ensino médio;
- Carga horária de 04 horas no período da tarde;
- Bolsa estágio no valor de ½ salário mínimo R\$ 522,50

Requisitos:

- comprovante de frequência escolar em Unidade Educacional publica ou privada;
- comprovante de residente em Campo Alegre – SC;
- copia de CPF e R.G. se menor copia dos documentos do Pai ou Mãe ou Responsável.
- preencher ficha solicitada pelo e-mail comunicacaocamara.calegre@gmail.com ou na Secretaria da Câmara Municipal, horário das 13:00 as 19:00 horas

Classificação:

- maior media das notas do boletim escolar 2019.

Divulgação:

SITE DA CÂMARA endereço: www.camaracampoalegre.sc.gov.br

Mural da Câmara Municipal;

Jornal - A Gazeta com publicação dia 30 de Maio de 2020.

Período inscrições 01 de Junho a 15 de junho de 2020.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE 31/2020

Publicação Nº 2545911

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 69/2020

PREGÃO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Campos Novos - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Secretário interino de Agricultura e Meio Ambiente, Ingrácio Alves de Carvalho, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, no dia 14 de julho de 2020 às 14 horas, através da plataforma www.licitacoes-e.com.br, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PONTES NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na Lei nº 10.520/2002 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br, no endereço eletrônico do Município de Campos Novos www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 01 de julho de 2020.

Ingrácio Alves de Carvalho

Secretário interino de Agricultura e Meio Ambiente

]

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020 - FHJA

Publicação Nº 2545778

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 23/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO torna público que fará realizar no dia 13 de julho de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS A FIM DE SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 01 de julho de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa

Administradora Geral

DECRETO N. 8.646, DE 30 DE JUNHO DE 2020 ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Publicação Nº 2546011

DECRETO N. 8.646, DE 30 DE JUNHO DE 2020

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de funcionamento das Secretarias Municipais será o seguinte:

I - Das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

II- Das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

III- Das 08h00min às 17h00min, com jornada de 06 horas ininterruptas aos servidores sendo: 08h00min às 14h00min e das 11h00min às 17h00min – Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º. O horário de expediente das demais Secretarias permanece inalterado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se a integralidade do Decreto Municipal nº. 8.637/2020.

Campos Novos-SC, 30 de junho de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito de Campos Novos

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 06_20 - FHJA

Publicação Nº 2545948

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, Anestesiologia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA E MEDICINA PERIOPERATÓRIA DE JOAÇABA LTDA (SEDAR).

2.2. CNPJ nº 24.387.155/0001-90.

2.3. Endereço: Avenida Barão do Rio Branco, nº 104 – Centro, Joaçaba – Santa Catarina - CEP: 89.600-000.

2.4. Responsável: Douglas Pellizaro, inscrito no CPF sob nº 005.298.219-07, RG nº 3.189.326-0.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho, se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de anestesiologia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 83,35 (oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 60.012,00 (sessenta mil e doze reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos.

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 07_20 - FHJA

Publicação Nº 2545949

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, Pronto Socorro e Clínica Médica, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. CN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME

2.2. CNPJ nº 27.585.650/0001-00

2.3. Endereço: Rua: Caetano Carlos, nº 255, Campos Novos – Santa Catarina, CEP: 89.620-000.

2.4. Responsável: Rodrigo Bagatini, inscrito no CPF sob nº 083.213.069-93, RG nº 5.411.889-1 – SSP/SC.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de Pronto Socorro e Clínica Médica para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 226,38 (duzentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 162.993,60 (cento e sessenta e dois mil novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 08_20 - FHJA

Publicação N° 2545950

PROCESSO LICITATÓRIO N° 26/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ginecologia e obstetrícia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

2.2. CNPJ nº 13.808.881/0001-13.

2.3. Endereço: Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, nº 500, Campos Novos – Santa Catarina, CEP: 89.620-000.

2.4. Responsável: Carlos Alberto Rossa da Silva, inscrito no CPF sob nº 384.766.909-59, RG nº 5.695.636-0.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ginecologia e obstetrícia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 58,75 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº

83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 09_20 - FHJA

Publicação Nº 2545953

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ginecologia e obstetrícia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. GPA CLÍNICA MÉDICA.

2.2. CNPJ nº 24.125.665/0001-90.

2.3. Endereço: Rua: Coronel Farrapo, nº 1205, Município de Campos Novos – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Gabriela Pascueto Amaral, inscrito no CPF sob nº 079.744.289-88, RG nº 10031851-2.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização

de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ginecologia e obstetrícia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 58,75 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 10_20 - FHJA

Publicação Nº 2545957

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ginecologia e obstetrícia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. CLÍNICA FEMININA S/S.

2.2. CNPJ nº 07.335.156/000172.

2.3. Endereço: Rua: Danusia Bess, nº 503, Município de Campos Novos – Santa Catarina – CEP 89.620-000.

2.4. Responsável: Karise Grando, inscrito no CPF sob nº 020.543.339-19, RG nº 2.977.582.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ginecologia e obstetrícia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 58,75 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº

83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 11_20 - FHJA

Publicação Nº 2545959

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ginecologia e obstetrícia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. E J SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

2.2. CNPJ nº 31.482.518/0001-32.

2.3. Endereço: Rua: Rui Barbosa, nº 538, Município de Crato – Ceará.

2.4. Responsável: Juliana Lemos, inscrito no CPF sob nº 720.182.163-68, RG nº 93002400499.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela

ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ginecologia e obstetrícia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 58,75 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 12_20 - FHJA

Publicação Nº 2545961

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ginecologia e obstetrícia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. AIRTON LUIS RODRIGUES - ME.

2.2. CNPJ nº 08.725.789/0001-50.

2.3. Endereço: Rua: Frei Rogério, nº 535, Município de Campos Novos – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Airton Rodrigues, inscrito no CPF sob nº 469.802.610-53, RG nº 6034181691.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ginecologia e obstetrícia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 58,75 (cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº

83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 13_20 - FHJA

Publicação Nº 2545964

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, pediatria, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. MARTINS E NARDELLI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

2.2. CNPJ nº 28.456.696/0001-84.

2.3. Endereço: Rua: Lauro Muller, nº 40, Município de Lages – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Juliana Nardelli, inscrito no CPF sob nº 053.946.629-83, RG nº 9.062.146-7.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização

de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de pediatria para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 60,55 (sessenta reais e cinquenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 43.596,00 (quarenta e três mil quinhentos e noventa e seis reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos.

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 14_20 - FHJA

Publicação N° 2545968

PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, pediatria, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. C.S.K SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

2.2. CNPJ nº 10.848.245/0001-27.

2.3. Endereço: Rua: Coronel Pedro Carlos, nº 1197, Município de Campos Novos – Santa Catarina – CEP: 89.620-000.

2.4. Responsável: Clarissa Sayuri Kato, inscrito no CPF sob nº 026.244.959-59, RG nº 3.149.917.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de pediatria para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso: R\$ 60,55 (sessenta reais e cinquenta e cinco centavos).

4.1.2. Valor total da aquisição: R\$ 43.596,00 (quarenta e três mil quinhentos e noventa e seis reais).

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº

83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 15_20 - FHJA

Publicação Nº 2545969

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, ortopedia e traumatologia, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. LCM CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA.

2.2. CNPJ nº 19.639.143/0001-76.

2.3. Endereço: Avenida XV de novembro, nº 179, Município de Joaçaba – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Leonardo de Mesquita Cruz, inscrito no CPF sob nº 019.814.979-43, CRM nº 9167.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização

de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os municípios não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de ortopedia e traumatologia para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de semana: R\$ 31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

4.1.2. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de final de semana: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).

4.1.3. Valor total da aquisição: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) – valor referente há 528 horas/dias da semana e 192 horas/dias final de semana.

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos.

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 16_20 - FHJA

Publicação Nº 2545971

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, cirurgia geral, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. ECO-ENDO MEDICINA LTDA.

2.2. CNPJ nº 10.873.955/0001-57.

2.3. Endereço: Rua: Coronel Lucidoro, nº 439, Município de Campos Novos – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Sergio Luiz Fadel, inscrito no CPF sob nº 780.818.409-82, CRM nº 19995, RG nº 11-R 744060.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de cirurgia geral para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de semana: R\$ 31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

4.1.2. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de final de semana: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).

4.1.3. Valor total da aquisição: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) - valor referente há 528 horas/dias da semana e 192 horas/dias final de semana.

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 17_20 - FHJA

Publicação Nº 2545974

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, cirurgia geral, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. ERROL GARCIA - ME.

2.2. CNPJ nº 32.741.393/0001-80.

2.3. Endereço: Rua: Marechal Deodoro, nº 515, Município de Campos Novos – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Errol Garcia, inscrito no CPF sob nº 180.191.960-72, CRM nº 1907, RG nº 3.007.674.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos municípios, que não encontram em local algum no

município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de cirurgia geral para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de semana: R\$ 31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

4.1.2. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de final de semana: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).

4.1.3. Valor total da aquisição: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) - valor referente há 528 horas/dias da semana e 192 horas/dias final de semana.

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 18_20 - FHJA

Publicação Nº 2545976

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - FHJA

1. CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA

0.1. Dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

2. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, cirurgia geral, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções junto ao Hospital Dr. José Athanázio, conforme escala de sobreaviso estabelecida pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, pelo período de até 30 (trinta) dias ou homologação de processos licitatórios em andamento.

3. DO CONTRATADO

2.1. CLÍNICA EUGLIDES DALL OGLIO LTDA - ME.

2.2. CNPJ nº 13.300.719/0001-90.

2.3. Endereço: Rua: Dom Daniel Hostin, nº 1200, Município de Campos Novos – Santa Catarina.

2.4. Responsável: Euclides Dall Oglio Junior, inscrito no CPF sob nº 030.483.119-04, CRM nº 17.049, RG nº 3.802.825.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”

3.2. CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988.

3.3. CONSIDERANDO as responsabilidades atribuídas exclusivamente ao profissional médico na atenção à saúde da população, entre estas a consulta médica, a prescrição de fármacos, o atendimento de urgência, a renovação de receitas, todas essenciais e de necessidade diária da população.

3.4. CONSIDERANDO que no primeiro dia do mês de julho se finda o contrato de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) tornando-se evidente a necessidade de ter um profissional em caráter emergencial para suprir esta demanda dos munícipes, que não encontram em local algum no município atendimento público em eventual necessidade de acompanhamento médico.

3.5. CONSIDERANDO que já foi iniciado as fases processuais licitatórias, mas por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para a realização de Processos Licitatórios, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência, uma vez que os munícipes não devem ser prejudicados pela ausência de profissionais.

3.6. CONSIDERANDO que a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio necessita a prestação de serviço do sobreaviso na especialidade de cirurgia geral para atender sua demanda enquanto os processos licitatórios não sejam concluídos e homologados.

3.7. Por tudo exposto, justifica-se a necessidade da contratação emergencial de um profissional médico para suprir a carência momentânea da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

4. DO VALOR

4.1. Foi realizada pesquisa de preço a fim de verificar os valores praticados no momento atual pelos profissionais, também foi verificado o valor pago nos contratos de gestão compartilhada do Hospital Dr. José Athanázio entre a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e a Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Maria Schmitt (IMAS) nos mesmos serviços. Assim, demonstra-se que o valor a ser pago pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio é compatível o preço praticado no mercado atualmente em razão das atuais circunstâncias e da emergência da aquisição.

4.1.1. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de semana: R\$ 31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

4.1.2. Valor unitário da hora/sobreaviso dia de final de semana: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).

4.1.3. Valor total da aquisição: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) - valor referente há 528 horas/dias da semana e 192 horas/dias final de semana.

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço médico da escala de sobreaviso, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário e causas), para a devida conferência.

5.2. A nota fiscal para pagamento deve conter a quantidade de serviço realizado.

5.3. Produção referente ao SUS e Convênios os valores serão repassados após o recebimento do Ministério da Saúde e Operadoras de Saúde até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês. (Valores de consulta SUS não serão repassados aos médicos, somente o coeficiente dos honorários médicos dos procedimentos cirúrgicos, valores de consulta de convênios serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital, e 100% dos seus honorários referente aos procedimentos cirúrgicos).

5.4. Produções de atendimentos particulares serão repassados no ato do atendimento ao médico, e os valores de consulta particulares serão repassados o percentual de 60% aos médicos e 40% para o hospital.

A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter o mesmo CPF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

5.5.1. FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Rua: Nereu Ramos, nº 379 - Centro, Campos Novos - SC, 89620-000 - CNPJ nº 83.156.455/0001-28.

5.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Fundação do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

6. DO PRAZO CONTRATUAL:

6.1. O Contrato, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos ou até a homologação de processo licitatório, o que ocorrer primeiro, a contar da data de assinatura do contrato, e pode ser prorrogado caso a situação da carência de acompanhamento médico não se resolva, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, durante a vigência da presente contratação, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Orgão:	Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Unidade:	Admin. da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Proj/Ativ.:	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio	
Despesa:	07	33.90.39.50.00.00.00.00

8. DO ACOMPANHAMENTO:

8.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pela Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento, Elizângela Catarina Cassiano Brunetto Moraes, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

Campos Novos, 30 de junho de 2020.

EDITAL N. 005, DE 30 DE JUNHO DE 2020 RETIFICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS DA CHAMADA PÚBLICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO PARA OS CARGOS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2546003

EDITAL N. 005, DE 30 DE JUNHO DE 2020

RETIFICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS DA CHAMADA PÚBLICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO PARA OS CARGOS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ADMINISTRADORA GERAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Sra. Luanna Coninck Souza Dalla Costa,

CONSIDERANDO a existência de equívoco na classificação final dos candidatos para os cargos de Técnico em Enfermagem e Auxiliar Administrativo;

CONSIDERANDO o critério de desempate previsto no item 3.2 do Edital de Chamada Pública da Fundação Hospitalar de nº. 001/2020;

RESOLVE:

1. Retificar a classificação final dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem, alterando a classificação da candidata Luanny Yemi Martins Vargas, tendo em vista o empate na pontuação desta e a candidata classificada na posição 49ª, Sra. Luana Lais Esteves e tendo a primeira idade mais elevada que a segunda.

2. Retifica a classificação final da candidata Janizara Ines Bittencourt Navarro Farias, alterando sua colocação de 47ª para 33ª posição conforme pontuação atingida, em razão de equívoco por parte da Comissão.

3. Apresenta a classificação final para o cargo de costureira.

4. Permanecem inalteradas as demais classificações.

Campos Novos-SC, 30 de junho de 2020.

LUANNA CONINCK SOUZA DALLA COSTA
Administradora Geral da FHJA

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 077/PMC/2020

Publicação N° 2544901

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 077/PMC/2020

O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de julho de 2020, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 25 de junho de 2020. Osmar Silva Filho - Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº 32/2020 CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 005/SMS/2019.

Publicação Nº 2545142

EDITAL Nº. 32/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 005/SMS/2019.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 005/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Enfermeiro.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata **MARIANE A. LILLER SHIMOGUIRI**, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 005/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- 1 Fotografia 3X4 recente;
- Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 33/2020 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

Publicação Nº 2545137

EDITAL Nº. 33/2020

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I deste Edital.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 33/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Nome: **Fernanda Maieski**

CARGO: FARMACÊUTICO
Nome: **Priscila De Paula**

EDITAL Nº 35/2020 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/SMS/2020

Publicação Nº 2545145

EDITAL Nº. 35/2020

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/SMS/2020

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 002/SMS/2020.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I deste Edital.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 002/SMS/2020, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico

designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL N° 35/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO – 10H
Nome: Marina Togami Seleme Ruhland

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20H
Nome: José Rubens Gonçalves Junior

CARGO: MÉDICO ESF – 40H
Nome: Tayane Duarte de Oliveira
Nome: Francielle Valle Batistão

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 07/2020

Publicação Nº 2545226

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 07/2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO VISANDO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL PERANTE O IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA, VISANDO A OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE (AUC) DE ÁRVORES DE ESPÉCIES NATIVAS QUE SE ENCONTRAM NA FAIXA DE DOMÍNIO, PARA O ALARGAMENTO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, INSERIDAS NA FAIXA DE DOMÍNIO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, QUE É DE 8,00M DE CADA LADO, COMPUTADOS A PARTIR DO EIXO CENTRAL DA VIA DE RODAGEM DA ESTRADA.

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2020, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 233/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas JULIO EDUARDO KELTE EPP e NILA ENGENHARIA E PROJETOS AMBIENTAIS EIRELI, ambas sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As JULIO EDUARDO KELTE EPP e NILA ENGENHARIA E PROJETOS AMBIENTAIS EIRELI apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa JULIO EDUARDO KELTE EPP HABILITADA no certame. A empresa NILA ENGENHARIA E PROJETOS AMBIENTAIS EIRELI foi considerada inabilitada pelos seguintes motivos: item 6.2.3.1: o atestado de capacidade para comprovação de aptidão operacional não está com a Certidão de Acervo Técnico respectivo; item 6.2. 3.2: o comprovante está com validade vencida desde março de 2020; item 6.2. 3.4: foi apresentado apenas Certidão de Acervo Técnico sem o respectivo atestado, estando, portanto, incompleto, conforme exigência editalícia. Desta forma a comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas das empresas habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 10h30min do dia 09/07/2020. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Mauricio Afonso Sobczak
Secretário

José Carlos Herbst
Membro

Andreia Fontana Kauva
Membro

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01.2020**

Publicação N° 2544985

ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES

Conforme ata do relatório final de votação publicada no dia 25 de junho de 2020, segue a lista de homologação dos candidatos eleitos em cada Conselho, por ordem de votação:

Conselho de Administração:

Cibele Neudorf Batista – Membro Titular Izane Maria Pereira – Membro Titular Roberto Ivan Ludka – Membro Titular José Carlos Herbst – Membro Titular

Roseli Dobroshinskei – Membro Titular (Aposentados) Viviana Wachtel Seleme Uba – 1º Membro Suplente Paulo Drachinski – 2º Membro Suplente

Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz – 3º Membro Suplente Camila Machado dos Santos Melo – 4º Membro Suplente

Conselho Fiscal

Marili de Fátima Pereira Ecker – Membro Titular Francieli Joana Bialeski – Membro Titular Danielle Ludka – Membro Titular

Miriam Worell – Membro Titular (Aposentados) Solange Stelzner – 1º Membro Suplente

Luciane Wagner de Miranda – 2º Membro Suplente Marilise Vieira de Lima Krauss – 3º Membro Suplente

Luís Gustavo Vieira de Britto Presidente da Comissão Eleitoral

Rua: Getúlio Vargas, 94 – Centro - Fone (47) 3623-4011

Capinzal

PREFEITURA

ADENDO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 0034/2020

Publicação Nº 2546070

Processo Licitatório Nº 0075/2020
Pregão Presencial Nº 0034/2020

ADENDO Nº 001

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública no perímetro Urbano e de Comunidades Rurais do Município de Capinzal/SC.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através do Secretário de Infraestrutura, TORNA PÚBLICO a ocorrência de SUSPENSÃO do edital do Processo Licitatório supra citado.

1. Em virtude do recebimento de impugnação, a qual se encontra neste momento em fase de análise por parte da Secretaria de Infraestrutura e do Setor Jurídico e, não havendo tempo hábil para seu julgamento antes da data prevista para protocolo dos envelopes fica SUSPENSO o Processo Licitatório até que haja o julgamento final da referida impugnação.

2. Assim que, julgada a impugnação será remarcada uma nova data para recebimento e abertura dos envelopes de Propostas e Documentação.

Capinzal, 01 de julho de 2020.

NADIR DURLI
SECRETÁRIO INFRAESTRUTURA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

PMC CONTRATO 0097-2020

Publicação Nº 2544816

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0097/2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: ADIMAC PECAS E SERVICOS LTDA - EPP Valor : 104.560,00 (cento e quatro mil quinhentos e sessenta reais) Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 30/06/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 30/2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota de máquinas pesadas da Municipalidade. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 29 de Junho de 2020	

PMC CONTRATO 0098-2020

Publicação Nº 2544818

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0098/2020
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME
 Valor : 50.300,00 (cinq-enta mil trezentos reais)
 Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 30/06/2021
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 30/2020
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota de máquinas pesadas da Municipalidade. Com Recursos Próprios

Capinzal, 29 de Junho de 2020

PMC CONTRATO 0099-2020

Publicação Nº 2544832

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0099/2020
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada...: MGS COMERCIO DE PECAS LTDA
 Valor : 192.914,00 (cento e noventa e dois mil novecentos e quatorze reais)
 Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 30/06/2021
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 30/2020
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota de máquinas pesadas da Municipalidade. Com Recursos Próprios

Capinzal, 29 de Junho de 2020

PORTARIA 0754/2020

Publicação Nº 2545186

PORTARIA Nº 0754, DE 31 DE MAIO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do CRASS/CREAS, a contar de 18 de maio de 2020, a servidora Aline Patricia da Silva Azevedo, matrícula nº 186880/05, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de maio de 2020.

NILVO DORINI
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

THIAGO CASARA
 Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0755/2020

Publicação N° 2545185

PORTARIA N° 0755, DE 31 DE MAIO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Casa do Cidadão, a contar de 18 de maio de 2020, a servidora Ana Paula Vieira, matrícula nº 410060/05, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0757/2020

Publicação N° 2545190

PORTARIA N° 0757, DE 31 DE MAIO DE 2020

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0669/2020, que colocou a servidora Ivani Wirth, matrícula nº 329460/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, à disposição da Casa do Cidadão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

ENSALAMENTO PROCESSO SELETIVO 01/2020

Publicação Nº 2545450

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
SANTA CATARINA****ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS**

Local:		Data:	Hora:
ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER - CAPINZAL/SC		05/07/2020	08:30:00
SALA 01			
ASSISTENTE SOCIAL			Candidatos G-T
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000030	GLÁUCIA MARIA FERREIRA	19/10/1985	3942197
000038	OLIVA RECH SILVA	08/04/1963	2.142.342
000037	RAFAELA DUARTE DE JESUS	15/12/1996	5774115
000045	ROSELI FÁTIMA DA SILVA	18/08/1982	4.289.014
000010	SUELEN DA CRUZ	12/12/1996	5.837.379
000022	SUZIANE VIEIRA SARMENTO	23/05/1983	4742980
000080	TATIANE APARECIDA PINHEIRO	01/01/1988	05636293613
TOTAL DE CANDIDATOS:7			

MONITOR SOCIAL			Candidatos A-C
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000072	ANA CAROLINI DA ROSA	25/03/1997	4620023
000041	ANA LAURA DA SILVA	14/09/2000	5182791
000085	ANDREIA APARECIDA MACHADO	16/08/1984	4092518
000033	BRUNA ROBERTA NOVITSKI	21/10/1989	4929094
000056	CAMILA APARECIDA MACHADO BITTENCOURT	16/03/1994	5.914.759
TOTAL DE CANDIDATOS:5			

ORGANIZAÇÃO APRENDER SC
PÁGINA 1 DE 4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
SANTA CATARINA**

ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Local:		Data:	Hora:
ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER - CAPINZAL/SC		05/07/2020	08:30:00
SALA 02			
MONITOR SOCIAL			Candidatos C-M
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000007	CINTIA BERNAR DE JESUS	03/09/1986	4620014
000069	CLAUDILENE ALVES DE MACENA	06/01/1995	10272146900
000050	ÉDINA MARIA DA SILVA	23/11/1982	4373291
000018	FABIO DE ALMEIDA	04/10/1982	42162386
000054	FABRICIA DAL CORTIVO	23/02/1982	4152384
000071	FERNANDO APARECIDO FERNANDES	02/04/1983	8.263.576
000079	FRANCIANE BALDISSERA	11/11/1993	6321867
000073	GIOVANNI FAVERO CICCONET	16/05/1997	06697921258
000058	JOÃO VITOR PUTTON	25/01/1999	6795732
000075	LUCIELI WUNDER DE ARAÚJO	25/08/1981	4092470
000027	MARAISA TAVARES DE JESUS	23/02/1985	4488065
000016	MARIA CILANIRA CAMPOS DA CONCEIÇÃO	14/11/1974	7784422
TOTAL DE CANDIDATOS:12			

ORGANIZAÇÃO APRENDER SC
PÁGINA 2 DE 4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
SANTA CATARINA**

ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Local:		Data:	Hora:
ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER - CAPINZAL/SC		05/07/2020	08:30:00
SALA 03			
MONITOR SOCIAL			Candidatos M-W
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000009	MILEIDE LOPES DA CUNHA	03/11/1987	4877367
000040	ROSELAINE HOFFMÃ	29/09/1987	4.418.527
000044	ROSMERI HOFFMÃ JAENSCH	20/06/1985	4418084
000003	TAISE DA SILVA	30/03/1982	4620119
000065	TATIANE PEREIRA DIAS	15/01/1987	4954311
000084	VIVIAN APARECIDA RIBEIRO SCHUSTER	28/11/1986	5.095.544
000076	WILSANA DAMBROS	10/06/1970	2420289
TOTAL DE CANDIDATOS:7			

PSICÓLOGO			Candidatos A-J
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000005	ANA PAULA BOF MORO	09/06/1995	5708099
000023	ANA PAULA LUCKMANN FISCHER	21/07/1997	5705670
000006	DAIANE VIEIRA	11/08/1988	5095690
000083	DANIELA FERNANDA ANDREIS	14/12/1990	7.587.702
000046	JESSICA VALCARENKI	12/03/1997	6118355
TOTAL DE CANDIDATOS:5			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
SANTA CATARINA**

ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Local:		Data:	Hora:
ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER - CAPINZAL/SC		05/07/2020	08:30:00
SALA 04			
PSICÓLOGO			Candidatos L-L
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000082	LUNARA DE MATIA	17/12/1996	5946917
TOTAL DE CANDIDATOS:1			

SERVENTE			Candidatos A-S
Inscrição	Candidato	Data de Nascimento	Reg. Geral
000021	ALINE ANTUNES SOBRINHO	27/02/1989	5182968
000004	BRENDA LURDES BORIM	12/01/1998	6.853.284
000081	CÉLIA ROSANGELA SOARES	14/10/1977	3808542
000008	FRANCIELE VAGNER DOS SANTOS	28/09/1985	4.542.109
000067	GENI DOS SANTOS	16/09/1969	2140503
000074	IVONIR MACHADO	29/07/1974	2824048
000034	JEAN ZAMBON	11/11/1994	6106750
000060	LEILA APARECIDA DA SILVA	10/07/1982	4.165.204
000002	LUCIANE REGINA PAWLAK	30/05/1980	3777780
000078	MARILIA SALETE SERENA DA ROSA	17/12/1975	2822779
000043	SILVANA DE QUADRA	29/04/1977	3188274
TOTAL DE CANDIDATOS:11			

ORGANIZAÇÃO APRENDER SC
PÁGINA 4 DE 4

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO DE MESA Nº 8/2020**

Publicação Nº 2545370

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 08, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas a serem observadas pela Câmara Municipal de Capinzal, Santa Catarina em virtude da Pandemia da Covid-19 (novo coronavírus).

Art. 1º As medidas a serem observadas pela Câmara Municipal de Capinzal-SC em virtude da Pandemia da Covid-19 (novo coronavírus), são definidas nos termos desta Resolução de Mesa e a retomada das atividades institucionais da Câmara Municipal em tempo integral só poderá acontecer se houver liberação em decreto estadual e em decreto municipal.

**CAPÍTULO I
DO EXPEDIENTE**

Art. 2º O expediente externo e interno da Câmara Municipal em turno único das 7h às 13h no turno da manhã, iniciando-se no dia 01 de julho de 2020 até o dia 31 de julho de 2020.

Art. 3º O número máximo de pessoas dentro da Câmara Municipal, além dos servidores, será de 5 (cinco) pessoas.

§ 1º Havendo lotação da Câmara Municipal, a partir do número de pessoas indicadas no *caput* deste artigo, o acesso será fechado, sendo permitido o ingresso de novas pessoas somente quando houver a saída de outras pessoas, na mesma proporção.

§ 2º O atendimento em gabinete de vereador será permitido, desde que aconteça um por vez.

§ 3º No caso do § 2º, as pessoas que estiverem aguardando atendimento, receberão uma senha e permanecerão no ambiente externo da Câmara Municipal, até que sejam chamadas, observado o distanciamento mínimo de dois metros.

Art. 4º Os servidores de cada setor da Câmara Municipal, caso realizem suas atividades na mesma sala, deverão ter suas mesas colocadas a uma distância mínima de dois metros.

§ 1º Não sendo, em razão do espaço físico da sala, o distanciamento de mesas, referido no *caput* deste artigo, os servidores alternarão em dias de trabalho.

§ 2º Sendo tecnicamente viável, o servidor que não comparecer no trabalho, em razão do disposto neste artigo, realizará suas atividades remotamente, observadas as normas de controle já definidas para essa atividade, inclusive quanto ao registro de efetividade.

**CAPÍTULO II
DAS SESSÕES PLENÁRIAS**

Art. 5º As sessões plenárias presenciais serão realizadas ordinariamente, mediante a observação de distanciamento mínimo, entre vereadores e servidores, de 1,5 metros.

Parágrafo único. Não havendo condições, em razão de espaço físico, para a realização de sessão plenária presencial, nos termos propostos neste artigo, a mesma será realizada, no dia e horário definidos no Regimento Interno, no modo virtual.

Art. 6º Na sessão plenária presencial, além de vereadores e de servidores, será admitida a permanência de 5 (cinco) pessoas, preservando-se o distanciamento mínimo de dois metros.

Parágrafo Único. Fica suspensa, por período indeterminado, a realização de Sessões Especiais e Solenes, ficando mantida apenas as Sessões Ordinárias Plenárias e Virtuais.

CAPÍTULO III

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COMISSÃO PERMANENTE

Art. 7º A reunião ordinária de comissão permanente será realizada ordinariamente, mediante a observação de distanciamento mínimo, entre vereadores e servidores, de 1,5 m (um meio e meio).

Parágrafo único. Não havendo condições, em razão de espaço físico, para a realização de reunião ordinária de comissão permanente presencial, nos termos propostos neste artigo, a mesma será realizada, no dia e horário definidos no Regimento Interno, no modo virtual.

Art. 8º Na reunião ordinária de comissão permanente presencial, além de vereadores e de servidores, será admitida a permanência de 2 (duas) pessoas, preservando-se o distanciamento mínimo de dois metros.

CAPÍTULO IV

DO SANEAMENTO DE AMBIENTES

Art. 9º Considera-se, para fins desta Resolução de Mesa, como:

I – limpeza: remoção de germes, sujeira e impurezas de ambientes internos, superfícies e objetos, com sabão ou detergente e água;

II – desinfecção: uso de produtos químicos, como álcool líquido ou gel com concentração de etanol de 70%, sobre superfície e equipamentos sujeitos frequentemente ao toque humano;

III – saneamento: limpeza e desinfecção de superfícies ou objetos para reduzir o risco de a infecção se espalhar.

§ 1º O saneamento da Câmara Municipal, de seus equipamentos de uso comum, de suas superfícies suscetíveis ao toque humano frequente, e de demais ambientes internos, deverá ser realizado no início de cada turno de trabalho.

§ 2º A desinfecção deverá ser realizada a cada duas horas.

Art. 10. Além das recomendações de uso de cada produto utilizado no saneamento de ambientes, os seguintes procedimentos deverão ser atendidos:

I- antes de realizar a desinfecção, um processo de limpeza de superfície deve ser realizado, removendo matéria orgânica e inorgânica, geralmente por fricção, com a ajuda de detergentes e depois enxaguando com água para remover a sujeira, arrastando;

II - realizado o processo de limpeza, deve-se proceder a desinfecção de superfícies já limpas, com a aplicação de produtos desinfetantes por meio de aspersores, toalhas, panos ou esfregões de fibra ou microfibra, entre outros métodos;

III - o uso de produtos químicos para limpeza exige que o local de aplicação se mantenha ventilado, para proteção de saúde do pessoal de limpeza;

IV - Para realizar a limpeza e desinfecção, o uso de utensílios descartáveis deve ser prioridade;

V - no caso de uso de utensílios reutilizáveis, eles devem ser desinfetados;

VI - os resíduos derivados de tarefas de limpeza e de desinfecção, como elementos e utensílios de limpeza e EPI descartáveis, devem ser eliminados como resíduos sólidos assimiláveis, com destinação ao serviço de coleta de resíduo municipal, com descarte em saco plástico duplo resistente;

VII - no caso de outros resíduos derivados do processo de desinfecção, como resíduos infecciosos ou perigosos, eles devem ser descartados de acordo com a legislação em vigor para esses tipos de resíduos.

Art. 11. A Câmara Municipal deverá assegurar:

I – o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, aos seus servidores;

II – a disponibilidade de material para a realização de limpeza e de desinfecção, nos termos indicados para o enfrentamento da Pandemia da Covid-19 (novo coronavírus);

III – a disponibilidade de material para álcool com concentração de etanol de 70% em locais de fácil acesso, por pessoas em circulação, especialmente em entradas e saídas de ambientes internos;

IV – a colocação de cartazes contendo informações sobre a necessidade de se observar a etiqueta respiratória e a higienização frequente, por meio da correta lavagem de mãos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O servidor público da Câmara Municipal que não atender ao disposto nesta Resolução de Mesa responderá por prática de falta funcional, mediante o devido processo administrativo.

Art. 13. O Vereador que não atender ao disposto nesta Resolução de Mesa responderá por quebra de decoro parlamentar, mediante o devido processo político-administrativo.

Art. 14. O cidadão, dentro do ambiente da Câmara Municipal, que não atender ao disposto nesta Resolução de Mesa, será convidado a se retirar imediatamente. Parágrafo único. A insistência do cidadão, no caso deste artigo, em permanecer no ambiente interno da Câmara Municipal, permitirá, para efetividade da medida, em razão de preservação de saúde pública, condução policial.

Art. 15. Os casos não previstos nesta Resolução de Mesa serão decididos pela Mesa Diretora.

Art. 16. Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. A vigência desta Resolução de Mesa poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Mesa Diretora, diante de novas determinações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde, do Governo do Estado ou da Prefeitura Municipal.

Câmara Municipal de Capinzal, em 01 de julho de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

Vereador Carlos Adriano Zocoli
Vice-Presidente

Vereador Rafael Edgar Tonial
1º Secretário

Vereador Valmor de Vargas
2º Secretário

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

Catanduvas

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2020

Publicação Nº 2545381

EXTRATO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2020 - FUNREBOM
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2020 - FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CATANDUVAS - SC
CONTRATADA: DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos médicos do CBM de Catanduvas, visando a necessidade do Fundo de Reequipamentos Bombeiros de Catanduvas - SC.

Vigência do Contrato: 01/07/2020 a 31/12/2020

Valor Contratual: R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais).

Catanduvas – SC, 30 de junho de 2020.

Lucimari Spader
Gestora do Funrebom

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2020-FMAS LICITAÇÃO: PREGÃO 0002/2020-FMAS

Publicação Nº 2545371

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2020 - FMAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2020 - FMAS

Objeto: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de Kit natalidade para gestantes em vulnerabilidade social, visando a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 15 de julho de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 30 de junho de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 30 de junho de 2020.

Rosane de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência Social

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 080/2020

Publicação Nº 2545196

PORTARIA Nº 080/2020

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal RAFAEL ROSSETTO, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 à 30/06/2019.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/07/2020 à 15/07/2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 30 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

Cerro Negro

PREFEITURA

EXTRATO PROPOSTAS TP 004-2020

Publicação Nº 2544793

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de perfuração de poço tubular profundo, captação, adução, reservação, rede de distribuição e ligações domiciliares na Comunidade de Portões.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 62.944,72 (sessenta e dois mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos), e a licitante LIMA & PFERL LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 66.539,58 (sessenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e a licitante J. DOS SANTOS EIRELI ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 69.327,76 (sessenta e nove mil trezentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Cerro Negro, SC, 29 de junho de 2020.

RODRIGO DE BORBA MACHADO
Presidente da CPL

EXTRATO PROPOSTAS TP 005-2020

Publicação Nº 2544796

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de perfuração de poço tubular profundo, captação, adução, reservação de água na Comunidade de Linda Vista.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 69.598,64 (sessenta e nove mil quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos), e a licitante LIMA & PFERL LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 72.386,38 (setenta e dois mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos) e a licitante J. DOS SANTOS EIRELI ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 73.996,40 (setenta e três mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Cerro Negro, SC, 29 de junho de 2020.

RODRIGO DE BORBA MACHADO
Presidente da CPL

EXTRATO PROPOSTAS TP 006-2020

Publicação Nº 2544804

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de instalação de bomba submersa, recalque, reservação, rede de distribuição de água e ligações domiciliares na Comunidade de Linha Nove de Maio.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante LIMA & PFERL LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 159.043,51 (cento e cinquenta e nove mil e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos) e a licitante J. DOS SANTOS EIRELLI EPP ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 171.809,14 (cento e setenta e um mil oitocentos e nove reais e quatorze centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Cerro Negro, SC, 29 de junho de 2020.

RODRIGO DE BORBA MACHADO
Presidente da CPL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 075, DE 29.06.2020

Publicação Nº 2544910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 075, DE 29.06.2020

Estabelece o horário de expediente da AGC – Agencia Comunitária de Correios e Junta de Serviço Militar, do Município de Chapadão do Lageado-SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente da AGC – Agência Comunitária de Correios e Junta de Serviço Militar, da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, será das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ONLINE Nº 001/2020

Publicação Nº 2545408

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ONLINE Nº 001/2020

O município de CHAPADÃO DO LAGEADO, SC, com sede na Rua Allan Régis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO ON LINE às 09 HORAS do dia 17 de JULHO de 2020. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.CHAPADAODOLAGEADO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (47) 3537 0072 na Prefeitura ou (47) 9 3546 2855 ou (47) 98812 4477 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Chapadão do Lageado (SC), em 30 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2020

Publicação Nº 2544937

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020

Contratante: Município de Chapadão do Lageado
Contratado: ALVARO SACENTI 37929097900
Vigência: 30/06/2020 a 31/12/2020
Fundamento Legal: art. 24, inciso I, da Lei nº 8.666/1993;

Valor: R\$ 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais);

Objeto: Instalação de Sistema de Tratamento de Água para a localidade de Rio Lageado, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado/SC.

Chapadão do Lageado, 30 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2020

Publicação N° 2544977

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 45/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 13 de julho de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 01 de julho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

P O R T A R I A N° 216/2020

Publicação N° 2545466

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIAN° 216/2020

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública TATIANE DE SOUZA WALTRICK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 16.06.2020 a 14.08.2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 16.06.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

RGF_1QUADRIMESTRE_2020_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 2545419

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.222.258,05	65,63
Pessoal Ativo	8.222.258,05	65,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.613.227,79	65,63
Obrigações Patronais	1.609.030,26	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.222.258,05	65,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.874.799,54	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	200.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	14.674.799,54	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	8.222.323,68	56,03
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.804.879,72	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.364.635,73	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.924.391,75	54,00

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.650.746,17	65,63
Pessoal Ativo	7.650.746,17	65,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.136.531,52	65,63
Obrigações Patronais	1.514.214,65	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.650.746,17	65,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.874.799,54	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	200.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	14.674.799,54	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	7.650.811,80	52,14
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.924.391,75	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.528.172,16	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.131.952,58	48,60

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.456.671,46	2.640.824,92	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.456.671,46	2.640.824,92	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.691.099,50	3.580.153,64	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	234.428,04	939.328,72	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.456.671,46	-2.640.824,92	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.777.432,84	14.874.799,54	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	14.577.432,84	14.674.799,54	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-16,85%	-18,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.492.919,41	17.609.759,45	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.743.627,47	15.848.783,50	0,00	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	46.527,80	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	70.536,92	162.896,17	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	465.041,32	837.245,32	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	14.777.432,84	14.874.799,54	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	14.577.432,84	14.674.799,54	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.251.035,22	3.272.455,90	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.925.931,70	2.945.210,31	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.874.799,54	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C	200.000,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	14.674.799,54	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.347.967,93	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.113.171,13	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.027.235,97	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
 Secretária da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.560.806,67	55.474,25	609.451,33	163.420,50	119.976,08	0,00	1.612.484,51	261.223,46	0,00	1.351.261,05
Recursos Ordinários	2.560.329,72	55.474,25	609.451,33	163.420,50	119.976,08	0,00	1.612.007,56	261.223,46	0,00	1.350.784,10
Outros Recursos não Vinculados	476,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476,95	0,00	0,00	476,95
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.019.346,97	41.974,58	232.428,56	154.917,23	42.920,09	0,00	547.105,51	257.684,13	0,00	289.422,38
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	213.252,19	0,00	109.280,18	230,00	19.001,24	0,00	84.760,77	0,00	0,00	84.760,77
Outros Recursos Vinculados à Educação	310.538,47	22.352,40	14.128,43	72.309,40	0,00	0,00	201.748,24	4.977,81	0,00	196.770,43
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	75.942,64	1.373,52	96.436,99	17.667,44	23.918,85	0,00	(63.454,16)	22.275,50	0,00	(85.729,66)
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aterro de Bens/Ativos	34.655,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.655,34	0,00	0,00	34.655,34
Outros Recursos Vinculados	384.368,33	18.246,66	12.602,96	64.710,39	0,00	0,00	289.396,32	230.430,82	0,00	58.965,50
TOTAL (III) = (I + II)	3.580.153,64	97.448,83	841.879,89	318.337,73	162.896,17	0,00	2.159.591,02	518.907,59	0,00	1.640.683,43

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Rosana Jasper
Secretária da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.874.799,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	14.674.799,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	14.674.799,54	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.222.323,68	56,03
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.804.879,72	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.364.635,73	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	7.924.391,75	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.640.824,92	-18,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.609.759,45	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.272.455,90	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.379.967,93	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.041.235,97	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

RREO_2BIMESTRE_2020_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 2545421

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				(b/a)		(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.328.818,30	11.328.818,30	2.051.369,74	18,11	4.749.448,93	6.579.369,37
RECEITAS CORRENTES	11.321.575,30	11.321.575,30	2.051.369,74	18,12	4.599.448,93	6.722.126,37
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	284.300,00	284.300,00	52.448,52	18,45	154.629,81	129.670,19
IMPOSTOS	244.300,00	244.300,00	41.182,33	16,86	128.412,24	115.887,76
TAXAS	40.000,00	40.000,00	11.266,19	28,17	26.217,57	13.782,43
CONTRIBUIÇÕES	45.000,00	45.000,00	8.882,74	19,74	23.715,84	21.284,16
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.000,00	45.000,00	8.882,74	19,74	23.715,84	21.284,16
RECEITA PATRIMONIAL	115.020,00	115.020,00	6.484,57	5,64	20.283,48	94.736,52
VALORES MOBILIÁRIOS	115.020,00	115.020,00	6.484,57	5,64	20.283,48	94.736,52
RECEITA DE SERVIÇOS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.644.252,30	10.644.252,30	1.974.934,83	18,55	4.383.666,82	6.260.585,48
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.444.365,30	6.444.365,30	1.106.651,73	17,17	2.506.938,09	3.937.427,21
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	2.899.887,00	2.899.887,00	617.996,31	21,31	1.329.241,81	1.570.645,19
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.300.000,00	1.300.000,00	250.286,79	19,25	547.486,92	752.513,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	233.002,00	233.002,00	8.619,08	3,70	17.152,98	215.849,02
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1,00	1,00	1.451,87	145,187,00	2.089,11	-2.088,11
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	108.001,00	108.001,00	7.167,21	6,64	15.063,87	92.937,13
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.243,00	7.243,00	0,00	0,00	150.000,00	-142.757,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00	150.000,00	-145.763,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.123,00	4.123,00	0,00	0,00	0,00	4.123,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	114,00	114,00	0,00	0,00	150.000,00	-149.886,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.328.818,30	11.328.818,30	2.051.369,74	18,11	4.749.448,93	6.579.369,37

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)		(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18	3.664.392,60
DESPESAS CORRENTES	10.553.725,30	10.822.814,29	2.437.906,22	4.549.124,87	6.273.689,42	2.417.293,82	4.338.878,59	6.483.935,70	3.496.998,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.752.350,75	4.842.833,75	1.366.567,07	2.679.022,23	2.163.811,52	1.374.068,54	2.679.022,23	2.163.811,52	2.114.173,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.801.373,55	5.979.979,54	1.071.339,15	1.870.102,64	4.108.876,90	1.043.225,28	1.659.856,36	4.320.123,18	1.382.825,13
DESPESAS DE CAPITAL	715.093,00	1.700.427,38	370.115,14	476.055,21	1.224.372,17	128.532,83	167.393,90	1.533.033,48	167.393,90
INVESTIMENTOS	715.092,00	1.700.426,38	370.115,14	476.055,21	1.224.371,17	128.532,83	167.393,90	1.533.032,48	167.393,90
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (l)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18	3.664.392,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18	3.664.392,60
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	243.176,44	—	1.085.036,33
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	—	2.545.826,65	4.749.448,93	—	4.749.448,93
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.407,30

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18
Ação Legislativa	730.000,00	730.000,00	105.385,67	209.369,15	520.630,85	113.063,84	209.368,15	520.631,85
Administração	730.000,00	730.000,00	105.385,67	209.369,15	520.630,85	113.063,84	209.368,15	520.631,85
Administração Geral	1.953.615,55	1.957.492,66	520.178,94	987.149,15	970.343,51	525.943,19	976.251,91	981.240,75
Administração Financeira	1.253.412,55	1.253.412,55	328.977,18	641.932,33	611.480,22	334.951,68	633.537,31	619.875,24
Defesa Nacional	700.203,00	704.080,11	191.201,76	345.216,82	358.863,29	190.991,51	342.714,60	361.365,51
Defesa Civil	3.003,00	3.003,00	2.588,60	2.588,60	414,40	2.588,60	2.588,60	414,40
Segurança Pública	3.003,00	3.003,00	2.588,60	2.588,60	414,40	2.588,60	2.588,60	414,40
Policiamento	37.500,00	37.500,00	14.582,25	14.853,98	22.646,02	14.467,25	14.738,98	22.761,02
Assistência Social	37.500,00	37.500,00	14.582,25	14.853,98	22.646,02	14.467,25	14.738,98	22.761,02
Assistência ao Idoso	555.008,25	555.008,25	110.101,03	218.062,48	336.945,77	107.340,44	213.615,50	341.392,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.750,00	7.750,00	0,00	0,00	7.750,00	0,00	7.750,00	7.750,00
Assistência Comunitária	122.748,00	122.748,00	4.590,00	4.590,00	118.158,00	3.790,00	3.790,00	118.958,00
Saúde	424.510,25	424.510,25	105.511,03	213.472,48	211.037,77	103.550,44	209.825,50	214.684,75
Administração Geral	1.568.922,00	1.719.377,47	581.122,96	1.035.627,74	683.749,73	589.025,77	980.680,77	738.696,70
Atenção Básica	0,00	10.033,36	9.609,54	9.609,54	423,82	3.722,50	3.722,50	6.310,86
Vigilância Sanitária	1.526.322,00	1.648.162,69	563.709,07	1.002.905,09	645.257,60	577.498,92	953.845,16	694.317,53
Trabalho	42.600,00	61.181,42	7.804,35	23.113,11	38.068,31	7.804,35	23.113,11	38.068,31
Fomento ao Trabalho	15.001,00	15.001,00	2.000,00	3.000,00	12.001,00	2.000,00	3.000,00	12.001,00
Educação	15.001,00	15.001,00	2.000,00	3.000,00	12.001,00	2.000,00	3.000,00	12.001,00
Ensino Fundamental	3.624.879,00	3.785.933,58	570.280,56	1.047.134,93	2.738.798,65	573.874,10	1.018.895,05	2.767.238,53
Educação Infantil	2.344.786,00	2.505.840,58	350.981,58	698.732,06	1.807.108,52	353.964,72	672.121,88	1.833.718,70
Educação Especial	1.256.093,00	1.286.093,00	215.298,98	340.402,87	915.690,13	215.909,38	338.573,17	917.519,83
Cultura	24.000,00	24.000,00	4.000,00	8.000,00	16.000,00	4.000,00	8.000,00	16.000,00
Difusão Cultural	93.022,00	93.022,00	945,76	5.521,41	87.500,59	3.311,64	5.113,02	87.908,98
Urbanismo	93.022,00	93.022,00	945,76	5.521,41	87.500,59	3.311,64	5.113,02	87.908,98
Infra-Estrutura Urbana	621.004,00	1.450.126,93	329.460,18	439.528,50	1.010.598,43	105.226,09	153.241,72	1.296.885,21
Habituação	621.004,00	1.450.126,93	329.460,18	439.528,50	1.010.598,43	105.226,09	153.241,72	1.296.885,21
Habituação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Saneamento	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Saneamento Básico Urbano	13.497,00	13.497,00	1.405,00	3.492,00	10.005,00	2.210,00	3.492,00	10.005,00
Gestão Ambiental	13.497,00	13.497,00	1.405,00	3.492,00	10.005,00	2.210,00	3.492,00	10.005,00
Preservação e Conservação Ambiental	119.009,00	119.009,00	41.065,63	68.767,21	50.241,79	31.897,63	59.160,81	59.848,19
Agricultura	119.009,00	119.009,00	41.065,63	68.767,21	50.241,79	31.897,63	59.160,81	59.848,19
Extensão Rural	545.203,75	564.103,75	131.169,74	257.864,91	306.238,84	129.278,27	247.380,36	316.723,39
	545.199,75	564.099,75	131.169,74	257.864,91	306.234,84	129.278,27	247.380,36	316.719,39

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18
Transporte Rodoviário	545.203,75	564.103,75	131.169,74	257.864,91	306.238,84	129.278,27	247.380,36	316.723,39
Comércio e Serviços	4,00	4,00	0,00	0,00	4,00	0,00	0,00	4,00
Turismo	150.006,00	241.019,28	0,00	2.500,00	238.519,28	0,00	2.500,00	238.519,28
Transporte	150.006,00	241.019,28	0,00	2.500,00	238.519,28	0,00	2.500,00	238.519,28
Transporte Rodoviário	1.114.145,75	1.114.145,75	387.864,63	716.029,70	398.116,05	335.529,42	602.755,30	511.390,45
Desporto e Lazer	1.114.145,75	1.114.145,75	387.864,63	716.029,70	398.116,05	335.529,42	602.755,30	511.390,45
Desporto Comunitário	124.002,00	124.002,00	9.870,41	13.690,32	110.311,68	10.070,41	13.690,32	110.311,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.002,00	124.002,00	9.870,41	13.690,32	110.311,68	10.070,41	13.690,32	110.311,68
	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.328.818,30	12.583.241,67	2.808.021,36	5.025.180,08	7.558.061,59	2.545.826,65	4.506.272,49	8.076.969,18

FONTE:

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Maio 2019	Jun 2019	Jul 2019	Ago 2019	Sep 2019	Out 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	TOTAL (últ. 12 Mes.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.421.569,45	1.216.429,53	1.656.615,31	1.248.117,05	1.183.413,44	1.182.817,03	1.333.811,50	2.847.484,24	1.340.384,91	1.696.357,84	1.251.658,13	1.144.588,82	17.322.287,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	313.15,01	11.413,96	22.280,97	61.889,28	19.381,52	16.877,55	18.536,78	280.085,35	10.045,90	88.658,53	30.213,60	11.340,97	603.047,42
I.P.T.U.	11.411,43	1.013,20	605,74	1.608,82	859,37	0,00	0,00	916,65	0,00	860,01	0,00	0,00	17.274,22
I.R.R.F.	1.911,14	2.667,93	3.781,22	18.463,78	0,00	10.141,26	9.536,50	214.561,56	0,00	61.552,39	23.842,15	3.283,33	346.686,26
I.S.S.	8.042,21	5.390,68	11.789,20	23.038,95	15.681,92	6.440,37	8.478,80	51.301,78	9.198,08	14.689,01	6.330,45	7.771,40	168.150,85
I.T.B.I.	1.375,05	0,00	4.791,39	15.824,80	1.835,99	0,00	0,00	10.854,70	0,00	930,42	0,00	0,00	35.615,35
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.572,18	2.342,15	1.313,42	2.962,93	1.004,24	295,92	523,46	2.481,66	845,82	11.625,70	41,00	331,24	32.310,74
Contribuições	6.993,35	5.914,80	5.965,91	5.909,12	6.085,10	5.673,77	5.579,30	5.668,22	7.176,40	7.665,74	8.882,74	0,00	70.896,41
Recita Patrimonial	11.468,02	9.853,10	11.128,49	10.141,35	8.843,19	10.481,27	7.290,37	3.764,81	9.050,32	4.758,88	5.788,54	665,61	93.250,95
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	11.468,02	9.853,10	11.128,49	10.141,35	8.843,19	10.481,27	7.290,37	3.764,81	9.050,32	4.758,88	5.788,54	665,61	93.250,95
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.360.502,27	1.183.741,08	1.608.530,88	1.166.871,13	1.144.938,51	1.146.292,46	1.294.219,13	2.345.320,56	1.311.571,80	1.588.379,22	1.201.664,94	1.129.021,47	16.480.030,47
Cota-Parte de FPM.	737.584,92	578.206,50	790.665,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	646.689,24	1.094.325,20	645.958,94	933.381,83	545.774,19	534.979,53	8.070.486,23
Cota-Parte do ICMS.	358.151,68	353.212,62	357.485,49	359.984,38	374.884,87	377.907,60	385.897,77	414.998,76	435.729,30	417.044,76	394.163,32	300.238,22	4.529.685,57
Cota-Parte do IPVA.	27.164,21	19.080,13	19.857,18	14.154,91	22.000,80	15.313,16	8.044,37	6.022,15	13.403,45	18.253,62	20.057,85	34.886,15	218.257,98
Cota-Parte do ITR.	99,04	12,97	103,09	80,18	2.252,90	1.511,53	72,25	89,92	0,00	0,00	0,00	18,48	4.240,36
Outras Transferências Correntes	99.742,78	107.403,78	314.080,97	86.363,52	97.367,03	147.409,77	118.514,30	880.584,23	69.213,02	69.711,97	102.303,91	148.000,97	2.040.696,25
Transferências da LC 87/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	137.759,64	125.815,08	126.308,93	129.134,56	134.682,29	130.175,16	135.991,20	148.300,30	147.213,09	148.987,04	139.388,67	110.898,12	1.616.654,08
Outras Receitas Correntes	11.290,80	5.505,59	8.306,06	3.296,17	4.164,12	3.971,96	2.705,92	12.665,30	2.596,39	5.937,51	5.078,31	3.540,77	69.031,90
DEDUÇÕES (II)	225.509,88	191.058,64	171.565,93	191.139,08	183.831,90	174.474,16	208.922,20	238.792,41	215.919,78	274.711,25	192.900,36	174.832,02	2.447.457,81
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	225.509,88	191.058,64	171.565,93	191.139,08	183.831,90	174.474,16	208.922,20	238.792,41	215.919,78	274.711,25	192.900,36	174.832,02	2.447.457,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.196.059,57	1.025.370,89	1.484.049,38	1.056.977,97	999.781,54	1.008.342,87	1.124.889,30	2.408.701,83	1.120.465,03	1.421.646,59	1.058.757,77	968.756,80	14.874.799,54
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF) (IV).	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV):	1.196.059,57	1.025.370,89	1.284.049,38	1.056.977,97	999.781,54	1.008.342,87	1.124.889,30	2.408.701,83	1.120.465,03	1.421.646,59	1.058.757,77	968.756,80	14.674.799,54
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 § 1º, da CF) (V):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):	1.196.059,57	1.025.370,89	1.284.049,38	1.056.977,97	999.781,54	1.008.342,87	1.124.889,30	2.408.701,83	1.120.465,03	1.421.646,59	1.058.757,77	968.756,80	14.674.799,54

FONTE:

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLIO GORETTI KAMMERS
 Prefeito Municipal

Joelcio Michado
 Contador - CRC/SC 026.103-0/0

Rosana Jasper
 Secretária de Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.321.575,30	4.599.448,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	284.300,00	154.629,81
I.P.T.U.	41.600,00	860,01
I.S.S.	71.600,00	37.988,94
I.T.B.I.	31.100,00	930,42
I.R.R.F.	100.000,00	88.632,87
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.000,00	26.217,57
Contribuições	45.000,00	23.715,84
Receita Patrimonial	115.020,00	20.283,48
Aplicações Financeiras(II)	115.020,00	20.283,48
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	10.644.252,30	4.383.666,82
Cota-Parte do FPM	5.410.000,00	2.128.075,72
Cota-Parte do ICMS	2.480.000,00	1.237.738,47
Cota-Parte do IPVA	120.000,00	69.289,11
Cota-Parte do ITR	1.200,00	14,79
Transferências da LC 87/1996	9.600,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.300.000,00	547.486,92
Outras Transferências Correntes	1.323.452,30	401.061,81
Demais Receitas Correntes	233.003,00	17.152,98
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	233.003,00	17.152,98
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	11.206.555,30	4.579.165,45
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.243,00	150.000,00
Operação de Crédito(VI)	6,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	3.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)	
Outras Alienações de Bens	3.000,00	0,00	
Transferências de Capital	4.237,00	150.000,00	
Convênios	2.117,00	150.000,00	
Outras Transferências de Capital	2.120,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	7.237,00	150.000,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	11.213.792,30	4.729.165,45	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	10.822.814,29	4.549.124,87	4.338.878,59	3.496.998,70	167.234,45	61.257,74
Pessoal e Encargos Sociais	4.842.833,75	2.679.022,23	2.679.022,23	2.114.173,57	86.519,86	65,63
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.979.979,54	1.870.102,64	1.659.856,36	1.382.825,13	80.714,59	61.192,11
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	5.979.979,54	1.870.102,64	1.659.856,36	1.382.825,13	80.714,59	61.192,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	10.822.813,29	4.549.124,87	4.338.878,59	3.496.998,70	167.234,45	61.257,74
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.700.427,38	476.055,21	167.393,90	167.393,90	0,00	55.190,61
Investimentos	1.700.426,38	476.055,21	167.393,90	167.393,90	0,00	55.190,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.700.426,38	476.055,21	167.393,90	167.393,90	83.508,25	55.190,61

Continua 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	12.583.239,67	5.025.180,08	4.506.272,49	3.664.392,60	167.234,45	146.703,59	116.448,35	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		781.090,05						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-115.024,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre 2020						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		20.283,48						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		0,00						
		801.373,53						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-380.000,00						
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO						
		Em 31 Dez 2019(a)		Até o Bimestre 2020(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00				
DEDUÇÕES (XXIX)		2.456.671,46		2.640.824,92				
Disponibilidade de Caixa		2.456.671,46		2.640.824,92				
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.691.099,50		3.580.153,64				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		234.428,04		939.328,72				
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.456.671,46		-2.640.824,92				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		184.153,46						

Continua 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	-704.900,68 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	889.054,14
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	868.770,66
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	709.258,11 0,00 709.258,11 0,00

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Rosana Jasper Secretaria da Fazenda
---	--	--

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)														RS 1,00
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS								
	Inscritos		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidadados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+h)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)							
PODER/ÓRGÃO														
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
EXECUTIVO														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	60.315,79	174.112,25	0,00	167.234,45	67.193,59	-	167.234,45	146.703,59	116.448,35	0,00	348.592,97	415.786,56	415.786,56	
Fundo de Assistência Social	59.424,58	133.925,09	0,00	132.612,98	60.736,69	0,00	132.612,98	134.986,77	104.731,53	0,00	310.006,63	370.743,32	370.743,32	
GABINETE DO PREFEITO E VICE	768,81	1.453,83	0,00	879,63	1.343,01	0,00	879,63	4.027,10	4.027,10	0,00	6.148,18	7.491,19	7.491,19	
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	350,92	0,00	350,92	0,00	0,00	350,92	0,00	0,00	0,00	1.340,95	1.340,95	1.340,95	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	473,00	3.354,09	0,00	3.354,09	473,00	0,00	3.354,09	6.785,63	6.785,63	0,00	8.220,06	8.683,06	8.683,06	
SECRETARIA DA FAZENDA	37.153,27	32.241,81	0,00	31.742,60	37.657,48	0,00	31.742,60	61.683,43	59.849,63	0,00	90.569,39	128.626,87	128.626,87	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.211,37	640,00	0,00	640,00	1.211,37	0,00	640,00	6.628,90	88,90	0,00	17.111,28	18.322,65	18.322,65	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	378,43	80.694,28	0,00	80.670,38	402,33	0,00	80.670,38	23.488,73	23.488,73	0,00	8.726,80	9.131,13	9.131,13	
SECRETARIAS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	0,00	1.475,36	0,00	1.475,36	64,80	0,00	1.475,36	21.777,64	0,00	0,00	26.869,86	26.964,66	26.964,66	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	19.434,70	13.650,00	0,00	13.500,00	19.584,70	0,00	13.500,00	10.595,34	10.491,34	0,00	150.588,11	170.172,81	170.172,81	
Fundo Municipal de Saúde	881,21	40.187,16	0,00	34.621,47	6.456,90	0,00	34.621,47	11.716,82	11.716,82	0,00	38.596,34	45.043,24	45.043,24	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)														
	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	60.315,79	174.112,25	0,00	167.234,45	67.193,59	0,00	167.234,45	146.703,59	116.448,35	0,00	348.592,97	415.786,56	415.786,56	
FONTE:														
Chapadão do Lageado, 30/06/2020														
MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal														
Joelito Machado Contador - CRC/SC 028.1030-0														

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	244.300,00	244.300,00	128.412,24	52,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	41.600,00	41.600,00	860,01	2,07
1.1.1- IPTU	40.000,00	40.000,00	131,60	0,33
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.600,00	1.600,00	728,41	45,53
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	31.100,00	31.100,00	930,42	2,99
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	930,42	3,10
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.600,00	71.600,00	37.988,94	53,06
1.3.1- ISS	70.000,00	70.000,00	37.977,49	54,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.600,00	1.600,00	11,45	0,72
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	88.632,87	88,63
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.503.500,00	9.503.500,00	4.311.820,90	45,37
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	2.660.094,49	42,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	2.660.094,49	42,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	1.547.172,60	49,91
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	17.924,26	44,81
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	18,48	1,23
2.6- Cota-Parte IPVA	150.000,00	150.000,00	86.611,07	57,74
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.747.800,00	9.747.800,00	4.440.233,14	45,55
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	225.000,00	225.000,00	92.768,58	41,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	150.000,00	150.000,00	56.841,26	37,89
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	25.000,00	25.000,00	15.416,80	61,67
5.4- Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00	20.073,72	44,61
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.000,00	5.000,00	436,80	8,74
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1,00	1,00	150.000,00	15.000.000,00
6.1- Transferências de Convênios	1,00	1,00	150.000,00	15.000.000,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.963,30	282.963,30	44.757,51	15,82
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	507.966,30	507.966,30	287.526,09	56,60
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.900.700,00	1.900.700,00	862.363,41	45,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.240.000,00	1.240.000,00	532.018,77	42,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	309.434,13	49,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	3.584,86	44,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	3,69	1,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	30.000,00	30.000,00	17.321,96	57,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.309.000,00	1.309.000,00	547.806,55	41,85
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00	1.300.000,00	547.486,92	42,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	319,63	3,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-600.700,00	-600.700,00	-314.876,49	52,42
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	785.400,00	801.454,58	309.563,20	38,63	309.563,20	38,63
13.1- Com Educação Infantil	285.400,00	285.400,00	127.629,04	44,72	127.629,04	44,72
13.2- Com Ensino Fundamental	500.000,00	516.054,58	181.934,16	35,25	181.934,16	35,25
14- OUTRAS DESPESAS	523.600,00	523.600,00	169.537,16	32,38	169.537,16	32,38
14.1- Com Educação Infantil	187.500,00	187.500,00	61.233,71	32,66	61.233,71	32,66
14.2- Com Ensino Fundamental	336.100,00	336.100,00	108.303,45	32,22	108.303,45	32,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.309.000,00	1.325.054,58	479.100,36	36,16	479.100,36	36,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						479.100,36
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						56,51
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						30,95
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						12,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						16.054,58
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²						16.054,58
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.039.348,00	1.039.348,00	334.736,23	32,21	333.458,95	32,08
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.869.528,00	1.885.582,58	625.431,47	33,17	604.337,73	32,05
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	836.100,00	852.154,58	290.237,61	34,06	290.237,61	34,06
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.033.428,00	1.033.428,00	335.193,86	32,44	314.100,12	30,39
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.908.876,00	2.924.930,58	960.167,70	32,83	937.796,68	32,06
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-314.876,49
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-314.876,49
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						1.252.673,17
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						28,21
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	155.000,00	155.000,00	7.297,48	4,71	7.161,70	4,62
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	447.001,00	592.001,00	50.662,82	8,56	44.729,74	7,56
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	602.003,00	747.003,00	57.960,30	7,76	51.891,44	6,95
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.510.879,00	3.671.933,58	1.018.128,00	27,73	989.688,12	26,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			26.206,17		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			26.206,17		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	16.284,58	139.066,50
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	547.486,92	56.841,26
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	350.838,94	49.667,61
47.1 Orçamento do Exercício	350.838,94	3.855,46
47.2 Restos a Pagar	0,00	45.812,15
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	319,63	436,80
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	213.252,19	146.676,95
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	213.252,19	146.676,95

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	6,00	0,00	6,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.700.427,38	476.055,21	1.224.372,17
Investimentos	1.700.426,38	476.055,21	1.224.371,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	1,00	0,00	1,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.700.427,38	476.055,21	1.224.372,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	1.700.421,38	476.055,21	1.224.366,17

FONTE:

Chapadao do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)					
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		3.100,00	107,96				2.992,04
Receita de Alienação De Bens Móveis		3.000,00	0,00				3.000,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00				0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		100,00	107,96				-7,96
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)		2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
Despesas de Capital		2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
Investimentos		2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (b - (IIi + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		35.013,31	107,96				35.121,27
FONTE:							

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre(b)		% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				244.300,00		244.300,00		128.412,24		52,56	
Recetta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				41.600,00		41.600,00		860,01		2,07	
IPTU				40.000,00		40.000,00		131,60		0,33	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU				1.600,00		1.600,00		728,41		45,53	
Recetta Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				31.100,00		31.100,00		930,42		2,99	
ITBI				30.000,00		30.000,00		930,42		3,10	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI				1.100,00		1.100,00		0,00		0,00	
Recetta Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				71.600,00		71.600,00		37.988,94		53,06	
ISS				70.000,00		70.000,00		37.977,49		54,25	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS				1.600,00		1.600,00		11,45		0,72	
Recetta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF				100.000,00		100.000,00		88.632,87		88,63	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				9.653.263,30		9.653.263,30		4.352.333,55		45,09	
Cota-Parte FPM				6.200.000,00		6.200.000,00		2.660.094,49		42,90	
Cota-Parte ITR				1.500,00		1.500,00		18,48		1,23	
Cota-Parte IPVA				150.000,00		150.000,00		86.611,07		57,74	
Cota-Parte ICMS				3.100.000,00		3.100.000,00		1.547.172,60		49,91	
Cota-Parte IPI-Exportação				40.000,00		40.000,00		17.924,26		44,81	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				161.763,30		161.763,30		40.512,65		25,04	
Desoneração ICMS (LC 87/96)				12.000,00		12.000,00		0,00		0,00	
Outras				149.763,30		149.763,30		40.512,65		27,05	
T O T A L D A S R E C E I T A S R E S U L T A N T E S D E I M P O S T O S E T R A N S F E R Ê N C I A S C O N S T I T U C I O N A I S E L E G A I S (I I I) = I + I I				9.897.563,30		9.897.563,30		4.480.745,79		45,27	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	
				Até Bimestre (d)		Até Bimestre (e)		Até Bimestre (f)		% (f/c)*100	
				% (d/c)*100		% (e/c)*100					
ATENÇÃO BÁSICA (IV)				1.002.905,09		953.845,16		765.166,73		46,43	
Despesas Correntes				991.861,09		944.600,16		755.921,73		46,75	
Despesas de Capital				11.044,00		9.245,00		9.245,00		29,45	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas Correntes				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas de Capital				0,00		0,00		0,00		0,00	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas Correntes				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas de Capital				0,00		0,00		0,00		0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)				23.113,11		23.113,11		18.204,75		29,76	
Despesas Correntes				23.113,11		23.113,11		18.204,75		30,76	
Despesas de Capital				0,00		0,00		0,00		0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)				0,00		0,00		0,00		0,00	
Despesas Correntes				0,00		0,00		0,00		0,00	

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	10.033,36	9.609,54	95,78	3.722,50	37,10	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	10.033,36	9.609,54	95,78	3.722,50	37,10	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	1.568.922,00	1.719.377,47	1.035.627,74	60,23	980.680,77	57,04	783.371,48	45,56	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS						
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
				1.035.627,74	980.680,77	783.371,48
				0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)						
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)						
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)						
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XV(f))				363.515,87	308.568,90	-
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)				0,00	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)				23,11	21,89	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012						
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)*1 (= h - (i ou j))	
		Empenhadas (i)	Liquidadaas (j)	Pagas (k)		
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-	-

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se <0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indivíduo no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIc)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se <0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)	PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA (e)			RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
	384.432,00			384.432,00			158.128,41	41,13		
	384.432,00			384.432,00			158.128,41	41,13		
	0,00			0,00			0,00	0,00		
0,00			0,00			0,00	0,00			
6,00			6,00			6,00	0,00			
1.737.430,00			1.737.430,00			784.581,38	45,16			
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)				2.121.868,00			942.709,79			44,43

[illegible]

Página 5/5

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	1.526.322,00	1.648.162,69	1.002.905,09	60,85	953.845,16	57,87	765.166,73	46,43	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	42.600,00	61.181,42	23.113,11	37,78	23.113,11	37,78	18.204,75	29,76	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	10.033,36	9.609,54	95,78	3.722,50	37,10	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.568.922,00	1.719.377,47	1.035.627,74	60,23	980.680,77	57,04	783.371,48	45,56	-
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	1.568.922,00	1.719.377,47	1.035.627,74	60,23	980.680,77	57,04	783.371,48	45,56	-

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020 BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRRO - Anexo 13 (Lei nº 11.079 de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		Nº Bimestre	Ano o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-		0,00									
Ativos Constituídos pela SPE	-		0,00									
TOTAL DE PASSIVOS	-		0,00									
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-		0,00									
Provisões de PPP	-		0,00									
Outros passivos	-		0,00									
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-		0,00									
Obrigações contratuais	-		0,00									
Reserva de Provisões	-		0,00									
Garantias Concedidas	-		0,00									
Outros Passivos Contingentes	-		0,00									
DESPESAS DE PPP	-		0,00									
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-		0,00									
Contribuições (I.1)	-		0,00									
A contrair (I.2)	-		0,00									
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-		0,00									
A contrair (II.2)	-		0,00									
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-		0,00									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-		0,00									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-		15.995.522,10									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (V) = (I) / (IV)	-		0,00									

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joselio Machado
 Contador - CRCSC 026.103/O-0

Rosana Jesper
 Secretária da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		11.328.818,30	
Previsão Atualizada		11.328.818,30	
Receitas Realizadas		4.749.448,93	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		709.258,11	
DESPESAS			
Dotação Inicial		11.328.818,30	
Créditos Adicionais		1.254.423,37	
Dotação Atualizada		12.583.241,67	
Despesas Empenhadas		5.025.180,08	
Despesas Liquidadas		4.506.272,49	
Despesas pagas		3.664.392,60	
Superavit Orçamentário		243.176,44	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.025.180,08	
Despesas Liquidadas		4.506.272,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		14.874.799,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		14.674.799,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		14.674.799,54	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	465.041,32	0,00	348.592,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	234.428,04	0,00	67.193,59
TOTAL:	699.469,36	0,00	415.786,56
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.252.673,17	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		309.563,20	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	6,00
Despesa de Capital Líquida		476.055,21	1.224.372,17

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				107,96	2.992,04
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	2.999,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			980.680,77	15,00	21,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadão do Lageado, 30/06/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Rosana Jasper
Secretaria da Fazenda

Chapecó

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 022 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545897

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

Resolução 022 de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre a nomeação da comissão de seleção e julgamento de projetos governamentais a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, conforme Resolução nº 011/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, consoante aos termos da Lei Municipal nº 6.296, de 19 de julho de 2012, bem como reunião virtual do dia 16 de junho de 2020,

Resolve:

Art. 1º Constituir e nomear a comissão de seleção e julgamento de projetos, responsável por analisar os projetos governamentais apresentados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, de acordo com a Resolução 011/2020 – CMDCA de Chapecó.

Art. 2º A comissão será composta pelas Conselheiras: Grizy Augusta Centenaro, Ricardo Malacarne, Paulo Câmara e Roselaine Camatti.

Art. 3º A comissão será mantida até a finalização da análise dos projetos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 16 de junho de 2020.

Chapecó/SC, 16 de junho de 2020.

Cassintia Santin Gasparetto
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 023 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545901

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

Resolução 023 de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre a nomeação da comissão de seleção e julgamento de projetos de Organizações da Sociedade Civil - OSC a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, conforme Edital de Chamamento Público nº 003/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, consoante aos termos da Lei Municipal nº 6.296, de 19 de julho de 2012, bem como reunião virtual do dia 16 de junho de 2020,

Resolve:

Art. 1º Constituir e nomear a comissão de seleção e julgamento de projetos, responsável por analisar os projetos de Organizações da Sociedade Civil - OSC a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, conforme Edital de Chamamento Público nº 003/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

Art. 2º A comissão será composta pelas Conselheiras: Jerusa Lazareta Rachelli, Maristela Putzel e Benete Maria Conci.

Art. 3º A comissão será mantida até a finalização da análise dos projetos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 16 de junho de 2020.

Chapecó/SC, 16 de junho de 2020.

Cassintia Santin Gasparetto
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 024 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545902

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

Resolução 024 de 16 de junho de 2020.

Dispõe sobre a nomeação da comissão de seleção e julgamento de projetos das OSC com inscrição no CMDCA, para concorrer ao Edital do Itaú Social, que tenham como objetivo ações voltadas à política dos direitos da criança e do adolescente conforme Resolução nº 012/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, consoante aos termos da Lei Municipal nº 6.296, de 19 de julho de 2012, bem como reunião virtual do dia 16 de junho de 2020,

Resolve:

Art. 1º Constituir e nomear a comissão de seleção e julgamento de projetos, responsável por analisar os projetos das OSC com inscrição no CMDCA, para concorrer ao Edital do Itaú Social, que tenham como objetivo ações voltadas à política dos direitos da criança e do adolescente conforme Resolução nº 012/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

Art. 2º A comissão será composta pelas Conselheiras: Andréia Reinheimer, Carolini Paula dos Santos e Tatiane Floss.

Art. 3º A comissão será mantida até a finalização da análise dos projetos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 16 de junho de 2020.

Chapecó/SC, 16 de junho de 2020.

Cassintia Santin Gasparetto
Presidente do CMDCA

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 406/20

Publicação Nº 2545457

DECRETO SAF/Nº. 406/2020, de 29 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

HANNE FRANCIELI BARBOSA CANDIOTTO, Técnico em Enfermagem, nomeada pelo Decreto SAF/N. 379/13, de 05 de junho de 2013, Licença sem Vencimentos, por 06(seis) meses, para tratar de assuntos particulares, a partir de 01 de julho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 407/20

Publicação Nº 2545458

DECRETO SAF/Nº. 407/20, de 29 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

IGOR MOURO, portador do CPF nº 083.617.349-02, para o cargo em comissão de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, ACT 40 horas, para atuar na Autarquia Municipal de Desporto, a partir de 01 de julho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 408/2020

Publicação Nº 2545542

DECRETO SAF/Nº. 408/20, de 29 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

SIMONE TOMAZ ROSA portadora do CPF nº 025.360.559-81, Assistente Social, ACT 30 horas, no CRAS, na Assistência Social, em substituição a titular em licença sem vencimentos, a partir de 01 de julho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 409/20

Publicação N° 2545462

DECRETO SAF/Nº. 409/20, de 29 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

SÂMARA DA COSTA BECKER, portadora do CPF nº 014.663.490-00, Médico Clínico Geral, 40 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 161/20, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 01 de julho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeita Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 410/2020

Publicação N° 2545535

DECRETO Nº 410/2020, de 30 de junho de 2020.

Retifica o Decreto nº 369/20, de 14 de maio de 2020, que declarada Situação de Emergência no Município de Cocal do Sul, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0).

ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO municipal DE COCAL DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 45, incisos I e XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e, ainda;

DECRETA:

Art. 1º. Fica modificada a redação da ementa do Decreto 369/20, de 14 de maio de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

Declara situação de emergência no MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL EM RAZÃO da ESTIAGEM (COBRADE 1.4.1.1.0) e dá outras providências.

Art. 2º. Fica modificada a redação do artigo 1º, do Decreto 369/20, de 14 de maio de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Cocal do Sul, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0), consoante estabelecido no Anexo V da Instrução Normativa MI nº 02, de 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14/05/ 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

MÁRCIO ZANETTE
Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
(SAMAE) de Cocal do Sul

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 22/PMCS/2020

Publicação N° 2544991

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: SE INDUSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/PMCS/2020

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para o serviço de transporte de calcário de forma parcelada conforma Programa da

Secretaria de Agricultura de Cocal do Sul (Lei Municipal nº 1.135/2013), no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 30/04/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 36.366,00 (trinta e seis mil e trezentos e sessenta e seis reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 40/PMCS/2020

Publicação Nº 2544988

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: CENTER LUZ COMÉRCIO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (materiais elétricos e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 17/06/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 53.899,30 (cinquenta e três mil e oitocentos e noventa e nove reais com trinta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41/PMCS/2020

Publicação Nº 2544987

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: BRUNA MASIERO DISTRIBUIDORA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (materiais elétricos e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 17/06/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 94.291,79 (noventa e quatro mil e duzentos e noventa e um reais com setenta e nove centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 44/PMCS/2020

Publicação Nº 2544989

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2020.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2020

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (materiais elétricos e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 17/06/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 2.709,00 (dois mil e setecentos e nove reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45/PMCS/2020

Publicação Nº 2544992

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2020.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PMCS/2020.

Objeto: Registro de preços de Gêneros Alimentícios e outros Itens de Cozinha para atender as necessidades do 2º PELOTÃO da 2ª COMPANHIA do 4º BATALHÃO de BOMBEIROS MILITAR de Santa Catarina.

Assinatura: 17/06/2020

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 113.009,21 (cento e treze mil e nove reais com vinte e um centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO CONTRATO 50/PMCS/2020

Publicação Nº 2544979

CONTRATO Nº: 50/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: NEGRO MATERIAIS ELÉTRICOS E ENGENHARIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 49/PMCS/2020.
TOMADA DE PREÇO Nº: 05/PMCS/2020

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço com fornecimento de materiais para construção do acesso à Quadra Coberta Poliesportiva da Escola José Perucchi, no Bairro Vila Nova, em Cocal do Sul

Assinatura: 24/06/2020

Vigência: Início: 25/06/2020 Término: 31/12/2020

Valor: R\$ 48.999,82 (quarenta e oito mil e novecentos e noventa e nove reais com oitenta e dois centavos)

Dotação Orçamentária: 15.001.12.361.1200.1006.4.4.90.00.00/0.1.36.0058

EXTRATO TERMO ADITIVO 01/FUNDAC/2020

Publicação Nº 2544982

ADITIVO Nº: 01/2020.
CONTRATO Nº: 01/2019.
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL - FUNDAC.
CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01/FUNDAC/2019.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FUNDAC/2019.

Objeto do Contrato: FEBAVE, através do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE e o Hospital Veterinário UNIBAVE, realizar procedimentos médicos veterinários no que diz respeito à castração, em especial cães e gatos, implantação de microchip, atendimentos clínicos e cirúrgicos e realização de palestras e oficinas nas escolas do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do contrato firmado entre as partes em 02/10/2019.

Assinatura: 08/05/2020.

Vigência: Início: 16/05/2020 Término: 15/05/2021

Valor: R\$: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

EXTRATO TERMO ADITIVO 26/PMCS/2020

Publicação Nº 2544984

ADITIVO Nº: 26/2020.
CONTRATO Nº: 107/2019.
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 157/PMCS/2019
TOMADA DE PREÇO: 10/PMCS/2019

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução da Revitalização da Praça Otacílio Galli situada na Avenida Polidoro Santiago s/n, no bairro centro, no Município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes em 04/12/2019.

Assinatura: 17/06/2020

Valor: R\$ 7.380,82 (sete mil e trezentos e oitenta reais com oitenta e dois centavos).

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 10/2020**

Publicação Nº 2544969

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2020

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL SA

OBJETO: CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL SA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE QUALQUER TIPO DE RECEITA PÚBLICA DE COMPETÊNCIA DA AUTARQUIA NO PADRÃO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL.

VALOR:

R\$ 1,20 (HUM REAL E VINTE CENTAVOS), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,82 (HUM REAL E OITENTA E DOIS CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,39 (HUM REAL E TRINTA E NOVE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,39 (HUM REAL E TRINTA E NOVE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO;

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.

DATA DE ASSINATURA: 02 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 – FMS

Publicação Nº 2545673

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - FMS
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de máscaras cirúrgicas para as Unidades do Fundo Municipal de Saúde, que atuam nas ações de prevenção, controle e contenção de riscos e agravos a saúde pública decorrente da infecção humana pelo Coronavírus - COVID-19, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 08/07/2020.

Início da Sessão: dia 08/07/2020 as 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2020.

GEOVANI BEDIN
Gestor do FMS

AVISO DE SUSPENSÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2020 - PMC

Publicação Nº 2545851

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - FUMAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2020 - PMC
AVISO DE SUSPENSÃO

Objeto: credenciamento de empresas, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de saúde física em geral, nas especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações, aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999 e alterações posteriores.

Comunicamos aos interessados que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO para revisão. Outras providências serão adotadas oportunamente.

Concórdia, 30 de junho de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Presidente do FUMAS

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 12/2020 – PMC

Publicação Nº 2545852

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2020 – PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO por intermédio de seu secretário, torna público a correção do adendo nº 02, pertencente ao edital de Tomada de Preço nº 12/2020 - PMC, cujo objeto é a contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da segunda etapa de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e construção de muros de contenção da estrada rural na comunidade de Barra Bonita (Trecho 2), localizada na área urbana da localidade de mesmo nome, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. As datas e horários do Recebimento das propostas e abertura do certame permanecem inalterados.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Concórdia, SC, 30 de junho de 2020.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TP 11/2020

Publicação Nº 2545978

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para execução de obra de capeamento asfáltico com CBUQ das ruas Caiapós, Tupinambás, Tabajaras e Asurinis, pertencentes ao Bairro Itaíba, das ruas Araucanos, Tapajós e Tucanos, pertencentes ao Bairro Catarina Fontana, e execução de recapeamento asfáltico em parte da rua Santa Catarina, pertencente ao Bairro Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi apurada a seguinte classificação: PARA O LOTE 01: a licitante KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$721.207,71 (setecentos e vinte e um mil, duzentos e sete reais e setenta e um centavos); a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A. ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$754.974,85 (setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos); a licitante SANTASUL PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$858.684,07 (oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sete centavos). PARA O LOTE 02: a licitante KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$547.816,59 (quinhentos e quarenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos); a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A. ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$581.286,06 (quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e seis centavos); a licitante SANTASUL PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA – EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$660.588,62 (seiscentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos). PARA O LOTE 03: a licitante KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$529.902,26 (quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e dois reais e vinte e seis centavos); a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A. ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$541.946,35 (quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos); a licitante SANTASUL PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA – EPP ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$615.938,07 (seiscentos e quinze mil, novecentos e trinta e oito reais e sete centavos). Em razão da ausência dos representantes legais das licitantes, o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado desta veiculação da publicação. Caso não haja o encaminhamento, o processo seguirá seu curso, procedendo-se a adjudicação e posterior homologação.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO TP 16/2020 PMC

Publicação Nº 2545979

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Unidade de Acolhimento Provisório de Cães e Gatos, a ser instalada na Rua José Rigo, próxima ao bairro Fragosos, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CONSTRUTORA ARTIFON LTDA, CONSTRUTORA SOLO LTDA, DF CONSTRUÇÕES EIRELI, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, FORMATO ENGENHARIA LTDA – EPP, FUNDAMENTO CONSTRUTORA EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, MACRO ENERGIA LTDA, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, PEDRO HENRIQUE MATIELLO PILONI, PLANO ENGENHARIA LTDA, SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Após análise e verificação de toda a documentação, constatou-se que: a licitante PEDRO HENRIQUE MATIELLO PILONI, deixou de apresentar a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, acompanhada da certidão emitida pelo Sistema Eproc, conforme exigência da alínea "k.1" do item 5.1 do edital, restando esta como INABILITADA. De ressaltar que a Empresa apresentou a certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante, vigente na data fixada no subitem 1.4 do Edital, exigida pela alínea "g", também do item 5.1., do edital, entretanto, verifica-se que houve alteração de Capital Social conforme Alteração de Empresário Individual nº 1, registrada em 15/06/2020, o que conforme a própria certidão de Pessoa Jurídica do CREA/SC versa que: "A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.", assim, apesar de não ser condicionante de sua habilitação, recomenda-se a atualização do cadastro junto ao CREA/SC por parte da licitante. Já as licitantes: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CONSTRUTORA ARTIFON LTDA, CONSTRUTORA SOLO LTDA, DF CONSTRUÇÕES EIRELI, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, FORMATO ENGENHARIA LTDA – EPP, FUNDAMENTO CONSTRUTORA EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, MACRO ENERGIA LTDA, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, PLANO ENGENHARIA LTDA, SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim as licitantes foram julgadas HABILITADAS. Destaca-se que as empresas CONSTRUTORA ARTIFON LTDA, CONSTRUTORA SOLO LTDA, DF

CONSTRUÇÕES EIRELI, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, FORMATTO ENGENHARIA LTDA – EPP, FUNDAMENTO CONSTRUTORA EIRELI, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, MACRO ENERGIA LTDA, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, PEDRO HENRIQUE MATIELLO PILONI, PLANO ENGENHARIA LTDA, SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial e/ou Cartão CNPJ, documento este, exigido no subitem 5.1.4 do Edital, que são Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pelo Secretário municipal de Planejamento, senhor Daniel Faganello. A Presidente solicitou que fosse registrado que o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada esta intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, a abertura dos envelopes de Propostas de Preços (Envelope nº 02), ocorrerá neste mesmo local, às 15h30min do próximo dia 10 de julho de 2020.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 093/2020

Publicação Nº 2544813

PORTARIA Nº 093, DE 24 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OSBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público e da economicidade;

DESIGNA:

Art. 1º. Os, Servidores públicos municipais, abaixo nominados ocupantes do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, para fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transportes Obras e serviços públicos a Partir do dia 24/06/2020.

Marcio Pozzer	Motorista
Josimar Becker	Motorista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 24 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 35/2020

Publicação Nº 2545213

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, PREPARADO COM AGREGADOS PÉTREOS, COM CAP (LIGANTE), PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: 13/07/2020 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00minh às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 30 de junho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2020

Publicação Nº 2545278

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO**
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.p MCP@correiapinto.sc.gov.br

TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2020**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
CORREIA PINTO E O ESTADO DE SANTA
CATARINA, POR MEIO DO CORPO DE
BOMBEIROS MILITAR.**

O **MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO**, inscrito no CNPJ sob o nº 75.438.655/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, CPF nº 217.068.839-00, Carteira de Identidade nº 295615, domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 3601, cidade de Correia Pinto/SC, doravante denominado **CONCEDENTE** e o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina-CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76 e do Fundo para Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar – FUMCBM, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 14.186.135/0001-06, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Comandante-Geral, Coronel BM Charles Alexandre Vieira, portador do CPF nº 822.869.149-15, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO nº 004/2020**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas suas alterações posteriores, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 16.292, de 20 de dezembro de 2013, no Decreto nº 127, de 30 de março de 2011 e na Instrução Normativa IN TC – 14, de 22 de junho de 2012, visando à transferência de recursos financeiros para construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar no Município de Correia Pinto-SC, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO E DA FINALIDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do objeto “CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC”, com a finalidade de proporcionar sede própria e instalações adequadas, para atender especificamente as demandas do Corpo de Bombeiros Militar na respectiva circunscrição, conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo **Conveniente** e aprovada pelo **Concedente**, doravante denominada de Plano de Trabalho (Anexo I), a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.

DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Serão destinados pelo **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE** recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os recursos necessários para completar a construção da edificação serão oriundos da Emenda Parlamentar Impositiva nº 491, Lei nº 17.875/2019-LOA, de autoria do Deputado Estadual Romildo Titon, conforme processo SGP-e SCC 4843/2020, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmc@correiapinto.sc.gov.br

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

CLÁUSULA TERCEIRA – O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. transferir os recursos financeiros para a execução do Convênio;
- II. depositar e movimentar todos os recursos destinados ao Convênio em conta bancária única e específica, por meio de transferência eletrônica (TED/DOC) e de transação eletrônica de pagamento de fatura de água, energia elétrica, telefone, gás, e de guias com encargos tributários incidentes sobre obras e serviços;
- III. arcar com as despesas decorrente de contratação de serviços de engenharia para execução de projeto arquitetônico, hidro-sanitário com captação e destinação da água da chuva, estrutural, elétrico, telefônico, rede de dados, preventivo de incêndio, estudo de solo, orçamento, memorial descritivo da obra, bem como aprovações dos projetos em órgãos competentes, que ficam desde já doados ao Conveniente, utilizando-se para o custeio das referidas despesas os recursos da conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, conforme item 2.1.3, da Cláusula Segunda, do Convênio nº 014/2016;
- IV. acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio por meio de visitas ao local, a fim de verificar a execução do objeto conveniado, solicitação de documentos e/ou fotos ou contato telefônico;
- V. realizar visitas *in loco* para verificar se a finalidade pactuada foi atingida;
- VI. emitir Laudo Técnico de Supervisão assinado por profissional habilitado, a cada medição;
- VII. comunicar ao conveniente quando constatada irregularidade de ordem técnica ou legal e suspender a transferência de recursos até a regularização;
- VIII. prestar orientação técnica ao conveniente; e
- IX. analisar as prestações de contas parciais e final no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das contas conforme norma aplicável.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

CLÁUSULA QUARTA – O CONVENIENTE se obriga a:

- I. realizar somente as despesas previstas na Cláusula Segunda e durante o período de vigência do Convênio;
- II. utilizar os recursos nas finalidades pactuadas;
- III. regularizar o processo de abertura e ativação da conta corrente junto ao Banco do Brasil;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmcp@correiapinto.sc.gov.br

- IV. não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- V. executar as despesas observando as disposições previstas na Lei (federal) nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei (federal) nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo que para a aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o emprego da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser justificada pela autoridade competente;
- VI. em caso de aquisição de bens permanentes, identificá-los por meio de etiquetas, adesivos ou placas, contendo o número do Convênio e menção à participação do Município de Correia Pinto na execução do objeto conveniado;
- VII. solicitar, quando necessário, alterações por meio de aditivo ou apostilamento, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência do instrumento, com a devida justificativa;
- VIII. realizar aplicação financeira dos recursos recebidos, enquanto não empregados na sua finalidade, conforme previsto na Cláusula Quinta;
- IX. prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida na forma estabelecida pelo Concedente;
- X. manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos;
- XI. manter atualizadas as informações do seu cadastro;
- XII. garantir o livre acesso, a qualquer tempo, de servidores do Concedente e dos órgãos de controle interno e externo quando da realização de fiscalização ou de auditoria, aos registros de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Convênio;
- XIII. arcar com quaisquer ônus de natureza, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução deste Convênio;
- XIV. providenciar a publicação do Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado como condição de validade e eficácia.

DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUINTA – Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados em Fundo de Aplicação de Curto Prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal, com rentabilidade diária, aplicação e resgate automático.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As aplicações deverão ser direcionadas para os Fundos de Investimento classificados com Grau de Risco “Muito Baixo”.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos quando da conclusão do objeto do Convênio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000
Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmc@correiapinto.sc.gov.br

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – O Convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado ao Conveniente:

- III. alterar o objeto do Convênio;
- IV. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- V. o pagamento de gratificação, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente e do conveniente;
- VI. utilizar os recursos em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- VII. realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio;
- VIII. o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo Concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento;
- IX. realizar despesas com tarifas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- X. movimentar a conta corrente por meio de cheques, utilizar o cartão magnético nas funções crédito ou débito, e efetuar saques;
- XI. realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- XII. o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista do conveniente com os recursos do Convênio;
- XIII. repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no Plano de Trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizado pelo Concedente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA – O Conveniente fica obrigado a apresentar as prestações de contas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Convênio, conforme as leis, normas e orientações específicas do Concedente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000
Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmcp@correiapinto.sc.gov.br

DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA OITAVA – O Concedente deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio de forma a verificar a regularidade dos atos praticados e a execução do objeto, conforme o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA NONA – O Concedente deverá emitir Laudo Técnico de Supervisão, no caso de obras, a cada medição, assinado por profissional habilitado, com registro no órgão fiscalizador da profissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os recursos liberados por meio deste Convênio estarão sujeitos a procedimentos de fiscalização *in loco* por parte do Concedente, pela Coordenadoria de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Correia Pinto e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este Convênio poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo ou por apostilamento, nas hipóteses legalmente previstas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – As alterações deverão ser propostas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder o término da vigência do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As alterações de valor estão sujeitas aos limites previstos no § 1º, do art. 65, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à autorização pelo Concedente.

DA ASSUNÇÃO DO OBJETO PELO CONCEDENTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Ocorrendo a paralisação da execução do objeto ou outro fato relevante a critério do Concedente, este poderá assumir ou transferir a responsabilidade por sua execução, de modo a evitar sua descontinuidade, sem prejuízo das penalidades a serem imputadas ao Conveniente pelo descumprimento parcial ou total deste Convênio.

DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DA PENALIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras, não aplicados no objeto pactuado, deverão ser devolvidos pelo Conveniente. A comprovação da restituição deverá ser feita pelo Conveniente ao Concedente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmcp@correiapinto.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O Conveniente deverá restituir ao Concedente, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do inadimplemento:

- I. o valor integral dos recursos transferidos, quando:
 - a) não executado o objeto conveniado;
 - b) não atingida sua finalidade; ou
 - c) não apresentada a prestação de contas;
- II. o recurso, quando:
 - a) utilizado em desacordo com o previsto no convênio;
 - b) apurada e constatada irregularidade; ou
 - c) não comprovada sua regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Os valores deverão ser devolvidos à conta nº 8670-3, agência nº 5375-9, do Banco do Brasil.

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A omissão no dever de prestar contas sujeita o Conveniente ao procedimento de Tomada de Contas Especial para ressarcimento dos valores repassados e julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Irregularidade na prestação de contas que importe dano ao erário sujeita o Conveniente a procedimento administrativo próprio para ressarcimento dos valores repassados e a julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

DA DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O presente Convênio poderá ser denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, o que implicará em sua extinção antecipada, não os eximindo das responsabilidades e das obrigações originadas no período de vigência deste Convênio.

DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – A rescisão deste Convênio ocorrerá quando constatado, a qualquer tempo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmc@correiapinto.sc.gov.br

I - o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas;

II - falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

III - circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Quando da extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Este Convênio, bem como seus eventuais Termos Aditivos serão publicados em extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Florianópolis-SC.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos legais.

Correia Pinto-SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura Digital

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE

CORREIA PINTO-SC

Assinatura Digital

CHARLES ALEXANDRE VIEIRA

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE

BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina

Av. Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000
Fone: (49) 3243-1150 e-mail: gabinete.pmc@correiapinto.sc.gov.br

TESTEMUNHAS:

Assinatura Digital

NILTON MENDES NUNES JÚNIOR

CPF: 060.566.489-74

Assinatura Digital

MAURÍCIO MATOS ROSA

CPF: 030.197.889-19

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2020

Publicação Nº 2545208

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADO: ACF METALÚRGICA MARTINI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.464.598/0001-44, estabelecida na Rua Rudolfo Germano Quost, nº 175, bairro Seminário, no município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ATE 3000 (TRES MIL) HORAS SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E USINAGEM PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Quantitativo - Anexo I.

VALOR:

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E USINAGEM (HORAS)	HORAS	3.000	R\$ 95,00	R\$ 285.000,00
				Total do Fornecedor:	R\$ 285.000,00

Data da Assinatura: 25/06/2020**Data da Vigência:** 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2020

Publicação Nº 2545161

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 035/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADO: PGR SOLUÇÕES EM ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 32.413.295/0001-14, estabelecida na rua Tiberio Rozza, nº 111, bairro Vila Nova, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89259-705.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO, RELACIONADOS À SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES, UTILIZADOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

VALOR:

LOTE 01

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXAME CLÍNICO ADMISSIONAL	UNIDADE	200	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00
2	EXAME CLÍNICO ANUAL (PERIÓDICO)	UNIDADE	300	R\$ 27,00	R\$ 8.100,00
3	EXAME CLÍNICO MUDANÇA DE FUNÇÃO	UNIDADE	20	R\$ 27,00	R\$ 540,00
4	EXAME CLÍNICO RETORNO AO TRABALHO	UNIDADE	70	R\$ 28,20	R\$ 1.974,00
5	EXAME CLÍNICO DEMISSSIONAL	UNIDADE	200	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00
6	EXAME CLÍNICO PREENCHIMENTO DA CAT	UNIDADE	15	R\$ 36,00	R\$ 540,00
7	CONSULTA CLÍNICA AVULSA (CLÍNICA GERAL)	UNIDADE	100	R\$ 62,40	R\$ 6.240,00
8	APTIDÃO FÍSICA (ANUAL)	UNIDADE	100	R\$ 51,60	R\$ 5.160,00
9	AUDIOMETRIA AÉREA (ANUAL)	UNIDADE	85	R\$ 17,40	R\$ 1.479,00
10	AUDIOMETRIA ÓSSEA (ANUAL)	UNIDADE	85	R\$ 18,00	R\$ 1.530,00
11	ESPIROMETRIA (BIENAL)	UNIDADE	10	R\$ 29,88	R\$ 298,80
					R\$ 36.661,80

Data da Assinatura: 26/06/2020

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5701/2020

Publicação Nº 2545221

PORTARIA Nº 5701/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento da ata de registro de preços nº 046/2020, o senhor CELSO JOSE OLDIGES, matrícula funcional nº 15765, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Infraestrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo objeto da ata de registro de preços visa a AQUISIÇÃO PARCELADA DE ATE 3000 (TRES MIL) HORAS SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E USINAGEM PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Quantitativo - Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5702/2020

Publicação Nº 2546069

PORTARIA Nº 5702/2020

NOMEIA ADVOGADO PARA DEFESA DO SERVIDOR PÚBLICO ARIANE CRISTINA MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - Designar o advogado Francisco José Hastreiter brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 8.594, portador do CPF nº 698.743.109-44, nos moldes do artigo 204 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para representar o servidora pública municipal, Sra. Ariane Cristina Muller, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2020, conduzido pela Comissão Processante, designada pela Portaria nº 5.687, de 09 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na edição nº 3.166, de 09 de junho de 2020, ante a complexidade que o caso em questão requer.

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, o advogado supra designado terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá acompanhar todos os procedimentos legais do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2020.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
01 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5703/2020

Publicação Nº 2546135

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR

Processo RH n. 010/2020

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Sindicância Administrativa para apurar fatos registrados via Protocolo n. 3597/2020 pelo canal Ouvidoria Municipal de Corupá

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, ao 01 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5703/2020

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar fatos registrados via Protocolo n. 3597/2020 pelo canal Ouvidoria Municipal de Corupá, infringindo, em tese, o que dispõe o art. 158, incisos IX e XI da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, conforme segue:

Art. 158 – São deveres do servidor.

[...]

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- TATIANE DIAS, brasileira, solteira, auxiliar de setor, portadora do RG n. 4.057.066 e CPF n. 009.620.119-32, com matrícula profissional n. 1516701, residente e domiciliado à Rua Tobias Cardoso, 158, Corupá-SC, 89.278-000 – Presidente da Comissão Processante;
-

EDERSON CLEITON MAHS, brasileiro, fiscal de tributários e posturas, portador do CPF n. 039.142.739-33, residente e domiciliado à Rua Padre Vicente Schmitz, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 1510104.

- MÁRCIA HELENA MULLER BUENO, brasileira, tesoureira, portadora do RG n. 1362382 e CPF n. 464.456.849-04, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias, Centro, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000, com matrícula profissional n. 2435/01, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGAO PRESENCIAL 002/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2544919

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020

OBJETO: VISANDO A AQUISIÇÃO DE 1.000 Hidrômetros para Autarquia Águas de Corupá, conforme especificações constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 07 horas do dia 01/07/2020 às 09 horas do dia 14/07/2020.

INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 14/07/2020.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.atende.net](http://www.corupa.atende.net).

HORÁRIO: das 07h às 13hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

Publicação Nº 2545086

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 063/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA MECÂNICA E ELETRO HIDRÁULICA PARA OS VEÍCULOS LEVES DA POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, com fornecimento não exclusivo de peças genuínas, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 01/07/2020 às 08:00horas do dia 15/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08:30h do dia 15/07/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Julho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 081, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546102

DECRETO MUNICIPAL Nº 081/2020.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.837, de 28 de novembro de 2019, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2019;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício de 2019 e Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020 no valor de R\$ 92.199,50 (noventa e dois mil cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 06.181.0014.2.022 – Manutenção de Ações de Segurança Pública

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1019) Fonte: 0.3.12.00.00 – Superávit Convênio de Trânsito – Prefeitura R\$ 2.200,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. das Ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1101) Fonte: 1.64.00.00 – Excesso de Arrec. Conv. 2019TR001556/Estado R\$ R\$ 89.999,50

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) será utilizado o Superávit Financeiro da conta 12.231-9 Banco do Brasil, e para dar cobertura ao valor de R\$ 89.999,50 (oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) a Conta 15.298-6 do Banco do Brasil.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 082, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546119

DECRETO MUNICIPAL Nº 082, de 29 de junho de 2020.

FICA ALTERADA A REDAÇÃO DO DECRETO Nº 55 QUE DISPÕE SOBRE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA DOS DECRETOS E REGULAMENTOS EDITADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM VISTAS A ESTABELECE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DISCIPLINA O USO DE MÁSCARAS DOMÉSTICAS PELA POPULAÇÃO, ESTABELECE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a redação do § 2º do Art. 2º do Decreto nº 55 de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. ...

...

§ 2º. Fica vedado aos servidores públicos municipais a realização de horas extras enquanto perdurar as medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (covid-19), ressalvadas as atividades essenciais, e atividades exercidas por servidores municipais da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria da Agricultura em decorrência de enfrentamento de Situação de Emergência em virtude das enxurradas, horas extras realizadas no período do dia 10 de junho a 10 de setembro de 2020, e desde que prévia e expressamente autorizado e justificado pelo Secretário responsável.

...

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua expedição, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, 29 de junho de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2546149

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 102/2020.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E FUNDAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL DE CUNHA PORÃ – CNES Nº 2626667, entidade beneficente de assistencial social de promoção da saúde, inscrita no CNPJ sob nº 82.817.172/0001-17

Previsão Orçamentária:

Órgão: 06 SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação: 10300072.0400

Do Objeto: O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS HOSPITALARES DE PLANTÃO MÉDICO, EQUIPE DE ENFERMAGEM E AMBIÊNCIA PARA ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EXCLUSIVOS À PACIENTES COM SÍNDROME GRIPAL – SG OU SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE – SRAG, DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DIÁRIAS, PELO PERÍODO INICIAL DE 90 (NOVENTA) DIAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 544/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 496/2020

Do Valor Mensal do Contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Do Valor Total do Contrato: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Data do Contrato: 23/06/2020

Da vigência do Contrato: 23/06/2020 à 22/09/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2020

Publicação Nº 2545207

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2020

O Município de Cunha Porã, estado de Santa Catarina TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, que fará realizar o Processo Licitatório nº 575/2020, na modalidade Tomada de Preços nº 7/2020, com julgamento do tipo TÉCNICA E PREÇO, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, VISANDO À PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC. Os envelopes contendo a "HABILITAÇÃO JURÍDICA", "HABILITAÇÃO TÉCNICA", "RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA" e "PROPOSTA DE PREÇO" das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente até às 08h:30min. do dia 31 de julho de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento da habilitação e proposta comercial dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 31 de julho de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 30 de junho de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

Publicação Nº 2545727



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibanos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 004/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

O Município de Curitibanos através do Prefeito Municipal, Sr. José Antônio Guidi, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão sendo realizadas inscrições para o Processo Seletivo Simplificado Emergencial, no âmbito da Administração Pública Municipal para o provimento dos cargos de profissionais na Secretaria de Saúde, para suprir necessidade temporária de recursos humanos para as respectivas funções, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e demais Leis aplicáveis a espécie.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Processo Seletivo Simplificado Emergencial destina-se à contratação de pessoal em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público na manutenção dos serviços públicos de saúde essenciais.

Art. 2º. Para efeito do presente processo seletivo, considera-se motivo para a contratação temporária, o reconhecimento da pandemia global deflagrada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao surto do novo coronavírus (COVID 19) e da situação de emergência deflagrada pelo Governador do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020 (DOE-SC, ano LXXXVI, n. 21.223-B) e demais atos subsequentes.

Art. 3º. O presente Processo Seletivo será conduzido em todas as suas etapas, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. O processo seletivo será realizado através de análise de currículo e prova de títulos.

Art. 5º. O prazo de validade do processo seletivo será de 90 (noventa dias), podendo ser prorrogado por igual período, em se persistindo os motivos que ensejaram a publicação do presente edital.

Art. 6º. A aprovação no processo seletivo não cria direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitibanos - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

CAPÍTULO II DOS CANDIDATOS

Art. 7º. Poderão se candidatar às vagas do presente Processo Seletivo, todos os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter no mínimo 18 anos completos no ato da inscrição;
- c) Estar em gozo dos direitos políticos;
- d) Estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- e) Atender as condições especiais prescritas para o preenchimento do cargo.

CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

Art. 9º. As inscrições serão gratuitas, e realizadas diretamente mediante protocolo eletrônico, no site oficial do Município na rede mundial de computadores, através do endereço www.curitibanos.sc.gov.br, link "serviços on-line", aba "Inscrição Processo Seletivo Emergencial", mediante o preenchimento da ficha de inscrição.

Parágrafo único: Juntamente com a ficha de inscrição, o candidato deverá apresentar/anexar ao protocolo eletrônico, **CÓPIA** dos seguintes documentos, em formato PDF:

- a) CPF e RG;
- b) Comprovante de residência;
- c) Comprovante da última votação;
- d) Carteira Profissional (parte da foto frente e verso);
- e) Cadastramento PIS/PASEP (consta na Carteira Profissional);
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Certidão de nascimento dos filhos menores de idade;
- h) Certidão de reservista para candidatos do sexo masculino;
- i) Diploma de Graduação ;
- j) Registro no órgão de classe competente.

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

Art. 10. As inscrições deverão ser realizadas até as 23h59min do dia 06 de julho de 2020.

Art. 11. A declaração falsa ou inexata de dados na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão ao candidato o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 12. O pedido de inscrição significa a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste edital.

Art. 13. É parte integrante do presente edital o Anexo I, que deverá ser preenchido pelo candidato, onde deverão constar todas as informações ali solicitadas, sob pena de indeferimento da inscrição.

**CAPÍTULO IV
DAS VAGAS**

Art. 14. O Processo Seletivo visa preencher vagas para o seguinte cargo:

Cargo	Escolaridade e exigência mínima necessárias	Carga horária	Remuneração (R\$)	Número de vagas
Médico Clínico Geral	Ensino Superior completo no Curso de Medicina e registro no Conselho de classe	40h	17.512,78	2
Médico Clínico Geral	Ensino Superior completo no Curso de Medicina e registro no Conselho de classe	20h	8.756,39	2

Parágrafo único. O candidato poderá inscrever-se para uma ou mais vagas do presente processo seletivo, considerada a carga horária de cada vaga, mediante inscrições individualizadas, ficando a critério da administração, promover a convocação para quaisquer das vagas, conforme sua própria necessidade, observada em qualquer hipótese, a ordem classificatória obtida em cada cargo.

**CAPÍTULO V
DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO**

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitiba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibanos

Art. 15. A jornada de trabalho poderá ocorrer nos turnos diurnos (matutino e/ou vespertino) e/ou noturno, respeitando-se o regime de trabalho, de acordo com as necessidades da Instituição.

Art. 16. A remuneração terá por base os valores constantes da Tabela de Vencimentos dos servidores efetivos, para o cargo de cada candidato, observada a carga horária.

CAPÍTULO VI
DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 17. O presente Processo Seletivo Simplificado é de caráter classificatório e será desenvolvido em fase única, por análise de currículo e Prova de Títulos.

Art. 18. Serão aceitos para análise, somente os currículos elaborados em conformidade com o modelo constante no Anexo I deste certame e que estejam acompanhados dos documentos comprobatórios igualmente exigidos.

Art. 19. Os critérios de pontuação a serem avaliados estão dispostos na tabela abaixo:

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	Pontuação por Item (Conforme documentos comprobatórios)	Pontuação Máxima por critério	
TÍTULOS ACADÊMICOS	Doutorado na área de atuação do cargo	40	40
	Mestrado na área de atuação do cargo	30	30
	Especialização Lato Sensu na área de atuação do cargo (mínimo 360 horas)	15	15
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Exercício da função, comprovado através de: Carteira de Trabalho, ou Certidão ou declaração de Tempo de Serviço ou Termo de Posse ou contrato. Obs.: (1) Fração de tempo superior a 06 meses será considerada como 01 (um) ano. (2) Não haverá somatório de períodos fracionados durante o ano.	01 por ano	10

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitibanos - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

CURSOS EXTRACURRICULARES	Cursos extracurriculares na área de atuação do cargo, com carga horária igual ou superior a 20 horas, obtidos nos últimos cinco anos.	01 por certificado	05
			TOTAL: 100

Art. 20. Caso o candidato seja detentor de formação múltipla em títulos acadêmicos do mesmo nível, para cada nível será considerado apenas um título e pontuação respectiva, conforme critérios do art. 19.

Art. 21. A apresentação de títulos para pontuação no Processo Seletivo Simplificado no ato da inscrição, não exime o candidato de apresentar os documentos que comprovem a formação exigida e demais documentos no ato da convocação.

Art. 22. Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC.

Art. 23. Os diplomas e certificados conferidos por instituições estrangeiras, somente serão válidos quando traduzidos por tradutor público juramentado, convalidado para o território nacional e atenderem ao disposto na Resolução CNE/CES nº 01, de 28/01/2002, Conselho Nacional de Educação.

Art. 24. Não será atribuída nenhuma pontuação por ocasião da apresentação de diploma de graduação, tendo em vista que este é requisito mínimo para investidura no cargo.

Art. 25. Serão considerados classificados os candidatos aprovados até limite máximo estabelecido no Art. 14, obedecida a ordem de pontos obtidos na análise curricular e Prova de Títulos.

Art. 26. Os candidatos que não estiverem classificados dentro do número de vagas disponíveis, formarão um cadastro de reserva, para futura e eventual contratação.

Art. 27. Na hipótese de empate de pontos, na ordem classificatória final, prevalecerá:

- Candidato que tiver maior tempo de experiência na área de atuação;
- Candidato com maior idade considerando dia, mês e ano de nascimento;
- Persistindo o empate, a ordem classificatória será definida por sorteio;

**CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS**

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitiba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibanos

Art. 28. Aos candidatos serão assegurados meios amplos de impugnação e recurso, contra as regras do presente edital, nas fases de homologação das inscrições, divulgação do resultado preliminar e divulgação do resultado final do processo seletivo, cuja competência de julgamento, caberá à Comissão Especial, a ser nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 29. A impugnação ao Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão até as 23h59min do dia 01 de julho de 2020, mediante protocolo eletrônico disponível no site oficial do Município na rede mundial de computadores, através do endereço www.curitibanos.sc.gov.br, link "serviços on-line", aba "Protocolos diversos".

Art. 30. Os recursos deverão ser protocolados na mesma forma como previsto no art. 29, até as 23h59min do primeiro dia útil seguinte à publicação do ato a ser impugnado.

§ 1º. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

§ 2º. As publicações, para efeito de contagem de prazo recursal se dará exclusivamente através do site oficial do Município na rede mundial de computadores, através do endereço www.curitibanos.sc.gov.br, cabendo ao candidato, seu acompanhamento.

Art. 31. O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado acompanhado das devidas comprovações.

Art. 32. Será indeferido o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como os que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

CAPÍTULO VIII DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

Art. 33. A convocação dos aprovados será realizada através do telefone e e-mail indicados na ficha de inscrição.

Art. 34. Após o prazo de 3 (três) dias úteis, o candidato que não atender à convocação reservará ao Município, o direito de convocar o próximo classificado.

CAPÍTULO IX DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

Art. 35. Para ser contratado, o candidato deve ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste edital, além de cumprir os demais requisitos legais para investidura em cargo público.

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitibanos - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

Art. 36. O candidato contratado no presente Processo Seletivo Simplificado terá contrato assinado com vigência de 90 (noventa) dias, sendo permitida a prorrogação por igual período, e poderá ser extinto a qualquer momento a critério da Administração.

Art. 37. A aprovação e classificação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático, mas apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a assinatura do contrato condicionada à observância das disposições em lei, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e do exclusivo interesse e conveniência da administração na formalização do contrato.

CAPITULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Comissão Especial, a ser nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 39. As datas e prazos contidos neste Edital poderão ser alterados pela autoridade competente, mediante motivo justificado.

Art. 40. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/SC, 29 de junho de 2020.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Yara Aparecida Vilani Padilha
Secretária de Saúde

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitiba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibanos

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS:

Nome completo:	
Sexo:	CPF:
PIS/PASEP:	Título de Eleitor:
Zona:	Seção:
RG:	Or. Exp:
Data de nascimento:	Local de nascimento:
Endereço:	Nº
Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:
Filiação:	
Estado Civil:	Nº de dependentes:

CARGO PRETENDIDO:

Médico clínico Geral	Carga horária: () 40h (quarenta horas) () 20h (vinte horas)
-----------------------------	--

MEIOS DE CONTATO:

Telefone(s):	Tel. fixo:
Celular:	
E-mail:	

FORMAÇÃO/TÍTULOS DO CANDIDATO

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitibanos - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

* Poderá ser assinalado mais de um item:

- ☐ Doutorado
- ☐ Mestrado
- ☐ Pós – Graduação
- ☐ Anos de experiência Profissional
- ☐ Número de Cursos extracurriculares

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitibanos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

29/06/2020 – Publicação do Edital;

01/07/2020 – prazo para impugnação ao Edital;

29/06/2020 à 06/07/2020 – Período de Inscrições;

08/07/2020 – Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas;

09/07/2020 – Prazo para Recursos sobre as o deferimento/indeferimento de inscrições;

13/07/2020 – Resultado da classificação preliminar;

14/07/2020 – prazo para Recurso contra a classificação preliminar;

16/07/2020 – Resultado Classificação final;

17/07/2020 – prazo para recurso da classificação final.

20/07/2020 – Divulgação do resultado final/Homologação.

Rua Cel Vidal Ramos, 860 - Caixa Postal 81 - CEP 89520-000 - Curitiba - SC
(49) 3245-7200 Fax (49) 3245-7203 - prefeitura@curitiba.sc.gov.br

TERMO DE RESCISÃO - CONTRATOS FIRMADOS A PARTIR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

Publicação Nº 2545835

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Curitiba, através de sua autoridade competente decide RESCINDIR UNILATERALMENTE OS CONTRATOS nº 169/2020 (Prefeitura), 72/2020 (Saúde), 34/2020 (Assistência Social), 80/2020 (Educação), 15/2020 (Habitação), 12/2020 (IPESMUC) firmado a partir do Pregão Presencial nº 24/2020, entre o Município de Curitiba e suas demais entidades, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa CARMELLA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.624.754/0001-60, situada na Av Rio Branco, 404, Torre II, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88.015-200, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA, cuja referida licitante apresentou menor orçamento, nos termos que seguem:

RELATÓRIO

A abertura do Pregão Presencial nº 24/2020 ocorreu na data de 18/03/2020, sendo homologado na mesma data tendo em vista que não houve interposição de recurso, e adjudicados no dia 03/04/2020. Na data de 07/05/2020 a empresa deixou de prestar os serviços, e retornou à sua cidade de origem.

Ocorre que mesmo após o requerimento realizado pela empresa de rescisão amigável, a prestação de serviço deve continuar, o que não ocorreu de fato, "até a presente data, não foi dada continuidade ao serviço contratado", deste modo, descumprindo a Cláusula Segunda do Termo de Contrato.

Considerando como princípio da lei de licitações, a moralidade, vinculação ao instrumento convocatório, e isonomia entre os participantes, o Município decide por rescindir os termos de contratos oriundos do Pregão Presencial nº 24/2020.

É o relato necessário! Passo a decidir:

FUNDAMENTAÇÃO

A hipótese objeto de análise, constitui motivo para a rescisão do contrato, na forma prevista no art. 78 inciso XVII da Lei 8.666/93, a seguir transcritos:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;"

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo Município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o Município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo Município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

Nestes termos, RESCINDO, na forma prevista na Cláusula Oitava inciso I, tudo conforme fundamentação acima exposta.

Publique-se, registre-se e intemem-se os interessados.

Curitiba/SC, 30 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 37/2020 - ALTERAÇÃO DE DATA E TERMO DE REFERÊNCIA

Publicação N° 2545465

MUNICÍPIO DE DESCANSO
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 71/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 37/2020

O MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n° 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, n° 146, centro, Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que o edital do Processo Licitatório n° 71/2020, Pregão Presencial n° 37/2020, que objetiva a aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de itens de informática, climatizadores e eletrodomésticos/aparelhos eletrônicos para a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Administração, SOFREU ALTERAÇÕES, A SABER:

ONDE SE LIA:

O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO ocorrerá até as 10:00 horas do dia 10 de julho de 2020, ficando impedidos de participar do certame aqueles interessados que não apresentarem seus envelopes até o horário limite fixado para o recebimento.

O CREDENCIAMENTO será recebido até as 10:20 horas do dia 10 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos, situado na Avenida Marechal Deodoro, n° 146, MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

A Sessão Pública para ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E A DOCUMENTAÇÃO terá início às 10:20 horas do dia 10 de julho de 2020.

LEIA-SE:

O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO ocorrerá até as 08:15 horas do dia 15 de julho de 2020, ficando impedidos de participar do certame aqueles interessados que não apresentarem seus envelopes até o horário limite fixado para o recebimento.

O CREDENCIAMENTO será recebido até as 08:30 horas do dia 15 de julho de 2020, no Departamento de Licitações e Contratos, situado na Avenida Marechal Deodoro, n° 146, MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

A Sessão Pública para ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E A DOCUMENTAÇÃO terá início às 08:30 horas do dia 15 de julho de 2020.

ONDE SE LIA:

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado no endereço supracitado, até as 10:00 horas do dia de julho de 2020, em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os dizeres:

LEIA-SE:

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, situado no endereço supracitado, até as 08:15 horas do dia 15 de julho de 2020, em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os dizeres:

ONDE SE LIA:**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****2. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA E DETALHAMENTO DO OBJETO**

Item	Quant.	Und.	Especificações do objeto	Valor Máx. Aceitável (R\$) - Unitário	Valor Máx. Total (R\$)
3	4	UND	CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTUs, REVERSO (QUENTE/FRIO), DESUMIDIFICADOR E SWING, COM CONTROLE REMOTO, CLASSIFICAÇÃO "A", 220 VOLTS, GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 12 MESES.	2.702,63	10.810,52
TOTAL R\$					77.506,18*

* OBS: O total informado corresponde ao total do processo licitatório.

LEIA-SE**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****2. DESCRIÇÃO ESPECÍFICA E DETALHAMENTO DO OBJETO**

Item	Quant.	Und.	Especificações do objeto	Valor Máx. Aceitável (R\$) - Unitário	Valor Máx. Total (R\$)
3	4	UND	CLIMATIZADOR DE AR 18.000 BTUs, REVERSO (QUENTE/FRIO), DESUMIDIFICADOR E SWING, COM CONTROLE REMOTO, CLASSIFICAÇÃO "A", 220 VOLTS, GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 12 MESES.	2.360,00	9.440,00
TOTAL R\$					76.135,66

* OBS: O total informado corresponde ao total do processo licitatório.

As demais informações constantes no edital permanecem inalteradas. O edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 30 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1053/2020-SF, DE 30 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 95.592,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2545676

DECRETO Nº 1053/2020-SF, de 30 de junho de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 95.592,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1751/2020 de 29 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 95.592,58 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manut. Atividades Proteção Social Média Complexidade
3.1.90.00.00.00.00.00.0788		Aplicações Diretas (209) 3.575,04
3.1.90.00.00.00.00.00.0687		Aplicações Diretas (210) 1.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0738		Aplicações Diretas (211) 3.967,54
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.0789		Aplicações Diretas (212) 80.550,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0790		Aplicações Diretas (213) 6.000,00
T O T A L -		95.592,58

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior:

I – O excesso de arrecadação decorrente das Portarias 369/2020 e 378/2020, relativas a repasses financeiros emergenciais de recursos federais para ações do SUAS no combate a covid-19, conforme especificação abaixo:

4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00 - 788	Incremento Temp. BL PSEMC COVID-19 PORT. 378	3.575,04
4.1.7.1.8.12.1.1.06.00.00 - 789	Incremento Temp. BL PSB COVID-19 PORT. 378	80.550,00
4.1.7.1.8.12.1.1.07.00.00 - 790	Incremento Temp. BL PSB COVID-19 PORT. 369	6.000,00

II - A redução de dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentaria Anual e o cancelamento da dotação aberta pelo Decreto nº 1038/2020-SF de 14 de Fevereiro de 2020 e autorizada pela Lei Municipal nº 1732/2020 de 14 de fevereiro de 2020, conforme especificação abaixo:

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manut. Atividades Proteção Social Média Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.0687		Aplicações Diretas – PSEMC (125)	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0738		Aplicações Diretas – PSEMC Superávit (191)	3.967,54
T O T A L -			95.592,58

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 95.592,58 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 30 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

LEI Nº 1751/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 95.592,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2544837

LEI Nº 1751/2020, de 29 de junho de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 95.592,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de até 95.592,58 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manut. Atividades Proteção Social Média Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.0788		Aplicações Diretas – Inc Temp. PSEMC COVID-19 PORT.378	3.575,04
3.1.90.00.00.00.00.00.0687		Aplicações Diretas – PSEMC	1.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0738		Aplicações Diretas – PSEMC Superávit	3.967,54
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.0789		Aplicações Diretas – Inc Temp. PSB COVID-19 PORT.378	80.550,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0790		Aplicações Diretas – Inc Temp. PSB COVID-19 PORT.369	6.000,00
T O T A L -			95.592,58

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior:

I – O excesso de arrecadação decorrente das Portarias 369/2020 e 378/2020, relativas a repasses financeiros emergenciais de recursos federais para ações do SUAS no combate a covid-19, conforme especificação abaixo:

4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00 - 788	Incremento Temp. BL PSEMC COVID-19 PORT.378	3.575,04
4.1.7.1.8.12.1.1.06.00.00 - 789	Incremento Temp. BL PSB COVID-19 PORT. 378	80.550,00
4.1.7.1.8.12.1.1.07.00.00 - 790	Incremento Temp. BL PSB COVID-19 PORT. 369	6.000,00

II - A redução de dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentaria Anual e o cancelamento da dotação aberta pelo Decreto nº 1038/2020-SF de 14 de Fevereiro de 2020 e autorizada pela Lei Municipal nº 1732/2020 de 14 de fevereiro de 2020, conforme especificação abaixo:

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manut. Atividades Proteção Social Média Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.0687		Aplicações Diretas – PSEMC (125)	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0738		Aplicações Diretas – PSEMC Superávit (191)	3.967,54
T O T A L -			95.592,58

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 95.592,58 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais, cinquenta e oito centavos).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso – SC, 29 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15842/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS DE THAIS REGINA DURIGON.

Publicação Nº 2546116

PORTARIA Nº 15842/2020, de 29 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

de THAIS REGINA DURIGON, Código: 3.110, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, lotada na Secretaria de Administração, com exercício e atribuições do cargo no Departamento de Pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro 2020, sendo o período de gozo a contar de 06 de abril de 2020 a 05 de maio de 2020, conforme previsão do Decreto Municipal nº 2121/2020, e seus efeitos a contar da presente data, sendo interrompidas pela Portaria nº 15761/2020, restando portanto 08 (oito) dias, dos quais 01 (um) dia foi usufruído na data de 26 de maio de 2020, restando 07 (sete) dias a serem gozados em nova data, sendo que 01 (um) dia foi usufruído na data de 17 de junho de 2020, restando 06 (seis) dias a serem gozados em nova data, sendo que ½ (meio) dia foi gozado na data de 29 de junho de 2020, restando, portanto, 05 (dias) dias e ½ (meio) a serem gozados em nova data.

Descanso - SC, 29 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 40-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 69-2020 - PMDC

Publicação Nº 2545002

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 40/2020 - PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
Valor : 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE REFORMA DA ESCOLA JOSE DO PATROCÍNIO,
LOCALIZADA NA LINHA BELA VISTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO,
CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO,
PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 30 de Junho de 2020

DECRETO Nº 6072/2020

Publicação Nº 2544967

DECRETO Nº 6072/2020

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.910.624,94 (UM MILHÃO E NOVECENTOS E DEZ MIL E SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, os incisos I do Art. 13 da Lei Municipal nº 4758/2019, de 16 de dezembro de 2019.

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Complementar nº 173/2020, que institui o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Altera a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.910.624,94 (Um Milhão e Novecentos e Dez Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos da UNIÃO, para municípios repararem perdas de arrecadação de tributos de caráter ordinário e honrar os compromissos nas diversas áreas da administração.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Altera a Lei nº. 4.757, de 16 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.910.624,94 (Um Milhão e Novecentos e Dez Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos da UNIÃO, para municípios repararem perdas de arrecadação de tributos de caráter ordinário e honrar os compromissos nas diversas áreas da administração.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Altera a Lei nº. 4.758, de 16 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 1.910.624,94 (Um Milhão e Novecentos e Dez Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos) objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos da UNIÃO, para municípios reparem perdas de arrecadação de tributos de caráter ordinário e honrar os compromissos nas diversas áreas da administração.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. O Chefe do Poder Executivo promove a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 1.910.624,94 (Um Milhão e Novecentos e Dez Mil e Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.2.008 -Admin Geral dos Bens e Serv. da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

3.3.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 306.159,23

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 - Adm Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Mun.de Serviços e Desenv.Urbano

3.1.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01. ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 – Adm. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária

3.1.90.00.00.00.0.1.0413 - Aplicações Diretas R\$ 157.126,00

3.1.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.058 – Adm. Geral dos Bens e Serviços dos Programas Sociais Desenvolvidos no Município

3.1.90.00.00.00.0.1.0412 - Aplicações Diretas R\$ 67.339,71

08.244.0487.2.079 – Gestão do Programa de Transf. de Subsidio Financeiro denominado COMIDA NA MESA

3.3.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR LUIZ CARLOS BARREIRO

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist.Médica, Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.00.00.00.0.1.0411 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Total R\$ 1.910.624,94

Art. 5º Para a cobertura do crédito o Chefe do Poder Executivo Municipal utilizará o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos na Fonte de Recursos 00.01.0411, 00.01.412 e 00.01.413, recursos estes oriundos da União destinados pela Lei Complementar nº 173/2020, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE JUNHO DE 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 69-2020 - PMDC

Publicação N° 2544976

PREGÃO PRESENCIAL N° 69/20
PROCESSO LICITATÓRIO N° 69/20
HOMOLOGAÇÃO: 30/06/20
CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE REFORMA DA ESCOLA JOSE DO PATROCÍNIO,
LOCALIZADA NA LINHA BELA VISTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO,
CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL
DESCRIPTIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos
reais)
DATA: 30/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 04 2020 CMAS

Publicação N° 2544845

RESOLUÇÃO N° 04/2020

Dispõe sobre aprovação de proposta de participação da COOPERCERQ no programa de aquisição de alimentos (PAA) a ser submetido a CONAB.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS e pela Lei Municipal 4.296 de 02 de dezembro de 2013, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira – SC, e,

CONSIDERANDO manifestação através do grupo de WhatsApp da maioria dos conselheiros, datada de 24 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar proposta de participação da COOPERCERQ no programa de aquisição de alimentos (PAA), a ser submetida a CONAB.

Art. 2º O conselho municipal de assistência social será a instância de controle social do programa de aquisição de alimentos e será responsável pelas seguintes ações:

- Acompanhamento e implementação do programa na área de abrangência da proposta.
- Avaliação periódica da execução do programa.
- Promoção e articulação do PAA com as demais políticas públicas implementadas no município.
- Comunicação a CONAB de qualquer irregularidade identificada na implementação e execução do programa.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 24 de junho de 2020.

Sirlei Gonçalves Scariot
Presidente do CMAS - DC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO N° 46/2020

Publicação N° 2545872

DECRETO N° 046, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a revogação do decreto N° 040 de 15 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n° 040 de 15 de junho de 2020, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 114.968,85 (cento e quatorze mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Art.2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 30 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 30 de junho de 2020.

TARCISO LENZI
Chefe de Gabinete

Entre Rios

PREFEITURA

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 2545187

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Portaria de Instauração nº. 105/2020

Processo nº. 001/2020

Investigante: Município de Entre Rios/SC

Procurador: Elton John Martins do Prado

Investigada: Mettal Oeste Construções LTDA

ATA DE REUNIÃO DATA: 30/06/2020, às 08h30mim.

LOCAL: Sala do Setor Jurídico

PRESENCAS:

Admir Hammerich (Presidente da Comissão);

Rubia Paula de Moura Dell Osbel (Secretária da Comissão);

Gilson Borges (Membro da Comissão);

Jonas Elias Simonetti (Membro da Comissão).

Aberta a reunião, presentes os acima nominados, Pelo Presidente da Comissão foi informado o objeto do presente ato, sendo que se trata para apreciação de defesa e confecção de relatório, nos termos do artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de outubro de 2007. Foi cientificado ainda pelo Presidente da Comissão, a importância do presente processo, bem como, do sigilo dos documentos constantes nos autos, tendo ainda, solicitado zelo dos atos/relatos aqui realizados, a importância da imparcialidade, isso nos termos do artigo 158, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de outubro de 2007. E seguida foi disponibilizado o processo os membros da Comissão, os quais na forma do artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de outubro de 2007, passaram a confecção do relatório:

a) Relatório

O município de Entre Rios/SC lançou o Processo Licitatório nº. 031/2018, Tomada de Preço nº. 002/2018, tendo por objeto continuação da obra de construção da quadra poliesportiva coberta, na sede do município de Entre Rios/SC, com área total de 980,40m², sendo projeto padrão FNDE, onde a Investigada restou vencedora, tendo originado o Contrato Licitatório de nº. 26/2018, e posteriores aditivos.

Desta contratação, foram realizados aditivos, onde houve prorrogação de prazo para a entrega da obra, sendo 31 de outubro de 2019, pelo aditivo, e que pelo Simec o prazo seria a data de 31 de dezembro de 2019, e durante a execução da obra, por várias vezes foi cobrada a Investigada para a ideal execução da obra, e entrega no prazo estabelecido no contrato e nos seus aditivos, mas não houve cumprimento.

Pelo Engenheiro desta Administração, foi informado que após vistoria na obra, concluiu que "O prazo final para a conclusão já finalizou e a obra encontra-se inacabada", e que após envio de vistorias para o sistema Simec, este, após avaliação apresentou, as inconformidades na obra, folhas 16-149.

Vale destacar que na cláusula 2.2, do contrato licitatório restou especificado que a obrigação da Investigada em executar os serviços conforme projeto(s), observando rigorosamente os princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis, independentes de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

Na cláusula 2.4, ficou como obrigação da Investigada em assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

Na cláusula 2.6, ficou como obrigação da Investigada em refazer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização da Secretaria competente do Município, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

Na cláusula 2.7, ficou como obrigação da Investigada em assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao Município ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste contrato, decorrentes de culpa ou dolo da Empresa ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e ainda de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

Na cláusula 2.20.1, ficou como obrigação da Investigada que o não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização seria considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

Na cláusula 2.25, ficou como responsabilidade da Investigada pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização da Secretaria de Obra do Município e pelos atrasos acarretados por esta rejeição.

Na cláusula 11.3.1, ficou estabelecido que os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no "Livro Diário de Obras".

Na cláusula 12.1, ficou estabelecido que o contrato deveria ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Na cláusula 12.2, ficou estabelecido que a Investigada esta obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Na cláusula 12.3, ficou estabelecido que a execução deveria ser rigorosamente de acordo com os projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Departamento Técnico da Secretaria de Infraestrutura do Município.

Na cláusula 13.1.1, ficou estabelecido que o Município pode determinar a Investigada realizar reforço do equipamento ou substituição de

unidades defeituosas, caso venha a constatar que o mesmo é insuficiente para dar aos serviços o andamento normal previsto. Na cláusula 13.1.12, ficou como prerrogativa do Município exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Na cláusula 13.1.4, ficou como prerrogativa do Município agir e decidir em seu nome, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

Na cláusula décima sétima, restou estabelecido o direito/dever do Município aplicar penalidades sanções pela inadimplência das condições estabelecidas no contrato licitatório.

Vale enfatizar, de que a Investigada foi notificada de forma extrajudicial para regularizar as inconformidades apresentadas nas obras, bem como, para conclusão da obra, mas nada fez, conforme pode se verificar no processo nas folhas 118-134.

Não se pode perder de vista ainda, de que a Investigada foi devidamente citada para ter ciência do presente processo e apresentar defesa, mas nada fez, nem ao menos apresentou justificativa das suas omissões contratuais.

O que se extrai, é que a Investigada não cumpriu com o contrato e seus aditivos, sendo que não executou a totalidade da obra no prazo, não regularizou as inconformidades e mesmo tendo encerrado o prazo do contrato e aditivos, não concluiu a obra, conforme pode se verificar no laudo de vistoria de folhas 136-155 e 213-216.

Não se pode perder de vista, de que a Investigada vinha recebendo os valores de seus serviços de forma normal, estando pendente de pagamento somente o referente a última medição conforme pode se verificar nas folhas 156-165.

Hoje a obra encontra inacabada, os recursos federais desta estão trancados, isso por omissão da Investigada, sendo que o não foi alimentado o Sistema Simec em relação o término da obra, se obrigando assim, o município a tomar providências cabíveis para o término da obra.

Além das disposições contratuais acima expostas e previstas no contrato e seus aditivos, também deve ser destacado as disposições legais.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”.

“Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.”.

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;”.

“Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.”.

“Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.”.

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”.

Assim, resta devidamente verificado a responsabilidade da Investigada, pelo descumprimento do contrato, pelo fato de não ter concluído a obra conforme sua obrigação contratual, portanto, devem ser aplicadas as sanções previstas no contrato e seus aditivos, e demais legislações, devendo os valores das sanções serem descontadas dos valores que a Investigada tem a receber.

b) Decisão

Passada a fase do relatório, passou a decisão e conclusão nos termos do §1º, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, o que foi feito nos seguintes termos:

Diante do acima exposto, nos termos do artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007 a Comissão entendeu pela responsabilidade da Investigada, pelo descumprimento com contrato pactuado com a presente Administração, devendo ser aplicada as penalidades/multas descritas no contrato pactuado, e demais penalizações previstas na legislação pertinente.

Assim, entendemos que o Excelentíssimo Senhor Prefeito, com base nesta decisão, deverá, a) que seja rescindido o contato e aditivos realizado com a Investigada, nos termos dos artigos, 77, 78, I, II, III e VII, 79, I, §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93; b) seja aplicada multa nas formas previstas no edital e no contrato, nos termos do artigo 87, II, da Lei Federal nº. 8.666/93; c) declarar a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a presente Administração pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 87, III, da Lei Federal nº. 8.666/93; c) declarar a idoneidade da Investigada para licitar e/ou contratar com a presente Administração, nos

termos do artigo 87, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93; d) que seja aplicada a Investigada as multas previstas no contrato licitatório; e) que seja intimada a Investigada acerca do presente relatório/decisão; f) com base no princípio da publicidade, previsto no caput do artigo 37, da Constituição Federal, que seja publicada nos meios oficiais do Município a presente decisão.

RUBIA PAULA DE MOURA DELL OSBEL ADMIR HAMMERICH
(Secretária da Comissão) (Presidente da Comissão)

GILSON BORGES JONAS ELIAS SIMONETTI
(Membro da Comissão) (Membro da Comissão)

DECRETO Nº 050/2020

Publicação Nº 2545254

DECRETO N. 050/2020
DE 26 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 17.850,00 (dezesete mil e oitocentos e cinquenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 12.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0801.2.029 – Manut.BI. PSB - FNAS
Despesa: 3.3.90.00 (135) – 1.1.35 – Aplicações Diretas R\$ 17.850,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos: 1.1.35 – Covid-19 Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de maio de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 057/2020

Publicação Nº 2545262

DECRETO N. 057/2020
DE 16 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 479.672,71 (quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
Unidade Orçamentária: 08.01 – Secretaria de Desenvolvimento Comunitário
Funcional: 08.244.0801.1.071 – Obras de Infraestrutura Social
Despesa: 4.4.90.00 (131) – 1.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONOMICO
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria de Agricultura e Desenv. Econômico
Funcional: 20.608.2001.2.016 – Manut.da Secretaria de Agricultura
Despesa: 3.1.90.00 (139) – 1.1.42 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria da Infraestrutura
Funcional: 26.782.2601.2.018 – Manutenção das Atividades de Infraestrutura
Despesa: 3.1.90.00 (140) – 1.1.42 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria da Infraestrutura
Funcional: 26.782.2601.2.018 – Manutenção das Atividades de Infraestrutura
Despesa: 3.3.90.00 (141) – 1.1.42 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 12.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0801.2.029 – Manutenção BL.PSB - FNAS
Despesa: 3.1.90.00 (142) – 1.1.52 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Órgão: 07 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria da Infraestrutura
Funcional: 15.451.1501.1.066 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Despesa: 4.4.90.00 (132) – 1.3.50 – Aplicações Diretas R\$ 86.399,64

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria de Administração
Funcional: 04.122.0402.2.004 – Manut.das Atividades da Sec.de Administração
Despesa: 4.4.90.00 (143) – 1.3.50 – Aplicações Diretas R\$ 17.273,07

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação - Fontes de Recursos: 1.1.42, 1.1.52, Superávit Financeiro – Fontes de Recurso 0.3.00, 1.3.50.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 059/2020

Publicação Nº 2545273

DECRETO N. 059/2020
DE 17 DE JUNHO DE 2020
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades de Saúde
Despesa: 3.3.90.00 (43) – 1.1.52 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.301.1001.2.035 – Manutenção BL. Atenção Básica
Despesa: 3.3.90.00 (42) – 1.0.78 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.301.1001.2.035 – Manutenção BL. Atenção Básica
Despesa: 3.3.90.00 (42) – 1.0.78 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.301.1001.2.035 – Manutenção BL. Atenção Básica
Despesa: 3.3.90.00 (45) – 1.0.77 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.301.1001.2.041 – Manutenção Programas do SUS - Estado

Despesa: 3.3.90.00 (44) – 1.0.78 – Aplicações Diretas R\$ 520.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação - Fontes de Recursos: 1.1.52, 1.0.77, 1.0.78 – Emendas Parlamentares.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2545280

DECRETO N. 060/2020
DE 24 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 96.671,59 (noventa e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.036 – Man.BL Atenção Básica
Despesa: 3.1.90.00 (36) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 40.259,39

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.036 – Man.BL Atenção Básica
Despesa: 4.4.90.00 (46) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 41.500,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades da Saúde
Despesa: 4.4.90.00 (29) – 0.1.333 – Aplicações Diretas R\$ 14.912,20

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.040 – Man.BL Gestão do SUS
Despesa: 3.3.90.00 (31) – 0.1.333 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.302.1001.2.037 – Man.BL MAC AMB.HOSP.LIM. DE FINANC.
Despesa: 3.3.90.00 (35) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 34.532,89

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.302.1001.2.036 – Man.BL Atenção Básica Variável
Despesa: 3.3.90.00 (37) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 1.575,21

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.039 – Man.BL Assistência Farmacêutica
Despesa: 3.3.90.00 (33) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 3.104,58

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.038 – Man.BL Vigilância em Saúde
Despesa: 3.3.90.00 (34) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 31.160,26

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.302.1001.2.036 – Man.BL Atenção Básica Variável
Despesa: 3.3.90.00 (41) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 4.026,83

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.034 – Man.das Atividades da Saúde
Despesa: 4.4.90.00 (29) – 0.1.333 – Aplicações Diretas R\$ 14.912,20

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.1001.2.035 – Man.BL Atenção Básica
Despesa: 3.3.90.00 (32) – 0.1.338 – Aplicações Diretas R\$ 359,62

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 24 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 061/2020

Publicação Nº 2545296

Decreto nº. 061 de 24 de junho de 2020.

REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, E DISPÕE SOBRE O USO DA DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica do município de Entre Rios-SC, e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública Municipal.

§ 1º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversas as contratações com os recursos do repasse.

§ 2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Princípios

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Definições

Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

- II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;
- III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;
- IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;
- V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;
- VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;
- VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;
- VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;
- IX - Certificado de Registro Cadastral - CRC - Disponibilizado via sistema de informática, junto a Secretaria de Administração do Município de Entre Rios/SC
- X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada, integrante de plataforma de tecnologia a ser adotada pelo município de Entre Rios/SC, para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e
- XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:
- a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:
 1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
 2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;
 - b) o critério de aceitação do objeto;
 - c) os deveres do contratado e do contratante;
 - d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
 - e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;
 - f) o prazo para execução do contrato; e
 - g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.
- § 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.
- § 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

Vedações

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

- I - contratações de obras;
- II - locações imobiliárias e alienações; e
- III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS

Forma de realização

Art. 5º. O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de tecnologia, adotado pelo Município de Entre Rios/SC e amplamente divulgado em seus editais.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 2º do art. 1º, além do disposto no caput, poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

Etapas

Art. 6º. A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

- I - planejamento da contratação;
- II - publicação do aviso de edital;
- III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - julgamento;
- VI - habilitação;
- VII - recursal;
- VIII - adjudicação; e
- IX - homologação.

Critérios de julgamento das propostas

Art. 7º. Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, e conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Documentação

Art. 8º. O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III

DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Credenciamento

Art. 9º. A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Licitante

Art. 10. Na hipótese de pregão promovido por órgão ou entidade integrante da administração municipal, o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no CRC do município de Ente Rios-SC.

Art. 11. O credenciamento no CRC do município de Ente Rios-SC, permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no CRC do município de Ente Rios-SC, tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

CAPÍTULO IV

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Órgão ou entidade promotora da licitação

Art. 12. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou pela entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria Municipal de Fazenda, que atuará como provedor do Sistema de Compras do Governo Municipal.

Autoridade competente

Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade

promotora da licitação:

- I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II - indicar o provedor do sistema;
- III - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI - homologar o resultado da licitação; e
- VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Orientações gerais

Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
- II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem está delegar;
- III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e
- V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Valor estimado ou valor máximo aceitável

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Designações do pregoeiro e da equipe de apoio

Art. 16. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

- I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação; e
- II - os membros da equipe de apoio serão, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou da entidade promotora da licitação.

§ 1º No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.

§ 2º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 3º A entidade promotora da licitação, estabelecerá planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

Do pregoeiro

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - conduzir a sessão pública;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Da equipe de apoio

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do licitante

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Sistema terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Publicação

Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o § 2º do art. 1º, a publicação ocorrerá na imprensa oficial do respectivo Município e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação.

Edital

Art. 21. Os órgãos ou as entidades integrantes do Governo municipal disponibilizarão a íntegra do edital no endereço eletrônico www.entrerios.sc.gov.br e no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão.

Parágrafo único. Na hipótese do § 2º do art. 5º, o edital será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão e no portal do sistema utilizado para a realização do pregão.

Modificação do edital

Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prazo

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico e/ou no Diário Oficial dos Municípios, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC do município de Ente Rios-SC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

CAPÍTULO VIII

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Horário de abertura

Art. 27. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Ordenação e classificação das propostas

Art. 29. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Início da fase competitiva

Art. 30. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Modos de disputa

Art. 31. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Modo de disputa aberto

Art. 32. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez

minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Modo de disputa aberto e fechado

Art. 33. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 34. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 35. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Critérios de desempate

Art. 36. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 37. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX

DO JULGAMENTO

Negociação da proposta

Art. 38. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Julgamento da proposta

Art. 39. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X

DA HABILITAÇÃO

Documentação obrigatória

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no CRC do Município de Entre Rios-SC.

Art. 41. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 42. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Procedimentos de verificação

Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do CRC do Município de Entre Rios/SC, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Município.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC do Município de Entre Rios/SC, serão enviados nos termos do disposto no art. 26.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI

DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na renúncia/decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Pregoeiro

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII

DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Erros ou falhas

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV

DA CONTRATAÇÃO

Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV

DA SANÇÃO

Impedimento de licitar e contratar

Art. 49. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Municipalidade de Entre Rios e será descredenciado no CRC do município de Entre Rios-SC, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Diário oficial dos Municípios e no CRC do Município de Entre Rios/SC.

CAPÍTULO XVI

DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Revogação e anulação

Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII
DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA
Aplicação

Art. 51. As unidades gestoras integrantes do Executivo Municipal de Entre Rios/SC, adotarão o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e
III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato do Prefeito Municipal regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º Não há obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica, mas fica a cada caso e necessidade cumprida os dispositivos legais.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações gerais

Art. 52. Ato do Prefeito Municipal estabelecerá os prazos para implementação das regras decorrentes do disposto neste Decreto quando se tratar de licitações.

Art. 53. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 54. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 55. Os entes da administração municipal, usuários dos sistemas de que trata o § 2º do art. 5º poderão utilizar tanto o CRC do Município de Entre Rios/SC, podendo substituí-lo pelo Sicaf do governo federal para fins habilitatórias.

Art. 56. A Prefeito Municipal poderá ceder o uso do seu sistema eletrônico a órgão ou entidade do poder Municipal, mediante celebração de termo de acesso.

Art. 57. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 58. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 59. O Prefeito Municipal poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Revogação e vigência

Art. 60. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrárias Vigência
§ 1º Os editais publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto serão ajustados aos termos deste Decreto.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 24 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

JULGAMENTO

Publicação Nº 2545199

JULGAMENTO

Portaria de Instauração nº. 105/2020

Processo nº. 001/2020

Investigante: Município de Entre Rios/SC

Procurador: Elton John Martins do Prado

Investigada: Mettal Oeste Construções LTDA

Vistos para decisão,

O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, por meio da Portaria nº. 105/2020, instaurou o presente processo administrativo, com o objetivo de apurar irregularidades/inadimplência contratual da Investigada.

A Investigada foi devidamente citada (folhas 170-179 e 190-191), mas não apresentou defesa prévia (folhas 180), tendo a Comissão declarado a revelia da Investigada (folhas 192-194), tendo ainda, determinado a intimação da Investigada para apresentar alegações finais, sendo intimada para tanto (folhas 195-200), onde novamente deixou de se manifestar no processo (folhas 201).

Diante disso, pela Comissão foi realizado relatório final, nos termos do artigo 173, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, onde entendeu por reconhecer a responsabilidade da Investigada, aplicando penalidades, e remeteram os autos para julgamento, o que passo a fazer, nos seguintes termos:

I - Homologo a decisão da Comissão, nos termos do caput artigo 176, da Lei Complementar Municipal de nº. 018/2007, para:

a) rescindir o contrato e aditivos realizados com a Investigada, nos termos dos artigos, 77, 78, I, II, III e VII, 79, I, §1º, da Lei Federal nº. 8.666/93;

b) aplicar multas nas formas previstas no edital e no contrato e seus aditivos, nos termos do artigo 87, II, da Lei Federal nº. 8.666/93;

c) declarar a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de a Investigada contratar com a presente Administração pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 87, III, da Lei Federal nº. 8.666/93; e

d) declarar a idoneidade da Investigada para licitar e/ou contratar com a presente Administração, nos termos do artigo 87, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93;

II - Intime a Investigada do presente Julgamento.

III - Publique o presente julgamento nos meios oficiais do Município.

IV - Transcorrido o prazo legal, encaminhe os autos para os Setores de Licitação, Tributação, Financeiro e Contábil, se necessário para apuração de valores de multas, e procedimentos para apuração, lançamentos e cobranças de multas e penalidades, nos termos da decisão da Comissão.

V – Transcorrido o prazo legal, efetue os registros necessários nos sistemas/órgãos quanto à declaração de idoneidade e suspensão de licitar, encaminhando os autos ao Setor de Licitação para tanto.

VI - Em seguida, promova o arquivamento deste processo.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 30 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2545830

PORTARIA Nº 129, de 01 de julho de 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;
Considerando a falta de aprovados em Concurso Público para o cargo e a necessidade de continuidades dos serviços;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ADRIANA TEIXEIRA DA SILVA, CPF nº 040.380.279-29, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, teve início em 01 de julho de 2020, encerrando-se em 30 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de julho de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 130, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2546071

PORTARIA Nº. 130, de 01 de julho de 2020.

Altera Carga Horária de Servidor Admitido em Caráter Temporário (ACT) que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;
Considerando a necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da servidora RANIELLI ZILLI SOUZA, Matrícula nº 1180, ocupante da função de Técnica de Enfermagem Admitida em Caráter Temporário (ACT), de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei conforme Portaria nº 096, de 01 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de julho de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Publicação Nº 2544974

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação nº 30/2020 – Modalidade Tomada de Preço, objetivando selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação asfáltica, de 200 metros lineares, na Comunidade de Campo Verde, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidos no anexo I do edital, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até às 09h00min do dia 27 de Julho de 2020 e abertura às 09h05min do dia 27 de Julho de 2020. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e 13h00min às 17h00min, pelo telefone (048) 3546-0083 ou e-mail licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0021/2020

Publicação Nº 2545210

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0021/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0020/2020 – Menor Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRAÇADO, 6X4 NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, MOTOR DIESEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 CVS, COM AR CONDICIONADO, E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA CONFORME AS NORMAS VIGENTES. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 13 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 30 de junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 158/2020

Publicação Nº 2544814

PORTARIA Nº 158/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 30/06/2020 a 14/07/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 01/19 a 01/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 159/2020

Publicação Nº 2544825

PORTARIA Nº 159/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ANTENOR BIANCHET, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020, relativo ao período aquisitivo 03/19 a 03/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Julho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 160/2020

Publicação Nº 2544827

PORTARIA Nº 160/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ADEMIR FILIPPIN ocupante do Cargo de Vigia,

lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 01/07/2020 a 15/07/2020, conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 10/18 a 10/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Julho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº41/2020

Publicação Nº 2545324

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 41/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 04/2020

Tipo: MELHOR PROPOSTA TÉCNICA

Objeto: CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS SITUADO NA SC 157, KM 43, FORMOSA DO SUL/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 do dia 17/08/2020.

Abertura dos Envelopes: 08:45 do dia 17/08/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 30 de Junho de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5006/2020

Publicação Nº 2544834

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5006, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no artigo 33, da Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento, a servidora pública municipal MARIA ODÉLIA DE LARA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeada através do Decreto Municipal N.º 4151, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 4151, de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 5007/2020

Publicação Nº 2545223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5007, 30 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA O DECRETO MUNICIPAL 4977, DE 04 DE JUNHO DE 2020 QUE ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 4977, de 04 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 5009/2020

Publicação Nº 2546075

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5009, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA O DECRETO MUNICIPAL N.º 4396 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 4396, de 09 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 30 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/PMF/2020

Publicação Nº 2544797

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 25/2020 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 14/2020 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, equipamentos, peças e eletrônicos através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.
ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/03/2021
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/PMF/2020

Publicação Nº 2544808

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 30/2020 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 15/2020 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços de arbitragem para atendimento às atividades da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo do Município de Forquilha/SC, durante o período de 12 meses.
ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/04/2021
2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 83/PMF/2020

Publicação Nº 2545304

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 83/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais diversos (EPI, material médico/hospitalar, material de limpeza/higiene, recipientes/copos/garrafas, toalhas, entre outros) afim de atender as necessidades do Município de Forquilha/SC no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19).

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de julho de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos: <http://bllcompras.org.br> e www.forquilha.sc.gov.br onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 07:45 horas do dia 13/07/2020. A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Forquilha, 30 de junho de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2020

Publicação Nº 2546059

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 14/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 38/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS nº. 38/FMS/2017 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF Nº 43/2020

Publicação Nº 2546060

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 43/2020

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 103/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF nº. 103/PMF/2016 de 27/05/2020 para 27/05/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF Nº 44/2020

Publicação Nº 2546061

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 44/2020

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 71/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF nº. 71/PMF/2016 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF Nº 45/2020

Publicação Nº 2546062

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 45/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 21/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF nº. 21/PMF/2019 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF Nº 46/2020

Publicação Nº 2546063

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 46/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 53/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF nº. 53/PMF/2019 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF N° 47/2020

Publicação N° 2546064

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 47/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 101/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF n°. 101/PMF/2017 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF N° 48/2020

Publicação N° 2546065

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 48/2020

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 40/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF n°. 40/PMF/2017 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO PMF 49/2020

Publicação N° 2545259

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 49/2020
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JF AR CONDICIONADO EIRELI

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a aquisição de ar condicionados, para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30.320,00 (trinta mil trezentos e vinte reais).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato será a partir da assinatura do contrato com vigência até 31/12/2020 podendo ser prorrogado, mediante aditamento, na forma da Lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

DOTAÇÃO – 0501.2017.4490 (85); 0501.2017.4490 (87); 0501.2017.4490 (91).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 76/PMF/2020.

DATA DA ASSINATURA – 30 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 61/2020

Publicação Nº 2545080

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 116/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – KAMILLA CONST. E TRANSP. LTDA ME

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para finalização da construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução de serviços, objeto do Contrato nº. 116/PMF/2019 passando de 08/07/2020 para 07/08/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 06/08/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 49/2020

Publicação Nº 2546068

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 49/2020

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 71/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguro de veículos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF nº. 71/PMF/2017 de 07/06/2020 para 07/06/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DISTRATO DO CONTRATO Nº. 174/PMF/2014

Publicação Nº 2545096

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
DISTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
Nº. 174/PMF/2014
CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA – AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA

DO OBJETO – CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO à Concessionária de 01 (um) veículo marca Fiat, modelo Palio Fire, cor branca, capacidade 05 pessoas, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2014, modelo 2015, código de Renavam nº. 1011941276, Chassi nº. 9BD17122LF5949147, placa OKE 4915, com todos os equipamentos obrigatórios.

DA DECISÃO – Considerando a ordem do Sr. Dimas Kammer, Prefeito Municipal, requerendo a rescisão deste termo contratual, tendo em vista que a Associação (Concessionária) não está mais em funcionamento. Portanto, fica rescindido com base no Inciso I do Artigo 79 e Inciso XII do Artigo 78 da Lei Nº. 8.666/93, face a decisão unilateral da Administração Municipal.

DO PRAZO – O Contrato restará rescindido após decorrência de 30 (trinta) dias, a partir da data desta formalização a fim de viabilizar o aviso prévio necessário, em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93, resguardando no entanto, o interesse público.

DATA DA ASSINATURA – 24 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 141 - 2020

Publicação Nº 2545387

DECRETO Nº 141, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE BUSCA ATIVA ESCOLAR DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº2294 de 15 de junho de 2015 que instituiu o Plano Municipal de Educação – PME;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Comitê Municipal de Busca Ativa Escolar, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Tânia da Silva Ferreira
Mavis G. Schleder Cezar Borszcz
Leila Terezinha Lucas Fernandes

II – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Anete Antonia Macagnan Gonçalves Lins
Marli de Deus Thibes

III – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Vânia Maria Franceschi Vieira
Beatriz Aparecia Gomes Dominski

IV – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Elisangela Maria Barbosa Dalagnol

V – Representantes do Conselho Tutelar:

Cenelândia Valim Lopes

VI – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Liceia Rinaldi Ramos

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 30 DE JUNHO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3187 e 01/07/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 08792020

Publicação Nº 2545388

PORTARIA Nº 0879, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de CRISTIANE APARECIDA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 036.317.569-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08802020

Publicação Nº 2545392

PORTARIA Nº 0880, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 781.774.999-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08812020

Publicação Nº 2545394

PORTARIA Nº 0881, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017; e em conformidade com a decisão judicial contida no Processo Administrativo 1589/2020, de 25 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANE APARECIDA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08822020

Publicação Nº 2545397

PORTARIA Nº 0882, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017; e em conformidade com a decisão judicial contida no Processo Administrativo 1589/2020, de 25 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MATHEUS SOLONYSNKA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 095.138.459-74, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08832020

Publicação Nº 2545400

PORTARIA Nº 0883, DE 30 DE JUNHO 2020.

Determina Abertura de Processo Administrativo e Nomeia Comissão Especial

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2010; e em conformidade com o Despacho contido no Processo Administrativo 1505/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo, para apuração dos fatos contidos no Processo Administrativo 1505/2020, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, para integrarem a Comissão Especial, os servidores públicos abaixo relacionados:

I – SILVANO PELISSARO;
II - SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI;
III – GENILCE MARTA PRIMON

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08842020

Publicação N° 2545401

PORTARIA N° 0884, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Prorrogar Cessão de Servidor Municipal
a Delegacia da Polícia Civil

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora SOLANGE RIGO, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 656.551.929-34, nomeada para o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer suas funções junto a Delegacia da Polícia Civil, com ônus para o município, a partir de 20 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2020

Publicação Nº 2545309

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até no dia 08 de julho de 2020 às 09:00 horas realizará Processo Licitatório nº 047/2020, Dispensa de Licitação 008/2020 para a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 30 de junho de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 048/2020

Publicação Nº 2545311

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até no dia 08 de julho de 2020 às 10:00 horas realizará Processo Licitatório nº 048/2020, Dispensa de Licitação 009/2020 para a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA PARA A EXECUÇÃO DE CONSULTORIA DESTINADAS AOS PRODUTORES RURAIS E ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 30 de junho de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 049/2020

Publicação Nº 2545312

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 049/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 027/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 15 de julho de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITA E RACHÃO PARA SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE GALVÃO – SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 30 de julho de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 763/2020.

Publicação N° 2537798

PORTARIA N.º 763, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 8057, referente a 2019/2020, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 764/2020.

Publicação N° 2537800

PORTARIA N.º 764, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RUDI DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 3753, referente a 2018/2019, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 765/2020.

Publicação N° 2537802

PORTARIA N.º 765, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO BATISTA DE SOUZA DIAS, Matrícula Funcional n.º 7017 referente a 2019/2020, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 766/2020.

Publicação N° 2537804

PORTARIA N.º 766, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 7257 referente a 2017/2018, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 767/2020.

Publicação N° 2537805

PORTARIA N.º 767, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NERI JO-ELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003 referente a 2019/2020, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 768/2020.

Publicação N° 2537807

PORTARIA N.º 768, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RICARDO JOSE CARDOSO, Matrícula Funcional n.º 7205 referente a 2019/2020, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 769/2020.

Publicação N° 2537808

PORTARIA N.º 769, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SULI MARI MARQUEZ DE FIGUEROA, Matrícula Funcional n.º 7637 referente a 2019/2020, no período de 22/06/2020 a 21/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 770/2020.

Publicação N° 2537809

PORTARIA N.º 770, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LEANDRO PEREIRA FURTADO, Matrícula Funcional n.º 6725 referente a 2018/2019, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 771/2020.

Publicação N° 2537811

PORTARIA N.º 771, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 0104 referente a 2018/2019, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 772/2020.

Publicação N° 2537812

PORTARIA N.º 772, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Técnico em Enfermagem e Vigilante da Secretaria de Saúde no período de maio/junho de 2020:

MATRICULA	NOME
8471	Alessandra Hofmann Allet
8298	Amanda Rodrigues Leite
8683	Edina Silva Rosa
8224	Fábio Ramos de Oliveira
8451	Franciele Dutra Rosa
8670	Fabiula Rodrigues Garcia
6693	Frederico Neves de Paula
8448	Gislaine Ferreira Pereira
8209	Iandra Oliveira do Amaral
8342	Jeniffer Evani Antunes
8694	Karla de Souza Massih
8212	Lidiane Silveira Domingos da Silva
8182	Luana Dias Costa
8228	Maria Aparecida Bernardino
8327	Maria Leda Santos da Silva Rodrigues
8290	Mariete Vieira Lucas
8671	Muriel de Paulo Rosa
7849	Rodrigo Jacobi Segura
3643	Rozilda de Amorim
6763	Silvely Mendes Duarte
7887	Wesley Muller da Silveira

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal
PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 773/2020.

Publicação N° 2537814

PORTARIA N.º 773, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 20/05/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 20/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 774/2020.

Publicação N° 2537816

PORTARIA N.º 774, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, Professor, matrícula funcional n.º 0 751, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 02/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 775/2020.

Publicação N° 2537817

PORTARIA N.º 775, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANA CRISTINA DA SILVA PRUDENCIO, Técnica da Enfermagem, matrícula funcional n.º 3571, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 29/05/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 29/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 776/2020.

Publicação N° 2537818

PORTARIA N.º 776, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARILENE NASCIMENTO PEREIRA, servente, matrícula funcional n.º 3694, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 27/05/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 27/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 777/2020.

Publicação N° 2537820

PORTARIA N.º 777, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 778/2020.

Publicação N° 2537822

PORTARIA N.º 778, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora IANDRA OLIVEIRA DO AMARAL, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 8209, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 20/05/2020 a 08/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 779/2020.

Publicação N° 2537825

PORTARIA N.º 779, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER PRORROGAÇÃO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ROSANE ALVES DOS SANTOS, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 7165, contribuinte do Regime Geral de Previdência, até 30/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 780/2020.

Publicação N° 2537828

PORTARIA N.º 780, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER PRORROGAÇÃO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor EDUARDA SCHNEIDER PAROLIN, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 8175, contribuinte do Regime Geral de Previdência, até 30/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 781/2020.

Publicação Nº 2537839

PORTARIA N.º 781, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora MARIANA SANCHEZ RAMOS DA SILVA, matrícula funcional n.º 8090, a partir de 11/09/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 783/2020.

Publicação Nº 2537843

PORTARIA N.º 783, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, concedidas através da Portaria n.º 676/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria teus seus efeitos a contar de 02/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 783/2020.

Publicação N° 2537844

PORTARIA N.º 784, DE 15 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 26/05/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) GABRIELA PERES, Matrícula Funcional n.º 4142, concedidas através da Portaria n.º 526/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria teus seus efeitos a contar de 26/05/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 792/2020.

Publicação N° 2537845

PORTARIA N.º 792, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora PAULA ELIAS DE SOUZA, matrícula funcional n.º 8453, a partir de 09/09/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 09/09/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 793/2020.

Publicação N° 2537846

PORTARIA N.º 793, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) LUIZ DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 7257, concedidas através da Portaria n.º 766/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 794/2020.

Publicação Nº 2537847

PORTARIA N.º 794, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) NERI JO-ELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003, concedidas através da Portaria n.º 767/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 795/2020.

Publicação Nº 2537848

PORTARIA N.º 795, DE 16 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. JUSTIFICAR A AUSÊNCIA, nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) KARLA MASSIH, matrícula funcional n.º 8694, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 29/05/2020, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/05/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 701/2020.

Publicação Nº 2526132

PORTARIA N.º 701, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLACI KAUFMANN, Professora, matrícula funcional n.º 8553, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 20/05/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/05/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 702/2020.

Publicação Nº 2526133

PORTARIA N.º 702, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) IANDRA OLIVEIRA DO AMARAL, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 8202, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 20/05/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/05/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 703/2020.

Publicação Nº 2526134

PORTARIA N.º 703, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JEFERSON AVILA DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 3642, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 704/2020.

Publicação Nº 2526135

PORTARIA N.º 704, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Datilógrafo, matrícula funcional n.º 0017, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 705/2020.

Publicação Nº 2526136

PORTARIA N.º 705, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 27/04/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) FILIPE MARTINS, Matrícula Funcional n.º 5754, concedidas através da Portaria n.º 541/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/04/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 706/2020.

Publicação Nº 2526141

PORTARIA N.º 706, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 01/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 5055, concedidas através da Portaria n.º 679/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 707/2020.

Publicação Nº 2526142

PORTARIA N.º 707, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) JOÃO BATISTA PACHECO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5635, concedidas através da Portaria n.º 670/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria teus seus efeitos a contar de 05/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 708/2020.

Publicação Nº 2526143

PORTARIA N.º 708, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 04/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 709/2020.

Publicação Nº 2526144

PORTARIA N.º 709, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 804/2019 e suspensas através da Portaria n.º 932/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora bruna da silva battistella, Matrícula Funcional n.º 3552, no período de 15/05/2020 à 24/05/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 711/2020.

Publicação Nº 2526147

PORTARIA N.º 711, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROSEMIRO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0079, referente a 2019/2020, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 712/2020.

Publicação Nº 2526150

PORTARIA N.º 712, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SERGIO LUIZ GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 3697, referente a 2018/2019, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 713/2020.

Publicação Nº 2526151

PORTARIA N.º 713, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0013, referente a 2018/2019, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 714/2020.

Publicação N° 2526152

PORTARIA N.º 714, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4201, referente a 2018/2019, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 715/2020.

Publicação N° 2526154

PORTARIA N.º 715, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIANA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0794, referente a 2019/2020, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 716/2020.

Publicação N° 2526155

PORTARIA N.º 716, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUIZA DE SOUZA BARBOSA, Matrícula Funcional n.º 7746, referente a 2018/2019, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 717/2020.

Publicação Nº 2526157

PORTARIA N.º 717, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIANA JAEGER FONSECA, Matrícula Funcional n.º 8145, referente a 2019/2020, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 718/2020.

Publicação Nº 2526158

PORTARIA N.º 718, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA-PRÊMIO, em 01/06/2020, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, do servidor luiz de oliveira, Matrícula Funcional n.º 3590, concedidas através da Portaria n.º 621/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 719/2020.

Publicação Nº 2526159

PORTARIA N.º 719, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 261/2020, o(a) contratado(a) MALVELINA LEODORIO, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 720/2020.

Publicação Nº 2526161

PORTARIA N.º 720, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 234/2020, o(a) contratado(a) MARCIA AZEVEDO, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 721/2020.

Publicação Nº 2526162

PORTARIA N.º 721, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao

contrato nº 288/2020, o(a) contratado(a) SUZANA MARIA DE AZEVEDO MARTINS, a partir de 04/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 722/2020.

Publicação Nº 2526163

PORTARIA N.º 722, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ANDREZA CORREIA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 8188, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 14/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 14/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 723/2020.

Publicação Nº 2526165

PORTARIA N.º 723, DE 01 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora ANDREZA CORREIA DE SOUZA, matrícula funcional n.º 8188, a partir de 10/09/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 10/09/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 724/2020.

Publicação Nº 2526166

PORTARIA N.º 724, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARILENE NASCIMENTO PEREIRA, Servente, matrícula funcional n.º 3694, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 11/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 11/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 725/2020.

Publicação Nº 2526167

PORTARIA N.º 725, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JEFERSON AVILA DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 3642, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 17/05/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 726/2020.

Publicação Nº 2526168

PORTARIA N.º 726, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DEBORA CARVALHO NOGUEIRA, Médico Plantonista – 40hs, matrícula funcional n.º 5034, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 727/2020.

Publicação Nº 2526170

PORTARIA N.º 727, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SONIA REGINA PONCIANO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0427, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 728/2020.

Publicação N° 2526171

PORTARIA N.º 728, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Datilografo, matrícula funcional n.º 0017, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 04/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 729/2020.

Publicação N° 2526174

PORTARIA N.º 729, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 4047, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 02/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 730/2020.

Publicação N° 2526237

PORTARIA N.º 730, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3571, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 731/2020.

Publicação N° 2526238

PORTARIA N.º 731, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TATIANE RICARDO, Professora, matrícula funcional n.º 3853, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 16/05/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 732/2020.

Publicação Nº 2526240

PORTARIA N.º 732, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 0104, referente a 2017/2018, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 733/2020.

Publicação Nº 2526241

PORTARIA N.º 733, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor BRUNO ALVARINO VALGAS, Matrícula Funcional n.º 7034, referente a 2019/2020, no período de 02/06/2020 a 01/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 734/2020.

Publicação Nº 2526242

PORTARIA N.º 734, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JADER GILSON DE MENEZES, Matrícula Funcional n.º 6976, referente a 2019/2020, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 735/2020.

Publicação Nº 2526243

PORTARIA N.º 735, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SEVERO JOSÉ DA COSTA, Matrícula Funcional n.º 0789, referente a 2019/2020, no período de 03/06/2020 a 02/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 736/2020.

Publicação Nº 2526244

PORTARIA N.º 736, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ALEXSANDRA NUNES MARTINS, Matrícula Funcional n.º 7166, referente a 2019/2020, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 737/2020.

Publicação Nº 2526245

PORTARIA N.º 737, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 1479/2019 e suspensas através da Portaria n.º 1528/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor TIAGO VODZIK Matrícula Funcional n.º 7816, no período de 02/06/2020 à 31/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 738/2020.

Publicação Nº 2526247

PORTARIA N.º 738, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) EDNEY DA SILVA BERNARDINO, Matrícula Funcional n.º 7654, concedidas através da Portaria n.º 661/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 739/2020.

Publicação Nº 2526248

PORTARIA N.º 739, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora MÔNICA CARDOSO RIBEIRO, matrícula funcional n.º 8134, a partir de 12/09/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 12/09/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 740/2020.

Publicação Nº 2526250

PORTARIA N.º 740, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, Professor, matrícula funcional n.º 0751, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 02/06/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 741/2020.

Publicação Nº 2526251

PORTARIA N.º 741, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FREDERICO NEVES DE PAULA, Matrícula Funcional n.º 6693, referente a 2018/2019, no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 742/2020.

Publicação Nº 2526252

PORTARIA N.º 742, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SILVELY MENDES DUARTE, Matrícula Funcional n.º 6763, referente a 2019/2020, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/07/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 743/2020.

Publicação Nº 2526253

PORTARIA N.º 743, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 07/04/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) RENAN ELIZEU HILÁRIO, Matrícula Funcional n.º 6759, concedidas através da Portaria n.º 422/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 744/2020.

Publicação N° 2526254

PORTARIA N.º 744, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SONIA REGINA PONCIANO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0427, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/06/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 04/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 751/2020.

Publicação N° 2526255

PORTARIA N.º 751, DE 08 DE JUNHO 2020.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/6/2020.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 752/2020.

Publicação Nº 2526257

PORTARIA N.º 752, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIANA SANCHEZ RAMOS DA SILVA, Psicóloga - NASF, matrícula funcional n.º 8090, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 14/05/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 14/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 753/2020.

Publicação Nº 2526258

PORTARIA Nº. 753, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE RETORNO AO SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCLUIR PELO RETORNO AO SERVIÇO, nos termos do §2º do art. 126 da Lei Municipal n.º. 1000/2005, do(a) servidor(a) CRISTIAN DE OLIVEIRA MARQUES, Motorista, matrícula funcional n.º. 7848, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, a partir de 27/05/2020 conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 27/05/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 755/2020.

Publicação N° 2526260

PORTARIA N.º 755, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 21(vinte um) dias, concedidas através da Portaria n.º 325/2019 e suspensas através da Portaria n.º 401/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ALESSANDRA DINIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 5290, no período de 03/06/2020 a 23/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 756/2020.

Publicação N° 2526262

PORTARIA N.º 756, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 08/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) MARCELO ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4201, concedidas através da Portaria n.º 714/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 757/2020.

Publicação Nº 2526263

PORTARIA N.º 757, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 22/05/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) VITORIA SOARES GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 7693, concedidas através da Portaria n.º 662/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria teus seus efeitos a contar de 22/05/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 758/2020.

Publicação Nº 2526264

PORTARIA N.º 758, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/06/2020, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009, concedidas através da Portaria n.º 667/2020, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria teus seus efeitos a contar de 03/06/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 759/2020.

Publicação Nº 2526265

PORTARIA N.º 759, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CLARA FERNANDA SENA, Matrícula Funcional n.º 7195, referente a 2019/2020, no período de 01/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 760/2020.

Publicação Nº 2526266

PORTARIA N.º 760, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 723, referente a 2019/2020, no período de 03/06/2020 a 02/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/06/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 761/2020.

Publicação Nº 2526267

PORTARIA N.º 761, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDEGAR FURTADO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3838, referente a 2019/2020, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº. 762/2020.

Publicação Nº 2526268

PORTARIA N.º 762, DE 08 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANDRÉ ANTONIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 7653, referente a 2018/2019, no período de 08/06/2020 a 07/07/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 110/2019

Publicação Nº 2545675

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ISABEL CRISTINA PEREIRA CONTEZINI, brasileira, casada, RG nº 2.847.377, CPF: 039.033.519-38, residente e domiciliada na Avenida Paraná, 1.015, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 1842/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 110/2019 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 110/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

ADITIVO CONTRATO Nº 131/2019

Publicação Nº 2545674

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. DILENE CELIA COELHO, brasileira, casada, RG nº 5454798, CPF: 09145299943, residente e domiciliada na Estrada Geral Sai Mirim, Itapoa/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando 5111/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 131/2019 até o dia 01/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 131/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 30 de junho de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	

Roland Ristow Junior
Cpf: 398.714.879-91

Adamastor Saad Benedet
Cpf: 902.318.999-04

ADITIVO CONTRATO Nº 134/2019

Publicação Nº 2545677

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. LUCIA APARECIDA DE PAULA, brasileira, solteira, RG nº 3603443, CPF: 02612898964, residente e domiciliada na Estrada Cubatão, Guaratuba-PR, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 5279/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 134/2019 até o dia 28/02/2021.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 134/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 16 de junho de 2020.
Município de Garuva
Rodrigo Adriany David

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

Contratado

Roland Ristow Junior
Cpf: 398.714.879-91

Adamastor Saad Benedet
Cpf: 902.318.999-04

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 023/2020

Publicação Nº 2545347

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 023/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, mão de obra mecânica, mão de obra elétrica, mão de obra para troca de filtros e óleos, para veículos leves, médios, pesados e máquinas, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Garuva, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Civil.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 13/07/2020 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site garuva.atende.net

GARUVA, 30 de junho de 2020.
Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 016/2020

Publicação Nº 2545679

DISTRATO Nº 16/2020

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 100/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. ANNE CAROLINE SILVA, brasileira, solteira, cuidadora, RG nº 7073912 CPF: 09584554905 residente e domiciliado na Estrada Colonial Otto Roder, 2887, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 100/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como CUIDADOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 25/06/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 100/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 24 de junho de 2020.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04	

DISTRATO Nº 017/2020

Publicação Nº 2545680

DISTRATO Nº 17/2020

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 97/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. LÍVIA HERMINIA DE ARAUJO E SILVA MOURA, brasileira, casada, RG nº 7229538, CPF: 01788453379, residente e domiciliado na Rua Emma Rumpel Bartel, 574, Jaragua do Sul/SC a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 97/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como FONOAUDIOLOGA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 25/06/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 97/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 25 de junho de 2020.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

EDITAL E EXTRATO DE LEILAO 2020

Publicação Nº 2545315

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2020**ALIENAÇÃO/VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE GARUVA /SC****LEILÃO SIMULTÂNEO (PRESENCIAL E ONLINE)****1. DO LEILÃO**

O MUNICÍPIO DE GARUVA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, 1.614, Centro, na cidade de Garuva / SC, CEP 89248-000, Telefone (47) 3445.8200, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. RODRIGO ADRIANY DAVID, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e, pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO SIMULTÂNEO (PRESENCIAL E ONLINE), de bens móveis inservíveis ao município, que serão arrematados pelo MAIOR LANCE, tendo como Leiloeiro Público Oficial o SR. DIEGO WOLF DE OLIVEIRA, devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC/357.

2. DO OBJETO DO LEILÃO E DESCRIÇÃO DOS LOTES

2.1 O presente leilão tem por objeto a venda de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Garuva/SC, relacionadas no Anexo Único do presente Edital de Leilão Público nº 001/2020.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar do leilão Pessoa Física, maior e capaz, com documento de identidade e CPF. Quando Pessoa Jurídica, seus representantes deverão comprovar essa condição com procuração da empresa, caso não tenham poderes de compra prevista no contrato social;

3.2 Na impossibilidade de comparecerem no dia do Leilão, os interessados poderão ser representados presencialmente por procuração particular com poderes específicos;

3.3 Desde a publicação do leilão e seu respectivo edital, os participantes poderão oferecer seus lances online por meio do site do leiloeiro: www.diegoleiloes.com.br, mediante cadastro previamente realizado e com envio da sua documentação pessoal com antecedência mínima de 12 horas antes do início da realização do leilão para que o mesmo seja homologado e liberado, podendo, inclusive, o interessado participar simultaneamente no dia do leilão (28 de julho de 2020);

3.4 O Leiloeiro e o Município de Garuva/SC, não se responsabilizam por eventuais danos ou prejuízos que eventualmente ocorram ao Usuário/Cadastrado no site com o sistema de venda em leilão online, oriundos de problemas técnicos ou falhas de conexão com a internet e/ou sistema que utilizam, independente de quaisquer fatores alheios ao controle dos provedores, inclusive por lances enviados e não recebidos, antes ou depois da concretização da venda de cada lote. Se o problema for do provedor e/ou conexão à internet do site www.diegoleiloes.com.br, o Leiloeiro pode, a seu exclusivo critério, suspender ou cancelar a venda online de bens, sem gerar qualquer direito de indenização ao Usuário/Cadastrado/Interessado, haja visto ser esta ferramenta um mero facilitador de lances e participação de possíveis interessados em arrematar algum lote levado à pregão;

3.5 Valerá o lance no qual o leiloeiro findar com a batida do martelo, seja presencial ou online, não cabendo ao licitante reclamar posteriormente danos sofridos durante o leilão, sendo inclusive, totalmente descabido qualquer tipo de pedido de cancelamento da arrematação ou qualquer tipo de reclamação na esfera judicial.

4. DA VISITAÇÃO

4.1 A visitação ocorrerá a partir da publicação do presente Edital, na Prefeitura Municipal de Garuva / SC, localizada na Avenida Celso Ramos, 1.614, Centro, na cidade de Garuva / SC, CEP 89248-000, visitação esta, que se efetivará somente se previamente agendada. Contato para agendamentos de visitas e vistorias dos bens do município pelo telefone (47) 3445.8200 ou (47) 3445.8234, diretamente com o Sr. Rogério Thomas no setor de Patrimônio.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 Os bens serão vendidos no estado de conservação que se encontram no momento do leilão e no local que estiverem depositados, não merecendo o arrematante alegar qualquer tipo de vício ou defeito a este título, tendo em vista a faculdade de vistoriar o bem de interesse antes de realizar oferta;

5.2 A simples participação no Leilão já implica na aceitação do estado real que se encontram os lotes previstos no item 2.1 e Anexo Único do presente Edital, visto ser permitido indiscriminadamente a vistoria (visita) antecipada de todos os bens, bem como, o direito aos interessados de levarem profissionais especializados e de sua confiança para certificar o real estado de conservação dos bens, não sendo permitido a utilização de ferramentas que provoquem a sua desmontagem para averiguação. Igualmente, não será permitido colocar os bens em funcionamento. Eventuais necessidades de remarcação de chassi, regularização de número de motor, etc, serão por conta e risco do arrematante, assumindo o mesmo, todo o risco da arrematação diante da necessidade/faculdade da vistoria do bem de interesse antes da oferta do lance;

5.2.1 Os interessados poderão obter informações complementares acerca dos bens

dispostos à venda com os responsáveis no próprio local de visitação e sem gerar qualquer direito de reclamação, mesmo depois do arremate caso os bens estejam divergentes do informado, pois, cabe exclusivamente ao interessado a real vistoria e análise das condições dos bens;

5.3 Os bens objeto do presente leilão serão arrematados presencialmente no local indicado e/ou online pelo site www.diegoleiloes.com.br ;

5.4 A partir do valor de avaliação e/ou do valor já ofertado no site, o leiloeiro estabelecerá a diferença mínima para os lances subsequentes, procedendo-se na venda do bem pelo maior lance ao final ofertado;

- 5.5 Após o apregoamento realizado pelo Leiloeiro, não havendo interessados em algum lote ao menos pelo valor mínimo estipulado e, posteriormente, havendo propostas inferiores ao mínimo do valor da avaliação, estas poderão ser analisadas, porém, a concretização da venda será somente após aprovada a proposta com a concordância da Comissão de Avaliação nomeada pela Administração Municipal;
- 5.6 Os veículos "em circulação" poderão ser vendidos com débitos no Detran, devendo o interessado na arrematação consultar os seus débitos antes de ofertarem os seus lances, tendo em vista que os pagamentos ocorrerão por conta do arrematante;
- 5.7 Veículos de entidade pública são isentos de IPVA, sendo que, com o processo de transferência será gerado o débito (proporcional à transferência de propriedade em diante) e, o pagamento será por conta do arrematante;
- 5.8 É de inteira responsabilidade do arrematante, a transferência de propriedade dos veículos no prazo de até 30 (trinta) dias após o preenchimento do CRV (Certificado de Registro de Veículo), conforme legislação de trânsito vigente, sob pena das sanções legais cabíveis;
- 5.9 Na hipótese do arrematante demonstrar interesse em receber o veículo baixado, deverá comunicar ao Leiloeiro e/ou ao Município formalmente sua intenção para que a

Administração Municipal providencie a baixa do mesmo junto ao Detran, sendo de responsabilidade do arrematante o recorte do chassi e a retirada das placas para posterior entrega à Administração Municipal para as providências necessárias junto ao DETRAN. Todas as despesas necessárias para a baixa do veículo serão custadas pelo arrematante;

- 5.10 Os veículos considerados sucatas/baixados não poderão voltar a circular em vias públicas;
- 5.11 O pagamento da arrematação será à vista, mediante crédito em Conta Corrente do próprio Município (Banco do Brasil, Agência: 4648-5, Conta Corrente: 12405-2, CNPJ: 83.102.848/0001-59 em nome do Município de Garuva) sendo a entrega do(s) bem(ns) liberada(s) somente após identificado o crédito na conta corrente referente ao arremate e da comissão do leiloeiro;
- 5.12 O arrematante/comprador possui o prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da realização do leilão para efetuar o pagamento integral da arrematação, além da comissão do leiloeiro, sob pena de ser executado judicialmente em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, sem prejuízo das demais despesas complementares eventualmente necessárias, da comissão do leiloeiro, atualização monetária, juros, e, de todas as sanções cabíveis. O não pagamento da arrematação dentro do prazo estipulado acima será entendido como desistência da arrematação e o arrematante/comprador perderá o direito sobre o bem/lote arrematado, podendo o Município de Garuva/SC dar-lhes o destino que melhor lhe convier;
- 5.13 O pagamento da comissão do leiloeiro será à vista no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, devendo ser pago no mesmo prazo do item 5.11, e, em separado do valor da arrematação, nos termos do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, via crédito bancário na conta corrente do Leiloeiro, (Banco Santander (033), agência: 0159, conta corrente: 01031918-0 em nome do Leiloeiro (Diego Wolf de Oliveira – CPF 008.761.599-19), ou, a exclusivo critério do credor, receber em espécie no dia do leilão ou emitir boleto bancário;
- 5.14 A entrega do(s) bem(ns) será liberada somente após a identificação e desbloqueio da operação de crédito bancário e/ou da compensação do boleto, por parte de todos os credores;
- 5.15 Considerar-se-á vendido de fato o bem após o efetivo recebimento/pagamento do valor da sua arrematação e da comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a venda, conforme acima mencionado;
- 5.16 A desistência da arrematação durante ou após o leilão acarretará ao arrematante o pagamento de uma multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação em favor do Comitente, bem como uma multa de 5% (cinco por cento) em favor do Leiloeiro, nos termos dos itens 5.11 e 5.12 do presente edital, tampouco o seu reembolso será realizado, caso já tenha sido efetuado o pagamento;
- 5.17 Tendo em vista a necessidade do preenchimento e reconhecimento de assinatura em cartório do Certificado de Registro de Veículo (CRV), os lotes serão liberados para o arrematante ou seu representante legal munido da procuração com poderes específicos a partir do dia 30 de julho de 2020, com a efetiva comprovação dos pagamentos, e estarão disponíveis juntamente com a toda a documentação pertinente à arrematação e transferência do(s) bem(ns), na Prefeitura Municipal de Garuva/SC, fone (47) 3445.8200. Eventual liberação/entrega do lote antes do prazo citado com posterior envio do CRV pelo Correios será interpretado como mera liberalidade;
- 5.18 A contar da data que o bem esteja liberado, o arrematante terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para retirá-lo do depósito, área de alienação ou do local em que o bem se encontrar. A não retirada dos bens/lotos no prazo estipulado (15 (quinze) dias corridos), perderá o arrematante/comprador o direito sobre os bens/lotos arrematados, podendo o Município de Garuva / SC, dar-lhes o destino que melhor lhe convier, não merecendo o arrematante, qualquer reembolso do valor pago pela arrematação e nem da comissão do Leiloeiro;
- 5.19 A transferência do bem leiloado será feita somente em favor do arrematante, e, em nenhuma hipótese serão emitidos documentos em nome de terceiros que não se

qualifiquem como compradores/arrematantes dos bens licitados, salvo, sejam compradores para terceiros e devidamente cadastrados com o Leiloeiro;

- 5.20 A regularização dos veículos junto ao DETRAN, bem como quaisquer outras despesas pertinentes, tais como transferências, vistorias, remarcação de chassi, alteração de características de modelo, marcação ou remarcação de motor, recolhimento de IPVA, etc., quando houver necessidade, ficará a cargo e de responsabilidade do arrematante;
- 5.21 O Município de Garuva/SC, bem como o Leiloeiro, não se responsabilizam pela identificação de motores (números, plaquetas e outros), marcação/remarcação de chassi, bem como peças, acessórios que tenham defeitos ocultos, mesmo iminentes, que venham a surgir posteriormente à arrematação, bem como qualquer equívoco de digitação na descrição dos bens previsto no item 2.1 e Anexo Único do presente Edital de Leilão, tendo em vista ser dado o direito de vistoria pessoal de cada lote, tendo o interessado na arrematação a faculdade de realizá-la ou não sob sua total responsabilidade;
- 5.22 Os lotes arrematados deverão ser removidos na sua totalidade e o arrematante se responsabilizará por quaisquer acidentes pessoais que por ventura vier a ocorrer com a sua equipe e/ou prepostos, isentando o Município e o Leiloeiro de qualquer responsabilidade a este título;
- 5.23 O Município de Garuva / SC e o Leiloeiro não disponibilizarão infraestrutura (mão de obra, guincho, veículos, ferramentas, etc.) para a retirada dos bens arrematados, sendo a remoção e transporte, de inteira responsabilidade do(s) arrematante(s);
- 5.24 Os lotes poderão ser identificados e vistoriados pelos interessados conforme o item 4.1 do presente edital, não cabendo ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a sua conservação até a retirada dos mesmos na fase de pós-leilão;
- 5.25 Como a todos é dado o direito de vistoriar os bens/lotos que serão alienados em Leilão, os interessados não poderão alegar o

desconhecimento por qualquer circunstância, vícios redibitórios, estado ou conservação dos mesmos, motivo ou

situação, tampouco ingressar em juízo com Ação Redibitória ou equivalente, com o propósito de minorar o valor ou pleitear qualquer espécie de indenização. A simples presença e participação no Leilão, seja na forma online ou presencial, já implica na aceitação deste Edital e todas as suas condições, bem como do estado de conservação em que se encontram os bens/lotes no momento do leilão.

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Em razão de conveniência ou contingência administrativa, o Município de Garuva / SC, até o momento da realização do leilão, poderá adiar ou revogar o presente Edital no todo ou em parte, modificar as condições nele estabelecidas, inclusive valores, incluir ou mesmo retirar qualquer bem (lote ou item), sem que assista aos interessados quaisquer direitos à indenização ou reclamação. O leiloeiro não estará obrigado a seguir a ordem numérica em que os lotes serão dispostos à venda, podendo invertê-los conforme sua conveniência no dia do Leilão, bem como definir a seu critério a diferença mínima dos lances;

6.2 Caberá ao Leiloeiro e/ou a Administração Municipal o direito de registrar Boletim de Ocorrência contra todo aquele que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar, a venda dos bens em leilão aos demais interessados, conforme às sanções previstas no artigo 335 do Código Penal e nos artigos 90 e 95 da Lei 8.666/93, c/c reparação do dano causado previsto nos artigos 186 e 927 do Código Civil;

6.3 A título de prestação de contas, ao término do leilão, o Leiloeiro fornecerá ao representante do Município de Garuva/SC, 2 (duas) vias dos relatórios contendo os dados de cada arrematante e os bens que arrematou, bem como o valor individualizado da compra e o total geral vendido no leilão;

6.4 Encerrado o Leilão, será também redigida uma Ata relatando todo o evento, que deverá ser assinada pelos representantes do Município de Garuva /SC e pelo Leiloeiro;

6.5 Os licitantes que descumprirem as cláusulas deste edital estão sujeitos às sanções e penalidades aqui previstas, bem como na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de

outras indicadas em legislação específica;

6.6 A simples participação no presente leilão implica na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital, bem como a submissão às demais obrigações legais decorrentes;

6.7 Fica eleito o foro da Comarca de Garuva/SC para dirimir quaisquer questões judiciais, excluindo a preferência de qualquer outra por mais privilegiada que seja;

6.8 Maiores informações e esclarecimentos, assim como cópias do Edital poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal de Garuva /SC, situada na Avenida Celso Ramos, 1.614, Centro, na cidade de Garuva / SC, CEP 89248-000, Telefone (47) 3445.8200, bem como pela internet no site eletrônico da Prefeitura (garuva.atende.net), ou como Leiloeiro Diego Wolf de Oliveira, na Rua da Independência, 141- apartamento 602

– bairro Anita Garibaldi – Joinville/SC, telefones (47) 99928-5888 / 3804-0874, ou pela internet no site www.diegoleiloes.com.br ou ainda por meio dos emails diego@diegoleiloes.com.br, contato@diegoleiloes.com.br; contatodiegoleiloes@gmail.com.

Garuva / SC, 24 de junho de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal de Garuva /SC

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE BENS PARA O LEILÃO:

LOTE	DESCRIÇÃO	Avaliação Mínima
001	02 (duas) estruturas para toldo, medindo aproximadamente 3m x 2m cada. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 50,00
002	Sucata microônibus Kia/Besta GS, placas MEH8949, Renavam: 869665812, ano/modelo: 2005/2005, sem mecânica, sem assentos, cor branca, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00
003	Sucata ônibus, Mercedes Benz / OF 1318, placas ADF 2921, Renavam: 605802203 contendo mecânica, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00
004	Carretão Agrícola, sem documentos, sem testes. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 100,00
005	Arado / Grade, contendo 16 discos, marca Koeler, série 12/7539, sem testes. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 500,00
006	Carretão Tip Top (prancha), sem documentos, marca Trivellato, 2 (dois) eixos, com rodas e pneus, prancha de madeira toda podre, sem testes. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00
007	2 (duas) rodas de trator de pequeno porte, com pneus. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00
008	Compactador de lixo para caminhão, marca Librelato, (C.M.C.R. (*SCOLB116528AR0129*) (116R0129)), ano 2010, sem testes. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.000,00

009	Sucata de ferro velho contendo cadeiras, carteiras, ar- condicionado, bebedouro, forno, entre outros itens sucateados. No estado, quantidade e condições que se encontra.	R\$ 100,00
010	Sucata de trator para cortar grama, sem testes mecânicos, podendo faltar peças. No estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 400,00
011	Sucata de reatores, fotocélulas e lâmpadas de iluminação pública, contendo aproximadamente 1500 lâmpadas, 1600 reatores e 2000 fotocélulas, de diferentes modelos, tamanhos, capacidade e medidas. No estado e condições que se encontra	R\$ 500,00
012	Estrutura metálica completa para cobertura de galpão e/ou outras aplicações, contendo tesouras, telhas, cabos de aço. Desmontagem e transporte por conta do arrematante. No estado e condições que se encontra.	R\$ 3.000,00
013	Sucata de luminárias para iluminação pública contendo braços e refletores. Aproximadamente 2.000 peças. No estado e condições que se encontra	R\$ 500,00
014	Sucata de ferro velho contendo telas aramadas, placas de sinalização, rodas, etc. No estado e condições que se encontra.	R\$ 100,00
015	Distribuidor de calcário marca Industrial Agrícola Chimento LTDA (IAC), capacidade de 6 ton, número de série 3121, aparentemente em bom estado de conservação, sem testes. No estado e condições que se encontra.	R\$ 3.000,00
016	Automóvel Fiat/Uno Mille Economy, 4 portas, branco, ano/modelo: 2009/2010, combustível: flex, placas MHA9075, Renavam: 158282671, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 6.000,00
017	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2008/2009, combustível: flex, placas MFC3415, Renavam: 980209641, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 6.500,00
018	Motocicleta Honda/CG 125 Fan, sem partida elétrica, preta, ano/modelo: 2008/2008, placas MEZ 0224, Renavam: 967217814, contendo amassado no tanque de combustível, aproximadamente 43.000km, contendo problemas mecânico, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado	R\$ 1.000,00
	e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	
019	Caminhonete/ Ambulância, Peugeot/Boxer V350LH HDI, branca, ano/modelo: 2005/2006, combustível: diesel, placas: MDA3634, Renavam: 887667570, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 8.500,00
020	Automóvel Renault/Sandero Exp 1.0, 4 portas, branco, ano/modelo: 2012/2012, combustível: flex, placas MKE 6651, Renavam: 454623089 sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças..	R\$ 6.800,00
021	Motocicleta Honda/CG 150 KS, sem partida elétrica, preta, ano 2008, placas MEH 2112, Renavam: 825215366, contendo arranhões no tanque de combustível, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 1.800,00
022	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2010/2011, combustível: flex, placas MHG 0226, Renavam: 212905414, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 7.000,00
023	Automóvel Renault/Sandero Exp 1.0, 4 portas, branco, ano/modelo: 2013/2014, combustível: flex, placas MLH2922, Renavam: 992816742, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 8.000,00
024	Automóvel VW/Gol 1.0 GIV, 4 portas, branco, ano/modelo: 2008/2009, combustível: flex, placas MFC3525, Renavam: 980212545, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 6.500,00
025	Automóvel Renault/Sandero Exp 1.0, 4 portas, branco, ano/modelo: 2013/2014, combustível: flex, placas MLL5890, Renavam: 992723981, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 8.000,00
026	Trator Agrícola Valtra, modelo: A750L, tração 4x4, número de série: A750360512, amarelo, ano: 2013, sem testes mecânicos, podendo conter avarias e faltar peças. No estado e condições que se encontra.	R\$ 20.000,00
027	Automóvel I/Renault Fluence PRI20A, 4 portas, prata, ano/modelo: 2013/2014, combustível: Flex, placas: MLR6904, Renavam: 555990877, sem testes mecânicos, se necessário remarcação de chassi ou regularização da numeração de motor será por conta do arrematante, no estado e condições que se encontra, podendo conter avarias e faltar peças.	R\$ 19.000,00
028	Caçamba, marca Becker, com fabricação em 30/04/2009, número: 2.216, modelo: CBR, volume 10m³, possui cilindro e chassís, sem documentos, sem testes, no estado e condições que se encontra no momento do leilão.	R\$ 1.500,00

EDITAL VAGA DE CRECHES FINAL

Publicação Nº 2545522

EDITAL Nº 01/2020

Garuva, 02 de junho de 2020.

O Município de Garuva, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições de acordo com as disposições regimentais, torna público e de conhecimento dos interessados, que mediante o presente Edital, estabelecerá as diretrizes do processo de cadastro, atendimento, matrícula e transferência de alunos na Educação Infantil para o ano letivo de 2020, nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva. O instrumento em tela será regido pela Lei nº 9.394/96.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Este edital visa estabelecer os procedimentos de cadastro e as diretrizes quanto à distribuição das vagas disponíveis, atendimento, matrícula e transferência de alunos na Educação Infantil para o ano letivo de 2020 nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva, para o atendimento às crianças de quatro meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias na educação infantil, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.394/96.
- 1.2. Poderão participar as famílias residentes no Município de Garuva, interessadas em concorrer a uma vaga para o atendimento às crianças de quatro meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias, na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.
- 1.3. Os cadastros serão classificados para o preenchimento das vagas disponíveis nas unidades de ensino, conforme os critérios de prioridade estabelecidos neste Edital, através da inscrição realizada no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Garuva;
- 1.4. Ficam vinculados a este Edital os seus anexos.
- 1.5. Para a inscrição no Sistema Eletrônico e o Ingresso na Educação Infantil levar-se-á em consideração a idade mínima 04 (quatro) meses.
- 1.6. A enturmação das crianças será realizada por faixa etária considerando a data corte de 31 de março.

2. DOS PROCEDIMENTOS PARA O CADASTRO

- 2.1. O cadastro será realizado pela internet, no endereço eletrônico <https://www.garuva.sc.gov.br> a partir da retomada das aulas presenciais da Rede Municipal.
 - 2.1.1 As famílias que não possuem acesso à internet poderão realizar o cadastro na Secretaria Municipal de Educação que fica na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, Avenida Celso Ramos 1614 – Centro, no horário de atendimento ao público.
- 2.2. O Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Garuva estará aberto até 31/10/2020 para inscrições e atualizações de dados para os cadastros que ainda não foram classificados.
- 2.3. Para cadastrar-se, o responsável deverá realizar os seguintes procedimentos:
 - a) Acessar o endereço eletrônico <https://www.garuva.sc.gov.br>;
 - b) Ler na íntegra e estar de acordo com as regras do respectivo Edital;
 - c) Preencher, total e corretamente, a ficha de cadastro;
 - d) Ao concluir o cadastro, imprimir o comprovante.
- 2.4 O comprovante do cadastro não precisa ser entregue antes da pré-classificação, portanto após o preenchimento, o responsável deverá guardá-lo para apresentar junto com os demais documentos, caso seja pré-classificado.
- 2.5 O responsável pelo cadastro poderá inscrever-se em até 03 (três) instituições de ensino em turno Integral, Matutino e/ou Vespertino (conforme a necessidade e comprovação).
- 2.6 Para solicitar às vagas para o ano letivo de 2020, todas as famílias deverão obrigatoriamente realizar inscrição no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil de Garuva, conforme procedimentos do item 2.3.
- 2.7 As famílias que já solicitaram vagas para o ano letivo de 2020 junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (antes do processo eletrônico) deverão realizar novo cadastro e gerar nova inscrição no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil de Garuva.
- 2.8 Será de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança, as informações prestadas, como também, o correto preenchimento e atualização do cadastro.
- 2.9 Os cadastros cujos responsáveis legais não apresentarem, em tempo hábil, a documentação discriminada no item 10, ou não comprovarem as informações prestadas no Sistema Eletrônico de Cadastro e foram desclassificados devido a não comprovação de documentos, serão reclassificados como não aptos à matrícula, e os responsáveis legais poderão acessar o endereço eletrônico do Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil e corrigir os seus dados para concorrerem às vagas remanescentes e/ou aguardar em lista de espera.
- 2.10 Não serão aceitas solicitações de cadastro que não preencherem o respectivo documento de forma completa e correta ou fornecerem dados inverídicos ou falsos, conforme estabelecido neste Edital.
- 2.11 Havendo a recusa da vaga pelo responsável legal do cadastro, o não comparecimento à instituição após a convocação ou a não atualização dos telefones de contato que impeça a efetivação da convocação, o cadastro será reclassificado como não apto à matrícula. A recusa da vaga pelo responsável pela criança será informada pela Secretaria aos órgãos de proteção a criança e ao adolescente.
- 2.12 Os cadastros reclassificados como não aptos à matrícula de acordo com o item 2.11, ao serem atualizados, serão encaminhados para o Grupo V de classificação às vagas integrais e Grupo IV de classificação às vagas parciais, de acordo com os critérios de prioridade estabelecidos nos itens 4.2.1 e 4.2.2 respectivamente.
- 2.13 Os pais e/ou responsáveis legais ficam cientes que ao realizarem o cadastro, pleiteando a vaga, implicará no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das condições previstas em lei, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

3. DAS VAGAS

- 3.1 O número de vagas disponíveis será publicado até o dia 10 de cada mês através do endereço eletrônico <https://www.garuva.sc.gov.br>, o que determinará a convocação para matrícula, de acordo com a capacidade de atendimento de cada instituição.

4. DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO

4.1 Após o prazo de preenchimento dos dados, o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil organizará automaticamente um relatório com o Índice de Classificação, obtido pelo candidato e, com base nesse relatório serão pré-classificados os cadastros com possibilidade de serem contemplados com a vaga, a serem convocados para apresentação dos documentos solicitados para matrícula.

4.2 As classificações ocorrerão de forma eletrônica pelo Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil no momento da abertura da vaga, respeitando a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada unidade e os seguintes critérios por ordem de prioridade:

4.2.1 Vagas Integrais:

I. Crianças Vulneráveis Socialmente.

II. Crianças com deficiência.

III. Grau socioeconômico familiar no qual todos os responsáveis legais pela criança exercem função laborativa de 8 horas diárias.

IV. Grau socioeconômico familiar no qual os responsáveis legais pela criança não se enquadram nas prioridades acima.

V. Grau socioeconômico - os cadastros que já receberam oferta de vaga e foram reclassificados como não aptos à matrícula de acordo com o item 2.12.

4.2.1.1 Estão incluídos no Grupo III de classificação para as vagas integrais os pais e/ou responsáveis que exercem função laborativa em escalas diferenciadas e alternadas, desde que acima de 8 (oito) horas.

4.2.1.2 Serão consideradas, como composição da jornada de trabalho dos responsáveis legais, as horas de estudo frequentadas em instituições de ensino oficiais (Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e/ou Ensino Superior), devendo apresentar mensalmente na instituição que seu filho

(a) está matriculado (a) o atestado de frequência do curso frequentado.

4.2.2 Vagas Parciais:

I. Crianças Vulneráveis Socialmente.

II. Crianças com deficiência.

III. Grau socioeconômico familiar

IV. Grau socioeconômico - os cadastros já receberam oferta de vaga e foram reclassificados como não aptos à matrícula de acordo com o item 2.12.

4.3 Para fins deste Edital são consideradas Vulneráveis Socialmente:

I. Crianças que estão inseridas em serviço de acolhimento familiar ou institucional.

II. Crianças descritas no item anterior em um prazo de até 6 (seis) meses após o fim do serviço de acolhimento.

4.4 A pré-classificação depende do preenchimento correto no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil, informações preenchidas erroneamente poderão influenciar na classificação final.

4.5 A pré-classificação para concessão de vaga será feita a partir da análise do cadastro socioeconômico, aplicando a seguinte fórmula para cálculo do Índice de Classificação – IC.

Onde:

IC = Índice de Classificação

RBF = Total da Renda Bruta Mensal do Grupo Familiar (todo tipos de recebimentos percebidos pelo grupo familiar, inclusive os que recebem seguro desemprego no ato da convocação);

MO = Gastos com Moradia (aluguel ou financiamento do primeiro imóvel); PA – Pagamento de Pensão alimentícia.

GF = Número de Integrantes do Grupo Familiar

5. DO ATENDIMENTO

5.1 O horário de atendimento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva no período integral inicia às 7 horas e encerra às 18 horas (porém, será respeitado o limite máximo de tempo em que a criança pode ficar na instituição distante do convívio familiar).

5.2 O horário de atendimento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva no período parcial, turno matutino, inicia às 7 horas e 30 minutos e encerra às 11 horas e 30 minutos.

5.3 O horário de atendimento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva no período parcial, turno vespertino, inicia às 13 horas e 30 minutos e encerra às 17 horas e 30 minutos.

5.4 Os horários de atendimento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Garuva indicados nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 poderão ser adequados para atender as peculiaridades locais, com prévia autorização da Secretaria de Educação e Cultura.

5.5 O número de crianças poderá variar considerando as dimensões de espaço físico das salas de aula, a existência da turma e o turno de atendimento, a fim de assegurar a qualidade da educação.

5.6 A composição das turmas nos respectivos turnos atenderá como parâmetro a idade das crianças e a data corte definida no item 1.5 e 1.6.

5.7 Considerando os artigos 186 e 187 do Código Civil Brasileiro e o disposto no artigo 167 e o Regimento Interno das Instituições da Rede Municipal de Ensino de Garuva, será considerado abandono da vaga, quando, sem justificativa, a criança não comparecer à unidade escolar pelo período de 10 (dez) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias alternados no período de um mês. O abandono de vaga será comunicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura aos órgãos de proteção à criança e ao adolescente.

6. DO ATENDIMENTO PRESENCIAL PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO

6.1 As famílias que não possuem acesso à internet poderão realizar o cadastro na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que fica na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, Avenida Celso Ramos 1614 – centro, no horário de atendimento ao público.

7. DO CRONOGRAMA

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
Cadastro no sistema eletrônico	A partir da retomada das aulas presenciais. Sendo possível o cadastro do dia 1º ao dia 20 de cada mês até 31/10/2020.	No site: www.garuva.sc.gov.br
Divulgação da quantidade de vagas disponíveis.	Até o dia 10 de cada mês	No site: www.garuva.sc.gov.br
Período de Cadastro de novos alunos para famílias que não possuem acesso à Internet.	A partir da retomada das aulas presenciais. Sendo possível o cadastro do dia 1º ao dia 20 de cada mês até 31/10/2020. Horário de atendimento ao público.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura na sede da Prefeitura Municipal de Garuva.
Entrega de documentos para análise e encaminhamento para matrícula.	Conforme agendamento	Secretaria Municipal de Educação e Cultura na sede da Prefeitura Municipal de Garuva.
	Das 8h às 11h 14h às 17h	

7.1 Após apresentação da documentação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o responsável terá 03 (três) dias para efetuar matrícula no Centro de Educação Infantil no qual a vaga foi disponibilizada.

8. DA DIVULGAÇÃO DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO

8.1 A Secretaria de Educação e Cultura publicará a lista completa com todos os cadastros pré-classificados no endereço eletrônico <https://www.garuva.sc.gov.br>.

8.2 Após a publicação da lista de pré-classificação no site da Prefeitura Municipal de Garuva, é de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais da criança a apresentação dos documentos exigidos seguindo o cronograma estabelecido no item 7.

8.3 A convocação do responsável legal pelo cadastro pré-classificado nas ofertas das vagas remanescentes será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio de contato telefônico, em até três tentativas consecutivas, efetivadas em dias e horários alternados.

8.4 Durante o ano letivo as famílias dos pré-classificados terão um prazo de 3 (três) dias úteis para a entrega da documentação, contados a partir do primeiro contato realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para análise do responsável pela matrícula.

9. DA MATRÍCULA

9.1 A efetivação da matrícula somente será realizada na instituição em que o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil pré-classificou a criança após a entrega da documentação, da verificação e comprovação das informações.

9.2 A negativa ou o não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais em firmar a matrícula acarretará na anulação da oferta e a consequente reclassificação do cadastro, de acordo com o disposto no item 2.12.

9.3 Durante todo o processo de matrícula, a documentação entregue será objeto de verificação quanto a sua autenticidade, sem prejuízo da aplicação das leis vigentes;

9.4 No decorrer do processo de análise dos documentos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá solicitar aos responsáveis legais, esclarecimentos ou documentos a fim de complementar a instrução do processo de matrícula.

10. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRÍCULA

10.1 Para comprovar as informações declaradas no cadastro, os pais e/ou responsáveis legais deverão providenciar os documentos atualizados e completos (referentes à criança e ao seu grupo familiar), conforme itens abaixo, para serem entregues juntamente com o comprovante do cadastro, mediante convocação a ser disponibilizado na relação dos pré-classificados.

10.2 No momento da entrega dos documentos será utilizado um formulário de conferência e constatada a falta de documentos solicitados será dado prazo de 02 (dois) dias úteis para a entrega dos mesmos.

10.3 Fluído o prazo para a entrega dos documentos descritos no item anterior, e permanecendo divergência nas informações prestadas no sistema, e/ou ausência dos documentos comprobatórios que impliquem em mudança nos critérios de classificação, a matrícula não será efetivada, devendo os responsáveis legais realizar a atualização do cadastro no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil para concorrer às vagas remanescentes, o cadastro será reclassificado de acordo com o item 2.10.

10.4 O representante legal responde judicialmente pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados, sendo que os demais entes do grupo familiar responderão solidariamente pela veracidade das informações e documentos que vieram a ser apresentados no processo de concessão de matrícula.

10.5 Os responsáveis legais pela criança que for pré-selecionada deverão entregar cópia acompanhada do original, dos seguintes documentos, que serão analisados e confrontados com as informações prestadas no Sistema Eletrônico de Cadastro, conforme detalhado:

10.6 DOCUMENTOS PESSOAIS DO GRUPO FAMILIAR

a) Carteira de Identidade de todos os integrantes do grupo familiar podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso dos menores de 18 anos;

b) CPF de todos os integrantes do grupo familiar;

c) Certidão de óbito do pai ou mãe, quando for o caso;

d) Certidão de nascimento da criança;

e) Declaração de Vacinação atualizada;

f) Cartão do SUS da criança;

g) Atestado médico das restrições de saúde da criança;

h) Comprovante de residência (cópia de faturas de água, luz e telefone) em nome dos responsáveis legais;

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada de todos os integrantes do Grupo Familiar, apresentando original e cópia da folha de identificação com foto, da folha de qualificação civil, do registro do último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato

de trabalho em branco;

j) Folha de pagamento dos responsáveis legais e/ou recebimento de pensão alimentícia.

k) No caso de criança com deficiência, apresentar laudo médico, com data atualizada;

l) Declaração emitida pelo empregador ou pelo profissional liberal/autônomo, trabalhador informal/eventual constando o horário de efetivo trabalho, utilizando o modelo em Anexo I;

m) Atestado de matrícula e atestado de frequência dos pais e/ou responsáveis cujas horas de estudo componham jornada de trabalho de acordo com o determinado no item 4.2.1.2.

10.7 Para a comprovação da Renda Familiar, todos os integrantes (composta pelos membros da família residente sob o mesmo teto), deverão apresentar os comprovantes de rendimentos dos integrantes do grupo familiar que se enquadre em uma ou mais das situações abaixo:

10.8 COMPROVANTES DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR

10.8.1 Trabalhador assalariado, com contrato regido pela CLT:

a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte;

b) Contracheque ou holerite dos últimos três meses.

10.8.2 Servidor Público Estatutário:

a) Portaria de nomeação/contrato admissional de trabalho;

b) Contracheque ou holerite dos últimos três meses.

10.8.3 Profissional Autônomo ou Profissional Liberal:

a) Guia de recolhimento do INSS ou guia de recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza que comprove a regularidade da atividade exercida;

b) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte em branco;

c) Declaração de renda recebida, na atividade que exerce;

10.8.4 Trabalhador Informal ou Eventual:

a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte em branco;

b) Declaração informando tipo de atividade que exerce o local, renda média mensal;

10.8.5 Proprietário Individual ou Sócio-Proprietário de Empresa Ativa:

a) DECORE – Declaração Comprobatória de Rendimentos (original), dos três últimos meses;

b) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com todas as folhas, inclusive o recibo de entrega (cópia);

c) Contrato social com todas as alterações (cópia).

10.8.6 Proprietário Individual ou Sócio-Proprietário de Empresa Inativa:

a) Protocolo de baixa em uma das esferas: municipal, estadual ou federal (cópia), ou Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de Inatividade (cópia).

10.8.7 Proprietário de Empresa:

a) Cópia da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ (todas as páginas) e recibo de entrega.

b) Cópia dos últimos contracheques ou recibos relativos à remuneração mensal (pró-labore, ou declaração comprobatória de percepção de rendimentos, DECORE, emitida por profissional contábil referente aos últimos três meses).

10.8.8 Desempregados e pessoas que não exercem atividade remunerada:

a) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte em branco;

b) Declaração informando que não exerce atividade remunerada, com registro em cartório (simples reconhecimento de firma) Anexo VII(2438746).

10.8.9 Aposentado, Pensionista ou Beneficiário de Auxílio Doença no INSS:

a) Extrato obtido do site abaixo, ou comprovante de rendimento que contenha o número do benefício recebido.

<http://www8.dataprev.gov.br/SipaINSS/pages/hiscre/hiscreInicio.xhtml>

10.8.10 Produtor Rural:

a) Declaração do Sindicato dos Produtores Rurais ou do próprio agricultor, constando a atividade rural desenvolvida e a remuneração bruta (média mensal);

b) Caso as atividades rurais sejam realizadas em terras de terceiros, apresentar o contrato de arrendamento (cópia).

10.8.11 Estagiário:

a) Contrato de estágio, indicando o valor mensal recebido (cópia).

10.8.12 Estudante menor de 18 anos:

a. Comprovante de matrícula e atestado de frequência escolar.

10.8.13 Estiver Recebendo Seguro Desemprego:

a) Comprovante de recebimento fornecido pela Caixa Econômica Federal (cópia);

b) Rescisão contratual (cópia);

c) Comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (cópia).

10.8.14 Receber Auxílio de Parentes e/ou Amigos:

a) Declaração constando o valor do auxílio prestado, com assinatura daquele que presta o auxílio;

10.8.15 Receber Pensão Alimentícia:

a) Declaração constando o valor da pensão alimentícia;

b) Extrato bancário com o valor recebido/pago ou holerite de pagamento que discrimine o valor.

10.8.16 Receber Aluguel de Imóveis:

a) Declaração constando o valor recebido mensalmente;

10.10 COMPROVANTES DESPESA DO GRUPO FAMILIAR

- 10.10.1 Contrato de locação e/ou declaração do proprietário do imóvel contendo o valor recebido juntamente com a matrícula do imóvel;
10.10.2 Comprovante de pagamento do financiamento do imóvel.

11. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

11.1 Compete exclusivamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- a) Conferir a habilitação das vagas/matrículas;
b) Realizar análise da documentação entregue pelos responsáveis legais após a convocação e dar autenticidade aos mesmos;
c) Deliberar sobre a comprovação das informações prestadas pelos responsáveis legais no Sistema Eletrônico de Cadastro;
d) Verificar as denúncias encaminhadas à unidade referentes à comprovação de informações e matrículas;
e) Classificar como "aptos à matrícula" ou "não aptos à matrícula" os cadastros pré-classificados para oferta de vaga, observado o disposto neste Edital;

11.2 Compete a Direção do Centro de Educação Infantil:

- a) Receber a documentação analisada pela SMEC, juntamente com o Termo de Encaminhamento para matrícula;
b) Orientar aos responsáveis sobre o funcionamento da instituição, apresentação dos professores, etc.

12. DAS VAGAS REMANESCENTES

12.1 As vagas remanescentes e/ou abertura de vagas por desistências/abandonos nas instituições da Rede serão disponibilizadas continuamente conforme a capacidade máxima de atendimento. As convocações serão realizadas de acordo com o estabelecido no item 8.3 desse edital

12.2 Nos casos de abertura de novas turmas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura fará a divulgação exclusivamente através do endereço eletrônico <https://www.garuva.sc.gov.br>

13. DAS TRANSFERÊNCIAS

13.1 O pedido de transferência poderá ser solicitado a qualquer tempo durante o período letivo de 2020.

13.2 A transferência não se efetivará no caso caracterizado como abandono de vaga.

13.3 Havendo a vaga na unidade ou turno desejado, a transferência ora pretendida, concorrerá com as demais crianças cadastradas no Sistema Eletrônico de Cadastro.

13.4 Os pedidos de transferências devem ser realizados nas instituições onde a criança está matriculada, sendo a solicitação de inteira responsabilidade dos responsáveis legais.

14. DOS RECURSOS

14.1 Os recursos deverão ser formalizados na Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Garuva até 03 (três) dias após publicação da lista de pré-classificação, a fim de serem verificadas e apuradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e caso for comprovada a irregularidade a vaga será ofertada ao próximo pré-classificado em lista de espera.

14.2 Durante o período de averiguação a Secretaria Municipal de Educação e Cultura designará pessoa responsável para realizar contatos telefônicos, e outros procedimentos, além de solicitar esclarecimentos adicionais mediante entrevista e/ou documentação complementar. Emitirá ainda, notificação para informar o recebimento de denúncia e permitirá encaminhamento de defesa por escrito no prazo máximo de 02 (dois) dias.

14.3 A partir da comprovação de fraude, falsificação, omissão, contradição de informações, adulteração de documentos ou infração de qualquer item do presente Edital, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura suspenderá a oferta da vaga, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As condições deste Edital são universais e, portanto, são as mesmas para todos, razão pela qual são formalizadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto a Secretaria de Educação e Cultura como os interessados, após o deferimento da matrícula.

15.2 Poderá o Município de Garuva, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

MONISE NAGEL MOREIRA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO**

(Lei nº 13.726 de 08/10/2018)

Eu _____, pessoa física () ou jurídica (), portador

(a) do RG nº _____ e inscrita no CPF/CNPJ _____, residente ou domiciliada na Rua _____ nº _____, no Bairro _____,

no município de Garuva, telefone () _____, declaro para os devidos fins ou a quem possa interessar que _____

_____, presta serviço residencial () empresarial (), exercendo a função de _____, nos horários das _____ às _____ e das _____

às _____ nos seguintes dias da semana:

Segunda-feira (), Terça-feira (), Quarta-feira (), Quinta-feira (), Sexta-feira (), tendo folga nos dias _____.

O funcionário acima citado não possui registro em carteira pelo fato de _____.

O declarante está ciente de que as declarações acima citada serão averiguadas e que prestar declaração falsa caracteriza o crime de falsidade ideológica, descrito no artigo 2399 do código penal brasileiro.

Falsidade ideológica é um tipo de crime contra a fé pública, que consiste na omissão em documento, público ou particular, de declaração de verdade ou na inserção de declaração falsa, ou diversa da que deveria se escrita, com objetivo de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena de prisão: Reclusão, de 1 a 3 anos e multa, se o documento for particular.

Por ser verdade assino o presente em,

Garuva, _____ de _____ de _____.

Assinatura do empregador	Assinatura do empregado
--------------------------	-------------------------

Nome e cargo do responsável pela declaração

Carimbo da empresa contendo nome, CNPJ/CPF e endereço legíveis.

REPUBLICAÇÃO PORTARIA N° 089/2020

Publicação N° 2545672

PORTARIA N° 089, de 24 de junho de 2020.

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS, DA SERVIDORA ANA PATRICIA DA ROSA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

Considerando, Memorando 2.466/2020;

Considerando, Processo Administrativo 1922/2020

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos envolvendo a servidora pública municipal ANA PATRICIA DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula 147737, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Habitação.

Art. 2º. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2020

Publicação Nº 2545646

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2020

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Segurança e Vigilância para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Civil e CITRAN do Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 14/07/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 30/06/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 9.427, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545533

DECRETO Nº 9.427, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 8.975, DE 22 DE AGOSTO DE 2019, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO COLONINHA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, e

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial, que identificou que a área utilizada pela Rua é maior do que aquela prevista no Decreto nº 8.975/2019, conforme novo memorial descritivo elaborado:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 1º do Decreto nº 8.975, de 22 de agosto de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º[...]

I - um imóvel urbano, situado na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, com área a desapropriar de 1.360,15m² (um mil, trezentos e sessenta metros e quinze decímetros quadrados), com a seguinte descrição: Partindo do ponto V4; desse segue por linha seca confrontando com terras de Moacir Moser com o azimuth de 131º03'40", com o ângulo interno de 100º03'50" e a distância de 26,10 m até o ponto V5; desse segue por linha seca com a Área Remanescente com o azimuth de 131º04'08", com o ângulo interno de 179º59'32" e a distância de 190,31 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o raio de 10,34 m e a distância de 12,93 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm com o azimuth de 230º38'00" e a distância de 13,67 m até o ponto V2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Adriana Cristina Moser Costa com o azimuth de 311º03'40", com o ângulo interno de 99º34'20" e a distância de 224,70 m até o ponto V3; desse segue por linha seca confrontando com terras de Raquel Moser da Silva com o azimuth de 51º07'30", com o ângulo interno de 79º56'10" e a distância de 6,10 m até o ponto V4; início da descrição do perímetro. Imóvel Registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob nº 32.132."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.430, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545534

DECRETO Nº 9.430, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR ALAN VIEIRA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 15 de junho de 2020, o servidor efetivo ALAN VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 080.153.169-10, do exercício de função gratificada de Supervisor de Contabilidade, nível I, da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, designado pelo

Decreto nº 8.639, de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de junho de 2020.

Gaspar, 25 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 4.058, DE 15 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545552

LEI Nº 4.058, DE 15 DE MAIO DE 2020.

DENOMINA O ARQUIVO HISTÓRICO DOCUMENTAL LEOPOLDO JORGE THEODORO SCHMALZ.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Arquivo Histórico Documental Leopoldo Jorge Theodoro Schmalz o bem público localizado na Rua Coronel Aristiliana Ramos, nº 199, bairro Centro, neste Município.

Parágrafo único. O histórico do homenageado é parte integrante desta Lei na forma do Anexo Único.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de maio de 2020.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

ANEXO ÚNICO

HISTÓRICO DO HOMENAGEADO

Leopoldo Jorge Theodoro Schmalz, “Seu Leopoldo”, neto de suíços, colonizadores de Joinville, nasceu em 15 de fevereiro de 1909 em Joinville/SC. Filho de Adolf Carl Wilhelm Schmalz (1876 – 1949) e de Paula Etzold (1878 – 1926).

Passou a infância com os familiares vindos de Nirdau Berna, conhecida como sendo centro relojoeiro, têxtil e também de indústrias alimentícias. Interessou-se desde muito cedo por mecânica e construção de máquinas têxteis. Trabalhou em várias empresas do ramo mecânico, sempre visando colaborar e aprender. Aos vinte anos, partiu para a Alemanha, estudar na Escola Superior Têxtil de Zirttau “Saechsische Hoehere Fachs – Chule Fuer Textil – Industril” onde se diplomou com louvor em 1931.

Em 1938, iniciou sua tão sonhada fábrica de linhas em Gaspar, e logo, os gasparenses se habituaram à figura austera e serena, exemplo de dedicação ao trabalho e respeito aos trabalhadores, e logo, a população passou a chamá-lo de “Seu Leopoldo”. Foi um dos primeiros a empregar moças e também pontualíssimo com suas obrigações, impulsionou o progresso de Gaspar, nos primeiros anos de sua história política. Casado com a paulistana Guiomar de Oliveira Barreto, teve dois filhos: Evelyn e Leopoldo Adolfo, seu sucessor nas empresas.

Em 1970, através da Lei nº 382, a comunidade gasparense outorgou – lhe o título de cidadão honorário de Gaspar. Em 1977, durante suas primeiras férias de trabalho, faleceu em Zurique, na Suíça, no dia que a população gasparense se concentrava no pátio da matriz nas festas alusivas ao padroeiro São Pedro. A notícia atingiu imediatamente a todos, que consternados lamentavam a falta e comentavam seus méritos. A retidão de caráter de “Seu Leopoldo” deixou importante legado aos amigos, funcionários e comunidade. Austero e humanitário, arrojado e econômico, paternalista e disciplinador. Desprendido e humilde, disposto sempre em colaborar ou pedir auxílio aos amigos e técnicos de outras empresas.

Carismático e Pioneiro Leopoldo Jorge Theodoro Schmalz foi um homem à frente do seu tempo, muito além do que poderíamos esperar de um empresário de sua época. Deixou muitos exemplos que são verdadeiras lições de vida.

PORTARIA Nº 6.345, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545538

PORTARIA Nº 6.345, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CADASTRO	CARGO	DATA DA POSSE	TÉRMINO ESTÁGIO PROBATÓRIO
ANNY DANIELA BAZZAN	14002	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/04/2017	24/04/2020

MÁRCIA CARDOSO	9666	TÉCNICO EM PROJETOS	12/06/2012	28/05/2020
CARLA APARECIDA VARELA DOMINGUES	13387	ENFERMEIRO	01/12/2016	08/06/2020
JOSÉ RABELLO	14054	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	01/06/2017	03/06/2020
MÁRCIO ROBERTO ULIANO	14032	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	10/05/2017	19/05/2020
SUELEN BECKER MILANI	13343	PSICÓLOGO	19/09/2016	18/04/2020
ROSEVALDO FERREIRA DE BARROS	14013	OPERADOR DE ETA	02/05/2017	04/05/2020

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.350, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545536

PORTARIA Nº 6.350, DE 19 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA LÚCIA KISTNER PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 40/2020.

JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA, Chefe de Gabinete e Secretário Interino de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 1º de junho de 2020, a servidora LÚCIA KISTNER, inscrita no CPF sob o n.º 482.981.159-53, ocupante do cargo de Diretora-Adjunta, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 40/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a Associação Paranaense de Cultura- APC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de junho de 2020.

Gaspar, 19 de junho de 2020.
JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA
Chefe de Gabinete
Secretário Municipal Interino de Educação

PORTARIA Nº 6.352, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545543

PORTARIA Nº 6.352, DE 23 DE JUNHO DE 2020.
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA A. P.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e com fundamento nos artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 3.839/2017, Considerando o teor do Memorando nº 14/2020 do Chefe de Gabinete, dos Memorandos nº 41 e nº 42/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como dos demais documentos anexos aos referidos memorandos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Procedimento Administrativo para apurar a responsabilidade da servidora A. P., matrícula 16216, contratada em caráter temporário para o cargo de Técnico de Enfermagem, em decorrência dos fatos delineados no Memorando nº 14/2020 do Chefe de Gabinete e nos Memorandos nº 41 e nº 42/2020 da Secretaria Municipal de Saúde e documentos anexados.

Art. 2º O procedimento administrativo será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Sarah Ribeiro Ribas e Luis Cesar Hening, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência dos fatos denunciados, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento no artigo 482, alíneas "a" e "b", segunda parte, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 88/2020

Publicação Nº 2545670

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 88/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ELIZABETH OTIQUIR JUNGES, ocupante do cargo efetivo Agente de Serviços especializados I, lotada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer (a disposição na Secretaria da Fazenda e gestão Administrativa), referente ao período aquisitivo de 06/06/2013 a 04/07/2018 devendo folgar a partir de 22/06/2020 a 19/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a seus efeitos em 22/06/2020.

Gaspar, 24 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 89/2020

Publicação Nº 2545683

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 89/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SIDNEI JOSE COELHO, ocupante do cargo efetivo Zelador, lotado na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 20/04/2014 a 15/06/2019 devendo folgar a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 90/2020

Publicação Nº 2545690

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 90/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ROSALINA TOEBE SIMON, ocupante do cargo efetivo Merendeira/Servente, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 22/02/2015 a 09/03/2020 devendo folgar a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 91/2020

Publicação N° 2545696

MUNICÍPIO DE GASPAR
PORTARIA RH 91/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) DESIREE MAIER PELLIN, ocupante do cargo efetivo Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos(a disposição no Gabinete), referente ao período aquisitivo de 16/07/2012 a 24/07/2017 devendo folgar a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de junho de 2020.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N.º 55/2020

Publicação N° 2545640

RESOLUÇÃO N.º 55/2020.

CONCEDE FÉRIAS E AFINS À SERVIDORA, ALÉM DE DEMAIS DIREITOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,
Considerando o teor do ofício anexo, subscrito pela servidora Scheila Seberino da Silva, com despacho favorável da Presidência, através do qual solicita concessão de férias e afins;
Considerando a possibilidade legal de conversão de um terço das férias em pecúnia, na forma do artigo 119, § 5º, da Lei Municipal n.º 1.305/1991;
Considerando obrigação de pagamento do adicional de um terço nos termos do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Scheila Seberino da Silva, no período compreendido entre 01/07/2020 (inclusive) e 30/07/2020 (inclusive), com conversão do período compreendido entre 21/07/2020 (inclusive) e 30/07/2020 (inclusive) em pecúnia.
§ 1º Fica estendido à servidora o adicional de um terço constitucional sobre as férias, na forma do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991.
§ 2º O retorno aos trabalhos se dará em 21/07/2020.

§3º Fica deferido o pagamento das verbas relativas às férias na forma requerida no Ofício Interno nº 182/2020, anexo à presente Resolução.
Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 29 de junho 2020.
CIRO ANDRÉ QUINTINO
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 52 DE 01 DE JULHO DE 2020.**

Publicação Nº 2545796

PORTARIA Nº 52 DE 01 DE JULHO DE 2020.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE O SERVIDOR JOÃO CARLOS FRANCESCHI

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 01 de Julho de 2020, o servidor João Carlos Franceschi, portador do CPF nº 395.993.100-04 e da CI nº. 4.895.575 do cargo em comissão de Diretor de Resíduos Sólidos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais, o qual foi nomeado pela Portaria nº 49, de 05 de junho de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 01 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2020 - DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 17/2020 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N. 16/2020, PROCESSO Nº 16./2020.

Publicação Nº 2544938

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 017/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 17/2020 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N. 16/2020, PROCESSO Nº 16./2020.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria Municipal da Saúde, CNPJ/MF Nº. 08.857.731/0001-60, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, estabelecida à Rua SÃO VICENTE DE PAULA Nº 514, AGRONÔMICA, FLORIANÓPOLIS/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.473.841/0001-30, neste ato representado pelo (a) JULIO CESAR BURGUEÑO LOPEZ, brasileiro (a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 594.826.130-15, portador(a) do RG n.º 1073609503, resolvem, de comum acordo, READEQUAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO JORDÃO EM GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, respeitando o estabelecido no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Décima Primeira do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto readequar o contrato original modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação (em anexo) solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo. Conforme consta na Planilha de readequação deverá ser acrescido o valor de R\$: 9.460,93 (nove mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e três centavos).

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento ocorrendo o acréscimo de R\$: 9.460,93 (nove mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e três centavos). corrigindo o valor contratual para adequação junto a tabela SINAPI.

A planilha de quantidades corrigidas com o devido acréscimo foi remetida à equipe técnica da Prefeitura municipal.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93, in verbis:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;"

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

"Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa". (cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo de R\$: 9.460,93 (nove mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e três centavos). fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total a ser acrescido é de R\$: 9.460,93 (nove mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e três centavos)., perfazendo o valor total do contrato de R\$ 390.172,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL CENTO E SETENTA E DOIS REAIS), para R\$ 399.632,93 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS COM NOVENTA E TRES CENTAVOS) estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS	CONSTRUJED PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Prefeito Municipal Contratante	Contratada

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 026/2019 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA START SERVICE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO EM SAUDE LTDA. REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N. 48/2019, PROCESSO Nº 48/2019.

Publicação Nº 2545036

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 026/2019

1.º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 026/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA START SERVICE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO EM SAUDE LTDA. REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N. 48/2019, PROCESSO Nº 48/2019.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça 06 de novembro, Centro – 01, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF Nº. 08.857.731/0001-60, daqui por diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa START SERVICE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO EM SAUDE LTDA estabelecida a Rua/Av. JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 247, SALA 1104, PAGANI, PALHOÇA/SC, inscrita sob o CNPJ/MFNº.20.778.584/0001-38, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo (s) Senhor (a) THAIS COELHO PIEPER, inscrito (a) sob o CPF N. 069.185.609-56, portador (a) do RG nº 5.762.702, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, acatar a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, respeitando o estabelecido no art. 57, II da Lei nº. 8666/93, e nos termos do art. 65, II alínea "d", da Lei n.º 8666/93 e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2019 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL pelo índice do INPC – 2,05%, tomando como base o índice do mês de MAIO de 2020, a contar da data de 18/07/2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA**2.1. DO PRAZO**

Tendo em vista o Art. 57 da Lei 8666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

Segundo disposição legal, salientamos que o serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta municipalidade já que sua interrupção causará prejuízos a Administração, neste sentido a doutrina do Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004)."

Assim, é importante asseverar que os serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, neste sentido denota-se que o objeto a ser prorrogado é essencial para a manutenção e exercício da máquina pública, que utiliza diariamente os serviços inerentes ao presente objeto, tendo em vista que sua interrupção pode acarretar graves prejuízos à Administração e também por ser vantajosa a continuidade dos serviços.

2.2 DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Constituição Federal de 1988 expressamente aludiu à obrigatoriedade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesse sentido estabelece o inciso XXI, do art. 37, da CF/88:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...);

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)"

A previsão constitucional de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato tem a finalidade precípua de evitar o enriquecimento sem causa, assegurando a equivalência entre o encargo e a remuneração através do restabelecimento do equilíbrio contratual porventura alterado durante a sua execução.

Neste sentido o professor Marçal Justen Filho leciona:

"A lei reconhece expressamente que a prorrogação pode acarretar alteração não apenas dos prazos contratuais. As demais cláusulas do contrato devem ser mantidas inalteradas, mas se assegura explicitamente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, que deverá ser promovida de ofício pela Administração. (Marçal Justen Filho, Curso de Direito Administrativo 2009, p.451)."

Para Hely Lopes Meirelles, (2010, p. 221) o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo "é a relação estabelecida inicialmente

pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste". Por sua vez a lei infraconstitucional – Lei 8.666/1993 reafirma o mandamento constitucional em seu artigo 65, inciso II alínea "d":

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

E ainda estabelece em seus artigos normas quanto à observância obrigatória de certas regras, determinando a obrigatoriedade de que as cláusulas de reajuste de preços estejam expressa tanto no corpo do instrumento contratual como no próprio ato convocatório do processo de licitação que assim destaca conforme determina a lei de licitações em seus artigos 40, inciso XI e artigo 55, inciso III, que assim expressa:

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;"

"Art.55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;"

Deste modo asseveramos que a previsão aludida ao reajustamento fora avençada não somente no contrato supracitado assim como também no ato convocatório (item 15, subitem 15.3) e ainda na minuta contratual, cumprindo assim as determinações legais.

Ainda, o renomado autor Marçal Justen Filho:

"A lei reconhece expressamente que a prorrogação pode acarretar alteração não apenas dos prazos contratuais. As demais cláusulas do contrato devem ser mantidas inalteradas, mas se assegura explicitamente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, que deverá ser promovida de ofício pela Administração. (Marçal Justen Filho, Curso de Direito Administrativo 2009, p.451)."

Para Hely Lopes Meirelles, (2010, p. 221) o equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo "é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste".

Portanto, cumpridas as determinações legais, tanto constitucionais quanto infra-constitucionais, é viável o reajuste de preços buscando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total atual do contrato que é R\$ 140.436,00 (cento e quarenta mil quatrocentos e trinta e seis reais), e será acrescido em 2,05% - índice INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), mês de referência – MAIO/2020, atualizando o valor global do contrato para R\$ 143.315,00 (cento e quarenta e três mil trezentos e quinze reais).

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 25 de junho de 2020.

START SERVICE ASSESSORIA,
PLANEJAMENTO, CONTROLE E
AVALIAÇÃO EM SAUDE LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÕES PÚBLICAS E PRAZOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS EM DECORRÊNCIA DA CATÁSTROFE NATURAL OCORRIDA NA DATA DE 30/06/2020 QUE OCASIONOU DANOS GRAVES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Publicação Nº 2546044

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÕES PÚBLICAS E PRAZOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS A SUSPENSÃO DE SESSÕES PÚBLICAS E PRAZOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS EM DECORRÊNCIA DA CATÁSTROFE NATURAL OCORRIDA NA DATA DE 30/06/2020 QUE OCASIONOU DANOS GRAVES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

OBSERVAÇÃO: AS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES, REABERTURA DOS PRAZOS E DEMAIS INFORMAÇÕES SERÃO PUBLICADAS NO SITE DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – www.samaegcr.com.br, BEM COMO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC.

Governador Celso Ramos, 30 de junho de 2020.

RICARDO AMILTON DA SILVA

Diretor Geral

Gravatal

PREFEITURA

LEI ORDINARIA Nº 2043-ABRE CREDITO EXTRAORDINARIO

Publicação Nº 2545348

LEI ORDINÁRIA Nº 2043, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINARIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO POR CONTA DA RESOLUÇÃO Nº 39/2010 E PORTARIA n.º 58/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional extraordinário no valor total de R\$ 39.795,90 (Trinta e nove mil e Setecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02-Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade:	11-Fundo Municipal de Assistência Social	
Atividade:	2.092- Proteção Social Básica Covid 19	
Despesa:	3.3.90.00.00.00.00.0735 -	R\$ 39.795,90

Total: R\$ 39.795,90

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional extraordinário de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes da 2ª e 3ª parcela Portaria nº 58/2020, de 15 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e Resolução nº 39/2010, de 9 de dezembro de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Conselho Nacional de Assistência Social, para uso do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de junho de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA Nº 2044/2020

Publicação Nº 2545386

LEI ORDINÁRIA Nº 2044, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO RECURSO DO PAB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito suplementar no valor total de R\$ 150.000,00(Cento e cinq-enta mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03-Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Atividade:	2.088- Gestão de Pessoas	
Despesa:	3.1.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 100.000,00
Atividade:	2.091- Vigilância em saúde	
Despesa:	3.3.90.00.00.00.00.0066 -	R\$ 50.000,00

Total: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes da Portaria n.º 948/2020 de 24 de abril de 2020, referente a emenda n.º 71260006 da Bancada de Santa Catarina como incremento temporário do Piso de Atenção Básica (PAB).

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de junho de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito de Gravatal

RESOLUÇÃO CMAS 05/2020 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2019)

Publicação Nº 2545436

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Resolve sobre a aprovação de Contas do FMAS e cofinanciamento referidos do FEAS para Proteção Social Básica referente ao exercício de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária, realizada no dia 29 de junho de 2020, no uso da competência que lhe foi conferida pela Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e com base na Lei Municipal nº 1.877 de 8 de dezembro de 2017, Lei ordinária 1.892 de 16 de janeiro de 2018 e Lei Ordinária Municipal 1.905 de 09 de maio de 2018. RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas referente aos recursos recebidos no ano de 2019 das esferas Municipal, Estadual e Federal;

Art. 2º Aprovar os recursos recebidos do FEAS para o cofinanciamento da Proteção Social Básica referente ao ano de 2019;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal, 29 de junho de 2020

Josimar Martins Correa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMI Nº 01/2020 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2019)

Publicação Nº 2545232

Secretaria de Assistência Social e Habitação – SMAS

Gravatal – SC

RESOLUÇÃO Nº 01 de 29 de JUNHO 2020

Dispõe sobre a prestação de contas referente ao ano de 2019 do Fundo Municipal do Idoso.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Gravatal - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno, e Leis Municipais: nº 209 de 27 de julho de 2018, nº 210 de 27 de agosto de 2018 que regulamenta e unifica a Legislação pertinente ao Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI ocorrida no dia 08 de Junho de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de prestação de contas anual referente aos gastos efetuados pelo CMI dos gastos envolvendo toda a secretaria de assistência social e habitação, de competência nas deliberações do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

RESOLVE:

Art. 1º - Como não houve gastos no referido ano exclusivo do Fundo Municipal do Idoso, portanto não temos prestação de contas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Gravatal (SC), 29 de junho de 2020.

Adelicia Schmitt Daufemback

Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI

RESOLUÇÃO CMI Nº 02/2020 (APROVAÇÃO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO FMI)

Publicação Nº 2545267

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação CMI ano 2020 e 2021.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Gravatal - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno, e Leis Municipais: nº 209 de 27 de julho de 2018, nº 210 de 27 de agosto de 2018 que regulamenta e unifica a Legislação pertinente ao Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI ocorrida no dia 29 de Junho de 2020.

CONSIDERANDO a avaliação do Plano de Ação e Aplicação do FMI (Fundo Municipal do Idoso), em reunião plenária do dia 29 de junho de 2020, ATA de N° 04/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - O Conselho Aprovou por unanimidade em reunião extraordinária no dia 29 de junho de 2020 o Plano de Ação e Aplicação do FMI, ficando registrado em ATA nº 04/2020 no livro ATA do referido conselho.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Gravatal (SC), 29 de junho de 2020.

Adelicia Schmitt Daufemback

Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 54, 55, E 56.2020 PMGBA

Publicação Nº 2545270

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 54/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: BRITADOR OLIVEIRA EIRELI

Valor : 102.265,01 (cento e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e um centavo)

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, NAS RUAS SELESTE PAINI, LOURENÇO MARCON (LOTEAMENTO MARCON) E RUA JUBELINO PASINATTO - PROXIMO A ASMUG, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Contrato Nº.: 55/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: DELMAR JAHNO 04291481942

Valor : 19.140,00 (dezenove mil cento e quarenta reais)

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE, LOCALIZADO NA RUA ADEMAR DE BARROS, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Contrato Nº.: 56/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: JC INSTALADORA E ELETRONICA LTDA

Valor : 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: ELETRICISTA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 67.2020 SEQUENCIA 3 PMGBA

Publicação Nº 2545255

OUTRAS MODALIDADES Nº 4/2020 SEQUENCIA 3

PROCESSO Nº 67/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: PEDREIRO, SERVENTE DE OBRA, ELETRICISTA, ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO E PINTOR, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CONTRATADO: JC INSTALADORA E ELETRONICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 68.2020 PMGBA

Publicação Nº 2545233

TOMADA DE PREÇO Nº 8/2020

PROCESSO Nº 68/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, NAS RUAS SELESTE PAINI, LOURENÇO MARCON (LOTEAMENTO MARCON) E RUA JUBELINO PASINATTO - PROXIMO A ASMUG,

NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ORÇAMENTO EM ANEXO.

CONTRATADO: BRITADOR OLIVEIRA EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 102.265,01 (cento e dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e um centavo)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 71.2020 PMGBA

Publicação Nº 2545238

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2020

PROCESSO Nº 71/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E JUVENTUDE, LOCALIZADO NA RUA ADEMAR DE BARROS, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

CONTRATADO: DELMAR JAHNO 04291481942

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.140,00 (dezenove mil cento e quarenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 72.2020 PMGBA

Publicação Nº 2545240

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020

PROCESSO Nº 72/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS ELETRICOS EM GERAL, DESTINADO PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS PUBLICOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS EM GERAL DESTINADO PARA MANUTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MULTIPLOUSO ARMANDO DOMINGOS MONTAGNA E ALFREDO AMES.

CONTRATADO: JC INSTALADORA E ELETRONICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.738,30 (sete mil setecentos e trinta e oito reais e trinta centavos)

CONTRATADO: JAILTON SIDINEI STEFFENON MEI

VALOR DA DESPESA: R\$ 384,90 (trezentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos)

CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.893,70 (dois mil oitocentos e noventa e três reais e setenta centavos)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.2020 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO MATERIAIS EPIS (AVENTAL E TERMOMETRO)

Publicação Nº 2545808

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2020.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 19/20, Edital de Pregão Nº 10/20, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AVENTAL EM TNT E TERMOMETROS DIGITAIS; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 13/07/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 13/07/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 30 de JUNHO de 2020.

Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 60.20 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Publicação Nº 2545807

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 80/20, Edital de Pregão Presencial Nº 60/20, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SEREM UTILIZADOS EM OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 13/07/20; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 13/07/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações

da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 30 de junho de 2020.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 61.20 AQUISIÇÃO DE MARMITAS

Publicação N° 2545945

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°61/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 81/20, Edital de Pregão Presencial N° 61/20. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Marmitas; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 14/07/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 14/07/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 30 de junho de 2020.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2020-PMG - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2546025

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Edital: Pregão Eletrônico 32/2020 PMG

Processo Licitatório: 32/2020 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADO COM MANTA ASFÁLTICA 3MM ANTIGRANIZO COM SUA ESTRUTURA EM POLIÉSTER DE FIO CONTÍNUO TERMOFUSIONADO, NA COR CINZA, A SER APLICADO NO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES RODOLFO JAHN

Entrega das Propostas: a partir de 01 de julho de 2020 às 17h até o dia 13 de julho de 2020 às 9h no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura das Propostas: 13 de julho de 2020 às 9h01min (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Guaramirim (SC), 30 de junho de 2020.
Luis Antonio Chiodini
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 63/2020 - PMG

Publicação Nº 2545530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico nº 63/2020 – PMG

Processo Licitatório: 63/2020 – PMG

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PRENSADO E VIBRADO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GUARAMIRIM (SC).
Plataforma: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Envio das Propostas: até 15/07/2020 às 08h59

Abertura da Sessão Pública: 15/07/2020 às 09h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 01 de julho de 2020.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO Nº. 1255/2020

Publicação Nº 2544862

DECRETO Nº. 1255/2020

Dispõe sobre a suspensão de cortes no fornecimento de água, enquanto perdurar a situação de emergência no Município de Guaramirim, decorrente do COVID-19.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e com a Resolução Normativa nº. 24, de 24 de março de 2020, do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS);

Considerando o Decreto nº. 1254/2020, que declara situação de emergência no Município de Guaramirim, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais e, consolida medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º. Enquanto perdurar a situação de emergência decorrente do coronavírus (COVID-19), estão suspensos os cortes do fornecimento dos serviços públicos de abastecimento de água no Município de Guaramirim.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de junho de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2019 –PMG.

Publicação Nº 2545211

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2019 –PMG.

Processo de Licitação: 184/2019 - PMG

Modalidade: Pregão.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 16.858.182/0001-76, estabelecida na Rua Edgar Linhares, nº 121, bairro Nova Esperança, município de Balneário Camboriú, CEP 88.336-210.

Resumo do aditivo: O presente Termo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 36 (Sabonete líquido antisséptico. Embalagem de, no mínimo, 5 litros.).

Data da Assinatura: 22/06/2020 Vigência: 16/10/2020

Guaramirim (SC), 30 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA - BIQ FENEFICIOS LTDA.

Publicação Nº 2544900

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra de ordem cronológica para pagamento do fornecedor BIQ BENEFÍCIOS LTDA referente ao empenho 130-08/2020, com data de emissão no dia 28/05/2020, no valor de R\$ 13.527,76.

Este pagamento refere-se a aquisição de cartões alimentação com recarga para substituir a tradicional cesta básica de acordo com o processo licitatório nº 23/2018. O objetivo é atender as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social atendidas nos serviços de Proteção Social Básica do município de Guaramirim - SC.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para continuação recargas dos cartões de alimentação das cestas básicas atendidas por famílias carentes.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 30 de junho de 2020.
JAIR TOMELIN
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2544829

PORTARIA Nº 008/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, usando da competência que lhe confere o Inciso XXII, do Artigo 46 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor Ildedir Morsch do cargo de Assessor Jurídico da Presidência da Câmara Municipal de Guaramirim, a partir de 30 de Junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim, SC 30 de Junho de 2020
Romeu Butschardt Júnior
Presidente

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 06/2020

Publicação Nº 2545113

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 06/2020 – Pregão Presencial Nº. 05/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Contratação de hospedagem para os pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul ao UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CEONC para tratamento de saúde, cuja finalidade seja proporcionar um ambiente agradável e humanizado, afim de assegurar conforto e bem estar aos adoentados e seus familiares, como forma de promover a recuperação da saúde.

Propostas e Habilitação: 14/07/2020

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 30 de junho de 2020.

Franciane Baseggio

Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETO MUNICIPAL 093/2020

Publicação Nº 2545124

DECRETO Nº 93/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.215,00 (dois duzentos e quinze reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.112

3.3.90.00-00.00.267 - Aplicações Diretas R\$ 2.215,00

Soma R\$ 2,215,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superávit financeiro do exercício de 2019, referente aos recursos Próprios no valor de R\$ 2.215,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 30 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 92/2020

Publicação Nº 2545118

DECRETO Nº 92/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.125,00 (vinte e oito mil, cento e vinte e cinco reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1102.08.244.2.061

19 - 3.1.90.00-00.00.230 Aplicações Diretas R\$ 28.125,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020, referente aos recursos da FMAS/COVID no valor de R\$ 28.125,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 183.496,92 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.2.043

93 - 3.1.90.00-00.00.52 Aplicações Diretas R\$ 18.496,92

Atividade: 1104.10.301.2.093

59 - 3.1.90.00-00.00.382 Aplicações Diretas R\$ 165.000,00

SOMA R\$ 183.496,92

Art. 4º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 3º fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020, referente ao recurso da LC 173/2020/COVID/Saúde no valor de R\$ 18.496,92 e excesso de arrecadação do exercício de 2020, referente ao recurso SUS/PAB no valor de R\$. 165.000,00.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.350,07 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta reais e sete centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 02- GABIENTE DO PREFEITO:

Unidade 01- Gabinete do Prefeito:

Atividade: 0201.04.122.2.003

194 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 01- Gabinete do Prefeito:

Atividade: 0401.04.123.2.066

195 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 03- Departamento de Recursos Humanos:

Atividade: 0403.04.122.2.067

196 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 05- Departamento de Tributação e Finanças:

Atividade: 0405.04.123.2.006

197 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.2.026

199 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Atividade: 0801.26.782.2.024

198 - 3.1.90.00-00.00.52- Aplicações Diretas R\$ 73.350,07

SOMA R\$ 140.350,07

Art. 6º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 5º fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020, referente ao recurso da LC 173/2020/COVID no valor de R\$ R\$ 140.350,07.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 30 de junho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 17/2020 À ATA RP 05/2020

Publicação Nº 2544973

ADITIVO CONTRATUAL Nº 17/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA RP Nº 05/2020

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA e a empresa MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 32.421.421/0001-82, com sede na Av. Pintassilgo, 462, Parque das Laranjeiras, Maringá - PR, CEP: 87.083-085, representada neste ato, pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Marcos Henrique Lahoud, inscrito no CPF sob nº 000.744.681-03, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços 05/2020 firmada ao Pregão Presencial 48/2019, visando o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com o que prescreve o artigo 65 inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E VIGÊNCIA

Ficam alterados, na forma de reequilíbrio econômico-financeiro, os valores constantes n Cláusula Primeira - Do Objeto da Ata de Registro de Preços 05/2020, conforme segue:

Item 114: O preço certo e ajustado por unidade passa a ser no valor unitário de R\$ 6,27 (seis reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da referida Ata Registro de Preços, as quais se aplicam a este termo aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu - SC, 30 de junho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP
Marcos Henrique Lahoud

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 28/2020

Publicação Nº 2545313

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 93/2020.

Pregão Presencial RP n. 28/2020.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE DIVERSAS POTÊNCIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU/SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 13/07/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 13/07/2020.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 01 de julho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4212/2020

Publicação Nº 2546081

DECRETO Nº 4212/2020.

Regulamenta o regime de sobreaviso das autoridades de saúde nomeadas pelo Decreto Municipal nº 4211/2020 enquanto perdurar os efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município de Herval d'Oeste e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O regime de sobreaviso, instituído para a fiscalização das atividades inerentes as autoridades de saúde, em consonância e durante a vigência do Decreto nº 4211/2020 são regulamentados na forma e condições previstas neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por sobreaviso, aquele tempo em que o servidor fica à disposição do Município, fora do seu local e horário de trabalho regular, durante os finais de semana, aguardando, pelos meios de comunicação disponível sua convocação para o serviço.

Art. 3º As escalas de sobreaviso serão organizadas mensalmente pelos servidores que integram as "autoridades de saúde" e autorizadas pelo Secretário Municipal de Saúde responsável pelas atividades sujeitas a realização de sobreaviso, observado o sistema de rodízio, limitado ao período máximo de 30 (trinta) dias mensais, devendo serem publicadas no mural da Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento geral e certificação através da entrega da escala para cada servidor convocado/designado

§ 1º Entende-se por sistema de rodízio a participação na Escala de Sobreaviso, dentro do possível, de todos os servidores de mesma função dentro do mesmo setor ou aqueles designados para exercer atividades especiais durante o período da pandemia.

§ 2º O servidor não poderá ser escalado por mais de 48 horas ininterruptas cumprindo obrigatoriamente um final de semana para intervalo.

Art. 4º As horas cumpridas pelo servidor em regime de sobreaviso serão computadas e remuneradas na razão do valor da hora normal diária de trabalho.

Parágrafo único. As horas efetivamente trabalhadas pelo servidor quando convocado do sobreaviso, serão acrescidas do adicional pela prestação de serviço extraordinário, não se aplicando durante a convocação, o disposto no caput deste artigo, ou seja, não serão consideradas como horas de sobreaviso e serão pagas a razão de duas vezes o valor da sua hora normal de trabalho.

Art. 5º O servidor que estiver em escala de sobreaviso, quando convocado para comparecer ao local de trabalho e não o fizer, perderá o direito a percepção do sobreaviso inerente a escala deste dia, sendo vedada a inclusão em escalas, pelo período de 6 (seis) meses.

Art. 6º O servidor em regime de sobreaviso deverá atender prontamente à convocação do Município, e durante a espera não praticar atividades que o impeçam de comparecer imediatamente ao serviço.

§ 1º Durante o regime de sobreaviso, o servidor não poderá afastar-se da sede do Município.

§ 2º A inobservância injustificada do disposto no caput configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em Lei.

§ 3º O tempo de espera entre o chamado do servidor e sua efetiva apresentação ao local de trabalho será de no máximo 30 minutos.

§ 4º Na impossibilidade do servidor escalado em atender a possível convocação, este deverá comunicar com antecedência sua chefia imediata, para devida substituição.

Art. 7º Quando houver pagamento de sobreaviso de forma indevida implicará no ressarcimento aos cofres públicos por parte do agente autorizador, além das infrações administrativas.

Art. 8º As horas cumpridas pelo servidor no serviço de regime de sobreaviso:

I - Integrarão, pela média dos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias;

II - Poderão ser compensadas, preferencialmente ao seu pagamento, por meio de escalas de compensações a serem gozadas até o término do mês seguinte da sua realização, desde que autorizadas pelo servidor;

III - Sobre a verba de sobreaviso não haverá incidência previdenciária quando se tratar de servidor segurado pelo IPREVI, não podendo ser incorporado a remuneração para nenhum efeito legal.

Art. 9º Fica vinculado ao pagamento das horas de sobreaviso a apresentação ao setor de Recursos Humanos do Município, de escala devidamente autorizada por parte do titular da Secretaria Municipal de Saúde, contendo a nominata do(s) servidor(es) com matrícula funcional, cargo, horários e dias em que permaneceram em sobreaviso no mês, bem como justificativa fundamentada do pedido para tal necessidade, estando sujeita a fiscalização pela Controladoria Interna Municipal.

Parágrafo único. As horas de sobreaviso serão pagas na folha salarial do mês subsequente a sua realização, desde que encaminhadas até o décimo dia de cada mês ao Recursos Humanos através do Anexo II deste decreto, acompanhado obrigatoriamente da escala de sobreaviso do mês anterior, conforme Anexo I.

Art. 10 Fica vedado o pagamento de sobreaviso aos servidores que exercem cargos de provimento em comissão.

Art. 11 Ficam criados os formulários de Escala de Sobreaviso e de Autorização de Pagamento de Horas de Sobreaviso, conforme Anexos I e II respectivamente, deste Decreto.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

Anexo I

Modelo de Escala de Sobreaviso

Secretaria: _____

Depto/Setor: _____

Mês: _____ Ano _____

Justificativa dos Serviços Imprevistos e Essenciais _____

Dia	Matrícula	Nome Servidor	Cargo	Horário	Telefone Contato
				as	
				as	
				as	
				as	

Carimbo e Assinatura da chefia Imediata

Em, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura Secretário

Herval d'Oeste/SC, ____/____/____.

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE HORAS DE SOBREAVISO

Secretaria: _____

Setor: _____

Ooobservado o disposto nos Decretos n.º ***** e *****, informamos abaixo a relação dos servidores nomeados como "autoridades de saúde" desta Secretaria que cumpriram escalas de sobreaviso no período de ____/____/____ a ____/____/____ e AUTORIZAMOS o pagamento no mês de ____/20____ conforme segue:

A Matricula	B NOME DO SERVIDOR	C Quantidade de Horas de Sobreaviso conforme escala	D Horas extras do período de Sobreaviso	E Saldo de Horas sobreaviso a pagar (Resultado coluna C – D)
			50% _____ 100% _____	

AUTORIZADO : ____/____/____.

Carimbo e Assinatura Secretário/ SOLICITANTE

PORTARIA Nº 773/2020

Publicação Nº 2545898

PORTARIA Nº 773/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor FLORENTINO CIRINO DOS SANTOS (MATRÍCULA 948), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - H, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 30 de junho de 2020 a 23 de julho de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 774/2020

Publicação Nº 2545906

PORTARIA Nº 774/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE,

TRANSFORMAR o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS da servidora inativa MAFALDA VIERO E OLIVEIRA, concedida através da Portaria nº 650 de 04 de julho de 2005, posteriormente retificada pela Portaria nº 782 de 21 de outubro de 2009, com fundamento no art. 40, §1º, I da Constituição Federal c/c 6ºA da Emenda Constitucional nº 41/2003, matrícula de aposentada sob o nº 2034; em PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES, à SEBASTIÃO DE SOUZA E OLIVEIRA, na qualidade de cônjuge sobrevivente, único dependente legal e econômico da servidora inativa falecida, titular de benefício vitalício, com fulcro no artigo 40, §7º da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005, equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, com efeitos a partir da data da morte ocorrida em 15 de junho de 2020, com paridade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de Junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

PORTARIA Nº 775/2020

Publicação Nº 2545908

PORTARIA Nº 775/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RAPHAEL ANZOLIN WITTE (MATRÍCULA 5064), ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para integrar a equipe de sobreaviso da Vigilância Sanitária Municipal, criada pelo Decreto Municipal nº 4.212/2020, para atuar no período em que perdurar a Situação de Calamidade Pública conforme Decreto nº 4.168/2020, das 17:00 às 23:00 horas, conforme escala a ser informada pelo setor competente, sem interferir nas suas atividades de desempenho diário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de Junho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

TERMO DE AJUSTE Nº 009/2020

Publicação Nº 2546155

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI - VOOLMED.
CNPJ/MF Nº 01.733.345/0001-17
Rua Alvares Cabral nº 1000, bloco F – Bairro Petrópolis
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 009/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. MAURO SERGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI - VOOLMED, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Alvares Cabral nº 1000, bloco F – Bairro Petrópolis – Município de Passo Fundo - Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 01.733.345/0001-17, neste ato representado por sua Administradora, Sra. NOELI VIEIRA, titular, portadora do CPF nº 347.180.280-00, doravante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, referente à ata de Registro de Preços nº 047G/2019, que tem por objeto o registro de preços para a eventual e/ou futura aquisição de Material Médico Hospitalar; para uso nas diversas Unidades Básicas de Saúde do município, incluindo a UPA 24 horas, do Município de Herval d' Oeste pelo período de 12(doze) meses, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2019, na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019, pelo sistema de registro de preços, e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Material Médico Hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de material de médico hospitalar, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTRADO(R\$)	%	VALOR REAJUSTADO (R\$)
01	ALGODÃO HIDRÓFILO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO. MACIO E ABSORVENTE, COM MANTAS UNIFORMES E ISENTO DE IMPUREZAS. ROLO COM 500G, COR BRANCA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	UND	NATHALIA	R\$ 10,60	+ 93,8%	R\$ 20,54

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no "artigo 65, inciso II, alíneas d" da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste TERMO DE AJUSTE não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 047G/2019, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 17 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em exercício

CPF: 713.164.509-53

Pelo Município

NOELI VIEIRA

Titular

CPF: 347.180.280-00

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia.

CPF: 687.857.399-87.

Heloise Borsoi Favretto.

CPF: 051.249.579-30

TERMO DE AJUSTE Nº 010/2020

Publicação Nº 2546152

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
MAYCON WILL EIRELI EPP
CNPJ/MF Nº 18.712.730/0001-80

Rua Alvorada nº 180 – Bairro Flor de Napolis
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 010/2020 DE 17 DE JUNHO DE 2020

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. MAURO SERGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MAYCON WILL EIRELI EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Alvorada nº 180 – Bairro Flor de Napolis – Município de São José - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 18.712.730/0001-80, neste ato representado pelo Sr. MAYCON WILL, titular, portador do CPF nº 040.294.789-48, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, referente à ata de Registro de Preços nº 047E/2019, que tem por objeto o registro de preços para a eventual e/ou futura aquisição de Material Médico Hospitalar; para uso nas diversas Unidades Básicas de Saúde do município, incluindo a UPA 24 horas, do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12(doze) meses, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2019, na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019, pelo sistema de registro de preços, e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Material Médico Hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de material de médico hospitalar, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO(R\$)	%	VALOR REAJUS-TADO (R\$)
27	SOLUÇÃO ANTISSÉPTICA DEGERMANTE A BASE DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2%. EMBALAGEM DE 1000ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRO-CEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	UND	RIOHEX	R\$ 14,27	+ 17,6%	R\$ 16,78

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no "artigo 65, inciso II, alíneas d" da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste TERMO DE AJUSTE não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 047E/2019, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 17 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em exercício

CPF: 713.164.509-53

Pelo Município

MAYCON WILL

Titular

CPF: 040.294.789-48

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia.

CPF: 687.857.399-87.

Heloise Borsoi Favretto.

CPF: 051.249.579-30

TERMO DE AJUSTE Nº 011/2020

Publicação Nº 2546145

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
POSTO ESTRELA LTDA.

CNPJ/MF N° 78.617.750/0001-02
Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro
CONTRATADA

TERMO DE AJUSTE N° 011/2020 DE 30 DE JUNHO 2020

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor MAURO SERGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO ESTRELA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro - Município de Herval d' Oeste - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 03.556.616/0001-31, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste à Ata de Registro de Preços nº 002A/2020, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 (doze) meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 035/2020, na Modalidade de Pregão Presencial nº 011/2020 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR ATUAL	%	VALOR REAJUSTADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM	LITRO	RODOIL	R\$ 2,90	+ 6,6%	R\$ 3,09
03	GASOLINA COMUM	LITRO	RODOIL	R\$ 3,80	+ 7,5%	R\$ 4,08
04	GASOLINA ADITIVADA	LITRO	RODOIL	R\$ 3,81	+ 7,5%	R\$ 4,09

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666/ 93 de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar..

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP N° 002A/2020, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 30 de junho de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI
Prefeito Municipal
CPF: 713.164.509-53

MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETA
Sócio-Administrador
CPF: 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto
CPF: 051.249.579-80

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 0268**

Publicação N° 2545992

RESOLUÇÃO N° CM 0268/2020

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste/SC que especifica e dá outras providências"

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de junho de 2020, o Servidor Público Municipal: CASSIANO DE DEUS E SILVA, portador do RG nº 5.239.816/ SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 089.969.319-93 e na OAB/SC sob nº 48.819, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste/SC, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 30 de junho de 2020.
SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO
Presidente

IPREVI/HO

CONTRATO Nº 003/2020

Publicação Nº 2544789

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste/SC – IPREVI-HO
CNPJ/MF Nº 07.733.382/0001-01
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Empresa: SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda.
CNPJ/MF Nº 11.882.190/0001-34
Endereço: Rua Dom Jaime Câmara, 66 – Sala 704 – Centro
Contratada

CONTRATO Nº 003/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste/SC – IPREVI-HO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 07.733.382/0001-01, neste ato representado pela Presidente do Conselho de Administração Senhora Andréa Paludo, brasileira, divorciada, portadora do CPF n. 762.905.069-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda, estabelecida na Rua Dom Jaime Câmara, 66 – Sala 704 – Centro – Florianópolis/SC, CNPJ n. 11.882.190/0001-34, neste ato representado por seu sócio-administrador, Senhor Ricardo Giovannardi, brasileiro, casado, portador do CPF n. 281.808.100-97, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação Processo Licitatório nº 002/2020, na Modalidade de Pregão Presencial nº 001/2020, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - O presente Contrato tem por objeto a prestação de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios, conforme anexo I do Edital, pelo período de 12 (doze) meses.

II - Os serviços compreendem especificamente:

- a elaboração de diagnóstico da situação atual da carteira de investimentos, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN e da Política de Investimentos do IPREVI-HO;
- a elaboração de relatório gerencial mensal com, no mínimo, a composição da carteira de investimentos, a distribuição por segmento e por instituição financeira, o desempenho da carteira de investimentos do IPREVI-HO, informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período) das aplicações financeiras, apresentar um resumo da composição da carteira de cada um dos fundos investidos e, a consolidação dos ativos que compõem a carteira destes fundos, bem como, dos ativos da carteira própria (se houver), permitindo uma visão geral dos ativos financeiros;
- a elaboração de parecer mensal sobre o enquadramento das aplicações nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN e da Política de Investimentos do IPREVI-HO;
- a elaboração de um relatório obrigatoriamente em prazo hábil, que vise subsidiar completamente o preenchimento do "DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – no sistema CADPREV" do MPS;
- a elaboração de relatório individual mensal, demonstrando o resultado financeiro obtido pelo IPREVI-HO em cada uma das suas aplicações financeiras, devendo ser elaborado separadamente e consolidados;
- a elaboração de relatório semanal de fluxo de caixa da carteira de investimentos, de modo que permita verificar as movimentações de entradas e saídas de recursos, bem como do enquadramento das aplicações em relação à Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN e à Política de Investimentos do IPREVI-HO;
- a elaboração de relatório diário demonstrando a evolução do patrimônio do IPREVI-HO em valor monetário (em reais) e percentualmente

- a chamada cota única;
- a elaboração de relatório mensal com os prazos de emissão e resgate de cotas de todos os fundos de investimentos, que compõem a carteira de investimentos do IPREVI-HO;
- o assessoramento na definição de regras e normas para a alocação de recursos, propondo metas de alocação de recursos em segmentos específicos e limites de exposição ao risco, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN e da Política de Investimentos do IPREVI-HO;
- o desenvolvimento de avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas e à ampliação contínua do nível de conhecimento do mercado dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do IPREVI-HO, devidamente fundamentada em pesquisas e pareceres técnicos;
- o monitoramento da indústria de fundos de investimentos, que subsidie a licitante a apresentar alternativas de investimentos ao IPREVI-HO;
- a análise de novos produtos financeiros para aplicações, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN e da Política de Investimentos do IPREVI-HO, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação da Diretoria Financeira, via correio eletrônico, exceto para fundos estruturados, cujo prazo será de 15 (quinze) dias úteis, onde seja exposta a opinião clara e pontual da consultoria a respeito do produto financeiro analisado;
- o assessoramento na elaboração, possíveis alterações e aplicação da Política de Investimentos do IPREVI-HO, nos termos da Resolução nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, do CMN;
- disponibilizar Software para elaboração e publicação das Autorizações de Aplicação e Resgate – APR, conforme exigência do MPS;
- disponibilizar Software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável;
- o assessoramento no credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS administrado pelo IPREVI-HO, realizando-se análise e registro do gestor e distribuidor do fundo, incluindo ferramenta para o controle de prazos e respectivas atualizações, nos termos da Portaria nº 440, de 9 de outubro de 2013, do MPS;
- a realização de reunião mensal e presencial entre o consultor da licitante, os gestores, membros do Comitê de Investimentos e Conselheiros do IPREVI-HO, ou a critério do Instituto;
- o treinamento e capacitação do gestores, membros do Comitê de Investimentos e Conselheiros do IPREVI-HO, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, com carga horária estimada de 4 (quatro) horas por evento e direcionados a assuntos relevantes ao mercado financeiro;
- o atendimento eletrônico, telefônico e pessoal na sede da licitante;
- elaboração de relatório utilizado para acompanhamento das taxas indicativas dos títulos públicos federais que compõem o IRF-M e o IMA-B, bem como a média ponderada das taxas indicativas dos títulos que compõem os índices e sub índices IMA;
- elaboração de relatório para sugestões na alocação dos recursos financeiros do instituto na montagem da carteira de investimentos, tendo como premissa a MACRO ALOCAÇÃO, ou seja, para os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, indicando os diversos índices e Benchmark, NÃO fazendo referencia a produtos financeiros;
- elaboração de relatório para acompanhamento dos imóveis pertencentes ao Instituto, que apure a rentabilidade mensal obtida pelos imóveis locados, de modo a apresentar a variação percentual sobre o patrimônio imobiliário locado e total, a receita financeira das referidas locações, e as eventuais reavaliações do patrimônio imobiliário, a descrição e localização dos imóveis.
- todos os relatórios, análises, diagnósticos, entre outros documentos oriundos da presente contratação devem ser disponibilizados em ambiente web, privativo do IPREVI-HO, e por meio impresso sempre que solicitado.
- todas as informações prestadas pelo Instituto obrigam ao dever de sigilo, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização escrita por parte do IPREVI-HO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os serviços serão executados de acordo com o cronograma de execução que atenda aos prazos legais, em especial ao trazido pela Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018.

II - A vigência da presente contratação será a partir da assinatura do contrato até a realização de todos os atos inerentes ao objeto, em observância ao item anterior e ao prazo de 12 (doze) meses.

III - O controle e o recebimento dos serviços serão efetuados pela Diretoria Executiva do IPREVI-HO.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para os serviços é de R\$ 2.662,65 (dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) sendo que os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 05 (cinco) dias subsequentes a entrega do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela empresa contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente que justifique a aplicação, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Diretoria Executiva do IPREVI-HO.

II - Em caso de prorrogação do contrato o(s) preço(s) será(ão) reajustado(s) pelo INPC, a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO PAGAMENTO

I - Na eventualidade do IPREVI-HO não cumprir com os pagamentos contratados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á atualização decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI(FVG) ou outro que venha a

substituí-lo.

II - Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro, conforme Lei Orçamentária nº 3.383/2019 de 05/12/2019 e outras que vierem a ser criadas, nas seguintes rubricas:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE – IPREVI-HO

Projeto/Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI

Elemento Despesa: 33903599000000 Aplicações Diretas

Conta: 1201.2.087.3.3.90.35.99.00.00.00

Despesa: 05

II - Os recursos financeiros serão provenientes de transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

I - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

II - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução do objeto deste Contrato.

III - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Diretoria Executiva do IPREVI-HO nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

II - A CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços objeto deste Contrato, a qualquer hora, através da senhora Charlene Rampazzo, Diretora de Gestão Financeira do IPREVI-HO.

III - A Fiscalização exercida não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

1. O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto lícitado;
2. Entrega dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste Contrato;
3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
4. O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
6. A dissolução da empresa;
7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
9. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, subrogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Herval d'Oeste/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 04 (quatro) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Herval d'Oeste/SC, 22 de junho de 2020.

ANDRÉA PALUDO
CONTRATANTE

RICARDO GIOVERNARDI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

NOME: VERA LÚCIA DA SILVA BILIBIO
CPF: 600.730.049-87

2)

NOME: HELOISE BORSOI FAVRETTO
CPF: 051.249.579-30

RESOLUÇÃO Nº 016/2020

Publicação Nº 2546131

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 16/2020

"CONVERTE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS, DA INATIVA MAFALDA VIERO E OLIVEIRA EM PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES EM DECORRÊNCIA DE SEU ÓBITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDRÉA PALUDO, Presidente do Conselho de Administração, e BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCÍ, Diretora de Gestão Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando a Portaria de Aposentadoria nº 650 de 04 de julho de 2005;

Considerando o óbito da servidora inativa, Sra. Mafalda Viero e Oliveira, ocorrido em 15 de junho de 2020 e o requerimento do Sr. Sebastião de Souza e Oliveira, protocolado em 17/06/2020;

Considerando o disposto no art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos artigos 10, 46, 48, 51 e 52 da Lei Complementar nº 179/2005;

Considerando a Portaria nº 774/2020, publicada em 30/06/2020;

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 650 de 04 de julho de 2005, posteriormente retificada pela Portaria nº 782 de 21 de outubro de 2009, que concedeu Aposentadoria por Invalidez Permanente, com proventos integrais e paridade, a servidora inativa Mafalda Viero e Oliveira;

Art. 2º Converter o benefício de Aposentadoria por Invalidez Permanente, com proventos integrais e paridade, da inativa falecida Mafalda Viero e Oliveira, em benefício de "Pensão por Morte aos Dependentes", equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, com paridade, ao Sr. Sebastião de Souza e Oliveira, na condição de cônjuge e dependente econômico, a partir da data do óbito ocorrido em 15 de junho de 2020;

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste/SC, 01 de julho de 2020.

BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCÍ
Diretora de Gestão
Administrativa

ANDRÉA PALUDO
Presidente do Conselho
de Administração

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 73/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2545308

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 73/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: MADMAIS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, e numero inscrição CNPJ 11.296.864/0001-19. Licitação: Dispensa de Licitação 82/2020

Objeto: Aquisição de 01 Decibelímetro e 01 Luxímetro digital para subsidiar as ações do Município de Ibirama. Vigência: Início: 29/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 29/06/2020

Valor R\$: 3.260,54 (Três mil duzentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos).

Dotação: 04.001.2004.34490000000000000000.118.01000000 – Manutenção do Departamento de Administração

FISCAL: Fábio Luiz Fusinato

CONTRATO Nº: 74/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2545314

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 74/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: PEDRO PAULO DA COSTA INTERIORES E MÓVEIS PLANEJADOS, e numero inscrição CNPJ 20.966.779/0001-01. Licitação: Dispensa de Licitação 83/2020

Objeto: Aquisição de móveis planejados, 01 armário em MDF de 15 mm na cor branco tx para Prefeitura Municipal (paço) nas medidas de 60larg X 55prof X 2,10alt e 01 estação de trabalho para quatro pessoas em MDF na cor branca para o departamento de pessoal. Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 30/06/2020

Valor R\$: 4.826,00 (Quatro mil oitocentos e vinte e seis reais).

Dotação: 04.002.2006.34490000000000000000.192.01000000 – Manutenção do Departamento de Finanças

FISCAL: Fábio Luiz Fusinato

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 82/2020

Publicação Nº 2545305

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 82/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II.

Objeto: Aquisição de 01 Decibelímetro e 01 Luxímetro digital para subsidiar as ações do Município de Ibirama. Contratada: MADMAIS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, e numero inscrição CNPJ 11.296.864/0001-19. Ibirama, 30 de junho de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 83/2020

Publicação Nº 2545307

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 83/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II.

Objeto: Aquisição de móveis planejados, 01 armário em MDF de 15 mm na cor branco tx para Prefeitura Municipal (paço) nas medidas de 60larg X 55prof X 2,10alt e 01 estação de trabalho para quatro pessoas em MDF na cor branca para o departamento de pessoal. Contratada: PEDRO PAULO DA COSTA INTERIORES E MÓVEIS PLANEJADOS, e numero inscrição CNPJ 20.966.779/0001-01. Ibirama, 30 de junho de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

PORTARIA Nº 114, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545504

Portaria nº 114, de 03 de fevereiro de 2020.
"Conceder Férias"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao (a) funcionário (a) JANE KARINE VINCI matrícula nº 8214-4, servidor (a), ocupante do emprego público de TECNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo 17/04/2018 A 16/04/2019, para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 22/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 23/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 115, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545505

Portaria nº 115, de 03 de fevereiro de 2020.
"Jornada de trabalho especial de servidor portador de doença grave"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder horário especial de trabalho ao(a) servidor(a) MARISA FATIMA SILVA E SILVA, sob a matrícula nº 10189-3, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em face de atestado médico apresentado, por apresentar um quadro de doença grave, limitando às suas atividades laborais, sem prejuízo do exercício do cargo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 116, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545506

Portaria nº 116, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JOSIMARA FERNANDA OLSON, matrícula nº 29033-02, ocupante do emprego público de AUXILIAR ODONTOLOGICO, relativas ao período aquisitivo de 23/01/2019 a 22/01/2020 para serem gozadas no período de

18/03/2020 a 01/04/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 02/04/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 117, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545507

Portaria nº 117, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Adicional de Insalubridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) CHARLES AMBOS, sob a matrícula nº 6239064-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por realizar trabalhos e operações de coleta de lixo, estando em contato permanente com agentes químicos e biológicos, bem como exposto a vibrações, frio, calor e umidade, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 118, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545508

Portaria nº 118, de 03 de fevereiro de 2020.

“Cessar os efeitos da Portaria nº 518,
de 04 de abril de 2017”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 518, de 04 de abril de 2017, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) CHISLIAN CAMARGO DE ANDRADE, sob a matrícula nº 62405837-0, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 119, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545509

Portaria nº 119, de 03 de fevereiro de 2020.

“Cessar os efeitos da Portaria nº 638,
de 01 de agosto de 2019”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 638, de 01 de agosto de 2019, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) CATIANA MOLLER, sob a matrícula nº 5169-2, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 120, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545510

Portaria nº 120, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede gratificação por atribuição”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 32, da Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, enquanto perdurar a designação a gratificação de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), ao(a) servidor(a) ANA PAULA KLAUMANN, sob a matrícula nº 62443399-0, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro 2006, na função de Componente do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 121, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545511

Portaria nº 121, de 03 de fevereiro de 2020.

“Cessar os efeitos da Portaria nº 640,
de 01 de agosto de 2019”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 640, de 01 de agosto de 2019, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) EMANUELLA MATOS DA SILVA, sob a matrícula nº 62451774-0, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 122, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545512

Portaria nº 122, de 03 de fevereiro de 2020.

“Autoriza Conselheiros Tutelares a dirigirem veículos Oficiais”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam os Conselheiros Tutelares abaixo relacionados, vinculados a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizados a dirigirem veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizados pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

N o m e	Função	Cat.	Data Val.
Marli Ringenberg Bruning	Conselheiro Tutelar	AB	16/10/2022
Egoberto Brandt	Conselheiro Tutelar	B	08/06/2020
Nivia Franzoi Schroeder	Conselheiro Tutelar	AB	16/09/2023

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 123, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545514

Portaria nº 123, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ALFONSO PENZ, matrícula nº 4146-03, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019 para serem gozadas no período de 02/03/2020 a 31/03/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/04/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 124, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545515

Portaria nº 124, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MORGANA GNICH matrícula nº 36099-02, ocupante do cargo COMISSIONADO de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019 para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 12/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 13/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 125, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545517

Portaria nº 125, de 03 de fevereiro de 2020.
"Cessar os efeitos da Portaria nº 519, de 04 de abril de 2017".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 519, de 04 de abril de 2017, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) PAULA MANOELA NIENKOETTER DA SILVA, sob a matrícula nº 62412809-0, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 126, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545518

Portaria nº 126, de 03 de fevereiro de 2020.

“Cessar os efeitos da Portaria nº 511, de 03 de abril de 2017”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 511, de 03 de abril de 2017, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) KARINA CUCCO, sob a matrícula nº 33006-1, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 127, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545520

Portaria nº 127, de 03 de fevereiro de 2020.

“Cessar os efeitos da Portaria nº 513, de 03 de abril de 2017”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

C E S S A R

Art. 1º - Os efeitos da Portaria nº 513, de 03 de abril de 2017, a qual concedeu gratificação referente ao art. 32, da Lei Complementar nº 57, ao(a) servidor(a) CIBELLE BELTRAMINI MORAIS ZANDONAI, sob a matrícula nº 203432-0, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 128, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545523

Portaria nº 128, de 03 de fevereiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

E X O N E R A R

Art. 1º - SINARA SIMONE LAMIM, sob a matrícula nº 30813-5, da gratificação de Direção da Escola Municipal Ribeirão Areado, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 107, de 01 de fevereiro de 2019, voltando a exercer as funções inerentes ao cargo efetivo de PROFESSORA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 129, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545525

Portaria nº 129, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente aos períodos aquisitivos de 10/02/2009 a 10/02/2014 e 10/02/2014 a 10/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) GREGORY PETER KIETZER, sob a matrícula nº 7544-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 07 de fevereiro de 2020 a 04 de agosto de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 05 de agosto de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 130, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545527

Portaria nº 130, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 09/08/2014 a 09/08/2019, a pedido do(a) servidor(a) VILMAR RODRIGUES, sob a matrícula nº 13358-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 17 de fevereiro de 2020 a 17 de março de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 18 de março de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 131, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545556

Portaria nº 131, de 03 de fevereiro de 2020.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) FERNANDO KRAMBECK, matrícula nº 7137-04, ocupante do cargo EFETIVO de MEDICO VETERINARIO, relativas ao período aquisitivo de 03/11/2017 a 02/11/2018 para serem gozadas no período de 02/03/2020 a 31/03/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/04/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 132, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545557

Portaria nº 132, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização e manutenção dos Programas que integram a Secretaria de Saúde, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) ANDREIA VOIGT DUWE, sob a matrícula nº 270857-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 088, de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 133, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545558

Portaria nº 133, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Museu Municipal;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização e manutenção do Museu Municipal, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) ADRIANA MENEGHELLI DOS SANTOS, sob a matrícula nº 3921-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 530, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 134, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545559

Portaria nº 134, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui graduação em Arquitetura e Urbanismo;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Setor de Engenharia;

Considerando que a servidora desempenha o acompanhamento preliminar dos projetos de engenharia para fins de concessão de alvará de construção e afins, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) BEATRIZ WERNER FUSINATO, sob a matrícula nº 62415573-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 018, de 02 de janeiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 135, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545560

Portaria nº 135, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora desempenha o acompanhamento da Regulação e Controle dos Tratamentos Fora do Domicílio-TFD, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-8, ao(a) servidor(a) BETINA SERCHON, sob a matrícula nº 4863-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 084, de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 136, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545561

Portaria nº 136, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Considerando que a servidora desempenha a função de supervisão e manutenção da Alimentação Escolar, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-8, ao(a) servidor(a) ETAJANE RAQUEL TASSO EYERKAUFER, sob a matrícula nº 6229565-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 709, de 01 de agosto de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 137, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545562

Portaria nº 137, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) EONICE MARIA DA SILVA E SILVA matrícula nº 36439-02, ocupante do cargo

COMISSIONADO de GERENTE DAS-5, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020 para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 17/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 138, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545565

Portaria nº 138, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) FABIO FUSINATO, matrícula nº 34789-02, ocupante do cargo COMISSIONADO de SECRETARIO MUNICIPAL, relativas ao período aquisitivo de 09/01/2019 a 08/01/2020 para serem gozadas no período de 01/02/2020 a 20/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 21/02/2020.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 139, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545566

Portaria nº 139, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) FERNANDO JOST, matrícula nº 34592-03, ocupante do cargo COMISSIONADO de DIRETOR DE DEFESA CIVIL, relativas ao período aquisitivo de 09/01/2018 a 08/01/2019 para serem gozadas no período de 01/02/2020 a 20/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 21/02/2020.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 140, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545569

Portaria nº 140, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) GILSON GILLI matrícula nº 7447-01, ocupante do cargo EFETIVO de OP. DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 01/02/2019 para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 03/03/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04/03/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 141, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545571

Portaria nº 141, de 03 de fevereiro de 2020.

“Altera redação da Portaria nº 884, de 02/12/2019”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a redação do artigo 2º da Portaria nº 884, de 02 de dezembro de 2019, passando para, O(a) servidor, terá carga horária 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.991,91 (dois mil, novecentos e noventa e um reais, noventa e um centavos) mensais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 142, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545572

Portaria nº 142, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 19/07/2014 a 18/07/2019, a pedido do(a) servidor(a) ARNALDO FUHRMANN, sob a matrícula nº 4740-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de maio de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04 de maio de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 143, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545573

Portaria nº 143, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui graduação em Arquitetura e Urbanismo;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Departamento Engenharia e Fiscalização;

Considerando que a servidora desempenha o acompanhamento da análise preliminar dos Projetos de Engenharia e Emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica-ARTs e de Fiscalização, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-7, ao(a) servidor(a) CRISTIANE SCHATTENBERG, sob a matrícula nº 5673-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 529, de 04 de abril de 2017 e Portaria nº 203, de 01 de março de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 144, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545575

Portaria nº 144, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Saúde;
Considerando que a servidora desempenha a função de organização e manutenção do Sistema de Regulação-SISREG, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) DAIANA ZANELLA, sob a matrícula nº 266302-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 082, de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 145, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545576

Portaria nº 145, de 03 de fevereiro de 2020.

“Suspende pagamento do Adicional de Insalubridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei nº 2.536, de 18 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Suspender o Adicional de Insalubridade, do(a) servidor(a) SÉRGIO DA SILVA, sob a matrícula nº 29203-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, vinculado a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, concedido através da Portaria nº 200, de 01 de março de 2018, voltando a suas atribuições inerentes ao cargo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 146, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545577

Portaria nº 146, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Cemitério Municipal;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e manutenção dos Sepultamentos ocorridos no município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-5, ao(a) servidor(a) EDUARDO DE MIRANDA, sob a matrícula nº 31526-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 35% (trinta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 847, de 01 de novembro de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 147, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545579

Portaria nº 147, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto as Rodovias e Estradas Públicas;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e manutenção das vias públicas, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) ELSON CORREA, sob a matrícula nº 6580-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 547, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 148, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545580

Portaria nº 148, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto as Diretorias do Ensino Fundamental;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização e apoio das Diretorias do Ensino Fundamental, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) ELVIRA SCHULZE MANNCHEN, sob a matrícula nº 6629-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 531, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 149, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545581

Portaria nº 149, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Garagem da Prefeitura Municipal;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e manutenção da Frota Municipal, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-5, ao(a) servidor(a) ERENILDO BERING, sob a matrícula nº 6726-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 35% (trinta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a)

servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 544, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 150, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545583

Portaria nº 150, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Sistema Nacional de Emprego-SINE;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão e controle de vagas e emprego no município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) FABIANO FREDRICH, sob a matrícula nº 6955-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 404, de 02 de maio de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 151, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545584

Portaria nº 151, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Comissão Municipal de Esportes - CME;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão e formação de novos atletas, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) FABIO BENINCA, sob a matrícula nº 6980-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE ESPORTES, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 046, de 06 de janeiro de 2020.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 152, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545585

Portaria nº 152, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto as fontes de recursos Federais e Estaduais;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e controle dos cadastros de fontes de financiamentos para programas e projetos municipais, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-9, ao(a) servidor(a) GERSON FRANCISCO, sob a matrícula nº 7374-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 60% (sessenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 538, de 04/04/2017; Portaria nº 580, de 02/05/2017 e Portaria nº 386, de 02/07/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 153, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545586

Portaria nº 153, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Comissão Municipal de Esportes-CME;

Considerando que o servidor desempenha a função de programação e execução de novas políticas esportivas do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) GILBERTO DA SILVA, sob a matrícula nº 1457-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 250, de 01 de março de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 154, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545587

Portaria nº 154, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Tributos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e fiscalização dos tributos do tesouro público, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) HEITOR KOPROWSKI, sob a matrícula nº 7625-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 539, de 04 de abril de 2017 e Portaria nº 389, de 02 de julho de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 155, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545588

Portaria nº 155, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Obras;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, manutenção e fiscalização das pontes do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) HUMBERTO HANK, sob a matrícula nº 414662-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 505, de 03 de setembro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 156, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545589

Portaria nº 156, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Consultoria Jurídica do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e fiscalização das execuções fiscais do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-7, ao(a) servidor(a) IAGO FELIPE TOTTENE, sob a matrícula nº 28835-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 540, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 157, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545590

Portaria nº 157, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e execuções das medições nas obras ocorridas no Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) ILÁSIO BAHR, sob a matrícula nº 7765-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de DESENHISTA, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 541, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 158, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545592

Portaria nº 158, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Informática do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e manutenção dos equipamentos de informática no Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) JEAN EDNEI KOEPEL, sob a matrícula nº 34738-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 542, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 159, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545593

Portaria nº 159, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Comissão Municipal de Esportes do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e execução do calendário esportivo do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-8, ao(a) servidor(a) JULIMAR CIPRIANI, sob a matrícula nº 8761-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 660, de 03 de julho de 2017 e Portaria nº 003, de 02 de janeiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 160, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545595

Portaria nº 160, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Secretaria de Educação do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão e controle dos roteiros do transporte escolar do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) JOSÉ BARBI FILHO, sob a matrícula nº 8532-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 182, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 161, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545601

Portaria nº 161, de 03 de fevereiro de 2020.

"Concede Função Executiva de Confiança".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto a publicação de Atos Oficiais do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e publicação dos Atos Oficiais do Município, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) KLAUS BRODWOLF, sob a matrícula nº 26891-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 508, de 03 de abril de 2017 e Portaria nº 483, de 03 de junho de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 162, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545602

Portaria nº 162, de 03 de fevereiro de 2020.

"Concede Função Executiva de Confiança".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de supervisão, controle e manutenção patrimônio Público do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) LAURO LEONARDO CORREIA DA SILVA, sob

a matrícula nº 62411543-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 634, de 01 de agosto de 2019 e Portaria nº 887, de 02 de dezembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 163, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545605

Portaria nº 163, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Serviços Urbanos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de limpeza e manutenção de estradas e vias públicas do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) LEANDRO CARDOZO, sob a matrícula nº 62434519-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 508, de 03 de setembro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 164, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545607

Portaria nº 164, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de controle, averbação e manutenção dos cadastros dos servidores do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-4, ao(a) servidor(a) LEONARDO FELIPE MARTINS, sob a matrícula nº 6232523-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 30% (trinta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 103, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 165, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545608

Portaria nº 165, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de apoio e coordenação dos dados pertinentes a sua área de atuação, em seus aspectos administrativos vinculados a educação, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-7, ao(a) servidor(a) MAIRA JENNRICH DA COSTA, sob a matrícula nº 9440-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 533, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 166, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545610

Portaria nº 166, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de apoio e coordenação do apoio Pedagógico das Instituições de ensino do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) MARLI TAMBANI, sob a matrícula nº 10391-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 534, de 04/04/2017; Portaria nº 618, de 01/06/2017 e Portaria nº 406, de 02/05/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 167, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545611

Portaria nº 167, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento do Meio Ambiente do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de planejamento, programação e execução das Políticas de Meio Ambiente do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) MATHEOS ABNER SILVA, sob a matrícula nº 6236286-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO FLORESTAL, vinculado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 246, de 01 de março de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 168, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545612

Portaria nº 168, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao posto de atendimento médico do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de planejamento, controle e liberações dos exames laboratoriais do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-6, ao(a) servidor(a) MICHELE DAMASIO MOTA, sob a matrícula nº 618365-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA/RECEPCIONISTA, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 527, de 04 de abril de 2017 e Portaria nº 280, de 02 de abril de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 169, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545613

Portaria nº 169, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Obras do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de planejamento, controle e execução das bocas de lobo, tubulação e outros serviços de pedreiro junto Departamento de Obras do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) MOACIR DE LIMA, sob a matrícula nº 54620-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 514, de 06 de setembro de 2018 e Portaria nº 886, de 02 de dezembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 170, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545615

Portaria nº 170, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização, controle e execução das atividades relativas ao PROCON do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-8, ao(a) servidor(a) MOACIR HAJEK, sob a matrícula nº 30180-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 548, de 04 de abril de 2017 e Portaria nº 628, de 01 de novembro de 2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 171, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545617

Portaria nº 171, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização, controle e manutenção do Centro de Eventos Manoel Marchetti do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) ONORIO DOS SANTOS, sob a matrícula nº 273678-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 635, de 01 de agosto de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 172, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545618

Portaria nº 172, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto a Assessoria de Planejamento do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização, controle e execução dos Projetos de Engenharia Civil relativos ao Sistema viário e saneamento do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) RAMON FELIPE WASCH PAES, sob a matrícula nº 62448455-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 856, de 18 de novembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 173, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545621

Portaria nº 173, de 03 de fevereiro de 2020.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2019 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - ISAQUE PEREIRA, sob a matrícula nº 510149-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “II”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e cinquenta e oito reais, oitenta e sete centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º, da Lei 3.058 de 23 de abril de 2014, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 174, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545623

Portaria nº 174, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Empenhos do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e controle das dotações e despesas vinculadas a Secretaria de Saúde do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) RENATO ALVES DE BORBA, sob a matrícula nº 598151-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 085, de 09 de janeiro de 2017 e Portaria nº 549, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 175, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545624

Portaria nº 175, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;
Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao controle de transporte dos pacientes na Secretaria de Saúde do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização e controle pelo transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio da Secretaria de Saúde do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) RONALD KARSTEN, sob a matrícula nº

11754-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de VIGIA, vinculado(a) na Secretaria de Saúde, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 609, de 01 de agosto de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 176, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545625

Portaria nº 176, de 03 de fevereiro de 2020.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) FABIANO FREDRICH, matrícula nº 6955-03, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 12/09/2017 a 11/09/2018 para serem gozadas no período de 19/03/2020 a 17/04/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/04/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 177, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545628

Portaria nº 177, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que o servidor possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que o servidor exerce suas funções junto ao Departamento de Emissão de Notas de Produtor Rural e Junta de Serviço Militar do Município;

Considerando que o servidor desempenha a função de organização, emissão e controle das notas de Produtor Rural e pelos trabalhos da Junta de Serviço Militar Militar, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que o servidor ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-5, ao(a) servidor(a) RONAN ZIMMER, sob a matrícula nº 32395-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 35% (trinta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a)

servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 537, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 178, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545629

Portaria nº 178, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Departamento de Assistência Social do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização, supervisão e controle dos cadastros de beneficiários do Bolça Família, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-1, ao(a) servidor(a) SANDRA BACHMANN, sob a matrícula nº 12181-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 787, de 02 de outubro de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 179, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545630

Portaria nº 179, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Departamento Supervisão de Estagiários do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização, coordenação e controle dos Estagiários, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-3, ao(a) servidor(a) SUELY SANDRA SILVA, sob a matrícula nº 12661-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 536, de 04 de abril de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 180, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545631

Portaria nº 180, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Educação do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de formadora de Gestores na Parceria pela Valorização da Educação - PVE, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-7, ao(a) servidor(a) SUSANE RAPHAELA FERNANDES, sob a matrícula nº 62408771-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 003, de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 181, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545632

Portaria nº 181, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto a Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização, controle e execução das atividades de Regularização Fundiária, bem como do Plano de Habitação de Interesse Social do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) TAYLA FERNANDA CORREA, sob a matrícula nº 438987-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base da servidora.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 774, de 01 de outubro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 182, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545634

Portaria nº 182, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Função Executiva de Confiança”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64 de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a servidora possui conhecimentos técnicos e específicos;

Considerando que a servidora exerce suas funções junto ao Departamento de Gestão de Pessoas do Município;

Considerando que a servidora desempenha a função de organização, controle e aferição dos Cartões Ponto dos Servidores do Município, sendo atribuição além daquelas inerentes ao cargo que a servidora ocupa,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de Função Executiva de Confiança – FEC-2, ao(a) servidor(a) THAIS CRISTINA KOLM, sob a matrícula nº 336335-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme dispõe o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro 2007.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o salário base da servidora.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 183, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545636

Portaria nº 183, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 03/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) JANETE APARECIDA FRONZA HEIDRICH, sob a matrícula nº 8222-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de maio de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04 de maio de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 184, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545637

Portaria nº 184, de 03 de fevereiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e ainda considerando que: a) no Quadro de Pessoal existem 70 (setenta) vagas de Serventes/Merendeiras; b) que a abertura do período integral no CEI Florinda Zemke dos Santos; c) que o ano letivo de 2020 iniciou em 10 de fevereiro de 2020; d) de acordo com a demanda de alunos, com novas matrículas, há a necessidade de contratar Serventes/Merendeiras para supor esta demanda; e) que está sendo elaborado um Concurso Público; f) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos; g) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; h) que o período foi estendido em 03 (três) Centros de Educação Infantil; i) atender as demais Secretarias que também demandam desses serviços; j) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º., VIII, 3º., IV e 4º., contratação de pessoal em caráter temporário; h) que a servidora efetiva Silvia Heidrich, lotada no CEI Florinda Z. dos Santos está em licença para tratamento de saúde,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo nº 003/2019, o(a) Sr(a) HELEN CRISTINA CARDOSO MONTEIRO, sob a matrícula nº 62434217-2, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício no CEI Florinda Zemke dos Santos, em substituição da servidora efetiva Silvia Heidrich.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo, ou retorno da servidora licenciada, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 898,93 (oitocentos e noventa e oito reais, noventa e três centavos) mensais e gratificação, conforme art. 1º, da Lei nº 3.058, de 23 de abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 185, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545638

Portaria nº 185, de 03 de fevereiro de 2020.

"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 06/08/2008 a 06/08/2013, a pedido do(a) servidor(a) FLÁVIA ESKELSEN, sob a matrícula nº 7153-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04 de março de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 186, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545639

Portaria nº 186, de 03 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente aos períodos aquisitivos de 02/02/2009 a 02/02/2014 e 02/02/2014 a 03/12/2019, a pedido do(a) servidor(a) ROSANE SIMONE PERTILLE FACHINI, sob a matrícula nº 11827-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de abril de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 02 de abril de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 187, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545641

Portaria nº 187, de 03 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Servente/Merendeira em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019,

Considerando que existe um grande fluxo de Serventes/Merendeiras que entram em licenças previstas em Lei;

Considerando dar continuidade ao funcionamento dos serviços essenciais de limpeza e merenda escolar;

Considerando que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos matriculados;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020, com término previsto para 16 de fevereiro de 2020;

Considerando que a servidora efetiva Elvira Tilmann Harbs, lotada na Escola Municipal Bairro Operário está em Licença Prêmio;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso I, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e o Processo Seletivo nº 003/2019, o(a) Sr(a) JANETE FERNANDES, sob a matrícula nº 197580-1, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício na Escola Municipal Bairro Operário.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o fim do ano letivo, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 898,93 (oitocentos e noventa e oito reais, noventa e três centavos) mensais e gratificação, conforme art. 1º,

da Lei nº 3.058, de 23 de abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fabio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 188, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545642

Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2019 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - DIEGO TAFAREL PEREIRA, sob a matrícula nº 62441043-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “II”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e cinquenta e oito reais, oitenta e sete centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º, da Lei 3.058 de 23 de abril de 2014, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 189, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545644

Portaria nº 189, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) RAMIRO DIEGO STAUDINGER, matrícula nº 11487-01, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 15/08/2018 a 14/06/2019 para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 03/03/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04/03/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 190, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545645

Portaria nº 190, de 03 de fevereiro de 2020.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003 e Edital nº 29/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) ALINE CRISTINA DE SANT ANNA, sob a matrícula nº 35718-2, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 3.219,93 (três mil, duzentos e dezenove reais, noventa e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 191, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545649

Portaria nº 191, de 03 de fevereiro de 2020.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003 e Edital nº 29/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) RAFAELLA LAIS PAMPLONA AVANCINI, sob a matrícula nº 11444-3, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.414,94 (dois mil, quatrocentos e quatorze reais, noventa e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 192, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545651

Portaria nº 192, de 03 de fevereiro de 2020.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003 e Edital nº 29/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) CHRISTIAN JAMES HENSCHER, sob a matrícula nº 62402684-0, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.771,54 (dois mil, setecentos e setenta e um reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 193, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545652

Portaria nº 193, de 03 de fevereiro de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - ADRIANA CRISTINA JENNRICH, sob a matrícula nº 62452223-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado (a) pela

portaria Nº 018, de 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 194, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545654

Portaria nº 194, de 03 de fevereiro de 2020.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003 e Edital nº 29/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) RAFAEL AUGUSTO ESKELSEN, sob a matrícula nº 11410-8, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.609,96 (um mil, seiscentos e nove reais, noventa e seis centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 195, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545656

Portaria nº 195, de 03 de fevereiro de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CRISTIAN RENGEL, sob a matrícula nº 62407716-2, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado (a) pela portaria Nº 117, de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 196, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545657

Portaria nº 196, de 03 de fevereiro de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - DANIEL MEIRELLES MORAND, sob a matrícula nº 5800-4, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado (a) pela portaria Nº 326, de 04 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 197, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545661

Portaria nº 197, de 03 de fevereiro de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CAMILA FERREIRA, sob a matrícula nº 32000-1, ocupante do emprego público de FONOAUDIÓLOGO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado (a) pela portaria Nº 445, de 03 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 198, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545663

Portaria nº 198, de 03 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) EDER LAURINDO matrícula nº 62441841-00, ocupante do cargo EFETIVO de FISCAL DE POSTURAS, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019 para serem gozadas no período de 03/02/2020 a 17/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 199, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545665

Portaria nº 199, de 03 de fevereiro de 2020.
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - KATIA SACANI, sob a matrícula nº 62408747-0, do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 308, de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 200, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545667

Portaria nº 200, de 03 de fevereiro de 2020.
"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - NAIARA FRARE AVANCINI, sob a matrícula nº 10707-6, do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 106, de 08 de fevereiro de 2012.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 201, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545684

Portaria nº 201, de 03 de fevereiro de 2020.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - PATRICIA CRISTINA HOPPE, sob a matrícula nº 608297-2, do cargo de provimento comissionado de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 041, de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 202, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545688

Portaria nº 202, de 04 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/12/2013 a 07/08/2019, a pedido do(a) servidor(a) ELIAS ZONDONAI, sob a matrícula nº 176567-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 28 de fevereiro de 2020 a 28 de março de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 30 de março de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 203, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545691

Portaria nº 203, de 04 de fevereiro de 2020.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 021, de 04 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 33, de 26 de agosto de 2003 e Edital nº 29/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) SABRINA LUISE ELERT, sob a matrícula nº 12122-1, lotado(a) no cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.718,03 (dois mil, setecentos e dezoito reais, três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 204, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545695

Portaria nº 204, de 04 de fevereiro de 2020.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MARTIN HOPPE matrícula nº 30562-01, ocupante do cargo EFETIVO de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 19/01/2019 a 18/01/2020 para serem gozadas no período de 04/02/2020 a 18/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 19/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 205, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545698

Portaria nº 205, de 05 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ADRIANA GRIPPA RADLOFF matrícula nº 28762-02, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018 para serem gozadas no período de 05/02/2020 a 19/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 20/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 206, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545699

Portaria nº 206, de 07 de fevereiro de 2020.
"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

E X O N E R A R,

Art. 1º - Os servidores abaixo relacionados do cargo de provimento temporário de PROFESSOR, vinculados à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o qual foram contratados em caráter temporário para Atender o excepcional interesse público durante o plantão de 2020.

Matrícula	Funcionário	Admissão
4294-6	ANA MARIA BREZINGER PASOTTO	06/01/2020
624725-3	ANA MARIA MARTINS RIBEIRO	07/01/2020
62434381-2	JOILSON SANTOS MORAIS	13/01/2020
62434390-2	LEONICE DE MELO	06/01/2020
32778-10	RAFAEL PEREIRA	07/01/2020

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 207, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545700

Portaria nº 207, de 10 de fevereiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e ainda considerando que: a) no Quadro de Pessoal existem 70 (setenta) vagas de Serventes/ Merendeiras; b) que a abertura do período integral no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof; c) que o ano letivo de 2020 iniciou em 10 de fevereiro

de 2020; d) de acordo com a demanda de alunos, com novas matrículas, há a necessidade de contratar Serventes/Merendeira para suportar esta demanda; e) que está sendo elaborado um Concurso Público; f) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos; g) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; h) que o período foi estendido em 03 (três) Centros de Educação Infantil; i) atender as demais Secretarias que também demandam desses serviços; j) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º., VIII, 3º., IV e 4º., contratação de pessoal em caráter temporário; h) que a servidora efetiva Tainara Von Zeschau, lotada no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, está em Licença Maternidade,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo nº 003/2019, o(a) Sr(a) CATIA ANDREIA CORREIA, sob a matrícula nº 210862-2, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, em substituição da servidora efetiva Tainara Von Zeschau.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo, o retorno da servidora licenciada, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 898,93 (oitocentos e noventa e oito reais, noventa e três centavos) mensais e gratificação, conforme art. 1º, da Lei nº 3.058, de 23 de abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 208, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545704

Portaria nº 208, de 10 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ALBERTINA DA SILVA, matrícula nº 4014-01, ocupante do cargo EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 16/05/2019 a 15/05/2020 para serem gozadas no período de 10/02/2020 a 19/02/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 20/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 209, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545705

Portaria nº 209, de 10 de fevereiro de 2020.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Lidi Brodewolf, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) SINAIA BOSSE, sob a matrícula nº 62406558-5, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.694,90 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais, noventa centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 210, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545707

Portaria nº 210, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Emprego Público nº 003/2019 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - CAMILLA ANTONIELI VEQUI, sob a matrícula nº 626678-0 para exercer o cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, Nível “XIV”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 30 (trinta) horas semanais e vencimentos de R\$ 3.989,18 (três mil, novecentos e oitenta e nove reais, dezoito centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 211, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545713

Portaria nº 211, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Moisés Amaral, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) THAIS PITOL DA SILVA, sob a matrícula nº 28134-10, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Moisés Amaral.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra

PORTARIA Nº 212, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2545715

Portaria nº 212, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Moisés Amaral, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) ALISSON MARQUES DOS SANTOS, sob a matrícula nº 62409204-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Moisés Amaral.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado

em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra

PORTARIA Nº 213, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546079

Portaria nº 213, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Florinda Zemke dos Santos, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) LUELEN HOLLER, sob a matrícula nº 6233368-5, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Florinda Zemke dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 214, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546082

Portaria nº 214, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Abelhina Feliz, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) MIRILA ARÍCIA TRAINOTTI BENNERT, sob a matrícula nº 219215-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 215, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546084

Portaria nº 215, de 10 de fevereiro de 2020.

"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Abelhina Feliz, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) SARAELE SPANCERSKI DE MOURA, sob a matrícula nº 33421-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 216, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546086

Portaria nº 216, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos do CEI Lidi Brodwolf, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) ALINE DE OLIVEIRA DUARTE, sob a matrícula nº 626597-0, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes no Centro de Educação Infantil Lidi Brodwolf.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 217, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546088

Portaria nº 217, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Nova Stettin e Caminho da Estação, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) JISLAINE DA SILVA, sob a matrícula nº 62415930-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes nas Escolas Municipais Nova Stettin e Caminho da Estação.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 218, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546089

Portaria nº 218, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Tancredo Neves, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) ANA PAULA VANELLI, sob a matrícula nº 607878-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Tancredo Neves.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 219, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546091

Portaria nº 219, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Verônica Keil, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) VIVIANE WAGNER, sob a matrícula nº 13412-4, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 20 (vinte) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Verônica Keil.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 220, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546092

Portaria nº 220, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Moisés Amaral, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) PAULO ROBERTO SANTOS LOPES, sob a matrícula nº 265877-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 20 (vinte) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Moisés Amaral.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 221, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546094

Portaria nº 221, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Tancredo Neves, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Adriana Meneghelli dos Santos, lotada na EM Tancredo Neves, está exercendo suas funções junto ao Departamento de Cultura junto a Biblioteca Pública Municipal;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) RIVANA MARTA ROSEMANN, sob a matrícula nº 62417681-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Tancredo Neves, em substituição a Professora efetiva Adriana Meneghelli dos Santos.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 222, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546096

Portaria nº 222, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos das EM Bairro Operário e Verônica Keil, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) ADRIELI MARILHA DOLSAN STEFFEN, sob a matrícula nº 62407538-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 20 (vinte) horas, em aulas excedentes nas Escolas Municipais Bairro Operário e Verônica Keil.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 223, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546099

Portaria nº 223, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Christa Sedlacek, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) AGNALDO DUWE, sob a matrícula nº 272370-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 10 (dez) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Christa Sedlacek.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e vencimentos de R\$ 721,53 (setecentos e vinte e um reais, cinquenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 224, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546100

Portaria nº 224, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Tancredo Neves, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Vivian Graciana Mohr Janetzky, lotada na EM Tancredo Neves, está exercendo suas funções junto ao Departamento de Cultura em projetos pedagógicos;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) VANESSA APARECIDA MORAES BRUDER ANCINI, sob a matrícula nº 538167-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Tancredo Neves, em substituição a Professora efetiva Vivian Graciana Mohr Janetzky.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 225, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546103

Portaria nº 225, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Christa Sedlacek, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) LUIZA CRISTINA PEREIRA, sob a matrícula nº 62436368-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 30 (trinta) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Christa Sedlacek.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.164,61 (dois mil, cento e sessenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 226, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546105

Portaria nº 226, de 10 de fevereiro de 2020.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MARGARETE OLIMPIA FELIPPI, matrícula nº 9865-03, ocupante do cargo CLT de PSICOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 31/01/2019 a 31/01/2020 para serem gozadas no período de 02/03/2020 a 16/03/2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 17/03/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 227, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546106

Portaria nº 227, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Christa Sedlacek, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr.(a) JONES HELMANN FORTES, sob a matrícula nº 328928-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 40 (quarenta) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Christa Sedlacek.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 228, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546108

Portaria nº 228, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou entram em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos nos projetos da EM Christa Sedlacek, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) MARILÉIA FRECH, sob a matrícula nº 1287-8, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício 10 (dez) horas, em aulas excedentes na Escola Municipal Christa Sedlacek.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até a contratação de servidor efetivo aprovado em concurso público, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e vencimentos de R\$ 721,53 (setecentos e vinte e um reais, cinquenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 229, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546110

Portaria nº 229, de 10 de fevereiro de 2020.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 06/01/2014 a 06/01/2019, a pedido do(a) servidor(a) GABRIELA DE SOUZA, sob a matrícula nº 7293-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de maio de 2020, devendo retornar aos trabalhos no dia 04 de maio de 2020, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 230, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546111

Portaria nº 230, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Abelhinha Feliz, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Manuela dos Santos Gonçalves, lotada no CEI Abelhinha Feliz, está respondendo pela Direção da Escola Municipal Verônica Keil;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) ADRIANA DE LOURDES BACK, sob a matrícula nº 62416626-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz, em substituição a Professora Manuela dos Santos Gonçalves.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.886,15 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais, quinze centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 231, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546112

Portaria nº 231, de 10 de fevereiro de 2020.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Tiara Cristóvão da Silva, lotada no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, está respondendo pela Secretaria do referido CEI;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) KARINE PONCHIELLI DOS REIS MACHADO, sob a matrícula nº 200310-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz, em substituição a Professora Tiara Cristóvão da Silva.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.164,61 (dois mil, cento e sessenta e quatro reais, sessenta e um centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 232, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546113

Portaria nº 232, de 10 de fevereiro de 2020.

"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Rosemari Liliane Fridrich, lotada no CEI Vice Prefeito Sigolf Radlof, foi remanejada para o CEI Abelhinha Feliz;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) CÁTIA BACK RAMOS, sob a matrícula nº 62434748-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Vice Prefeito Sigolf Radlof, em substituição a Professora efetiva Rosemari Liliane Fridrich.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 233, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546114

Portaria nº 233, de 10 de fevereiro de 2020.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Florinda Zemke dos Santos, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Gabriela de Souza, lotada no CEI Florinda Zemke dos Santos, está em gozo de Licença Prêmio;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) FELIPE JONAS DOS SANTOS, sob a matrícula nº 477435-0, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Vice Prefeito Sigolf Radlof, em substituição a Professora efetiva Rosemari Liliane Fridrich.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 234, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546115

Portaria nº 234, de 10 de fevereiro de 2020.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CEI Lidi Brodwolf, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Suelen Fusinato, lotada no 20 (vinte) horas no CEI Lidi Brodwolf, está exercendo a função de

Secretária da EM Christa Sedlacek;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) FRANCIELI HEINZEN KRUEGER, sob a matrícula nº 626694-0, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf, em substituição a Professora efetiva Suelen Fusinato.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 235, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2546117

Portaria nº 235, de 10 de fevereiro de 2020.

"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 003/2019 e Lei Complementar nº 21, de 03 de julho de 2001 e alterações,

Considerando que existe um grande fluxo de Professores que são remanejadas, afastadas ou estão em licenças previstas em Lei;

Considerando que o ano letivo iniciou em 10 de fevereiro de 2020 e com término previsto para o dia 16 de dezembro de 2020;

Considerando que necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência eminente;

Considerando que de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Caminho da Estação, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes;

Considerando que a Professora efetiva Aline Sprenger, lotada 20 (horas) na EM Caminho da Estação, está de Licença Maternidade;

Considerando o que prevê o art. 2º, Inciso VIII, Art. 3º, Inciso IV e art. 4º, da Lei nº 2.126, de 03 de julho de 2001, que trata sobre a contratação de Pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001 e conforme Processo Seletivo o nº 003/2019, o(a) Sr(a) DAYANE FELÍCIO LUCAS, sob a matrícula nº 1309-12, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Caminho da Estação, em substituição a Professora efetiva Aline Sprenger.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2020, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.443,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e três reais, sete centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de fevereiro de 2020.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PREGAO PRESENCIAL - Nº 84/2020

Publicação Nº 2544801

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL - Nº 84/2020.

Objeto: Registros de preços para eventuais execuções parceladas de serviços especializados destinados para manutenção / recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buracos) em ruas deste município. Entrega dos envelopes até o dia 14 de julho de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 30 de junho de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 029 CREDENCIAMENTO 001 - 2020 FMS - EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS - CENTRO DE SAUDE FELIZMED LTDA

Publicação N° 2545800

Extrato de Contrato n° 029/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Credenciamento 001/2020 – FMS

Processo n° 260/2020 – FMS
Inexigibilidade n° 012/2020 - FMS

Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Fornecedor: CENTRO DE SAUDE FELIZMED LTDA

Item	Código	Procedimento	Qtde.	Tabela SUS	Incentivo	Valor Unitário	Valor Total
4	03.01.01.007-2	CONSULTA NEUROLOGIA	75	10,00	50,00	60,00	R\$4.500,00
5	03.01.01.007-2	CONSULTA OTORRINOLARINGOLOGIA	50	10,00	50,00	60,00	R\$3.000,00
6	03.01.01.007-2	CONSULTA ANGIOLOGIA	75	10,00	50,00	60,00	R\$4.500,00
7	03.01.01.007-2	CONSULTA CARDIOLOGIA	33	10,00	50,00	60,00	R\$1.980,00
8	03.01.01.007-2	CONSULTA PSIQUIATRIA	250	10,00	50,00	60,00	R\$15.000,00
11	02.11.05.004-0	ELETRONECEFALOGRAFIA SEM SEDAÇÃO	70	25,00	75,00	100,00	R\$7.000,00
13	02.11.05.008-3	ELETRONEUROMIOGRAFIA	100	27,00	143,00	170,00	R\$17.000,00
16	02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24HORAS	33	30,00	90,00	120,00	R\$3.960,00
19	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICO	67	39,94	45,06	85,00	R\$5.695,00
TOTAL							62.635,00

Assinatura do Contrato: 30 de junho de 2020.

Valor Global: 62.635,00 (sessenta e dois mil e seiscentos e trinta e cinco reais).

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 025 CREDENCIAMENTO 001 - 2020 FMS - EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS - SKOPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRÚRGICA LTDA

Publicação N° 2545795

Extrato de Contrato n° 025/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Credenciamento 001/2020 – FMS

Processo n° 256/2020 – FMS
Inexigibilidade n° 008/2020 - FMS

Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Fornecedor: SKOPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRÚRGICA LTDA

Item	Código	Procedimento	Qtde.	Tabela SUS	Incentivo	Valor Unitário	Valor Total
1	02.09.01.00 2-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	100	112,66	267,34	380,00	38.000,00
2	02.09.01.00 3-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	300	48,16	141,84	190,00	57.000,00
TOTAL							95.000,00

Assinatura do Contrato: 30 de junho de 2020.

Valor Global: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 026 CREDENCIAMENTO 001 - 2020 FMS - EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS - CLÍNICA SÃO MARCOS LTDA**

Publicação N° 2545797

Extrato de Contrato nº 026/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Credenciamento 001/2020 – FMS

Processo nº 257/2020 – FMS

Inexigibilidade nº 009/2020 - FMS

Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Fornecedor: CLÍNICA SÃO MARCOS LTDA

Item	Código	Procedimento	Qtde.	Tabela SUS	Incentivo	Valor Unitário	Valor Total
3	02.04.03.01 8-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	50	45,00	15,00	60,00	3.000,00
17	02.04.06.002-8	DENSITOMETRIA ÓSSEA	50	55,10	5,90	61,00	3.050,00
TOTAL							6.050,00

Assinatura do Contrato: 30 de junho de 2020.

Valor Global: R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 027 CREDENCIAMENTO 001 - 2020 FMS - EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS - COOPERATIVA MEDICA COOPER BRASIL**

Publicação N° 2545798

Extrato de Contrato nº 027/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Credenciamento 001/2020 – FMS

Processo nº 258/2020 – FMS

Inexigibilidade nº 010/2020 - FMS

Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA

ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Fornecedor: COOPERATIVA MEDICA COOPER BRASIL

Item	Código	Procedimento	Qtde.	Tabela SUS	Incentivo	Valor Uni- tário	Valor Total
6	03.01.01.007-2	CONSULTA ANGIOLOGIA	75	10,00	50,00	60,00	4.500,00
7	03.01.01.007-2	CONSULTA CARDIOLOGIA	33	10,00	50,00	60,00	1.980,00
16	02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24HO- RAS	33	30,00	90,00	120,00	3.960,00
19	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICO	66	39,94	45,06	85,00	5.610,00
TOTAL							16.050,00

Assinatura do Contrato: 30 de junho de 2020.

Valor Global: R\$ 16.050,00 (dezesesseis mil e cinquenta reais).

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 028 CREDENCIAMENTO 001 - 2020 FMS - EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS - PROMAIS CONSULTAS E EXAMES LTDA

Publicação Nº 2545799

Extrato de Contrato nº 028/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Credenciamento 001/2020 – FMS

Processo nº 259/2020 – FMS
Inexigibilidade nº 011/2020 - FMS

Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA GERADA NAS UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

Fornecedor PROMAIS CONSULTAS E EXAMES LTDA

Item	Código	Procedimento	Qtde.	Tabela SUS	Incentivo	Valor Uni- tário	Valor Total
4	03.01.01.007-2	CONSULTA NEUROLOGIA	75	10,00	50,00	60,00	4.500,00
5	03.01.01.007-2	CONSULTA OTORRINOLARINGOLOGIA	50	10,00	50,00	60,00	3.000,00
7	03.01.01.007-2	CONSULTA CARDIOLOGIA	34	10,00	50,00	60,00	2.040,00
8	03.01.01.007-2	CONSULTA PSIQUIATRIA	250	10,00	50,00	60,00	15.000,00
9	03.01.01.007-2	CONSULTA NEUROPEDIATRA	200	10,00	60,00	70,00	14.000,00
10	03.01.01.007-2	CONSULTA INFECTOLOGISTA	50	10,00	50,00	60,00	3.000,00
16	02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24HORAS	34	30,00	90,00	120,00	4.080,00
18	03.01.01.007-2	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	200	50,00	10,00	60,00	12.000,00
19	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICO	67	39,94	45,06	85,00	5.695,00
TOTAL							63.315,00

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Assinatura do Contrato: 30 de junho de 2020.

Valor Global: 63.315,00 (sessenta e três mil e trezentos e quinze reais).

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Imarui

PREFEITURA

LEI Nº. 2.108, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545323

LEI Nº. 2.108, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO, A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar até a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de subvenção social, mediante a celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.651/0001-80, com sede na Rua Claudino da Rocha, n. 64, Centro, Imaruí/SC.

I – O valor mencionado no caput deste artigo será repassado em até 6 (seis) parcelas, iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes.

II – O repasse será realizado mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade, Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.111, Órgão 14, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.002.

Art. 4º A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo em consonância com as disposições do Decreto nº 01/2014 e a Lei nº 13.019/2014;

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.109, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545331

LEI Nº. 2.109, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À BANDA MUNICIPAL UNIDOS DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse na ordem de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a título de recursos financeiros, mediante celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento com a Banda Municipal Unidos de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.625.407/001-00, com sede neste Município de Imaruí/SC.

I – Os valores mencionados no caput deste artigo serão pagos em até 6 (seis) parcelas, iguais e sucessivas de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes.

II – O repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Município, especialmente pela Secretaria de Educação, Projeto Atividade 2.022, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00 - Subvenções Sociais.

Art. 4º A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo, em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014, e especialmente a Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.110, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545333

LEI Nº. 2.110, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE IMARUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar repasse financeiro na ordem de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de recursos financeiros, mediante celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento com à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 80.987.829/0001-69, com sede na Rua Senhor dos Passos nº 278, centro, nesta cidade de Imaruí-SC.

Paragrafo Primeiro – Que a importância acima será repassada em até 6 (seis) parcelas, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes, até o limite estabelecido no caput deste artigo, observando-se a disponibilidade financeira.

Parágrafo Segundo – Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo são destinados à manutenção da entidade.

Art. 2º A entidade beneficiada se sujeita à aplicação do recurso repassado dentro da finalidade especificada e prestar contas do mesmo em conformidade com a legislação vigente, sobre tudo, em consonância com as disposições do Decreto Municipal nº 01/2014 e a Lei Federal nº 13.019/2014, as quais serão a base legal para o presente repasse.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentaria da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Elemento 3.3.50.00.00.00.00.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal firmará Termo de Colaboração ou de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imaruí.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.111, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545334

LEI Nº. 2.111, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE IMARUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar repasse financeiro na ordem de R\$ 8.475,91 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos) a título de recursos financeiros, mediante celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento com à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imaruí, CNPJ nº. 80.987.829/0001-69, com sede na rua senhor dos passos nº 278, centro, nesta cidade de Imaruí.

Paragrafo Primeiro – Que a importância acima será repassada em até 6 (seis) parcelas: 1 (uma) parcela de R\$ 4.463,11 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e onze centavos), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano na importância de R\$ 668,80 (seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), até o limite estabelecido no caput deste artigo, observando-se a disponibilidade financeira.

Parágrafo Segundo – Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo são destinados à manutenção da entidade.

Art. 2º A entidade beneficiada se sujeita à aplicação do recurso repassado dentro da finalidade especificada e prestar contas do mesmo em conformidade com a legislação vigente, sobre tudo, em consonância com as disposições do Decreto Municipal nº 01/2014 e a Lei Federal nº 13.019/2014, as quais serão a base legal para o presente repasse.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentaria do Fundo Municipal de Assistência Social, Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal firmará Termo de Colaboração ou de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Imaruí.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 126, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546017

DECRETO PMI Nº 126, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Revoga Decreto PMI nº 060, de 28 de abril de 2017, que Reconstitui o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei nº 3.334, de 27 de maio de 2008, que criou a Medalha Henrique Lage;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto PMI nº 060, de 28 de abril de 2017, que reconstitui o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 443/2020

Publicação Nº 2545548

PORTARIA PMI/SEAD Nº 443, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Cuidadora / Educadora Residente, Revogação da Portaria PMI/SEAD Nº 442, de 29 de junho de 2020, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 10.743/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de julho de 2020, o(a) Sr(a). ARIANE ELISABETE GOTTI SPINOSA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 023.290.879-69, em decorrência de sua aprovação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Cuidadora / Educadora Residente, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento da Sra. Dercinete Sirqueira da Silva.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria PMI/SEAD Nº 442, de 29 de junho de 2020.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 444/2020

Publicação Nº 2545772

PORTARIA PMI/SEAD Nº 444, de 30 de junho de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Psicóloga, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, considerando o Memorando nº 7.194/2020 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de julho de 2020, o(a) Sr(a). LIDIANE TIMM GOÇALVES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 013.983.650-09, em decorrência de sua aprovação em 8º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Psicóloga junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da servidora de carreira titular, de suas atividades originárias, Sra. Rosiane da Silva Costa, por estar exercendo atualmente função de confiança.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.
Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 445/2020

Publicação Nº 2545802

PORTARIA PMI/SEAD Nº 445, de 30 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 4.146/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. PAULO LAUDELINO DE SENNA, Bioquímico, inscrito no CPF sob o n.º 578.692.519-68, admitido em 01 de março de 1995, contrato nº 446, referente ao q-inq-ênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	03.11.2020 a 02.12.2020
	01.04.2021 a 30.04.2021
	01.11.2022 a 30.11.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD N° 446/2020

Publicação N° 2545888

PORTARIA PMI/SEAD N° 446, de 30 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n° 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo n° 5.590/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ADRIANA DE SOUZA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 033.434.209-05, admitida em 21 de maio de 2009, contrato n° 4969, referente ao q-inq-ênio devido, com período remodelado em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2020 (período remodelado)	01.07.2020 a 30.07.2020 01.12.2020 a 30.12.2020 01.02.2021 a 02.03.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD N° 447/2020

Publicação N° 2545937

PORTARIA PMI/SEAD N° 447, de 30 de junho de 2020.
Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD n° 200, de 04 de março de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n° 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando n° 1.630/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD n° 200, de 04 de março de 2020, da servidora, Sra. INAJARA FERREIRA DE ALMEIDA, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 031.761.159-38, admitida em 14 de janeiro de 2010, contrato n° 5179, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	01.06.2021 a 30.06.2021 01.07.2021 a 29.08.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 448/2020

Publicação Nº 2545960

PORTARIA PMI/SEAD Nº 448, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 810, de 30 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 10.412/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 810, de 30 de agosto de 2019, da servidora, Sra. SUSANA CAMPOS SOUTO, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 019.744.649-38, admitida em 16 de julho de 2002, contrato nº 1716, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	01.03.2021 a 30.03.2021 (nova fruição) 01.07.2021 a 30.07.2021

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de setembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 810, de 30 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 449/2020

Publicação Nº 2546002

PORTARIA PMI/SEAD Nº 449, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de Assistente de Chefe de Departamento - SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 01 de julho de 2020, a Sra. DANIELA DIOGO ALVES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 103.685.559-76, do cargo de Assistente de Chefe de Departamento da Secretaria Municipal de Administração, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 450/2020

Publicação Nº 2546005

PORTARIA PMI/SEAD Nº 450, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Assistente de Chefe de Departamento - SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município

de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de julho de 2020, a Sra. ANDREIA ANGELA SALES LOPES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 736.728.740-00, para exercer o cargo de Assistente de Chefe de Departamento junto a Secretaria Municipal de Administração, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 451/2020

Publicação Nº 2546008

PORTARIA PMI/SEAD Nº 451, de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira em funções gratificadas junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda, considerando o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de julho de 2020, os (as) servidores (as) de carreira abaixo descritos (as), nas respectivas funções gratificadas junto aos órgãos superiores correspondentes, de acordo com o quadro abaixo.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
2008	Célio Nunes Nascimento	SEGAB	Coordenador de Projetos e Fiscalização
8605	Gilnei Cardoso	SEINFRA	Coordenador de Água e Esgoto
5905	Leonardo da Silva Teixeira	SEDURB	Gerente de Cadastro Técnico Multifinalitário
8527	Renata Vieira Adriano	SEINFRA	Coordenadora de Serviços
501	Rubens David	SEINFRA	Coordenador de Execução de Vias
5822	Vanessa Gomes Rafael	SEMUSA	Coordenadora de Acolhimento ao Paciente COVID

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 30 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 006/2020

Publicação Nº 2545175

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 006, de 29 de junho de 2020.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Ver. Venício Luiz Borges, bairro Arroio, Imbituba/SC, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Ver. Venício Luiz Borges, bairro Arroio, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 54/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil LUIZ LUAN DA COSTA, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil HECTOR PACHECO SIDURO.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

- I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;
- II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 29 de junho de 2020.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 007/2020

Publicação Nº 2545177

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 007, de 29 de junho de 2020.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Aurino Alves, bairro Sambaqui, Imbituba/SC, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Aurino Alves, bairro Sambaqui, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 69/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil LUIZ LUAN DA COSTA, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil HECTOR PACHECO SIDURO.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

- I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;
- II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 29 de junho de 2020.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 008/2020

Publicação Nº 2545179

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 008, de 29 de junho de 2020.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Implantação de Drenagem e Pavimentação a Paver da Rua Antônio José Ramos Leite, bairro Vila Esperança, Imbituba/SC, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Implantação de Drenagem e Pavimentação a Paver da Rua Antônio José Ramos Leite, bairro Vila Esperança, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 52/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil CÉLIO NUNES NASCIMENTO JÚNIOR, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil HECTOR PACHECO SIDURO.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 29 de junho de 2020.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 009/2020

Publicação Nº 2545182

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 009, de 29 de junho de 2020.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Laura Barreto de Medeiros, bairro Paes Leme, Imbituba/SC, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Implantação de Drenagem e Pavimentação a Lajota da Rua Laura Barreto de Medeiros, bairro Paes Leme, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 33/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil CÉLIO NUNES NASCIMENTO JÚNIOR, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil LUIZ LUAN DA COSTA.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 29 de junho de 2020.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEFAZ N. 003, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545415

PORTARIA PMI/SEFAZ N. 003, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor
RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do Anexo V, da Lei Complementar nº 4.800, de 28/03/2017, na Descrição das Atribuições dos Cargos em Comissão e Funções de Representação, fica delegada a competência aos responsáveis diretos por cada setor, departamento, repartição ou qualquer outro segmento administrativo, assinar digitalmente certidões em geral e documentos afins, emitidos pelos respectivos setores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal da Fazenda - SEFAZ

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº54/2020

Publicação Nº 2545596

PORTARIA CMI Nº 054/2020
"Concede Licença Prêmio a Servidora Tatianne de Bona"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Senhora Tatianne de Bona, Analista Legislativa, servidora efetiva da Câmara Municipal de Imbituba, 30 (trinta) dias saldo de licença prêmio, em decorrência do período aquisitivo de 25/06/2012 a 24/06/2017.
Parágrafo único. Os 30 (trinta) dias concedidos no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de junho de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/06/2020.

PORTARIA Nº55/2020

Publicação Nº 2545599

PORTARIA CMI Nº 055/2020
"Concede Férias ao servidor Emerson Pacheco Custodio"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Emerson Pacheco Custodio, servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, férias regulamentares de 10 (dez) dias do saldo de férias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 21/01/2019 a 20/01/2020, a serem usufruídas da seguinte forma:
I-10(dez) dias no período entre 01/07/2020 a 10/07/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de junho de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/06/2020.

PORTARIA Nº56/2020

Publicação Nº 2545600

PORTARIA CMI Nº 056/2020

"Concede Férias ao Servidor Lucas Francisco Gonçalves"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Lucas Francisco Gonçalves, Analista Legislativo- Tecnologia da Informação, férias regulamentares de 15 (quinze) dos 30(trinta) a quem tem direito referentes ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 15 (quinze) dias no período entre 17/07/2020 a 31/07/2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/06/2020.

PORTARIA Nº57/2020

Publicação Nº 2545604

PORTARIA CMI Nº 057/2020

"Concede Férias ao Servidor Vinícius David de Amorim"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Vinícius David de Amorim, servidor efetivo ocupante do cargo de Analista Legislativo, férias regulamentares de 15 (quinze) dos 30(trinta) a quem tem direito referentes ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 15 (quinze) dias no período entre 17/07/2020 a 31/07/2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/06/2020.

PORTARIA Nº58/2020

Publicação Nº 2545606

PORTARIA CMI Nº 58/2020

"Concede Férias à servidora Gabriela de Oliveira Cravo"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Sra. Gabriela de Oliveira Cravo, servidora ocupante do cargo efetivo de Técnica Legislativa, férias regulamentares de 30 (trinta) dias de férias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 11/10/2018 a 10/10/2019, a serem usufruídas da seguinte forma: I-30(dez) dias de férias serão gozadas no período de 16/07/2020 a 14/08/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de junho de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/06/2020.

PORTARIA Nº59/2020

Publicação Nº 2545609

PORTARIA CMI Nº 059/2020

"Exonerar Bruno de Oliveira Ricardo do cargo em comissão de assessor parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar Bruno de Oliveira Ricardo do cargo em comissão de assessor parlamentar a partir do dia 01/07/2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de julho de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/07/2020.

Imbuia

PREFEITURA

LEI Nº 1.737, DE 1 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2545712

LEI Nº 1.737, DE 1 DE JULHO DE 2020

Fixa o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2021/2024 ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 10.674,26 (dez mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 3.815,29 (três mil, oitocentos e quinze reais e vinte e nove centavos).

III – Secretário Municipal: R\$ 3.815,29 (três mil, oitocentos e quinze reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º A partir de 01/01/2021, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais dos aumentos salariais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre à variação do INPC, tendo como base fevereiro de 2021 em diante.

Art. 3º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a Chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 1 de julho de 2020.

	AMILTON MACHADO Prefeito Municipal
--	---------------------------------------

Esta Lei foi arquivada e publicada nos locais de costume, ao primeiro dia do mês de julho de 2020.

VALDIR ALVES

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento

LEI Nº 1.738, DE 1 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2545718

LEI Nº 1.738, DE 1 DE JULHO DE 2020

Fixa o subsídio dos Vereadores para a legislatura 2021/2024 e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2021/2024 será de R\$ 2.071,76 (dois mil, setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 2º O Presidente da Câmara Municipal receberá o subsídio mensal, no valor correspondente de R\$ 2.552,64 (dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º A ausência de vereadores em reunião ordinária ou extraordinária de comissão legislativa a qual seja titular, sem justificativa legal, implicará em desconto em seu subsídio, em valor correspondente a 50% de uma sessão plenária ordinária do mês.

Art. 5º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 6º Os Vereadores e o Presidente da Câmara farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º e 2º desta Lei, e o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Vereador ou do Presidente da Câmara, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício da vereança ou da Presidência da Câmara, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vereador suplente em caso de licença do Vereador titular ou o substituto do Presidente da Câmara terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 7º A partir de 01/01/2021, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2021 em diante.

Art. 8º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 10. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 1 de julho de 2020.

	AMILTON MACHADO Prefeito Municipal
--	---------------------------------------

Esta Lei foi arquivada e publicada nos locais de costume, ao primeiro dia do mês de julho de 2020.

VALDIR ALVES
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2299/2020

Publicação Nº 2545767

. DECRETO Nº 2299/20
. De 29 de junho de 2020
. Altera o Decreto nº 2.128, de 24 de março de 2020, e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 2.162/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Indaial, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais de enfrentamento do COVID-19;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar na Ação Direta de Constitucionalidade nº 6341 DF, em cognição sumária, reconheceu a competência concorrente para que os municípios possam adotar medidas preventivas no combate do Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO, que no dia 1º de junho de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 630/2020, alterando o Decreto 562/2020, por meio do qual, em seu artigo 9º, estabeleceu que “a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus”.

CONSIDERANDO, por fim, o aumento significativo do número de casos no Município de Indaial, situação que demanda o emprego urgente de novas medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Indaial;

DECRETA:

Art.1º. Altera o caput e os incisos I e II do artigo 11 do Decreto nº 2.128, de 24 de março de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11º. Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de Indaial, determina-se:

I – pelo período de 15 (quinze) dias, a proibição de concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, academias ao ar livre, etc.

II – enquanto perdurar a situação de emergência, a utilização de máscaras em todos os ambientes públicos, inclusive nas vias públicas, parques, praças, unidades de saúde, hospital, etc, recomendando-se sua utilização também nas residências.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 1º de julho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2300/2020

Publicação Nº 2545770

. DECRETO Nº 2300/20
. De 29 de junho de 2020
Altera o Decreto nº 2.162, de 9 de abril de 2020, e dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da

Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 2.162/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Indaial, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais de enfrentamento do COVID-19;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar na Ação Direta de Constitucionalidade nº 6341 DF, em cognição sumária, reconheceu a competência concorrente para que os municípios possam adotar medidas preventivas no combate do Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO, que no dia 1º de junho de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 630/2020, alterando o Decreto 562/2020, por meio do qual, em seu artigo 9º, estabeleceu que “a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus”.

CONSIDERANDO, por fim, o aumento significativo do número de casos no Município de Indaial, situação que demanda o emprego urgente de novas medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Indaial;

DECRETA:

Art.1º. Acrescenta os incisos XIII, XIV e XV ao artigo 1º do Decreto nº 2.162, de 9 de abril de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

XIII - Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público em 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

XIV - Nos supermercados e mercados com área superior a 300 m², deve ser realizada a medição de temperatura dos clientes, devendo ser restringido o acesso daquele que apresentar temperatura corporal acima de 37,8º, devendo-se proceder a orientação para dos clientes nesta condição que procure a unidade de saúde mais próxima de sua residência.

XV - Nos supermercados, mercados, farmácias e estabelecimentos congêneres, deve ser restringido o acesso de apenas 01 (uma) pessoa por família, com exceção, às farmácias, no caso do acompanhamento de pessoa para aplicação de medicação, quando esta, por sua enfermidade ou limitação de locomoção, necessite de auxílio de terceiro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 1º de julho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 2301/2020

Publicação Nº 2544905

. DECRETO Nº 2301/20

. De 30 de junho de 2020

Nomeia Comissão para Processo Seletivo Simplificado Nº 005/2020 / SECRETARIA DE SAÚDE / Médico Clínico Geral 10h / Médico Clínico Geral 40h e Médico Pneumologista 10h.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Lei 4724/12 e Lei nº 5557/2018 e alterações, demais dispositivos legais em vigor e,

DECRETA:

Art.1º - Ficam designados para compor a Comissão para Realização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 05/2020/ Secretaria de Saúde, para a contratação por tempo determinado dos cargos de: Médico Clínico Geral 10h, Médico Clínico Geral 40h e Médico Pneumologista 10h:

- Edson Calson;
- Mara Aparecida Tambani;
- Gislaine Niezer Ruthes;

Art. 2º - Fica estipulada gratificação de R\$ 250,00 (duzentos e cinq-enta reais) aos integrantes da Comissão nomeada pelo artigo 1º, de acordo com o disposto no artigo 53, parágrafo 4º, da Lei Complementar 105/10, a ser requerido ao final do processo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2302/2020

Publicação Nº 2545020

. DECRETO Nº 2302/20

. De 30 de junho de 2020

FICA AUTORIZADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS A PROMOVER E EXECUTAR JUNTO AO MÓDULO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO, MEDIDAS DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMAÇÃO DE COTAS DE DESPESAS, EM NÍVEIS GERENCIAIS, JUNTO AO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos nº 507, de 16 de março de 2020 e nº 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO para fins deste, em especial a deterioração do cenário econômico com impacto imediato na arrecadação municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Em complemento as demais medidas já implementadas de contingenciamento de gastos, fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a promover e executar junto ao módulo de Planejamento e Orçamento do Sistema Informatizado, medidas de gerenciamento de Programação de Cotas de Despesas, em níveis gerenciais, junto ao Orçamento Anual do exercício financeiro de 2020, observadas as condições:

I – Ficam abrangidos os Órgãos Unidades Integrantes da Administração Direta, sendo o Órgão Central – Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Assistência Social, e da Administração Indireta a Fundação Municipal de Cultura de Indaial – Prefeito Victor Petters e a Fundação Municipal de Esportes de Indaial – Vereador Maro Marcos Hadlich.

II – Farão parte do rol de despesas sujeitas ao contingenciamento de acordo com as necessidades, as de característica discricionária, em especial as classificadas em Despesas Correntes do grupo de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes e de Capital do grupo de natureza de despesa 4 – Investimentos (Portaria Interministerial nº 163/01), desde que custeadas com a classificação de destinação ordinária (01000000).

a) não será objeto de contingenciamento por cotas de despesas de que trata este Decreto, as despesas relacionadas a contrapartidas obrigatórias, bem como aquelas de caráter essencial, as quais caso alcançadas por ocasião de classificação de despesas, deverão ser informadas e ou solicitadas o seu respectivo desbloqueio, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 2303/2020

Publicação Nº 2545066

. DECRETO Nº 2303/20
. De 30 de junho de 2020
Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 5745, de 10 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2511.3339000000000000	01350027	R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2511.3319000000000000	01350027	R\$ 50.000,00
31.001.0008.0244.0031.2511.3319100000000000	01350027	R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2304/2020

Publicação Nº 2545085

. DECRETO Nº 2304/20
. De 30 de junho de 2020

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 5745, de 10 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2512.3339000000000000	01350024	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2512.3319100000000000	01350024	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2305/2020

Publicação Nº 2545153

. DECRETO Nº 2305/20
. De 30 de junho de 2020
Exonera Remir José de Fáveri / Coordenador de Urbanização e Saneamento

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/2019 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado em 01 de julho de 2020, do Cargo em Comissão de Coordenador de Urbanização e Saneamento (símbolo CC-2), Remir José de Fáveri, nomeado nos termos Decreto nº 1623/19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2306/2020

Publicação Nº 2545461

. DECRETO Nº 2306/20

. De 30 de junho de 2020

Altera Decreto nº 1590 de 2019 / Nomeia Conselho Municipal De Assistência Social Gestão 2019/2021

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 4660/12 alterações e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - Gestão 2019/2021, os seguintes representantes:

GOVERNAMENTAL:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Jane Mary Macedo

Suplente: Luciane Daniele Packer

II - Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Titular: Telma Fusinato

Suplente: Rogerio Wilson Theiss

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Sônia Pacífico de Castro Montibeler

Suplente: Roberta Mathiussi Huebes

IV - Representantes da Secretaria de Planejamento

Titular: Leniria Preilepper

Suplente: Vinícius do Nascimento Laus

V - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Maria Salete Erbs Dias

Suplente: Rosângela Aparecida de Oliveira

VI - Representantes da Secretaria de Assistência Social

Titular: Rosane de Moura

Suplente: Tânia Regina Gern Pereguda

NÃO-GOVERNAMENTAIS

I - 04 representantes dos usuários ou de organização de usuários da assistência social

Titular: Gerson Geraldo Ladvig

Suplente: Vago

Titular: Adriana Regina Bacil Santos Coelho

Suplente: vago

Titular: Tainara Lach Sabino
Suplente: Vago

Titular: vago
Suplente: vago

II - Representantes de entidades e organizações de assistência social

Titular: Daniel de Martino Ucedo
Suplente: Angel Pawlack

III - Representantes de entidades de trabalhadores do setor

Titular: Ivo Schnaider
Suplente: Ana Claudia Barbaresco

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA N° 770/20

Publicação N° 2545235

PORTARIA N° 770/20
De 22 de junho de 2020
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Adelaide Rengel Martins

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 16 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2005/2010 à servidora Adelaide Rengel Martins, ocupante do cargo de Agente Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 60 (sessenta) dias sendo usufruídos de 17 de junho de 2020 a 15 de agosto de 2020;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de agosto de 2011.

Prefeitura de Indaial, em 22 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 771/20

Publicação N° 2545231

PORTARIA N° 771/20
De 22 de junho de 2020
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Meike Ittner

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 17 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88,

relativas ao período aquisitivo de 2011/2016 à servidora Meike Ittner, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 22 de junho de 2020 a 21 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 16 de setembro de 2019 a 15 de outubro de 2019;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 22 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 786/20

Publicação Nº 2545229

PORTARIA Nº 786/20

De 24 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Carla Ludegero Schmitt

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 18 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2008/2013 à servidora Carla Ludegero Schmitt, ocupante do cargo de Secretária Escolar do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 27 de julho de 2020 a 25 de agosto de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 02 de maio de 2018 à 31 de maio de 2018;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 24 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 790/20

Publicação Nº 2545225

PORTARIA Nº 790/20

De 25 de junho de 2020

Concede Abono de Permanência

Margrit Wesphal

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e o disposto do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2003 Resolve:

Conceder Abono de Permanência, a partir de 10 de janeiro de 2019, de acordo com Ofício nº 266/2020, emitido pelo INDAPREV em 23 de junho de 2020, a servidora Margrit Wesphal, ocupante do cargo de Agente Educacional sob matrícula de número 379280.0.

Prefeitura Municipal de Indaial em 25 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 802/20

Publicação Nº 2545220

PORTARIA Nº 802/20
De 29 de junho de 2020
Averba Tempo de Contribuição/Servidor

Guiomar Westphal

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 03 de julho de 2006, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão anexa, fornecida pelo INSS, emitida em 23 de junho de 2006, nº 20021040.1.00327/06-2 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 5.133 dias, ou 14 (quatorze) anos, 0 (zero) meses e 23 (vinte e três) dias ao servidor Guiomar Westphal, ocupante do cargo de Motorista.

Prefeitura de Indaial, 29 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2020

Publicação Nº 2544877

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 060/2020
Edital de Pregão Presencial nº 028/2020-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de kits de segurança obrigatório e instalação, para adequação de caminhões basculantes para as Secretarias de Agricultura, Serviços Urbanos e Obras do Município de Indaial – Exclusivo para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 14/07/2020 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 14/07/2020 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2020

Publicação Nº 2544879

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 061/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2020-19208
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de antropometria para as unidades de saúde do Município de Indaial - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 15/07/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 15/07/2020 - 08h35min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic2@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 02-2020 - TELETRABALHO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Publicação Nº 2544966

MINUTA DE NOVA PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO DE TELETRABALHO / SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 002/2020 – SECRETARIA DE SAÚDE

Dispõe excepcionalmente sobre o TELETRABALHO no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O Secretário de Saúde do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 2.146, de 1º de abril de 2020, que dispõe sobre medidas destinadas ao ajuste fiscal de contenção de gastos com pessoal e de custeio, à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro no âmbito da administração direta e indireta do município de Indaial, fixa diretrizes e restrições para a redução e otimização das despesas e ampliação das receitas.

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a produtividade das atividades intelectuais se vincula à otimização do tempo de trabalho e à melhoria da qualidade de vida dos seus servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais que tratam da situação de emergência e implementam ações, no âmbito do Município de Indaial em virtude da situação de pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO Ofício Circular nº 01/2020/CGM de 13/05/2020 da Controladoria Geral do Município que faz recomendações de regulamentação do teletrabalho;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO os atos advindos do Governo do Estado e dos órgãos de saúde das esferas estadual e federal, recomendando a implantação de teletrabalho no serviço público, sobretudo aos servidores pertencentes ao chamado grupo de risco do COVID-19;

CONSIDERANDO a disponibilização de funcionalidades de tecnologia da informação que facilitam a realização de trabalho à distância pelos servidores que atuam no Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que o avanço tecnológico no Sistema Único de Saúde possibilita o teletrabalho ou à distância;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a modalidade de teletrabalho no âmbito da Secretaria de Saúde do município de Indaial;

Art. 2º - Para os fins de que trata esta Resolução define-se:

I – Teletrabalho: modalidade de trabalho realizada de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos;

II - Chefia imediata: servidor ocupante de cargo em comissão, função comissionada de natureza gerencial ou servidor efetivo incumbido de atividade de direção ou coordenação o qual se reporta diretamente a outro servidor com vínculo de subordinação.

Art. 3º - Terão prioridade os servidores:

a) incluídos no chamado grupo de risco para o CORONAVIRUS - COVID-19;

b) com deficiência;

c) que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência;

d) que demonstrem comprometimento e habilidades de autogerenciamento do tempo e de organização.

§ 1º A participação dos servidores no teletrabalho condiciona-se à aprovação formal da chefia imediata mediante expediente a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, para fins de registro nos assentamentos funcionais.

§ 2º O servidor em regime de teletrabalho pode, sempre que entender conveniente ou necessário e no interesse da Administração, prestar serviços nas dependências do seu local de trabalho.

§ 3º Para garantir o atendimento presencial semanal, caso necessário, será estipulado uma escala para o comparecimento dos servidores, de maneira alternada.

§ 4º Deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Indaial, no Portal da Transparência, os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral.

Art. 4º - A adesão ao teletrabalho é uma faculdade do servidor, não constituindo direito nem dever e restrita às atribuições em que seja possível, em função da característica do serviço, mensurar objetivamente o desempenho do servidor.

§ 1º O servidor fará a solicitação por meio de Comunicação Interna – CI à sua chefia imediata que analisará o pleito e fará o deferimento ou não da solicitação;

§ 2º O servidor pode, a qualquer tempo, solicitar o seu desligamento do regime de teletrabalho por meio de comunicação interna à sua chefia imediata;

§ 3º O desligamento do teletrabalho pode ocorrer por ato de ofício da chefia imediata, quando se verificar que o desempenho do servidor não é satisfatório e/ou por questão de interesse público.

Art. 5º - Não caberá pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário aos servidores autorizados a realizar teletrabalho.

Art. 6º - Constituem deveres do servidor em regime de teletrabalho:

I - cumprir integralmente sua carga horária semanal, bem como as atividades cotidianas com estrita observância dos prazos e demais compromissos estando à disposição, durante o seu horário de trabalho, para qualquer solicitação do serviço;

II - atender às convocações feitas para comparecimento presencial, quando não for possível solucionar a questão remotamente, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração;

III - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos no seu horário de trabalho;

IV - acompanhar diariamente todas as comunicações eletrônicas expedidas pela Instituição;

V - manter a chefia imediata informada acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VI - cumprir os prazos fixados para a realização dos trabalhos ou para a devolução de documentos;

VII - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e da comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho;

VIII - prestar esclarecimentos à chefia imediata sobre a ausência de devolução de documentos no período acordado, ou de outras irregularidades inerentes à integridade física de documentos e processos sob sua responsabilidade;

IX - encaminhar semanalmente a chefia imediata, às segundas-feiras, por e-mail, relatório das atividades desenvolvidas, de modo a proporcionar o acompanhamento dos trabalhos.

§ 1º O envio dos relatórios, atividades, apontamentos e considerações acerca do exercício da função pelos servidores autorizados a fazer teletrabalho, deverá ocorrer por meio do endereço eletrônico oficial da chefia imediata.

§ 2º O relatório deverá conter a discriminação das atividades, destacando o dia e o período em que estas foram realizadas.

§ 3º As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de teletrabalho, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 7º - O servidor que optar pelo regime de teletrabalho é responsável por providenciar e manter estruturas físicas e tecnológicas necessárias e adequadas à realização do trabalho.

Art. 8º - No caso de descumprimento do prazo fixado para a realização de tarefas, ou ainda, no descumprimento de suas funções, o servidor deverá prestar esclarecimentos a sua chefia imediata e ao Secretário de Saúde sobre os motivos da não conclusão dos trabalhos.

§ 1º. A chefia imediata e o Secretário de Saúde, considerando improcedentes os esclarecimentos prestados, suspenderão a participação do servidor no teletrabalho durante um ano, contado da data estipulada para conclusão da tarefa.

§ 2º. No caso de ser aceita a justificativa apresentada pelo servidor, ficará a critério do Secretário de Saúde a concessão de novo prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 3º. Havendo a concessão de novo prazo e não ocorrendo a entrega do trabalho em até cinco dias úteis após o último prazo fixado, sem a apresentação de justificativa ou não sendo esta aceita pela chefia imediata e pelo Secretário de Saúde, o servidor estará sujeito às penalidades previstas no art. 98 da Lei Complementar nº 105/10, a ser apurada em sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 4º. Quando o atraso na conclusão do trabalho decorrer de licenças, afastamentos ou concessões previstas em lei por período de até 15 dias, o prazo ajustado poderá ser suspenso e continuará a correr automaticamente a partir do término do impedimento, a critério do Secretário de Saúde.

§ 5º. Nos impedimentos previstos no parágrafo anterior superiores a 15 dias, o servidor será afastado do teletrabalho e as tarefas que lhe foram cometidas serão redistribuídas aos demais servidores em atividade, sem prejuízo do seu retorno a essa modalidade de trabalho quando cessada a causa do afastamento.

§ 6º. Ocorrendo atraso na entrega de teletrabalho, com ou sem justificativa, a chefia imediata providenciará registro, com ciência formal do servidor.

§ 7º No caso de não ser aceita a justificativa apresentada, o servidor estará sujeito às penalidades previstas no art. 98 da Lei Complementar nº 105/10, a ser apurada em sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 9º - A retirada de processos e demais documentos das dependências da Secretaria de Saúde necessários à realização do teletrabalho, deverão ocorrer mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor.

Art. 10 - Constatada a não devolução do processo ou de algum documento no prazo estabelecido, ou qualquer outra irregularidade concernente à integridade da documentação, o Secretário de Saúde adotará as medidas administrativas e, se for o caso, judiciais cabíveis e cientificará o servidor de que não mais poderá participar do teletrabalho.

Art. 11 - O servidor em regime de teletrabalho e sujeita às mesmas normas aplicáveis às atividades desenvolvidas pelo servidor que se atue em qualquer das dependências da Secretaria de Saúde.

Art. 12 - Em razão da natureza do teletrabalho, os servidores autorizados a exercer esta modalidade no período da pandemia da COVID19 não terão direito à compensação de jornada, tampouco ao pagamento de horas extraordinárias.

Art. 13 - Ao final do teletrabalho o servidor deverá voltar a exercer suas atividades, de forma presencial, arcando com eventuais despesas de transporte e/ou mudança de domicílio.

Art. 14 - Esta resolução vigorará enquanto perdurar a autorização da manutenção do teletrabalho pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos dos Decretos nº 2.128/2020 e 2.169/2020.

Art. 15 - Caberá ao Secretário de Saúde analisar e deliberar, fundamentadamente, sobre dúvidas e casos omissos.

Município de Indaial, 30 de junho de 2020.

Alexandre Manoel Dalabrida

Secretário de Saúde

Iomerê

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2545445

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado a Sra ANA CLAUDIA ADILHA, portadora do CPF 093.666.339-19, para o cargo de Faxineira e, que no prazo de 05(cinco) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Processo Seletivo nº01/2019

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CNH, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- h) exame admissional (será agendado pela prefeitura)
- i)conta corrente no banco Bradesco

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 29 de JUNHO de 2020

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

DECRETO 1924/2020

Publicação Nº 2544836

DECRETO Nº. 1924 DE 25 DE JUNHO DE 2020

Homologa aprovados na Chamada Publica 05/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas os aprovados referentes ao edital de Chamada Publica nº 0005/2020 conf. relação abaixo

CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Classificação	Nome do Inscrito	Tempo de Serviço	N. da inscrição	Status
1º	Marisa Oss Cenci	3 anos, 9 meses e 24 dias	1	Aprovado
2º	Augusto Ebeling	3 meses e 25 dias	2	Aprovado
3º	Loreci Maria Peretti	3 meses e 25 dias	4	Aprovado
4º	Ana Julia F. Faccin	-	3	CR
5º	Rubia Rodrigues Escandiel	-	5	CR
6º	Andreza de Avila	-	8	CR
7º	Jucélia Rodrigues da Silva	9 anos, 7 meses e 20 dias	6	Desclassificada - Lei 11.350/06 - Art. 6º, I não preenchido
8º	Neri Terezinha Marques	4 meses e 1 dia	7	Desclassificada - Lei 11.350/06 - Art. 6º, I não preenchido

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 25 de junho de 2020

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LEI COMPLEMENTAR 71/20

Publicação Nº 2545453

LEI COMPLEMENTAR Nº 71 DE 30 DE JUNHO DE 2020

ALTERA O ART. 161 DA LEI COMPLEMENTAR N. 44 DE 15 DE MAIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê- SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 88, III, da Lei Orgânica do nosso Município: Faço saber que a Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 161 da Lei Complementar n. 44 de 15 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 161. O prazo para conclusão do processo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato de constituição da comissão, admitida prorrogação por igual período quando as circunstâncias o exigirem, a critério da autoridade competente.

..... " (NR)

Art. 2º. Ficam inalteradas as demais previsões já analisadas e sancionadas junto a Lei Complementar n. 44 de 15 de maio de 2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

LEI942/20

Publicação Nº 2545449

LEI Nº. 942 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O ANEXOPREVISÃO DO ARTIGO 1º DA LEI N. 926 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo Art. 1º da Lei n. 926 de 12 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação de MARCELINO TRENTA E DIRCE MARIA DALLA COSTA TRENTA, brasileiros, casados, inscritos respectivamente sob o CPF n 518.631.979-15 e 422.380.309-30 e sob o RG nº 8.246.750 e 1.109.005, residentes e domiciliados no município de Iomerê/SC a área de terra correspondente a 3.570,19m² (três mil quinhentos e setenta virgula dezenove metros quadrados) que será incorporado à Estrada municipal da Linha Bonita, sob o de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, sob a Matrícula n. 19.418, conforme matrícula atualizada e memorial descritivo constantes no Anexo I.

..... " (NR)

Art. 2º. Ficam inalteradas as demais previsões já analisadas e sancionadas junto a Lei n. 926 de 12 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 079-2020

Publicação N° 2545725

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
CONTRATO N° 079/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 029/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE – SC torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE - RANG SAÚDE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC".
DO VALOR TOTAL: R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais).
DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.
DO CONTRATADO: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA ME CNPJ nº 19.286.537/0001-98,
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2020.
DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 26 de Junho de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 103/20

Publicação N° 2545987

DECRETO N° 103 DE 25 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2020 PARA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar Processo Seletivo Simplificado visando à seleção de Enfermeiro e Farmacêutico;
CONSIDERANDO, a necessidade de manter reserva técnica;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 004/2020 para as finalidades dos procedimentos previstos no presente Decreto.

Parágrafo único. À Comissão Municipal de Organização e Acompanhamento do Processo Seletivo cabe: elaborar e divulgar o Edital do Processo Seletivo Simplificado; receber as fichas de inscrição dos candidatos, avaliar as inscrições, verificar a publicidade dos atos; receber documentos para Prova de Títulos, avaliar a Prova de Títulos; dar classificação final à prova aos candidatos; julgar os recursos interpostos pelos candidatos e emitir lista de aprovados sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 2º DESIGNA, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: Rafaela Matte, Cristiane Hahn e Ângela Teresinha Friedrich para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo do Edital 004/2020.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 94/2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 25 de junho de 2020.
Registre-se e publique-se
LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT PREF 103.2019

Publicação N° 2546066

DATA DE ADITAMENTO: 24/06/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. ° 103 DE 24 DE JUNHO DE 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. ° 47/2019.

PREGÃO PRESENCIAL PREF N. ° 18/2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. ° 103/2019 QUE CONTRATA EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE AUXILIO ALIMENTAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N° 885/2018 PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: BIQ BENEFICIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 07.878.237/0001-19.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n. ° 103 de 24 de junho de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 23 de junho de 2021.

DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO –FINANCEIRO: O valor previsto na Clausula Primeira, item 1.4 do Contrato Pref n. ° 103 de 24 de junho de 2019, previa a taxa de administração para execução do objeto fixada em taxa negativa de – 5,15% (cinco virgula quinze por cento negativo), sobre o valor despendido mensalmente pela Administração Municipal no pagamento do Vale Alimentação.

Com o reequilíbrio econômico-financeiro a taxa de administração passa a ser de – 3,86 % (três virgula oitenta e seis por cento negativo) sobre o valor despendido mensalmente pela Administração Municipal no pagamento do Vale Alimentação.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 012/2020 CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU**

Publicação Nº 2546010



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DECRETO LEGISLATIVO N. 012/2020, DE 30 DE
JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO E ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e regimentais, em conformidade com o art. 48, inc. XIV da Lei Orgânica Municipal e art. 43, incisos II e XXV, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (art. 6º, CF/88), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem a redução do risco de doenças e de outros agravos (art. 196, CF/88);

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do novo coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação, tais como o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Ipuçu;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Estado de Santa Catarina, bem como determina a suspensão das atividades e os serviços públicos não essenciais, atualizado pelo Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, e pelo Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabeleceu outras providências;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 069, de 18 de março de 2020, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e confere outras providências, atualizado pelo Decreto Municipal nº 070, de 23 de março de 2020, pelo Decreto Municipal nº 071, de 24 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de Ipuacu, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e, pelo Decreto Municipal nº 074, de 31 de março de 2020, que prorrogou o prazo de vigência das determinações, vedações e recomendações constantes do Decreto Municipal n. 069/2020 e estabeleceu outras providências;

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 923, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre normas obrigatórias a serem cumpridas pelas pessoas físicas e jurídicas do município para combate à pandemia de Covid-19, estabelece sanções para os casos de descumprimento e dá outras providências; e,

CONSIDERANDO a relevância de a Câmara Municipal de Vereadores assegurar ao Município de Ipuacu a continuidade dos trabalhos legislativos e administrativos, notadamente aqueles em trâmite na Câmara Municipal e que necessitam da pronta deliberação em razão do cumprimento de disposições legais, além daquelas indispensáveis a apoiar medidas emergenciais que deverão ser construídas colegiadamente durante esse período;

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre a prorrogação e adoção de novas medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Fica prorrogada, até o dia 31 de julho de 2020, contados desta data, a suspensão do expediente da Câmara Municipal de Ipuacu, bem como as atividades legislativas e administrativas presenciais do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º As atividades legislativas do Poder Legislativo Municipal serão realizadas, temporariamente, pelo período que durarem as restrições de isolamento, de forma remota/virtual, devidamente autorizadas e regulamentadas por meio da Resolução nº 018/2020, de 23 de abril de 2020, e pela Portaria nº 010/2020, de 23 de abril de 2020, do Poder Legislativo, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara.

Art. 4º As atividades administrativas da Câmara Municipal, desenvolvidas pelo quadro de servidores do órgão, serão realizadas, preferencialmente e desde que possíveis, por meio digital ou mediante trabalho remoto “*home office*”.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

§ 1º As atividades que não possam ser realizadas na forma estabelecida no caput deste artigo, serão executadas, excepcionalmente, nas dependências da Câmara Municipal, de forma interna e não aberta ao público, contando tão somente com a presença do(s) servidor(es) responsável(eis), seguindo, rigorosamente, as recomendações de prevenção e enfrentamento à COVID-19, expedidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e órgãos nacionais de saúde.

§ 2º Fica vedado o acesso de pessoas não autorizadas neste Decreto, às dependências da Câmara Municipal, durante o período de suspensão previsto no art. 2º deste Decreto.

Art. 5º O protocolo de projetos, proposições e demais matérias legislativas ou de interesse da população poderão ser realizados e/ou solicitados através do e-mail da Câmara Municipal camara@cmvipuacu.sc.gov.br ou por meio de contato telefônico com o servidor Douglas S. Mottin (49) 99940-7864.

Art. 6º Passado o período de suspensão das atividades, previsto no caput do art. 2º, e/ou verificada a necessidade de adoção de novas medidas pela manutenção ou agravamento da situação da pandemia, será expedido novo Decreto regulamentador, contendo as orientações e medidas a serem adotadas pela Câmara Municipal, no tocante à pandemia e às atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipuacu, em 30 de junho de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR,
Presidente da Câmara Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

WANDERLEI RAMILO
1º Secretário

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. N. 01/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU

Publicação Nº 2546012

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****TERMO ADITIVO Nº 05/2020****3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU E A EMPRESA P4 NET PROVIDORES LTDA. – ME.**

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.150.804/0001-28, com sede na Rua Pagnoncelli, nº 417, Centro, CEP: 89.832-000, Ipuçu – SC, neste ato representada por seu **Presidente Sr. Ivair Luiz Cunico Junior**, inscrito no CPF nº 053.926.569-19, e de outro lado a empresa **P4 NET PROVIDORES LTDA. – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.612.828/0001-75, representada pelo **Sr. Jasson Vargas Junior**, inscrito no CPF nº 006.613.799-30, **RESOLVEM** entre si e na melhor forma de direito **ADITAR** o **Contrato Administrativo nº 01/2018** para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O objeto do Contrato ADM nº 01/2018, consistente na prestação de serviços de sinal de internet, link via Fibra Óptica, passa a ser, a partir do dia 01 de julho de 2020, de 100 (cem) Mbps, sem qualquer alteração do valor previamente estabelecido.

Cláusula Segunda - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, cuja vigência será de 01 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, conforme previsão legal na Lei Federal nº 8.666/93 e as contidas nas cláusulas sexta e nona do Contrato ADM nº 01/2018.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste aditivo correrão a conta de Dotações Orçamentárias do orçamento de 2020.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado ficam ratificadas, permanecendo em vigor.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ipuçu, 30 de junho de 2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU
IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR
CONTRATANTE

P4 NET PROVEDORES LTDA. – ME
JASSON VARGAS JUNIOR
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Marciano Carlos Giroto
CPF :023.053.849-55

Douglas Serena Mottin
CPF: 057.531.789-28

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2020/PM

Publicação Nº 2545771

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 14/07/2020, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 14/07/2020. Objeto da licitação: Aquisição de cestas básicas, destinadas a Secretaria Municipal de Assistência Social. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/06/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO 3 ADT 098/2019

Publicação N° 2543872

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : 3 ADT 098/2019 - Contrato N°: 098/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS GASMAR LTDA

Valor : 4.580,46 (Quatro mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 35/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o Objeto do presente aditivo, para o Reequilíbrio Econômico Financeiro sobre a aquisição de combustível gasolina comum para a manutenção das atividades das diversas secretarias da Administração Municipal onde o valor a ser pago por litro será alterado de R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) conforme requerimento da contratada conforme cláusula décima do contrato 098/2019.

Iraceminha, 29 de Junho de 2020

TERMO HOMOLOGAÇÃO CV 03/2020

Publicação Nº 2544865

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	CONVITE Nr.: 3/2020 - CV Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 22/06/2020
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-CV
c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 30/06/2020
e) Objeto da Licitação: Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Convite, tipo menor preço por item, a aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE para todas as Secretarias Municipais, para a manutenção das atividades da Frota Municipal

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS GASMAR LTDA (1860)

4 SAE 20W30. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTI-FUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES DE TRATORES, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS COM CÂMBIOS TRADICIONAIS, CÂMBIOS POWER SHIFT E SHUTTLE SHIFT, EIXOS, TRANSMISSÕES POSTERIORES COM FREIOS BANHADOS A ÓLEO, DIREFERNCIAIS E SISTEMAS HIDRAULICOS COM VISCOSIDADE SAE 20W30 QUE ATENDA AO NIVEL DE DESEMPENHO API GL-4 ISO VG 46/68 EM BALDE COM 20 LITROS - Marca: LUBRAX	BAL	4,00	0,0000	438,00	1.752,00
				Total do Fornecedor:	1.752,00

PZO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (2025)

1 CAT HYDO ADVANCED 10. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO CATERPILLAR REF. CAT HYDO ADVANCED 10. BALDE COM 20 LITROS - Marca: LUBRAX	BAL	6,00	0,0000	377,90	2.267,40
2 CAT HYDO ADVANCED 50. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA COMANDOS FINAIS CATERPILLAR REF. CAT HYDO ADVANCED 50. BALDE COM 20 LITROS - TO4 - Marca: LUBRAX	BAL	3,00	0,0000	341,90	1.025,70

Iraceminha, 30 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	CONVITE Nr.: 3/2020 - CV Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 22/06/2020
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PZO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (2025)

3	SAE 85W140. ÓLEO LUBRIFICANTE COM VISCOSIDADE SAE 85W140 QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-5 EM BALDE COM 20 LITROS - Marca: LUBRAX	BAL	8,00	0,0000	371,90	2.975,20
5	SAE 10W30. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL PARA TRATORES E MÁQUINAS DE TERRAPLANAGEM. ESPECÍFICO PARA A LUBRIFICAÇÃO DE TRANSMISSÕES COM FREIOS EM BANHO DE ÓLEO, CAIXAS DE VELOCIDADES, SISTEMAS DE POWER SHIFT E SISTEMAS HIDRÁULICOS. VISCOSIDADE SAE 10W30 MULTI G, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API GL-4 NH 410B EM BALDE COM 20 LITROS - ANP 8370 - Marca: LUBRAX	BAL	6,00	0,0000	477,90	2.867,40
6	TIPO HLP. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL DO TIPO HLP, PARA USO EM SISTEMAS HIDRÁULICOS, BOMBAS HIDRÁULICAS, BOMBAS DE PALHETAS OU ENGRENAGEM QUE TRABALHAM COM PRESSÃO DE TRABALHO SUPERIOR A 1000 PSI (70 KGF/CM²) (EXTREMA PRESSÃO) E NA LUBRIFICAÇÃO GERAL DE MÁQUINAS OPERATRIZES. ATENDE ÀS CLASSIFICAÇÕES ISO 68 E DIN 51524 PARTE 2. BALDE COM 20 LITROS. - Marca: LUBRAX	BAL	12,00	0,0000	257,90	3.094,80
7	SAE 15W40. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO PARA USO EM MOTORES A DIESEL. VISCOSIDADE SAE 15W40 COM O NÍVEL DE DESEMPENHO API CI-4/SL, ACEA E7-04. BALDE COM 20 LITROS - ISO 14000 - Marca: LUBRAX	BAL	80,00	0,0000	338,90	27.112,00
8	TIPO ATF. ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, ATENDENDO À ESPECIFICAÇÃO GM TIPO A SUFIXO A. POSSUI CORANTE VERMELHO PARA EVITAR SEU USO INDEVIDO E IDENTIFICAR VAZAMENTOS. BALDE COM 20 LITROS. ANP 2871. - Marca: LUBRAX	BAL	2,00	0,0000	477,90	955,80
9	SAE 5W40 (GASOLINA). ÓLEO LUBRIFICANTE 5W40 MULTIVISCOSO DE TÉCNICOLOGIA 100% SINTÉTICO PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO NO MOTOR API SN/RC - EMBALAGEM 1 LITRO - Marca: LUBRAX	LT	20,00	0,0000	39,90	798,00
10	SAE 5W30 (GASOLINA). ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 MULTIVISCOSO DE TÉCNICOLOGIA 100% SINTÉTICO PARA MODERNOS MOTORES A GASOLINA, ETANOL E GNV. PROPORCIONA REDUÇÃO NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MAIOR PROTEÇÃO NO MOTOR ACEA RC - API SN - EMBALAGEM 1 LITRO - Marca: LUBRAX	LT	100,00	0,0000	33,90	3.390,00

Iraceminha, 30 de Junho de 2020.

 JEAN CARLOS NYLAND
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	CONVITE Nr.: 3/2020 - CV
	Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 22/06/2020

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**PZO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (2025)**

11	ADITIVO ARLA 32 PARA COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S-10, DESENVOLVIDO PARA VEÍCULOS MOVIDOS A OLEO DIESEL, PRODUZIDOS COM A NOVA TECNOLOGIA SCR COM SOLUÇÃO 32,5% DE UREIA DE ALTA PUREZA EM AGUA DESMINERALIZADA, NÃO TÓXICA E DE MANUSEIO SEGURO EM EMBALAGEM C/20 LT - Marca: ECOMEDRO	UN	30,00	0.0000	73.90	2.217,00
----	---	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 46.703,30

Total Geral: 48.455,30

Iraceminha, 30 de Junho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

LEI Nº. 2.071

Publicação Nº 2545062

LEI Nº 2.071, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

“DENOMINA RUA NO DISTRITO DE POÇO PRETO – MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apresentou e o Plenário aprovou Projeto de Lei de origem do Legislativo e eu SANCIONO a seguinte,

LEI:

Art. 1.º - Fica denominada de “Valões” a Rua do Distrito de Poço Preto, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Rua esta que tem início na Rua Blumenau, e término na Rua Joinville (sendo a Rua anterior a Rua Lages no sentido de quem segue do Município de Irineópolis para o Distrito de Poço Preto, defronte ao Campo de Futebol do Distrito).

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 229/2020

Publicação Nº 2545057

PORTARIA Nº 229/2020.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe o inciso V, do Art. 51 da LC 01/97, de 30/12/1997 e Prejulgados nº 0745 e 1921 do TCE/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o servidor EDINILSON BRAND do cargo de Bioquímico (20h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado em 01/09/1989.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2020- AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA

Publicação N° 2545870

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA
PROCESSO LICITATÓRIO 040/2020
EDITAL DE CONCORRÊNCIA 003/2020

A Comissão Permanente de licitação da entidade Município de Itá no exercício das atribuições que lhe são conferidas torna público para conhecimentos dos interessados que tendo em vista haver impugnações e também a falta das condições adequadas para prosseguimento do certame tendo em vista o temporal que atingiu a área do município, ocasionando falta de energia elétrica e de internet, não existindo prazo definido para a religação dos sistemas, suspendeu a data de abertura do Processo Licitatório nº. 040/2020, Edital de Concorrência nº.003/2020, cujo objeto é a Contratação de empresa para a pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. concreto betuminoso usinado à quente, trecho Linha Nova Santa Cruz à Itá entre o quilometro 3+060e o quilometro 4+550. Compreendendo: terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização. Assim nova data será marcada posteriormente.

Itá – SC, em 30 de junho de 2020.

Comissão Permanente de Licitações

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2020

Publicação N° 2545736

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestar(em) serviços de máquina, tipo escavadeira e miniescavadeira de esteira com concha. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3° Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 13 de julho de 2020, até as 08h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 13 de julho de 2020, as 08h30. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 30 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação N° 2545268

Extrato do Segundo Termo Aditivo. Objeto: Aquisição de materiais de Limpeza e produção de higienização, material de copa e cozinha, gêneros de alimentação, gás engarrafado, água mineral e outros materiais para o Fundo Municipal de Saúde e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item: Item nº 34 – Hipoclorito de Sódio: Teor de cloro ativo 1 % . Com registro na ANVISA. Composição, químico responsável, CRQ, informações do fabricante, data de fabricação e lote, impressos na embalagem. Validade de 06 meses a partir da data de fabricação. Acondicionado em embalagem plástica opaca de 05 litros; Marca Verdesan – Fica acrescido mais 45 galão de 5 litros. Itaiópolis, 30/06/2020. Kelly Evelyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 82/2020

Publicação Nº 2544942

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº. 82/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISAS, CASACOS E INSIGNIAS PADRÃO PMSC PARA O PELOTÃO DA POLICIA MILITAR DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 13/07/2020.

Início da Sessão: dia 13/07/2020, com início às 08:00h, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7714.

Itapiranga, SC, 30 de junho de 2020.

JOSÉ GILVANE LAUER

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 95, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545209

DECRETO Nº 95, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 51, DE 12 DE ABRIL DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA DOS DECRETOS E REGULAMENTOS EDITADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM VISTAS A ESTABELECER MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DISCIPLINA O USO DE MÁSCARAS DOMÉSTICAS PELA POPULAÇÃO, ESTABELECE REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 59, da Lei Orgânica do Município;
DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o parágrafo 5º, no Decreto Municipal nº 51, de 12 de abril de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 5º A jornada de trabalho de oito horas diárias, de que trata o caput deste artigo, estende-se aos servidores da área administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Itapiranga, em 30 de junho de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2019

Publicação Nº 2544791

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 087/2019

Aditivo Nº: 2 T.A 087/2019

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 189/2019

Objeto: EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA REFORMA DO GINÁSIO GILBERTO FRANCISCO HENKES, DE ACORDO COM

O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 18/06/2020 Término: 31/08/2020

Assinatura: 18/06/2020

Valor R\$: 40.424,66 (Quarenta Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Seis Centavos)

Itapiranga, 30 de junho de 2020

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4485, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544799

DECRETO MUNICIPAL Nº 4485, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, que nomeia membros do Conselho Municipal de Educação para o período de agosto de 2019 a agosto de 2021 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas 'b' e 'e', do item II do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

I - ...

II – 6 (seis) representantes dos profissionais efetivos da Rede Municipal de Ensino, sendo:

a) ...

b) 1 (um) profissional dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

1. Berenice Fátima Hau Maoski Titular;
2. Suplente.

...

e) 1 (um) profissional gestor de escola da Rede Municipal de Ensino:

1. Sandra Regina Fernandes Titular;
2. Suplente.(NR)

Art. 2º Fica alterada a alínea 'b', do item III do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) ...

b) Gian Felipi Bernardes Rosa Suplente.(NR)

Art. 3º Fica alterada a alínea 'b', do item VI do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

VI - 4 (quatro) representantes das APPs da Rede Municipal de Ensino, sendo:

a) ...

b) 2 (dois) representantes das APPs das escolas de ensino fundamental:

1. Titular.(NR)

...

Art. 4º Fica alterada a alínea 'a', do item VII do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

VII - 1 (um) representante da APP da Rede Estadual de Ensino:

a) Cesar Augusto dos Santos Titular;(NR)

...

Art. 5º Fica alterada a alínea 'a', do item X do artigo 1º, Decreto Municipal nº 4055, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

X - 1 (um) representante da Rede Particular de Ensino:

a) Suely Pauli de Almeida Titular;(NR)

...

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4490, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545633

DECRETO MUNICIPAL Nº 4490, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre Auxílio Transporte Universitário.

CONSIDERANDO a Portaria do MEC Nº 544 DE 16/06/2020 que prorroga a suspensão das aulas presenciais nas instituições de educação superior até 31 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense; CONSIDERANDO a Portaria nº 01, de 08 de abril de 2020, que dispõe sobre a suspensão por tempo indeterminado do pagamento do Auxílio transporte a estudantes universitários, Lei Municipal nº 744 de 06 de novembro de 2017, regulamentada pelo Decreto Municipal 3497 de 16 de janeiro de 2018.

CONSIDERANDO que as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública implicarão no aumento de despesas não previstas no orçamento do município;

CONSIDERANDO que é de notório conhecimento que o município enfrentará, inevitavelmente, impacto em receitas em função das medidas de isolamento adotadas para a contenção do contágio e seus reflexos no setor produtivo, reduzindo de forma considerável a arrecadação tributária;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica vigente o edital nº 001/2020 para concessão de auxílio transporte a estudantes do ensino superior ou técnico residentes no município de Itapoá até dia 31 de dezembro do presente ano.

Art. 2º Somente os estudantes cadastrados que apresentarem declaração detalhada da instituição de ensino, comprovando atividades curriculares ou estágios obrigatórios presenciais, terão direito a receber o auxílio transporte.

Parágrafo único. Os procedimentos de entrega da declaração serão regulados através de uma errata ao edital 001/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de junho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 63/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2018 (2º ADITIVO)

Publicação Nº 2545330

TERMO ADITIVO Nº 63/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2018. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, pela Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339-68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ceará, nº 884, Bairro Barra do Saí, neste Município, pela Diretora da Secretaria de Assistência Social, a Sra. CÉLIA MARIA KONELL, brasileira, viúva, portadora do CNPF/MF nº 381.593.419-20 e CI.RG nº 685.397/8-SSP/

SC, residente e domiciliada à Rua Emílio Battistella, nº 382, Bairro: Pontal do Norte, neste Município, e de outro lado a Empresa NC COMUNICAÇÕES S.A, com sede à Rua Caçador, nº 112, Bairro: Atiradores, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.203-610, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.227.963/0013-16 e Inscrição Estadual nº 257.998.110, representada neste ato pela procuradora, a Sra. ALINE SILVANO DOCENA, portadora do CNPF/MF nº 035.143.939-07 e do CI.RG nº 2.763.642 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa prorrogar a Contratação de empresa do ramo jornalístico para divulgação de atos oficiais, oriundos de processos licitatórios do município de Itapoá, em jornal diário de grande circulação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2018 – PROCESSO Nº70/2018, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 72/2018, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 04/07/2020 podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera a cláusula segunda "Do Preço", passando para valor de R\$ 16.727,50 (dezesesseis mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), correspondente ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO EM PERIÓDICOS DIÁRIOS E IMPRESSOS, COM ABRANGÊNCIA EM TODO O ESTADO DE SANTA CATARINA.	CM/CL (CENTIMETROS POR COLUMNA)	250	R\$ 66,91	R\$ 16.727,50
TOTAL					R\$ 16.727,50

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 72/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 72/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 30 de junho de 2020.

CONTRATANTE JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA NC COMUNICAÇÕES S.A ALINE SILVANO DOCENA CONTRATANTE SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE
CONTRATANTE LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
CONTRATANTE CÉLIA MARIA KONELL DIRETORA DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas:	Nome: CPF/MF:
Nome: CNPF/MF:	

TERMO ADITIVO Nº 64/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2017 (10º ADITIVO)

Publicação Nº 2545463

TERMO ADITIVO Nº 64/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2017 (10º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1710, nº 880, Bairro: Princesa do Mar, neste Município e de outro lado a Empresa Balsa Nova Comercial Ltda ME, com sede á Rua Francisco Manoel da Cruz, nº 1317, Bairro: Centro, na cidade de Balsa Nova/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.348.948/0001-35 e Inscrição Estadual nº 90617443-01, representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. WELLINGTON DANIEL MUNHOZ, portador do CNPF/MF nº 022.026.489-92 e do CI.RG nº 6.740.119-0 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa para prestação de serviços de roçadas e manutenção de vias e espaços públicos, distribuídos em 03 (três trechos), do município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 – PROCESSO Nº 64/2017 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO E DO PREÇO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 54/2017, em 02 (dois) meses, contados a partir do dia 03/07/2020, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública, e a seguir:

ITEM/ SUBITEM	DESCRIÇÃO		UN	QTDE MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	SETOR/LOTE/TRECHO I – BARRA DO SAÍ R\$ 31.910,68					
1.1	Local Da Execução:	Vias Pavimentadas e Praça Rainha	MÊS	2	R\$ 15.955,34	R\$ 31.910,68
	Trecho Início e Término:	Rua 10 (Dez) Até Rua 630 (Seiscentos E Trinta).				
	Extensão Pavimentação:	95.202,00 M2				
	Extensão Calçadas:	38.080,00 M2				
	Extensão Meio Fio:	1.904,00 M2				
	Extensão Praça do Bal. Rainha:	13.680,00 M2				
	Estimativa Boca de Lobo:	120 unid.				
	Estimativas sacos de lixo	15.000 unid.				
	Indicação no Mapa:	COR VERDE				
2	SETOR/LOTE/TRECHO II – ITAPEMA DO NORTE R\$ 41.113,18					
2.1	Local da Execução:	Vias Pavimentadas, Praça do Samambaial, e Orla do Itapema.	MÊS	2	R\$ 20.566,59	R\$ 41.113,18
	Trecho Início e Término:	Rua: 630 (seiscentos e trinta) até a Rua: 1580 (um mil quinhentos e oitenta)				
	Extensão Pavimentação:	198.639,00 M2				
	Extensão Calçadas:	77.248,00 M2				
	Extensão Meio Fio:	3.089,92 M2				
	Extensão da Praça Samambaial	5.257,00 m2				
	Extensão Orla Itapema	16.000,00 M2				
	Estimativa Boca de Lobo:	430 unid.				
	Estimativa sacos de lixo	15.000 unid.				
	Indicação no Mapa:	COR AZUL				
3	SETOR/LOTE/TRECHO III – PONTAL DO NORTE R\$ 38.645,28					
3.1	Local da Execução:	Vias Pavimentadas, e Orla Do Pontal.	MÊS	2	R\$ 19.322,64	R\$ 38.645,28
	Trecho Início e Término:	Rua 1580 (um mil quinhentos e oitenta) até o FIM DA ESTRADA JOSÉ ALVES.				
	Extensão Pavimentação:	104.436,00 M2				
	Extensão Calçadas:	17.406,00 M2				
	Extensão Meio Fio:	696,24 M2				
	Extensão Orla Pontal	10.000,00 M2				
	Estimativa Boca de Lobo:	120 unid.				
	Estimativa sacos de lixo	15.000 unid.				
	Indicação no Mapa:	COR AMARELO				
VALOR TOTAL					R\$ 111.689,14	

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 54/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 54/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapóá/SC, 30 de junho de 2020.

CONTRATANTE STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS FISCAL DO CONTRATO	CONTRATADA BALSA NOVA COMERCIAL LTDA ME WELLINGTON DANIEL MUNHOZ
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

PUBLICACAO ITEM 7.1 ETAPA 7

Publicação Nº 2545438

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****EDITAL CMDCA 001/2020.****Item 7,1, etapa 7**

Cumprindo o estipulado no referido Edital, em especial o item 7.1, Etapa 7, a comissão do Plano de Ação estipulado pelo Pleno deste conselho municipal de direitos, torna público que, findo o prazo estabelecido no Edital de Chamamento, declara que a proposta vencedora, em caráter definitivo é **“CENTRO MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADO EM AUTISMO – AMA ITAPOÁ-SC.**

Relata-se para que a proposta atingiu cem (100) pontos dos cem(100) possíveis.

Atenciosamente,

Itapoá, 29/06/2020

VIRGINIA MAIRA WORDELL GUBERT
Presidente do CMDCA

1

Av. N. S. do Perpétuo Socorro, 401-A – Itapoá (Em frete à Secretaria Municipal de Educação)
Tel.: (47) 3443-2782 CEP 89.249-000 Itapoá - SC

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2020/PMI - PROCESSO N.º 36/2020/PMI

Publicação Nº 2545614

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 07/2020/PMI

Processo nº 36/2020/PMI

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público que formalizou Dispensa de Licitação nº 07/2020, Processo nº 36/2020, nos termos do art. 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratado: EDMAR LUCKMANN, CPF: 964.365.579-20. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA ESTACIONAMENTO DE MAQUINÁRIO E ASSENTAMENTO DE MERCADORIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. Valor total R\$ 5.988,00 (cinco mil e novecentos e oitenta e oito reais). Ituporanga, 22 de junho de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2020/PMI - PROCESSO N.º 52/2020/PMI

Publicação Nº 2545622

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 08/2020/PMI

Processo nº 52/2020/PMI

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público que formalizou Dispensa de Licitação nº 08/2020, Processo nº 52/2020, nos termos do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratado: JOSY ANE CAROLINE POSSAMAI - ME (POÇOS ARTESIANOS ONIX), CNPJ: 31.280.198/0001-38. Objeto: SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS POÇOS ARTESIANOS NAS COMUNIDADES DE ILHA GRANDE E BARRA DO RIO DOS BUGRES, DEVIDO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECRETADA EM VIRTUDE DA ESTIAGEM. Valor total R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais). Ituporanga, 25 de junho de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2020/PMI - PROCESSO N.º 53/2020/PMI

Publicação Nº 2545627

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 09/2020/PMI

Processo nº 53/2020/PMI

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público que formalizou Dispensa de Licitação nº 09/2020, Processo nº 53/2020, nos termos do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratado: SERRALHEIRA E FUNILARIA HEGEN LTDA, CNPJ: 73.781.593/0001-44. Objeto: MANUTENÇÕES URGENTES DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE DEVIDO O ESTADO PRECÁRIO EM QUE O MESMO SE ENCONTRA CONFORME PODE SER CONSTATADO NO PARECER DA DEFESA CIVIL - BOLETIM DE OCORRÊNCIA 001/2020. Valor total R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Ituporanga, 29 de junho de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

PORTARIA Nº 1.458, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545158

PORTARIA Nº 1.458, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SIRLANDIA DE FATIMA LOPES NETTO, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 22/05/2020 a 05/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 19 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

CIENTE: _____

PORTARIA Nº 1.498, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545160

PORTARIA Nº 1.498, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor EVANIO CONACO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, no período de 26/05/2020 a 02/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de maio de 2020.

Ituporanga, SC, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.500, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545162

PORTARIA Nº 1.500, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, a servidora GESILAINE DIAS GOEDERT, do cargo de PROFESSOR I, na Secretaria de Educação, com desempenho de suas funções no CE Leandro dos Santos, nomeada pela Portaria nº 1.499, de 26 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data hoje, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretário de Educação

PORTARIA Nº 1.501, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545163

PORTARIA Nº 1.501, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde o servidor JOEL EYNG, ocupante do cargo de VIGIA, na Secretaria de Urbanismo, no período de 17/06/2020 a 16/07/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN
Secretário de Urbanismo

PORTARIA Nº 1.504, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545164

PORTARIA Nº 1.504, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, Considerando o fato de que a prorrogação deste contrato ocorre embasada no contrato inicial que se encontra vigente, onde a servidora está substituindo o titular do cargo IVAN ANTONIO VIEIRA DA CRUZ, que se encontra em férias pelo período de 01/06/2020 a 30/06/2020. RESOLVE;

Art. 1º PRORROGAR até 30/06/2020 o contrato de trabalho de GISELE GONÇALVES KRAUSE, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria da Educação, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje, com efeitos a partir de sua publicação.

Ituporanga, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.505, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545165

PORTARIA Nº 1.505, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, Considerando o fato de que a prorrogação deste contrato ocorre embasada no contrato inicial que se encontra vigente, onde o servidor está substituindo a titular do cargo FRANCIELE HOFFMANN, que se encontra em férias pelo período de 03/06/2020 a 02/07/2020. RESOLVE;

Art. 1º PRORROGAR até 02/07/2020 o contrato de trabalho de LAURO JOSÉ PADILHA, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria da Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje, com efeitos a partir de sua publicação.

Ituporanga, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.506, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545166

PORTARIA Nº 1.506, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, Considerando o fato de que a prorrogação deste contrato ocorre embasada no contrato inicial que se encontra vigente, onde o servidor está substituindo a titular do cargo IRENE ZIRBEL, que se encontra em licença prêmio pelo período de 08/06/2020 a 05/09/2020.

RESOLVE;

Art. 1º PRORROGAR até 05/09/2020 o contrato de trabalho de GREICI APARECIDA DOS SANTOS DE ABREU, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria da Educação, com carga horária de 20 horas semanais.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje, com efeitos a partir de sua publicação.

Ituporanga, 26 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.508 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545169

PORTARIA Nº 1.508 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VIRGILINO MEES, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, na Secretaria de Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 18/06/2020 a 17/07/2020, referente ao período aquisitivo de 01/10/2016 a 30/09/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de junho de 2020.

Ituporanga, 29 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

LUISMAR AGUIAR SENA

Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.509, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545170

PORTARIA Nº 1.509, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR JONAS CALBUCH ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 278, de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 29 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

WILMAR VANDRESEN

Secretário de Urbanismo

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº 066 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545176

DECRETO Nº 066 DE 29 DE JUNHO 2020.

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº. 496 de 31/08/2007.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto nomeados os integrantes para comporem o Conselho Municipal do FUNDEB do Município de Jacinto Machado para o biênio 2020/2022, com as devidas representações:

Representantes do poder executivo:

- Titular: Katiane da Cunha Mafioleti;
- Suplente: Itaionara Tramontin Recco Vitor.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Leonora Machado de Oliveira Possamai;
- Suplente: Carmen Lúcia Weis Recco.

Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

- Titular: Rosani Voloski Apolinário dos Santos;
- Suplente: Luciana Cardoso de Souza.

Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

- Titular: Silvana Furlanetto Pascoali;
- Suplente: Fabiana Antonelli Casagrande.

Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Públicas Municipais:

- Titular: Débora Abatti Patricio;
- Suplente: Patrícia Boff.

Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

- Titulares: Adriane Lentz Rodrigues de Oliveira, Daniela Cararo Cardoso Casagrande;
- Suplentes: Edson Pinto Scussel, Edlaine de Melo Recco.

Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Titular: Diair Giusti Patel;
- Suplente: Cleonice Fontana Possamai.

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Titulares: Tainara Borges Tonetto; Tamires da Silva;
- Suplentes: Jéssica de Borba Velho; Leila dos Santos Jatki Karling.

Representante do Conselho Tutelar:

- Titular: Marlei Domingos Felix;
- Suplente: Ângela Beatriz Morgerot.

Art. 2º - Esta nomeação não acarretará ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado Serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 29 de junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZARRI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 065 DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545172

DECRETO Nº 065 DE 09 DE JUNHO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSOS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinadas com os artigos 7º e 43, IV, da Lei Federal nº 4.320/64 e em conformidade com a autorização no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 909 de 11 de Dezembro de 2019.

Considerando os dispositivos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020 - Lei Municipal nº 908/2019, em especial o contido no seu artigo 47;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado nº 1794, resultante da Decisão Plenária nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalidade de Aplicação: (135) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 25.857,28

SUB-TOTAL R\$ 25.857,28

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (136) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 64.209,83

SUB-TOTAL R\$ 64.209,83

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade de Aplicação: (137) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 10.674,43

SUB-TOTAL R\$ 10.674,43

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (138) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 110.222,93

SUB-TOTAL R\$ 110.222,93

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (139) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 40.074,19

SUB-TOTAL R\$ 40.074,19

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: (140) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 8.780,90

SUB-TOTAL R\$ 8.780,90

TOTAL GERAL R\$ 259.819,56

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 259.819,56 (Duzentos e Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Dezenove Reais e Cinquenta e Seis Centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias
 Modalidade de Aplicação: (135) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 25.857,28
 SUB-TOTAL R\$ 25.857,28

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
 Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO
 Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
 Modalidade de Aplicação: (136) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 64.209,83
 SUB-TOTAL R\$ 64.209,83

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
 Projeto/Atividade: 2.019 – Manutenção do Departamento de Esportes
 Modalidade de Aplicação: (137) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 10.674,43
 SUB-TOTAL R\$ 10.674,43

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: (138) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 110.222,93
 SUB-TOTAL R\$ 110.222,93

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE
 Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente
 Modalidade de Aplicação: (139) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 40.074,19
 SUB-TOTAL R\$ 40.074,19

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
 Modalidade de Aplicação: (140) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 8.780,90
 SUB-TOTAL R\$ 8.780,90

TOTAL GERAL R\$ 259.819,56

Art. 3º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o artigo 2º foram creditados na conta corrente nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil vinculados as Transferências da parcela correspondente ao auxílio financeiro "sem destinação específica" da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.777-1 de titularidade da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, destinada especificamente a movimentação destes recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 09 de Junho de 2020.
 JOÃO BATISTA MEZZARI
 PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EXTRATO DO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2012/PMJM

Publicação Nº 2545881

Estado de Santa Catarina
 Município de Jacinto Machado
 Extrato do Termo Aditivo
 17º Termo Aditivo ao Contrato nº 073/2012/PMJM
 Contratante: Município de Jacinto Machado.
 Contratado: Confer – Construtora Fernandes Ltda.
 Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 073/2012/PMJM, em função do plano de ação da Funasa, bem como Operação Águas de Prata da Polícia Federal.
 A vigência deste Termo Aditivo inicia em 01/07/2020 e se estende até 30/09/2020.
 Jacinto Machado/SC, 25/06/2020.

PORTARIA 014 2020 SAMAE

Publicação Nº 2545994

PORTARIA N. 014, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais com o disposto no art. 07º, §1 da lei Municipal nº 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar servidora ALICE APARECEIDA DE JESUS, CPF n. 625.462.289-00, com o salário compatível aproximado para com a Lei 837/2017, no seguinte Padrão, nível e referência:

Padrão 05, nível 01 e referência C

Art. 2º - Em conformidade com as referências do Anexo XI da lei Nº 837 de Maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 29 de Junho de 2020.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 015 2020 SAMAE

Publicação Nº 2545996

PORTARIA N. 007, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto da Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO ao Servidora ALICE APARECIDA DE JESUS, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO desta Autarquia, pelo período aquisitivo de 07/05/2015 a 06/05/2020, que serão usufruídas de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 30 de Junho de 2020.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 002/2011 PMJS.

Publicação Nº 2544794

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria TALITA REDMERSKI MILNITZ, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 002/2011, cargo PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, haja vista conforme decisão judicial nº 0008344-62.2013.8.24.0036

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019.

Publicação Nº 2545546

Convocação de Processo Seletivo 001/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 02 de Julho de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMASH conforme segue:

Nome: GABRIELLA MORETTI GADOTTI

Cargo: CUIDADOR SOCIAL - 40hs

Secretaria: SEMASH

Classificação: 31º lugar

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00353/2020)

Publicação Nº 2546183

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00353/2020)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	Jaraguá do Sul/SC	CNPJ:	83.102.459/0001-23
Endereço:	Rua Walter Marquardt, 1111		
Bairro:	Barra do Rio Molha	CEP:	89259-565
Telefone:	(047) 2106-8001	Fax:	(047) 2106-8001
E-mail:	id81878@jaraguadosul.sc.gov.br		
Representante legal:	Antídio Aleixo Lunelli		
CPF:	438.634.429-20		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	gabinete@jaraguadosul.sc.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2017
CREDOR			
Unidade Gestora:	Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais	CNPJ:	00.091.238/0001-70
Endereço:	Rua Max Wilhelm, 255		
Bairro:	Vila Baependi	CEP:	89.256-000
Telefone:	(047) 3270-3951	Fax:	(047) 3270-3951
E-mail:	issem@issem.com.br		
Representante legal:	Marcio Erdmann		
CPF:	311.205.479-20		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	marcio.erdmann@issem.com.br	Data início da gestão:	13/02/2019

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Complementar 204/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaraguá do Sul da quantia de R\$ 108.188.449,63 (cento e oito milhões e cento e oitenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), correspondentes aos valores de Acordo de Reparcimento Termo 02659/2013 devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/1996 a 12/2003, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento – DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Município de Jaraguá do Sul confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda – DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 108.188.449,63 (cento e oito milhões e cento e oitenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 540.942,25 (quinhentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 540.942,25 (quinhentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), vencerá em 31/07/2020 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcimento pelo INPC acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,37% ao mês (valor expresso).

Parágrafo primeiro – As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,37% ao mês (zero vírgula trinta e sete por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo – Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,37% ao mês (zero vírgula trinta e sete por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da “Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM”, conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta – DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação

judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta – DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima – DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaraguá do Sul – SC / 30/06/2020.

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul
Antídio Aleixo Lunelli

Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais
Marcio Erdmann

Testemunhas:

Rosana Maria de Souza Rosa Superintendente de Previdência do Issem CPF: 591.800.059-34 RG: 1738880	Sidnei Marcelo Lopes Presidente Conselho de Administração do ISSEM CPF: 677.695.869-68 RG: 2332120
---	---

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00353/2020)

DECLARAÇÃO

Antídio Aleixo Lunelli, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00353/2020, firmado entre o/a Jaraguá do Sul e o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais em 30/06/2020, foi publicado em ____/____/____ no

() mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM			
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV nº	00353/2020	Data	29/06/2020
Valor consolidado	108.188.449,63	Valor da prestação inicial	540.942,25
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	31/07/2020
DEVEDOR			
Ente Federativo	Jaraguá do Sul/SC	CNPJ	83.102.459/0001-23
Representante Legal	Antídio Aleixo Lunelli	CPF	438.634.429-20

Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0405-7	Conta nº	73051-3
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais			CNPJ	00.091.238/0001-70
Representante Legal	Marcio Erdmann			CPF	311.205.479-20
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0405-7	Conta nº	90673-5

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Jaraguá do Sul/SC - 30/06/2020

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE

Publicação Nº 2545545

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020**INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE**

Processo de inscrição e seleção para o Programa Cinturão Verde, que trata do subsídio no fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas", composto por sistema de irrigação (mangueiras e acessórios), lonas plásticas e arcos de estrutura metálica, em propriedades particulares com exploração de Agronegócio, e será concedido mediante o credenciamento e assinatura do Termo de Concessão no Município de Jaraguá do Sul, referente ao ano de 2020.

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições para o Programa Cinturão Verde de acordo com o que estabelece o presente Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018.

PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO: As inscrições estarão abertas no período de 01 de julho a 31 de julho de 2020, e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC, no horário de expediente da Semdra.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este edital poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA pelo fone (047) 2106-8113 ou ainda, pelos e-mails id7925@jaraguadosul.sc.gov.br (Roberto Nagel) e id9102@jaraguadosul.sc.gov.br (Jackson Haroldo Sch-tz).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC, ou via

Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de julho de 2020.

Daniel Peach

Secretário do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020

INSCRIÇÃO PROGRAMA MUNICIPAL CINTURÃO VERDE

Processo de inscrição e seleção para o Programa Cinturão Verde, que trata do subsídio no fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas", composto por sistema de irrigação (mangueiras e acessórios), lonas plásticas e arcos de estrutura metálica, em propriedades particulares com exploração de Agronegócio, o qual será concedido mediante o credenciamento e assinatura do Termo de Concessão no Município de Jaraguá do Sul, referente ao ano de 2020.

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018; Lei Municipal nº 7.845/2019 o Decreto Municipal nº 12.598/2019, torna público que estão abertas às inscrições para o Programa Cinturão Verde de acordo com o que estabelece o presente Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Processo de Seleção será regido por este Edital, organizado e executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA de Jaraguá do Sul, através da Comissão Organizadora do Programa. O Processo de Seleção destina-se ao fornecimento de materiais para produção agrícola através do sistema de cultivo protegido tipo "estufas".

Os materiais do sistema de produção de cultivo protegido tipo "estufas", deverão ser entregues em um único conjunto, para facilitar a sua montagem e construção, oportunizando acima de tudo a compatibilidade dos itens que compõem o conjunto.

As vigas e esteios necessários e eventualmente outros materiais, assim como o serviço de máquinas para nivelamento e preparo do terreno que se fizerem necessários, serão por conta e custas do produtor que receber os itens descritos (no ANEXO VI) inclusive a montagem a qual será orientada e acompanhada pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento- SEMDRA.

1.2 - Na ocasião da inscrição, o produtor, deverá apresentar os documentos solicitados no item 2.

1.3 - As atividades e acompanhamento serão realizados durante o expediente da Semdra.

1.4- Despesas com instalação, reposição de plástico e outros materiais serão custeadas pelo produtor beneficiado.

1.5-O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.jaraguadosul.sc.gov.br sendo de responsabilidade exclusiva do inscrito à obtenção deste documento e sua leitura.

1 - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 – Os requisitos para inscrição no Programa Cinturão Verde são os seguintes:

- a) Ser Produtor Rural;
- b) Ser cadastrado no sistema da SEMDRA;
- c) Ser proprietário do imóvel, ou arrendatário, ou parceiro, ou comodatário, ou através de declaração de posse devidamente comprovado (através de registro/firma reconhecida);
- d) Estar em situação de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

2 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições estarão abertas no período de 01 de julho a 31 de julho de 2020 e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no horário de expediente da Semdra;

3.2 – Cada produtor deverá apresentar seu cadastro atualizado junto a SEMDRA.

3 - DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

- a) Negativas Fiscais junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certificados ou Declaração de participação nos eventos técnicos.

4.1 – É de exclusiva responsabilidade do produtor a veracidade e atualização do cadastro rural junto a SEMDRA e do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

4 - DA AVALIAÇÃO

5.1 – A avaliação para concessão dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo "estufas" serão de responsabilidade da SEMDRA e será realizada de acordo com a disponibilidade financeira da SEMDRA, segundo critérios elencados neste instrumento e nos termos da Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018; Lei Municipal nº 7.845/2019 e Decreto Municipal nº 12.598/2019, sendo a operacionalização efetuada pela Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde.

5.2 – O processo de execução e o acompanhamento da instalação das "estufas" do Programa Cinturão Verde contará com as seguintes fases:

1ª fase – Inscrição no Programa: A Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde será responsável pela verificação do preenchimento integral e atualizado do cadastro.

2ª Fase – Análise Documental: Com base na documentação de inscrição e demais informações do cadastro rural, a Comissão atribuirá pontuação conforme critérios identificados neste Edital.

3ª Fase – Classificação: Findada a análise documental, a Comissão validará a liberação para entrega dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo “estufas”, através de registro em ata e publicação da lista dos beneficiários.

4ª Fase – Entrega: Será organizado o cronograma de entrega com acompanhamento de técnicos da SEMDRA, com assinatura do respectivo termo.

5ª Fase – Termo de Verificação de Instalação: O beneficiário terá um prazo de 180 (cento e oitenta dias) - conforme descrito no Plano de Execução (ANEXO III) - para efetuar a instalação do conjunto, sob penalidade de devolução de todos os materiais recebidos. Efetuada a instalação, o beneficiário comunicará a SEMDRA e assinará o termo de Verificação de Instalação e serão anexadas fotografias dos materiais e equipamentos instalados.

5 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1 – A Comissão do Programa Cinturão Verde utilizar-se-á dos seguintes critérios de pontuação, para ordem de classificação, utilizando como base as informações extraídas do cadastro rural:

ATIVIDADES	PONTUAÇÃO
Produtor de olerícolas sem cultivo protegido	5
Produtor com emissão de nota fiscal de olerícolas (mínimo de 1 anos)	1 a cada ano
Produtor que não possua renda fora da agricultura	2
Produtor com experiência na atividade de olerícolas (Cadastro SEMDRA)	1 por ano de experiência
Jovem produtor rural (com idade até 30 anos) residente na propriedade	1 a cada jovem
Propriedade rural inscrita no Cadastro Ambiental Rural	1
Produtor que realizou cursos referentes à produção olerícola, desde que comprovados por certificado	1 a cada 16 horas/anual (mínimo)
Produtor agroecológico (certificado e inscrito no MAPA)	0,50 por ano de certificação
Produtor que participou de reuniões/encontros/viagens disponibilizadas pela SEMDRA ou outra entidade, desde que comprovada (pelo menos 2 por ano)	0,20 por evento
Produtor rural cadastrado na SEMDRA em qualquer atividade Agropecuária	0,10 por ano de atividade

6.2 - Após auferida a somatória da pontuação obtida por cada um dos inscritos, será elaborada a listagem dos beneficiados contendo os nomes dos produtores em ordem crescente de classificação.

6.2.1 – Em caso de empate na pontuação aplicar-se-á os critérios de desempate dispostos no item 7 do presente instrumento.

6 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. O critério de desempate em cada modalidade, em ordem decrescente de preferência, será o seguinte:

- Produtor de hortaliças sem cultivo protegido;
- Produtor de hortaliças com cultivo protegido;
- Maior Número de horas de participação em eventos técnicos;
- Jovem rural;
- Produtor rural que não seja de hortaliças.

7 - DO ENQUADRAMENTO

8.1 - A Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde efetuará o enquadramento dos inscritos, podendo organizar o cronograma por bairro, região ou ordem de inscrição.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da execução deste Edital de Credenciamento correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento de 2020, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
12.001.20.608.0500.2.403.3.3.90	Apoio às atividades de Produção Agrícola	3.3.90 – Aplicações Diretas	392	0.1.00.008 Recursos Próprios PMJS
18.001.20.608.0500.2.403.3.3.90	Apoio às atividades de Produção Agrícola	3.3.90 - Aplicações Diretas	422	0.2.06.0430 Recursos arrecadados pelo FROAGRO

10 - DA CONCESSÃO

- 10.1. As “estufas” serão concedidas até o mês de dezembro/2020 e conforme disponibilidade de itens, podendo ser prorrogado conforme previsão.
- 10.2. Cada unidade de produção poderá receber por edital até o limite de 50 (cinquenta) metros de “estufas” ou até um 1 rolo de filme plástico UV 8,00 metros X 55 metros X 0,150mm.
- 10.3. Para a unidade de produção que já tenha sido beneficiada pelo Programa Cinturão Verde em outros editais com o limite de 50 (cinquenta) metros de “estufas” ou até um 1 rolo de filme plástico UV 8,00 metros X 55 metros X 0,150mm, uma nova contemplação de “estufas” poderá ser realizada somente se houver disponibilidade de itens. Rolos individuais de filme plástico não serão novamente disponibilizados.
- 10.4. O beneficiário firmará com o Município de Jaraguá do Sul o respectivo Termo de Adesão (Anexo II).

11 - DAS OBRIGAÇÕES

- 11.1. São obrigações do beneficiário do Programa Cinturão Verde:
- 11.1.1. Seguir as orientações técnicas da SEMDRA e normas do programa;
- 11.1.2. Zelar pelo uso correto dos materiais e equipamentos recebidos;
- 11.1.3. Participar de capacitações, eventos e demais atividades da SEMDRA;
- 11.1.4. Permitir, a qualquer momento, em sua propriedade, a presença de técnicos e demais funcionários da SEMDRA para tratar sobre questões do programa;
- 11.1.5. Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais do Município e da Secretaria em materiais de divulgação e marketing;
- 11.2. O não cumprimento das obrigações acima mencionadas implicará na suspensão da inscrição no Programa Cinturão Verde.

12 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

- 12.1. A listagem contendo os produtores beneficiados, será divulgada no Diário Oficial do Município, conforme cronograma (anexo V).

13 - DOS RECURSOS

- 13.1. O inscrito que se sentir prejudicado poderá interpor recurso mediante requerimento direcionado à Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde (Anexo IV).
- 13.1.1. O prazo para interposição do recurso será de 02 (dois) dias úteis, contados à partir do dia seguinte ao da publicação dos beneficiados no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br).
- 13.1.2. Os recursos deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no horário de expediente em envelope lacrado e direcionados à Comissão Organizadora do Programa Cinturão Verde, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para análise e julgamento.
- 13.2. Após deliberação acerca dos recursos interpostos, a Comissão do Programa Cinturão Verde encaminhará listagem final dos beneficiados e providenciará a publicação no Diário Oficial do Município.

14 - HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O resultado parcial e final do processo seleção será homologado através de publicação no Diário Oficial do Município, constando a relação nominal dos beneficiários do Programa, em ordem crescente de classificação.

15 - DO PRAZO DE ENTREGA E VERIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO

- 15.1 O Termo de Verificação e Instalação da “estufa” deverá ser assinado pelo produtor, acompanhado de técnico da SEMDRA que realizou a vistoria.
- 15.2 A entrega será definida após a homologação final dos inscritos para receber o benefício, considerando a logística e organização técnica da SEMDRA e empresa fornecedora dos itens da “estufa”.

16 - DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO

- 16.1. O processo de desligamento do Programa Cinturão Verde respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 16.2. Em caso de desligamento do beneficiário, a Comissão do Programa Cinturão Verde convocará o próximo candidato, observada a ordem de classificação ou cronograma definido.
- 16.3. - Termo de Rescisão Anexo VIII.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A inscrição do produtor implicará no conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do presente Edital e normas legais pertinentes ao Programa Cinturão Verde, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 17.2. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Cinturão Verde.
- 17.3. A classificação do produtor no Edital de Chamada Público não implica direito ao benefício, cabendo à SEMDRA a decisão sobre provimento dos materiais para o sistema de cultivo protegido tipo “estufas”.
- 17.4. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- Anexo I – Formulário de Inscrição;
- Anexo II – Termo de Adesão ao Programa;

Anexo III – Termo de Execução;
 Anexo IV – Formulário para Recurso;
 Anexo V – Cronograma;
 Anexo VI – Descrição de atividades;
 Anexo VII – Termo de Verificação da Instalação;
 Anexo VIII – Termo de Rescisão.

17.5. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, situada na Rua Ângelo Rubini nº 600, Barra do Rio Cerro, Jaraguá do Sul – SC no horário de expediente.

17.6. E para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em resumo no Diário Oficial do Município (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no quadro de editais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento - SEMDRA, e disponibilizado no site: www.jaraguadosul.sc.gov.br da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2020.

Daniel Peach

Secretário do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

ANEXO I FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – PROGRAMA CINTURÃO VERDE

Nome Completo:	
CADASTRO RURAL:	
Data de Nascimento:	Sexo: () Masculino () Feminino
CPF:	RG:
Endereço:	Bairro:
Cidade:	CEP:
Telefone celular:	Telefone residencial:
E-mail:	
Declaro está ciente:	
<ul style="list-style-type: none"> • Das condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018, que institui o Programa Cinturão Verde e do presente Edital de Chamada Pública nº 001/2020 da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento. • Que a formalização da inscrição não garante a concessão benefício, o que somente ocorrerá após análise da Comissão do Programa Cinturão Verde da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento 	
Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2020.	
Nome e Assinatura	

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº ____/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E _____

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.459/0001-23, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antídio Lunelli, doravante denominado CONCEDENTE, e Sr/Srª _____, produtor(a) rural, portador(a) da cédula de identidade _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) _____, doravante denominado(a) simplesmente BENEFICIÁRIO(A), em decorrência do Programa Cinturão Verde EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020, homologado em ____/____/____, pactuam o presente mediante sujeição mútua às normas do edital, Lei Municipal nº 7.639 de 10 de maio de 2018; Lei Municipal nº 7.845/2019 e Decreto Municipal nº 12.598/2019 e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto assegurar ao Beneficiário(a) o recebimento dos materiais do sistema de produção de cultivo

protegido tipo "estufas". Não estão incluídas as vigas, esteios necessários e eventualmente outros materiais, assim como o serviço de máquinas para nivelamento e preparo do terreno, inclusive a mão de obra que se fizerem necessários, limitado apenas aos itens listados em cada um dos lotes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE INSTALAÇÃO

O produtor(a) beneficiado(a) terá um prazo de 180 (cento e oitenta dias) - conforme descrito no Plano de Execução (ANEXO III) - a partir do ato da entrega dos materiais para a instalação do sistema de produção do cultivo protegido tipo "estufa". O prazo se encerra na assinatura do Termo de Verificação da Instalação por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O BENEFICIÁRIO(A) assinará o termo no momento de entrega e da verificação da instalação, sendo efetuado também registro fotográfico.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações da CONCEDENTE:

- acompanhar a deliberação, entrega e instalação do produto.
- caso ocorra, autuar e registrar as irregularidades do contrato.
- acompanhar o produtor(a) com orientações sobre a utilização e a melhor aplicação para produtividade rural.

II - São obrigações do BENEFICIÁRIO(A):

- utilizar os recursos de maneira a obter melhor produtividade e de acordo com o objeto pactuado neste Termo;
- participar de treinamentos, de atividades e eventos em prol do desenvolvimento pessoal e melhor uso do sistema de cultivo protegido tipo "estufas";
- Apresentar à CONCEDENTE informações das atividades e benefícios alcançados;
- Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais da SEMDRA e demais materiais de divulgação e marketing.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Termo de Adesão poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que a torne material ou formalmente inexecutável, sem qualquer ônus advindo dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações do prazo em que tenha vigido.

Constitui motivo para rescisão deste Termo de Adesão e perda do benefício, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, ou na ocorrência das seguintes hipóteses:

- comprovado uso de documento ou declaração falsa para obtenção do benefício;
- deixar de utilizar as instalações sem justificativa;
- quando convocado pela SEMDRA, não participar sem justificativa convincente;
- deixar de autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido em imagens e anúncios oficiais do Município e da SEMDRA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Termo de Adesão do Programa Cinturão Verde que decorre da Lei Municipal nº7.639 de 10 de maio de 2018, tem por finalidade individualizar a relação jurídica particular, não gerando qualquer vínculo empregatício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Jaraguá do Sul -SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem plenamente de acordo, firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2020.

Concedente Beneficiário

Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO III

PLANO DE EXECUÇÃO

Eu, _____, apresento logo abaixo o Plano de Execução da instalação do Kit Estufa (_____) entregue pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Prefeitura de Jaraguá do Sul através do Programa Cinturão Verde, firmado pelo termo de adesão nº ____.

Plano de Execução	
Etapa	Data determinada
Nivelamento/ preparação do terreno	

dos produtores rurais, fomento de suas atividades, aumento de produção e otimização de espaço, além da diversificação produtiva em sua propriedade.

Objetivo Geral - Incentivar agricultura familiar, através de diversificação da produção e geração de renda, a otimização da área de cultivo e produtividade.

Objetivos Específicos - Estimular o associativismo e o cooperativismo; fomentar a comercialização de produtos agropecuários; visibilidade e acessibilidade entre a secretaria com os agricultores com atividades autossustentáveis, reprodução do modelo de desenvolvimento rural e sustentável garantindo a sucessão rural de propriedades e profissional; e proporcionar intercâmbio entre os mais diversos elos da cadeia produtiva e de comercialização na região.

Materiais: Conjunto 1: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 15 metros de comprimento, com filme plástico de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 8 unidades de tubo de aço de carbono com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 16 suportes arco estufa. 20 metros de filme plástico UV8,00X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (800M). 22 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 5 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

Conjunto 2: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 25 metros de comprimento, com filme plástico de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 13 unidades de tubo de aço de carbono com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 26 suportes arco estufa. 30 metros de filme UV8,00X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 3 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 15 cm (200M). 32 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 7 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

Conjunto 3: Conjunto de abrigo para produção agrícola, com arco de ferro, com a base de no mínimo de 6,3 metros entre uma lateral e outra (ou mínimo de 7 m de comprimento de arco total) por 50 metros de comprimento, com filme plástico de 150 micras e sistema de gotejamento para os canteiros. Contendo: 20 unidades de tubo de aço de carbono, com costura com 7 metros de comprimento por espessura de 2mm e diâmetro de 26mm. 40 suportes arco estufa. 1 rolo de filme UV8,00X55X0,150mm. 20 unidades de conectores iniciais bitola 10x16mm. 20 unidades de tampão fita de gotejamento (fim linha) com rosca 16mm. 1 unidade de filtro disco 1pol plástico de 120 Mesch para irrigação. 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (800M). 1 rolo de tubo de gotejamento 8mil 4,0L/H/M 30 cm (200M) 57 unidades de perfil de alumínio tradicional (barra com 2m). 12 rolos de mola/gancho aço tradicional (rolo com 10m).

ANEXO VII

TERMO DE VERIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO DO PROGRAMA CINTURÃO VERDE

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (Cedente), e _____ Beneficiário(a) acima indicado(a) declaram que nesta data vistoriaram o imóvel inscrito e contemplado no Programa Cinturão Verde, tendo-o encontrado de acordo com as orientações técnicas de instalação dos itens e componentes que compõem o sistema de produção em cultivo protegido tipo "estufa" pelo técnico da SEMDRA, e segue devidamente assinado pelas partes.

Este Termo é parte integrante da última fase do Programa Cinturão Verde, firmado entre as partes supramencionados, e, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Observações: _____

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2020.

Técnico da SEMDRA Beneficiário
(Carimbo)

ANEXO VIII

TERMO DE RESCISÃO

Conforme Termo de Adesão nº /20 e Cláusula Quinta deste termo, e Cláusula Dezesesseis – Do Processo de Desligamento, Eu, _____, inscrito no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que estou ciente das normas e exigências da Lei nº 7.639 de 10 de maio de 2018 e do Edital de Chamamento 001/2020, neste contemplado, que estou rescindindo meu direito de receber o "Kit" de Estufas e devolvo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento o "Kit" para procedimentos de nova destinação.

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2020.

Técnico da SEMDRA Beneficiário
(Carimbo)

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 96/2020 PROCESSOS: 003/2020-ISSEM, 48/2020-SAMAE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FUJAMA - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE, ISSEM - INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA), SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE

Publicação Nº 2545838

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 96/2020

Processos: 003/2020-ISSEM, 48/2020-SAMAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FUJAMA - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE, ISSEM - INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA), SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul através do Secretário de Administração e demais Gestores, tornam público para conhecimento dos interessados no Edital acima, que está promovendo retificação no item 6.7.2.8.3 Cálculo da Folha – subitem 142 do Anexo X e na Entidade Instituto Seg. Serv. Municipais Jaraguá do Sul (ISSEM), constante no Anexo II, Anexo VII e Anexo XI do Edital. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as retificações não modificarem a formulação das propostas, por se tratar somente de erro material, esta Administração Pública comunica aos interessados que está dando continuidade, informando a nova data para entrega, abertura e disputa de preços, como segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 07 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. O Edital Versão II, contendo as retificações estará disponível no site do município a partir do dia 02/06/2020. As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 30 de junho de 2020.

Argos José Burgardt

Secretário de Administração

César Humberto Rocha
Presidente da Fundação Jaraguense de Meio AmbienteAlceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de SaúdeEvânia Aparecida Duarte
Presidente do SAMAELiebel Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM**EXTRATO DO CONTRATO Nº 284/2020**

Publicação Nº 2545841

EXTRATO DO CONTRATO Nº 284/2020

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 45/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação Jaraguá do Sul, localizada na Rua Cesare Valentini nº 200, no Bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 76.844,21 (setenta e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), referentes à mão de obra e R\$ 402.592,75 (quatrocentos e dois mil quinhentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 479.436,96 (quatrocentos e setenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2, seguinte.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2020, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
41.001.19.572.1260.4205	Gestão do Centro de Inovação	4.4.90 – Aplicações Diretas	644	80 - Próprios

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução dos serviços previstos no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Neivor José Bussolaro e Taynara Umlauf.

Neivor José Bussolaro

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 263/2020 AO CONTRATO Nº 174/2017

Publicação Nº 2545547

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 263/2020 AO CONTRATO Nº 174/2017

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 040/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: BEIRA RIO CLUBE DE CAMPO

OBJETO: O objetivo do presente contrato é a das dependências esportivas do Beira Rio Clube de Campo, localizado na Rua Walter Breithaupt nº 85, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul-SC (Quadra do ginásio de esportes e dependências (vestiários e banheiros), no período de segunda a sexta-feira, das 13h30min as 18h), para o treinamento das modalidades de Basquete Masculino e Feminino e eventos esportivos da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação previsto no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 184/2019, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 214/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/05/2020 com término em 30/04/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 184/2018, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 514/2018, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 214/2019, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 4.509,08 (quatro mil quinhentos e nove reais e oito centavos). Em consequência, fica mantido o valor de R\$ 54.108,96 (cinquenta e quatro mil cento e oito reais e noventa e seis centavos), para o período de 12 (doze) meses. Assegura-se o direito da contratada ao direito de repactuação e reajuste de valores desde que devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução do objeto deste aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2020 e 2021, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.811.1002.4006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	611	0.1.00.0080
				0.3.00.0080
39.04.27.811.1002.4.006	Suporte as modalidades de rendimento	3.3.90 – Aplicação Direta	Exercício 2021	0.1.00.0080
				0.3.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Edson Roberto Tasca.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 296/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544873

PORTARIA Nº 296/2020 – ISSEM

De 16.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IRIA STANGE TREMEA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.06.2020 a 29.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 297/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544875

PORTARIA Nº 297/2020 – ISSEM
De 16.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SALETE GIL DE AZEVEDO CAMARGO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.06.2020 a 30.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 298/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544876

PORTARIA Nº 298/2020 – ISSEM
De 16.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EDILENE ALBUS RODRIGUES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 30.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 299/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544878

PORTARIA Nº 299/2020-ISSEM
De 17/06/2020

Concede o Benefício de Pensão por Morte em razão do falecimento da servidora Sueli Hubner Ferreira de Souza.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, com base no art. 40, §5º, da Constituição Federal/1988 com redação da Emenda Constitucional nº 19/1998, e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0033,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE ao Sr. CARLOS FERREIRA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 726.205.449-04, cônjuge da servidora da Prefeitura de Jaraguá do Sul, Sra. SUELI HUBNER FERREIRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 715.451.909-68, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, com referência salarial: Nível 7, Letra "C", triênios na ordem de 12% (doze por cento) e carga horária de 200 h/mês-40 h/sem, falecida em 06/09/1998.

Art. 2º. O benefício: será integral; terá caráter vitalício; corresponderá à totalidade da última remuneração de contribuição da servidora no cargo efetivo; e será reajustado com paridade aos reajustes dos servidores ativos desta municipalidade, nos termos do art. 40, §§4º e 5º, da CF/88 com redação da EC nº 19/98.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo

Municipal de Previdência Social (FMPS), à conta do Issem, nos termos do art. 77, II, "a", da LCM nº 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/04/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 300/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544880

PORTARIA Nº 300/2020 – ISSEM

De 17.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. CEZAR AUGUSTO OGLIARI, lotado na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.06.2020 a 08.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 301/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544881

PORTARIA Nº 301/2020 – ISSEM

De 17.06.2020.

Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. LIDIANE DE AQUINO PROVESI, lotada na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.06.2020 a 07.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 302/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544882

PORTARIA Nº 302/2020 – ISSEM

De 17.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA FACHINI LINS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.06.2020 a 21.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 303/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544883

PORTARIA Nº 303/2020-ISSEM

De 18/06/2020

Retifica a portaria nº 002/2020-Issem que concedeu aposentadoria à Sra. Noeli Maria Maas.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1261,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a referência salarial da Sra. Noeli Maria Maas, constante no art. 1º da Portaria nº 002/2020-Issem, emitida em 27/01/2020, DE Classe 7, Letra "K", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) PARA Classe 6, Letra "K", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2020, mantendo-se inalterados os demais termos da portaria nº 002/2020-Issem.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de julho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 304/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544884

PORTARIA Nº 304/2020 – ISSEM

De 19.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ARNALDO HORNBURG, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 13.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 305/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544887

PORTARIA Nº 305/2020 – ISSEM

De 19.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIMONE SEMENTKOWSKI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 14.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 306/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544888

PORTARIA Nº 306/2020 – ISSEM

De 19.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. KISITIAN ROBSON IACHINSKI, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 22.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 307/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544889

PORTARIA Nº 307/2020 – ISSEM

De 19.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOÃO GRAPPER, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 02.08.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 308/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544891

PORTARIA Nº 308/2020 – ISSEM

De 19.06.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JOSELAINE BUSARELLO SOARES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.06.2020 a 15.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 309/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544892

PORTARIA Nº 309/2020 – ISSEM
De 19.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FLAVIA REGINA KEISER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.06.2020 a 17.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 19 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 310/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544894

PORTARIA Nº 310/2020 – ISSEM
De 25.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SALETE CLAIR PETRY, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.06.2020 a 15.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 311/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544897

PORTARIA Nº 311/2020 – ISSEM
De 25.06.2020.
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. MARA VIEIRA DELLAGIUSTINA, lotada na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.06.2020 a 16.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 312/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544898

PORTARIA Nº 312/2020 – ISSEM
De 25.06.2020.
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE BURAK DE MORAES, lotada na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.06.2020 a 19.10.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 313/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544902

PORTARIA Nº 313/2020 – ISSEM
De 25.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRELI BEATRIZ LOPES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.06.2020 a 21.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 314/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2544903

PORTARIA Nº 314/2020 – ISSEM
De 25.06.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCIO JOSE TEIXEIRA, lotado no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem – do município de Jaraguá do Sul, no período de 25.06.2020 a 24.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

SAMAE - RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2020

Publicação N° 2545742

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que o Edital foi retificado e foi prorrogada a data de abertura do Processo Licitatório nº 058/2020, referente à AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS MICROBIOLÓGICOS PARA REALIZAR ANÁLISES DE ÁGUA IN NATURA, ÁGUA TRATADA E EFLUENTES. A sessão de abertura fica remarcada para o dia 13/07/2020 às 14 horas, na Sede do Samae. O edital encontra-se disponível no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Evania A. D. Liebl

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 39-2020

Publicação Nº 2544798

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Tomada de Preços/2020
Processo: 58/2020
Data de Expedição do Processo: 25/05/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 39/2020, de 22/06/20
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis
CONTRATADO: EFICCAZ CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa para Construção da praça municipal, conforme contrato de repasse de nº 894035/2019MDR/CAIXA e projeto anexo ao processo.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 309.300,62(trezentos e nove mil e trezentos reais e sessenta e dois centavos)
AMPARO LEGAL Tomada de Preços processo nº 58/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 40-2020

Publicação Nº 2544783

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Pregão/2020
Processo: 63/2020
Data de Expedição do Processo: 10/06/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 40/2020, de 29/06/20
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis
CONTRATADO: ESPAÇO MOVEIS COMERCIO EIRELI - ESPAÇO MOVEIS
OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento dos produtos a serem construído e fornecido junto a Farmácia da Secretaria de Saúde Municipal, conforme planilha anexa ao edital.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.500,00(onze mil e quinhentos reais)
AMPARO LEGAL Pregão processo nº 63/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 41-2020

Publicação Nº 2544790

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Pregão/2020
Processo: 63/2020
Data de Expedição do Processo: 10/06/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 41/2020, de 29/06/20
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento dos produtos a serem construído e fornecido junto a Farmácia da Secretaria de Saúde Municipal, conforme planilha anexa ao edital.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.240,00(quatro mil duzentos e quarenta reais)

AMPARO LEGAL Pregão processo nº 63/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO 67-2020

Publicação Nº 2544851

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 67/2020
Edital: Tomada de Preços P/COMPRAS E SERVICOS Nº.: 9/2020
Tipo: Técnica e preço - Global
Objeto: Contratação de empresa que fornecerá recursos de tecnologia da informação visando à promoção e divulgação de leilão público eletrônico por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens do Município.
Entrega dos Envelopes : 09:00 do dia 04 de agosto de 2020
Abertura dos Envelopes : 09:00 do dia 04 de agosto de 2020
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (49)33370004.
JARDINÓPOLIS, 29 de junho de 2020
DORILDO PEGORINI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO 41-2020

Publicação Nº 2545028

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 41/2020

AUTUAÇÃO DE PROCESSO

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 12 de março de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 41/2020

- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 13/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: S E R CONSTRUTORA EIRELI			
CNPJ Nº.: 10.695.040.000.159,00			
Cidade: JARDINÓPOLIS U.F.: SC			
Cod. Depto		Departamento	Requisição
04	04.01	Departamento de Educação	

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE ENGENHARIA NA EXECUÇÃO DE UMA AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL COM MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 30.000,00 trinta mil reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público: Necessidade de melhorias no ambiente no atendimento as crianças que frequentam a

Creche Municipal

JARDINÓPOLIS, 12 de março de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj./At.	Nome	Categoria	Fonte	Det.	RED.	
1	8	Ampliação das Instalações da Creche Muni	449051910000	1000	0	602

Sendo:

602	30.000,00
-----	-----------

JARDINÓPOLIS, 12 de março de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS
AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

(x) Autorizo a realização do processo licitatório.

() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 12 de março de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 41/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 13/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE ENGENHARIA NA EXECUÇÃO DE UMA AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA JUNTO A CRECHE MUNICIPAL COM MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	SERVIÇO DE ENGENHARIA	1,00	un

JARDINÓPOLIS, SC EM 12 DE MARÇO DE 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

PROCESSO 39-2020

Publicação Nº 2545025



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 39/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 11 de março de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 39/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 11/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: SOSSABIL ESPORTES LTDA

CNPJ Nº.: 78.270.816.000.122,00

Cidade: QUILOMBO U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
04	04.02	Departamento de Cultura
04	04.03	Departamento de Esportes

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO NAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 7.735,20 sete mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 11 de março de 2020

NILSON JOSE ZATTI

Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome	Categoria	Fonte	Det.	RED.
---------	------	-----------	-------	------	------

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

2	18	Manutenção das Atividades Esportivas	339030140000	1000	0	645
---	----	--------------------------------------	--------------	------	---	-----

Sendo:

645	7.735,20
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 11 de março de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarção dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 11 de março de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 39/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 11/2020

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO NAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	REDE DE FUTSAL	1,00	un
2	REDE	1,00	pc
3	BOLA DE FUTSAL	12,00	un
4	BOLA DE FUTSAL OFICIAL	6,00	un
5	BOLA	4,00	pc
6	BOLA DE VÔLEIBOL	2,00	un
7	PLACAR DE MESA	1,00	un

JARDINÓPOLIS, SC 11 de março de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 43-2020

Publicação Nº 2545030



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 43/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 14 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 43/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 14/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO &
CONSULTORIA EIRELI
CNPJ Nº.: 82.094.319.000.198,00
Cidade: CHAPECÓ U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
03	03.01	Departamento de Administração

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS E GESTÃO DE DESPESAS EM PESSOAL, DEMAIS ELEMENTOS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 15.000,00 quinze mil reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 14 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

Prj/At.	Nome	Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	4	Manutenção das Atividades de Administração	339035010000	1000	0
					647

Sendo:

647	15.000,00
-----	-----------

JARDINÓPOLIS, 14 de abril de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 14 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 43/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 14/2020

Objeto.....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS E GESTÃO DE DESPESAS EM PESSOAL, DEMAIS ELEMENTOS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADO	1,00	un

JARDINÓPOLIS, 14 DE ABRIL DE 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 44-2020

Publicação Nº 2545033



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 44/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 20 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 44/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 15/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: SCHUMANN MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

Endereço: AV Coronel Bertaso 996 centro

CNPJ Nº.: 02.158.816/0013-7

Cidade: QUILOMBO U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
08	08.02	Obras e Serviços Urbanos

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 2.694,00 dois mil seiscentos e noventa e quatro reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público: conforme requisição solicitada

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI

Chefe de Gabinete

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	32	Manutenção da Segurança Pública	339030990000	1000	0	332

Sendo:

332	2.694,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 44/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 15/2020
Objeto.....: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	COLCHÃO	6,00	pc

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 45-2020

Publicação Nº 2545034



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 45/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 20 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 45/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 16/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: ERIK SUPERMERCADO LTDA

CNPJ Nº.: 4.299.625.000.157,00

Cidade: QUILOMBO U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
08	08.02	Obras e Serviços Urbanos

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.
- Complemento:

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 193,50 cento e noventa e três reais e cinquenta centavos

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI

Chefe de Gabinete

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	32	Manutenção da Segurança Pública	339030210000	1000	0	666

Sendo:

666	193,50
-----	--------

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 45/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 16/2020

Objeto.....: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	CANECA	15,00	un

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 46-2020

Publicação Nº 2545037



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 46/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 20 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 46/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 17/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: NILCERA FRIGO BAZZI

CNPJ Nº.: 30.982.526.000.185,00

Cidade: QUILOMBO U.F.:

Cod. Depto	Departamento	Requisição
08	08.02	Obras e Serviços Urbanos

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 204,00 duzentos e quatro reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	32	Manutenção da Segurança Pública	339030280000	1000	0	667

Sendo:

667	204,00
-----	--------

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarção dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 46/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 17/2020

Objeto.....: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	24,00	un

JARDINÓPOLIS, 20 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 47-2020

Publicação N° 2545040

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço N° 47/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Neste dia 22 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo N°: 47/2020
 - Modalidade: Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 3/2020
- FORNECEDOR:**

Cod. Depto	Departamento	Requisição
05 05.01	Fundo Municipal da Saúde	

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM PRÓTESES TOTAIS, PRÓTESES PARCIAIS E REEMBASAMENTOS CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020
- Complemento:

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 8.700,00 oito mil e setecentos reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 22 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	19	Manutenção da Saúde Pública - Atenção Bá	33903950 0000	1002	0	194

Sendo

194	8.700,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 22 de abril de 2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- ☐ Autorizo a realização do processo licitatório.
☐ Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 22 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Compras

LISTA DE ITENS

Solicitação Nº.: 47/2020 - Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 3/2020

Objeto.....: DESPESA COM PRÓTESES TOTAIS, PRÓTESES PARCIAIS E
REEMBASAMENTOS CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE
Nº 02/2020

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	PRÓTESES PARCIAL REMOVÍVEL	9,00	un
2	PRÓTESES DENTÁRIA TOTAL	15,00	un
3	REEMBALSAMENTO DE PRÓTESE DENTÁRIA	6,00	un

JARDINÓPOLIS, 22 de abril de 2020

Assinatura e Carimbo

PROCESSO 48-2020

Publicação N° 2545043



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço N° 48/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 28 de abril de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo N°: 48/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 18/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: NKO INFORMATICA LTDA ME

CNPJ N°.: 7.368.790.000.101,00

Cidade: QUILOMBO U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
08	08.02	Obras e Serviços Urbanos

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 819,00 oitocentos e dezenove reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 28 de abril de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome	Categoria	Fonte	Det.	RED.
---------	------	-----------	-------	------	------

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

2	32	Manutenção da Segurança Pública	339030990000	1000	0	332
---	----	---------------------------------	--------------	------	---	-----

Sendo:

332	819,00
-----	--------

JARDINÓPOLIS, 28 de abril de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 28 de abril de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 48/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 18/2020

Objeto.....: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	CAPA	1,00	un
2	CONJUNTO DE CAPA	1,00	un
3	CONJUNTO CAPA E PELÍCULA	1,00	un
4	CAPA E PELÍCULA	1,00	un
5	SUPORTE	1,00	un
6	TONER	3,00	pc
7	MOUSE	3,00	pc

JARDINÓPOLIS, SC 28 DE ABRIL DE 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 50-2020

Publicação Nº 2545047



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

S OLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 50/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 06 de maio de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 50/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 19/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: MARAGUA COMERCIO DI
TUBOS E PROC. DE ÁGUA LTDA

Endereço:

CNPJ Nº.: 8.062.056.000.182,00

Cidade: CHAPECÓ U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
08	08.02	Obras e Serviços Urbanos

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

- Complemento:

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 849,00 oitocentos e quarenta e nove reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

JARDINÓPOLIS, 06 de maio de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	32	Manutenção da Segurança Pública	339030990000	1000	0	332

Sendo:

332	849,00
-----	--------

JARDINÓPOLIS, 06 de maio de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 06 de maio de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 50/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 19/2020

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

Objeto.....: DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PRODUTO ABAIXO RELACIONADOS, PARA FORNECIMENTO AO CORPO DE BOMBEIRO, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE AS PARTES.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	PURIFICADOR DE ÁGUA	1,00	pc

JARDINÓPOLIS, 06 DE MAIO DE 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

PROCESSO 51-2020

Publicação N° 2545049

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Depto de Licitações

PROCESSO N°51/2020**INEXIGIBILIDADE****1 - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:****2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL

3 - EXECUTOR:

FORNECEDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E
EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

ENDEREÇO: SERV FERDINANDO R CIDADE: CHAPECÓ
TUSSET

CGC.: 83.052.191/0004-05

U.F.:
SC

4 - RAZÃO DA ESCOLHA:

Preços exequíveis diante da importância do trabalho desempenhado em um município de economia baseada no setor de produção agrícola e agropecuária com Jardinópolis

5 - PREÇO:

R\$ 28.902,00 (vinte e oito mil novecentos e dois reais)

6 - JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93, Artigo 25, caput e inciso II e parágrafo 1º, justifica-se a presente contratação de serviços técnicos especializados de Assistência e extensão rural considerando empresa tem um trabalho amplo em pesquisa e destaque em transferência de tecnologia e conhecimento de técnicas agrícolas. Levamos em conta a relevância

7 - REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL E AO FGTS:

Jardinópolis – SC Em, 08/05/20

DORIL PEGORINI

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

NOME: Valter Teló
Luz**Presidente**

NOME: Márcio Alves da**Secretário**

NOME: Diana Migliavaca
Membro

PROCESSO 52-2020

Publicação N° 2545052

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço N° 52/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Neste dia 08 de maio de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo N°: 52/2020
 - Modalidade: Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 5/2020
- FORNECEDOR:**

Cod. Depto	Departamento	Requisição
05 05.01	Fundo Municipal da Saúde	

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM PRÓTESES TOTAIS, E REEMBASAMENTOS DE PRÓTESES, CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 4.400,00 quatro mil e quatrocentos reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

NILSON JOSE ZATTI
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome	Categoria	Fonte	Det.	RED.
2 37	Manutenção das Atividades de Média Compl	339039500000	1538	0	302

Sendo

302	4.400,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exaração dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- () Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Compras

LISTA DE ITENS

Solicitação N°: 52/2020 - Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 5/2020

Objeto.....: DESPESA COM PRÓTESES TOTAIS, E REEMBASAMENTOS DE PRÓTESES,
CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	REEMBALSAMENTO DE PRÓTESE DENTÁRIA	5,00	un
2	PRÓTESES DENTÁRIA TOTAL	13,00	un

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

Assinatura e Carimbo

PROCESSO 53-2020

Publicação N° 2545055

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço N° 53/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Neste dia 08 de maio de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo N°: 53/2020
 - Modalidade: Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 6/2020
- FORNECEDOR:**

Cod. Depto	Departamento	Requisição
05 05.01	Fundo Municipal da Saúde	

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL, CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020.
- Complemento:

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 4.400,00 quatro mil e quatrocentos reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

NILSON JOSE ZATTI
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	37	Manutenção das Atividades de Média Compl	339039500000	3538	0	711

Sendo

711	4.400,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- () Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Compras

LISTA DE ITENS

Solicitação N°: 53/2020 - Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 6/2020

Objeto.....: DESPESA COM PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL, CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	PRÓTESES PARCIAL REMOVÍVEL	11,00	un

JARDINÓPOLIS, 08 de maio de 2020

Assinatura e Carimbo

PROCESSO 64-2020

Publicação Nº 2545058



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 64/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 16 de junho de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 64/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 22/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - EPP

CNPJ Nº.: 02.756.441.0001-43

Cidade: CHAPECÓ U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
06	06.01	Fundo Municipal da Assistência Social

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: AQUISIÇÃO DE MÁSCARA CIRURGICA COM ELÁSTICO ROLIÇO COM CLIPE NASAL, CONFORME ORÇAMENTO ANEXO.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 1.900,00 mil e novecentos reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

NILSON JOSE ZATTI

Chefe de Gabinete

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	23	Manutenção de Programa de Assistência So	339030280000	1235	0	748

Sendo:

748	1.900,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 64/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 22/2020
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MÁSCARA CIRURGICA COM ELÁSTICO ROLIÇO COM CLIPE
NASAL, CONFORME ORÇAMENTO ANEXO.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	MÁSCARA	1.000,00	un

JARDINÓPOLIS, 16 DE JUNHO DE 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

PROCESSO 65-2020

Publicação N° 2545064

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
Departamento de Compras

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço N° 65/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Neste dia 16 de junho de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo N°: 65/2020
 - Modalidade: Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 7/2020
- FORNECEDOR:**

Cod. Depto	Departamento	Requisição
05 05.01	Fundo Municipal da Saúde	

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: DESPESA COM PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL, PRÓTESES TOTAL E REEMBASAMENTOS DE PRÓTESES DENTÁRIA, CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE N° 02/2020.

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 8.500,00 oito mil e quinhentos reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público: Conforme Edital de Credenciamento de n° 02/2020

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

NILSON JOSE ZATTI
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Compras

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	19	Manutenção da Saúde Pública - Atenção Bá	33903950 0000	1002	0	194

Sendo

194	8.500,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarção dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- () Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI
RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Compras

LISTA DE ITENS

Solicitação Nº.: 65/2020 - Inexigibilidade P/COMPRAS E SERVICOS 7/2020

Objeto.....: DESPESA COM PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL, PRÓTESES TOTAL E REEMBASAMENTOS DE PRÓTESES DENTÁRIA, CONFORME PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE Nº 02/2020.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
1	PRÓTESES DENTÁRIA TOTAL	12,00	un
2	PRÓTESES PARCIAL REMOVÍVEL	11,00	un
3	REEMBALSAMENTO DE PRÓTESE DENTÁRIA	5,00	un

JARDINÓPOLIS, 16 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

PROCESSO 66-2020

Publicação Nº 2545067



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

SOLICITAÇÃO DE Compra/Serviço Nº 66/2020**AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

Em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII Neste dia 18 de junho de 2020. Autuo esta solicitação, que deu origem ao presente Processo de Licitação nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo Nº: 66/2020
- Modalidade: Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 23/2020

EXECUTOR:

Fornecedor: VISÃO PESQUISAS DE OPINIÃO EIRELI ME
CNPJ Nº.: 7.331.137.000.178,00
Cidade: MARAVILHA U.F.: SC

Cod. Depto	Departamento	Requisição
03	03.01	Departamento de Administração

As responsabilidades pela avaliação, conferência e recebimento do material/serviço ficarão a cargo do secretário da unidade solicitante.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ATUAL ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS. LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO NO MUNICÍPIO DAS INFORMEÇÕES NECESSÁRIAS PARA IDENTIFICAR O GRAU DE SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PRESTADOS, COM ÊNFASE SOBRE PREOCUPAÇÕES, PERSPECTIVAS E DEMANDAS DA POPULAÇÃO NESTE MOMENTO DE PANDEMIA PROVOCADA PELO COVID-19, ENTREVISTANDO NO MÍNIMO 200 FAMÍLIAS.
- Complemento:

ESTIMATIVA DO VALOR

- R\$ 9.870,00 nove mil oitocentos e setenta reais

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações/Justificativas de interesse público:

JARDINÓPOLIS, 18 de junho de 2020

NILSON JOSE ZATTI
Chefe de Gabinete

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

DA INDICAÇÃO/BLOQUEIO DOS RECURSOS

Prj/At.	Nome		Categoria	Fonte	Det.	RED.
2	4	Manutenção das Atividades de Administração	339039990000	1000	0	627

Sendo:

627	8.970,00
-----	----------

JARDINÓPOLIS, 18 de junho de 2020

SILVANA NADALETI
RESPONSÁVEL PELA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com os despachos supra, referente a realização do processo licitatório, ordenando o órgão competente a exarcação dos documentos necessários, cumpridas as formalidades legais:

- (x) Autorizo a realização do processo licitatório.
() Indefiro a realização do processo licitatório.

JARDINÓPOLIS, 18 de junho de 2020

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Solicitação Nº.: 66/2020 - Dispensa por Limite P/COMPRAS E SERVICOS 23/2020

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA ATUAL ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS. LEVANTAMENTO ESTÁTÍSTICO NO MUNICÍPIO DAS INFORMEÇÕES NECESSÁRIAS PARA IDENTIFICAR O GRAU DE SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PRESTADOS, COM ÊNFASE SOBRE PREOCUPAÇÕES, PERSPECTIVAS E DEMANDAS DA POPULAÇÃO NESTE MOMENTO DE PANDEMIA PROVOCADA PELO COVID-19, ENTREVISTANDO NO MÍNIMO 200 FAMÍLIAS.

Os Valores deverão ser Cotados por Preços Unitários

Item	Descrição	Qtde	Unid.
------	-----------	------	-------

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL

1	SERVIÇO DE PESQUISA PÚBLICA	1,00	un
---	-----------------------------	------	----

JARDINÓPOLIS, SC 18 de junho de 2018

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal
Assinatura e Carimbo

AV. Getúlio Vargas, 815 Centro – Jardinópolis – SC – CEP 89848-000 – Fone: (49) 3337-0008

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2017/FMS – TA 06

Publicação Nº 2545031

CONTRATO Nº 01/2017/FMS – TA 06

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.025/0001-05, estabelecida na RUA MARTINHO LUTERO, 322, Bairro CRUZEIRO DO SUL, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ADRIANO ALVES KLEIN, portador do documento de identidade nº 5.933.406-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 119.653.078-50 e pelo Sr. CLEVERSON DUTRA ZONTINI, portador do documento de identidade nº 6.739.927-7-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.466.729-59, resolvem celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 01/2017/FMS, celebrado em 05 de janeiro de 2017, proveniente do Processo de Licitação nº 29/2016/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 23/2016/FMS, que tem como objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Postos de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Os valores mensais relativos ao comodato CFTV e alarme ficam reajustados em 4,543180%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de janeiro/2019 a maio/2020. Além disso, acrescenta-se o valor de R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais) mensais, referente à ampliação do sistema de segurança com instalação de novos equipamentos, passando a vigorar conforme o discriminado a seguir:

UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Distrito de Nova Petrópolis	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Distrito de Santa Helena	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Vila Remor	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Clara Adélia	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Frei Bruno	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Vila Pedrini	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Santa Tereza	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) do Bairro Nossa Senhora de Lourdes	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – Unidade de Saúde da Família (ESF) da Avenida Santa Terezinha	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme - ESF Centro I / Secretaria	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme - ESF Centro II – CEM / Farmácia	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme - Centro de Saúde	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme - Almoarifado	140,71
MÊS	Comodato CFTV e alarme – ESF Bairro São Brás	140,71

Diante disso, o valor mensal do serviço passa a ser R\$ 2.110,65 (dois mil cento e dez reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 29 de junho de 2020

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER

ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
ADRIANO ALVES KLEIN CLEVERSON DUTRA ZONTINI

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

DECRETO Nº 5.967 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546006

DECRETO Nº 5.967 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/2019 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de anulação de dotações orçamentárias não comprometidas, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.061 – Operação e manutenção do sistema de água urbano
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Ficam anuladas as seguintes dotações:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.061 – Operação e manutenção do sistema de água urbano
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 30 de junho de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.968 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2546018

DECRETO Nº 5.968 DE 30 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PELO ARTIGO 14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor R\$ 2.011,00 (dois mil e onze reais), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos de operação de crédito do Município.

Órgão: 04 SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira
Proj./Atividade: 1.066 Inovações na Área de Tecnologia da Informação
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083 – 12
Valor: R\$ 2.011,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2020

Dioclésio Ragnini
Prefeito

EXTRATO PL 39/2020/PMJ - CC 02/2020/PMJ

Publicação Nº 2545850

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020/PMJ CONCORRÊNCIA Nº 02/2020/PMJ

Objeto: Contratação para outorga de permissão de uso de sala comercial do prédio do Terminal Rodoviário Municipal localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital. Tipo: Maior oferta mensal por item. Forma de Julgamento: Maior oferta mensal por item. Data da abertura: Dia 04/08/2020, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 04/08/2020 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

HOMOLOG PL 26/2020 PMJ

Publicação Nº 2545810

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2020/PMJ
PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2020/PMJ

A Secretária Municipal de Educação, Sra ANA BEATRIZ BRANCHER no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 26/2020/PMJ.

Modalidade: PP 04/2020/PMJ

Objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg.

-Empresa Vencedora:

BASE GAS REGIONAL LTDA

VALOR R\$ 116.091,00

FISCAL: ADILSON LUIZ BULLA, LUIZA CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO, MATHEUS LUIS GEUSTER, EMERSON LUIZ DRI, ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO e JOSÉ OTÁVIO DALMÉDICO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER

46/2020 PMJ

Publicação Nº 2545821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 1 / 1
Processo Nº 26/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020

Registro de Preço 46 / 2020 **Data do Registro : 23 de Junho de 2020** **Válido até : 23-06-2021**
Objeto da Compra : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg.

BASE - GAS REGIONAL LTDA

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
1	CARGA DE GAS GLP 45 KG	23-06-2021	GLP SUPERGASBRAS	366	285,00
2	CARGA DE GAS - 13 KG	23-06-2021	GLP SUPERGASBRAS	153	77,00

Total dos itens da ata:

R\$116.091,00

<div><div><div><div><div><div></div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>MUNICÍPIO DE JOAÇABA</div><div>Balanço Financeiro - Anexo 13</div><div>ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIRO JOAÇABA</div></div></div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div><div><div>Página: 1 / 1</div><div>Data de emissão: 30/06/2020</div><div>Exercício de 2020</div><div>Período de: Maio à Maio</div><div>Despesa: Liquidada</div></div></div>			
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
		Exercício Atual	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		46.565,74	21.455,60
Ordinária		46.565,74	21.455,60
Recursos Ordinários - FUNREBOM		46.565,74	21.455,60
Vinculada		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		-99,20	622,35
Inscrição de Restos a Pagar Processados			0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-744,05	0,00
		644,85	622,35
SALDOS ANTERIORES		964.219,65	988.608,24
CAIXA		0,00	0,00
CONTAS CORRENTES		964.219,65	988.608,24
APLICAÇÕES		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		1.010.686,19	1.010.686,19



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Página: 1 / 2
 Data de emissão: 30/06/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Maio a Maio
 Despesa: Liquidada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.807.694,62	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	6.207.858,89
Ordinária	8.568.946,04	Ordinária	3.139.656,20
Recursos Ordinários	8.558.329,92	Recursos Ordinários	2.839.133,24
Recursos Ordinários - Fundo Meio Ambiente	10.616,12	Recursos Ordinários - Zona Azul	34.999,80
		Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	285.523,16
Vinculada	5.238.748,58	Vinculada	3.068.202,69
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	1.993.959,51	Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	1.031.962,55
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	1.826.831,01	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	224.241,54
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	316,12	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	30.200,00
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE	11,33	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	7.868,06
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	372.099,53	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	152.864,58
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	326,50	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	1.180.125,74
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	73.939,39	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	77.902,32
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	878.606,89	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	23.719,60
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	142.048,79	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	150,73
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	643,74	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	9,70
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	99.307,34	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	2.228,62
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	-96.278,20	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	336.887,45
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	-6.828,34	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	41,80
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	2,49		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	14.855,95		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	978,17		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	96.888,70		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	10.237,02		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	471,74		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,04		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	733,22		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	29.261,64		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	7,63		
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	328,37		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.103.000,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	819.390,66	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	1.401.672,11
		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	610.684,38



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Página: 2 / 2
 Data de emissão: 30/06/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Maio a Maio
 Despesa: Liquidada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Inscrição de Restos a Pagar Processados	36.646,95	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	782.743,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	790.987,73
SALDOS ANTERIORES	22.633.168,47	SALDOS ATUAIS	27.547.722,75
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	22.532.420,53	CONTAS CORRENTES	27.446.974,29
APLICAÇÕES	100.747,94	APLICAÇÕES	100.748,46
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	37.260.253,75	TOTAL	37.260.253,75



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA

Página: 1 / 1
 Data de emissão: 30/06/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Maio à Maio
 Despesa: Liquidada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		220.557,40	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	422.661,14
Ordinária		9.123,13	Ordinária	350.062,17
Recursos Ordinários		9.123,13	Recursos Ordinários	274.881,68
			Recursos Ordinários - Superávit Financeiro	75.180,49
Vinculada		211.434,27	Vinculada	72.598,97
Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		211.409,88	Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	31.897,03
Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado		24,28	Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	19.897,95
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas		0,11	Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União -	14.300,83
			Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado -	6.503,16
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		315.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		65.021,22	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	49.589,83
Inscrição de Restos a Pagar Processados		17.438,30	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		47.582,92	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49.589,83
SALDOS ANTERIORES		3.104.789,79	SALDOS ATUAIS	3.233.117,44
CAIXA		0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES		3.104.789,79	CONTAS CORRENTES	3.233.117,44
APLICAÇÕES		0,00	APLICAÇÕES	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL		3.705.368,41	TOTAL	3.705.368,41



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE JOAÇABA

Página: 1 / 1
 Data de emissão: 30/06/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Maio à Maio
 Despesa: Liquidada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		17.758,28	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		6.610,45
Ordinária		0,00	Ordinária		10,45
			Recursos Ordinários		10,45
Vinculada		17.758,28	Vinculada		6.600,00
FIA Imposto de Renda		17.758,28	FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro		6.600,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		0,00	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
SALDOS ANTERIORES		317.651,78	SALDOS ATUAIS		329.799,61
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		317.651,78	CONTAS CORRENTES		329.799,61
APLICAÇÕES		0,00	APLICAÇÕES		0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		336.410,06	TOTAL		336.410,06

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 295 DE 30 DE JUNHO DE 2020.**

Publicação Nº 2545404

PORTARIA Nº 295 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 290, de 02 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, a ARMELINDA MACIEL DA ROZA, inscrita no CPF sob o nº 826.312.399-20, portadora do RG nº 11/R-1.885.148, inscrita no PASEP sob o nº 170.05150.39-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Joaçaba, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.004, nos termos do art. 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal c/c o art. 23 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por idade, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, correspondente a 85,68% da média das contribuições, aumentado ao valor do piso salarial municipal, na forma do art. 3º, VI da LC n. 99/2005.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor em 01 de julho de 2020.

Joaçaba-SC, 30 de junho de 2020.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0026/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2545815

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0026/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS RETROSCAVADEIRAS DA FROTA DO SIMAE, DE ACORDO COM O SOLICITADO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E ÓRGÃOS FISCALIZADORES, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0025/2020, PROCESSO JHL Nº 0031/2020, PROTOCOLO JHL Nº 1052/2020

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado “SIMAE” e a empresa Posto de Combustíveis Michellos Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada “DETENTORA”, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0031/2020, Pregão Presencial JHL nº 0025/2020, homologado em 30/06/2020, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Posto de Combustíveis Michellos Ltda
	ENDEREÇO:	Av. Beira Rio, nº 988, Centro, em Herval d'Oeste/SC
	CNPJ/MF:	03.833.501/0001-47
	REPRESENTANTE LEGAL:	Ivo Carlos Hack Junior
	CPF:	737.459.109-82
	RG:	1.703.356

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual prestação de serviços de lavagem, lubrificação e polimento nos veículos e máquinas retroscavadeiras da frota do Simae, de acordo com o solicitado, de acordo com o solicitado na legislação vigente e órgão fiscalizadores, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS LEVES, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	300	31,00	R\$ 9.300,00
3	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS MÉDIOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	50	55,00	R\$ 2.750,00
4	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS MÉDIOS - Marca: MICHELLOS	SV	50	19,00	R\$ 950,00
5	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS PESADOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	170	89,50	R\$ 15.215,00
6	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL COM MOTOR DE VEÍCULOS PESADOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	80	219,00	R\$ 17.520,00
7	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - Marca: MICHELLOS	SV	100	38,25	R\$ 3.825,00
8	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	50	169,00	R\$ 8.450,00
9	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL COM MOTOR DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	40	221,00	R\$ 8.840,00
10	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE RETROESCAVADEIRAS - Marca: MICHELLOS	SV	50	44,50	R\$ 2.225,00
11	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE MOTOS, COMPREENDENDO: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	200	21,00	R\$ 4.200,00
12	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MOTOS - Marca: MICHELLOS	SV	100	11,00	R\$ 1.100,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0025/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 1º de julho de 2020.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços

registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: licitacoes@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Valdinei Antonio Gusatto, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às especificações dos Anexos I e II do Edital.

7.2 Poderá ocorrer, a critério do SIMAE, alteração nos veículos descritos em cada categoria (Anexo I), em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

7.3 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o SIMAE obrigado a executá-los.

7.4 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a DETENTORA deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado na área de atuação do SIMAE, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC.

7.5 Os serviços ofertados pela DETENTORA deverão ser de boa qualidade, atentando-se a DETENTORA, principalmente para o disposto no art. 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.6 A prestação dos serviços será executada de acordo com as necessidades, conforme solicitação dos condutores dos veículos e máquinas do SIMAE, mediante apresentação de cartão corporativo, as notas fiscais para efeito de pagamento deverão ser emitidas e entregues ao condutor no momento da prestação do serviço, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo II).

7.7 O SIMAE entregará os veículos e/ou máquinas retroescavadeiras, na sede da DETENTORA e fará a retirada dos mesmos após a prestação do serviço.

7.8 Os serviços de lavagem, lubrificação e polimento serão realizados pela DETENTORA em dia e horário comercial, respeitado o prazo de execução e mediante aprovação do servidor que fará a retirada do veículo.

7.9 A DETENTORA deverá, no prazo de até 04 (quatro) horas, prestar os serviços, após solicitação do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio.

7.10 O SIMAE poderá acompanhar, controlar, avaliar a execução do objeto, bem como impedir a execução do mesmo caso venha constatar irregularidades por parte da DETENTORA.

7.11 O SIMAE reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade.

7.12 Somente poderão ser considerados entregues, os serviços que forem aprovados pelo motorista do veículo e/ou operador de retroescavadeira e do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio.

7.13 A aprovação será um exame minucioso que dirá respeito a tudo que se refere à conformidade satisfatória final dos serviços, bem como o estado geral do veículo e/ou retroescavadeira e seus pertences.

7.14 A discriminação e quantificação dos serviços considerados na fatura deverão respeitar rigorosamente o estipulado na autorização do SIMAE.

7.15 Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.16 A prestação dos serviços de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não será recebida e o pagamento ficará suspenso

até sua regularização de forma integral.

7.17 Será de responsabilidade da DETENTORA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos seus serviços, tais como: materiais de limpeza, estopas, panos etc.

7.18 A comunicação entre as partes será feita sempre por escrito, em correspondência oficial e por Ordens de Serviço.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2020, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028/ 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060/ 2.061/ 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.15.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas dos Anexos I e II do Edital.

10.2 Atender às especificações dos Anexos I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

10.6 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados;

10.7 Fornecer os materiais de consumo necessário à execução dos seus serviços, tais como: materiais de limpeza, estopas, panos, etc;

10.8 Prestar os serviços no prazo de até 04 (quatro) horas, após solicitação do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no

art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 30 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente do Simae

Ivo Carlos Hack Junior
Posto de Combustíveis Michellos Ltda.

Testemunhas:

Valdinei Antonio Gusatto Graciela Pratto
Gerente SMTP Encarregada de Serviço

ERRATA CONTRATO JHL69/20

Publicação Nº 2545501

ERRATA:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA
Na publicação do SIMAE, de 17 de março de 2020, DOM/SC, Edição nº 3173, pág 665
RESUMO CONTRATO JHL 0069/2020 - SIMAE
Onde lê-se:
Valor Contratado: R\$50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)

Leia-se:

Valor Contratado: R\$38.359,44 (trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

PORTARIA JHL 271/2020

Publicação Nº 2545098

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 271/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Carina Daiana Recalcatti (Matr. 165), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.F-1, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 31.07.2019, para serem fruídas no período de 22.07.2020 à 31.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de julho de 2020 obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 278/2020

Publicação Nº 2545103

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 278/2020 DE 29.06.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Valquiria Aparecida Rosa Sato (Matr. 168), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo de 27.03.2019 a 26.03.2020, para serem fruídas no período de 13.07.2020 à 24.07.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 292/2020

Publicação Nº 2545780

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 292/2020 de 30.06.2020

Patricia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) Em razão do afastamento da servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, a comissão constituída pela portaria JHL 558/2019 de 26 de dezembro de 2019, passa a ter a seguinte constituição:

Pregoeiro Oficial: Graciela Pratto
Equipe de Apoio: Alessandra Marcon Zanchetta
Eduarda Bortoli
Carina Daiana Recalcatti
Silvane Maier
Valdirene Aparecida Dorini

2º) Na impossibilidade de atuação do pregoeiro oficial, este será substituído pela Servidora Alessandra Marcon Zanchetta.

3º) No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os Instrumentos convocatórios do pregão e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

4º) A Comissão designada é caracterizada por "mínus público".

5º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 30 de junho de 2020.

Patricia Callegari Warken
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 294/2020

Publicação Nº 2545956

PORTARIA SIMAE. JHL – nº 294/2020 01.07.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 01/2018 e a classificação em terceiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra. Tarcila Pedrozo Benemann, para o Cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de julho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 3º Lugar de Tarcila Pedrozo Benemann no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 01/2018, para o Cargo de Mecânico de Manutenção de acordo com a Portaria JHL-150/2018 de 02/05/2018, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do Simae, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0031/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2545157

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0039/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020
PROTOCOLO JHL 1216/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0031/2020 – Licitação 0039/2020, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SIMAE, EM RAZÃO DO DISPOSTO NOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 2.920/07 E 3.057/07 E SUAS ALTERAÇÕES, NO PCMSO; DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, DE QUESTÕES TRABALHISTAS; OU DE ACIDENTES EM QUE O SIMAE ESTEJA ENVOLVIDO.

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 50min do dia 14/07/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 14/07/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 01/07/2020 a 14/07/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 30 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO 70/2020

Publicação Nº 2545519

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0070/2020
PREGÃO PRESENCIAL 0040/2018
PROCESSO 0047/2018
PROTOCOLO Nº 1472/2018
Data: 24/06/2020

Objeto: Com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar a vigência do Contrato JHL nº 0094/2018, lavrado entre as partes, em decorrência do Processo nº 0047/2018. O presente instrumento entrará em vigor a partir de 28 de junho de 2020 até 27 de junho de 2021.

Contratado: S. M. Budniak & Cia Ltda - ME

Prazo de vigência: 28/06/2020 A 27/06/2021

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO CONTRATO 71/2020

Publicação Nº 2545526

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0071/2020
PREGÃO PRESENCIAL 0072/2019
PROCESSO 0084/2019
PROTOCOLO Nº 3209/2019
Data: 30/06/2020

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II, III e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do Contrato em 90 (noventa) dias, considerando que haverá alteração no critério de medição, anteriormente feito em 30 dias, para medição por lote, conforme justificativas do fiscal do contrato, apensadas ao processo.

Contratado: Submar Serviços Subaquáticos Ltda

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2545793

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO.

Tendo em vista requerimento enviado pelo candidato(a) Sr (a) Josimar Luiz de Lázaro, cargo de Mecânico de Manutenção, classificado em 02º lugar, referente ao Concurso Público nº 01/2018, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010. Joaçaba (SC), em 30 de junho de 2020.


Patrícia Callegari Warken

Diretora Presidente

Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

HOMOLOGAÇÃO PR 0025/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2545811

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2020	
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Telefone: (49) 3551-8200	Processo Adm.: 31/2020 Data do Processo: 12/05/2020	Folha: 1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 31/2020
b) Nr. Licitação: 25/2020 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 30/06/2020
e) Objeto da Licitação: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem para os veículos da frota do Simae.


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA				
1 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS LEVES, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	300,000	31,0000	R\$ 9.300,00
3 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS MÉDIOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	50,000	55,0000	R\$ 2.750,00
4 - SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS MÉDIOS - Marca: MICHELLOS	SV	50,000	19,0000	R\$ 950,00
5 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS PESADOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	170,000	89,5000	R\$ 15.215,00
6 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL COM MOTOR DE VEÍCULOS PESADOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	80,000	219,0000	R\$ 17.520,00
7 - SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - Marca: MICHELLOS	SV	100,000	38,2500	R\$ 3.825,00
8 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	50,000	169,0000	R\$ 8.450,00
9 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL COM MOTOR DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA:	SV	40,000	221,0000	R\$ 8.840,00

Joaçaba, 30/06/2020

.....

Patricia Callegari Warken
Diretor Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2020
	Processo Adm.: 31/2020 Data do Processo: 12/05/2020

Folha: 2 / 2

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS. - Marca: MICHELLOS				
10 - SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE RETROESCAVADEIRAS - Marca: MICHELLOS	SV	50,000	44,5000	R\$ 2.225,00
11 - SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE MOTOS, COMPREENDENDO: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS. - Marca: MICHELLOS	SV	200,000	21,0000	R\$ 4.200,00
12 - SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MOTOS - Marca: MICHELLOS	SV	100,000	11,0000	R\$ 1.100,00
Total geral:				R\$ 74.375,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 40.000,00
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 40.000,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE	14.001.17.122.0028.2060.3.3.90.00.00	R\$ 10.445,50

Joaçaba, 30/06/2020


.....

Patrícia Callegari Warken

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR64-18

Publicação Nº 2545903

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 64/2018
	Processo Adm.: 73/2018 Data do Processo: 28/08/2018 Folha: 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 73/2018
b) Nr. Licitação: 64/2018 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 26/06/2020
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO SIMULTÂNEO PRESENCIAL E ON-LINE DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E NÃO PATRIMONIAIS, INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO SIMAE.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:	Un.	VI. Unitário	Maior Desconto
MARCUS ROGERIO ARAUJO SAMOEL 1 - CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO SIMULTÂNEO PRESENCIAL E ON-LINE DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E NÃO PATRIMONIAIS, INSERVÍVEIS E PERTENCENTES AO SIMAE, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. - Marca:	SV	0,0200 %	0,02 %
		Total geral:	0,02 %

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE	14.001.17.122.2800.2060.3.3.90.00.00	R\$ 100,00

Joaçaba, 26 de Junho de 2020

.....
Patricia Callegari Warken

Diretor Presidente

Jupirá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

Publicação Nº 2544785

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO nº 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL nº 6/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de pneus novos e correlatos, lubrificantes e serviços de recapagens em pneus, sendo que as propostas serão abertas no dia 15 de julho de 2020 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES.

Jupirá SC, em 30 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020

Publicação Nº 2546118

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO nº 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL nº 7/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de materiais e de mão de obra, para a perfuração de poços artesianos no Interior deste Município, sendo que as propostas serão abertas no dia 20 de julho de 2020, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES.

Jupirá SC, em 01 de julho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/20 DE 29/06/2020

Publicação Nº 2544872

PORTARIA N.º 190/20 de 29/06/2020.
CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, atestado médico em anexo,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 07 (sete) dias de afastamento para tratamento de saúde, no período de 29/06/2020 a 05/07/2020 ao servidor municipal JONATA LUSSANI, ocupante do cargo de Operador de maquinas, , lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá SC, 29 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 02/2020 FMASH

Publicação Nº 2545383

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 02/2020 FMASH

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma Geral e Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional - SAICA I, Bairro Guarujá, com fornecimento de material.

Abertura: 21/07/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 238.355,49

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 01 de julho de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 107/2020**

Publicação Nº 2544826

DECRETO Nº 107/2020.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - Secretaria Municipal de Saúde	
07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.025 - Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica	
3.3.93.00.00.00.5038	Aplicação Direta R\$ 34.000,00
3.3.93.00.00.00.5067	Aplicação Direta R\$ 60.000,00
TOTAL	R\$ 94.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

07 - Secretaria Municipal de Saúde	
07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.025 - Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica	
3.3.71.00.00.00.5038	Transferência à ConsórcioR\$ 34.000,00
3.3.71.00.00.00.5067	Transferência à ConsórcioR\$ 60.000,00
TOTAL	R\$ 94.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA Nº 10/2020 - FHHL

Publicação Nº 2545251

Lauro Muller, 25 de junho de 2020.

Portaria nº 10/2020

Cleir Estevam, Diretor Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições, consoante à Lei Municipal nº 1944/2017 e,

CONSIDERANDO que a Fundação de Saúde de Lauro Muller realizou processo seletivo para a contratação de servidores, o qual foi homologado em 05/11/2019;

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no referido processo já foram convocados e nomeados, esgotando-se a lista de aprovados;

CONSIDERANDO que a Fundação não dispõe de tempo hábil, tampouco de previsão orçamentária para a imediata realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO que a Fundação presta serviço público essencial na área da saúde, razão pela qual é imprescindível que conte com seu quadro completo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1862/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSÁRIA FERREIRA SOUSA, para exercer a função de Enfermeira junto a Fundação de Saúde de Lauro M-ller, em caráter temporário, pelo período de 26 de junho de 2020 à 26 de setembro de 2020, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cleir Estevam
Diretor Administrativo
Fundação Hospitalar Henrique Lage

Rejani Diná Amboni da Cunha
Diretora de Atenção à Saúde
Fundação Hospitalar Henrique Lage

PORTARIA Nº 219/2020

Publicação Nº 2545271

PORTARIA Nº 219/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JAILSON NORDI, Motorista, do Quadro Funcional junto a Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 220/2020

Publicação Nº 2545272

PORTARIA Nº 220/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, DALVA APARECIDA LEANDRO RITA, Recepcionista, lotada no quadro especial de extinção junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JUNHO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 221/2020

Publicação Nº 2545274

PORTARIA Nº 221/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo determinado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público VICTOR DOMINGOS DA LUZ, ocupante do cargo de Professor II – Educação Física, que exerce atualmente na CME para exercer junto à Escola Municipal Hilário Pescador da Secretaria de Educação e dos Esportes de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 222/2020

Publicação Nº 2545276

PORTARIA Nº 222/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, a funcionária pública MORGANA FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que exerce atualmente no Posto do Correio do Barro Branco para exercê-lo junto ao Posto do Correio do Guatá.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 223/2020

Publicação Nº 2545282

PORTARIA Nº 223/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, a funcionária pública JOANITA CUSTÓDIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que exerce atualmente no Posto do Correio do Guatá para exercê-lo junto ao Posto do Correio do Barro Branco.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 224/2020

Publicação Nº 2545286

PORTARIA Nº 224/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JOSE CANDIDO RIBEIRO JUNIOR, Médico do ESF, do Quadro Funcional junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 225/2020

Publicação Nº 2545288

PORTARIA Nº 225/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, a funcionária pública ALINE CAMINSKI BUNN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga que exerce atualmente na Fundação de Saúde de Lauro M-ller para exercer junto à Secretaria de Saúde de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 17/2020

Publicação N° 2545734

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2020

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sistema de Registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de pintura de sinalizações de ruas e aquisição de lixeiras, e suportes metálicos, as 08:30 horas do dia 17 de julho de 2020, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de junho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 92/2020

Publicação Nº 2545346

DECRETO Nº 92/2020

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 48/2020 em 30 de junho de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 48/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 30 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

LEI Nº 2536

Publicação Nº 2545849

LEI Nº 2536, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO E O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO E DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024, NO MUNICÍPIO DE LONTRAS – SC.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Prefeito: R\$ 14.395,88;

II – Vice-Prefeito: R\$ 6.592,51;

III - Secretários Municipais: R\$ 5.247,10.

§ 1º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, exceto o período de férias (até 30 dias), o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§ 2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 3º As férias do Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I – serão gozadas em períodos de 30 dias anuais e podendo ser dividido em até 3 períodos, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II - serão remuneradas com adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

§ 4º É facultado, ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 2º O valor do subsídio mensal de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretários Municipal será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados do mês de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito e os Secretários Municipais não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024, revogando-se o disposto na Lei Nº. 2.534, de 23 de junho de 2020.

Lontras (SC), 30 de junho de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autora: Mesa Diretora
Projeto de Lei nº 36, de 29 de junho de 2020

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 130/2020**

Publicação Nº 2545444

DECRETO N.º 130/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.755,94 (um mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.053 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Direitas

Código Reduzido: 9

Fonte de Recursos: 0.3.40.0488 – Royalties Petróleo - Educação 75%

Valor: R\$ 1.755,94

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, por conta dos recursos do Royalties Petróleo - Educação 75%, na importância de R\$ R\$ 1.755,94 (um mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 131/2020

Publicação Nº 2545448

DECRETO N.º 131/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.420,00 (seis mil quatrocentos e vinte reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

27.812.0010.2.074 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 32

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 6.420,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

27.812.0010.2.074 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 33

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 6.420,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 25 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 132/2020

Publicação N° 2545451

DECRETO N.º 132/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.054 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 12

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.054 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 13

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 26 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 133/2020

Publicação N° 2545455

DECRETO N.º 133/2020

Aprova desmembramento de área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 21.347,93 m², registrada sob a matrícula n.º 25.549 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Maurino da Silva e Maria das Graças da Silva.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas cinco áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

I - área 1 a desmembrar: 20.000,07 m²;
II - área 2 a desmembrar: 342,68 m²;
III - área 3 a desmembrar: 341,98 m²;
IV - área 4 a desmembrar: 339,66 m²;
V - área 5 a desmembrar: 323,54 m².

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 29 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 270-A/2020

Publicação Nº 2545440

PORTARIA N.º 270-A/2020

Altera regime de trabalho de servidores públicos municipais, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos da Lei Municipal n.º 1.807/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, o regime de trabalho dos servidores públicos municipais abaixo elencados, para suspender a realização de suas atividades e formar banco de horas para compensação futura, conforme segue:

I – CARLOS BRÁS LONGHI, motorista;

II – FREDERICO GAIO, motorista.

Art. 2º O regime de compensação de banco de horas perdurará enquanto estiver mantida a situação de emergência estabelecida pela pandemia decorrente do COVID-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 16 de maio de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 12 de maio de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves –
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 301-B/2020

Publicação Nº 2545301

PORTARIA N.º 301-B/2020

Revoga Portaria n.º 301-A/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 301-A/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 17 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 313/2020

Publicação Nº 2545442

PORTARIA N.º 313/2020

Rescinde contrato de servidor admitido em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com o servidor Sr. JEFERSON DE LIMA, operário braçal, admitido em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 315/2020

Publicação Nº 2545443

PORTARIA N.º 315/2020

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª ELLEN LUZIA SOARES, nutricionista, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 29 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 4330 DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544843

DECRETO Nº 4330

DE 23 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS.

O Prefeito do Município de Mafra WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar com recursos do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0.1.37 – Outras Transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios), conforme segue:

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 17001 - ADM. E GERÊNCIA DE APOIO AO ENSINO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 31 - APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ação: 2.222 - Manutenção das Atividades Vinculadas a Educação Infantil

Despesa: (452) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.37 – Outras Transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)

R\$ 186.779,02 (Cento e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e nove reais e dois centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 23 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4332 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544857

DECRETO Nº 4332

DE 24 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, artigo 5º, da Lei nº 4.452 de 18 de dezembro de 2019 e em conformidade com artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Público Municipal de 2020 até o valor de R\$ 173.104,83 (cento e setenta e três mil e cento e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Mafra

Órgão Orçamentário: 14000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 14002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.219 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Despesa (369) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários

R\$ 70.000,00

Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2.60 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
Despesa (362) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 40.000,00

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 17002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 34 - CULTURA E ESPORTE
Ação: 2.228 - Ações de Incentivo a Cultura
Despesa (___) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.3.24 - SUPERAVIT - Transferências de Convênios – Outros
R\$ 63.104,83

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Mafra
Órgão Orçamentário: 14000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 14002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 0 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2.219 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
Despesa (373) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 25.000,00

Despesa (402) 3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos
Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 45.000,00

Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2.60 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
Despesa (363) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 40.000,00

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 17002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 34 - CULTURA E ESPORTE
Ação: 2.228 - Ações de Incentivo a Cultura
Despesa (435) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.3.24 - SUPERAVIT - Transferências de Convênios – Outros
R\$ 63.104,83

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 24 de Junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4333 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544852

DECRETO Nº 4333

DE 24 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar com recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme segue:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Mafra

Órgão Orçamentário: 14000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 14002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.219 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Despesa (___) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.3.53 - SUPERAVIT- Transferências de Convênios - Assistência Social

R\$ 2.097,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Mafra, 24 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINKSKI

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4334 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545619

DECRETO Nº. 4334

DE 24 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2020.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4472 de 15 de junho de 2020:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social de Mafra

Órgão Orçamentário: 14000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 14002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.203 - Benefícios Eventuais

Despesa: (375) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: Recursos Ordinários - 0.1.00

R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)

Art. 2º A despesa decorrente do artigo anterior ocorrerá através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 5 - Fundo de Saneamento Básico de Mafra

Órgão Orçamentário: 20000 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Unidade Orçamentária: 20001 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 20 - SANEAMENTO BÁSICO

Ação: 2.244 - Municipalização da Água
Despesa: (347) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: Recursos Ordinários - 0.1.00
R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 24 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4335 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545626

DECRETO Nº. 4335

DE 24 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4473 de 15 de junho de 2020:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Mafra

Órgão Orçamentário: 8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 8001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 30 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ação: 2.14 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração

Despesa: (453) 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos

R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários

Art. 2º A despesa decorrente do artigo anterior ocorrerá através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 5 - Fundo de Saneamento Básico de Mafra

Órgão Orçamentário: 20000 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Unidade Orçamentária: 20001 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 20 - SANEAMENTO BÁSICO

Ação: 2.244 - Municipalização da Água

Despesa (347) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 24 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4336 DE 24 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545671

DECRETO Nº. 4336

DE 24 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2020.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4475 de 19 de junho de 2020:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 1.287.149,15 (Um milhão duzentos e oitenta e sete mil cento e quarenta e nove reais e quinze centavos), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Mafra

Órgão Orçamentário: 26000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CIDADANIA

Unidade Orçamentária: 26001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CIDADANIA

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Programa: 51 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CIDADANIA

Ação: 2.243 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil

Despesa (325) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários

R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra

Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.84 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Despesa (50) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.02 - Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde – COVID 19

Despesa: (454) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38.1

R\$ 114.149,15 (Cento e quatorze mil e cento e quarenta e nove reais e quinze centavos)

Despesa: (449) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38.1

R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Despesa: (455) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38.1

R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.192 - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo

Despesa (182) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.89 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Despesa (224) 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos

Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.95 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - CAPS

Despesa (203) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.93 - Vigilância Sanitária
Despesa (207) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.205 - Combate a Endemias
Despesa (150) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.02 - Receita de Impostos e de Transferências – Saúde
R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.91 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica
Despesa (210) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2.197 - Terceirização de Serviços de Saúde
Despesa (157) 3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 494.149,15 (Quatrocentos e noventa e quatro mil cento e quarenta e nove reais e quinze centavos)

Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.86 - Agente Comunitário de Saúde - ACS
Despesa (167) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.87 - Atenção Básica - PAB Variável - Saúde Bucal
Despesa (172) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.185 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA
Despesa (205) 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de recurso: 0.1.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Unidade Gestora: 5 - Fundo de Saneamento Básico de Mafra
Órgão Orçamentário: 20000 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO
Unidade Orçamentária: 20001 - FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 20 - SANEAMENTO BÁSICO
Ação: 2.244 - Municipalização da Água
Despesa: (347) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: Recursos Ordinários - 0.1.00

R\$ 328.000,00 (Trezentos e vinte e oito mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 24 de junho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/CMDCA

Publicação Nº 2545115

Edital de Chamamento Público nº 001/2020/CMDCA
Divulgação do Resultado Definitivo da Etapa de Seleção

1. RELAÇÃO DOS PROJETOS CLASSIFICADOS NA ETAPA DE SELAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Mafra, divulga a relação de projetos aprovados através do Edital de Chamamento Público nº 001/2019/CMDCA, na etapa de seleção das propostas:

Linha 1 – Assegurando o direito à educação, cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes:

a) Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com deficiência no âmbito escolar, para além da Lei da Acessibilidade, como por exemplo: Implantar nas Escolas a acessibilidade de materiais (mapas e livros em Braille, audiolivros), equipamentos, informática e acesso à internet, para todas as crianças e adolescentes, com deficiência.

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação – valor:

a.1) Comunicação Suplementar Alternativa – APAE de Mafra – nota 10,00 – valor R\$ 21.736,56 – 1º Classificado - Aprovado

b) Implantar Escola de Tempo Integral, possibilitando que crianças e adolescentes tenham qualidade no ensino-aprendizagem, incluindo atividades extraclasses, como cultura, arte e esporte.

Valor disponível: 80.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação – valor:

b.1) Tênis de Mesa – APP da EAM “Prof. José Schultz Filho” – nota 9,75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.378,00

b.2) Futsal – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 3.610,00

b.3) Futsal na Escola – APP da EEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.522,50

b.4) Dança de Salão – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,5 – 4º Classificado – aprovado - valor R\$ 3.340,00

b.5) Letramento em Cena – APP da EMEF “Campo da Lança” – nota 9,25 – 5º Classificado – aprovado - valor R\$ 6.880,00

b.6) Voleibol na Escola – APP da EMEB “Prof Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 8.310,00

b.7) Capoeira – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 9,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.758,00

b.8) Judô na Escola – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 9,0 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 7.090,00

b.9) Dança – APP da CEM “Beija-Flor” – 9º Classificado – aprovado - nota 9,0 – valor R\$ 2.800,00

b.10) Xadrez – APP da CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 10º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00

b.11) Jiu-Jitsu – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 11º Classificado – aprovado - valor R\$ 10.300,00

b.12) Dança na Escola – APP da EEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 8,25 – 12º Classificado – aprovado - valor R\$ 6.350,00

b.13) Fotografia – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 8,25 – 13º Classificado – aprovado - valor R\$ 9.130,00

b.14) Artesanato – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 6,25 – 14º Classificado – aprovado - valor R\$ 26.100,00

Total dos projetos aprovados: 107.368,50. Serão objeto de Termo de Colaboração os projetos classificados com as 12 maiores notas, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

c) Implantar atividades de reforço escolar para crianças e adolescentes, possibilitando o ensino-aprendizagem de reforço escolar, etapa essencial no aprendizado.

Valor disponível: 80.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação – valor:

c.1) – Apoio Pedagógico – APP da EAM “Prof. José Schultz Filho” – nota 9,75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 4.200,00

c.2) – Reforço Escolar – APP da EMEF “Augusta Vitória” – nota 9,5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.3) – Assistência Pedagógica – APP da EMEF “Amola Flecha” – nota 9,5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.4) – Reforço Escolar – APP da Escola “Avenal do Saltinho” – nota 9,25 – 4º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.5) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 9,12 – 5º Classificado – aprovado - valor R\$ 11.200,00

c.6) – Reforço Escolar – APP da EMEF “Bem. Felipe Carvalho Martins” – nota 9,0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.7) – Reforço Escolar – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 9,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00

c.8) – Reforço Escolar – APP da CEM “Beija-Flor” – nota 8,75 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00

c.9) – Reforço Escolar – APP CEM “General Osório” – nota 8.75 – 9º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00
c.10) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 8.75 – 10º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.600,00
c.11) – Reforço Escolar – APP da EMEB “Vereador Evaldo Steidel” – nota 8.5 – 11º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00
Valor total dos projetos apresentados: R\$ 60.200,00.

d) Projetos de musicalização para crianças e adolescentes.

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

d.1) Fanfarra – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 5.240,00
d.2) Fanfarra – APP da EAM “Pref. José Schultz Filho” – nota 9.5 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 20.038,00
d.3) Música na Escola – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 8.5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00
d.4) Fanfarra – APP da EMEB “Vereador Evaldo Steidel” – nota 7.75 – 4º Desclassificado
d.5) Banda Marcial – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 7.5 – 5º Desclassificado
d.6) Fanfarra na Escola – APP da EMEB “Prof. Mario de Oliveira Goeldner” – nota 7.0 – 6º Classificado – aprovado - valor R\$ 29.910,00
d.7) Fanfarra – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 7,0 – 7º Classificado – aprovado - valor R\$ 31.260,00
d.8) Fanfarra – APP da EMEF “São Lourenço” – nota 6.5 – 8º Classificado – aprovado - valor R\$ 29.910,46
Valor total dos projetos apresentados: R\$ 160.588,92.

Serão objeto de Termo de Colaboração os projetos classificados com as 3 maiores notas, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

e) Qualificação profissional de jovens para o mercado de trabalho através de cursos de pré-qualificação;

Valor disponível: 30.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

e.1) Qualificação Profissional “Operador de Supermercados” – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 14.978,00
e.2) Qualificação Social e Profissional para jovens aprendizes com deficiência intelectual e autismo – APAE de Mafra – nota 9,66 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 16.283,79
Valor total dos projetos aprovados: 31.261,79. Considerando as possíveis sobras de recurso, serão aprovados os dois projetos.

f) Implantar cursos de informática, como por exemplo: utilizando de espaços existentes nos bairros, a fim de facilitar o acesso à internet guiada para crianças e adolescentes e suas famílias;

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

f.1) – Informática Educativa – APP da EMEB “Avenal São Sebastião” – nota 9,5 - 1º Classificado – aprovado — valor R\$ 22.200,00
f.2) – Informática – APP da EEB “Monteiro Lobato” – nota 8,0 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 12.990,00
Valor total dos projetos apresentados: R\$ 35.190,00

h) Ampliação de programas culturais nos bairros, incluindo finais de semana, feriados e férias, utilizando-se dos espaços das escolas, associações ou praças.

Valor disponível: 20.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

h.1) Oficina de Teatro – Associação Comunitária Vilanovense – nota 8,25 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 17.141,00
h.2) Oficina de Contação de História – Associação Comunitária Vilanovense – nota 6,75 – 2º Classificado – aprovado - valor R\$ 9.600,00
Valor total dos projetos aprovados: R\$ 26.741,00.

Será objeto de Termo de Colaboração o projeto classificado com a maior nota, respeitando o limite de recursos previsto para a alínea de ação.

Linha 2 – Saúde de Crianças e Adolescentes:

a) Redução do índice de gravidez na adolescência, através de discussão em grupos, material informativo e palestras, segundo o que preconiza a UNICEF.

Valor disponível: 40.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

a.1) Campday “Adolescência primeiro, gravidez depois” – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 39.600,00

b) Redução da incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, na adolescência, como por exemplo: ampliar os espaços de discussão sobre a educação para proteção contra as DST’s e rodas de conversa sobre corpo e sexualidade.

Valor disponível: 20.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

b.1) Contramaré Não Deixe a Onda te Levar – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 13.137,00

d) Executar projetos de redução de danos e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: estruturar a rede psicossocial para atender crianças,

adolescentes e suas respectivas famílias, com ações efetivas de prevenção e redução de danos.

Valor disponível: 50.000,00.

Projetos apresentados – nota – classificação - valor:

d.1) Contramaré Não Deixe a Onda te Levar – Associação Cristã Acampamento MORIAH – nota 9.75 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 36.862,80

2. DAS DECISÕES RECURSAIS

Nenhum recurso foi apresentado. Dos projetos pendentes de adequação, foram reapresentados e aprovados: Música na Escola – APP do CEM “Beija-Flor” – nota 8.5 – 3º Classificado – aprovado - valor R\$ 2.800,00; Oficina de Teatro – Associação Comunitária Vilanovense – nota 8,25 – 1º Classificado – aprovado - valor R\$ 17.141,00. Os demais foram desclassificados.

3. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) que tiveram seus projetos apresentados, terão o prazo de no máximo 15 (quinze) dias para apresentação da documentação faltante a fim de celebração do Termo de Colaboração:

3.1. Declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

3.2. Declaração de que não tenha em seu quadro de dirigentes, agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas;

3.3. Declaração de que não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

3.4. Declaração de que não tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade;

3.5. Comprovar funcionamento há pelo menos 02 (dois) anos, com comprovada atuação na área (atestado de funcionamento, alvará de funcionamento, cartão CNPJ, relatório de atividades ou documentos equivalentes);

3.6. Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

3.7. Declaração de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

3.8. Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;

3.9. Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo, contrato de locação, declaração do proprietário;

3.10. Apresentar Alvará de funcionamento expedido pelo Município de Mafra ou documento equivalente;

3.11. Apresentar a declaração do Anexo I;

3.12. Apresentar Declaração do Banco que possui conta corrente exclusiva para movimentação dos recursos recebidos;

Demais documentação poderá ser exigida pela Comissão, quando considerada necessária.

As informações poderão ser solicitadas via protocolo físico na Secretaria Municipal de Administração ou via e-mail através do administracao@mafra.sc.gov.br, com solicitação endereçada à Comissão de Seleção.

Mafra, 30 de junho de 2020.

KÁTIA APARECIDA BORGES SALIBA
PRESIDENTE DO CMDCA DE MAFRA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO Nº 055/2020

Publicação Nº 2545826

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO Nº 055/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO para aquisição de materiais destinados a reforma da rede de energia elétrica e iluminação do Cemitério Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 17/07/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 17/07/2020. Início da disputa 09h00min do dia 17/07/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.bre www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das

08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 30 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020

Publicação Nº 2545825

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de limpeza e higiene, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 23/07/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 23/07/2020. Início da disputa 09h00min do dia 23/07/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.bre www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 30 de junho de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2020

Publicação Nº 2545828

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: SUPERMERCADO DJEK E SHERON & CIA LTDA-EPP
CNPJ: 06.077.065/0001-11

Valor registrado: R\$ 13.524,90 (treze mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, lâmpadas e cargas de gás, que restaram desertos, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 126/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 047/2020.

Data de assinatura: 02 de junho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 02 de junho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2020

Publicação Nº 2545831

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Empresa Registrada: SUPERMERCADO DJEK E SHERON & CIA LTDA-EPP
CNPJ: 06.077.065/0001-11

Valor registrado: R\$ 53.913,50 (cinquenta e três mil novecentos e treze reais e cinquenta centavos).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 080/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 033/2020.

Data de assinatura: 15 de junho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de junho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO Nº 004/2020

Publicação Nº 2545833

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO Nº 004/2020

TERMO DE PERMISSÃO Nº 004/2020

Permitente: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Permissionária: JANETE APARECIDA SANTOS FARIAS TRANSPORTES

CNPJ: 97.530.979/0001-41

Objeto: Prestação de serviços de transporte coletivo alternativo de passageiros, conforme os termos do Edital de Credenciamento nº 002/2020, o qual faz parte integrante deste TERMO.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 035/2020- Credenciamento nº 002/2020

Valor máximo de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos)

Credenciada para a prestação de serviços na Linha Jardim América/ Vila Ivete.

Data Assinatura: 22 de junho de 2020.

Prazo: O prazo de permissão será de 03 (três) meses a contar da data da assinatura do presente Contrato, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes.

Foro: Comarca de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2020**

Publicação Nº 2545319

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 10

DE 30 DE JUNHO DE 2020

ALTERA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE 13 DE ABRIL DE 2020, QUE "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO".

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação,

DECRETA

Art. 1º O Parágrafo Único do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 07, de 13 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. As medidas temporárias de prevenção prevista neste decreto terão vigência até 15 de julho de 2020".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 30 de junho de 2020.

Eder Gielgen
Presidente**PORTARIA Nº 15/2020**

Publicação Nº 2545328

PORTARIA Nº 15/2020, de 30 de junho de 2020.

ALTERA A PORTARIA Nº 09, DE 13 DE ABRIL DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE REVEZAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E ESTAGIÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Eder Gielgen, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 13 e 14 do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Altera o art. 1º, da Portaria nº 09, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Durante as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), compreendido até 15 de julho de 2020, fica autorizado o revezamento da jornada de trabalho dos servidores efetivos, comissionados e estagiários da Câmara Municipal de Mafra.”

Art. 2º Altera o art. 2º, da Portaria nº 09, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O trabalho dos servidores nas dependências da Câmara Municipal corresponderá da seguinte forma:

I - No período matutino compreendido das 08h00 às 12h00 trabalharão os seguintes servidores: Bruna Rafaela Westarb, Vânia Lazaro da Guarda, Célio César Fernandes, Edson Lucas Alves Elias, Larissa de Souza Puttkammer, Daiany de Assis e Mateus Liebel Menine.

II - No período vespertino compreendido das 13h30min às 17h00 trabalharão os seguintes servidores: Fabiane Faszank, Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch, Chayenne Elis Cardoso, Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski, Edenilson Ferreira, Maria Neli Worell Schafascheck, Nelci de Souza, Gabriel da Silva Lis e Samantha da Silva.”

Art. 3º Altera o art. 4º, da Portaria nº 09, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Departamento de Pessoal abonará somente o período em que o servidor teve autorizado o revezamento.”

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Mafra, 30 de junho de 2020.

VER. EDER GIELGEN
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2545332

RESOLUÇÃO Nº 11/2020, de 30 de junho de 2020.

ALTERA O CALENDÁRIO DE SESSÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais, e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação,

RESOLVE:

Art. 1º Altera o art. 1º da Resolução nº 01, de 28 de janeiro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fixa o Calendário de Sessões Ordinárias para o exercício de 2020, como segue:

Fevereiro 03, 04, 10, 11, 17 e 18.

Março 02, 03, 09, 10, 16 e 17.

Abril 14 e 28.

Maio 05, 12, 19 e 26.

Junho 02, 09, 16, 23 e 30.

Julho 07 e 14.

Agosto 03, 04, 10, 11, 17, 18, 24, 25 e 31.

Setembro 01, 14, 15, 21, 22, 28 e 29.

Outubro 05, 06, 13, 19, 20, 26 e 27.

Novembro 03, 09, 10, 16, 17, 23, 24 e 30.

Dezembro 01, 07, 08, 14 e 15”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2020.

VER. EDER GIELGEN
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

ATA 02 TOMADA DE PREÇO Nº 004/FMS/2020

Publicação Nº 2545598

ATA 02
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 004/FMS/2020
Processo administrativo nº 249/2020

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 2 – CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

OBJETO: contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários de reforma e ampliação da Unidade de Saúde Centro Municipal de Assistência à Saúde Dejaí Rossa e Unidade Básica de Saúde José Thomaz da Silveira, no município de Maracajá/SC.

Às treze horas e trinta minutos, do dia trinta, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 22/2020. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sta. Vanessa Aparecida Jerônimo, a mesma informou a Comissão que tendo passado os prazos legais sem nenhuma interposição de recursos, permitindo assim a continuidade dos trabalhos referente a segunda fase deste processo licitatório, ou seja, a abertura dos envelopes contendo as proposta de preço (envelope 02) das empresas habilitadas, MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA ME, JHONATAN FERNANDES FELICIANO ME e KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE. Portando, desta forma a Comissão determinou o dia 06/07/2020 (segunda-feira) às 13h00min – horário de Brasília - para abertura do envelope 02 – propostas de preços, com ou sem a presença dos representantes legais das licitantes, na sala de licitações do município de Maracajá. As empresas serão comunicadas através de e-mail e publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 13h40min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá-SC, 30 de junho de 2020.

VANESSA APARECIDA JERÔNIMO	GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT	ROSANE ROLDÃO DE FAVERI	
Presidente	Secretária	Membro	Membro
			TATIANE

ATA 04 PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2020

Publicação Nº 2544913

ATA 04

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2020

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA CONVOCAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDA COLOCADA

OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de iluminação pública e instalações elétricas na Praça Frei Eusébio Alfredo Chaves, no centro no município de Maracajá/SC.

Às oito horas e quarenta minutos, do dia trinta, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 23/2020, para prosseguimento do Pregão Presencial nº 032/2020. Aberta a sessão pela Pregoeira, a mesma informou que diante da ausência de entrega da certidão negativa ou positiva com efeito de negativa municipal, no prazo requerido pela empresa MILLENIUM CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA, foi marcada nova data para abertura do envelope número 02 da empresa segunda colocada, bem como negociar o preço por ela ofertado. Encontravam-se presentes na sessão o representante legal da empresa AI ELECTRIC COMERCIAL ELETRICA EIRELI, Sr. Akilson Mota Barbosa, e Diretora do Departamento de Obras do município. Sta. Vanessa Aparecida Jerônimo, para aferição dos documentos relativos à parte técnica. Franqueada a palavra, o representante legal da empresa AI ELECTRIC COMERCIAL ELETRICA EIRELI, informou que consegue dar nenhum desconto, ou seja, sua proposta final é de R\$ 106.609,46 (cento e seis mil seiscentos e nove reais e quarenta e seis centavos). Ato

contínuo, foi aberto o envelope número 02 – Documentos de Habilitação -, verificou-se que os documentos da empresa estavam de acordo com descrito no edital. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 09h10min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Maracajá, 30 de junho de 2020.

GRASIELA BECKER Pregoeira	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA Equipe de Apoio	HELDER FRANCISCO LOCH Equipe de Apoio
------------------------------	--	--

VANESSA APARECIDA JERÔNIMO
Diretora Departamento de Obras

AKILSON MOTA BARBOSA
AI ELECTRIC COMERCIAL ELETRICA EIRELI

PORTARIA 080/2020

Publicação N° 2545027

PORTARIA N°. 080 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO, E SEM VENCIMENTOS, AO SERVIDOR RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 181 e seguintes da Lei Complementar N.º 46 de 26 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença, a pedido, e sem vencimentos, ao servidor MÁRCIO WESSLER ROQUE, do cargo de Auxiliar de Agente Administrativo pelo período de 6 de julho de 2020 até 5 de outubro de 2020, ressalvando a possibilidade de cancelamento, a qualquer momento, da licença concedida, em função das imperiosas necessidades da administração pública.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração Municipal, em 29 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 081/2020

Publicação N° 2545029

Portaria nº 081 de 29 de junho de 2020.
NOMEIA VANESSA DE FAVERI DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA E.E.B.M. MARIA LIBÂNIA MACHADO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir do dia 1º de julho de 2020, VANESSA DE FAVERI DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 12 de outubro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 000.052.619-37, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora da E.E.B.M. Maria Libânia Machado.

Art. 2º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 3º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de junho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 29 de junho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 573/2020

Publicação Nº 2545147

DECRETO Nº 573, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal ELAINE MARIA FARIA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 30 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

LEI Nº 2109 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544806

LEI Nº 2109 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2021 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Massaranduba, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da Administração Municipal extraída do Plano Plurianual para 2018-2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos anexos desta lei, e que conterà ainda:

Anexo – Demonstrativo da Receita;

Anexo – Demonstrativo das Metas Fiscais da Receita;

Anexo – Demonstrativo das Metas Fiscais Anuais;

Anexo – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

Anexo – Demonstrativo das Prioridades e Metas;

Anexo – Demonstrativo dos Programas de Trabalho;

Anexo – Demonstrativo da Origem e Destino de Aplicação dos Recursos;

Anexo – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

Anexo – Estimativa e Compensação da renúncia de receita;

Anexo – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificações da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas à seus Fundos, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de despesa, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2021. (Art. 5º, III da LRF);

XVI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada fonte na composição da Receita total (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

II – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (Art.12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2021, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2021, constantes do anexo específico desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF)

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 21 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor do limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 25 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou

operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 e constantes desta Lei (Art. 167, I da CF).

Art. 27 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações, e contemplados na Lei Orçamentária para 2021, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 29 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (Art. 32, I da LRF).

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF). Poderá ainda o Executivo e o Legislativo Municipal contribuir para o plano de assistência à saúde dos servidores municipais, de acordo com a disponibilidade financeira.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Massaranduba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 36 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 37 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (Art. 14, § 2º da LRF).

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de novembro de 2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2021.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Massaranduba, 30 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 31.2020 DIS 31.2020 (FMS) - TOTENS PARA ÁLCOOL GEL (COVID-19)

Publicação Nº 2544874

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO E VALOR TOTAL

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a AQUISIÇÃO DE TOTENS PERSONALIZADOS PARA DISPENSAÇÃO DE ÁLCOOL GEL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	TOTEN VERTICAL DISPENSER DE ÁLCOOL GEL PERSONALIZADO ACIONADO POR PEDAL.	UNID	15	R\$ 287,00	R\$ 4.305,00
VALOR TOTAL: R\$ 4.305,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E CINCO REAIS).					

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: JB2 MÍDIA EXTERNA LTDA

CNPJ: 04.517.437/0001-58

ENDEREÇO: Rua Regente Feijó, número 106, conjunto Am bairro Itoupava Seca, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.035-410

CONTATO: (47) 3370-0000 / vemaiss@vemaiss.com

BANCO: Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0417

CONTA CORRENTE: 4240-6

OPERAÇÃO: 003

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a entrega/execução do objeto e emissão da documentação fiscal.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

2101 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO

44905234 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

138014 – Transf. SUS/União - Enfrentamento COVID-19

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, na Secretaria de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensas de licitação e inexigibilidades de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, bem como ao art. 4 da Lei Federal 13.979/20, onde se verificam ocasiões em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

“Art. 4 - É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.”

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. Ainda, tal procedimento simplificado para aquisição de insumos para o enfrentamento e prevenção da pandemia, é autorizado nos

termos elencados pelo art. 4 e ss da Lei Federal 13.979/20.

7.3. É cediço que a Constituição criou adequada presunção de que a melhor contratação se materializa por meio da competição em processo administrativo. Ademais, tal procedimento também é visto como o mais apto a preservar a impessoalidade e isonomia das aquisições.

7.4. Ocorre que o próprio legislador constituinte, atento às implicações negativas que a presunção absoluta do dever de licitar acarretaria ao cotidiano de contratações da administração, previu a possibilidade de lei ordinária afastar a aplicação de tal comando em determinadas situações.

7.5. Com a pandemia do COVID-19 e sua alta capacidade de transmissão, se faz necessário tomar algumas medidas preventivas. A aquisição dos equipamentos auxiliará na higienização da população que busca atendimento no serviço público, garantindo a segurança do cidadão e dos servidores públicos, reduzindo a possibilidade de contaminação e transmissão. Os equipamentos serão instalados nos pontos de maior fluxo de atendimento público.

7.6. Diante deste cenário, o Decreto 4.147/20 declara situação de emergência no Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, bem como o Decreto 4.137/20, que define medidas para o enfrentamento da pandemia e dispensa licitações para contratação de serviços necessários ao enfrentamento da mesma.

7.7. Sendo assim, visto ser obrigação desta Administração zelar pela saúde e segurança dos seus munícipes e dos servidores que atuam nos serviços essenciais, tal aquisição mostra-se necessária.

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa citada mostra-se vantajosa para a Administração, pois a proposta comercial apresentada atende às necessidades do Município.

8.2. A estimativa de preço foi realizada nos termos do art. 4 da Lei Federal 13.979/20, conforme consultas anexas ao termo de referência.

Massaranduba (SC), 22 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 035/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2545237

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 035/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: BIO ODONTO COMÉRCIO E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, CONFORME ANEXO I A ESTE CONTRATO, USANDO COMO REFERÊNCIA OS VALORES E PROCEDIMENTOS CONSTANTES NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", E VALORES DO GRUPO 07 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, SUBGRUPO 01 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS NÃO RELACIONADOS AO ATO CIRÚRGICO, FORMA DE ORGANIZAÇÃO 07 - OPM EM ODONTOLOGIA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2020.

Valor Estimado Ano: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 036/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2545246

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 036/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: PRÓTESE DENTÁRIA FORQUILHINHA LTDA - ME

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, CONFORME ANEXO I A ESTE CONTRATO, USANDO COMO REFERÊNCIA OS VALORES E PROCEDIMENTOS CONSTANTES NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", E VALORES DO GRUPO 07 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, SUBGRUPO 01 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS NÃO RELACIONADOS AO ATO CIRÚRGICO, FORMA DE ORGANIZAÇÃO 07 - OPM EM ODONTOLOGIA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2020.

Valor Estimado Ano: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 078/2020

Publicação Nº 2545834

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 078/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI

Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DO CONVENIO MAPA Nº 887634/2019, ORIUNDO DA PROPOSTA Nº 4832/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE MELEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 079/2020

Publicação Nº 2545839

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 079/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANDREIA BASSORICI ME

Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DO CONVENIO MAPA Nº 887634/2019, ORIUNDO DA PROPOSTA Nº 4832/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE MELEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 103.900,00 (cento e três mil e novecentos reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 080/2020

Publicação Nº 2545844

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 080/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DO CONVENIO MAPA Nº 887634/2019, ORIUNDO DA PROPOSTA Nº 4832/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE MELEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 39.350,00 (trinta e nove mil e trezentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº. 081/2020

Publicação Nº 2545848

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 081/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: METALÚRGICA OSTETTO LTDA - EPP

Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DO CONVENIO MAPA Nº 887634/2019, ORIUNDO DA PROPOSTA Nº 4832/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE MELEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 30 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 216-2020

Publicação Nº 2545069

PORTARIA n.º 216/2020
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 216/2020

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Tania Alexandre Mota	1152
Remio Moraes de Souza	1301

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 217-2020

Publicação Nº 2545072

PORTARIA nº 217/2020

ANTECIPA E CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Antecipar e conceder férias por 15 (quinze) dias ao servidor público municipal FRANCISCO PAULO KRUGER– matrícula 503, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, referente ao período aquisitivo de 05/11/2019 a 04/11/2020 em virtude da pandemia.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 218-2020

Publicação Nº 2545073

PORTARIA nº 218/2020
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1344/2009, de 19 de março de 2009, Lei nº 1435/2010, de 16 de junho de 2010, e Lei nº 1815/2019 de 18 de setembro de 2019, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º À servidora pública municipal ELIEGE GONÇALVES CAVALER DELA VECHIA – matrícula n.º 10014, a gratificação nível de referência FG 4, com suas atribuições previstas no Anexo Único da Lei n.º 1815/2019, de 18 de Setembro de 2019.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 219-2020

Publicação Nº 2545075

PORTARIA n.º 219/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000 de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, e a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ANTONIO JOSÉ MACARINI, matrícula 351, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de abril de 2015 a 27 de abril de 2020, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 220-2020

Publicação Nº 2545076

PORTARIA n.º 220/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora VIVIANI MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 221-2020

Publicação Nº 2545078

PORTARIA n.º 221/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora DULCENEIA MARTINS BORGES MACHADO, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/06/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de junho de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO N° 169/2020

Publicação N° 2546072

DECRETO N°169/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais n°s: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal, Edital de Processo Seletivo n° 001/2020 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo n° 001/2020, para admissão em caráter temporário do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos está de conformidade com a relação Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 30 de JUNHO de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO EDITAL N° 001/2020

Agente Comunitário de Saúde I

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
13	TATIANE LINDEMANN FERREIRA	52,00	1º	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde II

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
25	DALVANA FICAGNA	56,00	1º	Aprovado

Modelo, SC, 30 de JUNHO de 2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 048-2020 PRODUTOS HOSPITALARES - SOMA SC

Publicação N° 2546058

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 048/2020

Processo Licitatório nº 1018/2020

Pregão SRP nº 026/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.531.725/0001-20

Valor: R\$ 29.772,00

Assinado em: 30/06/2020

Vigente até: 30/06/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA O CORONAVÍRUS COVID-19 E TERMOMETRO DIGITAL COM INFRA-VERMELHO

Modelo/SC, 30 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015.2020

Publicação Nº 2545013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: CONSTRUFÁCIL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, valor registrado R\$ 164.039,65 (cento e sessenta e quatro mil, trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos); EFAPI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E DECORAÇÃO LTDA, valor total registrado R\$ 100.460,00 (cem mil, quatrocentos e sessenta reais); JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LTDA, valor total registrado R\$ 31.030,30 (trinta e um mil, trinta reais e trinta centavos); KLAUS ROBERT GAST EIRELI, valor total registrado R\$ 12.753,50 (doze mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos); MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA, valor total registrado R\$ 40.577,50 (quarenta mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos); RODI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME, valor total registrado R\$ 83.357,75 (oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos); SK-IND. ESQUADRILHAS MADEIRA LTDA-ME, valor total registrado R\$ 41.579,75 (quarenta e um mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para reposição, manutenção e edificação de prédios e outras construções públicas no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 036/2020, Pregão Presencial nº. 012/2020. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 29 de junho de 2021. Mondaí – SC, 29 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Finanças - Ordenador de Despesas

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017.2020

Publicação Nº 2545109

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, valor total registrado R\$ 1.617,00 (um mil, setecentos e dezessete reais); AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, valor total registrado R\$ 24.925,00 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais); FERRAZ COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS EIRELI, valor total registrado R\$ 846,60 (oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos); JP EQUIPAMENTOS LTDA – ME, valor total registrado R\$ 2.972,80 (dois mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos); LEANDRO APARECIDO DE PAULA, valor total registrado R\$ 962,50 (novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos); M3 DISTRIBUIDORA LTDA, valor total registrado R\$ 7.798,50 (sete mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos); MARCELA MARTINS DOS SANTOS 00657527084, valor total registrado R\$ 6.066,20 (seis mil, sessenta e seis reais e vinte centavos); MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, valor total registrado R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais); NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, valor total registrado R\$ 7.326,00 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais); PASCHOAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, valor total registrado R\$ 11.114,16 (onze mil, cento e quatorze reais e dezesseis centavos). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de produtos de higiene, limpeza, copa/cozinha e outros materiais de custeio, destinados à manutenção das atividades das Secretarias da Administração Municipal, com entrega parcelada, pelo período de 12 (dozes) meses após a data de homologação, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. ORIGEM: Processo Licitatório nº 023/2020, Pregão Eletrônico nº. 002/2020. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 21 de junho de 2021. Mondaí – SC, 22 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Finanças - Ordenador de Despesas

EXTRATO CONTRATO Nº 040.2020

Publicação Nº 2544885

MUNICIPIO DE MONDAÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

CONTRATANTE: Município de Mondaí - CONTRATADA: INOVAR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 10.516.395/0001-33 Objeto: Credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313/2009, Lei Complementar Municipal nº 060/2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 5.342 de 18/05/2020, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). ORIGEM: Processo Licitatório nº 019/2020 - Inexigibilidade nº 002/2020. VALOR: R\$ 109.500,00 (cento e nove mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: até 24 de maio de 2021. Mondaí/SC, 29 de junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 057/2020

Publicação Nº 2545000

DECRETO Nº 57/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, e a LEI Nº 1183 DE 27 DE MARÇO DE 2020.

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 1.213.490,50 (Um milhão duzentos e treze mil quatrocentos e noventa reais e cinq-enta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação
Projeto/Atividade 1.002 – Construção Ampliação e Refo. da Rede Física do Ensino Fundamental
Elemento Despesa 153 – 4.4.90.00.00.00.03.0036
Valor: R\$ 1.213.490,50 (Um milhão duzentos e treze mil quatrocentos e noventa reais e cinq-enta centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrario, especialmente o decreto nº 33/2020 de 27 de março de 2020.

Monte Carlo, 30 de junho 2020.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 058/2020

Publicação Nº 2545003

DECRETO Nº 058/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, e a LEI Nº 1192 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no orçamento do município no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinq-enta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Elemento Despesa 47 – 3.3.90.00.00.00.01.0063
Valor: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinq-enta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito previsto no art. 1º será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação, fonte de recurso 63 – Convenio Estado

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 30 de junho de 2020.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1192/2020

Publicação Nº 2545009

LEI Nº 1192/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no orçamento do município no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinq-enta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Elemento Despesa 47 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0063
Valor: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinq-enta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito previsto no art. 1º será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação, fonte de recurso 63 – Convenio Estado

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 30 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 092/2020

Publicação Nº 2545181

DECRETO Nº 092/2020, de 10 de junho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 67.338,57 (sessenta e sete mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

07.02.08.244.0012.2.091-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 36.312,87

07.02.08.244.0012.2.092-3.3. 90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 31.025,70

Art. 2º - O crédito que trata do artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 3081 CREAS-COVID no valor de R\$ 31.025,70 e na fonte 3080 CRAS – COVID no valor de R\$ 36.312,87.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 10 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

DECRETO Nº 093/2020

Publicação Nº 2545183

DECRETO Nº 093/2020, de 10 de junho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.303.0011.2.062-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 112

Valor de R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.303.0011.2.062-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos

Valor de R\$ 8.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 10 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

DECRETO Nº 105/2020

Publicação Nº 2544957

DECRETO Nº 105, em 30 de junho de 2020.

REVOGA O DECRETO Nº 108, DE 06 DE AGOSTO DE 2019 E NOMEIA MEMBRO PARA O COMITÊ DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE - COES - DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Altera o Decreto nº 108, de 06 de agosto de 2019, e nomeia a Servidora Franciele Maragno para compor o Comitê de Operações de Emergência em Saúde - COES – Grupo Multidisciplinar e Intersetorial, em substituição ao ex-servidor Robson Francisconi.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 106/2020

Publicação Nº 2544958

DECRETO Nº 106, de 30 de junho de 2020.

ALTERA O DECRETO 158, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 E NOMEIA MEMBRO PARA A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE – PMS PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 158, de 25 de outubro de 2017, e nomeia a Servidora Franciele Maragno, para compor a Comissão Municipal de Saúde para a organização dos trabalhos de elaboração do plano municipal de saúde – PMS, para o quadriênio de 2018-2021, em substituição ao ex- servidor Robson Francisconi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 107/2020

Publicação Nº 2544960

DECRETO Nº 107, em 30 de junho de 2020.

"ALTERA O DECRETO Nº 126, DE 31 DE AGOSTO DE 2017 E NOMEIA MEMBRO PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 252, §5º, INCISO II, ALÍNEA "A" DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Altera o Decreto nº 126, de 31 de agosto de 2017, e nomeia o Servidor Roberto José Sávio Caetano para compor a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, nos termos do Artigo 252, §5º, inciso II, alínea "a" do Código Tributário do Município, em substituição ao ex-servidor Robson Francisconi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 108/2020

Publicação Nº 2544961

DECRETO Nº 108, de 30 de junho de 2020.

ALTERA O ARTIGO 15, DO DECRETO 042, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E NOMEIA MEMBRO PARA O CÔMITE MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

AGENOR CORAL, Prefeito de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,e

Art. 1º – Altera o artigo 15, do Decreto nº 042, de 17 de março de 2020, e nomeia a Servidora Franciele Maragno para compor o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19, em substituição ao ex-servidor Robson Francisconi.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 30 de junho de 2020.

AGENOR CORAL
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO SAVIO CAETANO
SECRETÁRIO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

DECRETO Nº 109/2020

Publicação Nº 2545997

DECRETO MUNICIPAL Nº 109, de 30 de junho de 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:**Capítulo I****DA NECESSIDADE DE ISOLAMENTO DOMICILIAR DAS PESSOAS MAIORES DE 60 ANOS**

Art. 1º Fica recomendado o isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Parágrafo único. Recomenda-se que o deslocamento de referidas pessoas se limite às atividades laborativas, atendimentos de saúde, aquisição de produtos alimentícios e de saúde e para atividade física ao ar livre, sempre utilizando máscara.

CAPÍTULO II**DA UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MÁSCARAS**

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto passa a ser obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas, em transporte público, em transporte por aplicativo, táxis e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

§ 1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo constitui infração sanitária prevista no artigo 505, § 1º da Lei Complementar Municipal 002/2009 e, a partir do dia 02 de julho de 2020, acarretará a imposição de multa no valor mínimo de 50 UFM.

§ 2º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes de fiscalização municipal, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regimento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19.

§3º Em caso de descumprimento, o órgão atuante poderá acionar a autoridade policial para lavratura de Termo Circunstanciado, pelo crime do art. 131 e art. 268 ambos do Código Penal.

§4º A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais, inclusive elevadores.

§5º A obrigação prevista no caput deste artigo será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade.

§6º As máscaras a que se refere o caput deste artigo podem ser artesanais ou industriais.

§7º Recomenda-se para que as pessoas, ao circularem em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transporte público, deverão portar documento de identificação, em meio físico ou digital.

§8º Considera-se adequado o uso da máscara quando obedecer àquele indicado pelos órgãos de saúde competentes, qual seja, utilizando-se o artigo facial de maneira correta, de modo a cobrir completamente a boca e o nariz, ao mesmo tempo.

Art. 3º Os estabelecimentos autorizados a funcionar durante a pandemia da Covid-19 são obrigados a fornecer a seus funcionários e colaboradores máscaras de proteção individual, ainda que de fabricação artesanal, e outros equipamentos de proteção quando o estabelecimento funcionar com atendimento ao público.

§1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo acarretará a imposição de multa de, no mínimo, 50 UFM por funcionário ou colaborador que estiver sem máscara, que será aplicada em dobro, nos casos de reincidência.

§ 2º A obrigação prevista no caput deste artigo também se aplica a órgãos e entidades públicos.

CAPÍTULO III**DAS MEDIDAS ADOTADAS QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS**

Art. 4º Os serviços de alimentação não essenciais estão autorizados a funcionar com portas abertas e com atendimento ao público, autorizado o acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observadas as normas da Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, e observadas as regras contidas nos decretos municipais, e as seguintes condições:

I - A entrada de pessoas para consumo no local fica restrita até às 22 horas, podendo o cliente permanecer no local até, no máximo, às 23 horas.

II – Após às 22 horas, para novos atendimentos, os serviços de alimentação não essenciais poderão funcionar somente na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), retirada na porta ou drive thru, observando-se, nesse caso, ainda:

a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool 70º INPM;

b) as refeições, lanches, cafés, bebidas e alimentos em geral, devem estar acondicionados em recipientes prontos para viagem, marmitas ou "pratos feitos" para entrega aos clientes, sendo proibida a modalidade de bufê de auto serviço (self service);

c) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes.

III - As mesas de refeição não poderão ser ocupadas por mais de 6 (seis) pessoas.

IV - Fica proibida a utilização de espaços de playground existentes no interior dos serviços de alimentação.

Parágrafo único. Fica proibido, no interior de restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres, a prática de jogos de cartas, sinuca ou similares.

Art. 5º Fica proibido, nas dependências de lojas de conveniências e nos postos de combustíveis:

I- o consumo de bebidas alcoólicas.

II- a aglomeração de pessoas e carros nas dependências e imediações (estacionamento, passagem de carro, espaços livres, entre outros).

§1º Deverá o estabelecimento garantir o efetivo cumprimento dessas medidas, com o isolamento físico das áreas extras de estacionamento e áreas livres, com cones, fitas zebradas ou similares, delimitando, assim, as áreas interditadas.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo constitui infração sanitária grave, prevista no artigo 513, inciso II, da Lei Complementar Municipal 002/2009, sendo passível de multa no valor mínimo de 63,82 UFM.

§3º Os clientes que descumprirem o disposto neste artigo também serão responsabilizados administrativamente, com aplicação de penalidade de multa, no valor mínimo de 50 UFM, nos termos do artigo 513, inciso I, da Lei Complementar Municipal 002/2009, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

§4º Após as 22 horas, até as 6 horas, será permitida apenas a retirada de produtos no balcão ou por meio de serviço de delivery, sendo proibida a permanência de clientes dentro da loja de conveniência.

Art. 6º Os serviços de alimentação considerados essenciais deverão operar com 50% de sua capacidade.

§1º São considerados serviços de alimentação essenciais: supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues, fruteiras, feiras livres, peixarias, lojas de venda de produtos alimentícios, lojas de venda de salgados, doces, bolos e tortas.

§2º Nos serviços de alimentação considerados essenciais, o consumo de produtos no local fica restrito ao disposto no artigo 4º do presente Decreto.

§3º Disponibilizar álcool 70º INPM em todos os setores existentes no estabelecimento, bem como em todos os corredores da área de vendas.

§4º Recomenda-se a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem no estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§5º No caso do §4º do presente artigo, sendo aferida temperatura de 37,8ºC (trinta e sete vírgula oito graus Celsius), ou superior, não será permitida a entrada do cliente ou funcionário no estabelecimento, orientando-o a dirigir-se imediatamente ao Centro de Triagem ou hospital mais próximo.

Art. 7º Todos os serviços de alimentação devem sinalizar de maneira clara e garantir que seja cumprido o distanciamento que deve ser mantido em filas e assentos, de modo a atender a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes.

Art. 8º Fica permitida a utilização de parques e praças ao ar livre somente para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma individual, respeitando as regras definidas pela Portaria Estadual SES 275 de 27 de abril de 2020.

§1º Poderão ser desenvolvidas atividades físicas com personal trainer nestes locais, limitando a quantidade de participantes a 2 (dois) alunos e respeitadas as normas estabelecidas pela Portaria citada no caput deste artigo.

§2º O horário de funcionamento dos parques municipais será das 6h às 21h.

§3º Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre, assentos e quadras poliesportivas existentes nesses locais.

Art. 9º Fica proibido a realização de eventos esportivos amadores ou recreativos.

Parágrafo único. Os eventos esportivos de iniciativa pública ou privada, de caráter profissional, seguirão as regras estaduais vigentes ou as que vierem a substituir.

Art. 10 Fica proibido atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, centros de eventos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos durante a vigência desse decreto.

§1º Fica incluída nessa proibição a realização de festas e eventos particulares. Fica proibido que se realize festas ou eventos que geram aglomeração de pessoas em residências ou espaços particulares, respondendo o proprietário da imóvel ao contido no art. 131 e art. 268 ambos do Código Penal.

§2º O descumprimento das determinações deste artigo constitui infração sanitária grave prevista no artigo 513, inciso II, da Lei Complementar Municipal 002/2009 e é passível de multa no valor de 284, 57 UFM.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 11 A pessoa física ou jurídica que descumprir os comandos dispostos no presente Decreto, nos demais Decretos Municipais e Estaduais e nas Portarias Municipais e Estaduais que determinaram medidas a serem adotadas no tocante à prevenção e cuidados necessários contra a COVID-19, como distanciamento obrigatório, higienização, lotação máxima de ambientes, entre outros, estará incurso nas penas discriminadas na Lei Complementar Municipal nº 002/2009, com a aplicação das sanções previstas na referida lei.

§1º Em caso de ausência de notificação anterior, seja pela Vigilância Sanitária do Município, Polícia Militar ou Polícia Civil, será aplicada a pena de advertência ao infrator.

§2º Constando-se que o infrator já foi notificado, ainda que anteriormente à assinatura do presente Decreto, por quaisquer autoridades de saúde, tanto da esfera municipal como estadual, será aplicada imediatamente a medida cautelar de interdição de estabelecimento ou atividade, pelo prazo de 10 (dez) dias, após o qual, uma vez cumprido, estará automaticamente liberado.

§3º Descumprido o prazo de suspensão de estabelecimento ou atividade, pelo prazo referido no §2º deste artigo ou se, retomando as atividades após o prazo de suspensão, voltar a descumprir as normas sanitárias vigentes, o estabelecimento será interditado novamente, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

§4º Verificada a reincidência – descumprimento da suspensão ou de normas sanitárias vigentes - conforme previsto nos §2º e §3º deste artigo, será cancelada a autorização para funcionamento da empresa, bem como cancelado o alvará de licenciamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos da Lei.

§5º O infrator poderá apresentar defesa, nos termos do artigo 520, da Lei Complementar Municipal nº 002/2009, e recurso contra a penalidade imposta, nos termos do artigo 523, da referida lei.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 12 Fica criada uma Comissão Integrada para Avaliação e Monitoramento do cumprimento das medidas determinada no presente Decreto, nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e do Município, e nos Decretos Municipais que impõe as medidas a serem adotadas pelos diversos setores, no combate à COVID-19, composta pelos seguintes membros:

- I- um representante da Vigilância Sanitária;
- II- um representante da Procuradoria-Geral do Município;
- III- um representante da Defesa Civil;
- IV- um representante da Secretaria do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social.

§1º Serão convidados a participar da referida Comissão os representantes das seguintes Instituições:

- I- da Polícia Civil;
- II- da Polícia Militar;
- III- do Corpo e Bombeiros Militar.

§2º A Comissão ficará responsável pelo monitoramento das atividades e constatação de infração às determinações contidas em lei e nas normas de vigência, não conflitando, tal atividade, com as atribuições de cada órgão envolvido.

§3º As defesas das penas impostas serão deliberadas em conjunto pela Comissão, prosseguindo-se com o procedimento previsto na Lei Complementar Municipal 002/2009.

§4º Será encaminhado ofício para as entidades contidas nos incisos I, II, III e IV, do §1º deste artigo, a fim de que manifestem interesse em participar da Comissão Integrada para Avaliação e Monitoramento e, em caso positivo, indiquem o nome do representante da Instituição.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 14. Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor no dia 02 de julho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 30 de junho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.]

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FCN -- REPUBLICADO

Publicação Nº 2545427

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FCN
RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de equipamentos de iluminação cênica para serem utilizados no Centro Integrado de Cultura (CIC) e no Centro de Artes e Esportes Unificados Holde Scartezini (CEU), através da Fundação Cultural de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 14/07/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 14/07/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 24/2020 FMS

Publicação Nº 2545433

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 24/2020 FMS

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material e mão de obra) para execução de obras para reforma e adequação da Unidade Básica de Saúde do bairro Porto das Balsas, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 17/07/2020 até às 8h50. Abertura/envelopes: 17/07/2020 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE SUSPENSÃO -- CONCORRÊNCIA 135/2019 PMN

Publicação Nº 2544895

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA 135/2019 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes comunica que está SUSPENSO por tempo indeterminado, conforme Mandado nº 310004434629 do Tribunal de Justiça do Estado, a Concorrência 135/2019 PMN, do objeto: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTE/RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9541.
Navegantes, 30 de junho de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA 2633/2020

Publicação Nº 2545537

PORTARIA Nº 2633 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

RECONDUZ COMISSÃO PROCESSANTE DA SINDICÂNCIA Nº007/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes –
CONSIDERANDO o número expressivos de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,
RESOLVE:

I -DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Salete Maria Branchi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 007/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº2772, de 07 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 2949, de 08 de outubro de 2019.

II -A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2634/2020 - DIRIGIR SESAN - VALDEMAR

Publicação N° 2545660

PORTARIA N° 2634 DE 30 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir os veículos RENAULT KWID – PLACA QTL6B43, RENAULT KWID – PLACA QTL6B83, I/KIA UK 2500 HD – PLACA MLW 7875, HONDA CG START 160 – PLACA RDT2I52, HONDA CG START 160 – PLACA RD-T2H22, HONDA CG 125 – PLACA MJJ 5081, HONDA FAN 160 – PLACA QIK 2469, HONDA FAN 160 – PLACA QIK 2659, HONDA FAN 125I – PLACA QIT 9635, HONDA CG START 160 – PLACA RDT2J82, HONDA FAN 160 – PLACA QIK 2379 e HONDA CG START 160 – PLACA RDT2F72, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

a) Valdemar Alves de Oliveira Filho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO 01/2020 - CONSELHO IDOSO

Publicação N° 2545437

RESOLUÇÃO 01/2020

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Navegantes, referente ao exercício de 2019.

O Conselho Municipal do Idoso (CMI), em Reunião extraordinária, realizada no dia 29/06/2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1464 de 30 de novembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1 – Aprovar a prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Navegantes, referente ao exercício de 2019.

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Navegantes, 29 de junho de 2020.

Marlei B.D. Konrath
Presidente
Conselho Municipal do Idoso de Navegantes

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA Nº 39 DE 01 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2540958

PORTARIA N º 39 DE 01 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art 37, I, II, III da Lei Complementar nº 99/2011 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social;

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, à segurada ZENAIDE BARON, portadora da cédula de identidade n.º 3.778.644, inscrita no CPF sob o n.º 046.356.509-60, e PIS/PASEP nº 10698676456 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2020.02.08623P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2020.

Gisele de Oliveira Fernandes
DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de Julho de 2020.

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 093/2020

Publicação Nº 2544953

CONTRATO Nº 093/2020

Origem: Processo de Licitação nº 040/2020 – Pregão Presencial nº 024/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: EVANDRO VIANA, inscrita no CPF sob nº 692.942.169-34, residente na Rua Imigrantes, 656, Bairro Besenello, na cidade de Nova Trento, Objeto do Contrato: O presente instrumento tem por objeto a concessão administrativa de uso de espaço público para fins de exploração comercial de bar/lanchonete, e comercialização de passagens de ônibus, conforme autorização da Lei Complementar nº 669/2019, de 25 de janeiro de 2019. Valor Mensal R\$ 200,00 (duzentos reais). Vigência: 23/06/2020 a 22/06/2030.

Nova Trento, 23 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

DECRETO Nº 091/2020

Publicação Nº 2545741

DECRETO Nº 091 / 2020

Torna sem efeito os atos administrativos que especifica, derivados do Decreto Municipal nº 059, de 28 de abril de 2020 e do Decreto Municipal nº 060, de 28 de abril de 2020, e dá outras providências.

gian francesco voltolini, PREFEITO municipal DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, VIII e XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, vedou a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 de promoverem a contagem do tempo de serviço entre os dias 27/05/2020 e 31/12/2021 para fins de concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo da contagem do tempo de efetivo exercício para aposentadoria, e quaisquer outros fins, deixando de incluir o estágio probatório dentre os institutos atingidos pela referida suspensão;

CONSIDERANDO que a edição do Decreto Municipal nº 059, de 28 de abril de 2020 e do Decreto Municipal nº 060, de 28 de abril de 2020, respectivamente por meio de seus arts. 26 e 21, teve o condão de suspender a realização dos relatórios de avaliação de desempenho e a contagem de tempo de interstício para fins de progressão na carreira e o prazo de contagem do estágio probatório;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 675, de 24 de abril de 2020 e os Decretos acima referidos, disciplinaram a possibilidade de fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), o qual já era admitido pelo art. 13, do Decreto Municipal nº 036, de 18 de março de 2020, e;

CONSIDERANDO que a suspensão da contagem do tempo de serviço para fins de estágio probatório, inclusive aos servidores que desempenharam ou ainda desempenham suas atividades em trabalho remoto (home office) teria o condão de contrariar a legislação federal, gerando prejuízos aos servidores, notadamente na contagem do prazo para fins de aquisição da estabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Ficam sem efeitos (ex tunc) os atos administrativos que implicaram na suspensão da contagem do tempo de serviço para fins de progressão na carreira e estágio probatório, derivados do art. 26 do Decreto Municipal nº 059, de 28 de abril de 2020 e do art. 21 do Decreto Municipal nº 060, de 28 de abril de 2020.

Parágrafo único. A contagem de tempo de interstício para fins de progressão na carreira fica suspensa entre os dias 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, por força do disposto no art. 8º, IX, da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 26 do Decreto Municipal nº 059, de 28 de abril de 2020 e o art. 21 do Decreto Municipal nº 060, de 28 de abril de 2020.

Nova Trento/SC, 30 de junho de 2020.

gian francesco voltolini
Prefeito Municipal

Rafael Visentainer adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 565/2020 "A"

Publicação Nº 2545384

PORTARIA Nº 565/2020 "A"

Prorroga Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, de acordo com a Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 424/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2020, de 01/11/2019, de 16/04/2020, convocada conforme Decreto nº 061/2020, CECILIA DEOLINDA SARAMENTO, matrícula nº 8376, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora CECILIA DEOLINDA SARAMENTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral Rolador, s/nº, Bairro Galera, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 108.334.379-33 firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 05 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Cecilia Deolinda Saramento
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 565/2020 "B"

Publicação Nº 2545414

PORTARIA Nº 565/2020 "B"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ALESSANDRA MARCHIOLI, matrícula nº 7544, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07(sete) dias, a contar de 29 de junho de 2020 até 05 de julho de 2020, conforme atestado médico, datado de 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 570/2020

Publicação Nº 2544828

PORTARIA Nº 570/2020

Atribuir Exercício

Rafael Visentainer Adami, Secretário Municipal de Administração e Finanças, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017 e o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir exercício ao Servidor Público Municipal, PAULO RIBEIRO VELHO, matrícula 8125, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, a partir de 01/07/2020 a 23/08/2020, por motivo de afastamento do servidor titular, afastado conforme Portaria 519/2020 (Licença Tratamento de Saúde).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 571/2020

Publicação Nº 2544830

PORTARIA Nº 571/2020
Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal DANIELLA CARINA SELLI RHODEN, matrícula nº 7170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60(sessenta) dias, a contar de 24/06/2020 a 22/08/2020, conforme resultado pericial, datado de 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 572/2020

Publicação Nº 2545194

PORTARIA Nº 572/2020

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, EDI CARLOS BATTISTI, matrícula nº 6317, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2020 a 30/07/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/05/2018 a 30/04/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 573/2020

Publicação Nº 2545212

PORTARIA Nº 573/2020

Concessão de Férias

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, FRANCIELLI SABRINA ANDRIETTI, matrícula nº 7052, concursada, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 02/07/2020 a 31/07/2020, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2019 a 23/02/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 574/2020

Publicação Nº 2545218

PORTARIA Nº 574/2020
Dispõe Sobre Exoneração

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 64, inciso I, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal, concursado no cargo de Técnico Administrativo, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, matrícula nº 7050, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 575/2020

Publicação Nº 2545245

PORTARIA Nº 575/2020
Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de conformidade com o Art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Nomear o Servidor Público Municipal, VALDEMIR LUIZ QUAIATTO, matrícula 8385, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a contar do dia 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

PORTARIA Nº 576/2020

Publicação Nº 2545261

PORTARIA Nº 576/2020
Dispõe Sobre Exoneração

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 64, inciso I, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal, GENICI TOMASI, matrícula nº 8373, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador do Programa do Bolsa Família, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2019

Publicação Nº 2544998

TERMO ADITIVO DE PRAZO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2019**

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Rafael Visentainer Adami, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.354.241/0001-27, situada na Avenida José Acácio Moreira, nº 787, Dehon, CEP 88.704-900, Tubarão/SC, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, Prof. Tarcísio dos Santos Júnior, doravante denominada "CONTRATADA", conforme decisão da Comissão de Licitações no Processo Licitatório nº 054/2017, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo e reajuste de valor de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre as partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 097/2019, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DO PPP DA SECRETARIA E DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, referente o Processo Licitatório nº 097/2019 – Dispensa nº 016/2019

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 097/2019, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, até o final do Exercício de 2020, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Vigência: 17/07/2020 a 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 097/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 01 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito
Contratante

FAEPESUL
Contratada

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Isabel Cristina Cipriani Tell
Secretário Municipal de Educação

Testemunhas:	
1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Fábio de Freitas

RESOLUÇÃO Nº 04/2020/CMDCA

Publicação Nº 2545739

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2020/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.284/93 que dispõe sobre a política de atendimento à criança e adolescente, alterada pela lei 1.574/97, alterada pela lei 2.323/2009, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 23 de junho de 2020, resolve dispor sobre a criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.

CONSIDERANDO a LEI 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto 9603/18, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018 regulamenta a Lei n.º 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

CONSIDERANDO que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

CONSIDERANDO que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, será composto por 02 representantes da política de saúde, 02 da política de educação, 02 da política de assistência social, 02 representantes do CMDCA e 02 representantes do Conselho Tutelar. A composição deste Comitê está formada pelos seguintes membros:

Representantes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:
Camila Formento Melo
Gabriel de Lima Queiroz

Representantes da Secretaria de Educação:
Yasmin Sauer Machado
Hilisbeti Bottamedi Ruberti

Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação

Catiani Miriam Cardoso
Samanta Lazarotto Franzoi

Representantes do CMDCA
Fabiana Marchiori
Paulo Gerson Borges de Carvalho

Representantes do Conselho Tutelar
Izabel Cristina Schornes de Carvalho
Patrícia Regina Tell Marchi

Art. 3º - As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, serão fixas, sempre a última sexta feira de cada mês, e sempre que necessário, em demais datas.

Art. 4º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, definirá um coordenador e um vice-coordenador para responderem e representá-lo, sempre que necessário pelo Comitê Gestor.

Art. 5º - Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, conforme Art. 9, do Decreto Presidencial n.º 9.603/2018:

I - articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê;

II - definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:

a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;

c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;

d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido; e

III - criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

I - acolhimento ou acolhida;

II - escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III - atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

IV - comunicação ao Conselho Tutelar;

V - comunicação à autoridade policial;

VI - comunicação ao Ministério Público;

IV - depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

V - aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 6º - O financiamento das ações da Comissão de Gestão Colegiada e do processo de implantação da Escuta Especializada junto aos municípios serão custeadas pelos fundos das políticas – saúde, assistência social e educação e também pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Art. 7º - O servidor nomeado para compor esse Comitê de Gestão Colegiada estará liberado das suas atividades, quando das reuniões e ações relativas a escuta especializada.

Art. 8º - O Comitê de Gestão Colegiada fará a inclusão em seu Plano de Trabalho, das Capacitações para a rede de proteção, aqueles que ouvem e recebem a revelação espontânea junto aos Municípios, das Capacitações aos Profissionais capacitados da rede, que são responsáveis para a realização da entrevista da escuta especializada, e Capacitações para toda a sociedade, no sentido preventivo e protetivo.

Art. 9º - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetidos à Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 10º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento SC, 29 de Junho de 2020

Paulo Gerson Borges de Carvalho
Presidente CMDCA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO N° 001/2020

Publicação N° 2544949

TERMO DE PERMISSÃO DE USO N° 001/2020

Origem: Processo Licitatório N° 039/2020 – Pregão Presencial N° 023/2020. Homologação: xx/06/2020. Permitente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Permissionária: ADRIANA IZABEL DALSENTER, brasileira, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 085.494.189-43, RG nº 6.116.863, residente em Nova Trento, Estado de Santa Catarina, na Rua Jardim Azaleia, s/nº, bairro Cascata. Objeto do Termo de Permissão de Uso: Permissão Onerosa de Uso de Bem Público, relativo ao imóvel localizado na Praça Getúlio Vargas (Quiosque), destinado à exploração de Bar e Lanchonete. Remuneração: R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais) mensais. Vigência: Prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo, havendo interesse do Permitente. Nova Trento, 29 de junho de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 193, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545869

DECRETO N.º 193, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 67.552,03, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 67.552,03 (sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois reais e três centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: 01 SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 2.024 Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0721 (010) Aplicações Diretas R\$ 67.552,03

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação decorrente do crédito extraordinário para custeio de atenção primária em saúde no enfrentamento de emergência de saúde nacional e combate ao coronavírus (COVID-19), creditados na conta do PAB no ano de 2020.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes aos recursos creditados na conta do PAB no ano de 2020, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 26 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.793, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545203

LEI N.º 2.793, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

"FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos agentes políticos municipais de Nova Veneza, para a legislatura de 2021 a 2024, cumprindo o que determina o art. 29, V e VI da Constituição Federal, fica assim distribuída:

I - Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais de Nova Veneza, ficam fixados em parcela única, conforme abaixo especificados:

a) Prefeito Municipal R\$ 16.298,85

b) Vice-Prefeito R\$ 9.452,02

c) Vereadores R\$ 4.966,73

d) Secretários Municipais R\$ 8.559,91

§ 1º - Além do subsídio fixado neste artigo, o Presidente da Câmara Municipal de Nova Veneza receberá uma parcela mensal adicional de 50% sobre os subsídios fixados aos vereadores, de caráter indenizatório, justificado pelas suas atribuições específicas do cargo.

§ 2º - No período destinado ao recesso parlamentar, o Vereador perceberá o valor integral do subsídio fixo mensal, constante na alínea "c"

do inciso "I" da presente Lei, incluindo-se o valor fixado ao Presidente do Legislativo no parágrafo anterior.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 26 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 26 de junho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2020 - PMNV

Publicação Nº 2545791

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 107/2020 - PR
CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	Processo Administrativo: 107/2020 Processo de Licitação: 107/2020 Data do Processo: 09/06/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de produtos de lavação e limpeza para a frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Veneza/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 30 de Junho de 2020, às 10:08 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 107/2020, Licitação nº 107/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6060 - AROLD0 FRIGO**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SHAMPOO AUTOMOTIVO (BOMBONA 200LT)	UND	3,00	GÁVEA	0,0000	250,00	750,00
2	LIMPA ALUMÍNIO (BOMBONA 200LT)	UND	3,00	GÁVEA	0,0000	250,00	750,00
3	DESENGRAXANTE (BOMBONA 200 LT)	UND	3,00	GÁVEA	0,0000	250,00	750,00
4	PRETEADOR DE PNEU (BOMBONA DE 5 LITROS)	UND	2,00	GÁVEA	0,0000	50,00	100,00
5	SILICONE LÍQUIDO PAINEL (GALÃO 5 LT)	UND	4,00	GÁVEA	0,0000	110,00	440,00
6	VASSOURÃO PARA LAVAÇÃO	UND	10,00	GÁVEA	0,0000	60,00	600,00
7	MANGUEIRA PARA JATO LAVAÇÃO MINIMO 2 TRAMAS	M	60,00	GÁVEA	0,0000	22,00	1.320,00
8	BICO PARA JATO DE LAVAÇÃO PRA BOMBA DE 3 PISTÕES	UND	6,00	GÁVEA	0,0000	50,00	300,00
9	ABRAÇADEIRA PARA MANGUEIRA (COMPATIVEL ITEM 7)	UND	10,00	GÁVEA	0,0000	15,00	150,00
10	REPARO DE PRESSÃO DA BOMBA	UND	4,00	GÁVEA	0,0000	90,00	360,00

Total do Participante -----> 5.520,00

Total Geral -----> 5.520,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 30 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)

Joana Maccarini Torquato - - Membro

Julia Rodrigues Gava - - Membro

Carlos Luciano Savi - - Membro

Ivone Zocche - - Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 107/2020 - PR Processo Administrativo: 107/2020 Processo de Licitação: 107/2020 Data do Processo: 09/06/2020
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

AROLD FRIGO

- - Representante

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 111/2017-4 PREFEITURA

Publicação Nº 2546001

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 111/2017-4 - Contrato Nº: 111/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA - FUCRI

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/08/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO TERRITORIAL PARA MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.

Orleans, 30 de Junho de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

Ouro

PREFEITURA

DL 0011/2020

Publicação N° 2545250

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0050/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0011/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.

Contratado: BMI PROSPER EIRELI EPP

Objeto :Aquisição de 5.000 máscaras descartáveis, sanfonadas tripla, com clip e elástico, para as Unidades de Saúde do Município de Ouro; e aquisição de 22 termômetros digitais Infravermelho para medição de temperatura corporal na testa sem contato, tipo pistola, display em LCD, alcance de leitura entre 30° e 43 ° C, para as Unidades de Saúde do Município de Ouro, Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Valor: R\$ 20.789,80. Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal nº 13.979/2020.

Ouro, 30/06/2020, Neri Luiz Miqueloto.

PR 0029/2020

Publicação N° 2545290

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 0029/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 14/07/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº 0051/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial nº0029/2020, tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais para demarcação e segurança em vias públicas, conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacao2@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 30/06/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR 0030/2020

Publicação N° 2545291

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 0030/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 15/07/2020, às 14:00horas, o Processo Licitatório nº 0052/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial nº0030/2020, tipo menor preço por item, com entrega imediata.Objeto:A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de um veículo do tipo van de passageiros, com no mínimo 16 lugares para transporte de pacientes, objeto do convênio 2020TR000131, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde,conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacao2@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 30/06/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº 201/2020

Publicação Nº 2546077

ATO Nº. 201/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ROBERTO QUIRINO CONSTANTE, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS-VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 203/2020

Publicação Nº 2546090

ATO Nº. 203/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR FILIPE DOS PASSOS DUARTE, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 204/2020

Publicação Nº 2546093

ATO Nº. 204/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALVARO GERALDO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 205/2020

Publicação Nº 2546095

ATO Nº. 205/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ROBERTO QUIRINO CONSTANTE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 05/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 206/2020

Publicação Nº 2546098

ATO Nº. 206/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALEXSSANDRO TOLEDO FRITZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 05/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO N° 207/2020

Publicação N° 2546101

ATO N°. 207/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 125 de 16 de julho de 2019, que Designou para o cargo de Secretário da Fazenda, Nível SEC, TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO N° 208/2020

Publicação N° 2546104

ATO N°. 208/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ISNARDO LUIS BRANT, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Fazenda, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.505 de 16 de setembro de 2019, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO N° 209/2020

Publicação N° 2546107

ATO N°. 209/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto da Fazenda, Nível ADJ, do Quadro de Pessoal da Administração direta, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 18 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 210/2020

Publicação Nº 2546124

ATO Nº. 210/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANTONIO VIDAL PAGANI, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 211/2020

Publicação Nº 2546128

ATO Nº. 211/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR NORBERTO ARTUR WEINGARTNER JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.551, de 18 de fevereiro de 2020, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FLAVIO MARTINS
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 212/2020

Publicação Nº 2546130

ATO Nº. 212/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR HENRIQUE DELFINO FELISBERTO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 213/2020

Publicação Nº 2546132

ATO Nº. 213/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSIANE MADEIRA ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 02/06/2020, face ao impedimento da titular Valmor João da Silva Junior, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 214/2020

Publicação Nº 2546133

ATO Nº. 214/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR BRUNO MATHEUS DAVID ANTUNES PACHECO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.398, de 12 de setembro de 2018, pelo período de 06/05/2020 a 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 215/2020

Publicação Nº 2546136

ATO Nº. 215/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ROSANE APARECIDA CAMPOS SANTANA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Esporte de Rendimento, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536 de 08 de janeiro de 2018, a contar de 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 216/2020

Publicação Nº 2546139

ATO Nº. 216/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR KATIA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 217/2020

Publicação Nº 2546141

ATO Nº. 217/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LEONARDO SOLA DUTRA DE MATTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.556 de 03 de março de 2018, a contar de 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 218/2020

Publicação Nº 2546142

ATO Nº. 218/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR EDSON MADEIRA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Habitação e Regularização Fundiária, Nível ADJ, do Quadro de Pessoal da Administração direta, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 219/2020

Publicação Nº 2546143

ATO Nº. 219/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR EDUARDO FRECCIA, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Análise Técnica Nível DR, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 220/2020

Publicação Nº 2546144

ATO Nº. 220/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR DEBORA CRISTIANE E SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº 2.592, de 01 de junho de 2020, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 221/2020

Publicação Nº 2546147

ATO Nº. 221/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR BRUNO MATHEUS DAVID ANTUNES PACHECO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 222/2020

Publicação Nº 2546148

ATO Nº. 222/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAYARA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.398, de 12 de setembro de 2018, a partir de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 223/2020

Publicação Nº 2546151

ATO Nº. 223/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR STEPHANIE ESPINDOLA LOBATO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 04/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 224/2020

Publicação Nº 2546154

ATO Nº. 224/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PATRICIA JULITA VIEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Gabinete do Vice-Prefeito, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e decreto nº. 2,348 de 27 de abril de 2018, a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 225/2020

Publicação Nº 2546156

ATO Nº. 225/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JANAINA SILVEIRA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.556 de 03 de março de 2018, a contar de 04/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 226/2020

Publicação Nº 2546157

ATO Nº. 226/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARCELA REJANE COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, DAS-III, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.389, de 13 de agosto de 2018, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LUCIANO DALA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 227/2020

Publicação Nº 2546161

ATO Nº. 227/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOYCE CORRÊA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.398, de 12 de setembro de 2018, a partir de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 228/2020

Publicação Nº 2546163

ATO Nº. 228/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CARLOS GONÇALVES D'AVILA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº 202/2020

Publicação Nº 2546080

ATO Nº. 202/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ALEXSSANDRO TOLEDO FRITZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

JACI HELEODORO MARTINS
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2020

Publicação Nº 2545531

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de julho de 2020, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/2020, que tem como objeto a Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transportes terrestres dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da Prefeitura Municipal de Palhoça e suas

Secretarias, por demanda e no âmbito da Grande Florianópolis, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 30 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL RP 127/2020

Publicação Nº 2545794

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 13 de julho de 2020, às 09:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 127/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio diagnóstico laboratorial de análises clínicas e fornecimento de KIT para teste Molecular RT-PCR Sars-Cov-2 - (Polymerase Chain Reaction). Exame para detecção qualitativa do Coronavírus COVID-19, para identificação de casos suspeitos da COVID-19, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: <http://www.palhoca.atende.net>. Palhoça, 30 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO ABANDONADO - LEI MUNICIPAL 4630/2018

Publicação Nº 2545303

Notificação nº 13718/2020
Placa do veículo: CEG5402
Data da fiscalização: 29/06/2020
Hora da fiscalização: 11:28:00
Endereço de localização do veículo: RUA EUCLIDES DA CUNHA, 350
Nome do(a) proprietário(a): OSVALDIR PEREIRA com comunicação de venda para JANAINA GEVAERD
CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 212.762.000-30
Fica NOTIFICADO(A) o(a) proprietário(a) do veículo de placa CEG5402 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

PORTARIA 66/2020

Publicação Nº 2545635

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 66, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando nº 32.726/2020 da Secretaria de Educação.

RESOLVE

Art. 1º - Designar Rosi Maria Varella, matrícula nº 800786; Milene Theodorovicz, Secretária, matrícula nº 210687; e Débora Letícia Hermann, vogal, matrícula nº 210571; para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 13447/2020.

Art. 2º - Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, 25 de junho de 2020.
Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 69/2020

Publicação Nº 2545659

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 69, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 §2º da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 32.983/2020 da Secretaria de Administração.

RESOLVE

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

Art 2º - Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

Art 3º - Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 70/2020

Publicação Nº 2545729

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 70, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando nº 24.139/2019 da Secretaria de Assistência Social.

RESOLVE

Art. 1º - Designar Rosi Maria Varella, matrícula nº 800786; Milene Theodorovicz, Secretária, matrícula nº 210687; e Guilherme Aguiar Lopes, vogal, matrícula nº 3745134; para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 13478/2020.

Art. 2º - Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A Não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Palhoça - SC, 26 de junho de 2020.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2020

Publicação Nº 2544914

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL nº 125/2020, que tem por objeto a aquisição de peças sanitárias para reforma e manutenção dos banheiros do Centro Administrativo Municipal, através de Registro de Preços. A sessão pública ocorrerá às 09:00h do dia 14/07/2020, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 30 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO PG Nº 105/2020

Publicação Nº 2546023

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de grelhas de ferro fundido, para utilização em caixas de captação (boca de lobo) de diversas obras de sistemas de drenagens em ruas e valas do município, através do Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA CLASSIFICADA:

NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 1 e 2, totalizando o valor de R\$159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Palhoça, 30 de junho de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO PREGÃO 112/2020

Publicação Nº 2545363

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 112/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos oftalmológicos para montagem de consultórios em Unidades da rede municipal de saúde do Município de Palhoça, Visando atender a demanda e continuidade do Programa Criança com Visão.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LINHA MEDICA COMERCIO REPRESENTAO E IMPORTAÇÃO LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 5, 7 e 14, totalizando R\$54.990,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e noventa reais);

MAGNA MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, totalizando R\$54.930,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta reais);

V.L. FUZETI – COMERCIAL ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 15, totalizando R\$11.095,00 (onze mil e noventa e cinco reais).

Palhoça, 30 de junho de 2020.

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. - TOMADA DE PREÇOS Nº.06/2020 - PERFURAÇÃO DE POÇO PROFUNDO - L^a GAUCHA

Publicação Nº 2545555

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº.006/2020.

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada para perfuração de poço profundo na comunidade de Linha Gaúcha, perímetro rural do município de Palma Sola, para posterior instalação de captação e distribuição de água para consumo humano.

Regimento: Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 17/07/2020.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 17/07/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanutto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de expediente e no site www.palmasola.sc.gov.br

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 30 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

DECRETO 110/2020

Publicação Nº 2545662

Decreto 110/2020, de 26 de junho de 2020

Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.003 Fundo Municipal de Saúde

2021 Atenção Básica

01420142 Outras Transferências Legais e Constitucionais - União

3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente Decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 26 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 111/2020

Publicação Nº 2545664

Decreto 111/2020, de 29 de junho de 2020
Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.973,81 (Quatro mil, novecentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.003 Fundo Municipal de Saúde

2021 Atenção Básica

01680168 Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado

3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 4.973,81

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente Decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 29 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 112/2020

Publicação Nº 2545666

Decreto 112/2020, de 29 de junho de 2020
Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

2078 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Defesa Civil

01000100 Recursos Ordinários

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.099 Reserva de Contingência

2054 Reserva de Contingência

01000100 Recursos Ordinários

3.9.9.90.00.00.00.00.00 R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 29 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

Palmeira

PREFEITURA

FMS_PL_06_PE_01_REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

Publicação N° 2546024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO N° 06/2020_FMS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020_FMS

Tornar público a SUSPENSÃO do Processo Licitatório n° 06/2020 do Fundo Municipal de Saúde – Pregão Eletrônico n° 01/2020, visando a “REGISTRO DE PREÇO, para fornecimento de serviço de mão de obra para reforma e pintura, conforme especificações deste Edital”, para adequações do ente na plataforma de pregão eletrônico, informo ainda que será divulgada nova data para realização do certame respeitando todos os prazos legais de publicações, conforme legislação pertinente. Palmeira/SC, 30 de junho de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira.

Palmitos**PREFEITURA****RELAÇÃO INSCRITOS PROCESSO N° 59/2020**

Publicação N° 2545091

PROCESSO LICITATÓRIO N° 59/2020
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2020

OBJETO: INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM OU JÁ ATUARAM EM UMA DESSAS ÁREAS, PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA A SER CONSTITUÍDA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, QUE SERÁ INSTAURADA PELO MUNICÍPIO DE PALMITOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

RELAÇÃO DOS INSCRITOS:

Nome	Vinculo com o Município de Palmitos
Eduardo Gasparin	Não
Celso Tadeu Lucca	Não
Elizandro Stefeni	Não

Palmitos – SC, 30 de junho de 2020

SOELI MARIA CASTOLDI PRESIDENTE DA CPL	ONÁVIO PEDRO SEIBERT MEMBRO DA CPL
MARCELO NOETZOLD MEMBRO DA CPL	

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO ABERTURA DE CRÉDITO Nº 020/0200-7

Publicação Nº 2545480

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contrato referente de FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/02000-7. FINANCIADO: Prefeitura Municipal de Papanduva. FINANCIADOR: BANCO DO BRASIL S.A. Valor total de R\$: 1.600,000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Base legal: 2.169/2018. Papanduva, 11 de junho de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONCORRENCIA 035-2020

Publicação Nº 2545653

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 035/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em lajotas e sinalização de trânsito, nas ruas: Coronel Severo de Almeida, Jacob Schadeck e Otavio Pechebela. Entrega dos envelopes: 03 de agosto de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 30 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONCORRENCIA 036-2020

Publicação Nº 2545655

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 036/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em lajotas e sinalização de trânsito, nas ruas: Severo de Almeida, Jacob Schadeck, Otávio Pechebela. Entrega dos envelopes: 04 de agosto de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 30 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONCORRENCIA 037-2020

Publicação Nº 2545658

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 037/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em lajotas e sinalização de trânsito, nas ruas: José Zadorosni, Pedro Poaluk trecho 01, Capitão Estevão Furtado e Pedro Poaluk trecho 2. Entrega dos envelopes: 05 de agosto de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 30 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO A ATA Nº 066-2019 - CLASSMED

Publicação Nº 2545482

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA Nº 066 /2019.

Objeto: 1º TERMO ADITIVO referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES. Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 30 de Junho de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - CONTROLE INTERNO - MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Publicação Nº 2544822

PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAAI
PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
CONTROLADORIA GERAL
Papanduva -SC

EXERCÍCIO DE 2020**1. INTRODUÇÃO**

O presente Plano de Atividades do Departamento de Controle Interno do Município de Papanduva – SC estabelece o planejamento das atividades de auditoria, fiscalização, acompanhamentos e monitoramento das atividades no âmbito da administração Direta e Indireta para o exercício de 2020, período de 06/2020 até 12/2020.

A Auditoria tem por objetivo primordial identificar e avaliar os resultados operacionais na gerência da coisa pública e o seu exercício observará os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de gestão.

A Fiscalização buscará comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, se corresponde às especificações estabelecidas, se atende às necessidades para as quais foi definido e à legislação, se guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação dos resultados.

O Acompanhamento consiste em um instrumento de controle utilizado ao longo de um período predeterminado para a observação seletiva das atividades/operações executadas pelas unidades administrativas, de modo a contribuir para que a gestão da instituição seja conduzida dentro dos princípios que regem a Administração Pública, entre eles: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; sempre em busca do zelo, da eficácia e economicidade no trato com a coisa pública, observando-se a conformidade na utilização dos recursos e o desempenho institucional, com acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento do Prefeito Municipal ou dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações, pendências, farão parte do relatório de auditoria.

A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações às unidades executoras, independente do cronograma previsto no PAAI 2020, sendo que a recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria Interna será comunicada oficialmente ao Prefeito e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador da recusa ser responsabilizado na forma da lei.

A seleção das áreas e dos processos Auditados/Fiscalizados/Acompanhados/Monitorados levarão em consideração aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, criticidade e risco, e, ainda, as metas traçadas no Plano Plurianual, Termos de Colaboração e Fomento bem como demais programas e rotinas de governo.

2. ATIVIDADES**2.1 Auditorias**

As atividades de Auditorias planejadas para 2020 são apresentadas no Plano Anual de Auditoria – PAA/CI que compõe o ANEXO I deste documento.

2.2 Acompanhamentos

O planejamento das atividades consignado no Plano Anual de Acompanhamento das Atividades de Gestão será executado pelo departamento de Controle Interno. O objetivo definido pela Controladoria para a execução do plano traçado é contribuir para que tanto a gestão nas compras e contratações como a gestão dos recursos humanos sejam conduzidos dentro dos princípios que regem a Administração Pública. Para atingir esse objetivo, o presente plano prevê a realização de acompanhamento dos atos de gestão, inclusive dos relacionados a recursos humanos, praticados nos procedimentos administrativos. Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores imprevistos que eventualmente surgirem, tais como: informações de falhas detectadas, determinações oriundas de superiores hierárquicos e/ou ainda, de órgãos de Controles Externos.

Constituem objetos passíveis de análise e verificação pela Controladoria: as Compras e Contratações em geral, e Despesas com Pessoal sendo:

- COMPRAS (Bens Permanentes e de Consumo)
- CONTRATAÇÕES Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Contratos com Despesas de Custeio, Contratos de Serviços de Transportes, Contratos de Tecnologia da Informação, Contratos de Terceirização de Serviços, Contratos de Serviços Prestados.
- DESPESAS COM PESSOAL Vencimento e da Remuneração Indenizações Gratificações Adicionais Férias Licenças Afastamentos Concessões Tempo de Serviço, verbas transitórias concedidas.

2.3 Monitoramento

Considerando que auditorias/fiscalizações e acompanhamentos são processos constatativos e avaliatórios, e por essa razão só produzirão efeitos na medida em que houver a implementação das ações de melhoria em relação às disfunções apontadas no relatório, a fase de acompanhamento das recomendações ou sugestões de melhoria compreenderá o monitoramento quanto à implementação das ações propostas ou justificativa de impossibilidade apresentada pela unidade auditada/fiscalizada/acompanhada.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

As atividades de auditoria/fiscalização, acompanhamento e monitoramento observarão as normas gerais da Auditoria Governamental e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.º.

3.1 Fases

No desenvolvimento das atividades previstas neste plano serão observadas as seguintes fases:

a) Planejamento: será realizado o levantamento de dados, legislação aplicável e informações necessárias para conhecer o objeto e sua complexidade e, a partir daí, definir a extensão dos exames, metodologia, técnicas e a natureza dos trabalhos a serem executados. Será verificado, se for o caso, a implementação de recomendações sugeridas em análises anteriores sobre a matéria.

Ainda nessa etapa serão elaboradas as Matrizes de Planejamento e de Procedimentos que nortearão a fase de execução dos trabalhos.

b) Execução: na fase de execução dos trabalhos, também conhecida como trabalho de campo, busca-se reunir evidências confiáveis, relevantes e úteis por meio de técnicas de entrevistas e exames documentais onde são coletados dados sobre os pontos fortes, falhas e irregularidades.

c) Relatório: nessa fase serão informados os achados, que decorrem da comparação entre a situação encontrada com o critério estabelecido, comprovados por evidências e documentados por meio dos papéis de trabalho. Os achados deverão, por consequência, ocasionar recomendações, determinações ou reconhecimento de boas práticas às áreas auditadas, fiscalizadas e acompanhadas, sempre sendo informadas às autoridades superiores para providências cabíveis a cada caso.

A seleção das amostras levará em consideração os critérios da materialidade, relevância, criticidade e risco, sendo que:

a) Materialidade: representa o montante de recursos orçamentários ou financeiros/materiais alocados e/ou o volume de bens e valores efetivamente geridos em um específico ponto de controle, (unidade administrativa, sistema, contrato, atividade ou ação).

b) Relevância: significa a importância ou papel desempenhado por uma questão, situação ou unidade administrativa em relação à atividade do governo.

c) Criticidade: representa as situações críticas efetivas ou potenciais a serem controladas, identificadas em uma unidade organizacional. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos operacionais latentes etc.

d) Risco: possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

4. EQUIPE TÉCNICA

O Departamento de Controle Interno atualmente conta com 01 (Um) servidor efetivo:

*Erison Wojciechowski – Graduado em Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Contabilidade, Auditoria e Controladoria.

Registro Profissional CRC/SC 42028/O-2

5. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao final do prazo definido para execução dos trabalhos referentes a este Plano de Atividades será elaborado o Relatório Anual das Atividades do Controle Interno – RACI, o qual conterá o relato sobre as atividades de Auditorias/ Fiscalizações e dos Acompanhamentos em função das ações planejadas, bem como as ações diversas que exigiram atuação deste setor de controle interno. O RACI observará a seguinte estrutura:

a) descrição das ações de Auditoria/Fiscalizações e Acompanhamentos realizados em 2019;

b) registro quanto à implementação ou cumprimento, ao longo do exercício, de recomendações ou determinações efetuadas pelo Controle Interno ou pelos órgãos de controle externo;

c) fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre as ações de controle interno.

Papanduva/SC, 08 de Junho de 2020.

Erison Wojciechowski

Controlador Interno

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PAAI

CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2020

1. INTRODUÇÃO

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, na Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/SC;

Considerando que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

Considerando que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Considerando que as atividades de competência da Controladoria Municipal terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

O Plano Anual de Auditoria do Departamento de Controle Interno – PAA/CI estabelece o planejamento das atividades de auditoria no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Papanduva-SC para o exercício 2020. A auditoria tem por objetivo primordial identificar e avaliar os resultados operacionais na gerência da coisa pública e o seu exercício observará os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de gestão. A finalidade básica da Auditoria é realizar exames para comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil por meio das ações previstas no PAA/CI serão feitas verificações e avaliações dos sistemas e procedimentos organizacionais utilizados nas atividades administrativas. A seleção das áreas e dos processos auditados levou em consideração aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, criticidade e risco, bem como as metas traçadas no Plano Plurianual, no Planejamento Estratégico traçado pelo Município. Podemos destacar:

- Realização de auditorias preventivas e/ou corretivas nas Unidades Administrativas previamente definidas, nas áreas: Contábil/Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Orçamentária, Contratos e Administração em geral.

- Os procedimentos e as técnicas de controle a serem utilizados poderão ser conceituados como um conjunto de verificações e averiguações que permitirão obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da Unidade Central de Controle Interno que, depois as processará e levará ao conhecimento da Administração.

- Os Controles preventivos serão realizados ao tempo do ato, procedimento ou processo, tendo por fim atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

- Os demais controles analisam os procedimentos a "posteriori" de sua realização, e visam à conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

No exercício do controle preventivo a Unidade de Controle Interno adotará as seguintes medidas:

- Realizar reuniões com os servidores das Secretarias para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos acerca da aplicabilidade, alcance e cumprimento das instruções normativas;
 - Emitir pareceres e recomendações, quando constatada pela UCI falha nos procedimentos de rotina;
 - Responder consultas das unidades executoras quanto à legalidade, legitimidade e economicidade de procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável às determinadas situações hipotéticas;
 - Informar e orientar as unidades executoras quanto às manifestações e recomendações de órgãos de controle externo que possam implicar diretamente na gestão dos sistemas;
 - Realizar visitas técnicas preventivas nas unidades para avaliar a eficiência dos trabalhos Administrativos;
- O controle preventivo da UCI será realizado junto a esses Sistemas durante todo o exercício de 2020, sem data previamente fixada, posto que as medidas do tópico anterior serão adotadas sempre que a UCI verificar a sua necessidade quando do acompanhamento ou mediante provocação das unidades executoras ligadas aos Sistemas.

Ressalta-se que, mesmo selecionando os Sistemas a serem auditados, a UCI também adotará as medidas de controle preventivo para as suas unidades, da mesma forma que, havendo a necessidade, os sistemas selecionados para o controle preventivo, por decisão da UCI ou de autoridades superiores poderão ser objetos de auditoria especial no decorrer do ano de 2020.

PLANO DE ATIVIDADES 2020

ATIVIDADES MENSAIS DE ROTINA	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2020, provenientes de Impostos e demais transferências em despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino.
	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 15% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2020 provenientes de Impostos e demais transferências, em despesas com ações e serviços públicos, efetivamente realizadas com Saúde.
	Acompanhar a situação do Município no Subsistema CAUC, integrado no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), verificando pendências e orientando os Departamentos competentes para a sua regularização.
	Conferir a documentação apresentada no momento de admissão de pessoal e emitir pareceres.
	Auxiliar RH na conferência dos dados do Processo Seletivo nº 001/2019 e 002/2019 bem como lista chamamento e documentos apresentados pelos candidatos
	Conferir a documentação apresentada nos processos de adiantamento e emitir pareceres.
	Verificar a inserção dos dados no sistema E-Sfinge Obras do TCE/SC das obras e serviços de engenharia pelo Setor de Engenharia.
	Conferir documentação dos processos de Aposentadoria e Pensão e emitir Pareceres ao IPREPAV.
	Acompanhar mensalmente por amostragem a posição dos empenhos, visando seu controle, com verificação das fontes de recursos e históricos.
	Analisar as prestações de contas de Termos de Convênios e Colaboração firmados e elaborar pareceres.
	Assessorar a administração mediante a realização de orientações verbais, bem como emissão de relatórios, orientações e pareceres por escrito quando solicitados, ou ainda, quando identificadas irregularidades ou ineficiências.
	Acompanhar mensalmente a evolução do percentual de gastos com a folha de pagamento do Executivo e do Legislativo.
	Analisar e Validar as Diárias concedidas aos servidores municipais.
	Conferir documentação e assinar as Rescisões Contratuais.
	Emitir Parecer dos Convênios firmados com o Estado e União.
ATIVIDADES BIMESTRAIS	Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de SC os dados via sistema E-Sfinge.

AUDITORIAS E/OU ATIVIDADES PLANEJADAS:

Meses	Atividades

Junho	Participar de pelo menos uma reunião de cada Conselho durante o exercício: Alimentação Escolar, FUNDEB, Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e Instituto de Previdência do Município - IPREPAV
	Analisar a despesa empenhada/liquidada e paga no setor de contabilidade até Abril/2020. Por uma amostragem de 02 meses a serem escolhidos de forma aleatória. Sendo um mês da Prefeitura e outro do Fundo Municipal de Saúde.
Julho	Fiscalizar a publicação de dados e informações no Portal da Transparência
	Verificar o andamento do Controle de Frotas instituído pelo Município, responsáveis eficiência e eficácia.
	Analisar os Processos Licitatórios das empresas de Transporte Escolar para futura verificação in loco dos serviços de transporte escolar terceirizado.
	Acompanhar a publicação dos demonstrativos (1º Semestre do Exercício de 2020)
Agosto	Proceder a verificação junto ao Departamento de Patrimônio para conferência do patrimônio, confrontando o Termo de Responsabilidade de posse de cada responsável com os bens móveis efetivamente registrados nos sistemas contábeis.
	Verificar, por amostragem, se os bens imóveis e bens duráveis móveis adquiridos no período de janeiro a julho de 2020 foram devidamente registrados e inventariados no sistema de Patrimônio.
Setembro	Acompanhar a elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária, bem como cumprimento dos prazos.
	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2020 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF.
	Inspecionar a folha de pagamento dos servidores de no mínimo duas (2) Secretarias Municipais.
Outubro	Analisar a Situação financeira das Autarquias e IPREPAV, bem como repasses Patronais e situação pagamento dos parcelamentos.
	Acompanhar a Elaboração da LOA – Lei do Orçamento Anual, bem como cumprimento dos prazos.
Novembro	Verificar veracidade dos dados incluídos nos sistemas SIOPS e SIOPE até a presente data.
Dezembro	Acompanhar o fechamento contábil.
	Elaborar e aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o Exercício de 2020.

Eu, Luiz Henrique Saliba, declaro que estou Ciente do Plano Anual de Auditoria Interna que será implementado pelo Departamento de Controle Interno do Município de Papanduva - SC durante o Exercício de 2020, lembrando que poderão ocorrer alterações do plano conforme interesse público.

Município de Papanduva, em 08 de junho de 2020.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

Paraíso

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

Publicação Nº 2544963

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO

Página: 1/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020

No dia 30 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, o Sr(a). VALDÍREZ FERREIRA PRESTES, inscrito no CPF sob o nº. 605.116.309-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2020, Processo Licitatório nº. 40/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E DE USO HOSPITALAR, PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPOAMENTO POLICIAL MILITAR DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10064	ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	2, 4
8338	GESUL COMERCIAL EIRELI	5, 14
10063	GF E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	3
9910	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	8, 11
8419	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	1, 7, 9, 15
8337	LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	12
8403	MAICON NARCISO	10
8418	MB CATARINENSE EIRELI	6, 13

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo de licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	34.832.381/0001-97	ROGES RENAN MULLER	030.451.260-57
GESUL COMERCIAL EIRELI	14.711.959/0001-40	LUIZ FLACH	883.832.700-97
GF E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	34.759.165/0001-63	GIOVANI FRANKEN	004.822.049-31
J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI	30.915.834/0001-98	JACKSON UBIRATAN VARGAS	788.067.049-15
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	09.552.508/0001-77	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	041.562.419-39
LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	15.082.583/0001-14	CLEYTON RICARDO LAZAROTTO	884.567.571-87
MAICON NARCISO	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05
MB CATARINENSE EIRELI	16.961.181/0001-52	FELIPE MATHEUS HELFER	087.339.579-40

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E DE USO HOSPITALAR, PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPOAMENTO POLICIAL MILITAR DE PARAÍSO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 40/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

Fornecedor: 8337 - LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	PROJETOR MULTIMÍDIA, DATA SHOW, MÍNIMO DE 2000 ANSI LUMENS; CONTRASTE (400:1) OU MELHOR, PADRÃO ANSI; RESOLUÇÃO SVGA 800 X 600 NO MÍNIMO; FUNÇÃO MULTIMÍDIA, COM ACEITE DVD, VIDEOCASSETE, GAMES, PC, MAC, TV DIGITAL, RECEPTOR DE SATÉLITE E OUTROS; CONEXÕES: 01 ENTRADA VGA, 01 ENTRADA VÍDEO COMPOSTO, 01 ENTRADA S-VÍDEO, CORREÇÃO DO EFEITO TRAPÉZIO; CONTROLE REMOTO COM TODAS FUNÇÕES; MUDANÇA ENTRE VÍDEO E COMPUTADOR, MENU DE AJUSTES; MÉTODO DE PROJEÇÃO: PROJEÇÃO FRONTAL, POSTERIOR E INVERSA, LÂMPADA: 2000H (ALTA LUMINOSIDADE), 3000H (BAIXA LUMINOSIDADE), NO MÍNIMO; EQUIPAMENTO COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA 110/220 V, 60 HZ; SISTEMA PAL-M/NTSC; CONTEÚDO DA EMBALAGEM E ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO, MANUAL, CERTIFICADO, PROJETO, CABOS RGB, DE ENERGIA E MALETA PARA ACONDICIONAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UND	Epson	2,000	3.379,0000	6.758,00

Fornecedor: 8338 - GESUL COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	CADEIRA ESCRITÓRIO SECRETARIA PRETA GIRATÓRIA COM BRAÇO: - MATERIAL/COMPOSIÇÃO DO ASSENTO: MADEIRA MULTI LAMINADA E ESPUMA COM DENSIDADE CONTROLADA; REVESTIMENTO DO ASSENTO: NYLON-MATERIAL/COMPOSIÇÃO DO ENCOSTO: NYLON-REVESTIMENTO DO ENCOSTO: TELA NYLON; MATERIAL/COMPOSIÇÃO DO BRAÇO: POLIPROPILENO; MATERIAL/COMPOSIÇÃO DA BASE: POLIPROPILENO; MATERIAL/COMPOSIÇÃO DO RODÍZIO: RODÍZIO PLÁSTICO; MATERIAL/COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA: POLIPROPILENO; RECLINÁVEL: NÃO; REGULAGEM DE ALTURA: PISTÃO A GÁS; MECANISMO: FLANGE; ALTURA DO ASSENTO AO PISO MÍN/MAX: 41 CM/53 CM; DIMENSÕES DO ENCOSTO: 50 CM X 39 CM (A X L) - DIMENSÕES DO ASSENTO: 45 CM X 44 CM (L X P); DIMENSÕES DO BRAÇO: 30 CM X 5,5 CM (C X L); ALTURA DO BRAÇO: 18 CM- PESO SUPORTADO: 100 KG; DIMENSÕES DA BASE: 50 CM; PESO LÍQUIDO APROXIMADO DO PRODUTO (KG): 9,3KG; GARANTIA DO FORNECEDOR: TRÊS (03) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UND	BEST	2,000	345,0000	690,00
14	SOFA DE CANTO MEDINDO NO MÍNIMO 2,50 X 2,20MT EM TECIDO SUEDE DE TOQUE AVELUDADO, ENCOSTO RECLINÁVEL COM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, ALMOFADAS FIXAS COMPOSTAS DE 80% FIBRA SILICONADA E 20% FLOCOS DE ESPUMA, COR A ESCOLHER.	UND	SERPIL	1,000	2.481,0000	2.481,00

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROCESSADOR: INTEL CORE I5 COM MÍNIMO 3,4 GHZ, DE NO MÍNIMO SÉTIMA GERAÇÃO, COM NO MÍNIMO 4 MB DE MEMÓRIA CACHE, 4GB DE VGA OFF BOARD, SOQUETE LGA 1151, GRAVADOR DE DVD +/-RW, VELOCIDADE DE 22X GRAVADOR/LEITORDVD/CD, PLACA MÃE SOCKET LGA 1151, COM NO MÍNIMO 02 SLOTS DE MEMÓRIA, MEMÓRIA CLOCK 1333 MHZ, COM REDE 10/100/1000PPS, COM NO MÍNIMO 4 PORTAS USB, COM NO MÍNIMO 4 CONEXÕES SATA, COM NO MÍNIMO UMA CONEXÃO PCI E EXPRESS, CAPACIDADE DE MEMÓRIA DE ATÉ 16 GB, TIPO DE MEMÓRIA DDR4, PELO MENOS UM CONECTOR DE REDE RJ45, AUDIO NO MÍNIMO 2,1 CANAIS, MEMÓRIA 8GB DDR4, DISCO RÍGIDO SSD (HARD DISK) COM NO MÍNIMO 480 GB, GABINETE 4 BAÍAS ATX COM FONTE TECADO IDIOMA POR TUGUES DO BRASIL, LAYOUT: ABNT, CONECTOR PS/2 OU USB, MOUSE ÓPTICO COM TRÊS BOTOES, SENDO DOIS BOTOES PARA FUNÇÕES NORMAIS E 1 BOTÃO E ROLAGEM, CONECTOR OS DOIS OU USB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO ORIGINAL, GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DEFINITIVA DO OBJETO	UND	C3TECH	4,000	2.519,5000	10.078,00

Fornecedor: 8418 - MB CATARINENSE EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA COMPLETA 160W SUBWOOFER, CORNETA E TWEETER.	UND	STURDY	2,000	872,0000	1.744,00
13	SMARTPHONE ANDROID, TELA INTEIRA TOUCHSCREEN DE 5,3 POLEGADAS COM UMA RESOLUÇÃO DE 1280X720 PIXEL, MEMÓRIA INTERNA 16 GB EXPANSÍVEL DE ATÉ 64 GB MICRO SD	UND	MULTILASER	3,000	796,5000	2.389,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 40/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

Fornecedor: 8419 - JACKSON NEIMAR PEDRASSANI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARMÁRIO 02 PORTAS CONFECCIONADO EM MDP, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ARMÁRIO 02 PORTAS CONFECCIONADO EM MDP DUPLA FACE DE 15MM, MEDINDO 1700MM ALTURA X 900MM COMPRIMENTO 420MM PROFUNDIDADE POSSUI TRÊS DIVISÓRIAS INTERNAS VERTICAIS COM 03 PRATELEIRAS FIXADAS COM CAVILHAS DE 08MM E PARAFUSO DE HASTE DUPLA; ACABAMENTO DO ARMÁRIO EM FITA GOMADA 0,45MM TAMPO FIXADO ATRAVÉS DE MINI-FIX DE METAL 32MM RODAPÉ COM PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES 7X50MM, TODOS COM TAPA CABEÇA NA MESMA COR DE MADEIRA, AS PORTAS SÃO FIXADAS COM 06 DOBRADIÇAS TIPO COPO DE 35MM COM CHAVES INDIVIDUAIS NAS PORTAS E PUXADORES EM PVC DE 96MM NA MESMA COR DO PERFIL. FUNDO DO ARMÁRIO EM EUCALAPLAC DA MESMA COR DA MADEIRA, SAPATAS 15X20 EM POLIPROPILENO PARA SUSTENTAÇÃO DO MÓVEL. MÓVEL MONTADO GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DEFINITIVA DO OBJETO.	UND	JP Móveis	6,000	280,0000	1.680,00
7	GARRAFA TÉRMICA 1.8L COM PRESSÃO, DE INOX.	UND	Termolar	5,000	124,5000	622,50
9	MESA PARA ESCRITÓRIO EM L COM GAVETEIRO NAS DIMENSÕES APROXIMADAS (L X A X P): 160 X 73 X 60 CM (MESA MAIOR) (L X A X P): 135 X 73 X 60 CM (MESA MENOR COM 4 GAVETAS) COR NOGUEIRA	UND	JP Móveis	5,000	399,0000	1.995,00
15	TATAME DIVÃ TABLADO, EM COURVIN SINTETICO AZUL, FEITO DE MADEIRA DE EUCALÍPTO COM ALTA RESISTÊNCIA E ESTABILIDADE, ESPUMA ORTOPÉDICA COM DENSIDADE 33, NAS MEDIDAS (A X L X C) 50 X 1,35 X 1,90CM.	UND	JP Móveis	1,000	978,0000	978,00

Fornecedor: 9910 - J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	MEDIDOR DE TEMPERATURA, SEM CONTATO ENTRE 3 A 5CM, COM GATILHO, COM CAPACIDADE DE AFERIR HUMANOS E OBJETOS.	UND	seller	6,000	445,0000	2.670,00
11	NOTEBOOK INTEL CORE I5, 8GB DE RAM, 1 TB DE HD, TELA LED DE 15.6", WINDOWS 10.	UND	acer	1,000	3.690,0000	3.690,00

Fornecedor: 10063 - GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BICICLETA ERGOMÉTRICA HORIZONTAL: CARGA MAGNÉTICA: SISTEMA DE CARGA MAGNÉTICA COM DIFERENTES NÍVEIS, QUE PERMITE SIMULAR DIFERENTES PERFIS DE TREINAMENTO COM CARGAS VARIADAS ASSENTO COM ENCOSTO AJUSTÁVEL QUE PERMITE USO DE PACIENTES COM DIFERENTES ESTATURAS. PEDAL: COM CINTA AJUSTÁVEL PARA MANTER OS PÉS BEM POSICIONADOS.	UND	DREAM	1,000	2.396,0000	2.396,00

Fornecedor: 10064 - ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ARQUIVO DE AÇO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ARQUIVO EM AÇO COM QUATRO GAVETAS, PARA PASTA SUSPensa, CHAPA 26MM, SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS GAVETAS COM TRILHO TELESCÓPICO, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,30CM DE ALTURA, 0,70 CM DE LARGURA E 0,45 CM DE COMPRIMENTO MÓVEL MONTADO. GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DEFINITIVA DO OBJETO	UND	REIFLEX	4,000	515,0000	2.060,00
4	CADEIRA COM NO MÍNIMO ASSENTO EM MATERIAL COMPENSADO MULTILAMINADO REVESTIDO EM TECIDO OU COURVIN, COM ESPUMA INJETADA DE 30MM, NA COR AZUL, ANATÔMICO, ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC. ENCOSTO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDO EM TECIDO OU COURVIN, COM ESPUMA INJETADA DE 30MM, NA COR AZUL, ANATÔMICOS E ACABAMENTO COM CAPA DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO REDONDO, DIÂMETRO 22,22MM(7/8), BASE: 4 PÉS, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM E CORROSÃO, PINTURA: EPÓXI-PÓ, NA COR PRETO. DIMENSÕES: ASSENTO: 400 X 430MM, ENCOSTO: 275 X 360MM, ALTURA ATÉ O ASSENTO: 450MM, ALTURA ATÉ O ENCOSTO: 840MM.	UND	REIFLEX	20,000	77,0000	1.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 4/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 8/8
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 30 de Junho de 2020.

VALDIREZ FERREIRA PRESTES
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Empresas Participantes:

ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	CNPJ: 34.832.381/0001-97	_____
GESUL COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 14.711.959/0001-40	_____
GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	CNPJ: 34.759.165/0001-63	_____
J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	CNPJ: 30.915.834/0001-98	_____
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	CNPJ: 09.552.508/0001-77	_____
LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	CNPJ: 15.082.583/0001-14	_____
MAICON NARCISO	CNPJ: 08.869.085/0001-50	_____
MB CATARINENSE EIRELI	CNPJ: 16.961.181/0001-52	_____

Penha

PREFEITURA

ATA 006/2020

Publicação Nº 2545726

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMAS-PENHA/SC

ATA 006/2020

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte, às quinze horas, reuniram-se na Escola Profissional Zilda Lucki na Rua: Prefeito João Batista, nº120, Centro - Penha, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para Reunião Ordinária com a presença dos seguintes membros: Sra. Olinda Rodrigues da Silva Santos (representante Secretaria Municipal de Assistência Social e presidente), Sra. Maria Bernadete Canuto (representante titular da Secretaria de Assistência Social), Sra. Camila Machado (representante da secretaria da Fazenda), Srta. Laysa Carolina Rita (representante suplente da Secretaria de Saúde) e os representantes das Entidades: Sra. Eudes Tartari Zanin (representante Titular da Entidade da APAE), Sra. Julieta Ribas de Sá, (representante titular da AMAI), e os convidados Sr. Nereu Ramos Caldeira Filho (secretário da SAS), Sr. Donizete de Souza (trabalhador da SAS), Sr. Ricardo Hahn Barbosa de Souza (assistente social do CREAS), Sra. Soeli Ramalho (coordenadora do CREAS), e a Srta. Maria Carolina Floriano (estagiária da advogada Nathalia/CREAS) a Sra. Ana Paula da S. Dionizio (secretaria executiva do CMAS), A presidente Sra. Olinda, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos os membros do CMAS e todos os presentes na reunião. Em seguida o assistente social do CREAS, Sr. Ricardo solicitou a palavra assim descrevendo e apresentando o Projeto do Plano de Contingência como medida sociassistencial de enfrentamento ao Covid-19 com a proposta de prestar assistência às pessoas em situação de rua; prestar cuidados em relação à higiene pessoal e alimentação, visando a mitigação de surgimento de outras comorbidades; monitorar a condição clínica dos assistidos, com intuito de contenção ao contágio da doença e garantindo, eventualmente, o encaminhamento para os cuidados em saúde que se fizerem necessários, após uma análise do Projeto do Plano de Contingência ao enfrentamento do COVID- 19 em relação as pessoas em situação de rua elaborado pela equipe do CREAS, todos os membros aprovaram com unanimidade pois será uma aquisição de um contêineres para vinte e cinco pessoas sendo assim será de grande utilidade para município e para demais fins junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus setores. Sem mais nada a tratar, eu, Ana Paula da S. Dionizio, Secretária Executiva desse Conselho lavro e assino com os demais membros essa Ata.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2019 – PMP ERRATA 08

Publicação Nº 2545582

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2019 – PMP
ERRATA 08

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.327/0001-01, por intermédio da Secretaria de Administração, torna pública a seguinte errata:

Onde se lê:
(...)

AGENTE ENDÊMICO			
NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
Margarete Correa Maximiliano	170	12	1º
Rozilene Maria Santos	58	10	2º
Marina Silva Cravo	270	7	3º
Jean Carlos Nilsen	167	7	4º
Gabriela Carolina de Souza	240	6	5º
Madalena Aparecida Deolinda Mendes	264	5	6º
Emylly Ewyllyn Correa de Souza	269	5	7º
Alessandro Mendes	77	5	8º
Vanderleia Rosa de Souza Casa-grande	260	5	9º
Paulo Fernando Rosseto	312	5	10º
Schelly Angel Koth	268	5	11º
Samara Formaggi	232	5	12º
Luziene Gomes Marcelino	283	5	13º
Isaias Iraja Radke	267	5	14º
Henrique Balduino de Oliveira	76	5	15º
Daiane Caroline de Souza	343	5	16º
Raquel Damasio	222	4	17º

Rodrigo Luiz Carlos	337	4	18º
Luis Fernando Ramos da Silva	250	4	19º
Simone Pereira Vieira Callado	331	3	20º
Diego da Silva Barreto	124	3	21º
Gabriel Mateus Bento Miguel	22	3	22º
Osnildo João Domiciano	228	3	23º
Alexander Almeida da Silva Junior	336	3	24º
Amine de Oliveira Ventura	344	3	25º
Shirleia Marisa dos Santos de Freitas	148	3	26º
Elisandra Aparecida de Ramos	82	2	27º
Elisandra Aparecida de Ramos	350	2	28º
Nisandra Carla Koball	266	2	29º
Luciano Figueredo	348	2	30º
Michele Meyer Reichert	159	2	31º
Rosangela Aparecida Terra Mota	128	0	32º
Saete Maria da Silva	301	0	33º
Silvana Maria Marinho Neves	189	0	34º
Renato Zanotto	209	0	35º
Tiago Pacheco Curtz	13	0	36º
Luana Crescencio	79	0	37º

Leia-se:

AGENTE ENDÊMICO			
NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
Margarete Correa Maximiliano	170	12	1º
Rozilene Maria Santos	76	10	2º
Marina Silva Cravo	270	7	3º
Jean Carlos Nilsen	167	7	4º
Gabriela Carolina de Souza	240	6	5º
Madalena Aparecida Deolinda Mendes	264	5	6º
Emylly Ewyllyn Correa de Souza	269	5	7º
Alessandro Mendes	79	5	8º
Vanderleia Rosa de Souza Casa-grande	260	5	9º
Paulo Fernando Rosseto	331	5	10º
Schelly Angel Koth	268	5	11º
Samara Formaggi	232	5	12º
Luziene Gomes Marcelino	233	5	13º
Isaias Iraja Radke	267	5	14º
Henrique Balduino de Oliveira	77	5	15º
Daiane Caroline de Souza	344	5	16º
Raquel Damasio	222	4	17º
Rodrigo Luiz Carlos	343	4	18º
Luis Fernando Ramos da Silva	258	4	19º
Simone Pereira Vieira Callado	331	3	20º
Diego da Silva Barreto	124	3	21º
Gabriel Mateus Bento Miguel	22	3	22º
Osnildo João Domiciano	228	3	23º
Alexander Almeida da Silva Junior	337	3	24º
Amine de Oliveira Ventura	348	3	25º
Shirleia Marisa dos Santos de Freitas	148	3	26º
Elisandra Aparecida de Ramos	13	2	27º
Michele Meyer Reichert	159	2	28º
Nisandra Carla Koball	266	2	29º
Luciano Figueredo	350	2	30º
Rosangela Aparecida Terra Mota	128	0	31º
Saete Maria da Silva	312	0	32º
Silvana Maria Marinho Neves	189	0	33º
Renato Zanotto	209	0	34º
Tiago Pacheco Curtz	22	0	35º
Luana Crescencio	82	0	36º

(...)

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.
Penha, 23 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 007/2020 DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545724

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução Nº 007/2020 de 10 de Junho de 2020.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Aplicação do Recurso Federal para ações do COVID-19 no SUAS- Portaria nº369 do Ministério da Cidadania.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em Reunião Ordinária, realizada dia 10 de Junho de 2020, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 8.742 de dezembro de 1993- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 2.545, de 09 de abril de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha SC. –CMAS.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Aplicação que contempla a partilha de Recurso Federal para ações de enfrentamento ao COVID-19 conforme Portaria nº369 do Ministério da Cidadania.

Art. 2º. Aprovar a utilização do Recurso Federal para aquisição de Equipamentos de proteção Individual-EPI's para os servidores de todos os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social no valor total de R\$ 2.450,00.

Art. 3º. Aprovar a utilização do Recurso Federal para aquisição de bens e materiais de consumo (gêneros alimentícios), (material de copa e cozinha) e (material de limpeza e produção de higienização) para prestar assistência às pessoas em situação de rua no valor total de R\$ 18.000,00.

Art. 4º. Aprovar a utilização do Recurso Federal para investimento na aquisição de Equipamentos e materiais permanentes (contêineres) e aparelhos eletrônicos e utensílios domésticos no valor de R\$ 82.000,00.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 10 de Junho de 2020.

Olinda Rodrigues da Silva Santos
Presidente CMAS/Penha

RESOLUÇÃO Nº 008/2020 DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545703

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
PENHA/SC

Resolução nº 008/2020 de 19 de junho de 2020.

APROVA PROJETO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social de Penha, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº2.545 de abril de 2012, e considerando a Plenária Ordinária realizada em 19 de junho de 2020, em que o Conselho deliberou em Ata 007/2020, Considerando que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Penha são plenamente compatíveis com os preceitos normativos da Lei Federal nº 13.019, 31 de julho de 2014, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar PROJETO apresentado pela entidade assistencial ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, visando:
a) Auxílio financeiro por meio de "Termo de Colaboração" com o objetivo de dar suporte financeiro a instituição com manutenção de suas atividades, nos termos do projeto apresentado;
b) O "Termo de Colaboração" a ser firmado deve tratar da rescisão do "Termo de Colaboração" em vigência.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 19 de junho de 2020.

Olinda Rodrigues da Silva Santos
Presidente CMAS de Penha

TERMO DE CREDENCIAMENTO 021/2020 - FMS

Publicação Nº 2545426

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2020-FMS de 23/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2020 - FMS
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, GUILHERME OKU FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 007.100.009-79, residente e domiciliado a Rua Sororoca, nº 74, Bairro Itacolomi, na Cidade de Balneário Piçarras, doravante denominada CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde e no NAM, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 347/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica, que deverão prestar serviços nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 347/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CLINICO GERAL	21.600	R\$ 36,33	R\$ 784.728,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 784.728,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde ou em outros locais, na qual será previamente informado pela Secretaria de Saúde.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 464.987,67 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 23 de junho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

GUILHERME OKU FERNANDES
Credenciado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F. nº

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos

Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2020

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 34/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020 - DESERTA

Publicação Nº 2544871

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo de Licitação nº 34/2020 – Tomada de Preços nº 01/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de faixas de pedestre elevadas nas ruas Miguel Balduino Boll e Pedro Teobaldo Finger, no município de Peritiba, com fornecimento de material e mão de obra, conforme disposto no Anexo "E" deste Edital e de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma que passam a fazer parte integrante do Edital.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Peritiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA que a Tomada de Preços nº 01/2020, Processo de Licitação nº 34/2020, foi considerado deserto, pois não houveram interessados ao certame.

Peritiba SC., 30 de junho de 2020.

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
(Decreto nº 169/2020)

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2544931

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 42/2020 – Tomada de Preços nº 02/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de faixas de pedestre elevadas nas ruas Miguel Balduino Boll e Pedro Teobaldo Finger, no município de Peritiba, com fornecimento de material e mão de obra, conforme disposto no Anexo "E" deste Edital e de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma que passam a fazer parte integrante do Edital.

ENVELOPES: Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto à Prefeitura Municipal de Peritiba, dar-se-á até às 08h00 do dia 17 de julho de 2020, na Recepção desta Prefeitura, no endereço acima indicado. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h00 do dia 15 de julho de 2020, na Recepção desta Prefeitura.

O recebimento dos envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h00 do dia 17 de julho de 2020, na Recepção desta Prefeitura.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h30 do dia 17 de julho de 2020.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 30 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO N.º 542, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546022

DECRETO N.º 542, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID 19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme prevê o artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 513, de 18 de Março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Pescaria Brava/SC, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562/2020, alterado pelo Decreto nº 630 de 01 de junho de 2020, que Altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO deliberações e Protocolos do Comitê Extraordinário Regional - CER AMUREL COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para prevenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas novas medidas para enfrentamento à emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, nos termos deste Decreto.

Art. 2º Para o enfrentamento da COVID-19 os estabelecimentos comerciais do Município, passam a adotar novo horário de funcionamento:

I - Quanto ao Funcionamento do Comércio:

a) O Horário de funcionamento do comércio fica restrito até as 18:00 horas, de segunda a sexta-feira; aos sábados, o funcionamento deverá ocorrer até as 12:30 horas e fechado aos domingos e feriados;

II - Quanto aos serviços de alimentação:

- a) Restaurantes, Lanchonetes, Food trucks/ambulantes: poderão funcionar até as 22:00 horas de segunda a domingo, após este horário somente telentrega ou retirada no balcão (take away), ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local.
b) Bares, Pubs, conveniências e similares: poderão funcionar até as 22:00 horas de segunda a domingo, após este horário somente telentrega ou retirada no balcão (take away), ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local.

Art. 3º Ficam autorizados os treinos e jogos de futebol profissional e futsal de alto rendimento, com campeonatos agendados, seguindo os protocolos e recomendações específicas.

Art. 4º As atividades mencionadas no inciso I e II do art. 2º e caput do art.3º deste Decreto deverão funcionar em atenção, aos protocolos de prevenção e combate ao coronavírus elaborados pelo Comitê Extraordinário Regional - CER AMUREL COVID-19.

Parágrafo único. É obrigatório o cumprimento das ações de prevenção em saúde, contidas em protocolos específicos, orientações e notas técnicas determinadas pelas autoridades públicas e validadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Permanecem suspensas as seguintes atividades:

- a) Ensinos infantil, fundamental, médio, técnico e superior;
b) Realização de eventos públicos e privados em qualquer modalidade;
c) Fica mantida a proibição de execução de música ao vivo em qualquer local e em qualquer modalidade;

d) Funcionamento de espaços públicos como parques, praças, clubes sociais e afins, permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias conforme protocolos preestabelecidos;

e) Academias ao ar livre;

f) Atividades esportivas coletivas, a exemplo de práticas de vôlei, futebol amador entre outros.

Art. 6º Os velórios realizados em âmbito municipal, deverão ocorrer em no máximo 6 (seis) horas de duração, limitando-se a entrada em qualquer das áreas internas da funerária, podendo permanecer apenas 10(dez) pessoas por vez.

§ 1º As celebrações de despedidas limitar-se-ão à presença de somente 10(dez) pessoas.

§ 2º Os sepultamentos poderão ocorrer somente até as 17:30 horas e as funerárias permanecerão fechadas das 00:00 as 06:00 horas.

Art. 7º Compete à Vigilância Sanitária Municipal, a fiscalização do cumprimento das normas de saúde e combate ao coronavírus, previstas nos protocolos de saúde.

§ 1º Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados, o órgão fiscalizador deverá lavrar termo próprio e determinar a suspensão imediata das atividades pela infratora, somente podendo haver liberação após regularização das medidas de prevenção.

§ 2º Aos estabelecimentos que descumprirem as normas previstas nos protocolos, bem como disposições deste Decreto, fica estabelecida multa a ser aplicada na forma do artigo 6º do Decreto Municipal nº 540/2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, as disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 30 de Junho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

0184

Publicação Nº 2545061

LEI COMPLEMENTAR Nº 0184/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

cria o programa de regularização de construções irregulares ou clandestinas e acrescenta o inciso VII ao art. 9º da Lei N. 2.445/2015 e dá outras providências

MÁRIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 59, § 2º da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares ou clandestinas executadas sem observância da legislação municipal correlata, desde que as obras tenham sido concluídas há pelo menos 3 (três) anos antes da publicação desta lei e que apresentem condições de segurança e condições mínimas de higiene, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

- a) construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Poder Público Municipal, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;
- b) construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Poder Público Municipal, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença;
- c) construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Poder Público Municipal.

Art. 2º Serão passíveis de regularização somente as construções que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - quando em edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares:

- a) recuos frontais, com no mínimo 2 (dois) m;
- b) afastamentos;
- c) taxa de ocupação;
- d) índices de aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos superiores sobre o recuo e logradouro público (passeio), com o máximo de 1,20m;
- f) dimensões de cômodos;
- g) área de ventilação e iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória e compartimentos especiais;
- h) redução dos vãos de acesso que não atendem ao Código de Obras, em no máximo 20% (vinte por cento).
- i) pé direito inferior ao mínimo exigido;

II - quando em edificações de uso misto (residenciais/comerciais/serviços):

- a) recuos frontais, com no mínimo 2 (dois) m;
- b) afastamentos;
- c) taxa de ocupação;
- d) índices de aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo e logradouro público (passeio), com o máximo de 1,50 m;
- f) dimensões de cômodos;
- g) pé direito inferior ao mínimo exigido;
- h) área de ventilação e iluminação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) na dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- i) número de box/abrigos para estacionamento, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) do mínimo exigido;
- j) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido;
- k) saliências de elementos estruturais, decorativos, isolados, de até 20 cm sobre o passeio;
- l) redução dos vãos de ventilação e iluminação (círculos inscritos) que não atendem ao Código de Obras.

III - quando em edificações de uso industrial, depósito, galpões e/ou barracões:

- a) recuos frontais, com no mínimo 2 (dois) m;
- b) afastamentos;

- c) taxa de ocupação;
- d) índice de aproveitamento;
- e) área de ventilação e iluminação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória e especiais;
- f) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido;

IV - quando em edificações de uso público, tais como: igrejas, templos, salões comunitários, ginásios, entre outros assemelhados.

- a) recuos frontais de no mínimo 2 (dois) m;
- b) afastamentos;
- c) taxa de ocupação;
- d) índice de aproveitamento;
- e) área de ventilação e iluminação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória e especiais;
- f) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido;
- g) pé direito inferior ao mínimo exigido.

§ 1º. Sempre que a regularização tratar de recuo e projeção de sacada ou pavimento sobre o recuo e logradouro público, o proprietário do imóvel deverá firmar termo de compromisso com o Poder Público Municipal, com firma reconhecida em cartório, no qual se comprometa a demolir a parte edificada irregularmente sobre o recuo ou logradouro público, quando assim solicitado pelo Município, sem direito de indenização, pois, a regularização não lhe confere qualquer direito sobre as propriedades lindeiras.

§ 2º. Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral, o proprietário deverá apresentar declaração dos vizinhos lindeiros e/ou proprietário do lote, que ficará anexada ao processo, onde estes não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativo ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação, salvo em construções em que a parede em comum esteja situada na mesma edificação. Tal declaração deverá ser averbada junto ao CRI do Imóvel objeto de regularização e dos lindeiros.

§ 3º. Poderão também ser objeto de regularização situação diversa daquelas descritas neste artigo, contudo, desde que o Poder Público entenda ser passível de regularização e que não afronte as situações descritas no artigo 3º desta Lei.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos ou que avancem sobre eles, inclusive as saliências estruturais, ou decorativas, isoladas, sobre o passeio, as projeções de sacadas e pavimentos superiores até o limite de 1,20 metros sobre passeios públicos;

III - estejam localizadas em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor, a menos que haja declaração expressa e firmada em cartório, de concessão dos vizinhos afetados. Tal declaração deverá ser averbada junto ao CRI do Imóvel objeto de regularização e dos lindeiros.

V - que não possuírem atestado de habite-se junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, exceto as edificações unifamiliares.

Parágrafo único. Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas, resultem comprometimento da estrutura restante, garagens, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e de fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 4º A regularização das construções de que cuida esta Lei Complementar, dependerá da apresentação pelo proprietário, compromissário comprador ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

- a) a indicação da irregularidade requerida bem como as suas quantificações;
- b) qualificação do requerente e localização da construção irregular;
- c) solicitação de vistoria "in loco";

II - cópia da notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, se for o caso;

III - comprovantes de que a construção foi concluída anteriormente à publicação ao prazo definido no art. 1º, não sendo aceitos comprovantes de luz e água do tipo provisória;

IV - declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da Lei, pela veracidade das informações prestadas;

V - cópia da matrícula imobiliária, atualizada em no máximo 30 (trinta) dias;

VI - certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos municipais relativa ao imóvel;

VII - anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VIII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

b) planta de localização, constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

c) planta de cobertura;

d) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

e) para todas as edificações, dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

f) para todas as edificações, uma elevação ou fachada para cada via pública lindeira à edificação;

g) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e na Vigilância Sanitária.

h) projeto de adequação de acessibilidade, caso necessário;

IX - anuência da sociedade condominial, quando for o caso;

Parágrafo único. A emissão do Alvará de Habite-se dependerá da apresentação da documentação relativa, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se, expedido pelo Corpo de Bombeiros, relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

Art. 5º Os processos e as notificações para regularização de edificação em andamento no Setor de Obras na data da publicação desta Lei Complementar, poderão ser analisados segundo os parâmetros estabelecidos nesta Lei Complementar, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 6º Para todos os casos de regularização previsto na presente Lei Complementar, deverá constar no requerimento, no memorial descritivo, na ART/RRT e selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº ..."

Art. 7º A regularização das edificações realizadas após 11 de fevereiro de 2013 não dispensam o interessado do cumprimento das exigências previstas no Plano Diretor Participativo, inclusive no que diz respeito a atividade exercida no imóvel

Art. 8º A regularização de que trata esta Lei Complementar, não implica o reconhecimento, pelo Poder Público Municipal, do direito de propriedade.

Art. 9º Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 4º, com toda a documentação ali referida, até o dia 30/11/2021.

§ 1º. Não será admitida a juntada posterior de documento que deveria acompanhar o requerimento de regularização da obra.

§ 2º. O Setor de Obras poderá solicitar documentação complementar, desde que seja necessária para elucidar algum aspecto relativo à obra em regularização e poderá encaminhar o projeto de regularização para análise pelo Conselho Municipal Permanente de Desenvolvimento (COMPEDE) e pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA).

Art. 10 As regularizações objetos da presente lei, dependerão do pagamento de multa de regularização, obedecidos os seguintes critérios,

I – tratando-se das irregularidades descritas nos itens 'c' e 'd', dos incisos I, II e III do artigo 2º, a multa será calculada à razão de 2% (dois por cento) do CUB/SC (Custo Unitário Básico da Construção Civil) por metro quadrado de área constituída irregularmente.

II – tratando-se de edificações descritas nos demais itens, exceto residenciais unifamiliares, a multa será calculada à razão de 20% (vinte por centos) do CUB/SC (Custo Unitário Básico da

Construção Civil) para cada irregularidade.

§ 1º As edificações de uso público de propriedade do Município de Pinhalzinho ficam dispensadas do pagamento da multa.

§ 2º Os recursos auferidos com a regularização de edificações que prevê esta lei serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 11 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 12 Fica acrescido o inciso VII ao art. 9º da Lei n. 2.445/2015, com a seguinte redação:

VII – Recursos provenientes de programas de regularização de construções irregulares ou clandestinas.

Art. 13 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Art. 14 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC, 29 de Junho de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e Publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora ""

2668

Publicação Nº 2545015

LEI Nº 2668/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA – LDO, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - LOA PARA 2020, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MÁRIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º No anexo II que demonstra os Programas, ações, metas físicas e financeiras e no anexo IV que demonstra as despesas por função, subfunção e ação do Plano Plurianual PPA 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 2.639, de 05 de dezembro de 2019, fica incluído no órgão nº 10 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos a unidade orçamentaria nº 004 – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, bem como fica incluído a Ação Projeto/Atividade: nº 2077

– Manutenção das Ações da Defesa Civil, fica criada a meta física 6 meses, Produto: Ações da defesa civil e meta financeira de R\$ 74.837,35 (setenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Art. 2º No Anexo XV de Prioridades e Metas da LDO para 2020, aprovada pela Lei municipal nº Lei nº 2638, de 05 de dezembro de 2019, fica incluído no órgão nº 10 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos a unidade orçamentaria nº 004 – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, bem como fica incluído a Ação Projeto/Atividade: nº 2077 – Manutenção das Ações da Defesa Civil, fica criada a meta física 6 meses, Produto: Ações da defesa civil e meta financeira de R\$ 74.837,35 (setenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 74.837,35 (setenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), destinado a suprir o seguinte projeto/atividade e respectivos detalhamentos / modalidades de aplicações, conforme segue: Órgão: 10 – Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Unidade: 10.004 – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

Projeto/Atividade: 0006.0182.0020.2077 – Manutenção das Ações da Defesa Civil

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	28.637,35
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	36.200,00
44900000	0.1.64.0080	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao crédito adicional especial de que trata o artigo 3º ficam anulados R\$ 74.837,35 (setenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos) nas dotações orçamentarias no seguinte projeto/atividade:

Órgão: 10 – Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Públicos Unidade: 10.002 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 0006.0182.0020.2056 – Manutenção das Ações Emergenciais da Defesa Civil

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	28.637,35
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	36.200,00
44900000	0.1.64.0080	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Pinhalzinho – SC, 29 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e Publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

2669

Publicação Nº 2545059

LEI Nº 2669/2020, 29 DE JUNHO DE 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O QUADRIÊNIO DE 2021 A 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Ordinária:

Art. 1º Esta lei fixa o subsídio dos agentes políticos do Município de Pinhalzinho para o próximo quadriênio que se iniciará em 1º de janeiro de 2021 e findará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º O subsídio mensal do Prefeito fica fixado em R\$ 23.699,00 (Vinte e e três mil e seiscentos e noventa e nove reais) e o do Vice-Prefeito em R\$ 9.439,46 (Nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos)

§1º O vice-prefeito municipal, quando no exercício do cargo de prefeito, receberá o subsídio correspondente a este cargo proporcionalmente ao tempo em que exercê-lo.

§2º O Vice-prefeito Municipal, quando nomeado para o cargo de secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar por um dos subsídios.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários fica fixado em R\$ 7.722,34 (Sete mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos).

Parágrafo único. Os secretários terão direito a décimo terceiro subsídio e férias remuneradas acrescidas de um terço.

Art. 4º O subsídio mensal dos vereadores fica fixado em R\$ 4.826,39 (Quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos).

Parágrafo único. O subsídio mensal do Presidente da Câmara fica fixado em R\$ 7.239,58 (Sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 5º A percepção do subsídio dos vereadores está condicionada ao comparecimento do Vereador às Sessões da Câmara.

§ 1º A cada falta injustificada aos trabalhos a que for convocado, incidirá ao vereador faltante os seguintes descontos sobre seus respectivos subsídios:

I - 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões extraordinárias e solenes;

II - 10% (dez por cento) a cada falta nas reuniões ordinárias.

§ 2º Considerar-se-á justificada a falta do vereador nos trabalhos a que for convocado quando: I - Por doença própria ou de familiar, comprovada por atestado médico;

II - Em missão de representação da Câmara de Vereadores; III - Caso fortuito ou força maior, comprovados;

IV - Por motivo de seu casamento;

V - Por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, parentes afins ou consanguíneos até o quarto grau;

VI - Por motivo de nascimento ou adoção de filhos.

§ 3º Será considerado presente à Sessão, o Vereador que registrar a presença no início da Sessão, que participar da votação das proposições constantes da pauta e permanecer no Plenário até o encerramento da Ordem do Dia.

§ 4º A participação em sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não terão acréscimo na remuneração.

§ 5º O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante o recesso parlamentar.

§ 6º Em caso de substituição, o suplente terá direito à percepção do subsídio calculado proporcionalmente ao período em que exercer o mandato.

Art. 6º Fica assegurada a recomposição anual no valor dos subsídios fixados por esta lei, nos termos do Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, limitada à variação do índice oficial de inflação.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, dos orçamentos anuais do Município.

Art. 8º Esta lei poderá ser regulamentada por Resolução.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Pinhalzinho/SC, 29 de Junho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Mario Afonso Woitexem - 44919492987) Para conferir o original, acesse o site <https://www.camarapzo.sc.gov.br/cer>, informe o código: 200629155924C5C297

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.251, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545416

DECRETO Nº 5.251, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DECRETA A PRORROGAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE TURNO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL NO PERÍODO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado a realização de Turno Único, com horário das 07h00 às 13h00, no Serviço Público Municipal de Pinheiro Preto da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no mês de julho de 2020.

Parágrafo Único. Por interesse ou necessidade pública, o Executivo Municipal poderá, através de Decreto, antecipar o término do período do Turno Único, previsto no "caput" deste Artigo.

Art. 2º As Secretarias de Transportes e Obras e de Agricultura, voltarão ao expediente das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30 a partir do dia 15 de julho de 2020.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-estar Social continuará com horário especial, das 07h00 às 19h00.

Art. 3º Em casos especiais poderá ocorrer convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais à população, inexistindo em tal caso, qualquer forma de pagamento extraordinário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 30 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.252, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2546146

DECRETO Nº 5.252, DE 30 DE JUNHO DE 2020

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO A SENHORA PAULINA ALMEIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 271, de 27 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 271 de 27 de dezembro de 2019, isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxa de coleta de lixo incidente sobre o imóvel beneficiado à contribuinte PAULINA ALMEIDA, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 215.351.089-91, residente na Rua Luiz Vieceli, nº 187, Bairro São José, município de Pinheiro Preto-SC, para o exercício fiscal de 2020. Considerando o Processo Administrativo nº 19/2020, do Livro 18 folhas 43.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 230/20

Publicação Nº 2545310

PORTARIA Nº230/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDORA ADMITIDA PELA PORTARIA Nº090/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

PRORROGA

SIRLENE SILVEIRA DE AVILA HACHMANN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Prefeito Fioravante Kaster, nº51, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 1.707.427 CPF sob o nº 551.460.079-34, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Liliane Turatto, em seu período de férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 29 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 30 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 30 de junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 231/20

Publicação Nº 2545316

PORTARIA Nº231/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO 20 HORAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre os Estatutos dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 01/2020, através do Decreto nº 1.344/2020, de 24 de junho de 2020.

CONTRATA

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, s/n, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 4.050.838, inscrito no CPF sob o nº 008.672.479-75, para exercer em caráter temporário o cargo de MÉDICO 20 HORAS, constante no Anexo I, Grupo B, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 190-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 21 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 30 de junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 30 de junho de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2545553

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 002 / 2020 - SAÚDE. Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 001 / 2020 - SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Credenciada: LABORATÓRIO SANDRINI S/S LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA DE EXAMES LABORATORIAIS E ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE POMERODE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, EM CONFORMIDADE COM OS PRAZOS, PROCEDIMENTOS E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Valor total Contratado estimado: R\$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) - O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal n.º 8.080/1990, será aquele constante na Tabela SUS, bem como, seus reajustes. Prazo de vigência contratual: O objeto da contratação terá vigência até 31 de Dezembro de 2020, a contar da assinatura do termo contratual, podendo ser prorrogado, por igual período, no interesse recíproco das partes e nos termos da Lei Federal n.º 8.666/1993, por determinação e conveniência do Gestor Municipal, dentro do eminente interesse público. Ass. Lígia Hoepfner, Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante / Vilson Sandrini, Laboratório Sandrini S/S Ltda, Credenciada.

Pomerode / SC, 29 de Maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2545554

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 002 / 2020 - SAÚDE. Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 001 / 2020 - SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Credenciada: LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS E BIOLÓGICAS SANTO ANTÔNIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA DE EXAMES LABORATORIAIS E ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE POMERODE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, EM CONFORMIDADE COM OS PRAZOS, PROCEDIMENTOS E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Valor total Contratado estimado: R\$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) - O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal n.º 8.080/1990, será aquele constante na Tabela SUS, bem como, seus reajustes. Prazo de vigência contratual: O objeto da contratação terá vigência até 31 de Dezembro de 2020, a contar da assinatura do termo contratual, podendo ser prorrogado, por igual período, no interesse recíproco das partes e nos termos da Lei Federal n.º 8.666/1993, por determinação e conveniência do Gestor Municipal, dentro do eminente interesse público. Ass. Lígia Hoepfner, Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante / Nilto Della Giustina, Laboratório de Pesquisas Clínicas e Biológicas Santo Antônio Ltda, Credenciada.

Pomerode / SC, 12 de Junho de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde de Pomerode

PORTARIA 26.578

Publicação Nº 2545191

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.578
CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO A SERVIDORA DOLORES LEONICE KNIZ VOIGT.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora DOLORES LEONICE KNIZ VOIGT, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rudolfo Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 06/08/16 a 05/08/19 a partir de 19 de março de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de maio de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.588

Publicação Nº 2545152

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.588

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA MARINA LORENZ, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO INSS.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

PRORROGA AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio- Doença pelo INSS, da servidora MARINA LORENZ, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 01 de maio de 2020 até 29 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de maio de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.590

Publicação Nº 2545053

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.590

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR GABRIEL ROLAK.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO**, ao servidor GABRIEL ROLAK, ocupante do cargo de Servente, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 14.07.14 a 17.07.17, a partir de 19 de março de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 30 de maio de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 26.599

Publicação Nº 2545205

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.599

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO ROSILENE FERMO WOLICK DA FUNÇÃO DE PROFESSORA DE DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, **EXONERAR** por término de contrato ROSILENE FERMO WOLICK, da função de PROFESSORA DE DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.600

Publicação Nº 2545195

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.600

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO JOAO CRISTIANO ODORIZZI DA FUNÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

EXONERAR por término de contrato JOAO CRISTIANO ODORIZZI, da função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU, com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.602

Publicação N° 2545092

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.602
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA BERNADETE PARKUTS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora BERNADETE PARKUTS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 11/02/16 a 03/03/19, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.603

Publicação N° 2545081

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.603
NOMEIA E GRATIFICA A SERVIDORA CRISTIANE MORO SCHORR PELO EXERCICIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 28, da Lei Complementar 292/2016, NOMEIA E GRATIFICA pelo Exercício de Direção de Unidade de Ensino, a servidora CRISTIANE MORO SCHORR, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, junto ao Centro de Educação Infantil Municipal Profº Rudolf Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.604

Publicação Nº 2545068

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.604
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA ROSANA ROTTA SOARES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora ROSANA ROTTA SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 03/02/16 a 02/10/19, a partir de 01 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.608

Publicação Nº 2545074

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.608

CESSA SUPLEMENTAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LEILA CARLA FLOHR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, CESSAR SUPLEMENTAÇÃO da carga horária da servidora LEILA CARLA FLOHR, ocupante do cargo de Professora Disciplina Específica - Ciências, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na EEBM Prof Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.609

Publicação Nº 2545198

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.609

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO JOAO BARROS DA SILVA DA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato JOAO BARROS DA SILVA, da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 04 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de junho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.613

Publicação Nº 2545204

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.613

EXONERA A PEDIDO BENAIA ELISA RAHN DA FUNÇÃO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido BENAIA ELISA RAHN, da função de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 05 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de junho de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.617

Publicação Nº 2545060

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.617

CESSA GRATIFICAÇÃO DA SERVIDORA TALITA BAHR PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 28, da Lei Complementar 292/2016, CESSAR GRATIFICAÇÃO pelo Exercício de Direção de Unidade de Ensino junto ao CEIM Profº Rudolf Hornburg, da servidora TALITA BAHR, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 08 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.618

Publicação Nº 2545065

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.618

ALTERA LOCAL E VÍNCULO DA SERVIDORA SAMARA DE OLIVEIRA LEIVAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR local e vínculo da servidora SAMARA DE OLIVEIRA LEIVAS, ocupante da função de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, vaga vinculada a servidora Cristiane Moro Schorr, a disposição na função gratificada de direção de unidade escolar, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 08 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.621

Publicação Nº 2545146

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.621

EXONERA JEAN BRANDT KAULING DO CARGO EM COMISSÃO DE TÉCNICO DESPORTIVO II.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR JEAN BRANDT KAULING, do cargo em comissão de TÉCNICO DESPORTIVO II, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode- FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 26.622

Publicação Nº 2545119

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.622

EXONERA EDUARDA CRISTINA BARTH VIDOLIN DO CARGO EM COMISSÃO DE TÉCNICO DESPORTIVO I.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR EDUARDA CRISTINA BARTH VIDOLIN, do cargo em comissão de TÉCNICO DESPORTIVO I, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode- FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 26.623

Publicação Nº 2545143

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.623

EXONERA EVANILSON DA SILVA SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE TÉCNICO DESPORTIVO I.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR EVANILSON DA SILVA SANTOS, do cargo em comissão de TÉCNICO DESPORTIVO I, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode- FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 26.624

Publicação Nº 2545141

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.624

EXONERA RILDO LUIZ BEZERRA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ESPORTES ESCOLARES.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR RILDO LUIZ BEZERRA, do cargo em comissão de GERENTE DE ESPORTES ESCOLARES, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode-FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 26.625

Publicação Nº 2545206

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.625

AFASTA A SERVIDORA MIRIAM DA SILVA BARBOSA, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 13, da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade Estendida de 60 (sessenta) dias a servidora MIRIAM DA SILVA BARBOSA, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 13 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.628

Publicação Nº 2545134

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.628

EXONERA ODAIR LUIZ DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ESPORTES COMUNITÁRIOS.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR ODAIR LUIZ DOS SANTOS, do cargo em comissão de GERENTE DE ESPORTES COMUNITÁRIOS, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode-FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 26.629

Publicação N° 2545129

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.629

EXONERA ILSANI KROENING BAPTISTA DO CARGO EM COMISSÃO DE TÉCNICO DESPORTIVO II.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR ILSANI KROENING BAPTISTA, do cargo em comissão de TÉCNICO DESPORTIVO II, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode- FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 26.630

Publicação N° 2545126

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.630

EXONERA RUY GEBAUER DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO DO COMPLEXO DE EVENTOS.

O Prefeito do Município de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR RUY GEBAUER, do cargo em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO DO COMPLEXO DE EVENTOS, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode- FUNPEEL, a partir de 10 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 26.631

Publicação N° 2545071

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.631

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA MARGARETE MAIBERG PEREIRA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora MARGARETE MAIBERG PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 23/05/16 a 30/05/19, a partir de 15 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.634

Publicação N° 2545093

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.634
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA VIVIEN VANESSA VOLKMANN.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora VIVIEN VANESSA VOLKMANN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, referente ao período aquisitivo de 21.02.10 a 20.02.13, a partir de 15 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

GENRADO RIEMER
Gestão Administrativa e Fazendária

PORTARIA 26.635

Publicação N° 2545148

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.635
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR IVANIR KNYRECK.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor IVANIR KNYRECK, ocupante do cargo de Roçador, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 24.11.14 a 08.12.17, a partir de 15 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 26.636

Publicação Nº 2545149

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.636
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR NILSON KNIRECK.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor NILSON KNIRECK, ocupante do cargo de Tratorista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 01.01.15 a 08.01.18, a partir de 15 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 26.637

Publicação Nº 2545150

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.637
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR EVANDRO DA COSTA SOARES.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor EVANDRO DA COSTA SOARES, ocupante do cargo de Roçador, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 14.03.16 a 21.02.20, a partir de 15 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretaria de Obras

PORTARIA 26.644

Publicação Nº 2545056

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.644

CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO A SERVIDORA MARISTELA DA ROSA DA SILVA.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora MARISTELA DA ROSA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, referente ao período aquisitivo de 07.04.13 a 06.04.16, a partir de 16 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de junho de 2020.

GENRADO RIEMER

Gestão Administrativa e Fazendária

PORTARIA 26.647

Publicação N° 2545050

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.647

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR LUIZ ANTONIO DA SILVA.

O Secretário de Desenvolvimento Rural, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor LUIZ ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo de Vigia, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 04.12.16 a 03.12.19, a partir de 17 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2020.

WILHELM ZILZ

Desenvolvimento Rural

PORTARIA 26.648

Publicação N° 2545079

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.648

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ELLEN JEANINI ANDRUCZEWICZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária da servidora ELLEN JEANINI ANDRUCZEWICZ, ocupante da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, vaga vinculada a matrícula e a servidora Marileni de Carvalho Santos

Trettin à disposição do AEE, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 18 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.649

Publicação Nº 2545077

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.649

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CLAGISA REIS REINERT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária da servidora CLAGISA REIS REINERT, ocupante da função de PROFESSORA ANOS INICIAIS, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, vaga vinculada as servidoras Marileni de Carvalho Santos Trettin à disposição do AEE e Jaqueline Beatriz Rahn ocupante de cargo em comissão na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 18 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de junho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.678

Publicação Nº 2545044

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.678

CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO A SERVIDORA MARISTELA DA ROSA DA SILVA.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora MARISTELA DA ROSA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, referente ao período aquisitivo de 07.04.13 a 06.04.16, a partir de 01 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de julho de 2020.

GENRADO RIEMER
Gestão Administrativa e Fazendária

PORTARIA N° 26.658

Publicação N° 2545668

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVENBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA N° 26.658

DESIGNA CLAUS INGOMAR GRUETZMACHER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 051 / 2020.

O Secretário de Gestão Administrativa e Gestão Fazendária, GENRADO RIEMER, Gestor de Contrato – Processo Administrativo n° 048 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto n° 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 24 de Junho de 2020, servidor CLAUS INGOMAR GRUETZMACHER, ocupante do cargo de Diretor de Informática, matrícula 10499 para atuar como Fiscal dos Contratos Administrativos n° 051 / 2020 com a Empresa CONECTA.COM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI, firmado com o Município de Pomerode.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 24 de Junho de 2020.

Pomerode / SC, em 24 de Junho de 2020.

GENRADO RIEMER
Secretário de Gestão Administrativa e Gestão Fazendária

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO
Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

CLAUS INGOMAR GRUETZMACHER
Diretor de Informática

PORTARIA N° 26.661

Publicação N° 2545550

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVENBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA N° 26.661

DESIGNA EDUARDO JOSE PANDOLFO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 052 / 2020

O Secretário de Obras, Wilhelm Zilz, Gestor de Contrato – Processo Administrativo n° 042 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto n° 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 25 de Junho de 2020, servidor Eduardo José Pandolfo, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 258156, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo n° 052 / 2020 com a Empresa Freedom Engenharia e Construção Ltda, firmado entre o Município de Pomerode.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 25 de Junho de 2020.

Pomerode / SC, em 25 de Junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretário de Obras

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO
Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Engenheiro Civil

PORTARIA Nº 26.662

Publicação Nº 2545570

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.662

DESIGNA RICARDO LUIZ WERNER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054 / 2020

O Secretário de Obras, Wilhelm Zilz, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 044 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 25 de Junho de 2020, servidor RICARDO LUIZ WERNER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 576948, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 054 / 2020, firmado entre o Município de Pomerode e a Empresa Paviplan Pavimentação LTDA.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 25 de Junho de 2020.

Pomerode / SC, em 25 de Junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretário de Obras

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

RICARDO LUIZ WERNER
Engenheiro Civil

PORTARIA Nº 26.663

Publicação Nº 2545551

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.663

DESIGNA EDUARDO JOSE PANDOLFO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053 e 055 / 2020

O Secretário de Obras, Wilhelm Zilz, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 044 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 25 de Junho de 2020, servidor Eduardo José Pandolfo, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 258156, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 053 / 2020 com a Empresa Paco Pedra Pavimentadora e Comércio de Pedras Ltda, e o Contrato Administrativo nº 055 / 2020 com a Empresa Freedom Engenharia e Construção Ltda, firmado entre o Município de Pomerode.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 25 de Junho de 2020.

Pomerode / SC, em 25 de Junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretário de Obras

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Engenheiro Civil

PORTARIA Nº 26.664

Publicação Nº 2545597

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVENBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.664

DESIGNA RICARDO LUIZ WERNER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056 E 57 / 2020

O Secretário de Obras, Wilhelm Zilz, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 043 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 26 de Junho de 2020, servidor RICARDO LUIZ WERNER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 576948, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 056 / 2020 com a Empresa Paviplan Pavimentação LTDA; Fiscal do Contrato Administrativo nº 057 / 2020 com a Empresa Engenfox Terraplanagens e Serviços EIRELI, firmado entre o Município de Pomerode.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 26 de Junho de 2020.

Pomerode / SC, em 26 de Junho de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretário de Obras

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

RICARDO LUIZ WERNER
Engenheiro Civil

RESOLUÇÃO Nº 016/2020/COMAS

Publicação Nº 2546078

RESOLUÇÃO Nº 016/2020/COMAS

Dispõe sobre a nomeação de membros para comporem as comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011, em conformidade com a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 30 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para comprem as comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode;

a) Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social:

- I – Itamar Candido Perini, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES;
- II – Michelle Vitorio Marchetto, representante da Secretaria de Saúde;
- III – Fabiana Bertagnolli – representante do Centro de Convivência Pommernheim;
- IV – Thuanne Dayanna Facchi – representante dos usuários da Política de Assistência Social de Pomerode;

b) Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

- I – Antonio Varela Borges, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau;
- II – João José Marçal Júnior, representante da Controladoria/Procuradoria
- III – Suellen Barros Alves, representante da Secretaria de Planejamento – SEPLAN;
- IV - Suzana Simone Schroeder, representante da Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL

c) Comissão Permanente de Política de Assistência Social:

- I – Vivien Vanessa Volkmann, representante da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária – SEAF;
- II – Amanda Marília Seabra Leite, representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Pomerode;
- III – Analia Klotz Kuhn, representante da APAE de Pomerode;
- IV - Roberto Carlos Maske, representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;

a) Comissão Especial de acompanhamento do Programa Bolsa Família:

- I – João José Marçal Júnior, representante da Controladoria/Procuradoria;
- II – Amanda Marília Seabra Leite, representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Pomerode;
- III – Itamar Candido Perini, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES;
- IV – Antonio Varela Borges, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau;

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 30 de junho de 2020.

João José Marçal Júnior
Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO 039/2019 - PMPB

Publicação Nº 2545168

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATO Nº 039/2019 - PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019 - PMPB
Ata de Registro de Preço nº 797/2019
3º TERMO ADITIVO

Pelo presente Termo aditivo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, através da Prefeitura Municipal de Porto Belo, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, neste ato representado pelo Senhor EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito Municipal, denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62, com sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Cidade Monções, São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. Cristiano Veloso Souza Mendes, brasileiro, casado, Gerente Comercial, portador do CPF nº 037.204.176-03 e RG nº MG6076799/SSP/MG, e pelo Sra. Carlota Braga de Assis Lima, brasileira, casada, Gerente Comercial, portadora do CPF nº 613.174.201-44 e RG nº 630486/SSP/DF, doravante denominada CONTRATADO, têm, entre si justo, avençado e celebram, por força do presente instrumento, examinado pela Assessoria Jurídica, conforme disposto no parágrafo único, art. 38 da Lei nº 8.666, de 21.06.93, alterada pelas leis nº. 8.883/94 e nº 9.648/98, de conformidade com o art. 54 da Lei nº 8.666/93, o presente aditivo ao Contrato de prestação de serviços, nos termos do Pregão Presencial nº 033/2019 – PMPB, Ata de Registro de Preço nº 797/2019 - PMPB.

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 57, §1º, II da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 039/2019 - PMPB, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender as necessidades das secretarias, fundos e fundações do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

A prestação de serviços objeto deste instrumento se dará no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de Assinatura do presente Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A critério da CONTRATANTE, segundo as necessidades do serviço, o prazo determinado nesta Cláusula poderá ser alterado, obedecidas às condições previstas pela Lei nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores referendadas pelo Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente Contrato vigorará a partir da assinatura deste instrumento, até o cumprimento total do objeto licitado, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser prorrogado nas formas do art. 57, inciso II e IV da referida Lei, mediante Termo Aditivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: nos casos de prorrogação de prazo contratual, deverá ser elaborado e assinado o respectivo aditivo contratual. Este Contrato poderá ser prorrogado por iguais períodos, desde que haja interesse das partes envolvidas.

Cláusula Terceira - Do Valor

Adita-se o valor de R\$ 2.629,80 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais, e oitenta centavos) ao contrato original, referente às duas novas linhas para uso do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina situado no Município de Porto Belo.

Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento de 2020, conforme fonte de recurso abaixo especificado, conforme emissão da Ordem de Compra:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional: 0006.0182.0007

Projeto/Atividade: 2029 - Manutenção do convênio com Corpo de Bombeiros Militar

Dotação/Modalidade de aplicação: 586 - 3.3.90.00.00.00

Cláusula Sexta - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais condições e cláusulas do Contrato nº 039/2019 - PMPB, não alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Belo/SC, 30 de Junho de 2020.

Município de Porto Belo
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal
Contratante

Telefônica Brasil S/A
Cristiano Veloso Souza Mendes
Procurador
CNPJ nº 02.558.157/0001-62
CONTRATADA

Telefônica Brasil S/A
Carlota Braga de Assis Lima
Procuradora
CNPJ nº 02.558.157/0001-62
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF nº CPF nº

Porto União

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 4.669/2020

Publicação Nº 2545678

LEI Nº 4.669, de 29 de junho de 2020.

Dispõe sobre Crédito Especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2060 – Proteção Social Básica		
MODALIDADE	4490 – 3197 – Aplicações Diretas	20	100.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro ocorrido em exercícios anteriores na respectiva fonte de recurso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI MUNICIPAL Nº 4.670/2020

Publicação Nº 2545685

LEI Nº 4.670, de 29 de junho de 2020.

Dispõe sobre Crédito Especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
ATIVIDADE	2113 – Manut. Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transferência à Instit. Privadas sem fins lucrativos		50.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
-------------	---------------------------------------	--	--

UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
ATIVIDADE	2113 – Manut. Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	120	50.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI MUNICIPAL Nº 4.671/2020

Publicação Nº 2545692

LEI Nº 4.671, de 29 de junho de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para utilização do 1º Pelotão de Bombeiro Militar da 3ª Companhia de Bombeiro Militar do 9º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município, dos bens móveis abaixo relacionados, adquiridos com recursos da CONTA CONVÊNIO-PREFEITURA/CBMSC, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA DO CADASTRO NO PATRIMÔNIO	Nº PATRIMÔNIO
1	Motor Mercury 15HP	16/03/07	8034
2	Motor Yamaha 15HP	24/09/10	12818
3	Compressor de Ar de Alta Pressão Marca Cultri Sub MCH-16	13/04/07	8480
4	Máquina Hidráulica Weber	02/03/07	7746
5	Motoserra STIHL 250	16/03/07	8026
6	Motoserra STIHL 250	22/03/16	27450
7	Motoserra STIHL 381	01/09/09	12543
8	Gerador Elétrico Yamaha Et 950 Generator	02/03/07	7748
9	Cortador Abrasivo STIHL	16/03/07	8017
10	Gerador de Luz Intek Briggs Stratton	16/03/07	8018
11	Gerador de Luz Gera MAC	16/03/07	8019
12	Bomba de Sucção 3,5 CVA	16/03/07	8035
13	Motobomba com 9 Estágios	31/05/15	27644
14	Carretinha para Transporte de Barcos, Placa MEG2A61	16/03/07	8031
15	Carretinha para Transporte de Barcos, Placa MHS3A93	16/03/07	8032
16	Barco de Alumínio	24/09/10	12778
17	Soprador Costal BR600 STIHL	23/08/19	31498
18	Turbo Ventilador Mod. IBR MT 540 Motor Honda 5.5 HP a Gasolina	18/09/14	25701
19	Bomba Manual Hidráulica Weber	16/03/07	8016
20	Bomba Emersão Schneider 220 VLT	02/09/19	8036
21	Bomba Cent Sub 20-30S4E16 SMOT 60 230V	02/09/19	31496

22	Motor Elétrico Mono MS4-30 3 CV 254V	02/09/19	31497
23	Lavadora De Alta Pressão Wap STIHL RE 98	22/02/10	25687
24	Ferramenta Combinada Weber	16/03/07	8012
25	Tesoura Hidráulica Weber	16/03/07	8013
26	Ferramenta Corta Pedal Weber	16/03/07	8014
27	Conjunto De Ferramentas Hidráulicas Para Salvamento e Resgate	17/02/10	9836
28	Almofada Pneumática	17/02/10	12669
29	Almofada Pneumática	17/02/10	12670
30	Almofada Pneumática	17/02/10	12671
31	Almofada Pneumática	17/02/10	12672
32	Almofada Pneumática	17/02/10	12673
33	Ferramenta de Corte RSX 200	17/07/15	27110
34	Detector de Gases Altair 5X	05/10/15	27449
35	Kit Calibração com Maleta Cilindro 4 Gases Altair 4X	05/10/15	27451

Parágrafo único. Os bens destinam-se à manutenção e execução dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução dos serviços.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser alterado através de Termos Aditivos, ou denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 040/2020

Publicação Nº 2545540

PORTARIA Nº 040, de 29 de junho de 2020.

Altera membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, instituída pela Portaria nº 006, de 1º de fevereiro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD instituída pela Portaria nº 006, de 1º de fevereiro de 2019, destinada a realizar o processo de análise dos documentos produzidos e acumulados setorialmente, para eliminação ou recolhimento para guarda permanente, que passa a conter a seguinte composição:

- I- Afonso Wasmann Neto;
- II- Tatiane Thonia da Luz;
- III- Luiz Ricardo Fantin;
- IV- Rafael Bolsoni Schiavini;
- V- Lia Carvalho Keskoski.

Art. 2º Os demais dispositivos constantes na Portaria nº 006, de 1º de fevereiro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em no dia 1º de julho de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

3 TERMO ADITIVO CONTRATO 04 2020

Publicação Nº 2546159

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

4º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº 004/2019.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP, estabelecida na Rua 15 de novembro, 453, Centro, Ibirama - SC, inscrita no CNPJ sob nº12.595.052/0001-37, representada neste ato pelo Sr Andre Roepke, CPF 069.835.139-83, denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste Termo a supressão no valor de R\$4.161,11 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e onze centavos), suprimidos da planilha orçamentaria original, conforme pareceres do setor responsável e requerimentos anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 30 de junho 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante

ANDRE ROEPKE
CPF: 069.835.139-83
Representante legal - Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

5 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2546162

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

5º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 004/2019.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP, estabelecida na Rua 15 de novembro, 453, Centro, Ibirama - SC, inscrita no CNPJ sob nº12.595.052/0001-37, representada neste ato pelo Sr Andre Roepke, CPF 069.835.139-83, denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objetivo deste instrumento é o aditamento do prazo de vigência contratual, para a finalidade exclusiva de quitação do saldo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – Para cumprir a finalidade do disposto na clausula primeira, altera-se o prazo do contrato, passando para o dia 30 de julho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 01 de julho 2020.
OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante Representante legal -

ANDRE ROEPKE
CPF: 069.835.139-83
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF: CPF:

ADITIVOS 04

Publicação Nº 2546158

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

4º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº 004/2019.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP, estabelecida na Rua 15 de novembro, 453, Centro, Ibirama - SC, inscrita no CNPJ sob nº12.595.052/0001-37, representada neste ato pelo Sr Andre Roepke, CPF 069.835.139-83, denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste Termo a supressão no valor de R\$4.161,11 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e onze centavos), suprimidos da planilha orçamentaria original, conforme pareceres do setor responsável e requerimentos anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 30 de junho 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeitura Municipal de
Pouso Redondo – Contratante

ANDRE ROEPKE
CPF: 069.835.139-83
Representante legal - Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF: CPF:

PROCESSO 692020 LETREIRO

Publicação Nº 2545567

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº69/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, com julgamento as 09h00 do dia 13/07/2020 o edital para a realização do Registro de preço para aquisição de letreiros para o município. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 30 de junho de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.531/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2544932

Decreto nº D/4.531/2020, de 30 de junho de 2020.

“DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO CONTRATO N. 23/2020, EM RAZÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas nos incisos X e XII, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 525, dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por meio do Decreto Legislativo nº 18332, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no estado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº D/4.499/2020, de 27 de abril de 2020, que decreta situação de emergência no Município de Presidente Castello Branco - COBRADE nº 1.5.1.1.0, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o art. 58, I c/c art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, que permite a alteração/suspensão unilateral dos contratos administrativos para melhor adequação às finalidades de interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspenso por tempo indeterminado, a partir do dia 1º de julho de 2020, o contrato n. 23/2020 celebrado entre o Município de Presidente Castello Branco e a Capela Santa Terezinha, inscrita no CNPJ n. 83.226.506/00013-84, estabelecida na Travessa Zeferino Matiolo, s/n, centro, neste Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 30 de junho de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 30/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 - FMS

Publicação Nº 2545376

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS.
EMPRESA: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$4.956,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 30 de junho de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 - FMS

Publicação Nº 2545377

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS.
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR TOTAL: R\$21.128,40
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 30 de junho de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020 - FMS

Publicação Nº 2545378

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS.
EMPRESA: PROHOSPITAL SUL LTDA
VALOR TOTAL: R\$13.140,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 30 de junho de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020 - FMS

Publicação Nº 2545379

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS.
EMPRESA: SANDRO VILMAR PIRES ME
VALOR TOTAL: R\$15.976,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 30 de junho de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2545380

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS.
EMPRESA: JD ELETRO COMERCIAL LTDA
VALOR TOTAL: R\$15.644,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 30 de junho de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

DECRETO Nº. 123/2020

Publicação Nº 2545892

DECRETO Nº. 123/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e suplementada, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 13816 – Incentivo APS - Desempenho, no valor de R\$ 144.312,45 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e doze reais e quarenta e cinco centavos), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2043	Programa Saúde da Família
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	13816	Incentivo APS - Desempenho 144.312,45
TOTAL		144.312,45

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 17 DE JUNHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 124/2020

Publicação Nº 2545894

DECRETO Nº. 124/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar por conta do superávit financeiro verificado no final do exercício de 2019, a destinação de recursos sob a codificação 60000 – Recursos de Outras Fontes, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

ÓRGÃO	13.01	Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto
FUNÇÃO	17	Saneamento
SUBFUNÇÃO	512	Saneamento Básico Urbano

PROGRAMA	150	Água Pura para todos
ATIVIDADE	2034	Manutenção do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	60000	Recursos de Outras Fontes 200.000,00
TOTAL		200.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 22 DE JUNHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 125/2020

Publicação Nº 2545899

DECRETO Nº. 125/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar, por conta do excesso de arrecadação, sob a codificação 14252 – Auxílio Financeiro aos Municípios – UNIÃO - a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transporte e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	14252	Auxílio Financeiro aos Municípios – UNIÃO 105.000,00
TOTAL		105.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 22 DE JUNHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 127/2020

Publicação Nº 2545900

DECRETO Nº. 127/2020

NOMEIA GRUPO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA ALTERNATIVO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (SALTA-Z) – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei 2.978, de 19 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo nominados, para integrarem o grupo técnico responsável pelo acompanhamento do SISTEMA ALTERNATIVO DE ÁGUA (SALTA-Z) nas localidades de Serra dos Índios e Papanduva do município de Presidente Getúlio:

- I – Adrieny Taliny Comper – Engenheira Sanitarista – adri.comper@hotmail.com – (47) 98835 6751
- II – Reginaldo dos Santos – Diretor da Unidade Sanitária – re7santos@gmail.com – (47) 99937 3043
- III - Jessiel Matheus Pereira – Diretor Adm. e Financeiro – agua@presidentegetulio.sc.gov.br – (47) 99177 0647
- IV – Larissa Kiara Pavanello – Gestor de Projetos – projetos.pg@presidentegetulio.sc.gov.br – (47) 99186 2023

V – Cláudio Schmitz – Presidente CPC da Serra dos Índios – (47) 99723 1650

VI – Gervásio Heinzen – Presidente da APP de Serra dos Índios (Associação de Pais e Professores) – heinzengervasio@gmail.com – (47) 99162 1170

VII – Adalcio Vanderlinde – Presidente CPC da Papanduva – adalciov@hotmail.com – (47) 99242 5748

VIII – Cristiano Kock – Presidente da APP de Papanduva (Associação de Pais e Professores) – cristianokock19@gmail.com – (47) 99982 4698

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 25 DE JUNHO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 603/2020

Publicação Nº 2545035

PORTARIA Nº 603/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, ANGELA MARIA KLIPPEL DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto à Secretaria de Assistência Social - SESAS, subordinada a mesma secretaria, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 604/2020

Publicação Nº 2545038

PORTARIA Nº 604/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, EDIR ROEPKE, Operador de Veículos, Nível 27, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Departamento de Trânsito da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - SEOSU, subordinado à mesma secretaria, com a carga horária de 44 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA N° 605/2020

Publicação N° 2545042

PORTARIA N° 605/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, JESSICA JUSSARA UHLMANN KRUTCH, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Centro Administrativo, subordinado à Secretaria de Administração e Finanças - SEAFI, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

PORTARIA N° 606/2020

Publicação N° 2545045

PORTARIA N° 606/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, MARLY SANTOS DO NASCIMENTO, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Centro Administrativo, subordinado à Secretaria de Administração e Finanças - SEAFI, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PORTARIA N° 607/2020

Publicação N° 2545048

PORTARIA N° 607/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO SECRETARIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 4º e 24 da Lei Complementar Municipal nº 2.414, de 24 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Ricardo Borges Zancanaro, como secretário no procedimento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº 515/2020, de 25 de maio de 2020, de conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar Municipal nº 2.414/2019.

Art. 2º REVOGAR o artigo 3º da Portaria Municipal nº 515/2020, de 25 de maio de 2020, que designou a servidora Elisiane Ignes Braatz, como secretária.

Prefeitura Municipal – SC., 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 609/2020

Publicação Nº 2545051

PORTARIA Nº 609/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, MATEUS LEITE, Operador de Veículos, Nível 27, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - SEOSU, subordinado à mesma secretaria, com a carga horária de 44 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 610/2020

Publicação Nº 2545054

PORTARIA Nº 610/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, MERIANE ALBINO, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Centro Administrativo, subordinado à Secretaria de Administração e Finanças - SEAFI, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 29 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA N° 611/2020

Publicação N° 2545082

PORTARIA N° 611/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar n° 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal n° 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, ROSANA VIEIRA, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Centro Administrativo, subordinado à Secretaria de Administração e Finanças - SEAFI, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 30 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PORTARIA N° 612/2020

Publicação N° 2545084

PORTARIA N° 612/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar n° 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal n° 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, SIDNEI ROMEU MENGARDA, Operador de Veículos, Nível 27, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a Secretaria de Saúde - SESA, subordinado à mesma secretaria, com a carga horária de 44 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 30 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PORTARIA N° 613/2020

Publicação N° 2545090

PORTARIA N° 613/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar n° 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal n° 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, SONIA MARA TEIE NDILI DE SOUZA, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do

Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Posto de Saúde, subordinado à Secretaria de Saúde - SESA, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 30 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 614/2020

Publicação Nº 2545095

PORTARIA Nº 614/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

Com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020, SUELI STEUCK CARDOSO, Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo "Contratual" da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto ao Posto de Saúde, subordinado à Secretaria de Saúde - SESA, com a carga horária de 40 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 30 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 615/2020

Publicação Nº 2545097

PORTARIA Nº 615/2020

DESIGNA LOCAL DE EXERCICIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade o com o artigo 10, Parágrafo Único e Artigo 105 da Lei Complementar nº 2.287 de 28 de fevereiro de 2008, de acordo com o Decreto Municipal nº 078/2020 no Art. 9º, Parágrafo Único, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, VILMAR SENSI, Operador de Veículos, Nível 27, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a Secretaria de Saúde - SESA, subordinado à mesma secretaria, com a carga horária de 44 horas semanais de trabalho com data final em 31 de julho de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO. 30 DE JUNHO DE 2020.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA N° 616/2020

Publicação N° 2545099

PORTARIA N° 616/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal do Brasil, e de acordo com o Artigo 1º e Artigo 2º, Inciso VII e artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.338/2013 e inciso IX, do artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Chamamento Público 06/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 01 de julho de 2020, BRUNO NAHORNY FERREIRA, como Médico da Estratégia da Saúde da Família - ESF, para o Quadro de Pessoal de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, com designação para o Posto de Saúde do Pinheiro, subordinado à Secretaria da Saúde - SESA, cumprindo a carga horária de 40 horas semanais, contrato com vigência de até 12 (doze) meses.

Presidente Getúlio - SC em, 30 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 30 DE JUNHO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PORTARIA N°. 602/2020

Publicação N° 2545032

PORTARIA N° 602/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 97, caput e parágrafo primeiro da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER:

A servidora VANEIDE BACK, Agente Administrativo, Nível 40, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias remanescentes de Licença por motivo de doença de pessoa da família, a partir do dia 01 de julho a 10 de julho de 2020, conforme Atestado Médico de 30 dias datado em 11 de junho de 2020 e declarações anexas na pasta funcional.

Presidente Getúlio - SC em, 29 de junho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 29 DE JUNHO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 20.2020 08.2020 - MEDICO REGULADOR

Publicação Nº 2544810

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESS O LICITATÓRIO O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, Denacir Epping, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 20/2020 b) Licitação Nr.: 8 /2020-PR c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 30/06/2020

e) Data da Adjudicação: Sequência: 0

f) Objeto da Licitação Contratação de empresa devidamente constituída que disponibilize profissional médico para atuar como regulador de forma remota por meio de login e senha própria, na autorização online em tempo integral do Sistema SISREG, além de criação e adequação de protocolos municipais.

(em Reais R\$) g) Fornecedores e Itens Vencedores: Unid. Qtdade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

VANESSA SCHMIDT EIRELI (10482)

1 Serviços técnicos profissionais de Medicina, para atuar na Regulação de Acesso Ambulatorial mediante a autorização online em tempo integral do sistema SISREG, além da criação e adequação de protocolos a nível municipal.	MÊS	7,00	0,0000 1.350,00	9.450,00
			Total do Fornecedor:	9.450,00
			Total Geral:	9.450,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (90) TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LEI Nº 1.058 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2543166

LEI Nº 1.058 DE 01 DE JULHO DE 2020.

ACRESCENTA § 4º AO ARTIGO 4º DA LEI Nº 825 DE 30 DE JUNHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA – ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 825 de 30 de Junho de 2016, passa a vigorar acrescidos do parágrafo 4º, com as seguintes redações:

“§ 4º - Fica reduzido, por 4 (quatro) meses, em 25% (vinte e cinco por cento), o valor do subsídio constante no “caput” deste artigo, em decorrência das ações à contenção do Coronavírus (COVID-19) no município de Princesa – SC.

Art. 2º (...) Fica autorizado o repasse do valor retido das reduções desta Lei à Secretaria Municipal de Saúde, a ser aplicado nas ações de enfrentamento ao COVID-19.

Art. 3º - Fica revogada a Lei 1.054 de 1º de junho de 2020.

Art. 4 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 29 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2544927

PORTARIA Nº. 147 DE 30 DE JUNHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com o constante no Artigo 121 da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à servidora Sheila Regina Sturm, brasileira, residente no Município de Guarujá do Sul/SC, inscrita no CPF nº. 063.462.649-31, portadora da matrícula funcional nº 1202, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE, no período de 23 de junho de 2020 a 19 de dezembro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 23 de junho de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 30 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2544927

Data da Publicação: 1º de julho de 2020

Edineia Inês Wille

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 45/2020

Publicação N° 2545689

EXTRATO DE CONTRATO N° 45/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: CF ENGENHARIA inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.493.800/0001-24, com sede na Rua Eugênio Portela, nº 647, apto 703, CEP 88.117-010, Barreiros, São José - SC. O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (ENGENHARIA ELÉTRICA) PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO DA BEIRA RIO DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - SC, conforme especificações e quantitativos constantes nos autos do processo de dispensa de licitação nº 08/2020. Valor da contratação: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Data de assinatura: 23 de junho de 2020. Vigência: início em 23/06/2020 e encerramento em 23/07/2020. Rancho Queimado, 01 de julho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

300 PORTARIA Nº 300 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA TATIANA DA SILVA

Publicação Nº 2545318

Portaria nº. 300, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora TATIANA DA SILVA”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora TATIANA DA SILVA, matrícula 33492, 5 (cinco) dias de férias em gozo, referentes ao período aquisitivo de 05 de maio de 2017 à 04 de maio de 2018, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 5 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

301 PORTARIA Nº 301 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA TATIANA DA SILVA

Publicação Nº 2545320

Portaria nº. 301, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora TATIANA DA SILVA”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora TATIANA DA SILVA, matrícula 33492, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referentes ao período aquisitivo de 05 de maio de 2018 à 04 de maio de 2019, tendo como período de gozo 06 de julho de 2020 à 04 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

302 PORTARIA Nº 302 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA MARIA GORETTI KALESKI PROCÓPIO

Publicação Nº 2545321

Portaria nº. 302, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora MARIA GORETTI KALESKI PROCÓPIO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas

pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA GORETTI KALESKI PROCÓPIO, matrícula 33381, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referentes ao período aquisitivo de 12 de setembro de 2018 à 11 de setembro de 2019, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 30 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

303 PORTARIA Nº 303 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA EDSON SCHMITZ

Publicação Nº 2545322

Portaria nº. 303, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor EDSON SCHMITZ”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a EDSON SCHMITZ, matrícula 34140, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referentes ao período aquisitivo de 03 de agosto de 2019 02 de agosto de 2020, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 30 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

304 PORTARIA Nº 304 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA ELENA SCHMIDT CORDEIRO

Publicação Nº 2545325

Portaria nº. 304, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora ELENA SCHMIDT CORDEIRO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora ELENA SCHMIDT CORDEIRO, matrícula 34345, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referentes ao período aquisitivo de 18 de março de 2019 a 17 de março de 2020, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 30 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

305 PORTARIA Nº 305 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA MENDINA SEMIANO ROCHA

Publicação Nº 2545327

Portaria nº. 305, de 30 de junho de 2020.

“Concede Férias em gozo a Servidora MENDINA SEMIANO ROCHA”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora MENDINA SEMIANO ROCHA, matrícula 33425, 30 (trinta) dias de férias em gozo, sendo 20 (vinte) dias referentes ao período de 07 de fevereiro de 2019 à 06 de fevereiro de 2020 e 10(dez) dias referentes ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2019 à 02 de fevereiro de 2020, tendo como período de gozo 01 de julho de 2020 à 30 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.177

Publicação Nº 2545422

DECRETO Nº 4.177 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“Nomeia os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio do Campo e dá outras providências”.

RODRIGO PREIS, prefeito do município de rio do campo, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do município, combinado com o art. 2º, da Lei Municipal nº 1.902, de 27 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio do Campo, a saber:

Representante da Secretaria Municipal de Administração
- Alcides Moratelli
- Willian Anderzen

Representante da Secretaria Municipal de Educação
- Pedro Orlando Muniz –Titular
- Gabrieli Aparecida Amarante Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Cultura
- Balbino José de Andrade -Titular
- Julho Cesar Barcelos - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Dulcineia Bauner -Titular
- Marcelo Povaluk - Suplente

Representante da Secretaria de Esportes

- Jaridel Britto -Titular
- Kardeke Ramos - Suplente

Representante da Secretaria de Saúde

- Marcia Schelbauer -Titular
- Elisia Aparecida Zanella - Suplente

Representantes das Áreas Técnicas - Dança

- Isolene Matuszaki -Titular
- Ana Lucia Back Schorner - Suplente
- Adila Conink -Titular
- Jucenira Leite de Souza - Suplente

Representantes das Áreas Técnicas - Musica

- Altamir Antonio Gaspar -Titular
- Pedro Orlando Muniz - Suplente
- Edson Bonklowski -Titular
- Ana Maria Kniess - Suplente

Representantes das Áreas Técnicas - Artesanato

- Luzia Weber Berlanda -Titular
- Palmira Ferreira Weber - Suplente
- Rosemari Oderdinge -Titular
- Arnaldo Rosa - Suplente

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 29 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito

DECRETO Nº 4.178

Publicação Nº 2545424

DECRETO Nº 4.178 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

“Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico de Rio do Campo e dá outras providências”.

RODRIGO PREIS, prefeito do município de rio do campo, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do município, combinado com o parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Municipal nº 1.401, de 29 de agosto de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico de Rio do Campo, a saber:

Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico de Rio do Campo, a saber:

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Alicia Giacomozzi Neto -Titular
- Lúcia Gabriéla Kaleski - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Educação

- Pedro Orlando Muniz -Titular
- Ilda Kaleski – Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Cultura

- Balbino José de Andrade -Titular
- Julho Cesar Barcelos - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura

- João Marcos de Britto -Titular
- Henrique Weber- Suplente

Representante do Poder Legislativo

- Jair Back -Titular
- Pâmela Suélen Padilha Schörner - Suplente

Representante do Sindicato Rural

- Marileia Mees Hacker -Titular
- Camila Garlini Muller- Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores

- Adilson Capistrano -Titular
- Silvana de Silva – Suplente

Representante da Industria e Comercio

- Volnei Izidoro Simplicio -Titular
- Lidiane Marafon - Suplente

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 29 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2565_2020_COMISSAO_PERMANENTE_LICITACAO

Publicação Nº 2545374

DECRETO Nº 2565 DE 26 DE JUNHO DE 2020

"Nomeia Membros Para Comissão Permanente de Licitações."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no Art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com Caput do Art. 51 da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para fazerem parte da Comissão Permanente de Licitações – CPL do Município de Rio do Oeste-SC:

Presidente – CLEITON VANDERLINDE (matrícula 88420)

Secretário – TÂNIA MICHELS (matrícula 51780)

Membro – GILMAR SOFIATI (matrícula 17272)

Suplente – CARINA WISNIESKI (matrícula 110884)

Art. 2º. A referida Comissão, de acordo com o § 4º do Art. 51 da Lei 8.666/93, terá prazo de vigência de 01 (um) ano contado a partir do dia 26 de junho de 2020.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor a partir do dia 26 de junho de 2020.

Art. 4º – Fica Revogado o Decreto nº 2437 de 26 de junho de 2019.

Rio do Oeste-SC, 26 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Municípios.

FLÁVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Presidente – CLEITON VANDERLINDE _____

Secretário – TÂNIA MICHELS _____

Membro – GILMAR SOFIATI _____

Suplente – CARINA WISNIESKI _____

DECRETO_2566_DECLARA_BENS_INSERVIVEIS

Publicação Nº 2545375

DECRETO Nº 2.566, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Declara inservíveis bens do patrimônio público municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ata da comissão de avaliação, que verificou que os bens patrimoniais constantes do anexo a este Decreto são inservíveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis ao uso, os bens do patrimônio público municipal relacionados no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 29 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

No dia dezenove de junho de dois mil e vinte, na Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, Rua Paulo Sardagna, nº 797, Bairro Bela Vista, Rio do Oeste – SC, reuniram-se os membros da Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Patrimônio Público Municipal, nomeados pela Portaria nº 8.399, de 17 de janeiro de 2020, para avaliar os seguintes bens: um automóvel Reunalt/LOGAN, 5 portas, placas MMB-4663, código 9583, avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais); avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais); um automóvel Fiat Strada Fire 1.4 Flex, código 5500, Placas MFH-4568, avaliado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais); uma motoniveladora Caterpillar 120 G, código 2954, avaliada em R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); sucatas diversas que se encontram na garagem da Prefeitura (R\$ 100,00 (cem reais). Verificou-se que a permanência dos bens elencados no acervo de bens públicos tornou-se antieconômica, pois de manutenção onerosa e rendimento precário e obsoleto. Diante disso, a comissão concluiu que todos os bens acima são inservíveis. O fato de os valores de avaliação estarem abaixo daqueles constantes na tabela FIP justifica-se pelo estado de conservação dos bens, que foram utilizados para labor durante muitos anos. Além disso, como os bens devem ir a leilão, preços a menor atraem mais participantes, aumentando a concorrência e elevando os valores dos lances. Reunião encerrada e ata lavrada e assinada.

Flávio Malikoski
Presidente

Sérgio Aparício Moratelli
Secretário

Gelson Margotti Prá
Membro

PROCESSO 049/2020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS

Publicação Nº 2545390

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

PREGÃO PRESENCIAL 026/2020 – PROC. LICITATÓRIO Nº 049/2020 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e Móveis, conforme o Edital.

Recebimento dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 13/07/2020. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, <https://riodooeste.atende.net> no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 30 de junho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO N° 9125, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2545243

DECRETO N° 9125, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 30/06/2020, o servidor CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA do cargo em comissão de Assessor Jurídico Administrativo, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n° 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N° 9126, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2545256

DECRETO N° 9126, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA ISABEL CRISTINA CAETANO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 30/06/2020, o servidor ISABEL CRISTINA CAETANO do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Proteção a Animais Domésticos, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n° 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N° 9127, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2545258

DECRETO N° 9127, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA LEONARDO MIGUEL LINHARES VELHO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 03/07/2020, o servidor LEONARDO MIGUEL LINHARES VELHO do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n° 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9128, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545265

DECRETO Nº 9128, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA MARCIO LUIS MANTOVANI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 30/06/2020, o servidor MARCIO LUIS MANTOVANI do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9129, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545275

DECRETO Nº 9129, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA VANDERLEI LUIS WALDRICH".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 30/06/2020, o servidor VANDERLEI LUIS WALDRICH do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9130, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545279

DECRETO Nº 9130, de 30 de junho de 2020.

"EXONERA SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a pedido a partir de 30/06/2020, o servidor SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Atenção à Saúde Mental, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9138, HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 003/2020

Publicação Nº 2546120

DECRETO Nº 9138, de 01 de julho de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 003/2020.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 309/2010 e alterações, Lei Complementar n. 208/2010 e alterações, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2020, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de julho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO I

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020

Posição	NOME COMPLETO	Nota	Data de Nascimento
1	HENRIQUE BRIDI	8,5	17/03/1990
2	TATIANE DA CRUZ ANDRADE LEITE	5,5	21/06/1983
3	CLEIDE MARA BEBER	5,0	05/03/1970
4	MYCHELLE DA SILVA	5,0	08/12/1979
5	PABLO RICARDO MARZZANI	1,0	27/03/1994
6	MANOELA MAFRA	1,0	30/03/1995
7	SUELEN GALONI ODA	0,5	17/02/1984
8	VIRGILIO CESAR GALVÃO PIMENTEL	0,0	09/05/1971
9	SILVANA BRANDT	0,0	02/01/1974
10	ELISANGELA AUGUSTIN	0,0	04/01/1974
11	LUCIANO LEANDRO COLLA	0,0	28/02/1975
12	ELISÂNGELA MAFRA	0,0	28/04/1975
13	CARLA FABIANA POFFO	0,0	29/06/1975
14	CARLOS TADEU RIBEIRO	0,0	19/12/1976
15	LISANGELA MACIEL BORGES	0,0	03/03/1977
16	ADEMIR RAINARDT	0,0	19/06/1977
17	LILIAN DE SOUZA PERES OLIVEIRA	0,0	14/04/1978
18	LUCIANA ROCHA DA SILVA PINA MARTINS	0,0	02/09/1978
19	JOSIANE LUCI ARSEGO	0,0	29/09/1978
20	CAROLINE FERNANDES GIMENEZ	0,0	12/10/1978
21	JULIANA PANDINI	0,0	30/11/1979
22	MARA DALILA AMARAL GARCIA	0,0	07/02/1980

23	JORGE LUIS RIBEIRO DOMINGOS	0,0	12/06/1980
24	CASSIO MORAES DE OLIVEIRA	0,0	21/12/1980
25	DARLON EDSON STADNIK	0,0	27/12/1980
26	GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK	0,0	17/04/1981
27	DEBORA SILVA COMASTRI	0,0	19/12/1981
28	KARLA SOLANGE FERNANDES PERESSUTTI	0,0	27/02/1982
29	LENICE ADRIANA PEN VI SALES	0,0	24/03/1982
30	FERNANDA JAHN DE BARBA	0,0	27/06/1982
31	ELENICE TELES RAITZ DOS SANTOS	0,0	05/07/1982
32	INDIANARA GONÇALVES CAMILO CURVELLO	0,0	26/01/1983
33	LILIAN ALVES DE SOUZA	0,0	26/11/1983
34	LUCIMARA APARECIDA NUNES	0,0	07/02/1984
35	YOHANA CAVALCANTI PEDROSO	0,0	03/03/1984
36	RENAN SANTIAGO SOARES	0,0	30/03/1984
37	ANA CAROLINA SEGURO	0,0	25/07/1984
38	ANDRE WILLIAN MACHADO	0,0	29/09/1984
39	JOSEM CRIS SEMA	0,0	22/02/1985
40	SÔNIA KUHNEN	0,0	29/03/1985
41	SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA	0,0	28/03/1986
42	ADELINE EYNG	0,0	05/09/1986
43	NATÁLIA GOMES SILVA	0,0	02/05/1987
44	MARIVANIA SALETE CONTE	0,0	17/05/1987
45	MICHELLE OLTRAMARI SCARDOELLI	0,0	31/05/1987
46	CLAIR MARCELINO DA SILVA	0,0	03/03/1988
47	MARLISSA SOARES DE SOUZA	0,0	25/03/1988
48	ALEXSANDRO ALAIR DOS SANTOS	0,0	27/06/1988
49	AYSLAN BARRA	0,0	20/07/1988
50	CASTURINO LOPES DA SILVA JUNIOR	0,0	06/08/1988
51	TATIANR RASSWEILER	0,0	11/10/1988
52	DANIELE COSTA	0,0	17/10/1988
53	JOSÉ AUGUSTO VERDI	0,0	25/12/1988
54	RAMIRO DAL MOLIN POMBO	0,0	14/01/1989
55	AYAMÊ KAREN SORDI	0,0	19/02/1989
56	RAFAELA MOTA ANDRADE	0,0	10/08/1989
57	JANE CORRÊA	0,0	20/08/1989
58	AMANDA CRISTINA NEGRI	0,0	28/09/1989
59	JOANA MARÍLIA MACHADO	0,0	13/10/1989
60	LUZIANE RAMOS SALES	0,0	15/03/1990
61	ANA CLAUDIA JESSE	0,0	30/10/1990
62	TÁLISON TAYLON DINIZ FERREIRA	0,0	28/01/1991
63	ELIAS QUINTÃO DA SILVA	0,0	07/03/1991
64	DAVID ANTONIO DA SILVA FILHO	0,0	31/07/1991
65	LEANDRO DA SILVA	0,0	10/04/1992
66	OTONIEL GOMES TEIXEIRA	0,0	06/07/1992
67	JUSSARA GABRIELA SCHIOCHETT	0,0	06/01/1993
68	BRUNA PEREIRA LOPES	0,0	12/02/1993
69	LILIANA MARIANN	0,0	16/02/1994
70	PRISCILLA FERREIRA DE LARA	0,0	23/02/1994
71	LARISSA LUIZA MACEDO	0,0	28/03/1994
72	SUZALIN KAMKE	0,0	12/08/1994
73	PATRICIA FUCK DE ANDRADE	0,0	25/09/1994
74	TAYNÃ DO NASCIMENTO COSTA MOREIRA	0,0	17/10/1994
75	ANA PAULA ALVES	0,0	07/04/1995
76	NATHÁLIA KLUG FURTADO	0,0	17/01/1997
77	SUELEN APARECIDA ANTUNES PEREIRA FREITAS	0,0	22/09/1997
78	MATHEUS BARRETO DOS SANTOS	0,0	18/09/1998
79	EDIVANIA KARINA GONÇALVES	0,0	29/10/1998
80	NATAN CRISTIAN PEDROSO PEREIRA	0,0	09/03/2001

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO PROCESSO SELETIVO 003/2020 - RIO DO SUL

Publicação Nº 2546073

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO

A Prefeitura de Rio do Sul, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, DIVULGA abaixo o RESULTADO FINAL HOMOLOGADO do Processo Seletivo 003/2020.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2020.

Posição	NOME COMPLETO	Nota	Data de Nascimento
1	HENRIQUE BRIDI	8,5	17/03/1990
2	TATIANE DA CRUZ ANDRADE LEITE	5,5	21/06/1983
3	CLEIDE MARA BEBER	5,0	05/03/1970
4	MYCHELLE DA SILVA	5,0	08/12/1979
5	PABLO RICARDO MARZZANI	1,0	27/03/1994
6	MANOELA MAFRA	1,0	30/03/1995
7	SUELEN GALONI ODA	0,5	17/02/1984
8	VIRGILIO CESAR GALVÃO PIMENTEL	0,0	09/05/1971
9	SILVANA BRANDT	0,0	02/01/1974
10	ELISANGELA AUGUSTIN	0,0	04/01/1974
11	LUCIANO LEANDRO COLLA	0,0	28/02/1975
12	ELISÂNGELA MAFRA	0,0	28/04/1975
13	CARLA FABIANA POFFO	0,0	29/06/1975
14	CARLOS TADEU RIBEIRO	0,0	19/12/1976
15	LISANGELA MACIEL BORGES	0,0	03/03/1977
16	ADEMIR RAINARDT	0,0	19/06/1977
17	LILIAN DE SOUZA PERES OLIVEIRA	0,0	14/04/1978
18	LUCIANA ROCHA DA SILVA PINA MARTINS	0,0	02/09/1978
19	JOSIANE LUCI ARSEGO	0,0	29/09/1978
20	CAROLINE FERNANDES GIMENEZ	0,0	12/10/1978
21	JULIANA PANDINI	0,0	30/11/1979
22	MARA DALILA AMARAL GARCIA	0,0	07/02/1980
23	JORGE LUIS RIBEIRO DOMINGOS	0,0	12/06/1980
24	CASSIO MORAES DE OLIVEIRA	0,0	21/12/1980
25	DARLON EDSON STADNIK	0,0	27/12/1980
26	GISELLE CHRISTINE BARTOSIAK	0,0	17/04/1981
27	DEBORA SILVA COMASTRI	0,0	19/12/1981
28	KARLA SOLANGE FERNANDES PERESSUTTI	0,0	27/02/1982
29	LENICE ADRIANA PEN VI SALES	0,0	24/03/1982
30	FERNANDA JAHN DE BARBA	0,0	27/06/1982
31	ELENICE TELES RAITZ DOS SANTOS	0,0	05/07/1982
32	INDIANARA GONÇALVES CAMILO CURVELLO	0,0	26/01/1983
33	LILIAN ALVES DE SOUZA	0,0	26/11/1983
34	LUCIMARA APARECIDA NUNES	0,0	07/02/1984
35	YOHANA CAVALCANTI PEDROSO	0,0	03/03/1984
36	RENAN SANTIAGO SOARES	0,0	30/03/1984
37	ANA CAROLINA SEGURO	0,0	25/07/1984
38	ANDRE WILLIAN MACHADO	0,0	29/09/1984
39	JOSEM CRIS SEMA	0,0	22/02/1985
40	SÔNIA KUHNEN	0,0	29/03/1985
41	SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA	0,0	28/03/1986
42	ADELINE EYNG	0,0	05/09/1986
43	NATÁLIA GOMES SILVA	0,0	02/05/1987
44	MARIVANIA SALETE CONTE	0,0	17/05/1987
45	MICHELLE OLTRAMARI SCARDOELLI	0,0	31/05/1987
46	CLAIR MARCELINO DA SILVA	0,0	03/03/1988
47	MARLISSA SOARES DE SOUZA	0,0	25/03/1988

48	ALEXSANDRO ALAIR DOS SANTOS	0,0	27/06/1988
49	AYSLAN BARRA	0,0	20/07/1988
50	CASTURINO LOPES DA SILVA JUNIOR	0,0	06/08/1988
51	TATIANR RASSWEILER	0,0	11/10/1988
52	DANIELE COSTA	0,0	17/10/1988
53	JOSÉ AUGUSTO VERDI	0,0	25/12/1988
54	RAMIRO DAL MOLIN POMBO	0,0	14/01/1989
55	AYAMÊ KAREN SORDI	0,0	19/02/1989
56	RAFAELA MOTA ANDRADE	0,0	10/08/1989
57	JANE CORRÊA	0,0	20/08/1989
58	AMANDA CRISTINA NEGRI	0,0	28/09/1989
59	JOANA MARÍLIA MACHADO	0,0	13/10/1989
60	LUZIANE RAMOS SALES	0,0	15/03/1990
61	ANA CLAUDIA JESSE	0,0	30/10/1990
62	TÁLISON TAYLON DINIZ FERREIRA	0,0	28/01/1991
63	ELIAS QUINTÃO DA SILVA	0,0	07/03/1991
64	DAVID ANTONIO DA SILVA FILHO	0,0	31/07/1991
65	LEANDRO DA SILVA	0,0	10/04/1992
66	OTONIEL GOMES TEIXEIRA	0,0	06/07/1992
67	JUSSARA GABRIELA SCHIOCHETT	0,0	06/01/1993
68	BRUNA PEREIRA LOPES	0,0	12/02/1993
69	LILIANA MARIANN	0,0	16/02/1994
70	PRISCILLA FERREIRA DE LARA	0,0	23/02/1994
71	LARISSA LUIZA MACEDO	0,0	28/03/1994
72	SUZALIN KAMKE	0,0	12/08/1994
73	PATRICIA FUCK DE ANDRADE	0,0	25/09/1994
74	TAYNÃ DO NASCIMENTO COSTA MOREIRA	0,0	17/10/1994
75	ANA PAULA ALVES	0,0	07/04/1995
76	NATHÁLIA KLUG FURTADO	0,0	17/01/1997
77	SUELEN APARECIDA ANTUNES PEREIRA FREITAS	0,0	22/09/1997
78	MATHEUS BARRETO DOS SANTOS	0,0	18/09/1998
79	EDIVANIA KARINA GONÇALVES	0,0	29/10/1998
80	NATAN CRISTIAN PEDROSO PEREIRA	0,0	09/03/2001

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020

Publicação Nº 2545454

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Cater Alexandre Neckel	Xxx.517.029-xx	117321
Celio Batista Machado		130108

Rio do Sul, 30 de Junho de 2020

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 027/2020

Publicação Nº 2545110

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 027/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 295, § 5º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003 (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL.

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	03/06/20	NA AUTO PEÇAS LTDA ME – JOSI-NEI FERNANDES DA SILVA	13.688.028/0002-96
	03/06/20	NA AUTO PEÇAS LTDA ME – ANA PAULA SILVA DE OLIVEIRA	13.688.028/0002-96

Rio do Sul, 30 de junho de 2020.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

CITAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 004/2020

Publicação Nº 2545297

MANDADO DE CITAÇÃO POR EDITAL

Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2020
Portaria nº 0153/DGP, de 11/02/2020
Publicação da Portaria no do D.O.M de 20/02/2020
Indiciado(a): HENRIQUE DE JESUS

Por este mandado, Vossa Senhoria fica **CIENTIFICADA** da instauração do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe e da instalação dos trabalhos da Comissão designada pela mesma portaria, para apuração dos fatos, os quais configuram, em tese, infrações passíveis de aplicação de penalidades disciplinares, conforme ressaí da portaria e dos documentos que seguem anexos.

Vossa Senhoria fica **CITADA** para acompanhar o processo em questão, na condição de indiciado(a), podendo se fazer assistir por advogado(a), devendo apresentar **defesa inicial e rol de testemunhas, no máximo até 05 (cinco) e requerer outras provas** que entender necessárias, no **prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação deste mandado no Diário Oficial dos Municípios.**

Salienta-se que Vossa Senhoria, embora procurada diversas vezes no endereço constante dos cadastros oficiais, não foi localizada para citação pessoal.

A Comissão instalou-se no Auditório do 1º Andar da Prefeitura, sito na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, nesta cidade, local onde serão realizados os trabalhos de apuração dos fatos e instrução do processo.

Rio do Sul (SC), 30 de junho de 2020.

Daniel Gorges
Presidente da Comissão

Ciência do(a) indiciado(a): _____ Em ____/____/____.
HENRIQUE DE JESUS

Rio dos Cedros

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS/SC AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 FS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DE RIO ROSINA CONTEM

Publicação Nº 2545760

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DE RIO ROSINA CONTEMPLANDO A ÁREA DE 89,13 M² (OITENTA E NOVE METROS E TREZE DECÍMETROS QUADRADOS) EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. DESPESA CONFORME CONVENIO Nº 2020TR000440. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 16 de julho de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 16 de julho de 2020. LOCAL: Salão Nobre Municipal, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, 205, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3386-1050 R: 2021, no site: www.riodoscedros.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros (SC), 29 de Junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020 PREGÃO ELETRONICO TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO RECURSO CONTRA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO - DECISÃO

Publicação Nº 2545747

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO
TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
RECURSO CONTRA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante APK LTDA (enviado através de e-mail), sustentando, em apertada síntese que não lhe foi oportunizada o direito ao contraditório e ampla defesa não recebendo intimações para que pudesse apresentar contrarrazões. Informou em sua peça recursal que: "Ou seja, o exigido em Edital é que na embalagem conste o selo da ABIC, o que o café da Odebrecht tem. Momentaneamente o certificado da ABIC da empresa Odebrecht está suspenso, por conta de toda a situação da pandemia atual, mas está em via de renovação."

É em suma o relatório.

Passo à análise da matéria.

Não obstante as alegações da recorrente, as publicações legais foram devidamente efetuadas, conforme se comprova a seguir:

Ademais, uma das licitantes apresentou tempestivamente suas contrarrazões.

Não há como guarnecer o pedido formulado.

Outrossim, a informação lançada no recurso (e-mail) no sentido de que "Ou seja, o exigido em Edital é que na embalagem conste o selo da ABIC, o que o café da Odebrecht tem. Momentaneamente o certificado da ABIC da empresa Odebrecht está suspenso, por conta de toda a situação da pandemia atual, mas está em via de renovação" apenas comprova o não cumprimento dos requisitos do edital, sendo que a participação nos termos em que foi lançada configura verdadeira fraude.

Ante o exposto é a decisão pela MANUTENÇÃO da decisão hostilizada.

Ao Departamento Jurídico para análise e, após, ao Prefeito para decisão do recurso.

P.R.I.A.C.-SE

Rio dos Cedros, 30 de junho de 2020.

Mikael Felipe Spiess

Pregoeiro

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ASSESSORIA JURÍDICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO
TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
RECURSO CONTRA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO

PARECER

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante APK LTDA (enviado através de e-mail), sustentando, em apertada síntese que não lhe foi oportunizada o direito ao contraditório e ampla defesa não recebendo intimações para que pudesse apresentar contrarrazões. Informou em sua peça recursal que: "Ou seja, o exigido em Edital é que na embalagem conste o selo da ABIC, o que o café da Odebrecht tem. Momentaneamente o certificado da ABIC da empresa Odebrecht está suspenso, por conta de toda a situação da pandemia atual, mas está em via de renovação."

O Senhor Pregoeiro manteve sua decisão anterior.

É em suma o relatório.

Passo à análise da matéria.

Não se verifica, diversamente do narrado no e-mail (recurso) qualquer violação aos postulados da ampla defesa e do contraditório, haja vista a regular intimação para apresentar suas contrarrazões, conforme comprovado na decisão do Pregoeiro que manteve seu posicionamento anterior.

Dormientibus non succurrit jus (O Direito não socorre aos que dormem).

Todavia, ainda assim, as informações vertidas no e-mail dão conta de que, mesmo ciente de que o produto cotado não preenchia os requisitos entabulados no edital a recorrente promoveu sua inserção no certamente objetivando ludibriar o Poder Público, o que somente não foi possível em razão do pleito recursal anterior e da diligência realizada pelo Pregoeiro.

Nestes termos a própria recorrente confessa que:

"Ou seja, o exigido em Edital é que na embalagem conste o selo da ABIC, o que o café da Odebrecht tem. Momentaneamente o certificado da ABIC da empresa Odebrecht está suspenso, por conta de toda a situação da pandemia atual, mas está em via de renovação" apenas comprova o não cumprimento dos requisitos do edital, sendo que a participação nos termos em que foi lançada configura verdadeira fraude.

Ante o exposto é o parecer pela improcedência dos pedidos formulados no recurso interposto para os fins de manter a decisão guerreada. Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito para decisão e, sendo esta pela convalidação das razões entabuladas no presente parecer:

P.R.I.A.C.-SE

Rio dos Cedros, 30 de junho de 2020.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721

Portaria 679/08

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO

TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

RECURSO CONTRA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante APK LTDA (enviado através de e-mail), sustentando, em apertada síntese que não lhe foi oportunizada o direito ao contraditório e ampla defesa não recebendo intimações para que pudesse apresentar contrarrazões. Informou em sua peça recursal que: "Ou seja, o exigido em Edital é que na embalagem conste o selo da ABIC, o que o café da Odebrecht tem. Momentaneamente o certificado da ABIC da empresa Odebrecht está suspenso, por conta de toda a situação da pandemia atual, mas está em via de renovação."

O Senhor Pregoeiro manteve sua decisão anterior.

Parecer jurídico encartado aos autos opinando pelo não provimento do recurso.

É em suma o relatório.

Passo à análise da matéria.

Convalido as razões entabuladas no parecer jurídico e na decisão do Senhor Pregoeiro as quais utilizo como fundamento e, com base nos mesmos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos veiculados no recurso mantendo-se incólume a decisão vergastada.

P.R.I.A.C.-SE

Rio dos Cedros, 30 de junho de 2020.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO TP 059/2020

Publicação Nº 2545011

ATA DA FASE DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2020 – Tomada de Preços para receber propostas para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de urbanização e revitalização do entorno do Pavilhão dos Imigrantes, no centro de Rio Negrinho, compreendendo acessos, passeios e área de convívio adequados às normas de acessibilidade, playground, paisagismo, etc, com recursos oriundos do termo de Convênio nº 887427/2019, celebrado pela União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho. Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura do Processo Licitatório supracitado, autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 10/6/2020, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, a CPL atestou a presença do senhor Antonio Claudio Tascheck, representante da empresa WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli. A seguir, foram rubricados e abertos os envelopes de habilitação das empresas participantes, WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli e Arbo Empreendimentos Ltda - ME. Após a análise dos documentos referentes à habilitação pela CPL, foi declarado o seguinte resultado:

LICITANTES	HABILITAÇÃO
WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli	Habilitada
Arbo Empreendimentos Ltda – ME	Habilitada

Tendo em vista que uma das licitantes não se fez presente no certame, fica concedido o prazo legal de recurso, contados da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM, até as 17h do dia 8/7/2020 e marcada a sessão de abertura das propostas para as 8h do dia 10/7/2020, se nada for apresentado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 30 de junho de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	
Antonio Claudio Tascheck	Representante	

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 005/2020

Publicação Nº 2545154

Pág 1 / 2

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
184/2014 / 2014	28/10/2014	28/12/2014	28/12/2014	28/10/2014	Tomada de Preços - 126/2014	329517 - PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA	115.296,24
Objeto:EXECUÇÃO DE OBRA, PELO SISTEMA DE EMPREITADA GLOBAL, DE RECAPEAMENTO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, INCLUINDO: IMPRIMAÇÃO, PINTURA DE LIGAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADA PADRÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA ALOIS TASCHECK, COM ÁREA DE 77,24 METROS LINEARES.							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
085/2020							
117/2016 / 2016	21/06/2016	21/06/2017	21/06/2017	21/06/2016	Dispensa de Licitação - 73/2016	75329 - LAURENTINO TENFEN	22.800,00
Objeto:LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, OBJETO DA MATRÍCULA NºS 12.165 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO, CONSTANTE DE UM TERRENO URBANO COM 459,64M², SOBRE O QUAL ESTÁ EDIFICADA UMA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA COM 224,61M², SITUADA NA RUA ROBERTO MARTIN Nº 126, BAIRRO CENTRO, EM RIO NEGRINHO, O QUAL ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL.							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
082/2020							
092/2017 / 2017	01/07/2017	30/06/2018	30/06/2018	26/06/2017	Dispensa de Licitação - 63/2017	894761 - FÁTIMA DE SOUZA ATANASIO LIMAS	38.259,00
Objeto:LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, CONSTANTE DE UM TERRENO COM 1.515,88 M² E ÁREA CONSTRUÍDA DE 339,15 M², LOCALIZADO NA RUA ADOLFO OLSEN Nº 333, BAIRRO CRUZEIRO, MATRICULADO SOB Nº 4.207 NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RIO NEGRINHO, O QUAL ABRIGA AS INSTALAÇÕES DO CMEI ALGODÃO DOCE.							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
083/2020							
089 / 2019	01/07/2019	30/06/2020	30/06/2020	26/06/2019	Pregão - 46/2019	904112 - STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	105.248,40
Objeto:Contratação de serviços de impressão e cópias reprográficas e digitalizadas, com cessão de uso em comodato de 47 (quarenta e sete) impressoras novas a laser do tipo multifuncional, e 01 (uma) impressora nova colorida A3.							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
093/2020							
094/2020							
091 / 2019	01/07/2019	28/06/2020	28/06/2020	28/06/2019	Licitação	363570 - KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA	17.384,40
Objeto:LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO VEICULAR PARA 33 VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
091/2020/2020							
092 / 2019	01/07/2019	30/06/2020	30/06/2020	28/06/2019	Licitação	906887 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN	12.180,00
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES EM EXERCÍCIO DE ATIVIDADES NAS DIVERSAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO, PARA ATÉ 100 (CEM) ESTAGIÁRIOS/MÊS, INCLUINDO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIDA DOS ESTAGIÁRIOS POR INVALIDEZ E ACIDENTES PESSOAIS COM INDENIZAÇÃO MÍNIMA, NO CASO DE SINISTRO DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)							
Aditivos:							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
084/2020							
084/2020							
Identificador: W0321101-1749-MBBJU-280409825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO							
IPM Sistemas Ltda							

20/11/2018 11:37



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não

Pág 2 / 2

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Tomada de Preços -	Fornecedor	Valor
087 / 2020	22/06/2020	31/12/2020	31/12/2020	22/06/2020	46/2020	329517 - PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA		389.460,93
Objeto: Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS PADRE LUIZ GONZAGA STEINER E JOÃO AUGUSTIN (PARTE), localizadas no Bairro Industrial Norte, em Rio Negrinho/SC com extensão total a ser recapeada de 433,45 metros lineares, contemplando os serviços de recapeamento e sinalização, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 884941/2019 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho.								
092 / 2020	24/06/2020	24/06/2021	24/06/2021	24/06/2020	Pregão - 53/2020	10549960 - LUSA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA		195.000,00
Objeto: Aquisição de 01 caminhão tipo guindaste para Secretaria de Agricultura, com recursos oriundos do Convênio nº 889616/2019, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o município de Rio Negrinho.								
059 / 2020	16/04/2020	31/12/2020	31/12/2020	16/04/2020	Inexigibilidade - 41/2020	704164 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA		24.872,29
Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, objetivando o estabelecimento de ações básicas de cooperação técnica entre a Epagri e o Município de Rio Negrinho, para execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho 2020 (PAT).								
Aditivos:								
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor		
089/2020	Outros	22/06/2020	31/12/2020	31/12/2020	22/06/2020	0,00		

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
099/2017 / 2017	01/07/2017	01/07/2018	01/07/2018	01/07/2017		885371 - HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA- JOINVILLE	3.256,56
Objeto: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE MULTICERVO WEB PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura		
089/2020	Prorrogacao	01/07/2020	30/06/2021	30/06/2021	23/06/2020		

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO321101-1749-MBJU-28040925 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2020

Publicação Nº 2545159

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2020

CONTRATADA: BMI PROSPER EIRELI - CNPJ: 14.012.375/0001-86

OBJETO: aquisição de 1000 Testes para Coronavírus, em caráter de urgência, para o Fundo Municipal de Saúde visando ações de combate ao Coronavírus, conforme Artigo 4, caput da Lei Federal nº 13.979/20, conforme itens abaixo:

ITEM	QUANT/UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	1.000 UN.	TESTES PARA CORONAVIRUS	50,00	50.000,00

DESPESA: 573/19.01.2201.3.3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção das Atividades do Programa de Atenção Básica – PAB, do orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 24 de junho a 23 de agosto de 2020.

Dispensa de Licitação nº 068/2020

PORTARIA Nº 24727 - DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545300

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA E
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da EC nº 70/2012, c/c artigo 31, "caput", e artigo 37, da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005 e, considerando o despacho exarado no processo nº 366/2020 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, conforme processo número 366/2020 do IPRERIO, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012, c/c artigo 31, "caput" e artigo 37, da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005, a servidora ROSA DO CARMO DA SILVA GALIKOVSKY, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº. 1.192.537 SSP/SC e do CPF nº. 501.216.349-49, servidora pública municipal, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com matrícula funcional nº. 1050-01, com proventos proporcionais, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 42, inciso V da Lei Complementar nº 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de julho de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 15 de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24745 - DE 24 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545302

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; e considerando o despacho exarado no processo nº 367/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 367/2020, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; a servidora NAIR CARLOS DE CASTRO OLIVEIRA BUENO, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº. 2.370.720 e CPF nº. 653.391.349-20 servidora pública municipal no cargo de Professora I, com matrícula funcional nº. 736-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 01 de julho de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 24 de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO Nº 04 DO CONTRATO 063/2020 EMPRESA PHS

Publicação Nº 2544951

**TERMO Nº 04 DE RESCISÃO UNILATERAL DO
CONTRATO Nº 063/2020**

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.756/0001-79, estabelecido na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, centro, Município de Rio Negrinho(SC), representado neste ato pelo Prefeito Municipal JULIO CESAR RONCONI, portador do RG n.º 2.927.567 e inscrito no CPF sob o n.º 004.431.189-30 resolve RESCINDIR UNILATERALMENTE o contrato nº: 063/2020 firmado com a empresa PHS COMÉRCIO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 27.130.120/0001-60, com sede na Rua Santo Antônio, 498, Jardim Hantschel, Rio Negrinho - SC, representada por Patrick Hanry Schroeder, com fundamento na Cláusula 11ª, 11.1.1, do contrato 063/2020 (Dispensa de Licitação 042/2020) decorrente da perda do objeto em razão da homologação do Pregão Presencial 054/2020 para aquisição das cestas básicas.

Rio Negrinho - SC, 19 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Representado pelo Prefeito Municipal

JULIO CESAR RONCONI

Rodeio

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 2153

Publicação Nº 2546020

LEI ORDINÁRIA Nº 2153 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

FIXA SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE RODEIO, SANTA CATARINA, PARA O MANDATO DE 2021 A 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários do Município de Rodeio, Estado de Santa Catarina, será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá subsídio mensal no valor de R\$ 12.115,00 (doze mil e cento e quinze reais).

Art. 3º O Vice-Prefeito receberá subsídio mensal no valor de R\$ 5.725,00 (cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Art. 4º O substituto legal que, na forma da Lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período da substituição.

Parágrafo Único - A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Art. 5º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 5.725,00 (cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Art. 6º Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito e Secretários Municipais, terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art. 7º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, quando em gozo de férias ou em licença por motivo de saúde, perceberão integralmente o respectivo subsídio mensal.

Art. 8º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolação dos limites legais e constitucionais.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura de Rodeio, 30 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2153/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 30 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva JUSTIFICATIVA

Submetemos à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que "Fixa o subsídio de Vereadores para a Legislatura de 2017 a 2020 e dá outras providências".

A fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais, nos termos do art. 29, VI c/c art. 37, X da Constituição Federal e do inciso VII do art. 45, é de iniciativa do Poder Legislativo.

O Tribunal de Contas do Estado leciona que o ato normativo instituidor dos subsídios deve ser constituído antes do pleito eleitoral, em observância aos princípios da moralidade e impessoalidade, que agregados aos da publicidade, legalidade e eficiência, regem a Administração Pública a fim de que os membros da Câmara Municipal não legislem em causa própria.

Em razão da estagnação da receita municipal em razão da crise econômica e sanitária (COVID19) entendemos acertado a manutenção dos vencimentos no parâmetro atualmente pago, valores que estão em perfeita consonância aos mandamentos constitucionais e legais.

As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Pelo exposto, solicitamos aos Nobres Edis a aprovação da proposição.

DANIELA APARECIDA TAMBOSI PLOTHEGER

Presidente

EDUARDO GILBERTO JANKE

Vice-Presidente

MÉRCIA MARIA PIANEZZER FERRARI

1º Secretário

LEI ORDINÁRIA Nº 2154

Publicação Nº 2546019

LEI ORDINÁRIA Nº 2154 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

FIXA SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIO PARA A LEGISLATURA 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Rodeio, Estado de Santa Catarina, será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, receberão subsídio mensal no valor de R\$ 2.524,00 (dois mil e quinhentos e vinte e quatro reais).

§ 1º A ausência de Vereador na Ordem do Dia de Sessão Plenária Ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto no valor seu subsídio mensal proporcional ao número de sessões ordinária havidas no mês, por falta.

§ 2º Considera-se como justificativa legal, não incidindo o desconto, quando:

a) O vereador encontrar-se em missão de representação da Câmara Municipal devidamente formalizada;

b) acometido de doença comprovada por atestado médico;

c) ocorrer comprovada internação hospitalar;

d) falecimentos de cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º grau.

§ 3º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada na forma regimental, será integralmente remunerada.

§ 4º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 5º Em caso de substituição, os Vereadores suplentes terão direito à percepção do valor indicado no caput deste artigo.

Art. 3º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$ 3.786,00 (três mil e setecentos e oitenta e seis reais).

Parágrafo Único - O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente, previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência da extrapolção dos limites legais e constitucionais.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo Único - É vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação para sessão legislativa extraordinária, aplicando por simetria o § 7º do art. 57 da Constituição Federal.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura de Rodeio, 30 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2154/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 30 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva JUSTIFICATIVA

Submetemos à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que "Fixa o subsídio de Vereadores para a Legislatura de 2021 a 2024 e dá outras providências".

A fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais, nos termos do art. 29, VI c/c art. 37, X da Constituição Federal e do inciso VII do art. 45, é de iniciativa do Poder Legislativo.

O Tribunal de Contas do Estado leciona que o ato normativo instituidor dos subsídios deve ser constituído antes do pleito eleitoral, em observância aos princípios da moralidade e impessoalidade, que agregados aos da publicidade, legalidade e eficiência, regem a Administração Pública a fim de que os membros da Câmara Municipal não legislem em causa própria.

Em razão da estagnação da receita municipal em razão da crise econômica e sanitária (COVID19) entendemos acertado a manutenção dos vencimentos no parâmetro atualmente pago, valores que estão em perfeita consonância aos mandamentos constitucionais e legais.

As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento afeto à Câmara Municipal.

Pelo exposto, solicitamos aos Nobres Edis a aprovação da proposição.

DANIELA APARECIDA TAMBOSI PLOTHEGER

Presidente

EDUARDO GILBERTO JANKE

Vice-Presidente

MÉRCIA MARIA PIANEZZER FERRARI

1º Secretário

LEI ORDINÁRIA Nº 2155

Publicação Nº 2546021

LEI ORDINÁRIA Nº 2155 DE 30 DE JUNHO DE 2020**DEFINE MEDIDAS E REFERÊNCIAS DA RUA 07 DE SETEMBRO**

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes aprovou, e, eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam definidas as medidas da Rua de 7 de Setembro, criada pela Lei Municipal nº 175 de 03 de outubro de 1964, em 1850,00(mil e oitocentos e cinquenta) metros de extensão, com 11(onze) metros de largura, sendo 7(sete) metros de pista e 2,0(dois metros) de passeio, de cada lado, iniciando no entroncamento da Rua Governador Ivo Silveira (SC 110) pelo seu lado par e com o início da Rua Nova Brasília. Iniciando em terreno de atual proprietário o Sr. Valdemar Atilio Tomio portador do CPF nº 311.536.239-00, imóvel com a Inscrição Imobiliária sob nº 01.02.015.1591, no Bairro Glória, sentido SUL/NORTE, a desapropriar, e a Rua Benjamin Fruet em seu lado par entre as esquinas da Rua Benjamin Fruet com a Rua Fedele Berri e a esquina da Rua Benjamin Fruet com a Rua Barão do Rio Branco no Bairro Centro de Rodeio, conforme memorial descritivo (anexo I), que passa a ser parte integrante desta lei.

Parágrafo único. Os trechos já consolidados até a data de publicação da presente lei, onde já for possível a circulação de veículos, permanecerão com as dimensões já existentes.

Art. 2º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 175 de 03 de outubro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por doação, compra ou desapropriação amigável ou judicial, as áreas de terras compreendidas entre a Travessa da Saúde e a Avenida Frei Bruno, numa área de 12 metros de largura destinada à construção da Avenida Presidente Kennedy; as áreas de terras compreendidas entre o entroncamento da Rua Governador Ivo Silveira (SC 110) pelo seu lado par e com o início da Rua Nova Brasília, iniciando em terreno de atual proprietário o Sr. Valdemar Atilio Tomio portador do CPF nº 311.536.239-00, imóvel com a Inscrição Imobiliária sob nº 01.02.015.1591, no Bairro Glória, sentido SUL/NORTE, seguindo seu trajeto projetado em terras de Miguel Arcanjo dos Santos e Eduardo Possamai; Elisabeth Moser; Espólio de Ernesto Moser, (trechos a desapropriar); Prefeitura Municipal de Rodeio; chegando no cruzamento com a Rua João Sardagna em seu lado par; Seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até chegar no cruzamento com a Rua Depin em seu lado par; seguindo por terras de Prefeitura Municipal de Rodeio, até chegar no cruzamento da Rua Olímpio Depin em seu lado par (Trecho a desapropriar); seguindo por terras de Marina De pin até chegar na Rua São Francisco em seu lado par com o cruzamento com a Rua 7 de Setembro, já aberta, chegando no cruzamento com a Rua Vicente Moser em seu lado par, seguindo até o cruzamento com a Rua Erminio Raizer em seu lado par, seguindo em terras de Nilson Reis; Rosely Raizer Frainer; Rosely Raizer Frainer; (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até chegar no cruzamento com a Rua Lucínio Cristofolini em seu lado par; (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até chegar no cruzamento com a Rua Luiz Hercílio em seu lado par; seguindo em terras de Realdina Fusinato até ao cruzamento com a Rua Pietro Vota em seu lado par, (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até o cruzamento com a Travessa da Liberdade em seu lado par; seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até o cruzamento com a Rua Prefeito Estácio Pisetta em seu lado par; seguindo pela Rua 7 de Setembro, já aberta, até o cruzamento com a Travessa Santa Catarina em seu lado par; seguindo pela 7 de Setembro, já aberta, até o cruzamento com a Rua Intendente Marcelo Moser em seu lado par; seguindo em propriedade de Mirian Moser Bonini; Lilia Aparecida Sardagna de Paula; Antônio Marcos Ferrari; (Trechos a desapropriar); chegando ao seu final encontrando com a Rua Benjamin Fruet em seu lado par entre as esquinas da Rua Benjamin Fruet com a Rua Fedele Berri e a esquina da Rua Benjamin Fruet com a Rua Barão do Rio Branco no Bairro Centro, numa área de 9 metros de largura, destinada à construção da Rua 7 de Setembro; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a Avenida Presidente Kennedy, para a construção da Travessa da Saúde; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco à localidade Diamantina, para a construção da Rua dos Imigrantes; as áreas de terras entre a Rua Barão do Rio Branco e o Cemitério Paroquial, para a construção da Rua da Esperança, as áreas de terras entre a Rua Barão do Rio Branco e a Avenida Presidente Kennedy, para a construção da Rua 14 de Março; as áreas de terras compreendidas entre a Avenida Presidente Kennedy e a Rua 7 de Setembro, para a construção da Rua Dr. Osvaldo Cruz; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a Rua 7 de Setembro, para a construção da Rua Intendente Marcelo Moser; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a Avenida Presidente Kennedy, para a construção da Rua da Alvorada; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a Rua 7 de Setembro, para a construção da Travessa Santa Catarina; as áreas de terras compreendidas entre a Rua São Pedro Velho e a Rua Barão do Rio Branco, para a construção da Avenida Frei Bruno; as áreas de terras compreendidas entre a Rua 7 de Setembro e a Rua Projetada, para a construção da Rua 1º de Maio; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a Rua 7 de Setembro, para a construção da Travessa da Liberdade; as áreas de terras compreendidas entre a Rua Barão do Rio Branco e a prolongamento da Avenida Presidente Kennedy, para a construção da Travessa do Expedicionário."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, 30 de junho de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2155/20 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 30 de junho de 2020.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva ANEXO I

NORMATIZA E DESAPROPRIA A RUA 07 DE SETEMBRO
MEMORIAL DESCRITIVO

o Extensão: +/-1850,00m

o Largura: Acompanhando o traçado existente, variando em trechos.

A Rua 7 de Setembro terá início projetado no entroncamento da Rua Governador Ivo Silveira (SC 110) pelo seu lado par e com o início da

Rua Nova Brasília. Iniciando em terreno de atual proprietário o Sr. Valdemar Atilio Tomio portador do CPF nº 311.536.239-00, imóvel com a Inscrição Imobiliária sob nº 01.02.015.1591, no Bairro Glória, sentido SUL/NORTE, a desapropriar. Seguindo seu trajeto projetado em terras de Miguel Arcanjo dos Santos e Eduardo Possamai; Elisabeth Moser; Espólio de Ernesto Moser, (trechos a desapropriar); Prefeitura Municipal de Rodeio; chegando no cruzamento com a Rua João Sardagna em seu lado par. Seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até chegar no cruzamento com a Rua Depin em seu lado par; seguindo por terras de Prefeitura Municipal de Rodeio; Prefeitura Municipal de Rodeio, (Trecho a desapropriar) até chegar no cruzamento da Rua Olímpio Depin em seu lado par; seguindo por terras de Marina De pin até chegar na Rua São Francisco em seu lado par com o cruzamento com a Rua 7 de Setembro já aberta, chegando no cruzamento com a Rua Vicente Moser em seu lado par, seguindo até o cruzamento com a Rua Erminio Raizer em seu lado par, seguindo em terras de Nilson Reis; Rosely Raizer Frainer; Rosely Raizer Frainer; (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até chegar no cruzamento com a Rua Lucínio Cristofolini em seu lado par; (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até chegar no cruzamento com a Rua Luiz Hercílio em seu lado par; seguindo em terras de Realdina Fusinato até ao cruzamento com a Rua Pietro Vota em seu lado par, (Trecho a desapropriar); seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até o cruzamento com a Travessa da Liberdade em seu lado par; seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até o cruzamento com a Rua Prefeito Estácio Pisetta em seu lado par; seguindo pela Rua 7 de Setembro já aberta até o cruzamento com a Travessa Santa Catarina em seu lado par; seguindo pela 7 de Setembro já aberta ate o cruzamento com a Rua Intendente Marcelo Moser em seu lado par; seguindo em propriedade de Mirian Moser Bonini; Lília Aparecida Sardagna de Paula; Antônio Marcos Ferrari; (Trechos a desapropriar); chegando ao seu final encontrando com a Rua Benjamim Fruet em seu lado par entre as esquinas da Rua Benjamin Fruet com a Rua Fedele Berri e a esquina da Rua Benjamin Fruet com a Rua Barão do Rio Branco no Bairro Centro.

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 019, de 29 de maio, de 2020.

Senhora Presidente, Senhores Vereadores, e Senhoras Vereadoras, nobres edis.

A Rua 7 de setembro, como é de conhecimento dos vereadores, trata-se de uma via paralela à Rua Barão do Rio Branco, criada através da Lei Municipal nº 175 de 03 de outubro de 1964, entretanto, não foram definidas todas as suas medidas, constando somente "as áreas de terras compreendidas entre a Rua Dr. Osvaldo Cruz e a Travessa da Liberdade, com seu futuro prolongamento, numa área de 9 metros de largura, destinada à construção da Rua 7 de Setembro;" sendo que a Rua Osvaldo Cruz sequer foi implantada.

A necessidade em definir as medidas da Rua 7 de setembro, decorrem da necessidade que proprietários de imóveis nesta rua, precisam legalizar doação para o Município, outros ingressaram, no passado, com pedidos de indenização pela desapropriação, e ainda alguns já assinaram documentos doando a parte de sua propriedade que integra a Rua 7 de setembro.

Assim, para que se possa dar continuidade aos procedimentos de regularização, imóvel por imóvel, na Rua 07 de setembro, é preciso oficializar suas medidas, respeitando as medidas existentes e consolidadas nos trechos já abertos, o que fazemos através do presente Projeto de Lei 14-2020, para o qual se requer seja apreciado e aprovado por esta egrégia Casa de Leis.

Rodeio, 29 de maio de 2020.

Cordialmente,

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

CÂMARA MUNICIPAL

ATA APROVAÇÃO CONTAS 2018

Publicação Nº 2545681

Ata da vigésima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rodeio, em vinte e dois de junho de dois mil e vinte. No vigésimo segundo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, os Vereadores reuniram-se em videoconferência para a vigésima Reunião Ordinária do corrente exercício. Dando início à reunião e constatando presença virtual de todos os vereadores, a presidente Daniela Aparecida Tambosi Plategher declarou aberta a sessão e submeteu a ata anterior, que foi encaminhada a eles por e-mail pela secretária geral da Casa para avaliação, em votação, sendo aprovada por todos. Não havendo correspondência cadastrada, passou-se para o Grande Expediente, onde constam os seguintes projetos: Emenda n.º 01/2020 ao Projeto de Lei 19/2020, que define medidas e referências da Rua 07 de Setembro, que foi encaminhada para única discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Com isso, o Projeto de Lei 19/2020, que define medidas e referências da Rua 07 de Setembro, foi submetido em primeira votação e aprovado sem manifestações contrárias. Projeto de Lei do Poder Legislativo 03/2020, que fixa o subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Rodeio - Santa Catarina, para o mandato 2021 a 2024 e dá outras providências. Projeto de Lei do Poder Legislativo 04/2020, que fixa o subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal para a Legislatura 2021 a 2024 e dá outras providências. Os projetos do Poder Legislativo foram aprovados em primeira votação. Projeto de Decreto 01/2020, aprova as contas do Exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Rodeio. Após o parecer favorável das comissões o projeto de Decreto foi encaminhado para única discussão e votação e aprovado por unanimidade. Nas explicações pessoais, o vereador Paulo Sérgio informou que o prefeito assinou, no dia de hoje, a ordem de serviço da revitalização do Bairro Gávea, que compreende ciclovia e calçadas padronizadas, no valor de duzentos e trinta mil reais, obra que iniciará nos próximos dias. Informou também que a obra de asfaltamento do primeiro trecho do Bairro Glória deverá ser finalizada esta semana e que a diretoria de obras também deverá fazer serviços de macadamização e patrolamento do Morro do Foguete. A vereadora Mércia informou que, referente aos aparelhos de Raio-X odontológicos, um técnico esteve na Unidade do Bairro Rodeio 50 e conseguiu realizar o conserto de um deles no local e agora está pronto para ser usado, faltando apenas adequar a sala. O outro aparelho, segundo o secretário lhe informou, foi levado para efetuar a troca da fiação e logo poderá ser utilizado. Em relação ao processo seletivo que será realizado no dia vinte e três na Escola Santo Antônio, disse que chamou a atenção novamente as inscrições para a vaga de médico, mas, desta vez, diferente das outras que poucos se inscreveram, foram

quatorze inscritos. Mércia informou ainda que agora o Bairro dos Lagos e Bairro Kaspereit terão atendimento médico duas vezes na semana, às quartas e sextas-feiras, em uma sala da escola. Em um aparte, o vereador Nei disse que os Bairros merecem ser contemplados com este atendimento, mas como havia falado quando o médico começou a atender também no Bairro Nova Brasília, também na escola, que vê o fato levar pessoas doentes para dentro da escola para ser consultado como um ponto negativo e preocupante. Parabenizou as comunidades pelo atendimento, porém é a favor que o município alugue um outro espaço e não atenda os doentes dentro da escola. Mércia informou que ela e o vereador Eduardo estiveram visitando a sala, que foi totalmente reformada para esta finalidade, e é retirada das demais. Disse que é um passo importante e que, claro, sua vontade seria a construção de um posto de saúde, mas nem sempre é como gostaríamos, e sim como se pode e, no momento, o que se pode fazer é disponibilizar o atendimento toda quarta e sexta-feira e pode garantir que a população vai adorar o atendimento no Bairro. O vereador Nei disse que é muito bem aceito e necessário, volta a falar que a comunidade merece, mas deixa registrado que é muito preocupante, pois escola não é lugar para levar doentes. O vereador Eduardo agradeceu à diretoria de obras por ter atendido ao pedido que fez na semana passada e também pelo atendimento médico na comunidade e lembrou que em dois mil e dezessete fez este pedido ao Poder Executivo, que se fosse construído um posto de saúde e relatou que ficou triste com a notícia de que não será possível construir o posto, mas fica feliz que haverá o atendimento duas vezes por semana na escola. Daniela agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a sessão convocando os vereadores para a vigésima primeira sessão ordinária será realizada no dia vinte e nove de junho, às dezoito e trinta horas, por videoconferência, respeitando as determinações do Governo Estadual. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por Benildes Conzatti, secretária geral da Câmara de Vereadores, e pelos Vereadores presentes.

DECRETO 49/2020

Publicação Nº 2545693

DECRETO Nº 49/2020

APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO

A Presidente da Câmara Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, com arrimo no Artigo 191, Inciso III e Artigo 8, Inciso VII do Regimento Interno, e artigo 38, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Rodeio, faz saber que a Câmara Municipal de Rodeio aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Rodeio, conforme Processo n.º @PCP 19/00260309, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rodeio, Sala das Sessões, 23 de junho de 2020.

Daniela Aparecida Tambosi Plotegher

Presidente

O Decreto Legislativo Municipal n.º 49/2020, foi publicado no mural da Câmara Municipal de Rodeio e registrado em 23 de junho de 2020.

Benildes Conzatti

Secretária Geral

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2020

Publicação Nº 2544823

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1286/2020

EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS nº. 08/2020

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA PROMOVER E DIVULGAR LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos no site www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 09h00min do dia 17/07/2020. Romelândia (SC), 30/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.252/2020

Publicação Nº 2545214

DECRETO Nº 4.252/2020**DISPÕE SOBRE PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto HOMOLOGADA a Classificação FINAL do Processo Seletivo nº 01/2020, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ROMELÂNDIA									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	CE	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	
0021015	JULIANA MARCHI CAMARA	0,40	0,00	4,80	5,20	11/01/1999	1º	Classificado	
0021007	MARILEI CARMEN DE CASTRO	0,40	0,40	4,20	5,00	29/07/1972	2º	Classificado	
0021004	MICHELE BIRKHEUER	0,80	0,40	3,60	4,80	17/06/1994	3º	Classificado	
0021011	GABRIELI GONÇALVES DE AZEVEDO	1,20	0,40	3,00	4,60	18/04/1998	4º	Classificado	
0021012	MARILIA APARECIDA BRUCH	0,80	0,00	2,40	3,20	28/03/1993	-	Não classificado	
0021003	VANDERLEIA SILVA BATISTA	-	-	-	-	26/09/1984	-	Não classificado	
0021010	ALINE FERNANDA KRUGER	-	-	-	-	21/09/1999	-	Não classificado	
MOTORISTA CNH "C" - ROMELÂNDIA									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	CE	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	
0021005	DIEVERSON GIRLEI TEODORO	-	-	-	-	07/06/1988	-	Não classificado	
0021008	MARCOS VENICIUS RODRIGUES DA SILVA	-	-	-	-	28/03/1996	-	Não classificado	
PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO - ROMELÂNDIA									
0021013	ALEIXO ANDRÉ OTT	0,30	0,00	0,40	0,70	04/05/1991	-	Não classificado	
TECNICO EM ENFERMAGEM - ROMELÂNDIA									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	CE	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	
0021006	FABIANA ROBERTA KOELZER MONTEIRO	0,80	0,00	3,00	3,80	03/02/1998	-	Não classificado	
0021009	DIANA NEURA TREBIEN	-	-	-	-	03/08/1977	-	Não classificado	
0021017	NADIA DA SILVA HESPER	-	-	-	-	15/07/1978	-	Não classificado	
0021019	JAQUELINE IVANES FALKOSKI MARTINS DA ROSA	-	-	-	-	11/02/1985	-	Não classificado	
0021016	CLAUDETE CONRADO	-	-	-	-	05/03/1986	-	Não classificado	
TREINADOR DESPORTIVO - ROMELÂNDIA									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	CE	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	
0021001	FERNANDO POPI BERNARDI	0,00	0,40	5,40	5,80	30/04/1990	1º	Classificado	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Romelândia – SC, 30 de Junho de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 4.253/2020

Publicação Nº 2545820

DECRETO Nº 4.253/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei.

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.449,50 (Mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.449,50
Fonte: 176 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019);	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação da fonte de Recursos 176 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019), especificamente da Emenda Especial nº. 202025690009 – Ministério da Economia, depositados na conta corrente 7.716-X, Banco do Brasil – Agência Romelândia.

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.374/2019 de 27 de novembro de 2019.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 30 de junho de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020

Publicação N° 2544812

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: VANDRESEN & HERMESMEYER LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato nº 01/2020, datado de 28 de janeiro de 2020, passando o preço a óleo diesel comum de R\$ 3,059 (três reais e cinco centavos) para R\$ 3.205 (três reais e vinte centavos) ,o preço do óleo diesel S 10 de R\$ 3,223 (três reais e vinte e dois centavos), para R\$ 3.405 (três reais e quarenta centavos), a partir desta data.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 01/2020, datado 28 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 29 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

18-2020 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Publicação Nº 2545862

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº 18/2020
Processo Administrativo Nº.19/2020
Edital: DL 10/2020
Contrato de Rateio: 023/2020 CIS-AMOSC
Empresa: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ORIUNDOS DE PROCESSO LICITATÓRIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC.
Valor R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil reais)
Validade de contrato de 30 de junho à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 30 de junho de 2020.
Ana Raquel B. Oliveira
Gestor FMS

DISPENSA CIS-AMOSC 10/2020 - MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2545860

PROCESSO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 10/2020

1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:

Art. 24, Inc. XXVI da Lei nº 8.666/93:

Na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente aquisição de medicamentos insumos e correlatos- farmácia básica e psicotrópica conforme Contrato de Rateio nº 023/2020.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Fornecedor: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC
Endereço: AV GETULIO VARGAS, 571, S SALAS 13 E 14
CNPJ: 01336261000140
Município: Chapecó U.F.: SC

4. RAZÃO DA ESCOLHA:

Tendo em vista que o Município é filiado a AMOSC e também faz parte do Consórcio CIS-Amosc.

5. PREÇO:

R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Compatível com o praticado no mercado.

Santiago do Sul, SC, 30/06/2020.

MAIKON TIAGO LUNEDO
Presidente da Com. de Licitações

TIAGO DE PARIS
Membro da Comissão

GERSON CARLOS RISSARDO
Membro da Comissão

6. DESPACHO

À vista da exposição das Informações que compõem este processo, referente à realização da despesa, independente de Licitação, e com minha aprovação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriormente alterações.

(x) Homologo a realização da despesa.
() indefiro a realização da despesa.

Santiago do Sul, 30/06/2020.

JULSIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

ANA RAQUEL BRITES DE OLIVEIRA
Gestora FMS

LEI MUNICIPAL Nº987/2020 – DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546140

Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Santiago do Sul - SC para o mandato de 2021 a 2024 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Seção I Do subsídio do Prefeito

Art. 1º O prefeito municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no efetivo exercício do mandato, compreendida a gestão de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, receberá subsídio mensal no valor de R\$ 11.368,19 (onze mil trezentos e sessenta e oito reais com dezenove centavos).

Seção II Do subsídio do Vice-Prefeito

Art. 2º O vice-prefeito municipal de Santiago do Sul, no mandato simultâneo ao do prefeito municipal, no período compreendido no caput do artigo 1º desta Lei, receberá subsídio mensal no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

§ 1º O vice-prefeito municipal, quando no exercício do cargo de prefeito, receberá o subsídio correspondente ao cargo em que estiver exercendo.

§ 2º O vice-prefeito municipal, nomeado secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o do cargo nomeado, vedado o recebimento de ambos, bem como o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor público efetivo e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais.

Seção III Do subsídio dos Secretários Municipais

Art. 3º O subsídio mensal dos secretários municipais será de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), vedado o recebimento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor público efetivo e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais.

CAPÍTULO II DAS FÉRIAS E DO 13º SUBSÍDIO

Seção I Das Férias

Subseção I Das Férias do Prefeito

Art. 4º O prefeito municipal gozará férias de 30 (trinta dias) anuais, sem prejuízo da remuneração integral, descontado os tributos estabelecidos pela legislação, ficando a seu critério a época para usufruir as férias.

Subseção II
Das Férias do Vice-Prefeito

Art. 5º O vice-prefeito municipal, desde que exerça função administrativa permanente junto à Administração Municipal, gozará férias de 30 (trinta dias) anuais, sem prejuízo da remuneração integral, descontado os tributos estabelecidos pela legislação, ficando a seu critério a época para usufruir as férias.

Subseção III
Das Férias dos Secretários Municipais

Art. 6º Os secretários municipais terão direito a férias anuais, remuneradas, acrescidas de um terço do valor do subsídio mensal, deduzidos os tributos estabelecidos pela legislação.

Seção II
Do 13º Subsídio

Art. 7º Os secretários municipais receberão, anualmente, o 13º subsídio, integral ao valor mensal, deduzido os tributos definidos pela legislação, pagos na mesma época e condições estabelecidas aos servidores públicos municipais.

CAPÍTULO III
DA REVISÃO DOS SUBSÍDIOS

Art. 8º Através de lei específica, os subsídios de que tratam esta lei, serão revisados anualmente, a partir do ano 2022, no mês de março, tomando-se por base o INPC apurado no período imediatamente anterior:

I – no mês de março de 2022 o período compreenderá 14 meses, sendo de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022;

II – nos demais anos o período compreenderá os últimos 12 meses.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento municipal.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº986/2020 – DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2546137

Fixa os subsídios dos vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do município de Santiago do Sul - SC para a 7ª legislatura, mandato 2021 a 2024, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal propôs, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE

Seção I
Do Subsídio do Vereador

Art. 1º O subsídio mensal do vereador do município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, a vigor para a 7ª Legislatura, a iniciar-se em 1º de janeiro do ano 2021, será de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Art. 2º O Suplente de vereador, quando convocado, receberá o mesmo subsídio do titular, desde sua posse até o término da substituição.

Parágrafo único: Para efeitos de cálculo do subsídio do suplente tomar-se-ão por base as sessões realizadas e comparecidas pelo mesmo proporcionalmente.

Seção II Do subsídio do Presidente

Art. 3º O vereador presidente, no efetivo exercício deste cargo, receberá subsídio mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.

Parágrafo único: O vice-presidente, quando no efetivo exercício do cargo de presidente, receberá subsídio mensal prevista no caput deste artigo, proporcionalmente ao tempo de exercício.

CAPÍTULO II DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 4º As sessões extraordinárias, tanto no período ordinário quanto no recesso, não serão remuneradas, computando-se, porém, para o cálculo no desconto do vereador faltoso.

CAPÍTULO III DAS DIÁRIAS

Art. 5º Em caso de viagem para fora do município a serviço ou representação da Câmara Municipal ou participação em curso de aperfeiçoamento técnico ou cultural que traduzam interesses ao município, desde que devidamente autorizado pela Mesa Diretora, o vereador receberá diárias na forma estabelecida na legislação municipal.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS E FALTAS

Seção I Das Licenças

Art. 6º O vereador poderá se licenciar nos termos do artigo 23 da Lei Orgânica do Município, observando os trâmites estabelecidos no artigo 67 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção II Das Faltas

Art. 7º A ausência do vereador às sessões, ordinária e extraordinária, implicará em desconto no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por sessão, corrigidos no mesmo percentual dos subsídios.

§ 1º As faltas poderão ser abonadas a critério da Mesa Diretora, desde que justificadas e fundamentadas, cabendo a Secretaria da Casa os devidos registros.

§ 2º Não prejudicará o pagamento do subsídio do vereador a ausência de matéria a ser votada, a não realização de sessões por falta de quorum, nem o recesso parlamentar.

CAPÍTULO V DOS DESCONTOS

Art. 8º Será descontado, obrigatoriamente, dos subsídios do vereador, o imposto sobre a renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros tributos que a legislação determinar.

CAPÍTULO VI DA REVISÃO DOS SUBSÍDIOS

Art. 9º Através dessa Lei específica, os subsídios serão revisados anualmente, a partir do ano 2022, no mês de março, tomando-se por base o INPC apurado no período imediatamente anterior:

I – no mês de março de 2022 o período compreenderá 14 meses, sendo de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022;

II – nos demais anos o período compreenderá os últimos 12 meses.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de junho de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 61/2020 - QUADRA

Publicação Nº 2545428

CONTRATO Nº 61, de 30 de junho de 2020.

PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) E a empresa Metal Perfeito Construtora e Incorporadora Eireli, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.811.509/0001-14, com sede à Rua Matias Kabuchi, nº 234, Galpão 03, Bairro Barreiros, na cidade de São José/SC, CEP 88.117-450, neste ato representada por seu representante legal sr. Ângelo José Zanona Júnior, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 039.653.989-03, RG 3.841.456-2, residente e domiciliado doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 18/2020 - TP, homologado em 30/06/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Objeto:

2.1. O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para reforma da Quadra da Escola Municipal Judite Adelina Sch-rhaus, incluindo fornecimento de material, nas condições previstas na proposta de preços da TP 18/2020 e seus anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.

3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. As obras descritas no objeto, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço total de R\$ 170.808,12 (cento e setenta mil oitocentos e oito reais e doze centavos), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.2. As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

3.3. A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), em conjunto com o Banco do Brasil, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

3.4. A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subsequente a retenção.

3.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

3.6. A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.

4. Do Prazo de Execução das Obras:

4.1. O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da expedição da ordem de serviço.

4.2. Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

08.01.1010.4490.5191 – (66) Próprios – R\$ 10.607,19

08.01.1010.4490.5191 – (135) Convênio – R\$ 160.200,93

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada:

A Contratada se obriga:

6.1. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

6.2. aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

6.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

6.4. responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

6.5. observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.6. manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.7. responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

6.8. afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante.

7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do Setor de Engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras em conjunto com o Banco do Brasil.

7.2. A Contratada deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos, ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;
 - b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;
 - c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;
 - d) advertência por escrito;
 - e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;
 - f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.
- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.
- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

10. Da Vigência:

10.1. Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 90 (noventa) dias.

11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 18/2020.

12. Do Foro:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal
Contratante

Ângelo José Zanona Júnior
Representante Legal
Contratada

Testemunhas

1 2

Nome : Nome:

CONTRATO Nº 63, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545468

CONTRATO Nº 63, de 30 de JUNHO de 2020.

15º ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2009
- FUNREBOM -

Cláusula Primeira: Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Locatário;

b) E o senhor Gilberto João Deucher Júnior, brasileiro, solteiro, CPF nº 044.907.109-09, residente à Rua Frei Fidêncio Feldmann, s/n – Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representado por sua procuradora Eliane Carolina Vieira, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora do CPF nº 341.735.109-00, residente e domiciliada na Rua Frei Fidêncio Feldmann, 477, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, conforme procuração pública em anexo, doravante denominada simplesmente de Locador;

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula segunda do contrato nº 30/2009 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de junho de 2020.

MuN. de Santo Amaro da Imp.

Locatário

Gilberto João Deucher Junior

Locador

Testemunhas:

Nome Nome

CPF CPF

CONTRATO Nº 64, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545470

CONTRATO Nº 64, de 30 de junho de 2020.

11º ADITIVO AO CONTRATO 35/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ESTEVÃO CARLOS MULLER EPP.

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 306 – Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.892.324/0001-46, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado na Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, e de outro lado a empresa ESTEVÃO CARLOS MULLER EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.366.996/0001-53, estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, nº 20, Centro, neste município, neste ato representada por seu sócio administrador senhor Estevão Carlos Muller, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 512.506.679-68, residente e domiciliado à Rua Pedro Mansur Elias, nº 20, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório de Pregão Presencial nº 07/2015 – Registro de Preços, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 2.325/02 e 2.915/06, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quinta do contrato nº 35/15 fica prorrogado até o dia 30 de julho de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN

CONTRATANTE

ESTEVÃO CARLOS MULLER

CONTRATADO

CONTRATO Nº 65, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545472

CONTRATO Nº 65, de 30 DE JUNHO de 2020.

15º ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AUTO ELETRICA MÜLLER LTDA ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 306 – Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.892.324/0001-46, doravante denominado

CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, e de outro lado a empresa AUTO ELETRICA MÜLLER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.154.818/0001-06, estabelecida na Rua Leopoldo Broering, nº 2160, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representada por sua sócia administradora senhora Juliana M-ller, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 058.936.309-39, residente e domiciliada à Rua Leopoldo Broering, nº 2.160, no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório de Pregão Presencial nº 07/2015 – Registro de Preços, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 2.325/02 e 2.915/06, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quinta do contrato nº 36/15 fica prorrogado até o dia 30 de julho de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de junho de 2020.

Município de Santo Amaro da Imperatriz
Contratante

AUTO ELÉTRICA MULLER
Contratado

Testemunhas:

CONTRATO Nº 66, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545594

CONTRATO Nº 66, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Contratação de pessoa jurídica especializada em ações plurais socioassistenciais, que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz e a empresa Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas- NURREVI.

Cláusula Primeira: Das Partes

Município de Santo Amaro da Imperatriz, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas- NURREVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.448.121/0001-99, com sede na Rua Caetano José Ferreira, nº 398 – Kobrasol – São José – SC., neste ato representada por seu Presidente, Sr. Roberto Ramos da Silva, brasileiro, casado, pastor, portador do CPF nº 634.646.917-72, residente e domiciliado na Rua Caetano José Ferreira, nº 398 – Kobrasol – São José – SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo nº 01/2020, homologado em 02/01/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, têm justo e contratado:

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo a que se refere à cláusula quarta do contrato nº 04/2020 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em três (03) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de junho de 2020.

Edésio Justen
Município de Santo Amaro da Imperatriz

Roberto Ramos da Silva
Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas

Testemunhas:

CPF: CPF:

PORTARIA Nº 15.895, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545754

PORTARIA Nº 15.895, de 30 de JUNHO de 2020.

A Secretária de EDUCAÇÃO E ESPORTES no uso de suas atribuições, conforme Decreto Municipal nº 6.798, art. 3º

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado o horário de funcionamento da Secretaria da Educação e Esportes e seus respectivos setores, de 01 de Julho até 31 de Julho de 2020, conforme segue:

- UNIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira. Atendimento ao público somente com horário marcado, por telefone 3245 – 4327 ou e-mail: educacaosantoamaroimp@gmail.com

- UNIDADES ESCOLARES: Com a equipe diretiva em regime de plantão das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras, para atendimentos presenciais ou pelos telefones, conforme segue:

- E.B.M. PROFª. LOURDES GARCIA 3245 - 43 93
- E.B.M. PREF. AUGUSTO ALTHOFF 3245 - 43 80
- E.B.M. JUDITE A. SCHÜRHAUS 3245 - 43 91
- E.B.M. ALVIM DUARTE DA SILVA 3245 - 43 86
- E.B.M. VILA SANTANA 3245 - 43 87
- E.B.M. PROFª. Mª ANDRÉIA G. HILLESHEIN 3245 - 4375
- E.M. BRAÇO SÃO JOÃO 3245 - 43 88
- E.M. SUL DO RIO CUBATÃO 3245 - 43 76
- C.E.M.I. ANTÔNIO R. FABRÍCIO 3245 - 43 89
- C.E.M.I. CAMINHO DO APRENDER 3245 - 43 90
- C.E.M.I. ESTRADA VELHA 3245 - 43 85
- C.E.M.I. JOSÉ HIGINO MARTINS 3245 - 43 78
- C.E.M.I. JOSÉ ROGÉRIO SOMMER 3245 - 43 82
- C.E.M.I. MÁRCIA REGINA DOS SANTOS 3245 - 43 81
- C.E.M.I. RECANTO FELIZ 3245 - 43 77
- C.E.M.I. SONI CECÍLIA KLOPPPEL 3245 - 43 28

- CEJA MARIA MACEDO SILVA: Com a equipe diretiva em regime de plantão das 18h00min às 22h00min, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras, para atendimentos presenciais ou pelo telefone 3245 – 4395.

- PROFESSORES: cumprirão, em home office, 2/3 de sua carga horária conforme quadro abaixo, na qual desenvolverão as atividades de aprendizagem não presenciais, deverão acompanhar e avaliar as atividades realizadas pelos estudantes e participar de capacitação, conforme resolução expedida pelo Conselho Municipal de Educação. O restante da carga horária será compensada após o retorno das atividades escolares regulares, para cumprimento do Calendário Escolar 2020.

Carga Horária semanal (h) do Professor	Hora Atividade por semana (h)	Hora semanal trabalhada com aviação e capacitação (h)	Hora semanal a ser cumprida após retorno das atividades escolares regulares (h)
10	3,33	3,33	3,33
20	6,67	6,67	6,67
30	10	10	10
40	13,33	13,33	13,33

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Os servidores prestarão serviços em escala de trabalho, nas suas respectivas unidades escolares e horários, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras e o restante da carga horária será lançado em regime de Banco de Horas, a ser cumprido após o retorno das atividades escolares regulares.

- SETOR DE ESPORTE: das 08h00min às 12h00min, e das 13h00min às 17h00min, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras em regime de plantão, para atendimentos presenciais ou pelo telefone 3245 – 4379.

- SETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR: das 08h00min às 12h00min, e das 13h00min às 17h00min, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras em regime de plantão, para atendimentos presenciais ou pelo telefone 3245 – 4366.

- MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR: Os servidores prestarão serviços em escala de trabalho, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras e o restante da carga horária será lançado em regime de Banco de Horas, a ser cumprido após o retorno das atividades escolares regulares.

- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: para empréstimo e devolução de livros, em regime de plantão das 08h00min às 12h00min, e das 13h00min às 17h00min, três dias por semana, nas terças, quartas e quintas-feiras, para atendimentos presenciais ou pelo telefone – 3245-4367.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz em 30 de Junho de 2020.

Sônia Maria de Macedo
Secretária Municipal de Educação e Esportes

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2020

Publicação Nº 2546074

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES. OBS.: LOTES QUE FICARAM PREJUDICADOS NO PREGÃO Nº 182/2019, 5/2020 E 48/2020).

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 14/07/2020

Início da sessão: dia 14/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (47) 3631-6170.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS

Secretária de Educação

MARCELO HUBEL

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ

Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1824/2020

Publicação Nº 2545776

DECRETO Nº 1824, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

RATIFICA PORTARIAS Nº 2109/2020 E Nº 2110/2020 QUE TRATAM DE SUSPENSÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ratificadas as Portarias nº 2109, de 26 de maio de 2020, e nº 2110, de 29 de maio de 2020, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, que tratam da suspensão de contratos de trabalho temporário de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 27 de maio de 2020.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - 04.927.953/0001-50

Publicação Nº 2545494

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, com sede na Benjamin Constant, 118, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 04.927.953/0001-50 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL - 83.788.281/0001-16

Publicação Nº 2545486

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, com sede na LRG Hugo Fischer, 33, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.788.281/0001-16 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL - 02.406.542/0001-94

Publicação Nº 2545490

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL com sede na Rua Benjamin Constant, 118, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 02.406.542/0001-94 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL - 08.281.643/0001-62

Publicação Nº 2545498

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL com sede na Rua Capitão Ernesto Nunes, 89, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.281.643/0001-62 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - 02.180.700/0001-30

Publicação Nº 2545503

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, com sede na Rua Alfredo Klimmek, 439, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 02.180.700/0001-30 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL - 86.051.398/0001-00

Publicação Nº 2545479

EXTRATO DE CONVÊNIO

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio para Concessão de Empréstimos aos Servidores Municipais, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL com sede na Rua Jorge Lacerda, 75, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00 e o ITAÚ UNIBANCO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, São Paulo.

DO OBJETO: O convênio tem por objeto a concessão dos Empréstimos aos Servidores. As parcelas dos Empréstimos descontadas em folha de pagamento dos Servidores devem ser sucessivas e iguais, da primeira à última, vedada a existência de qualquer resíduo ou saldo ao final do período de pagamento. Os empréstimos poderão ser contratados em qualquer agência ou por quaisquer meios disponibilizados pelo Itaú Unibanco, desde que legalmente admissíveis. A oferta de empréstimos para servidores comissionados, contratados por tempo determinado ou para trabalho eventual seguirão o disposto na política de crédito do Itaú Unibanco e nas normas próprias do conveniente.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar de 24/04/2020.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN, como Conveniente.

ITAÚ UNIBANCO S.A, como Contratada.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2020

Publicação Nº 2545563

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2020**

OBJETO: Aquisição de material para acondicionamento de gêneros alimentícios (Cesta Básica) para atender aos usuários atendidos pelo Programa São Bento Solidária, conforme Decreto Municipal 1745/2020, devido a epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) que atinge o país e o município neste momento onde possuímos diversas famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social e/ou com difícil acesso aos produtos de alimentação, sendo que a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) esta diretamente vinculada ao programa, conforme Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONTRATADO: Planalto Ltda ME.

VALOR TOTAL: R\$ 119,70

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 10893/2020

Publicação Nº 2545783

PORTARIA Nº 10893, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere A Lei Orgânica Municipal e em obediência ao art. 154, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa a fim de promover os atos necessários ao esclarecimento dos itens I e II da parte final da decisão de fls. 2608/2619 do processo nº 15569/2018, adotadas as sugestões da CPEPAD.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pelo Decreto nº 1.034, de 22 de agosto de 2018, ou decreto que o substitua, a qual deverá proceder a devida instrução para apuração dos fatos.

Art. 3º A Comissão Permanente poderá utilizar todas as informações e documentos que já constam no processo nº 15569/2018, bem como, e se necessário for, oficiar outros órgãos judiciais ou administrativos, a fim de obter eventuais provas por eles já produzidas e que tenham pertinência com o presente caso.

Parágrafo único. O processo nº 15569/2018 possui 12 (doze) volumes e pode ser acessado pelos membros da Comissão de Sindicância pela via digital no sistema IPM.

Art. 4º A Comissão deverá iniciar a execução de seus trabalhos a partir da publicação deste ato, tendo o prazo de 30 (trinta dias), podendo ser prorrogado.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 10883/2020 A 10892/2020

Publicação Nº 2545777

PORTARIA Nº 10883, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Revoga Portaria nº 10721/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 26 de junho de 2020, a Portaria nº 10721, de 22 de maio de 2020, que nomeou ÉRICA KOASKI, no cargo efetivo de Bioquímico, na Secretaria Municipal de Saúde, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10884, DE 26 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JAIME MOKWA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa triênio 2015/2018, conforme Processo nº 8883/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 02/07/2020 a 31/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10885, DE 26 DE JUNHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RAFAEL SILVEIRA DA ROCHA SAMPAIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa triênio 2016/2019, conforme Processo nº 3721/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2020 a 30/07/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10886, DE 26 DE JUNHO DE 2020.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ADAURI PUTTKAMMER, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00160/16-2, de 8 anos e 4 meses e 4 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 10614/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10887, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, Exmo. Sr. Magno Bollmann, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e também os artigos 149, 154, 159 e 160, todos da Lei Municipal nº 228/2001, e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo nº 9773/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar cometimento de supostas infrações disciplinares atribuídas a H. S., ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, matrícula nº 35.610, especificamente quanto ao fato de ter, em tese, interrompido o exercício de suas funções junto ao serviço público municipal num período de 12 meses, por mais 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) alternados desde 17/06/2019, não comparecendo aos locais de trabalho.

Parágrafo único. Os fatos, se confirmados, podem caracterizar infração disciplinar por descumprimento das disposições da Lei Municipal nº 228/2001, que é passível de aplicação da penalidade demissão do cargo público.

Art. 2º A condução do competente processo administrativo disciplinar ficará a cargo da Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860, de 28 de Fevereiro de 2018, ou Decreto que o substitua, que deverá proceder a devida instrução.

Art. 3º Nos termos da legislação vigente, deve ser garantido o irrestrito direito ao contraditório e à ampla defesa ao servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos da Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10888, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, Exmo. Sr. Magno Bollmann, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e também os artigos 149, 154, 159 e 160, todos da Lei Municipal nº 228/2001, e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo nº 9998/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar cometimento de supostas infrações disciplinares atribuídas a I. C., ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, matrícula nº 43905-03, especificamente quanto ao fato de ter, em tese, interrompido o exercício de suas funções junto ao serviço público municipal num período de 12 meses, por mais 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) alternados desde 11/03/2020, não comparecendo aos locais de trabalho.

Parágrafo único. Os fatos, se confirmados, podem caracterizar infração disciplinar por descumprimento das disposições da Lei Municipal nº 228/2001, que é passível de aplicação da penalidade demissão do cargo público.

Art. 2º A condução do competente processo administrativo disciplinar ficará a cargo da Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860, de 28 de Fevereiro de 2018, ou Decreto que o substitua, que deverá proceder a devida instrução.

Art. 3º Nos termos da legislação vigente, deve ser garantido o irrestrito direito ao contraditório e à ampla defesa ao servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos da Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10889, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em obediência ao art. 154, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa a fim de promover os atos necessários ao esclarecimento dos apontamentos inseridos no processo administrativo nº 10258/2020.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pelo Decreto nº 1.034, de 22 de agosto de 2018, ou decreto que o substitua, a qual deverá proceder a devida instrução para apuração dos fatos.

Art. 3º A Comissão Permanente poderá utilizar todas as informações e documentos que já constam no processo administrativo nº 10258/2020, bem como, e se necessário for, oficiar outros órgãos judiciais ou administrativos, a fim de obter eventuais provas por eles já produzidas e que tenham pertinência com o presente caso.

Art. 4º A Comissão deverá iniciar a execução de seus trabalhos a partir da publicação deste ato, tendo o prazo de 30 (trinta dias), podendo ser prorrogado.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10890, DE 29 DE JUNHO DE 2020.
Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo nº 002/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo nº 002/2020.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

FABIANO VOLTOLINI - Representante da Assessoria Jurídica;

ELVIS WIGANDO BAUM - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

JULIANA HAMMES - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

FABIO MILBRATZ - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI – Representante do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10891, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 29 de junho de 2020, PAULA SZTOLTZ PIROSKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Bioquímico, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10892, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 29 de junho de 2020, BERENICE SOUZA ANTUNES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Enfermeira, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020

Publicação Nº 2545859

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO PRELIMINAR
MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020

A Comissão de Seleção torna público o RESULTADO PRELIMINAR do Chamamento Público, Edital nº 01/2020.

Objeto: Chamamento Público objetivando a Seleção de Propostas Técnicas/Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC's visando a celebração de TERMO DE FOMENTO, tendo por objeto a Cessão de uso de equipamentos para utilização por associação sem fins lucrativos que promovam através de agroindústria incubadora o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando benefícios sociais, econômicos e culturais.

Organização Selecionada: APROSSUL – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO BENTO DO SUL

São Bento do Sul, 30 de junho de 2020

Marina Aparecida dos Sonin

Jonas Fernando Engel

Dorotéia Kovalski Martins

Lisane Krisz Ilg

Daniele Celeski

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 117/2020

Publicação Nº 2545568

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 117/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10575/2020

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

2. DO OBJETO

Aquisição de sacos plásticos para atender a demanda da Campanha São Bento Solidária, os quais serão utilizados para realizar a distribuição de cestas básicas as famílias com vulnerabilidades sociais atingidas pela atual pandemia do Coronavírus (COVID-19). Serão adquiridos o seguinte item:

SACO PLASTICO PARA CESTA BÁSICA - MEDINDO 52X85MM - COM 100 UNIDADES	PCT	03
--	-----	----

3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa PLANALTO LTDA – ME, inscrita no CNPJ 16.890.040/0001-96, situada na Rodovia Deputado Genésio Tureck – SC 41, Bairro Dona Francisca, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.284-665.

4. DO VALOR

A presente aquisição se dará conforme a tabela descrita no item 2 (DO OBJETO), valor unitário R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos), totalizando R\$ 119,70 (cento e dezenove reais e setenta centavos).

5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

6. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição deste material para acondicionamento de gêneros alimentícios (Cesta Básica), se faz necessário para atender os usuários atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), devido a epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) que atinge o país e o município neste momento onde possuímos diversas famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social e/ou com difícil acesso aos produtos de alimentação.

São Bento do Sul, 29/06/2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino
Secretária de Assistência Social
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2020

Publicação Nº 2545574

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 117/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10575/2020

RATIFICAÇÃO

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para a contratação de empresa para o fornecimento de sacos para acondicionamento de gêneros alimentícios (cesta básica), para atender aos usuários atendidos pelo Programa São Bento Solidária, conforme Decreto Municipal 1745/2020, devido a epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) que atinge o país e o município neste momento onde possuímos diversas famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social e/ou com difícil acesso aos produtos de alimentação.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa PLANALTO LTDA - ME, no valor global de R\$ 119,70 (cento e dezenove reais e setenta centavos), onde o pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem

cronológica).

São Bento do Sul, 29/06/2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino
Secretária Municipal de Assistência Social

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 112, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545785

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 112, de 29 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor ARNALDO ANTÔNIO LINZMEYER, matrícula 356, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 1º de julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 113, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545788

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 113, de 29 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor GENÉSIO ALCINDO KOBUS, matrícula 366, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 1º de julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 04/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

Publicação N° 2544944

ESTADO DE SANTA CATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-SC, PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2020 - MODALIDADE Pregão Eletrônico N° 03/2020. O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço, por item, para aquisição de medicamentos. Estará recebendo as propostas e habilitação a partir das 07:30 horas do dia 01/07/2020 até as 07:45 hs, do dia 15/07/2020 através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 29/06/2020. Agostinho Luzzi - Ordenador da Despesa.

PORTARIA N° 241/2020

Publicação N° 2544780

PORTARIA N° 241/2020 DE 29/06/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS E ISOLAMENTO DOMICILIAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. ELISANDRA DAS CHAGAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 560/02 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas e isolamento domiciliar no período de 29/06/2020 à 05/07/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 29 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 242/2020

Publicação Nº 2544781

PORTARIA Nº 242/2020 DE 29/06/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS E ISOLAMENTO DOMICILIAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. NEIVA DAS CHAGAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 509/02 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas e isolamento domiciliar no período de 29/06/2020 à 05/07/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 29 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2020 PE N. 03/2020

Publicação Nº 2544947



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

EDITAL DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020****Data de Abertura:** 15/07/2020 às 08:00 no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E AOS PACIENTES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE HIPERTENSOS, SAÚDE MENTAL E DIABÉTICOS.

Valor máximo aceitável: R\$ 134.016,05**Forma de Julgamento:** MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**Modo de Disputa:** Aberto**Diferença Mínima entre lances :** SIM**Documentos de Habilitação** (Veja item 14 do Edital)**Pedidos de Esclarecimentos :** Até 03(três) dias úteis antes da abertura**Impugnações:** Até 03(três) dias úteis antes da abertura

Envio da Proposta e Documentação: No momento do cadastro da sua proposta eletrônica é necessário também o envio de toda documentação relativa à habilitação da empresa, para mais informações vide Tutoriais na plataforma do Compras Governamentais.

Justificativa do processo: O município de São Bernardino – SC está localizado no Oeste do Estado de Santa Catarina, conta com uma população de 2.336 habitantes (IBGE/2019), distância da Capital de 635 km, Possui uma área territorial de 144,96 km². A economia é basicamente agrícola, com ênfase na produção leiteira. No município tem uma Unidade de Saúde e o hospital de referência se localiza a uma distância de aproximadamente 52 quilômetros.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49) 36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020

1. PREÂMBULO

1.1 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO -SC, inscrito no CNPJ sob n.º 11.431.615/0001-99, sediado à Rua Verônica Scheid, nº 1012, Centro, São Bernardino-SC, CEP n. 89.982-000, por intermédio do Ordenador da Despesa, Sr. Agostinho Luzzi, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.2 O certame deverá ser processado e julgado em conformidade na forma das **Leis Federais nº 10.520/2002, 123/2006, 147/2014**, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 170/2020 e demais legislação vigente e pertinente à matéria, mediante condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3 O pregoeiro(a) deste órgão foi designado pela Portaria nº 236/2020 publicado no Diário Oficial dos Municípios de São Bernardino-SC.

1.4 O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: De 01/07/2020 as 07:30 horas **Até** 07:45 do dia 15/07/2020

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08:00 do dia 15/07/2020

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO – SC

1.5 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: compras@saobernardino.sc.gov.br.

1.6 As respostas aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do município – www.saobernardino.sc.gov.br, bem como no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para ciência de todos, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

1.7 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

2. DO OBJETO

2.1 O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E AOS PACIENTES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE HIPERTENSOS, SAÚDE MENTAL E DIABÉTICOS.

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobernardino.sc.gov.br.

2.3 A licitação é composta pelos ITENS, conforme tabela do ANEXO I do edital.

2.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no portal www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (49) 36540054 ou por e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br, até as 16 horas e 45 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 A impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, dirigida ao Pregoeiro(a) e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone com DDD e endereço eletrônico.

4.3 O(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

4.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste PREGÃO as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem cadastradas junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

5.1.1 As empresas não cadastradas junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento.

5.1.2 A regularidade do cadastramento do licitante é de sua inteira responsabilidade.

5.1.3 Aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.2 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda;

d) que estejam sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

5.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O licitante deverá estar credenciado junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

6.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3 O credenciamento do licitante, bem como sua manutenção, é de inteira responsabilidade do licitante.

6.4 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou do Município de São Bernardino - SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.6 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.7 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 A proposta e todos os documentos de habilitação exigidos no Edital, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema do Portal de Compras Públicas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da liberação do Edital, até a data e horário supracitado.

7.1.1 O licitante deverá descrever detalhadamente as especificações do objeto ofertado em campo próprio do sistema, em conformidade com o Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

7.1.2 Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

7.3 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

7.4 A apresentação da proposta e dos documentos de habilitação implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

7.5 Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

7.6 As propostas não podem conter qualquer identificação do licitante proponente (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc), sob pena de desclassificação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 Na data e horário supracitados a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, será aberta por comando do pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2 A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

8.5 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

9.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

9.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.4 A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a **R\$ 0,03 (três centavos)**, e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor proposta.

9.5 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

9.6 Caso o licitante não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

9.7 Será adotado, para envio de lances, o modo de disputa **ABERTO**.

9.8 No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital;

9.9 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

9.10 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

9.11 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

9.12 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.13 Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2ª do art. 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 A proposta de preços escrita adequada ao último lance ofertado deverá ser anexada no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, pelo licitante convocado, em até 02 (duas) horas.

12.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do(a) Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

12.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3 A proposta deverá conter:

12.3.1 proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

12.3.2 preços unitários e totais, em moeda corrente nacional (Real), em algarismo, com até **duas casas após a vírgula** (0,00), sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.3.3 indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.3.4 O prazo de validade das propostas será de no mínimo 60 (sessenta) dias;

12.2.5 Na proposta deverá conter a indicação do produto, marca, fabricante e o nº do registro na ANVISA;

12.3.6 A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos, inclusive com nome e assinatura do representante legal, sob pena de desclassificação.

12.3.7 O(a) pregoeiro(a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

12.3.8 A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.4 A apresentação da proposta implicará:

12.4.1 Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.4.2 Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições.

13. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

13.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

13.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.4. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

13.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.6. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666 de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

13.6.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em Relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

13.6.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

13.6.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

13.6.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

13.6.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

13.6.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

13.6.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

13.6.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

13.6.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

13.6.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

13.6.11. Estudos setoriais;

13.6.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

13.6.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.9. A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

13.10. Serão também desclassificadas as propostas:

13.10.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.10.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

13.10.3. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.10.4. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.

13.10.5. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.11. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

13.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

14.1.1. À habilitação jurídica;

14.1.2. À regularidade fiscal e trabalhista;

14.1.3. À qualificação econômico-financeira;

14.1.4. À qualificação técnica;

14.1.5. Documentação Complementar;

14.2 Os documentos de habilitação remetidos por meio da opção "Incluir Anexo" do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e deverão ser apresentados:

a) em cópia do documento original (digitalizado).

b) Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

14.2.1 Os documentos de habilitação se não oferecerem condições de análise pelo servidor poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) **Pregoeiro(a)**.

14.2.2 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Prefeitura Municipal de São Bernardino à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Setor de Licitações, situado na Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro, São Bernardino-SC, CEP n. 89.982-000.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

14.2.3 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no Edital.

14.2.4 A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

14.3 É facultado ao pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

14.3.1 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.4 A habilitação da licitante será verificada por meio do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br especificada neste Edital.

14.4.1 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação serão inabilitadas.

14.5 O licitante deverá anexar no portal todos os documentos de habilitação exigidos no Edital.

***14.6 OS LICITANTES DEVERÃO CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

14.6.1 Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

d) No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

14.6.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.6.1.2 Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, para empresas ter o direito ao tratamento diferenciado e favorecido, deverão apresentar obrigatoriamente: para ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura

14.6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

a.1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

a.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

a.3) a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

b) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

14.6.2.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

14.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.6.2.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.6.2.4 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.6.2.5 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro(a) convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

14.6.2.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

14.6.2.7 Os sites oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

14.6.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência e concordata, e recuperação judicial e extra judicial expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, expedida a menos de 60 (sessenta) dias. Para empresas com sede no Estado de Santa Catarina - Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;
- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

14.6.4. Qualificação Técnica:

- a) Autorização de Funcionamento da empresa – AFE emitida pela ANVISA/MS.
- b) Autorização Especial (AE) - publicação no Diário Oficial da União (quando aplicável).
- c) Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do município de domicílio da mesma.
- d) Certidão de Regularidade Técnica, em nome da empresa participante, atualizada, emitida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado sede da participante.

14.6.5. Documentação Complementar:

- a) Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

14.6.6. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

14.6.7. Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem as exigências deste edital para tal fim.

14.6.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento das mensalidades, se for o caso):

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
- c) se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.6.9. O(a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, fixando-lhes prazo para atendimento.

14.6.10. O não atendimento das exigências constantes deste item 14. Edital implicará na inabilitação do licitante.

15. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO

15.1 O licitante deverá anexar no sistema do www.portaldecompraspublicas.com.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica, até a abertura da sessão pública, os documentos de habilitação.

15.2. É dever do licitante encaminhar a respectiva documentação atualizada, em conjunto com a apresentação da proposta.

15.3. O descumprimento do subitem acima implicará inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro(a) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a certidão válida.

16. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1 Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em campo específico no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, as seguintes situações:

16.1.1 Ter declarado no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

b) Sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da n° Lei 8666, de 21 junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

16.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, ao pregoeiro(a) o declarará vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1 Declarado o vencedor, ao pregoeiro(a) abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

17.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br,

17.5 O recurso contra decisão do pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo;

17.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, ao pregoeiro(a) terá até 5 (cinco) dias para:

17.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

17.6.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

17.6.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso a autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir;

17.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.9 Não havendo recurso, o(a) pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

18. DA CONTRATAÇÃO

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

18.1 Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

18.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido neste edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

18.3 O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Contrato ou Ata de Registro de Preços, para devolvê-lo assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.4 O prazo para devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município de São Bernardino-SC.

18.5 A pessoa que assinar o instrumento contratual deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19. DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 10 (dez) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pela Secretaria solicitante responsável pelo recebimento, controle e fiscalização.

19.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões fiscais mais a CNDT em validade para o pagamento.

20. DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 134.016,05 (Cento e trinta e quatro mil, dezesseis reais e cinco centavos).

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

20.2 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente Edital correrão por conta da seguinte dotação:

Exercício da Despesa – 2020 - 2.028.3390.00 - 1670 - 23/2020 - Manutenção
Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1401 - 66/2020 - Manutenção
Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3387 - 42/2020 - Manutenção
Programa Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 43/2020 - Manutenção
Programa Medicamento ao Cidadão

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

21.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado ao Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1 O prazo de entrega do objeto será de acordo com o ANEXO I do edital, após a solicitação e emissão e recebimento das solicitações da Secretaria solicitante interessada.

23.1.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, no interesse da Administração e a critério da Secretaria requisitante, diante de pedido formalizado, até 2 (dois) dias antes do término do prazo original.

23.1.1.1 Compete a área requisitante, no interesse e a critério da Administração, determinar o prazo total da prorrogação.

23.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a qualquer tempo, a Contratante poderá:

23.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

23.2.1.1 Na hipótese de substituição, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

23.2.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

23.2.2.1 Na hipótese de complementação, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

23.3 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente dentro do exercício financeiro vigente, conforme Execução Orçamentária.

23.4 O objeto deverá atender às exigências de qualidade, observar os padrões, legislação, regras e normas baixadas pelos órgãos competentes.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1 Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

1 - Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do Contrato, através do(s) responsável(is) (preposto), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste CONTRATO, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a)** Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b)** Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c)** Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d)** Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6- Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.saobernardino.sc.gov.br.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

25.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, bem como o licitante deverá formular seus preços incluindo na contraprestação todos os custos inerentes ao objeto, inclusive a despesa de entrega do objeto.

25.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

25.5 Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

25.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), que decidirá, com base na legislação vigente.

25.7 No julgamento das propostas e da habilitação, ao pregoeiro(a) poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

25.8 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

25.9 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação por servidor devidamente nomeada para tal, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.

25.10 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

25.11 Os documentos emitidos através da Internet poderão se julgar necessário ser conferidos pelo(a) Pregoeiro(a).

25.12 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

25.13 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

25.14 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

25.15 O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo Contrato ou da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

25.16 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.17 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

25.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

25.19 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a).

25.20 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

25.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;

ANEXO II Modelo Padrão de Proposta Comercial;

ANEXO III Modelo de Contrato;

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO IV Modelo de Declaração Unificada;

São Bernardino – SC em 29/06/2020

Agostinho Luzzi
Ordenador da Despesa

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
Rudimar Borcioni
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – OBJETO:

1.1. O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E AOS PACIENTES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE HIPERTENSOS, SAÚDE MENTAL E DIABÉTICOS.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Ácido acetilsalicílico, apresentação: tamponado, dosagem: 325mg	CP	1.000,00	1,11	1110,00
2	Ácido acetilsalicílico, dosagem: 100 mg	CP	6.000,00	0,06	360,00
3	Ácido acetilsalicílico, dosagem: 100 mg, tipo uso: tamponado	CP	1.000,00	0,59	590,00
4	Ácido fólico, dosagem: 5 mg	CP	1.500,00	0,08	120,00
5	Ácido valpróico, dosagem: 250 mg	CP	500,00	0,40	200,00
6	Ácido valpróico, dosagem: 50 mg/ml, forma farmacêutica: xarope 40 ml	FR	30,00	6,50	195,00
7	Ácido valpróico, dosagem: 500 mg	CP	1.600,00	0,95	1520,00
8	Amantadina, concentração: 100 mg	CP	800,00	0,95	760,00
9	Ambroxol, composição: sal cloridrato, concentração: 3 mg/ml, forma farmacêutica: xarope frasco 100 ml	FR	60,00	2,90	174,00
10	Ambroxol, composição: sal cloridrato, concentração: 6 mg/ml, forma farmacêutica: xarope frasco 100 ml	FR	60,00	3,00	180,00
11	Amilorida cloridrato, apresentação: associada com hidroclorotiazida, composição: 5mg + 50mg	CP	520,00	0,40	208,00
12	Aminofilina, dosagem: 24 mg/ml, forma farmacêutica: solução injetável	AMP	10,00	1,75	17,50
13	Amiodarona, dosagem: 200 mg	CP	1.500,00	1,15	1725,00
14	Amitriptilina cloridrato, dosagem: 25 mg	CP	5.400,00	0,08	432,00
15	Amoxicilina, princípio ativo: associada com clavulanato de potássio, concentração: 25 mg/ml + 6,25 mg/ml, forma farmacêutica: suspensão oral frasco de 75 ml	FR	50,00	35,00	1750,00
16	Anlodipino besilato, composição: associado à benazeprila cloridrato, concentração: 5 mg + 10 mg	CP	300,00	1,25	375,00
17	Anlodipino besilato, dosagem: 2,5 mg	CP	520,00	1,10	572,00
18	Atenolol, apresentação: associado à clortalidona, concentração: 50mg + 12,5mg	CP	1.600,00	0,40	640,00
19	Atropina sulfato, dosagem: 0,50 mg/ml, uso: solução injetável 1 ml	AMP	10,00	1,50	15,00
20	Beclometasona dipropionato, concentração: 250 mcg/dose, forma farmacêutica: aerossol oral, característica adicional: com inalador frasco 200 doses	FR	5,00	65,00	325,00
21	Biperideno, dosagem: 2 mg	CP	1.500,00	0,45	675,00
22	Bisoprolol fumarato, concentração: 5 mg	CP	1.500,00	1,95	2925,00
23	Bromoprida, dosagem: 4 mg/ml, apresentação: gotas frasco 10 ml	FR	30,00	3,00	90,00
24	Bupropiona cloridrato, dosagem: 150 mg	CP	1.200,00	2,00	2400,00
25	Captopril, concentração: 50 mg	CP	510,00	0,50	255,00
26	Carbamazepina, dosagem: 200 mg	CP	1.290,00	0,50	645,00
27	Carbamazepina, dosagem: 400 mg	CP	2.000,00	0,90	1800,00
28	Carbonato de cálcio, composição: associado com vitamina d3, concentração: 600 mg + 400 ui, forma farmacêutica: comprimido mastigável	CP	1.200,00	2,00	2400,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.

Fone/Fax (4936540054/36540137)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

29	Carbonato de lítio, dosagem: 300 mg	CP	2.200,00	1,10	2420,00
30	Carvedilol, dosagem: 12,5 mg	CP	2.100,00	0,30	630,00
31	Carvedilol, dosagem: 6,25 mg	CP	1.010,00	0,25	252,50
32	Cefalexina, dosagem: 500 mg	CAPS	2.000,00	1,25	2500,00
33	Cetoconazol, dosagem: 200 mg	CP	330,00	0,40	132,00
34	Cetoprofeno, dosagem: 50 mg ampola 2 ml	AMP	100,00	0,80	80,00
35	Cilostazol, concentração: 100 mg	CP	1.600,00	0,86	1376,00
36	Cinarizina, dosagem: 75 mg	CP	810,00	0,40	324,00
37	Citalopram, dosagem: 20 mg	CP	1.620,00	0,35	567,00
38	Clonazepam, dosagem: 2 mg	CP	2.400,00	0,12	288,00
39	Clonazepam, dosagem: 2,5 mg,ml, apresentação: solução oral- gotas frasco 20 ml	FR	70,00	3,90	273,00
40	Clopidogrel, dosagem: 75 mg	CP	812,00	1,00	812,00
41	Cloreto de potássio, dosagem: 10%, apresentação: solução injetável 10 ml	AMP	25,00	0,50	12,50
42	Clorfenamina maleato, composição: associada ao paracetamol e fenilefrina, concentração: 4mg + 400mg + 4mg	CP	1.500,00	0,50	750,00
43	Clortalidona, dosagem: 25 mg	CP	810,00	0,50	405,00
44	Clotrimazol, dosagem: 10 mg,g, uso: creme bisnaga de 20 gr	BIS	30,00	6,00	180,00
45	Deslanosideo 0,2MG/ML	Und	10,00	2,35	23,50
46	Desvenlafaxina, composição: sal succinato, concentração: 100 mg, forma farmacêutica: liberação controlada	CP	900,00	2,48	2232,00
47	Dexametasona, dosagem: 4 mg ampola 2,5 ml	AMP	100,00	1,40	140,00
48	Dexpantenol, concentração: 50 mg,g, forma farmacêutica: pomada bisnaga 50 gr	BIS	50,00	7,00	350,00
49	Diazepam, concentração: 10 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável ampola 2 ml	AMP	30,00	1,10	33,00
50	Diclofenaco, apresentação: sal potássico, dosagem: 50 mg	CP	500,00	0,15	75,00
51	Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 50 mg	CP	1.500,00	0,15	225,00
52	Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 75mg ampola 3 ml	AMP	100,00	1,30	130,00
53	Digoxina, dosagem: 0,25 mg	CP	1.000,00	0,16	160,00
54	Dimenidrinato, apresentação: associado com piridoxina + glicose + frutose, dosagem: 3mg + 5mg + 100mg + 100mg,ml, tipo medicamento: solução injetável ampola 10 ml	AMP	100,00	2,15	215,00
55	Diosmina, composição: associada à hesperidina, concentração: 450mg + 50mg sachê 5 gr	SAC	1.620,00	0,85	1377,00
56	Divalproato de sódio, dosagem: 500 mg	CP	600,00	1,10	660,00
57	Dobutamina cloridrato, dosagem: 12,5 mg,ml, indicação: injetável ampola 10 ml	AMP	10,00	14,50	145,00
58	Dopamina, dosagem: 5 mg,ml, apresentação: solução injetável ampola 10 ml	AMP	10,00	2,65	26,50
59	Duloxetina, concentração: 30 mg, forma farmacêutica: microgrânulos de liberação lenta	CAPS	300,00	2,40	720,00
60	Duloxetina, concentração: 60 mg, forma farmacêutica: microgrânulos de liberação lenta	CAPS	600,00	4,30	2580,00
61	Enxofre, composição: em óleo mineral, concentração: 20 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão oleosa, característica adicional: formulação especialmente manipulada frasco 50 ml	FR	60,00	3,70	222,00
62	Escitalopram oxalato, dosagem: 10 mg	CP	2.610,00	0,50	1305,00
63	Escopolamina butilbrometo, apresentação: associada com dipirona sódica, dosagem: 4mg + 500mg,ml, indicação: solução injetável ampola 1 ml	AMP	50,00	0,75	37,50
64	Escopolamina butilbrometo, dosagem: 10 mg	CP	1.000,00	0,70	700,00
65	Espironolactona, dosagem: 25 mg	CP	1.000,00	0,25	250,00
66	Extrato medicinal, composição: harpagophytum procumbens dc, concentração: 400 mg	CP	300,00	3,00	900,00
67	Extrato medicinal, composição: plantago ovata (casca de semente), concentração: 3,5 g, forma farmacêutica: pó efervescente sachê 12 gr	SAC	1.500,00	1,50	2250,00
68	Ezetimiba, composição: associado à sinvastatina, concentração: 10mg + 20 mg	CP	240,00	0,70	168,00
69	Ezetimiba, concentração: 10 mg	CP	810,00	0,65	526,50

Rua Verônica Scheid, Nº 1012,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/36540137)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

70	Fenitoína sódica, dosagem: 50 mg,ml, apresentação: solução injetável ampola 5 ml	AMP	10,00	4,25	42,50
71	Fenobarbital sódico, dosagem: 100 mg	CP	2.600,00	0,25	650,00
72	Fenobarbital sódico, dosagem: 200 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável ampola 1 ml	AMP	25,00	3,25	81,25
73	Fenoterol bromidrato, concentração: 0,25 mg,ml, forma farmacêutica: solução para inalação frasco 10 ml	FR	50,00	12,40	620,00
74	Fluoxetina, dosagem: 20 mg	CP	2.010,00	0,20	402,00
75	Formoterol fumarato, composição: associado com budesonida, concentração: 12 mcg + 400mcg,dose, forma farmacêutica: cápsula pó inalante, características adicionais: refil	CAPS	900,00	1,65	1485,00
76	Furosemida, dosagem: 40 mg	CP	4.000,00	0,20	800,00
77	Gabapentina, dosagem: 300 mg	CP	900,00	0,80	720,00
78	Gabapentina, dosagem: 400 mg	CP	1.000,00	1,00	1000,00
79	Glicosamina, composição: associada com condroitina, em sais sulfatos, concentração: 1,5 g + 1,2 g, forma farmacêutica: pó oral sachê 5 gr	SAC	1.000,00	4,00	4000,00
80	Glimepirida, dosagem: 2 mg	CP	2.250,00	0,20	450,00
81	Glimepirida, dosagem: 4 mg	CP	3.600,00	0,40	1440,00
82	Haloperidol, concentração: 5 mg,ml, tipo uso: solução injetável ampola 1 ml	AMP	10,00	2,00	20,00
83	Haloperidol, dosagem: 1 mg	CP	1.000,00	0,35	350,00
84	Heparina sódica, concentração: 20.000 ui,ml, forma farmacêutica: solução injetável ampola de 0,25 ml	AMP	10,00	10,00	100,00
85	Hexamidina, composição: associada com tetracaina cloridrato, dosagem: 1mg + 0,5mg,ml, apresentação: colutório, frasco nebulizador frasco 30 ml	FR	15,00	27,00	405,00
86	Hidrocortisona, composição: sal succinato sódico, concentração: 500 mg, forma farmacêutica: pó liófilo p, injetável	AMP	50,00	10,70	535,00
87	hidroxiquinolina borato, apresentação: associada com trietanolamina, concentração: 0,4mg + 140mg,ml, indicação: solução otológica frasco 8 ml	FR	30,00	17,80	534,00
88	Ibuprofeno, dosagem: 100 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão oral frasco 20 ml	FR	100,00	4,10	410,00
89	Ibuprofeno, dosagem: 50 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão oral frasco 20 ml	FR	200,00	2,25	450,00
90	Imipramina, princípio ativo: cloridrato, dosagem: 25 mg	CP	1.000,00	0,60	600,00
91	Indapamida, concentração: 1,5 mg	CP	300,00	0,40	120,00
92	Ipratrópio brometo, dosagem: 0,25 mg,ml, uso: solução para inalação frasco 20 ml	FR	20,00	23,00	460,00
93	Isossorbida, princípio ativo: sal dinitrato, dosagem: 5 mg, tipo medicamento: sublingual	CP	60,00	0,80	48,00
94	Lactobacillus REUTERI DSM 17938	Und	20,00	20,00	400,00
95	Lamotrigina, dosagem: 50 mg	CP	600,00	0,30	180,00
96	Levanlodipino besilato, concentração: 2,5 mg	CP	600,00	2,00	1200,00
97	Levodopa, composição: associado à carbidopa, dosagem: 250mg	CP	900,00	1,47	1323,00
98	Levomepromazina, dosagem: 100 mg	CP	500,00	1,50	750,00
99	Levonorgestrel, composição: associado ao etinilestradiol, concentração: 0,15 mg + 0,03 mg, características adicionais: em blister calendário com 21 comprimidos	BLIS	200,00	8,60	1720,00
100	Levotiroxina sódica, dosagem: 125 mcg	CP	520,00	0,50	260,00
101	Levotiroxina sódica, dosagem: 150 mcg	CP	520,00	0,60	312,00
102	Levotiroxina sódica, dosagem: 25 mcg	CP	2.000,00	0,30	600,00
103	Levotiroxina sódica, dosagem: 50 mcg	CP	2.000,00	0,40	800,00
104	Levotiroxina sódica, dosagem: 88 mcg	CP	210,00	0,50	105,00
105	Loratadina, concentração: 10mg	CP	504,00	0,20	100,80
106	Metformina cloridrato, concentração: 750 mg, forma farmacêutica: ação prolongada	CP	400,00	0,20	80,00
107	Metoclopramida cloridrato, dosagem: 10 mg	CP	1.500,00	0,20	300,00
108	Metoprolol, princípio ativo: sal succinato, dosagem: 50 mg, apresentação: liberação controlada	CP	1.320,00	1,10	1452,00
109	Metronidazol, dosagem: 250 mg	CP	500,00	0,22	110,00
110	Midazolam, dosagem: 5 mg,ml, aplicação: injetável ampola 3 ml	AMP	10,00	6,00	60,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1012,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/36540137)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

111	Nebivolol, composição: sal cloridrato, concentração: 5 mg	CP	300,00	2,10	630,00
112	Nimodipino, dosagem: 30 mg	CP	300,00	0,36	108,00
113	Norfloxacino, dosagem: 400 mg	CP	1.204,00	0,70	842,80
114	Nortriptilina cloridrato, dosagem: 10 mg	CAPS	420,00	0,50	210,00
115	Olanzapina, dosagem: 5 mg	CP	600,00	1,00	600,00
116	Olmesartana medoxomila, composição: associada com hidroclorotiazida, concentração: 20 mg + 12,5 mg	CP	1.600,00	7,00	11200,00
117	Oxcarbazepina, dosagem: 600 mg	CP	400,00	2,40	960,00
118	Paracetamol, apresentação: associado com codeína, dosagem: 500mg + 30mg	CP	1.248,00	0,40	499,20
119	Paracetamol, apresentação: associado com diclofenaco, carisoprodol e cafeína, dosagem: 300mg + 50mg + 125mg + 30mg	CP	1.200,00	0,50	600,00
120	Paracetamol, composição: associado à fenilefrina e carbinoxamina, concentração: (400 mg + 20 mg) + (400 mg + 4 mg) + 400 mg frasco 100 ml	FR	50,00	1,00	50,00
121	Paracetamol, dosagem comprimido: 500 mg	CP	2.000,00	0,30	600,00
122	Paracetamol, dosagem solução oral: 200 mg,ml, apresentação: solução oral frasco 10 ml	FR	100,00	1,80	180,00
123	Paroxetina cloridrato, dosagem: 20 mg	CP	1.200,00	0,75	900,00
124	Perindopril, composição: arginina, concentração: 10 mg	CP	120,00	1,25	150,00
125	Pinavério brometo, concentração: 100 mg	CP	510,00	1,00	510,00
126	Pioglitazona cloridrato, concentração: 30 mg	CP	120,00	1,95	234,00
127	Poliresuleno, composição: associado à cinchocaina cloridrato, concentração: 50 mg + 10 mg,g, forma farmacêutica: pomada retal, característica adicional: com aplicador bisnaga 30 gr	BIS	100,00	70,00	7000,00
128	Polimixina b, composição: associada com neomicina, fluocinolona e lidocaína, concentração: 10.000 ui + 3,5 mg + 0,25 mg + 20 mg,ml, forma farmacêutica: solução otológica frasco 5 ml	FR	50,00	17,50	875,00
129	Pramipexol, dosagem: 0,25 mg	CP	400,00	1,20	480,00
130	Prednisona, dosagem: 5 mg	CP	500,00	0,50	250,00
131	Pregabalina, concentração: 75 mg	CP	600,00	1,75	1050,00
132	Propafenona cloridrato, dosagem: 300 mg	CP	520,00	0,75	390,00
133	Quetiapina, dosagem: 200 mg	CP	600,00	1,40	840,00
134	Quetiapina, dosagem: 25 mg	CP	1.620,00	0,40	648,00
135	Ramipril, composição: associado com hidroclorotiazida, concentração: 5mg + 12,5mg	CP	810,00	2,60	2106,00
136	Ramipril, concentração: 5mg	CP	810,00	2,60	2106,00
137	Ranitidina cloridrato, dosagem: 150 mg	CP	800,00	0,95	760,00
138	Risperidona, dosagem: 1 mg	CP	1.000,00	0,60	600,00
139	Risperidona, dosagem: 2 mg	CP	1.000,00	0,60	600,00
140	Rivaroxabana, concentração: 15 mg	CP	280,00	8,75	2450,00
141	Rivaroxabana, concentração: 20 mg	CP	560,00	9,75	5460,00
142	Rosuvastatina, composição: cálcica, concentração: 10 mg	CP	210,00	0,80	168,00
143	Sais para reidratação oral, composição: sódio, potássio, cloreto, citrato e glicose, concentração: 90 meq,l + 20 meq,l + 80 meq,l + 30 meq,l + 111 mmol,l, forma farmacêutica: pó p, solução oral	SAC	500,00	2,50	1250,00
144	Salmeterol xinafoato, composição: associado com propionato de fluticasona, concentração: 50 mcg + 250 mcg,dose, tipo de apresentação: discos com 60 doses	FR	10,00	5,00	50,00
145	Sertralina cloridrato, dosagem: 50mg	CP	4.000,00	0,75	3000,00
146	Simeticona, concentração: 75 mg,ml, forma farmacêutica: solução oral - gotas frasco 15 ml	FR	30,00	0,66	19,80
147	Sulfato ferroso, dosagem ferro: 40mg de ferro ii	CP	1.500,00	0,10	150,00
148	Tiras p/teste de glicose G-TECH (Essa descrição justifica-se porque os aparelhos que a Unidade de Saúde possui é dessa marca).	Und	2.000,00	3,00	6000,00
149	Topiramato, dosagem: 50 mg	CP	400,00	0,40	160,00
150	Tramadol cloridrato, dosagem: 100 mg ampola 1 ml	AMP	100,00	2,25	225,00
151	Tramadol cloridrato, dosagem: 50 mg	CP	500,00	0,75	375,00
152	Triancinolona, composição: sal acetonida, concentração : 1 mg,g, forma farmacêutica : pasta oral bisnaga 10 gr	BIS	60,00	5,62	337,20
153	Varfarina sódica, dosagem: 5 mg	CP	510,00	0,50	255,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1012,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
 Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

154	Venlafaxina, composição: sal cloridrato, concentração: 75 mg	CP	1.500,00	1,50	2250,00
155	Zolpidem, dosagem: 10 mg	CP	1.500,00	1,00	1500,00
				Total	134.016,05

1.2. Valor máximo aceitável da licitação é de R\$ 134.016,05 (Cento e trinta e quatro mil. Dezesesseis reais e cinco centavos).

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos pacientes atendidos na Unidade Básica de Saúde do Município e aos pacientes pertencentes aos grupos de hipertensos, saúde mental e diabéticos, programas de acompanhamento e prevenção que vem sendo desenvolvidos a vários anos.

3– DISPOSIÇÃO DO(S) LOTE(S)

3.1 Lote Ampla Concorrência – Lote aberto para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

3.2 A participação neste certame destina-se a ampla concorrência, sem reserva de cotas ou exclusividade à micro ou pequenas empresas, uma vez que, verificado nos pregões presenciais realizados pela Unidade de Saúde nos últimos anos, evidencia-se comprovadamente, que a grande maioria das empresas participantes não se enquadram como micro ou pequenas.

Portanto, torna-se o certame mais competitivo gerando uma considerável redução nos valores dos medicamentos licitados, ou seja, resultando vantajosidade econômica a esta administração, havendo ampla participação.

Há que se considerar que são medicamentos usados constantemente pelos pacientes do município e esses medicamentos são imprescindíveis para a manutenção da atenção básica à saúde, como também em atenção àqueles pacientes que necessitam fazer uso contínuo de determinadas drogas, o que nos obriga buscar não apenas a vantajosidade econômica, como também o pronto atendimento, contando-se ainda que, o número reduzido de micro e pequenas empresas situadas em nossa localidade, acarreta uma acentuada redução da competitividade resultando o aumento dos preços e consequentemente onerando esta administração a ela, atentamos ao artigo 49, III da lei Complementar n.º 123/06, a qual reza que não deve ser realizada licitação exclusiva ou com cotas exclusivas às ME ou EPP se isto não for vantajoso à Administração Pública.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

O atual cenário mundial ante a pandemia gerada pelo Covid-19, torna imprescindível a garantia da manutenção da saúde pública, porém a contratação com micro e pequenas empresas (apenas revendedoras), neste momento em que o mercado apresenta escassez de medicamentos, acarretaria prejuízos a este órgão, consequentemente afetando a população atendida através dele. Portanto, a ampla participação neste certame abre maiores possibilidades na garantia da entrega dos medicamentos, uma vez que as empresas de maior porte asseguram seus estoques com mais facilidade.

4 – SOBRE A PROPOSTA

4.1 O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta.

4.2 No preço total por item/lote do objeto licitado, deverá constar até duas casas decimais (0,00), expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no edital.

4.3 As propostas que apresentarem valor superior ao máximo estabelecido serão automaticamente desclassificadas para esse certame pelo(a) pregoeiro(a).

4.4 A empresa deverá incluir na contraprestação todos os custos, inclusive a despesa de entrega do objeto.

5 – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

5.1 Da entrega: Os produtos deverão ser entregues de forma fracionada mediante solicitação e autorização do responsável pela Unidade de Saúde em até (10) dias, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2 A proponente deverá entregar os medicamentos com data de validade mínima a partir da entrega de 01(um) ano, caso contrário não serão aceitos.

5.3 Local de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue na Unidade de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme endereço constante neste Edital.

5.4 Do horário da entrega: A entrega deverá ser feita em horário de expediente de segunda a sexta feira exceto feriados.

5.5 Da garantia: Os medicamentos deverão ter autorização de Funcionamento da ANVISA compatível aos produtos cotados e possuir Certificado de qualidade dos Medicamentos Aprovado pelo Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle – BPF&C de Produtos para Saúde, conforme dispõe as Resoluções RDC Ns. 59, de 27 de junho de 2000 e 95, de 08 de novembro de 2000, da ANVISA.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

6 – SOBRE O OBJETO

6.1 A descrição do objeto, o preço máximo para cada item/lote, foram estabelecidas pelo Secretário interessado responsável conforme justificativas, solicitação e orçamentos constantes no processo, a modalidade da licitação e a forma de disputa/julgamento pelo Ordenador da despesa do Fundo Municipal de Saúde e analisadas pelo jurídico do município.

6.2 O critério utilizado para balizar o preço, foi o menor preço apurado dentre as pesquisas realizadas anexo ao processo.

6.3 A formação dos valores máximos foi baseada, utilizando-se de pesquisa de preços em empresas do ramo pertinente ao objeto.

7 – OBSERVAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O objeto deverá ser de primeira qualidade.

7.2 O objeto deverá estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição no Contrato, bem como estado de conservação do objeto e embalagens quando for o caso.

7.3 O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, a mesma marca do objeto apresentado na proposta.

7.4 Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

7.5 A contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8 – GESTOR E FISCAL

8.1 Fica designado pela Administração como gestor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o Secretário(a) solicitante responsável;

8.2 A fiscalização do Contrato ou da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do secretário(a), responsável.

9 - VIGÊNCIA E FONTE DO RECURSO

9.1 Vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços será até final do exercício.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

9.2 Fonte do recurso: 2.028.3390.00 - 1670 - 23/2020 - Manutenção Programa
Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 1401 - 66/2020 - Manutenção Programa
Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3387 - 42/2020 - Manutenção Programa
Medicamento ao Cidadão 2.028.3390.00 - 3670 - 43/2020 - Manutenção Programa
Medicamento ao Cidadão

10 - OUTRAS PRESCRIÇÕES

10.1 Na entrega ou execução serão verificadas quantidades e especificações descritas neste anexo e demais documentos equivalentes ao presente certame.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDEREÇO: TELEFONE e E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:

A empresa propõe fornecer ao Fundo Municipal de São Bernardino - SC, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº3/2020, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Nº do registro na ANVISA	Marca/Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
total							

Informar número do Item; Informar a quantidade; Informar especificação do produto; Informar marca; Informar o nº do registro na ANVISA, Informar Valor Unitário e Total;

Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Informar que os medicamentos terão validade de no mínimo 01(um) ano a partir da data de entrega.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Município, (dia) de (mês) de 2020.

(nome e assinatura do representante legal do licitante)

(A PROPONENTE QUE NÃO INFORMAR O NÚMERO DO REGISTRO DO MEDICAMENTO NA ANVISA E OU NÃO INFORMAR A MARCA, SERÁ AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADA (Para comprovação os registros poderão ser solicitados como documentação completar).

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – III (MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATO N°

PROCESSO LICITATÓRIO N° 4/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2020

Pelo presente instrumento particular de Contrato de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo senhor AGOSTINHO LUZZI, Ordenador da Despesa, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa, CNPJ/MF n°, com sede à Rua....., Cidade de, Estado do, E-mail:..... e telefone: (....)....., neste ato representada pelo Senhor....., inscrito no CPF n°, aqui denominada simplesmente de CONTRATADA estando as partes sujeitas às normas da Lei n° 10.520/2002, da Lei Complementar Federal n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal n. 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal n. 170/2020, e subsidiariamente no que couber da Lei Federal n.º 8.666/1993, obedecidas as condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº3/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E AOS PACIENTES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE HIPERTENSOS, SAÚDE MENTAL E DIABÉTICOS., conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

Tabela

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Os preços do objeto estão registrados na tabela acima, perfazendo um total de R\$(.....).

Parágrafo Primeiro

Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Eletrônico n°3/2020, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Parágrafo Segundo

Todos os produtos/serviços deverão atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a duração deaté, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Parágrafo Primeiro

Da entrega: Os medicamentos deverão ser entregues em em até (10) dias, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Parágrafo Segundo

Caso o produto não atenda as especificações constantes no edital não serão aceitos

Parágrafo Terceiro

Local de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue na Secretaria solicitante sito a Rua Verônica Scheid, n. 1012, Centro, São Bernardino-SC, CEP. 89.982-000.

Parágrafo Quarto

A empresa deverá ter autorização de Funcionamento da ANVISA compatível aos produtos cotados e possuir Certificado de qualidade dos Medicamentos Aprovado pelo Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle – BPF&C de Produtos para Saúde, conforme dispõe as Resoluções RDC Ns. 59, de 27 de junho de 2000 e 95, de 08 de novembro de 2000, da ANVISA.

Parágrafo Quinto

Do horário da entrega: A entrega deverá ser feita em horário de expediente da Secretaria de Saúde, no período matutino (07:30 as 11:30 horas) e vespertino (13:00 as 17:00 horas) de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Parágrafo Sexto

Os medicamentos deverão ter validade de no mínimo 01(um) ano contado a partir da entrega.

Parágrafo Sétimo

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Da Fraude e da Corrupção: Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Parágrafo Oitavo

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática Corrupta” oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato ou Ata de Registro de Preços;
- b) “Prática Fraudulenta” a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato ou Ata de Registro de Preços;
- c) “Prática Conluída” esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática Coercitiva” causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
- e) “Prática Obstrutiva” destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal em até 10 (dez) dias, após a aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Parágrafo Primeiro

A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas fiscais e CNDT, devidamente válidas, sendo que é de responsabilidade da contratada, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal), conforme prevê o Art. 55 da Lei 8.666/93.

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

O Município efetuará o desconto do INSS, ISSQN e IRRF do valor contratado, neste edital, conforme Legislação vigente;

Parágrafo Segundo

Deverá constar na Nota Fiscal o Número da Licitação, do Contrato, e número da Autorização de Fornecimento;

Parágrafo Terceiro

Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal;

Parágrafo Quarto

A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subsequente;

Parágrafo Quinto

O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC receberá apenas notas fiscais emitidas eletronicamente, conforme legislação vigente, exceto para prestação de serviços;

Parágrafo Sexto

As empresas com sede em outros Estados que ainda não se adequaram ao sistema de Notas eletrônicas, poderão emití-las conforme legislação vigente no Estado sede;

Parágrafo Sétimo

Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura;

Parágrafo Oitavo

Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais;

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos constantes na Lei Orçamentária vigente.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

2.028.3390.00 - 1670 - 23/2020 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
2.028.3390.00 - 1401 - 66/2020 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
2.028.3390.00 - 3387 - 42/2020 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
2.028.3390.00 - 3670 - 43/2020 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO e da FISCALIZAÇÃO

Quando da convocação dos adjudicatários para assinarem o termo de contrato, este terá até 5 (cinco) dias úteis para assinar o termo, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO – SC, poderá quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos no ato convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, de conformidade com o presente ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei no 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Caberá a gestão e fiscalização deste contrato o(a) Secretário(a) solicitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Parágrafo Segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO - SC ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo Terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega/execução dos materiais/serviços for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pelo Fundo Municipal de saúde de São Bernardino - SC, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo Quinto

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Parágrafo Primeiro

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

Parágrafo Segundo

Constituem obrigações da CONTRATADA:

1 - Tratar as questões inerentes ao serviço ou entrega com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) (preposto), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste CONTRATO, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5- Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

6- Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Verificada qualquer infração do Contrato, o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, independentemente de notificação judicial, poderá rescindir o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

Parágrafo Único

O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o

Rua Verônica Scheid, N° 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo – Erê - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (dois) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito.

São Bernardino – SC, em DataAssinatura

Agostinho Luzzi

.....

Ordenador da Despesa

Contratado

Rudimar Borcioni

Assessor Jurídico

OAB/SC 15411

Testemunhas.....

.....

Rua Verônica Scheid, Nº 1012,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO IV DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo)

À Comissão de Licitações

Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 3/2020

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este órgão que o(a) responsável legal da empresa (sócio administrador) é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

4- Declaro para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com INCOMPATIBILIDADE com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto a este Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

7 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

8 - Sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9 - A proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

..... de 2020.

Local e Data _____ Assinatura do
Responsável Legal da empresa Carimbo do CNPJ da empresa

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137)

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 17-2020 - ADM

Publicação Nº 2546126

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	017/2020 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	BERTINATTO MÁQUINAS EIRELI EPP
Objeto :	AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR NOVO, CONFORME CONVÊNIO MAPA Nº 886971/2019, PROPOSTA SICONV Nº 001801/2019.
Licitação:	Processo Licitatório nº 032/2020 - ADM Pregão Presencial nº 017/2020 - ADM
Vigência:	30/12/2020
SÃO CARLOS/SC, 30 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 34/2019 – ADM

Publicação Nº 2545952

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	034/2019 - ADM – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EFICCAZ CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTURA DA PRAÇA DA MATRIZ - CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 870747/2018 - OPERAÇÃO 1056409-06 - CAIXA - PROGRAMA TURISMO.
Licitação:	Processo Licitatório nº 070/2019 - ADM Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 003/2019 – ADM
Vigência:	30/08/2020
SÃO CARLOS/SC, 30 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 10-2019 – FMS

Publicação Nº 2545946

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	010/2019 - FMS – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EFICCAZ CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA ACADEMIA DE SAÚDE - PROPOSTA Nº 11553.5400001/18-002 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS.

Licitação:	Processo Licitatório nº 016/2019 - FMS
Vigência:	Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 002/2019 – FMS
	30/08/2020
SÃO CARLOS/SC, 30 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 47/2019 - ADM

Publicação N° 2545962

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	47/2019 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY COM GRAMA NATURAL JUNTO AO BAIRRO CRISTO REI, MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Processo:	Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2019 - ADM
Vigência:	30/12/2020
SAO CARLOS, 30 DE JUNHO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

PORTARIA N° 078/2020

Publicação N° 2545004

PORTARIA N° 078/2020

Dispõe sobre a Designação de Servidor para a função de Confiança e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica designada a Senhora MARILDE PAGLIARI CASANOVA servidora efetiva, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para a função de Encarregado conforme anexo IX, da Lei Complementar 002/2018 de 26 de Março de 2018, na linha de frente das medidas de combate a pandemia da COVID-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 01 de Junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 30 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 079/2020

Publicação Nº 2545006

PORTARIA Nº 079/2020

Dispõe sobre a Designação de Servidor para a função de Confiança e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica designada a Senhora JUSSARA GNOATTO TROJACK servidora efetiva, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para a função de Encarregado conforme anexo IX, da Lei Complementar 002/2018 de 26 de Março de 2018, na linha de frente das medidas de combate a pandemia da COVID-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 01 de Junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 30 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 080/2020

Publicação Nº 2545007

PORTARIA Nº 080/2020

Dispõe sobre a Designação de Servidor para a função de Confiança e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica designada a Senhora CELITA NIEDERLE servidora efetiva, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para a função de Encarregado conforme anexo IX, da Lei Complementar 002/2018 de 26 de Março de 2018, na linha de frente das medidas de combate a pandemia da COVID-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 01 de Junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 30 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 081/2020

Publicação Nº 2545008

PORTARIA Nº 081/2020

Dispõe sobre a Designação de Servidor para a função de Confiança e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica designada a Senhora ROSELI TERESINHA DILL servidora efetiva, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para a função de Encarregado conforme anexo IX, da Lei Complementar 002/2018 de 26 de Março de 2018, na linha de frente das medidas de combate a pandemia da COVID-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 01 de Junho de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 30 de Junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

SEXTO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2019 - ADM

Publicação Nº 2545891

TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 – ADM

SEXTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 – ADM, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A EMPRESA AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA.

Por este instrumento de aditivo a ata de registro de preços que fazem o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lórenz, nº 747, centro de São Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RUDI MIGUEL SANDER, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DA COLINA LTDA CNPJ nº 77.910.370/0001-90, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019 - ADM, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC, homologada em 01/10/2019 resolvem ajustar entre si o presente TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente aditivo da ata de registro de preços tem por objeto o reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro em virtude da alta no valor dos combustíveis. Assim fica reajustado a maior o valor em 8,12% conforme especificados a seguir:

Item: 0002
Descrição: Óleo Diesel Comum
Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 3,28

Item: 0003
Descrição: Óleo Diesel Aditivado – S10
Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 3,33

1.1.1 Fundamentação legal: Previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

1.1.2. Motivação: Alta no preço do combustível praticado pela distribuidora.

1.1.3. Comprovação: Requerimento da empresa com notas de compra de combustíveis, planilhas de custos e tabela da extraída do site da Petrobrás.

1.1.4. Início da Vigência: O presente termo terá vigência a partir do dia 01 de julho de 2020.

FORNECEDOR REGISTRADO:

POSTO DA COLINA LTDA
Município: São Carlos/SC
CNPJ: 77.910.370/0001-90
Endereço: Av. Santa Catarina, 15, centro
São Carlos/SC

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto desta ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório do Edital que a originou, com a proposta da Contratada, Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com as cláusulas desta ata, e demais leis pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

APÓS ASSINAR O TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ MANTER SUA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA MESMA.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, ficando inalteradas as demais disposições da ata acima mencionada acima mencionado.

São Carlos/SC, 30 de junho de 2020.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

POSTO DA COLINA LTDA
Fornecedor Registrado

SÉTIMO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2019 - ADM

Publicação Nº 2545893

TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM

SÉTIMO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 – ADM, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A EMPRESA AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA.

Por este instrumento de aditivo a ata de registro de preços que fazem o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lórenz, nº 747, centro de São Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RUDI MIGUEL SANDER, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO CAMPO VERDE, CNPJ nº 04.524.238/0001-77, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2019 - ADM, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC, Homologado em 01/10/2019 resolvem ajustar entre si o presente TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019 - ADM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente aditivo da ata de registro de preços tem por objeto o reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro em virtude da alta no valor dos combustíveis. Assim fica reajustado o valor ara maior em 7,2%, conforme especificados a seguir:

Item: 0001

Descrição: Gasolina Comum

Valor Unitário ATUALIZADO: R\$ 4,20

1.1.1 Fundamentação legal: Previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

1.1.2. Motivação: Alta no preço do combustível praticado pela distribuidora.

1.1.3. Comprovação: Requerimento da empresa com notas de compra de combustíveis, planilhas de custos e tabela da extraída do site da Petrobrás e Parecer da Assessoria Jurídica do Município.

1.1.4. Início da Vigência: O presente termo terá vigência a partir do dia 01 de julho de 2020.

FORNECEDOR REGISTRADO:

Auto Posto Campo Verde Ltda

Município: São Carlos/SC

CNPJ: 04.524.238/0001-77

Endereço: Rod. SC 283 km 140

Bairro: Olaria CEP: 89.885-000

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto desta ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório do Edital que a originou, com a proposta da Contratada, Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com as cláusulas desta ata, e demais leis pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

APÓS ASSINAR O TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ MANTER SUA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA MESMA.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, ficando inalteradas as demais disposições da ata acima mencionada acima mencionado.

São Carlos/SC, 30 de junho de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA

Fornecedor Registrado

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1137 DE 30 06 20

Publicação Nº 2546160

DECRETO Nº 1137, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Neudi José Buratti, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.00, Nível AP-01, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada a partir do dia 04 de junho de 2018.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 020/2020

Publicação Nº 2544859

No dia 30 de junho de 2020, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 020/2020, Modalidade Tomada de Preços 004/2020 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA DETECÇÃO DE COVID-19 (CORONAVÍRUS) ATRAVÉS DO MÉTODO RT-PCR, PROTOCOLO CDC SARS-COV2. Participaram do certame, apresentando documentos de credenciamento e envelopes n. 01 e 02 as empresas: B&B LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA ME., CNPJ N. 72.237.068/0001-08, a qual não credenciou participante e EXAMES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS EIRELI., CNPJ N. 14.437.447/0001-37, a qual não credenciou participante. As proponentes comprovou sua condição de Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão, sendo constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que a participante cumpriu com todas as exigências. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços das proponentes habilitadas, sendo que restou vencedora do certame a empresa EXAMES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS EIRELI., com o valor unitário de R\$ 259,45 (duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos editalícios. Ainda, considerando: a) que trata-se de serviço de acesso à saúde; b) a supremacia do Interesse Público; c) que os casos de Covid -19 seguem aumentando no município e; d) o decreto municipal n. 1069 de 24 de março de 2020, que declara situação de emergência no município e dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19), o presente processo será remetido imediatamente ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 024/2020

Publicação Nº 2544819

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 024/2020
PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 006/2020

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 14 de julho de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE REGISTRO ELETRÔNICO E GESTÃO EM SAÚDE INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, E TODAS AS UNIDADES DE ATENDIMENTO, COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, CONSULTORIA TÉCNICA, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BASE DE DADOS E TREINAMENTO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO E SUPORTE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do Município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 29 de junho de 2020.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.381/2020

Publicação Nº 2544970

DECRETO Nº 3.381, DE 29 DE JUNHO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO
ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil Reais) ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2126 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações Diretas
03670200 – Transferência do Estado SUS / Farmácia Básica R\$ 615.000,00
03381100 – Transferência Recursos SUS Assistência Farmacêutica Básica R\$ 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 765.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Receita da Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - 4171803410000000000, Fonte de Recurso 03381100 e Transf. Rec. Estado Saúde Fundo a Fundo - 4172803110100000000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de junho de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.381, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - 4171803410000000000, Fonte de Recurso 03381100 e Transf. Rec. Estado Saúde Fundo a Fundo - 4172803110100000000, com fonte 03381300, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil Reais) para aquisição de medicamentos a serem distribuídos pelas Unidades de Saúde e farmácia Básica do Município.

São Francisco do Sul – SC, 29 de junho de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

LEI 2322 -20

Publicação Nº 2545832

Lei Nº 2322/2020

DENOMINA "RUA ITAMUNDI", O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO BAIRRO UBATUBA.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA ITAMUNDI", a primeira transversal à esquerda da Rua Estrada do Forte, após a Rua Manila, sentido Centro/Bairro. Possuindo 130 metros de extensão por 7,80 metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 24 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2323-20

Publicação Nº 2545837

Lei Nº 2323/2020

PROÍBE À CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO SANITÁRIO A FIXAÇÃO E A COBRANÇA DE VALOR OU OUTRA TAXA MÍNIMA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É vedada à concessionária do serviço municipal de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a fixação e cobrança de valor ou outra taxa mínima de consumo de água e/ou tratamento de esgoto no Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º A cobrança deverá ser justa, e incidir apenas sobre o que efetivamente fornecido de água e coleta de esgoto, através do qual os consumidores pagarão somente pelo consumo real, a ser mensurado e identificado na fatura mensal.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput importará na aplicação de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cada unidade medidora ou por economia, no caso de tarifação por este sistema, para a cobrança de taxa mínima sem o respectivo consumo, aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º O valor da multa prevista no parágrafo anterior será reajustado anualmente pelo índice IPCA-E.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 24 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2324 - 2020

Publicação Nº 2545842

Lei Nº 2324/2020

CORRIGE A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1867, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1867, de 31 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada "PROFESSORA MARIA JOSÉ CHAVES ROVER", a terceira lateral à esquerda da Rua Walter Rhinow, no Bairro Laranjeiras."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 24 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2325-20

Publicação Nº 2545843

Lei Nº 2325/2020

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS E DROGARIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL(SC).

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o horário de funcionamento de farmácias e drogarias no município de São Francisco do Sul.

Art. 2º As farmácias e drogarias poderão facultativamente realizar plantão pelo sistema de rodízio para atendimento ininterrupto à comunidade.

Parágrafo único. Em caso de abertura de nova farmácia ou drogaria, se houver interesse, dever ser feito a sua inclusão na escala de plantão.

Art. 3º A indicação do dia e horário de funcionamento dos plantões obrigatórios será anual e efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo em até trinta dias antes do término da vigência de cada escala.

Art. 4º O horário de funcionamento do plantão obrigatório será das 21h00min até as 08h00min do dia seguinte, todos os dias da semana, independente de recair em domingos e/ou feriados, devendo a escala ser elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde e ser expedida por ato do Chefe do Poder Executivo.

§1º Os horários de plantão das farmácias e drogarias será exclusivo da farmácia que estiver de plantão.

§2º Aos domingos fica a abertura única e exclusiva das farmácias que optarem por realizar o regime de plantão pelo sistema de rodízio para atendimento ininterrupto à comunidade.

§3º Aos domingos, a abertura será de uma única farmácia, podendo o Chefe do Poder Executivo autorizar a abertura de mais de uma farmácia para atender o interesse público.

Art. 5º Nos dias e horários previstos para os plantões obrigatórios, as farmácias e drogarias que estiverem fechadas ficam obrigadas a afixar na parte externa do estabelecimento, em local visível ao público, placa indicativa indicando de forma clara e precisa os estabelecimentos que estiverem de plantão.

Art. 6º O não cumprimento das normas previstas nesta lei implica na aplicação de multa no valor de 200 (duzentas) UFA`s, e a reincidência acarretará multa em dobro com o fechamento do estabelecimento.

Parágrafo único. O montante arrecadado com multas será destinado ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7º A fiscalização do plantão será feita pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 24 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2326-20

Publicação Nº 2545845

Lei Nº 2326/2020

DENOMINA VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO IPEROBA, NESTE MUNICÍPIO.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As vias públicas sem denominação, descritas nos incisos deste artigo, localizadas no Bairro Ubatuba, São Francisco do Sul, ficam assim denominadas:

I – Servidão Santa Luzia uma Servidão localizada no Bairro Iperoba distante 432,00 metros do início da Rua Antônio Sabino de Oliveira (Lei nº 456/2006), quinta via transversal à esquerda, contendo 140,00 metros de extensão por 7,00 metros de largura.

II – Servidão Luciano Massaneiro Piaz uma Servidão localizada no Bairro Iperoba distante 477,00 metros do início da Rua Antônio Sabino de Oliveira (Lei nº 456/2006), sexta via transversal à esquerda, contendo 130,00 metros de extensão por 7,50 metros de largura.

Parágrafo único. A denominação que versa o caput será para fins exclusivos de endereçamento postal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 24 de junho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2329_

Publicação Nº 2545847

Lei Nº 2329/2020

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE 50% NA COBRANÇA DE TAXA DE RELIGAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, EM CASO DE CORTE DE FORNECIMENTO POR FALTA DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reduzida a cobrança em 50% da taxa de religação, por parte da empresa concessionária de fornecimento de água do município de São Francisco do Sul, por atraso no pagamento das respectivas faturas.

Art. 2º No caso de corte de fornecimento, por atraso no pagamento do débito que originou o corte, a concessionária tem que restabelecer o fornecimento de água, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a quitação do débito correspondente, sem ser cobrado tarifa de urgência.

Art. 3º A concessionária deverá informar ao consumidor sobre o valor do serviço de religação, em suas respectivas faturas de cobrança e em seus sítios eletrônicos.

Art. 4º Fica vedado o corte de fornecimento de água para as unidades da administração pública direta, responsáveis pela manutenção dos serviços essenciais à população.

Art. 5º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 29 de junho de 2020 .

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

PORTARIA 026-2020 - EXONERAR FATURAMENTO -RICARDO MACHADO

Publicação Nº 2545827

PORTARIA SAMAE N.º 026, de 30 de junho de 2020.

CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, DIRETORA-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, da Função Gratificada de Chefe de Faturamento, a partir do dia 01 de julho de 2020.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Carolyne Gomes Espindola
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 16.519/2020

Publicação Nº 2545100

PORTARIA nº 16.519, de 1º de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR AMANDA BRANCO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrito no CPF sob o nº 098.256.789-84, do

cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Marketing, nível CC03, da Gerência de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.520/2020

Publicação Nº 2545104

PORTARIA nº 16.520, de 1º de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR SABRINA SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 108.164.479-69, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Foto e Vídeo/Mídia, nível CC-04, da Gerência de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.521/2020

Publicação Nº 2545106

PORTARIA nº 16.521, de 1º de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR AMANDA BRANCO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 098.256.789-84, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Atos Executivos Oficiais e Parlamentares, nível CC-01, da Secretaria Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.522/2020

Publicação Nº 2545108

PORTARIA nº 16.522, de 1º de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SABRINA SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 108.164.479-69, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Marketing, nível CC03, da Gerência de Comunicação, da Secretaria

Municipal de Governo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.523/2020

Publicação Nº 2545111

PORTARIA nº 16.523, de 1º de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o requerido no Processo nº 15459/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, ANNELESE MACEDO CABRAL, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 041.588.389-08, do cargo em comissão de Gerente de Unidades Regionais, nível CC02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

PORTARIA Nº 013.2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545385

PORTARIA n.º 013, de 29 de junho de 2020.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, c/c art. 85, alínea “j”, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO as informações constantes na Comunicação Interna n.º 31, de 26 de junho de 2020, encaminhado pela Diretoria Financeira e de Previdência, no uso de suas atribuições, previstas no art. 86, 'e', da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO a análise dos documentos encaminhados mensalmente pelos Poderes Executivo e Legislativo ao IPRESF, para fins de fiscalização, arrecadação, registro e controle dos repasses das contribuições previdenciárias e aportes devidos, na forma da legislação, ao Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO as verbas consideradas como remuneração de contribuição, previstas no art. 69, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, as alíquotas de contribuição vigentes em cada competência;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo, autuado sob o n.º 001/2020, a fim de apurar o correto recolhimento de contribuições previdenciárias (segurado, patronal e aporte), relativas ao segurado matriculado sob o n.º 590720, pertencente ao quadro de servidores efetivos do Município de São Francisco do Sul, no período em que esteve cedido por este à Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, por força do Convênio n.º 001, de 03 de fevereiro de 2017, observado, especialmente, o disposto no art. 11, §2º, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 2º O trâmite ocorrerá em autos físicos, sob responsabilidade da Diretoria Financeira e de Previdência do IPRESF, no qual deverão ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa aos possivelmente afetados, respeitando-se o sigilo de informações, quando assegurado por lei.

Art. 3º Em caso de apuração de valores a serem recolhidos ao IPRESF, fica autorizada, desde já, a abertura de Procedimento Administrativo de Cobrança (PAC), observado o disposto no art. 73, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, conforme art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 1900, de 22 de setembro de 2017.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul (SC), 29 de junho de 2020.

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
Diretora Presidente do IPRESF

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Publique-se. Registre-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA N° 014.2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2545389

PORTARIA n.º 014, de 29 de junho de 2020.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, c/c art. 85, alínea "j", ambos da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO as informações constantes na Comunicação Interna n.º 32, de 26 de junho de 2020, encaminhado pela Diretoria Financeira e de Previdência, no uso de suas atribuições, previstas no art. 86, 'e', da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO a análise dos documentos encaminhados mensalmente pelos Poderes Executivo e Legislativo ao IPRESF, para fins de fiscalização, arrecadação, registro e controle dos repasses das contribuições previdenciárias e aportes devidos, na forma da legislação, ao Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO as verbas consideradas como remuneração de contribuição, previstas no art. 69, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, as alíquotas de contribuição vigentes em cada competência;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo, autuado sob o n.º 002/2020, a fim de apurar o correto recolhimento de contribuições previdenciárias (segurado, patronal e aporte), relativas ao segurado matriculado sob o n.º 228150, pertencente ao quadro de servidores efetivos do Município de São Francisco do Sul, no período compreendido entre 10 de julho de 2015 e 30 de novembro de 2015, observado, especialmente, o disposto na parte final do art. 112, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 2º O trâmite ocorrerá em autos físicos, sob responsabilidade da Diretoria Financeira e de Previdência do IPRESF, no qual deverão ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa aos possivelmente afetados, respeitando-se o sigilo de informações, quando assegurado por lei.

Art. 3º Em caso de apuração de valores a serem recolhidos ao IPRESF, fica autorizada, desde já, a abertura de Procedimento Administrativo de Cobrança (PAC), observado o disposto no art. 73, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, conforme art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 1900, de 22 de setembro de 2017.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul (SC), 29 de junho de 2020.

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
Diretora Presidente do IPRESF

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Publique-se. Registre-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 015.2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545395

PORTARIA n.º 015, de 29 de junho de 2020.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, c/c art. 85, alínea “j”, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO as informações constantes na Comunicação Interna n.º 33, de 26 de junho de 2020, encaminhado pela Diretoria Financeira e de Previdência, no uso de suas atribuições, previstas no art. 86, ‘e’, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015;

CONSIDERANDO a análise dos documentos encaminhados mensalmente pelos Poderes Executivo e Legislativo ao IPRESF, para fins de fiscalização, arrecadação, registro e controle dos repasses das contribuições previdenciárias e aportes devidos, na forma da legislação, ao Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO as verbas consideradas como remuneração de contribuição, previstas no art. 69, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, as alíquotas de contribuição vigentes em cada competência;

CONSIDERANDO o disposto no 6º, III, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015: “Art. 6º Permanece filiado ao IPRESF, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver: [...] III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos;

CONSIDERANDO o disposto no 6º, Parágrafo Único, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015: “Art. 6º [...] Parágrafo único. O segurado, ocupante de cargo efetivo, que exerça concomitantemente o mandato de Vereador, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo, autuado sob o n.º 003/2020, a fim de apurar o correto recolhimento de contribuições previdenciárias (segurado, patronal e aporte), relativas ao segurado matriculado sob o n.º 649333, pertencente ao quadro de servidores efetivos do Município de São Francisco do Sul, no período em que esteve afastado do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo, e/ou em que exerceu cargo eletivo de forma concomitante ao exercício de seu cargo efetivo, a partir de 10 de julho de 2015, observado, especialmente, o disposto no art. 6º, III, Parágrafo Único, c/c art. 112, todos da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 2º O trâmite ocorrerá em autos físicos, sob responsabilidade da Diretoria Financeira e de Previdência do IPRESF, no qual deverão ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa aos possivelmente afetados, respeitando-se o sigilo de informações, quando assegurado por lei.

Art. 3º Em caso de apuração de valores a serem recolhidos ao IPRESF, fica autorizada, desde já, a abertura de Procedimento Administrativo de Cobrança (PAC), observado o disposto no art. 73, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, conforme art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 1900, de 22 de setembro de 2017.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul (SC), 29 de junho de 2020.

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
Diretora Presidente do IPRESF

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Publique-se. Registre-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL N° 135/2020

Publicação N° 2545539

DECRETO FUNCIONAL N° 135, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter Integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei nº 2.341/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, declara a vacância do cargo público do servidor SERGIO GERMANO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei nº 2.341/2000, ao servidor SERGIO GERMANO, detentor da matrícula funcional nº 965, portador do CPF nº 594.202.279-87, RG nº 1.923.902, inscrito no PASEP nº 12353427113, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Ambulância - 40 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 2.195,68 (dois mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/07/2020.

São João Batista, em 01 de julho de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 072/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 59/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 2544809

Processo Licitatório nº 072/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 59/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

Licitação de ampla concorrência com reserva de cota de 25% e itens exclusivos para microempresa, empresa de pequeno porte e micro-empendedor individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 72/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 59/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de papel A4 destinado a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 27/07/2020; Início da sessão: dia 27/07/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 30 de junho de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 15/2019

Publicação Nº 2545854

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 15/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Neimar Trasel Eireli me

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO 36/2018

Publicação Nº 2545485

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 36/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Ariel Halmenschlager Eireli ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2018

Publicação Nº 2545306

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 37/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Mariele Hammes ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO 35/2018

Publicação Nº 2545475

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 35/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Mario Kunzler ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2018

Publicação Nº 2545329

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 37/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Marciele Hammes ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO 23.2018

Publicação Nº 2545344

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 23/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Transportes Celur ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO 24/2018

Publicação Nº 2545446

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 24/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Jair Paulo Welter

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 7º TA AO CONTRATO 38/2018

Publicação Nº 2545829

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO 38/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Ariel Halmenschlager Eireli ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 137/2017

OBJETO: "Considerando os Decretos Municipais nº 27, de 17/03/2020; de nº 28, de 18/03/2020; de nº 29, de 20/03/2020; de nº 31, de 24/03/2020; de nº 32, de 24/03/2020; de nº 33, de 27/03/2020; de nº 34, de 31/03/2020; de nº 35, de 31/03/2020; de nº 36, de 02/04/2020; de nº 38, de 06/04/2020; de nº 40, de 08/04/2020; de 41, de 13/04/2020; e de nº 43, de 15/04/2020, que estabelecem medidas de prevenção à propagação da pandemia da COVID-19 e considerando também o art. 78, inc. XIV da Lei de Licitações que permite a suspensão contratual por termo aditivo, fica portanto, suspensa a execução do contrato de transporte escolar enquanto perdurar a paralisação das aulas no Estado de Santa Catarina, a contar do dia 18/03/2020, sem quaisquer ônus para as partes.

PRAZO:30.06.2020 até 18.09.2020

São João do Oeste – 30 de junho de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 92/2020 E CONTRATO 37/2020

Publicação Nº 2545026

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2020 E CONTRATO 37/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes Papelaria e Informática Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 22/2020

OBJETO: "Locação de máquina impressora térmica e de suprimentos para uso no Setor de Patrimônio do Município de São João do Oeste".

VALOR:1.740,00

PRAZO:1º.07.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 1º de julho de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO 200/2020

Publicação Nº 2545873

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 200/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 200/2020 - CONDER

O município de São João do Oeste/SC, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor José Inácio Wirth, para a atividade de: 01.54.03 – Granja de Suínos de ciclo completo, que será exercida no imóvel denominado Lote Rural nº 45 – São Miguel matriculado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob o nº 4699, Linha Ervalzinho, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 063 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2545620

DECRETO N.º 063 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Designa servidora para homologar a opção do contribuinte de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2020 e, dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, da Lei Orgânica do Município de São João do Sul e em observância ao Art. 7º da Lei Municipal n.º 1.876, de 25 de junho de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora TALITA MAGNUS DA ROSA, ocupante no cargo de Chefe de Setor de Tributos, Matrícula n.º 4206, como representante do Poder Executivo Municipal, para fins de homologação da opção do contribuinte de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2020, de acordo com o previsto no Art. 7º da Lei Municipal n.º 1.876, de 25 de junho de 2020.

Parágrafo Único – O exercício das funções de que trata o caput deste Artigo, será sem ônus ao Município.

Art. 2º - A homologação ficará condicionada ao cumprimento das condições previstas na referida Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 30 de junho de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 032-A DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2545735

PORTARIA N° 032-A DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOÃO JOSÉ DE MATOS, ocupante do cargo de Médico, no período de 03/02/2020 a 03/03/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
03 de fevereiro de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 115 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545748

PORTARIA Nº 115 DE 01 DE MAIO DE 2020.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 215, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 215, de 01 de setembro de 2017, que concede Gratificação a servidora VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, para exercer a atividade de Encarregado de Serviço II, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte.

TAISE ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 116 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545750

PORTARIA Nº 116 DE 01 DE MAIO DE 2020.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 065, DE 01 DE MARÇO DE 2019"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 065, de 01 de março de 2019, que concede Gratificação a servidora SUSANIA SCARIOT BENDO CECHINEL, para exercer a atividade de Encarregado de Serviço II, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte.

TAISE ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 117 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545753

PORTARIA Nº 117 DE 01 DE MAIO DE 2020.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 064, DE 01 DE MARÇO DE 2018"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 064, de 01 de março de 2018, que concede Gratificação ao servidor JOSÉ PEREIRA TOMÉ, para exercer a atividade de Encarregado de Serviço I, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte.

TAISE ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 123 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545768

PORTARIA Nº 123 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c com a alínea “a” do artigo 42 e § 1º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal e com o art. 4º da Lei Complementar nº 07/2012;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento, conforme realização de Curso de Aperfeiçoamento Profissional dos servidores abaixo relacionados, a contar da presente data:

- 01 - Adriana dos Santos Lopes da Rosa – Auxiliar de Ensino, Nível MAG – 08/H, para 08/I;
- 02 - Adriana Raupp da Rosa – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/C, para 08/D;
- 03 - Alexandra Cardoso da Silva - Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG- 07/H, para 07/I;
- 04- Ângela Maria Ribeiro Magnus - Auxiliar de Serviços Gerais Nível SGE I- 04/J, para 05/A;
- 05 – Anselmo Teles Sabino – Professor, Nível MAG IV – 10/H para MAG IV – 10/I;
- 06 – Beatriz Weber Teixeira - Auxiliar de Serviços Gerais Nível SGE I- 07/J, para 08/A;
- 07 – Cristiani Cardoso Machado de Borba - Auxiliar de Serviços Gerais Nível SGE I- 08/A, para 08/B;
- 08 -Clamilta Bauer Borba Ramos – Auxiliar de Ensino da Educação, Nível MAG – 08/G, para 08/H;
- 09 – Cláudia Maria Espindola Bauer - Auxiliar de Serviços Gerais Nível SGE I- 08/A, para 08/B;
- 10 - Claudio Junior L. da Rocha – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG - 08/B, para 08/C;
- 11 – Daniela Scandolara Mauricio Scariot – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III –08/H;
- 12 - Elizandra Perdoná Donadel – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III –08/C;
- 13 - Fabiana da Silva Oliveira - Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
- 14 - Fabricia de Jesus Rodrigues Alves – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
- 15 -Grasiela Scheffer Bauer da Silva – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III – 09/C;
- 16 – Ione Terezinha Raupp Roxo – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/J, para 08/A;
- 17 – Janice Coelho Padilha Terra – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/E, para 08/F;
- 18 – Janice Santos Alexandre – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/B para SGE – 08/C;
- 19 –Janete Oliveira Farias Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/I para MAG III – 08/J;
- 20- João Batista Soares – Professor, Nível MAG IV – 08/H para MAG IV – 08/I;
- 21- Joelma Silveira Laureano da Silva – Professor, Nível MAG III – 08/C para MAG III – 08/D;
- 22 - Jucilane de Sena Cristiano – Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
- 23 - Juciléia Camilo Moraes Scandolara – Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
- 24 – Luiz Citadin Marques – Professor, Nível MAG III – 08/E para MAG III – 08/F;
- 25 - Marcia Adriane L. Machado – Auxiliar de Ensino, Nível MAG– 06/B, para 06/C;
- 26 – Maria Bernadete da Rosa – Professor, Nível MAG III – 03/D para MAG III 03/E;
- 27 – Maria de Fátima Espíndola dos Santos – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/D, para– 08/E;
- 28 – Maria Helena Scheffer Domingos – Professor, Nível MAG III – 09/E para MAG III – 09/F;
- 29 –Marilane de Souza Lopes Colares – Professor, Nível MAG III – 09/E para MAG III – 09/F;
- 30 –Marisete Moretto Pia – Professor, Nível MAG III – 09/A para MAG III – 09/B;
- 31 – Luiz Citadin Marques – Professor, Nível MAG III – 08/E para MAG III – 08/F;
- 32 –Nelci Lumertz Correa – Professor, Nível MAG III – 09/D para MAG III – 09/E;
- 33 – Nilsilene Aparecida Borges - Professor, Nível MAG III – 09/E para MAG III – 09/F;
- 34 – Patricia Rocha da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG II- 02/B, para– 02/C;
- 35 - Quetilane S. de Carvalho Rocho – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III – 08/C;
- 36 – Rita Aparecida da Silva Laureano – Professor, Nível MAG III – 08/C para MAG III – 08/D;
- 37 - Rosangela Santos Bauer Cardoso – Professor, Nível MAG IV – 09/C para MAG IV – 09/D;
- 38 – Sandra Regina de Souza – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/E, para 08/F;
- 39 - Silvana Lentz Genecco– Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/B, para 08/C;

40 - Simoni Pereira Lummertz – Professor, Nível MAG III – 09/C para MAG III – 09/D;
41 – Susania Scariot Bendo Cechinel - Orientador Educacional, Nível MAG III – 09/B para MAG III – 09/C;
42 – Suzana Bedinote Rodrigues Martins – Professor, Nível MAG III – 08/F para MAG III – 08/G;
43 – Suzana Machado Souza– Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/G, para 07/H;
44 – Vanessa Scandolaro Magnus – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG- 08/B, para 08/C;
45 – Viviana Maciel da Silva– Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
46 – Zaneide de Matos Clezar - Professor, Nível MAG IV – 07/I para MAG IV – 07/J.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 124 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545769

PORTARIA Nº 124 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor ADRIANO RAUPP DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, no período de 01/05/2020 a 30/05/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 125 DE 04 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545773

PORTARIA Nº 125 DE 04 DE MAIO DE 2020.

“NOMEAR SERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear LUCAS ESPINDOLA DELFINO, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Esporte, Nível DAS-1, com carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 127 DE 06 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545779

PORTARIA Nº 127 DE 06 DE MAIO DE 2020.

"PARCIALMENTE CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 114, DE 01 DE MAIO DE 2020"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Parcialmente cessar os efeitos da Portaria nº 114, de 01 de maio de 2020, que nomeou as Servidoras VIVIANA MACIEL DA SILVA e LILIAN SOMBRIO, para exercer a função de Coordenador Pedagógico, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 131 DE 16 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545786

PORTARIA Nº 131 DE 16 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor EDEGAR DE COSTA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, no período de 16/05/2020 a 14/06/2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 16 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao dezesesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 113 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545737

PORTARIA Nº. 113 DE 01 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a

Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Gozo de 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, para a servidora ELIANE DOS SANTOS ALVES, ocupante do Telefonista, referente ao período aquisitivo 2015/2020, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Fica revogada a Portaria nº 095 de 01 de abril, que concedeu indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 114 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545738

PORTARIA Nº. 114 DE 01 DE MAIO DE 2020.
"ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Atribuir exercício aos servidores abaixo relacionados, para exercer a função de Coordenador Pedagógico, produzindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2020, como segue:

- 01 – VIVIANA MACIEL DA SILVA, ocupante do cargo de professora, carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica no C.E.I Paraíso da Criança - São João do Sul;
- 02 – MARIA BERNADETE DA ROSA, ocupante do cargo de professora, carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica no E.E.B Prefeito Quintiliano João Pacheco - São João do Sul;
- 03 – NELCI DA SILVA LUMMERTZ, ocupante do cargo de professora, carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica no E.E.B Prefeito Quintiliano João Pacheco - São João do Sul;
- 04 – LILIAN SOMBRI, ocupante do cargo de professora, carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica no C.E.I Professor João Vitorino Lopes – São João do Sul;
- 05 – NILSILENE APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de professor, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica na E.E.B.Caetano Lummertz em Vila Santa Catarina - São João do Sul;
- 06 – ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, ocupante do cargo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica na E.E.B Vila Velha II de Vila Conceição - São João do Sul;
- 07 – JUCILANE DE SENAN CRISTIANO, ocupante do cargo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de Coordenadora Pedagógica na E.E.B Vila Velha II de Vila Conceição - São João do Sul;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 118 DE 01 DE MAIO DE 2019.

Publicação Nº 2545755

PORTARIA Nº. 118 DE 01 DE MAIO DE 2019.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-13, para a servidora MARIA ROSANE CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Compras e Licitações, para exercer atividade de Chefe, a contar da presente data.

Cessa os efeitos da Portaria nº 025 de 02 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de Maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 119 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545758

PORTARIA Nº. 119 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“REENQUADRASERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São de João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo a Lei Municipal nº 1.679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Reenquadrar a Sra. Maitê Cardoso de Souza ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Setor Administrativo, Nível DAS-4, nomeada através da Portaria nº 074 de 01 de março de 2017, para o cargo em comissão de Chefe de Setor de Agricultura, Nível DAS-4, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 120 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545761

PORTARIA Nº. 120 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“REENQUADRASERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São de João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo a Lei Municipal nº 1.679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Reenquadrar o Sr. Vitor Rodrigo Machado ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Setor de Agricultura, Nível DAS-4, nomeado através da Portaria nº 118 de 20 de junho de 2019, para o cargo em comissão de Chefe de Setor Administrativo, Nível DAS-4, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 121 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545762

PORTARIA Nº. 121 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOSÉ CARLOS ÁVILA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo 2015/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 122 DE 01 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545765

PORTARIA Nº. 122 DE 01 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor ROBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II referente ao período aquisitivo 2015/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 126 DE 05 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545775

PORTARIA Nº. 126 DE 05 DE MAIO DE 2020.

"REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO Adequação às normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelecidas pela edição da MP n.º 934, de 1º de abril de 2020 e, adequação ao disposto no Decreto Municipal n.º 034 de 04 de maio de 2020, sendo que as atividades regulares do referido contrato com a Secretaria Municipal de Educação foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n.º 509, de 17 de março de 2020, da Lei n.º 1.874 de 04 de maio de 2020 e do Decreto Municipal n.º 012, de 18 de março de 2020;

RESOLVE:

Reduzir a carga horária do servidor JOÃO BATISTA SOARES, que exercia as funções no Departamento de Esportes, no treinamento das crianças do Ensino Fundamental para jogos escolares, de 40 horas semanais, para 20 horas semanais, até o retorno das atividades.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
05 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 128 DE 06 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545781

PORTARIA Nº. 128 DE 06 DE MAIO DE 2020.

"REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO Adequação às normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelecidas pela edição da MP n.º 934, de 1º de abril de 2020 e, adequação ao disposto no Decreto Municipal n.º 034 de 04 de maio de 2020, sendo que as atividades regulares do referido contrato com a Secretaria Municipal de Educação foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n.º 509, de 17 de março de 2020, da Lei n.º 1.874 de 04 de maio de 2020 e do Decreto Municipal n.º 012, de 18 de março de 2020;

RESOLVE:

Reduzir a carga horária da servidora ADRIANA DELFINO DE OLIVEIRA SILVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Assistente Técnico Pedagógico, de 40 horas semanais, para 20 horas semanais, até o retorno das atividades escolares.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
06 de maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 129 DE 06 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545782

PORTARIA Nº. 129 DE 06 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Gozo de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOÃO BATISTA CARDOSO, ocupante de Professor, referente ao período aquisitivo 2015/2020, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 130 DE 12 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545784

PORTARIA Nº. 130 DE 12 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ROSÂNGELA VARGAS RAUPP, ocupante do cargo de Assessor.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 12 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 132 DE 22 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545787

PORTARIA Nº. 132 DE 22 DE MAIO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora QUELE ALEXANDRINA BENEDET DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Professor, por 180 dias, no período de 22/05/2020 a 17/11/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 22 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 133 DE 27 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545789

PORTARIA Nº. 133 DE 27 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora FRANCIELI LANGER PEREIRA, ocupante do cargo de Odontólogo, por 180 dias, no período de 27/05/2020 a 22/11/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 27 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 134 DE 28 DE MAIO DE 2020.

Publicação Nº 2545790

PORTARIA Nº. 134 DE 28 DE MAIO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora DIULIA RAUPP MARTINS BORBA, ocupante do cargo de Monitor Escolar, por 180 dias, no período de 28/05/2020 a 23/11/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 28 de Maio de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº151/2020

Publicação Nº 2545931

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2020 – PE 036/2020 – Processo 188/2020 – Proc. Adm. 2764/2020 – Fornecedor: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM BASE NO DECRETO Nº 13217 DE 19 DE MARÇO DE 2020, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$972.840,00 (novecentos e setenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 26 de junho de 2020.

CONTRATO CT Nº 048/2020

Publicação Nº 2545999

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 048/2020 – TP 006/2020 – Processo nº 529/2019 – Proc. Adm. 1958/2020 – Contratado: LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MORAR BEM, LOCALIZADO NA RUA VITÓRIA RÉGIA, NO BAIRRO SERRARIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: O valor do presente contrato é de R\$ 289.981,00 (duzentos e oitenta e nove mil e novecentos e oitenta e um reais). Data da Assinatura do Contrato: 22 de junho de 2020.

DECRETO Nº 13460/2020

Publicação Nº 2545804

DECRETO Nº 13460/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 31 e 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.340.000,00 (um milhão e trezentos e quarenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01.04.122.105.2.002 – Manutenção da Secretaria da Casa Civil

24 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 20.600,00

25 – 3.3.90.08.00.00.0080 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos Próprios R\$ 400,00

Total desta Atividade R\$ 21.000,00

Total do Órgão R\$ 21.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

141 – 3.3.90.08.00.00.0081 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 25.000,00

Total desta Atividade R\$ 25.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Manutenção do Ensino Fundamental

159 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 320.000,00
163 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 650.000,00
192 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 60.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.030.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Manutenção da Educação Infantil – Creche

44426 – 3.3.90.08.00.00.0098 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB R\$ 134.000,00
Total desta Atividade R\$ 134.000,00
Total do Órgão R\$ 1.189.000,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01.11.334.0108.2.060 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento
Econômico e Inovação

530 – 3.3.90.08.00.00.0080 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos Próprios R\$ 300,00
Total desta Atividade R\$ 300,00
Total do Órgão R\$ 300,00

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Manutenção da Fundação de Esporte e Lazer

818 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 120.000,00
820 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 9.700,00
Total desta Atividade R\$ 129.700,00
Total do Órgão R\$ 129.700,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.340.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.340.000,00 (um milhão e trezentos e quarenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

05.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 – Manutenção da Secretaria de Finanças

65 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 151.000,00
Total desta Atividade R\$ 151.000,00
Total do Órgão R\$ 151.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

136 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 755.000,00
Total desta Atividade R\$ 755.000,00

08.01.12.363.0103.2.042 – Manutenção do Ensino Profissional

232 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 300.000,00

Total desta Atividade R\$ 300.000,00

08.01.12.365.103.2.529 – Manutenção da Educação Especial – Educação Infantil

319 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB R\$ 134.000,00
 Total desta Atividade R\$ 134.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.189.000,00
 Total da Anulação R\$ 1.340.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13461/2020

Publicação Nº 2545805

DECRETO Nº 13461/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 e com o § 1º do Artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

44552 – 3.3.90.30.00.00.1119 – Material de Consumo,
 Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 200.000,00
 Total desta Atividade R\$ 200.000,00

25.01.10.122.102.2.545 – Administração Geral da Saúde

1006 – 3.3.90.40.00.00.0082 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 15.000,00
 Total desta Atividade R\$ 15.000,00

25.01.10.301.102.2.557 – Alimentação e Nutrição

1062 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 800.000,00
 Total desta Atividade R\$ 800.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.015.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.015.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1022 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 800.000,00
 44483 – 3.3.90.39.00.00.1119 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 200.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.000.000,00

25.01.10.122.102.2.545 – Administração Geral da Saúde

1005 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 1.015.000,00
Total da Anulação R\$ 1.015.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13464/2020

Publicação Nº 2545714

DECRETO Nº 13464/2020
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado TELSON RONEI DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Consultor-Geral de Segurança – SMA, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13466/2020

Publicação Nº 2545702

DECRETO Nº 13466/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MANOELLA NOCETTI CAPARELLI para o cargo em comissão de Diretora da Defesa Civil e Áreas Verdes – CCM-7, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13467/2020

Publicação Nº 2545711

DECRETO Nº 13467/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada BRUNA AMÉRICO TRENTA para o cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico – CCM-8, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13468/2020

Publicação Nº 2545717

DECRETO Nº 13468/2020
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor FELIPE DOS SANTOS SCHMITZ do cargo de Assessor Administrativo I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de junho de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13469/2020

Publicação Nº 2545716

DECRETO Nº 13469/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica nomeada ALINI SILVA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13477/2020

Publicação Nº 2545706

DECRETO Nº 13477/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora KARINA SPECK, matrícula 30822, a função gratificada de Supervisora de Setor – nível FG-SU.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de junho de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13478/2020

Publicação Nº 2545708

DECRETO Nº 13478/2020

DESIGNA COMISSÃO DE 1ª INSTÂNCIA DO PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO, PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2011

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 41 da Lei Complementar nº 054/2011.

DECRETA:

Art. 1º – Para compor a Comissão de 1ª Instância referida no artigo 34 da Lei Complementar nº 054/2011, ficam designados como membros titulares os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- a) ALVARO GODINHO DE SOUZA, Matrícula 352.61-6
- b) BRUNA TELEMBERG SELL, Matrícula 309079
- c) JOSIANE DA SILVEIRA RIBEIRO, Matrícula 229.36-9
- d) MONIQUE MEYER DUARTE, Matrícula 420.35-2
- e) VINICIUS DE SOUZA, Matrícula 325.75-9

Art. 2º – A referida Comissão desempenhará as atribuições descritas no artigo 37 da Lei Complementar nº 054/2011, sem remuneração.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 11482 de 12 de março de 2019.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13479/2020

Publicação Nº 2545723

DECRETO Nº 13479/2020
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor VALDENIR ISRAEL DA CUNHA do cargo de Assessor Administrativo VI – CCM-6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13480/2020

Publicação Nº 2545722

DECRETO Nº 13480/2020
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor MAURO PEREIRA MOREIRA do cargo de Assessor Administrativo IV – CCM-4, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13481/2020

Publicação Nº 2545721

DECRETO Nº 13481/2020
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor MÁRCIO DO REINO DA LUZ do cargo de Assessor Administrativo I – CCM-1, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13482/2020

Publicação Nº 2545720

DECRETO Nº 13482/2020

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ANDREY FRANCISCO DA ROSA do cargo de Supervisor de Trabalho e Renda – CCM-6, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13483/2020

Publicação Nº 2545719

DECRETO Nº 13483/2020

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIÂNGELA LEITE do cargo de Assessor Administrativo I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Assistência social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13484/2020

Publicação Nº 2545701

DECRETO Nº 13484/2020

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor PEDRO PAULO MACHADO do cargo de Supervisor de Limpeza e Lixo – CCM-6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13489/2020

Publicação Nº 2546009

DECRETO Nº 13489/2020

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LEANDRO MATTOS PEREIRA do cargo de Assessor Administrativo II – CCM-2, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA SAS/PMSJ Nº011/2020

Publicação Nº 2545935

PORTARIA SMS/PMSJ nº 011, de 26 de JUNHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidora Juliana Rocha Pires – Matrícula n.º 425724-3 para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de preço 151/2020 decorrente do Pregão Eletrônico nº 036/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora Diego Gnecco – matrícula n.º 426362-6 , pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor da ata designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 019/2020

Publicação Nº 2546000

PORTARIA SME/PMSJ nº 019, de 22 de junho de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Pedro Neves Schondermark, matrícula n.º 4332279-7, para efetuar a fiscalização do Contrato n.º 048/2020, decorrente da Tomada de Preços n.º 006/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;

- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidora Sra. Crisley Taise de Souza, matrícula.º 432280-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020

Publicação Nº 2545603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020 – Processo nº 178/2020 – Proc. Adm. 2672/2020 Fornecedor: JOSÉ CAETANO ALVES NETO. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E GRANITO, INCLUINDO SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MÓVEIS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER A POLICLÍNICA DE CAMPINAS E UBS VILA FORMOSA PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 211.997,59 (duzentos e onze mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 113/2020

Publicação Nº 2545516

PORTARIA Nº 0113/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Eder Filipe da Silva, matrícula nº 1217, a partir de 02 de julho de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 26 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6778/2020

Publicação Nº 2545853

DECRETO Nº 6.778, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 004/2020/CME DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 004/2020/CME, de 26 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Educação do Município de São José do Cedro, nomeado pelo Decreto nº 6.722, de 02 de abril de 2020, que dispõe sobre a prorrogação da Resolução nº 003/CME que trata do regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de São José do Cedro - SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6779/2020

Publicação Nº 2545864

DECRETO Nº 6.779, DE 30 DE JULHO DE 2020

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 28, Inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a partir de 01 de julho de 2020, por motivo de aposentadoria, a servidora pública municipal FABIANE MARIA DA ROCHA SMANIOTTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Saúde, matrícula nº 1250.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6780/2020

Publicação Nº 2545865

DECRETO Nº 6.780, DE 30 DE JUNHO DE 2020

"SUSPENDE, TEMPORARIAMENTE, OS CONTRATOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos Incisos V, IX e XV, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município; combinado com a alínea b, do inciso VI, do Art. 73º, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, onde consta:

"b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral."

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos, temporariamente, os contratos de prestação de serviços de publicidade institucional, na imprensa escrita, falada, televisionada e eletrônica, exceto as publicações de atos oficiais, celebrados pelo município de São José do Cedro, bem como a exibição de notícias, ações e propagandas no site e redes sociais oficiais, e a exibição de publicidade em murais, placas de obras e Outdoors a contar de 03 de julho de 2020 até 04 de outubro de 2020, em cumprimento à Legislação Eleitoral.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto no Artigo 1º.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de Junho de 2020.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6781/2020

Publicação Nº 2545866

DECRETO Nº 6.781, DE 01 DE JULHO DE 2020.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA CONDUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES – PAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº. 2020, de 28 de abril de 1993 – Estatuto dos Servidores;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para proceder à condução de processos administrativos disciplinares efetivamente a servidores municipais:

RAFAEL SANTIN, Matrícula nº 3.394;
DIEGO SMANHOTTO, Matrícula nº 004/SEMAE
LEONARDO PICON, Matrícula nº 3.366.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.541, de 11 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de julho de 2020.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.15/2020

Publicação Nº 2545039

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2020 – Registro de Preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 15/2020, Edital de Pregão Nº 15/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO, para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO, MEDICAÇÕES DEMANDADAS JUDICIALMENTE EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO e FRALDAS GERIÁTRICAS PARA LIVRE DISPENSA AOS MUNICÍPIOS. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 14/07/2020. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-3643-6300, no Depto de Compras, no horário de expediente. São José do Cedro. Idene Pauli – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.76/2020

Publicação Nº 2545895

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº76/2020, Edital de Pregão Nº76/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI PARA PREVENÇÃO AO COVID-19 AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, BEM COMO AOS SERVIDORES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E USUÁRIOS EM ATENDIMENTOS PARTICULARIZADOS PELA EQUIPE. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 15/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4888/2020

Publicação Nº 2545643

LEI Nº 4.888, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso do imóvel e benfeitorias a seguir especificados, mediante licitação, à pessoa jurídica legalmente constituída, sem fins lucrativos, para fins de implantação, manutenção e exploração de uma Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos, espaço público destinado à coleta, tratamento e destinação de material reciclável e reutilizável: área de terras pertencentes ao lote rural nº 44, com 600m², localizada na Linha Esperança, destacada de uma área maior com 224.500,0 m², contendo uma construção medindo 600 m², com estrutura em alvenaria, pré-moldado e metálica, o qual é dividido em 10 (dez) baias (boxes) com portões, tudo constantes da matrícula nº 7.171, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro.

Art.2º A concessão de uso será gratuita e com prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período se a finalidade da concessão estabelecida no art. 1º, desta lei estiver sendo cumprida.

Art. 3º. A concessionária poderá realizar no imóvel as obras de adequação que considerarem necessárias ao cumprimento da finalidade, sempre mediante prévia anuência do município.

§1º Os investimentos realizados pela concessionária poderão ser indenizados pelo município se importarem em obra permanente e se incorporar ao bem concedido.

§2º Caberá à concessionária todos os encargos de manutenção e conservação do imóvel concedido a exemplo de água, luz, limpeza entre outros.

§3º Se para a execução da finalidade desta concessão de uso a concessionária receber recursos decorrentes do governo federal ou estadual, fica o poder público municipal autorizado a destinar recursos financeiros, especialmente por meio de obras, serviços, materiais ou equipamentos, a título de contrapartida.

§4º Fica o município autorizado a realizar investimentos de qualquer natureza no imóvel ou para desempenho da atividade, sempre que, por meio de estudo ou projeto, ficar devidamente comprovada a necessidade.

Art. 4º Demais normas e condições desta concessão de uso serão estabelecidas na licitação e no contrato.

Art. 5º A gestão e organização decorrentes da presente lei, da licitação pública a ser realizada e do contrato administrativo a ser firmado com a entidade vencedora será realizado pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente lei, serão suportados por dotações orçamentárias anuais vigentes.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda e
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4889/2020

Publicação Nº 2545647

LEI Nº 4.889, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, DOS VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, PARA A LEGISLATURA 2021/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. – Os Vereadores do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, na legislatura do período de 2021 a 2024, perceberão subsídio mensal fixado nos termos da presente Lei, em restrita observância aos seguintes limites:

I – Limite de 30% (trinta por cento) dos subsídios dos Deputados Estaduais conforme alínea “b” do inciso VI do artigo 29, da Constituição Federal de 1988;

II – Limite de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores conforme disposto no §1º do art. 29-A, da Constituição Federal de 1988;

III – Limite de 5% (cinco por cento) da Receita do Município conforme disposto no Inciso VII do art. 29, da Constituição Federal de 1988;

IV – Limite de 6% (seis por cento) para despesa total de pessoal do Poder Legislativo em relação ao total da Receita Corrente Líquida do Município estabelecido na forma do art. 18 combinado com art. 19, inciso III e art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

Art. 2º. – Na forma disposta no artigo anterior, na legislatura 2021 a 2024 os vereadores do Município de São José do Cedro, perceberão subsídio mensal fixado em uma única parcela, no valor total de R\$ 3.872,07 (três mil oitocentos e setenta e dois reais e sete centavos.)

Art. 3º. – O vereador Presidente da Câmara Municipal receberá subsídio mensal no valor total de R\$ 5.810,99 (cinco mil oitocentos e dez reais e noventa e nove centavos).

Parágrafo único – O Vice-Presidente que assumir a Presidência em qualquer circunstância, perceberá o subsídio mensal do titular proporcional ao período da substituição.

Art. 4º. – Poderão ser realizadas revisões anuais, ocorrendo necessidade de reduções para adequação aos limites legais dispostos no artigo 1º desta Lei.

Art. 5º. – No caso de licenciamento por doença, devidamente comprovada por atestado médico, o vereador ou Presidente receberá seu subsídio integral.

Art. 6º. – No caso de ausência de vereador em representação, a serviço, audiências gerais, congressos, seminários, cursos e demais situações que caracterizem o exercício do cargo, a remuneração será integral, exceto aquelas atividades de caráter particular.

Art. 7º. – O suplente convocado em caso de vaga temporária, por investidura do titular no cargo de Secretário Municipal ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias, perceberá subsídio igual ao fixado para o titular, proporcional ao período em efetivo exercício da vereança.

Art. 8º. – Os vereadores NÃO receberão pelas sessões extraordinárias.

Art. 9º. – O subsídio do Prefeito para o mandato de 2021/2024 será de R\$ 17.629,16 (dezesete mil seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos) e do Vice-Prefeito de R\$ 8.814,58 (oito mil oitocentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos).

§ 1º É admitida a percepção de décimo terceiro subsídio com previsão nesta Lei Municipal, ao Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, desde que decorrente da atividade contínua com dedicação exclusiva (Art. 38 da CF) com exercício permanente junto à administração.

§ 2º É admitida a percepção de um terço de férias com previsão nesta Lei Municipal, ao Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, desde que decorrente da atividade contínua com dedicação exclusiva, com exercício permanente junto à administração.

§ 3º A indenização por férias não gozadas, somente será devida quando tiver o beneficiário concluído o mandato eletivo ou com o afastamento do respectivo cargo sem o gozo das férias, e o beneficiário não for servidor público do ente.

Art. 10. – O subsídio dos Secretários Municipais na vigência do mandato de 2021/2024 será de R\$ 6.653,50 (seis mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

§ 1º É admitida a percepção de décimo terceiro subsídio com previsão nesta Lei Municipal aos Secretários Municipais.

§ 2º É admitida a percepção de um terço de férias com previsão nesta Lei Municipal, aos Secretários Municipais.

§ 3º A indenização por férias não gozadas, somente será devida quando deixar o cargo, e se o beneficiário não for servidor público do ente.

Art. 11 – Aos subsídios de que tratam os artigos anteriores é assegurada a revisão geral anual (inflação), sempre na mesma data e sem distinção de índices dos salários dos servidores públicos municipais, exceto no ano de 2021 que não será corrigido.

Art. 12 – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão atendidas pelas respectivas dotações do orçamento da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de São José do Cedro.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo os seus efeitos financeiros que entrarão em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de junho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda e
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.742, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545879

DECRETO Nº 6.742, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 8.017,81(oito mil, dezessete reais e oitenta e um centavos) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.302.4506.1.096 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0033	47	Aplicações Diretas	R\$ 8.017,86	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.743, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545883

DECRETO Nº 6.743, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 86.519,07 (oitenta e seis mil, quinhentos e dezenove reais e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.302.4506.1.096 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0033	46	Aplicações Diretas	R\$ 86.519,07	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DOS SELECIONADOS PARA APRESENTAÇÃO VIRTUAL DURANTE AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DE 62 ANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

Publicação Nº 2546083

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DOS SELECIONADOS PARA APRESENTAÇÃO VIRTUAL DURANTE AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DE 62 ANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

Homologa as inscrições e divulga os músicos e grupos musicais selecionados para Apresentação Virtual, durante as festividades de aniversário de 62 anos de São Lourenço do Oeste.

GIZELE KALINOSKI, Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 81/2007 e da Lei nº 2.382/2018,

CONSIDERANDO que a equipe técnica do Instituto Cultural de São Lourenço analisou as inscrições e avaliou a documentação encaminhada pelos proponentes, efetuando a pontuação das propostas inscritas nesta seleção, conforme itens 5.1 e 5.2 do Edital para Seleção de Músicos e Grupos Musicais para Apresentação Virtual durante as Festividades de Aniversário de 62 anos de São Lourenço do Oeste/SC;

Resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E A RELAÇÃO DE MÚSICOS E GRUPOS MUSICAIS SELECIONADOS para Apresentação Virtual, a ser realizada na data de 25 de julho de 2020, às 18 horas, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado nas dependências do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, conforme segue:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1. Ficam deferidas e homologadas as seguintes inscrições realizadas pelos músicos e grupos musicais no processo de seleção para Apresentação Virtual, a ser realizada na data de 25 de julho de 2020, às 18 horas, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado nas dependências do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, conforme segue:

Nº Inscr.	Nome do Proponente	Nome Artístico	Nº de integrantes do projeto	Valor de premiação (R\$)*	Situação da inscrição
01	Gabriel Suzin	Gabriel Suzin	01	R\$ 300,00	Deferida
02	Danimar Guerra	Cera Quente	04	R\$ 1.200,00	Deferida
03	Luciana Colombi	Lu e Júnior	04	R\$ 1.200,00	Deferida
04	Rafael Soratto	Júnior César e Soratto (e banda)	05	R\$ 1.500,00	Deferida
05	Gilmar Tiburcio Marques	Banda Planeta Som	09	R\$ 2.700,00	Deferida
06	Emerson Luis Aguiar de Lima	Emerson Lima	01	R\$ 300,00	Deferida
07	Evandro Carlos Dal Piva	Evandro Piva	02	R\$ 600,00	Deferida
08	Fernando Pinto	Luiz Gustavo e Fernando (e banda)	05	R\$ 600,00**	Deferida
09	Jaimor Squina Lima	Alex Jr.	01	R\$ 300,00	Deferida
10	Valdir Nicolau Oliveira Lima	Pertônico	01	R\$ 300,00	Deferida
		Valor Total		R\$ 9.000,00	

* Premiação a ser distribuída entre os integrantes inscritos, a depender da efetiva participação na Apresentação Virtual, conforme disposto no Edital.

** Obs.: Pagamento de duas cotas de premiação, considerando que os músicos de apoio integram outro projeto, conforme item 7.1 do Edital.

2. DA SELEÇÃO

2.1. Considerando que, conforme demonstrado no quadro anterior, o número de inscritos não ultrapassou o recurso financeiro destinado para a seleção, todos os projetos inscritos ficam selecionados para participarem da Apresentação Virtual.

2.2. Deste modo, fica divulgada a pontuação obtida pelos músicos e grupos musicais selecionados para a apresentação virtual, a ser realizada na data de 25 de julho de 2020, às 18 horas, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado nas dependências do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, conforme segue:

GABRIEL SUZIN - INSCRIÇÃO Nº 01	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	02 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--

Gravação de Clipe.	02 pontos
Gravação de Single.	02 pontos
Total	09 pontos

CERA QUENTE - INSCRIÇÃO Nº 02

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	03 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	08 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	03 pontos
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	02 pontos
Total	17 pontos

LÚ E JÚNIOR - INSCRIÇÃO Nº 03

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	01 ponto
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	05 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	07 pontos

JÚNIOR E SORATTO (E BANDA) - INSCRIÇÃO Nº 04

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	02 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	04 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	01 ponto
Total	08 pontos

PLANETA SOM - INSCRIÇÃO Nº 05

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	04 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	24 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	40 pontos
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	16 pontos
Gravação de Single.	--
Total	85 pontos

EMERSON LIMA - INSCRIÇÃO Nº 06

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	02 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	03 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	06 pontos

EVANDRO PIVA - INSCRIÇÃO Nº 07	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	04 pontos
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	05 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	10 pontos

LUIS GUSTAVO E FERNANDO (E BANDA) - INSCRIÇÃO Nº 08	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	01 ponto
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	04 pontos

ALEX JUNIOR - INSCRIÇÃO Nº 09	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	01 ponto
Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	04 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	06 pontos

PERTÔNICO - INSCRIÇÃO Nº 10	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Envio dos arquivos solicitados como anexos, apresentação do repertório e de histórico de apresentações do grupo ou banda.	01 ponto
Tempo de existência do grupo ou banda, mediante comprovação de arquivos (por ex. jornais, folders, prints de redes sociais, etc.).	04 pontos

Material que demonstre reconhecimento - considerando a sede do proponente - fazendo menção à atuação da banda no contexto regional no período compreendido entre 01/01/2018 até o ato da inscrição.	02 pontos
Gravação de Álbum Completo (comprovada).	--
Gravação de EP ("Extended Play").	--
Gravação de Clipe.	--
Gravação de Single.	--
Total	07 pontos

3. DO REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

3.1. Diante da publicação da relação de músicos e grupos musicais selecionados para a Apresentação Virtual, com a pontuação correspondente, fica aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, iniciando em 02 de julho de 2020, para apresentação de pedido de reconsideração quanto à pontuação obtida, junto à equipe técnica do Instituto Cultural de São Lourenço, por meio de requerimento escrito e fundamentado encaminhado no correio eletrônico icsl@saolourenco.sc.gov.br

3.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, a divulgação final dos selecionados, juntamente com horário das apresentações, ocorrerá a partir de 06 de julho de 2020.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de junho de 2020.

GIZELE KALINOSKI
Presidente do ICSL

PORTARIA Nº 732, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545806

PORTARIA Nº 732, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar em 01 de julho de 2020, o senhor ALCIDES MARIA DA SILVA, matrícula nº 3446/02, do cargo em comissão de Gerente de Manutenção de Equipamentos e Veículos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2020.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.338/2020

Publicação Nº 2545918

DECRETO Nº 9.338/2020

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e considerando a Lei Complementar 0097/2019, de 17 de outubro de 2019, e,

CONSIDERANDO o artigo 88 da Lei Complementar nº 009/2012, o qual dispõe sobre a possibilidade de instituir Comissão caso haja interesse da Administração.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do certame seletivo, a ser instaurado, composta pelos seguintes servidores:

I – Caroline Aparecida Alves, ocupante do cargo de Diretora de Comunicação Interna, com matrícula funcional nº 22071601;

II – Marialice Brassiani, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, com matrícula funcional nº 22002001;

III – Inês Carla Persch Theobald, ocupante do cargo de Técnica em Segurança do Trabalho, com matrícula funcional nº 21926204.

Parágrafo único. A presidência da Comissão caberá a servidora Caroline Aparecida Alves.

Art. 2º Compete à Comissão ora constituída:

I – estabelecer a necessidade de vagas;

II – elaborar o edital de lançamento do Processo Seletivo;

III – fixar o cronograma com as datas de cada etapa do Processo;

IV- receber e avaliar os requerimentos de inscrição preliminar e definitiva dos candidatos;

V - verificar quanto a publicidade dos atos;

VI- coordenar, elaborar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Secretário de Administração para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital;

VII – julgar os recursos interpostos nos casos de indeferimento de inscrição preliminar e dos candidatos não aprovados ou não classificados na prova objetiva seletiva.

VIII- homologar ou modificar, em virtude de recurso, o resultado da prova objetiva seletiva, determinando a publicação no Diário Oficial, a lista dos candidatos classificados.

IX - demais atos que se fizer necessários para fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 5º Os servidores efetivos membros da Comissão ora designada, desde que não ocupantes de função gratificada, farão jus à gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.178/2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari

Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica.

DECRETO Nº 9.339/2020

Publicação Nº 2545922

DECRETO Nº 9.339/2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 79 E PARTE DO LOTE URBANO Nº 10, COM ÁREA DE 9.020,17m², MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 32.532, DE PROPRIEDADE DE OLIZA FLAMIA PAGANINI E O REMEMBRAMENTO EM PARTE DO LOTE Nº 79, MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 857, DE PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL S/A - AABB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

CONSIDERANDO que o pedido formulado por Oliza Flámia Paganini e Associação Atlética Banco do Brasil S/A - AABB iniciou-se como pedido de regularização fundiária, sob nº 029/2019e que após a análise foi emitido o parecer jurídico nº 004/2020, e que a Comissão de Regularização Fundiária aprovou o desmembramento e remembramento por meio da Ata nº 002/2020 da referida Comissão.

CONSIDERANDO que em análise prévia do Ofício do Registro de Imóveis opinou pelo deferimento do registro do ato de desmembramento e remembramento requerido por Oliza Flámia Paganini e AABB.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do Lote nº 79 e Parte do Lote Urbano nº 10 com a área de 9.020,17m², matriculado no CRISMO sob nº 32.532 de propriedade de Oliza Flámia Paganini que passam a ter as seguintes denominações e confrontações:

I - DESMEMBRAMENTO: Parte do Lote nº 79, com área de 5.472,43m² e Parte do Lote Urbano nº 10, com área de 160,58m², perfazendo um total de 5.633,01m², não edificável, destinado a Área de Preservação Permanente (APP), matriculado no CRISMO sob nº 32.532, confrontando-se: ao Norte: com a Sanga Dos Perdidos; ao Leste: com Parte da Chácara nº 79, matrícula nº 16.826, de propriedade de Airto Massignani e Maicon Bandeira, com Parte do Lote nº 79-H1-B, matrícula nº 41.625, de propriedade de Vania Pagliari Gutz e com Parte do Lote nº 79, por linha seca de 127,94 metros, matrícula nº 857, de propriedade de Associação Atlética Banco Brasil de São Miguel do Oeste S/A - AABB; ao Sudoeste: com Parte dos Lotes Urbanos nºs 10 e 79, pelo córrego, medindo 132,10 metros;

II – REMANESCENTE: Parte do Lote nº 79, com área de 2.198,16m², sendo 1.795,16m² não edificável, destinada a Área de Preservação Permanente (APP), e 403,00m² de área edificável e Parte do Lote nº 10, com área de 1.189,00m², sendo 693,28m² não edificável, destinado a Área de Preservação Permanente (APP) e 495,72m² de área de edificável, perfazendo um total em conjunto de 3.387,16m², matriculada no CRISMO sob nº 32.532, confrontando-se: ao Norte: com a sanga dos perdidos; ao Nordeste: com Parte dos mesmos Lotes nºs 79 e 10, pelo córrego, medindo 132,10 metros; ao Sul, com Parte do mesmo Lote nº 10, matrícula nº 36.722, de propriedade de Antonio Luiz Paganini e com o Lote nº 10-A, matrícula nº 44.470, de propriedade de Hilario da Silva, por linha seca de 46,34 metros; ao Oeste: com a Rua Marechal Floriano, numa extensão de 30,00 metros; Novamente ao Sul: com a Rua Marechal Floriano, numa extensão de 14,00 metros; ao Leste: com a Rua Marechal Floriano, numa extensão de 17,00 metros; Novamente ao Sul: com uma Rua Sem Denominação, numa extensão de 39,86 metros; Novamente ao Oeste: com Parte do lote nº 79-D, por linha seca de 67,31 metros, matrícula nº 3.597, de propriedade Roberto Saggiolato.

Parágrafo único. Fica vedado o desdobramento da área constante no inciso II (remanescente do imóvel objeto da matrícula do CRISMO nº 32.532)

Art. 2º Fica aprovado o remembramentos da área constante no inciso I, do art. 1º, deste ato, com Parte Lote n. 79, objeto da Matrícula do CRISMO n. 857, de propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil S/A – AABB, passando a ter a característica e confrontações em conjunto:

I – REMEMBRAMENTO: Parte do Lote nº 79, com área de 5.472,43m² e Parte do Lote Urbano nº 10, com área de 160,58m², não edificável, área de Preservação Permanente (APP), matriculada no CRISMO sob nº 32.528 de propriedade de Olzira Flámia Paganini, e Parte do Lote nº 79, com área de 14.079,13m², sendo 996,54m², não edificável, abrangida pela Rua Luiz de Camões, e 13.082,59m², edificável, conforme matrícula nº 857, Parte do Lote nº 79, com área de 11.506,00m², sendo 838,22m², não edificável, abrangida pela Rua Luiz de Camões e 10.667,78m², edificável, conforme matrícula nº 14.985 e o Lote nº 14, com área de 1.132,89m², conforme matrícula nº 8.743, de propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil S/A – AABB, perfazendo um total em conjunto de 32.351,03m², confrontand-se: ao Norte: com a Sanga dos Perdidos; ao Leste: com Parte da Chácara nº 79, matrícula nº 16.826, de propriedade de Airto Massignani e Maicon, com Parte do Lote nº 79-H1-B, matrícula nº 41.625, de propriedade de Vania Pagliari Gutz, por linha seca medindo 52,17 metros; Novamente ao Norte: com Partes do Lote nº 79-H1-B, matrículas nº 41.625 e nº 35.185, de propriedade de Vania Pagliari agutz e Munir Antonio Guzatti, respectivamente e Parte com a Rua Luiz de Camões, medindo de 140,00 metros; Novamente ao Leste, com Parte da Rua Luiz De Camões, por duas linhas de 103,95 metros e 72,00 metros; ao Sul: com Parte da Rua Luiz de Camões, medindo 10,55 metros; Novamente ao Leste: com a Rua Luiz de Camões, numa extensão de 10,65 metros; Novamente ao Sul: com a Rua General Osório, numa extensão de 131,85 metros; ao Oeste: com o Lote "A", constante de Parte dos Lotes nºs 15 e 79, matrícula nº 30.057, de propriedade de Orlando José Vicenzi, com o Lote "A", constante de Parte do Lote nº 01, matrícula nº 41.101, de propriedade de Denise Mariane Weissman, com uma Rua Sem Denominação e com Parte do Lote nº 10, matrícula nº 36.722, de propriedade Antonio Luiz Paganini, por linha medindo de 117,63 metros; ao Sudoeste: com Parte dos Lotes nº 10 e 79, pelo córrego, medindo 132,10 metros.

Art. 3º Fica a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício do Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

PAULO HENRIQUE MARTINS COUTO
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Júlio Antônio Bagetti
Advogado

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO Nº 9.340/2020

Publicação Nº 2545990

DECRETO Nº 9.340/2020

ALTERA O INCISO VI E INCLUI OS INCISOS VIII E IX, AO ART. 1º, DO DECRETO Nº 9.306, DE 14 DE MAIO DE 2020, QUE CRIA O COMITÊ DE GESTÃO DAS COMPRAS EMERGENCIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI, do Art. 1º, do Decreto nº 9.306, de 14 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VI - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Lidiane Klement, Diretora de atenção à Saúde

..... ”

Art. 2º Ficam incluídos os incisos VIII e IX, ao Art. 1º, do Decreto nº 9.306, de 14 de maio de 2020, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º

.....

VIII - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Vanessa Serigheli Groth, Técnico Administrativo

IX - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

a) Deyse Maria Potrich, Diretora de Gestão Administrativa”

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 9.306, de 14 de maio de 2020, permanecem em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 30 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA Nº 0098/2020

Publicação Nº 2545975

PORTARIA Nº 0098/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 0119/2020 da Secretaria de Assistência Social, protocolado sob nº 8956/2020, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DAIANA MACHADO, portadora da matrícula funcional nº 21883902, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento para contratação de empresa para prestação de serviços de acolhimento institucional do usuário C.D.S, na Casa Lar Aconchego, no município de Iporã do Oeste-SC, oriundo do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 0017/2020, Dispensa de Licitação nº 0004/2020, Contrato nº 0006/2020.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Duany Schenkel
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA Nº 0099/2020

Publicação Nº 2545977

PORTARIA Nº 0099/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 0120/2020 da Secretaria de Assistência Social, protocolado sob nº 8956/2020, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CARLINE MOCELLIN portadora da matrícula funcional nº 21912901, ocupante do cargo de Coordenadora da Família Acolhedora, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento para contratação de empresa para prestação de serviços de acolhimento familiar do infante P.G DE S., em família acolhedora, conforme decisão judicial constante nos autos nº 500234503.2020.8.24.0067/SC, oriundo do seguinte Processo Licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0016/2020, Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2020, Contrato nº 0005/2020.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Duany Schenkel
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA Nº 0100/2020

Publicação Nº 2545981

PORTARIA Nº 0100/2020

NOMEIA COMISSÃO PARA PROMOVER PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E POSSÍVEL APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM DESFAVOR DA EMPRESA DALCI PAULO MAYER- ME.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO a existência de relação contratual entre o Município de São Miguel do Oeste/SC e a empresa DALCI PAULO MAYER, decorrente do Processo Licitatório nº 222/2019, Concorrência Pública nº 04/2019;

CONSIDERANDO a existência de descumprimento contratual por parte da empresa DALCI PAULO MAYER;

CONSIDERANDO o disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/93 c/c com o art. 7º da Lei nº 10.520/02, que permite a aplicação de sanções em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato Administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa;

CONSIDERANDO o PARECER/ASSEJUR/SMO Nº 208/2020, que descreve os fatos supostamente praticados pela empresa contratada;

CONSIDERANDO a tramitação do processo protocolado sob nº 4137/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Processante para investigar as condutas da empresa DALCI PAULO MAYER, no que tange ao descumprimento do item 16.1, decorrente do Processo Licitatório nº 222/2019, Concorrência Pública nº 04/2019; pactuado entre o Município de São Miguel do Oeste/SC e a empresa DALCI PAULO MAYER.

Art. 2º A comissão será composta pelos seguintes servidores:

I – Alcione Wiebbelling, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 21946601;

II – Sabrina Frota, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 21932101;

III – Kátia Cilene Wickert, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 21998501.

Parágrafo Único. Fica designado como presidente da comissão processante a servidora Alcione Wiebbelling.

Art. 3º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 4º O prazo máximo para a conclusão dos trabalhos da comissão será de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º A Comissão ora designada fará jus à gratificação contida no art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.178/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC,
Em, 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Duany Schenkel
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP N. 0841/2020

Publicação Nº 2544906

PORTARIA SGPT/DDP N. 0841/2020
PRORROGA O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDA PELA PORTARIA SGPT/DDP N. 0429/2020 PARA APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO DE DEVERES FUNCIONAIS COMETIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;
CONSIDERANDO o Memorando n. 002/2020 oriundo do Presidente da Comissão de Processo Administrativo solicitando prorrogação de prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos em função das medidas previstas no Decreto Municipal n. 9284/2020, bem como pela dificuldade de realizar as oitivas das testemunhas da defesa, pois estão afastadas, sendo uma por licença maternidade e outra por atestado médico. CONSIDERANDO os termos do Art. 152 da LCM 009/2012 que O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 dias o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instituído pela portaria SGPT/DDP N. 0429/2020 para apurar supostas violações de deveres funcionais por parte do Servidor Público Ruan Fernandes Varela

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0824/2020

Publicação Nº 2544839

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0824/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o disposto no § 3º, do Art. 47 da LCM 009/2012, a alteração da designação do local de trabalho dos servidores que ingressarem a partir da vigência da lei somente poderá ser realizada em face do interesse público justificado no ato administrativo próprio.

Considerando o Memorando Interno n. 113/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social, encaminhado pelo protocolo 8387/2020, no qual solicita a designação da servidora Marlene Antunes do Nascimento para atuar Junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor devido a readaptação da servidora Rozane Lacerda de Oliveira por meio da portaria SGTP/DDP n. 0697/2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva MARLENE ANTUNES DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Merendeira, 40 horas semanais, para atuar junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 19 de junho de 2020 até que perdure o afastamento da titular.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 19 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0825/2020

Publicação N° 2544841

PORTARIA SGPT/DDP N° 0825/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública

decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para os servidores efetivos, constantes no Anexo I desta portaria.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019
Esta Portaria foi publicada
na presente data.

ANEXO I

No período de 26 de junho de 2020 a 25 de julho de 2020

ELISABETE BRUSTOLIN RAUTA, Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde.
ELAINE REGINA BOFF, Agente Comunitária de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0826/2020

Publicação N° 2544844

PORTARIA SGPT/DDP N° 0826/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 15(quinze) dias, da 1ª licença prêmio nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a ASTERIA SCHNEIDER KROETZ, efetiva ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, desta Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, concedido o direito conforme Portaria n° 1438/2019 de 07 de novembro de 2019, referente ao período de 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2018, a serem gozados de 01 de julho de 2020 a 15 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0827/2020

Publicação N° 2544846

PORTARIA SGPT/DDP N° 0827/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a informação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8355/2020 informando do retorno da servidora titular ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Local de Atuação da servidora pública municipal contratada ADRIELE MAIARA RODRIGUES, ocupante do cargo de Assistente Social, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao CREAS, em substituição a Arlei Maria Nava, que encontra-se designada para atuar junto ao CRAS na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 22 de junho de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até 30 de junho de 2021.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 22 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0828/2020

Publicação Nº 2544847

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0828/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8130/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal efetiva MARLI MELITA MELZ, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao CREAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 15 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0829/2020

Publicação Nº 2544850

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0829/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8130/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal efetiva IGRACIRA RAMGRAB, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao CRAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0830/2020

Publicação Nº 2544854

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0830/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8130/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal efetiva SALETE FATIMA SIMON KLEIN, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao Centro de Convivência de Idosos, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a

partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0831/2020

Publicação Nº 2544855

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0831/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8130/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar Local de Atuação do servidor público municipal contratado DOUGLAS ZATTI, ocupante do cargo de Motorista, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao CRAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 15 de junho de 2020 a 18 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 15 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0832/2020

Publicação Nº 2544858

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0832/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8130/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal efetiva ELI CARMEN PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, para passar a atuar 40 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0833/2020

Publicação Nº 2544860

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0833/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a informação da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme protocolo 8900/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal efetivo WILLIANS PICOLI, ocupante do cargo de Motorista, para passar a atuar 40 horas semanais junto ao Conselho Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 23 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 23 de dezembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0834/2020

Publicação Nº 2544868

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0834/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0209/2020 de 03 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora ELENICE FRANCISCA CARNETTI FINN brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 681.930.509-59, RG nº 1.659.135, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2020”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora ELENICE FRANCISCA CARNETTI FINN, pelo regime Estatutário, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 681.930.509-59, RG nº 1.659.135, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0835/2020

Publicação Nº 2544870

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0835/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0372/2020 de 05 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR o Senhor THIAGO VINICIOS DENARDI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 038.870.669-44, RG 69303374, SSP/PR, para exercer o cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE, 40 horas semanais, para atuar junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de fevereiro de 2020.”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR o Senhor THIAGO VINICIOS DENARDI, pelo regime Estatutário, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 038.870.669-44, RG 69303374, SSP/PR, para exercer o cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE, 40 horas semanais, para atuar junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de fevereiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0836/2020

Publicação Nº 2544886

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0836/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0211/2020 de 03 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora DANIELE ZAPPANI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 075.603.409-46, RG 5269006 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Esportes Comunitário, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Adjunta de Esportes, a partir de 03 de fevereiro de 2020.”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora DANIELE ZAPPANI, pelo regime Estatutário, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 075.603.409-46, RG 5269006 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Esportes Comunitário, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Adjunta de Esportes, a partir de 03 de fevereiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0837/2020

Publicação N° 2544890

PORTARIA SGPT/DDP N° 0837/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0444/2020 de 14 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora ELOUIZA ORSO BIANCHI brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 082.162.119-02, RG nº 6.007.144, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, junto ao CEI Mundo Mágico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2020.”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR a Senhora ELOUIZA ORSO BIANCHI, pelo regime Estatutário, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 082.162.119-02, RG nº 6.007.144, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, junto ao CEI Mundo Mágico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019Esta Portaria foi publicada
na presente data.**PORTARIA SGPT/DDP N° 0838/2020**

Publicação N° 2544896

PORTARIA SGPT/DDP N° 0838/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0218/2020 de 14 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0839/2020

Publicação N° 2544899

PORTARIA SGPT/DDP N° 0839/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0202/2020 de 31 de janeiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, para atuar 20 horas semanais junto a EMEIEF Tranquilo Jose Rigoni, 10 horas junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, e 10 horas junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, para atuar 20 horas semanais junto a EMEIEF Tranquilo Jose Rigoni, 10 horas junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, e 10 horas junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0840/2020

Publicação N° 2544904

PORTARIA SGPT/DDP N° 0840/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0219/2020 de 03 de fevereiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019,

homologado em 14 de novembro de 2019.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0842/2020

Publicação N° 2544907

PORTARIA SGPT/DDP N° 0842/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0009/2020 de 06 de janeiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

24 – Indianara Sissgler Teodosio, inscrição 1212;

Art. 2º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor Artes, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

4º - Claudia Roma, inscrição 602;

Art. 3º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

24 – Elena Manto Maggioni, inscrição 499;

Art. 4º Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo previsto no artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que esta dar-se-á pela assinatura do respectivo termo de posse, juntamente com a escolha do local de lotação. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto na LCM 009/2012 e sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Parágrafo Único. Os candidatos para tomar posse do cargo deverão passar pelo exame admissional no local indicado pelo Município, devendo ser agendado com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município junto a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

Art. 5º Os servidores que tomarem posse deverão entrar em exercício no dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2019.”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

24 – Indianara Sissgler Teodosio, inscrição 1212;

Art. 2º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor Artes, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal

de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

4º - Claudia Roma, inscrição 602;

Art. 3º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, pelo regime Estatutário, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:

24 – Elena Manto Maggioni, inscrição 499;

Art. 4º Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo previsto no artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que esta dar-se-á pela assinatura do respectivo termo de posse, juntamente com a escolha do local de lotação. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto na LCM 009/2012 e sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Parágrafo Único. Os candidatos para tomar posse do cargo deverão passar pelo exame admissional no local indicado pelo Município, devendo ser agendado com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município junto a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

Art. 5º Os servidores que tomarem posse deverão entrar em exercício no dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0843/2020

Publicação Nº 2544909

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0843/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0155/2020 de 21 de janeiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Língua Inglesa, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, sendo a lotação junto a Unidade Escolar e carga horária definida em função das vagas disponíveis e opção de escolha:

8º – Elizandra Reinke, inscrição 1093;

Art. 2º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, sendo a lotação junto a Unidade Escolar e carga horária definida em função das vagas disponíveis e opção de escolha:

25 – Lucilaine Sotili, inscrição 449;

Art. 3º Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo previsto no artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que esta dar-se-á pela assinatura do respectivo termo de posse, juntamente com a escolha do local de lotação. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto na LCM 009/2012 e sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Parágrafo Único. Os candidatos para tomar posse do cargo deverão passar pelo exame admissional no local indicado pelo Município, devendo ser agendado com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município junto a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

Art. 4º Os servidores que tomarem posse deverão entrar em exercício no dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de janeiro de 2019”

Leia-se:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Língua Inglesa, pelo regime Estatutário, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, sendo a lotação junto a Unidade Escolar e carga horária definida em função das vagas disponíveis e opção de escolha:

8º – Elizandra Reinke, inscrição 1093;

Art. 2º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, pelo regime Estatutário, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, sendo a lotação junto a Unidade Escolar e carga horária definida em função das vagas disponíveis e opção de escolha:

25 – Lucilaine Sotili, inscrição 449;

Art. 3º Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo previsto no artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que esta dar-se-á pela assinatura do respectivo termo de posse, juntamente com a escolha do local de lotação. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto na LCM 009/2012 e sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Parágrafo Único. Os candidatos para tomar posse do cargo deverão passar pelo exame admissional no local indicado pelo Município, devendo ser agendado com a Técnica de Segurança do Trabalho do Município junto a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

Art. 4º Os servidores que tomarem posse deverão entrar em exercício no dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de janeiro de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0844/2020

Publicação Nº 2544916

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0844/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 0198/2020 de 30 de janeiro de 2020

Onde se lê:

“Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:”

Leia-se:

"Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:"

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0845/2020

Publicação Nº 2544917

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0845/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a portaria 1572/2020 de 06 de dezembro de 2019

Onde se lê:

"Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:"

Leia-se:

"Art. 1º NOMEAR para o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, pelo regime Estatutário, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público do Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019:"

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0846/2020

Publicação Nº 2544920

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0846/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

CONSIDERANDO a portaria de nomeação SGTP/DDP N. 0747/2020.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a CAMILLE BERTHA STULP, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Fonoaudióloga, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designada para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 25 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0847/2020

Publicação N° 2544924

PORTARIA SGPT/DDP N° 0847/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a TANIA REGINA GONZATTO, efetiva ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, desta Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, concedido o direito conforme Portaria nº 0547/2013 de 20 de março de 2013, referente ao período de 03 de março de 2008 a 02 de março de 2013, a serem gozados de 26 de junho de 2020 a 25 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0848/2020

Publicação N° 2544925

PORTARIA SGPT/DDP N° 848/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;
CONSIDERANDO a vacância do cargo em função da exoneração, por aposentadoria, da servidora Neusa Teresinha Hammes, lotada na EMEIEF Emma Balke, e o Edital de Remoção 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação, tendo a servidora lotada no CEI Mundo Mágico solicitado a remoção para a EMEIEF Emma Balke.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR MARIA ROSELAINE BEDIN, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Coordenador Pedagógico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escola CEI Mundo Mágico da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14

de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0849/2020

Publicação Nº 2544926

PORTARIA SGPT/DDP Nº 849/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO a vacância do cargo em função da exoneração, por aposentadoria, da servidora Irani Salete Erlo, lotada na EMEIEF Tranquilo José Rigoni,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ENI SALETE BATISTA LOPES, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar EMEIEF Tranquilo José Rigoni da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0850/2020

Publicação Nº 2544928

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0850/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

CONCEDER a 1ª(primeira) Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 108, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto dos Servidores), ao Servidor OSMAR GULARTE, com o cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 01 de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2016, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0851/2020

Publicação Nº 2544930

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0851/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando parecer jurídico anexo ao protocolo 7912/2020.

Considerando que o Superior Tribunal de Justiça entende que, ainda que concorrente a cargo eletivo em localidade diversa daquela em que exerce as suas funções, o servidor público tem direito ao afastamento para concorrer a cargo eleitoral e também à licença para atividade política, prevista no art. 106, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

CONCEDER à JANETE MARIA RIES, efetiva, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, atuando junto ao NASF, na Secretaria Municipal de Saúde, licença para Atividade Política, no período de 03 meses, a partir de 04 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0852/2020

Publicação Nº 2544934

PORTARIA SGPT/DDP Nº 852/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;
CONSIDERANDO a decisão judicial nº5002650-21.2019.8.24.0067/SC, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Miguel do Oeste.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR JESSICA CRIS TRESOLDI, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Ciranda da Alegria da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 021/2014, homologado em 28 de abril de 2015, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação

de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0853/2020

Publicação Nº 2544935

PORTARIA SGPT/DDP Nº 853/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO a decisão judicial nº5002649-36.2019.8.24.0067/SC, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Miguel do Oeste.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ELISANGELA GRACIELA STEDILE, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Ciranda da Alegria da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 021/2014, homologado em 28 de abril de 2015, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0854/2020

Publicação Nº 2544939

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0854/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º FELIPE BERNARDI TAVARES ALVES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0855/2020

Publicação Nº 2544940

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0855/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o término da licença maternidade da servidora em 17 de julho de 2020.

RESOLVE:

EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Art. 1º ETHYENNE RIBEIRO TAVARES DE LACERDA, ocupante do cargo de Professor, servidora contratada, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0856/2020

Publicação Nº 2544941

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0856/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º ENI SALETE BATISTA LOPES, ocupante do cargo de Professor, servidora contratada, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 108/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2545024

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de dispensa de licitação tendo como objeto a contratação de empresa para aquisição de materiais destinados à instalação de 12 (doze) unidades de aparelhos de ar condicionado na Creche CEI Central de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino do Município de São Miguel do Oeste/SC.

Contratado: Jean Cleiton Tresoldi.

CNPJ: 35.902.680/0001-13.

Valor total de R\$ 3.643,74 (três mil e seiscentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 109/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2545875

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço técnico de marcação e elaboração de projeto de poços tubular profundos com acompanhamento do processo até emissão da autorização prévia, cujos serão perfurados nas Linhas Alto Guamerim, Campo Salles e Barra do Guamerim, no interior do Município de São Miguel do Oeste/SC, conforme o Projeto Água Pura do Programa Agora é Crescer, Lei nº 7.660/2019, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 03 de julho de 2020 até às 08h15min do dia 15 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 15 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 30 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 50/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2545215

EDITAL DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Alencar Barbieri, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que a licitação restou fracassada, em virtude de a única empresa participante ter ofertado um valor mínimo maior que o de referência da licitação, cuja forma de julgamento era a de menor preço por item, decide revogar o Processo Licitatório nº 50/2020, Pregão Eletrônico nº 22/2020, com base no Art. 49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 29 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 204, 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2544820

PORTARIA N. 204, 01 DE JUNHO DE 2020.

"CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORES QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o direito ao gozo de férias aos servidores públicos identificados abaixo, de acordo com os respectivos períodos:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO CONCESSÃO
CLARICE INES BREMM	07.01.2019 à 06.01.2020	01.06.2020 à 20.06.2020
IVANILDO TRIER	14.02.2019 à 13.02.2020	15.06.2020 à 29.06.2020
JANETE MOHR ROYER	01.10.2018 à 08.10.2019	08.06.2020 à 22.06.2020
MANOELA G. DA ROSA	11.03.2019 à 10.03.2020	15.06.2020 à 29.06.2020
MIRCON KRELING	17.07.2018 à 16.07.2019	15.06.2020 à 24.06.2020
NELSON JOSE SCHWENDLER	01.05.2019 à 30.04.2020	24.06.2020 à 03.07.2020
NELSON JOSE SCHWENDLER	05.07.2019 à 04.07.2020	24.06.2020 à 03.07.2020
RAQUEL ALMEIDA STUDZINSKI	02.05.2019 à 01.05.2020	01.06.2020 à 15.06.2020
SILVANA M. MARCHIORETTO	22.08.2018 à 21.08.2019	24.06.2020 à 08.07.2020
SOLANGE ULLMANN	02.07.2018 à 01.07.2019	15.06.2020 à 29.06.2020
VARNISE KIPPER	22.04.2017 à 21.04.2018	01.06.2020 à 10.06.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, 01 de Junho de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTONIO SEHNEM
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020-PMS

Publicação Nº 2544867

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2020-PMS
PROCESSO Nº. 98/2020-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 30 de junho de 2020, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 45/2020-PMS, realizar-se-á em 14 de julho de 2020, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 30 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 83/2020-PMS

Publicação Nº 2544807

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 83/2020-PMS
Dispensa nº. 49/2020-PMS - Processo nº. 120/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.592.583/0001-85, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré nº. 460, América, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-140

Objeto: Constitui o objeto presente contrato Contratação de Empresa especializada na confecção de crachás de identificação, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Crachás em PVC laminado simples com impressão digital colorida dos dados. Impressão de dados variáveis frente e verso do crachá. Impressões: frente: colorida; verso: preta. Dimensões: espessura de 0,76 mm , largura de 54mm e altura de 86mm. Sem tarja magnética ou painel de assinatura. Impressão do layout conforme modelo definido pelo Município de Schroeder.	61	Unid.	3,05	186,05
2	Cordões lisos na cor preta. Dimensões: 80 cm comprimento x 10mm largura com presilha e acabamento em metal.	61	Unid.	1,05	64,05
3	Porta vídeo card transparente conforme modelo compatível com os crachás. Sem perfuração. Material: plástico.	61	Unid.	0,45	27,45
TOTAL R\$					277,55

Valor do contrato: R\$ 277,55 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 30/06/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2020-FMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2545745

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2020 Data do Processo: 08/06/2020</p>
Folha: 1/4	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 13/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 30 de Junho de 2020, às 14:15 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 30/2020, Licitação nº 8/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME e ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP e PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. apresentou procuração assinada por Andréia Gabriel Bastos Ferreira e Uarlem de Nazaré Oliveira e no contrato social no capítulo IV, parágrafo segundo não consta que a Senhora Andréia Gabriel Bastos Ferreira como administradora da sociedade, sendo assim o Senhor Luis Gustavo de Souza Boeing não tem poderes legais para participar da licitação, não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3, sendo que a Certidão que a empresa apresentou é emitida pela JUCESC onde apenas consta que existem filiais da empresa em Santa Catarina, entretanto o contrato social é registrado na Junta Comercial do Paraná, com a certidão apresentada não conseguimos confrontar os dados do contrato social e nem saber o porte empresarial, e como a Declaração de Habilitação está assinada pelo Senhor Luis Gustavo de Souza Boeing a empresa SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA não está habilitada para participar do certame de acordo com o item 4.7 do edital. Constatou-se que a empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP não apresentou a última alteração contratual, sendo que a alteração contratual apresentada foi registrada na Junta Comercial do Paraná em 16/07/2019 sob o nº. 20194150690 e na Certidão Simplificada consta que houve uma alteração contratual em 22/10/2019 sob o nº. 20196123453, sendo assim a empresa não cumpriu com a exigência do edital no item 4.1.2, a representante da empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP não está credenciada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME e ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa RFP MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A representante da empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP manifesta a intenção de recurso devido que a terceira alteração era uma alteração para uma filial só que a receita federal de São Paulo não aceitou a filial ainda, por isso não está sendo utilizada a terceira alteração, o fato não muda em nada em relação a matriz referente a segunda alteração que consta nos documentos. Diante do exposto abre-se prazo de recurso, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2020 - PR	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 30/2020 Processo de Licitação: 08/06/2020 Data do Processo:	Folha: 2/4

Participante: 14414 - RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Aquisição de um veículo para TFD (transporte de pacientes fora de domicilio) van 416 BI TURBO, para 15+1 passageiros, bancos fixos em vinil, original de fábrica, zero KM, ano 2019, modelo 2020, teto alto, direção elétrica, com porta lateral deslizante, ar condicionado digital original de fábrica com 2 compressor , vidros elétricos, alarme , keyless Star, airbag motorista e acompanhante, farol de neblina, volante com ajuste de altura e profundidade, rádio AM FM com USB, e bluetooth, freio a disco nas 4 rodas abs , volante com regulagem de altura e profundidade. Comprimento total 5.930 mm; Distância entre eixos 3.665 mm; Altura externa 2.820mm; Combustível: Diesel; Capacidade do tanque de combustível mínima: 71 litros; Potência de pelo menos 163 cv; Cilindrada 2.200 alternador 14V 250A cc; Sistema de antibloqueio de freios (ABS), veículo balanceado, Cor Branca. Itens de série em todos os pacotes: entrada USB - C,em todas as fileiras de bancos, Bluetooth, Keyless Start, tacógrafo, airbag para motorista e acompanhante, vidros dianteiros elétricos, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento, alarme,fechamento central das portas via controle remoto, faróis de neblina e luzes de circulação diurna	UN	1,00	MERCEDES BENZ 416	0,0000	184.250,00	184.250,00
Total do Participante ----->						184.250,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2020 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 30/2020
 Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 3/4

Participante: 14415 - PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	<p>Veículo zero km, bancos fixos em vinil, original de fábrica, ano 2019, modelo 2020, teto alto, direção elétrica, com porta lateral deslizante, ar condicionado digital, vidros elétricos, airbag motorista e acompanhante, farol de neblina, volante com ajuste de altura e profundidade, rádio AM FM, USB, e bluetooth, freio a disco nas 4 rodas, volante com regulagem de altura. Comprimento total 5.930 mm; Distância entre eixos 3.665 mm; Altura externa 2.667 mm; Combustível: Diesel; Capacidade do tanque de combustível mínima: 71 litros; Potência de pelo menos 163 cv; Cilindrada 2.200 cc; Sistema de antibloqueio de freios (ABS), veículo balanceado, cor Branca.</p> <p>Itens de série em todos os pacotes: entrada USB - C, Bluetooth, Keyless Start, airbag para motorista e acompanhante, volante com ajuste de altura e profundidade, vidros dianteiros elétricos, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento, alarme, fechamento central das portas via controleremoto, faróis de neblina, luzes de circulação diurna, piso naval com ancoragem, revestimento lateral (até a metade da zona de carga), estribo traseiro e abertura total da porta traseira, para uma ambulância de SIMPLES REMOÇÃO;</p> <p>DESCRIÇÃO CONFORME EM ANEXO. Equipado com todos os equip. de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN;. O painel elétrico interno, deverá possuir 2 tomadas p/ 12V (DC). As tomadas elétricas deverão manter uma dist. mín. de 31 cm de qualquer tomada de Oxigênio. A ilum. do comp. de atend. deve ser de 2 tipos: Natural e Artificial - deverá ser feita por no mín. 4 luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mín. de 150 mm, em base estampada em alumínio ou injetada em plástico em modelo LED. A iluminação ext. deverá contar com holofote tipo farol articulado reg. manualmente na parte traseira da carroceria, c/ acionamento independente e foco direcional ajustável 180° na vertical. Deverá possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da AMB na cor vermelha, com freq. Mín. de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada de policarbonato. Podendo utilizar um dos conceitos de Led. Sinalizador acústico c/ amplificador de pot. mínima de 100 W RMS @13,8 Vcc, mín. de 3 tons distintos, sist. de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora a 1 m. de no mín. 100 dB @13,8 Vcc; Sist. fixo de Oxigênio (rede integrada): contendo 1 cilindro de oxigênio de no mín. 16l. . Em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré-regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm2 e manômetro; Na região da bancada, deverá existir uma régua e possuir: fluxômetro, umidificador p/ O2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT. A climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec.. O compart. do motorista deverá ser fornecido c/ o sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. de Ar Condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561. Sua capacidade térmica deverá ser com mín. de 26.000 BTUs e unidade condensadora de teto. Maca retrátil, com no mín. 1.900 mm de compr., com a cabeceira voltada para frente; c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham: colchonete. Balaústre: Deverá ter 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. através de parafusos e c/ 2 sist. de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro. Piso: Deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara. de</p>	UN	1,00		0,0000	195.000,00	195.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2020 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 30/2020
Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 4/4

revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado.

Armário: Armário em um só lado da viatura (lado esquerdo). As portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Deverá possuir um armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50 mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70 m; Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e vidros traseiros.

Total do Participante -----> 195.000,00

Total Geral -----> 379.250,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 30 de Junho de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
 Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
 Guilherme Sandmann Da Silva Vianna - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
 Natascha Luize Kopper Strelow - - Equipe de Apoio
 Rafaela Susan Kienen - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEANDRO DA SILVA - - Representante
 PALOMA CZELISNIAKI SOUZA - - Representante
 LUIS GUSTAVO DE SOUZA BOEING - - Representante
 WALTER EDUARDO SONNTAG - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2020 - PR
		Processo Administrativo: 98/2020 Processo de Licitação: 09/06/2020 Data do Processo:
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 102/2020 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de flores, adubo, chips, terra e veneno para insetos para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 30 de Junho de 2020

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
Ivandra de Souza
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
Valderi Rocha de Camargo
Natascha Luize Kopper Strelow
Rafaela Susan Kienen
- - Pregoeiro(a)
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio

DISPENSA 49/2020-PMS

Publicação Nº 2544788

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 49/2020 - DL
	Processo Nr.: 120/2020 Data: 30/06/2020
Folha: 1/2	

Fornecedor: LIAN CARD INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Endereço: R ALMIRANTE TAMANDARE,460 - Cidade: JOINVILLE - SC CNPJ: 03.592.583/0001-85	Código: 12161 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de Empresa especializada na confecção de crachás de identificação.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	61,00	Crachás em PVC laminado simples com impressão digital colorida dos dados. Impressão de dados variáveis frente e verso do crachá. Impressões: frente: colorida; verso: preta. Dimensões: espessura de 0,76 mm , largura de 54mm e altura de 86mm. Sem tarja magnética ou painel de assinatura. Impressão do layout conforme modelo definido pelo Município de Schroeder.	UN	3,05	186,05
2	61,00	Cordões lisos na cor preta. Dimensões: 80 cm comprimento x 10mm largura com presilha e acabamento em metal.	UN	1,05	64,05
3	61,00	Porta vídeo card transparente conforme modelo compatível com os crachás. Sem perfuração. Material: plástico.	UN	0,45	27,45

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada na confecção de crachás se faz necessária para identificação dos servidores desse Município. A utilização da modalidade de dispensa se faz necessária devido a licitação de crachás de 2016 ter sido deserta.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 30 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 49/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 120/2020 Data: 30/06/2020	
		Folha: 2/2

25/06/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Junho de 2020

Valor da Despesa: 277,55 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 043/2020

Publicação Nº 2545868

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 026/2020	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	043/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR.
Objeto	O objeto do presente contrato consiste na contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DA ACESSO À COMUNIDADE DA LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M², conforme dados constantes no Projeto de Engenharia, parte integrante do Processo de Dispensa de Licitação nº 026/2020.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos materiais e a Prestação dos serviços, o preço total estimado que é de R\$ 297.934,31 (Duzentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos).
Vigência....	30/06/2020 á 31/12/2020.
Dotação	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES DE OBRAS E SERV. URBANOS 08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. URBANOS 1.005 – Pavimentação de Ruas e Acessos - 4.4.93.00 Despesa 123 – DR 0012
SERRA ALTA/SC, 30 de junho de 2020.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 066/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2544975

PORTARIA Nº. 066/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CLAUDIOMIRO DONIDA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006, e de acordo com a Constituição Federal,

CONSIDERANDO

A concessão de aposentadoria ao servidor efetivo ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação;

CONSIDERANDO

A impossibilidade de realização de Concurso Público ou Processo Seletivo no período de 03 (três) meses que antecedem ao pleito eleitoral, conforme determina a Lei Federal 9.504/97;

CONSIDERANDO

A necessidade de contratação para o cargo vago, sendo está de caráter urgente e de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Claudiomiro Donida
-----------	--------------------

CPF:	928.735.109-00
RG:	2.656.510 SSP/SC
CARGO:	Auxiliar de Manutenção e Conservação
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos
GRUPO:	I-SEG
NÍVEL:	112
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso V "admissão de substituto para suprir as ausências decorrentes de exoneração ou demissão, falecimento e aposentadoria"
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo do servidor efetivo ocupante da vaga ter se aposentado.
VIGÊNCIA:	01/07/2020 à 31/12/2020

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI
Secretário de Administração

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019

Publicação Nº 2544923

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019

QUARTO ADITAMENTO CONTRATUAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO COM MELHORIAS NAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, SENDO AO LONGO DA AVENIDA DOM PEDRO II E NA RUA 28 DE ABRIL, CENTRO, COMPREENDENDO UMA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE 6.477,10M² QUE TERÁ INTERVENÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 12C 1.233.665.

CONTRATADA: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 105, Centro, Município de Serra Alta/SC inscrita no CGC/MF sob o nº. 11.451.859/0001-33, neste ato representada por seu representante legal Senhor Elvino João Martello, portador do CPF: 503.333.139-68 e RG 1.382.747, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência Processo de Licitação Nº031/2019, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 031/2019, homologado em 24/07/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1 Alterar a "Cláusula Terceira – Dos Prazos de Execução e Vigência" relativo ao contrato nº044/2019, com fundamentação legal no artigo 57, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

"3.1 - O prazo de execução da obra fica aditivado, passando a ter vigência de (30/06/2020 a 30/08/2020), podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo Contratual, desde que seja acordado entre as partes, em conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94."

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 044/2019, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta (SC), 29 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal de Serra Alta
CONTRATANTE

ÉLVIO JOÃO MARTELLO
REPRESENTANTE LEGAL
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Depto Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI CPF: 009.277.159-96 Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças
---	--

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 026/2020

Publicação Nº 2545863

PROCESSO Nº: 026/2020		DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº: 026/2020
PROVIDÊNCIA:	Parecer sobre dispensa de Licitação para a contratação de serviços do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, onde o Município de Serra Alta por intermédio da Lei Municipal nº 805 de 19/08/2009 é consorciado.	
OBJETO:	Contratação do Consórcio CIDIR para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DA ACESSO À COMUNIDADE DA LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M conforme os dados constantes no Projeto de Engenharia em anexo.	
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.	
SOLICITANTE:	Departamento de Compras	

Prezados Senhores,

I – Dos Fatos

Face à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e encaminhamento do Exmo. Sr. Prefeito para abertura de Procedimento de Dispensa de Licitação, objetivando a Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, a Comissão Permanente de Licitações vem solicitar análise e Parecer Jurídico para a prestação do serviço do objeto supracitado enquadrado no procedimento de Dispensa de Licitação conforme as JUSTIFICATIVAS que passa a expor:

II – Do Objeto

A presente Dispensa de licitação consiste na contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária, para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DA ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE

1.021,10M, conforme os dados constantes no Projeto de Engenharia em anexo.

FAZEM PARTE DO PROJETO DE ENGENHARIA OS SEGUINTE ITENS A SEREM EXECUTADOS PELO CONSÓRCIO CIDIR:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

- Imprimação de base de pavimentação com emulsão CM30 (taxa aplicação = 1,2 l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- Pintura de Ligação com emulsão RR-2C (taxa aplicação= 0,5l/m²) inclusive transporte da emulsão.
- Construção de pavimento com aplicação de CBUQ, camada de rolamento com espessura de 5,0cm.
- Transporte de CBUQ com c/ base 6,0m³ rodovia pavimentada DMT - 20Km densidade 2,5t/m³

SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL

- Pintura horizontal de faixa longitudinal contínua com tinta acrílica amarela com micro esfera.
- Pintura horizontal de faixa longitudinal contínua com tinta acrílica branca com micro esfera.

A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA EM CONFORMIDADE COM OS ITENS MENCIONADOS ACIMA QUE CONSTAM DETALHADAMENTE NA PLANILHA DE ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA, E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

Justifica-se o processo de Dispensa, pois é visto que:

O inciso XXVI, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 foi acrescentado pela Lei nº 11.197/05 estabelecendo normas gerais para contratação dos consórcios públicos. Nesse sentido, com advento da referida lei, passou a ser dispensável o procedimento licitatório no caso de ser celebrado um contrato de programa entre consórcio público e entidade da Administração Pública, com intuito da realização de prestação de serviços nas formas, associadas, previsto no instrumento do consórcio público ou em algum convênio de cooperação. A necessidade da dispensa visa caracterização de ajustes técnicos, tais como: objetivo a qual se destina, a criação dos programas e projetos com intuito da prestação de serviços visando o interesse público.

Isso se justifica pelo fato de que, tais consórcios foram criados EXCLUSIVAMENTE para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa associação de entes federados formada por vários Municípios da região. O Consórcio CIDIR dispõem de toda uma infra-estrutura laboratorial e de recursos humanos com experiência técnica suficiente para atender aos requisitos necessários de reputação ético-profissional conforme estabelecido na Lei. Além disso, oportuno salientar que o consórcio visa a prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, compartilhando servidores, máquinas e equipamentos.

A Constituição Federal em seu art. 37 inciso XXI trata da obrigatoriedade da licitação, ao tempo em que excepciona as hipóteses previstas na Lei 8.666/93 que ao traçar as normas gerais para as licitações e contratos da Administração Pública, aperfeiçoa o princípio da competência privativa da União conforme art. 22 c/c 37, XXI da Lei Maior.

Assim, o legislador consagrou a licitação como regra para contratação por parte da Administração Pública Direta ou Indireta com particulares, neste caso, tratando do contrato administrativo os casos de dispensa e inexigibilidade devem ser considerados como exceções de contratações, sendo estas pactuadas de formas diretas, desde que estejam autorizadas em lei específica.

Portando, estando presentes todos os requisitos do processo licitatório de dispensa: o Consórcio Público prestador do serviço objeto da contratação se insere no âmbito de atividade inerente contratada, o consórcio detém inquestionável reputação ético-profissional e está apto para atender aos interesses da Administração Municipal.

Em análise das certidões negativas do consórcio verificou-se sua regularidade fiscal e trabalhista estando apto para contratar com a administração. Vale ressaltar ainda, que o Setor da Contabilidade informou a previsão de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação cumprindo ao disposto no Art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93.

Após a análise dos documentos para a contratação solicitada, esta CPL opina pela aplicação de Dispensa de Licitação. Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Art. 24. É dispensável a licitação:

[.....]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

Em face do que foi mencionado, propõe-se a contratar os seguintes serviços:

A ser contratado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, inscrito no CNPJ sob nº 11.117.243/0001-20, estabelecido na Avenida São Paulo, Nº1615, 1º Andar, Centro, Pinhalzinho/SC, que fornece o objeto do contrato, com preço subsidiado e menor que o praticado no mercado.

Contratação do Consórcio CIDIR que tem por objetivo o desenvolvimento, implantação e manutenção da infraestrutura rodoviária urbana e rural dos municípios consorciados. Neste sentido, o Município de Serra Alta vem buscando realizar ações investindo na infraestrutura das rodovias, em especial que dão acesso as comunidades do interior. Sendo assim, nessa nova etapa a Comunidade de Linha Baesso será a beneficiada com a pavimentação asfáltica, que vai oferecer melhores condições de trafegabilidades aos munícipes serraltenses, bem como busca melhorar o escoamento agrícola, garantindo o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores rurais e promovendo dessa forma mais qualidade de vida, conforto e segurança em especial aos moradores dessa localidade que trafegam diariamente nesse trajeto.

O valor global para a execução da pavimentação asfáltica e sinalização viária horizontal da Rodovia EMSA-013, trajeto de acesso à Linha Baesso, interior do Município de Serra Alta/SC, totaliza R\$ 297.934,31 (Duzentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos).

Importante destacar que os recursos financeiros para a execução da referida obra serão oriundos do Contrato de Repasse nº 896235/2019/MDR/CAIXA celebrado com a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional e representado pela Caixa Econômica Federal.

CONCLUSÃO

Diante do fundamento legal supramencionado, esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para realização do procedimento de Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93, em primazia à supremacia do interesse público, submetendo-a às demais considerações que porventura se fizerem necessárias, pelo que encaminhamos à Vossa Senhoria, os autos deste procedimento para análise e emissão do parecer jurídico.

SERRA ALTA/SC, 30 de junho de 2020.
Comissão Permanente de Licitações

MARINA RITA CHAGAS
Presidente CPL

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA
Secretária Membro CPL

PROCESSO Nº: 026/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 026/2020

À vista de exposição do Departamento de Compras, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento dos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Serra Alta/SC, 30 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Responsável pela autorização

PROCESSO Nº 026/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 026/2020

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, inscrito no CNPJ sob nº 11.117.243/0001-20, estabelecido na Avenida São Paulo, Nº1615, 1º Andar, Centro, Município de Pinhalzinho/SC, no valor global para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DA ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M, que totaliza R\$ 297.934,31 (Duzentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

E autorizo o empenho da Despesa no Projeto Atividade: 08.02.1.005- Pavimentação de Ruas e Acessos – 44.93.00 DR 0012, no valor de R\$ 297.934,31 (Duzentos e noventa e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, cujo pagamento far-se-á parceladamente com estrita observância na ordem cronológica de liberação dos recursos federais oriundos do Ministério do Desenvolvimento Regional, por intermédio da Caixa Econômica Federal, de acordo com o CONVÊNIO Nº 896235/2019/MDR/CAIXA, mediante a emissão de boletins de medição oriundos do departamento de engenharia do Município de Serra Alta/SC, e posterior apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

Serra Alta/SC, 30 de junho de 2020.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 026/2020

Publicação Nº 2545083

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 26/2020 - DL Processo Administrativo: 26/2020 Processo de Licitação: 26/2020 Data do Processo: 30/06/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2020
b) Licitação Nr.: 26/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 30/06/2020
e) Data da Adjudicação: 30/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação do Consórcio CIDIR p/a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO DE ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BAESSO, INTERIOR DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M conforme dados do projeto de engenharia. A obra vai oferecer melhores condições de trafegabilidades aos municípios serraltenses, bem como busca melhorar o escoamento agrícola, garantindo o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores rurais.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 005203 - CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV.	<u>6</u>	0,0000	<u>297.934,31</u>
	6		297.934,31

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.93.00.00.00.00.00 (123) Saldo: 300.000,00

Serra Alta, 30 de Junho de 2020.

MARINA RITA CHAGAS
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº166/2020

Publicação Nº 2545980

DECRETO N.º 166 DE 18 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 431.702,86 (quatrocentos e trinta e um mil e setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.052	COVID-19 - Rec. Transferências da União Saúde e Social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b)
PROJETO/ATIVIDADE	2.029	Manutenção do Bloco Atenção Básica - Saúde da Família
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	50	

VALOR: R\$ 34.994,52 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.052	COVID-19 - Rec. Transferências da União Saúde e Social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b)
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	20	

VALOR: R\$ 15.216,00 (quinze mil e duzentos e dezesseis reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	04	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Especiais
PROGRAMA	00	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5.052	COVID-19 - Rec. Transferências da União Saúde e Social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b).
PROJETO/ATIVIDADE	0.003	Contribuição do Município ao PASEP

ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	147	

VALOR: R\$ 507,17 (quinhentos e sete reais e dezessete centavos)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	04	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Especiais
PROGRAMA	00	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5.053	COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)
PROJETO/ATIVIDADE	0.003	Contribuição do Município ao PASEP
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	148	

VALOR: R\$ 3.809,85 (três mil oitocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.053	COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	149	

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5.053	COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	150	

VALOR: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esportes
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5.053	COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	151	

VALOR: R\$ 117.175,32 (cento e dezessete mil cento e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação na Fonte de Recurso COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b) e COVID-19 - Rec. Transferências da União Sem Destinação Específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b), no valor de R\$ 431.702,86 (quatrocentos e trinta e um mil e setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Junho de 2020.

DECRETO Nº167/2020

Publicação Nº 2545982

DECRETO N.º 167 DE 29 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA GLADYS LENUZIA KESTERING COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMAS Nº 5/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada GLADYS LENUZIA KESTERING, brasileira, CPF nº 542.389.789-00, assistente administrativo, e-mail: gladys_glk@hotmail.com, telefone (48) 99672-3333, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMAS nº 5/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentos para pessoas idosas com deficiência atendidas na Assistência Social do Município de Siderópolis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 29 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de junho 2020.

DECRETO Nº168/2020

Publicação Nº 2545983

DECRETO Nº 168 DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.012	Convênio de Trânsito – Rádio Patrulha
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	152	

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Convênio de Trânsito – Rádio Patrulha, no valor de 5.000,00 (cinco mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Junho de 2020.

DECRETO Nº169/2020

Publicação Nº 2545984

DECRETO N.º 169 DE 29 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA ROSÂNGELA ROSSA DE SOUZA COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 63/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada ROSÂNGELA ROSSA DE SOUZA, brasileira, CPF nº 646.784.749-00, Secretária de Educação, telefone (48) 99928-8067, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 63/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de proteção individual para organização do retorno das atividades escolares presenciais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 junho de 2020.

DECRETO Nº170/2020

Publicação Nº 2545985

DECRETO N.º 170 DE 29 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA AIRTON LEAL GHISI COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 65/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Airton Leal Ghisi, brasileiro, CPF nº 800.543.079-53, e-mail: airtonghisi@hotmail.com, telefone nº: (48) 3435-8900 e 99904-5775, engenheiro civil, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº65/2020, cujo objeto é fornecimento de massa asfáltica, emulsão de imprimação, pintura de ligação, com serviços de aplicação e rolagem de massa asfáltica através do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – Cirsures, com recursos provenientes do FINISA.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de junho de 2020.

DECRETO Nº171/2020

Publicação Nº 2545986

DECRETO N.º 171 DE 29 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA ROBSON BENTO MARTINS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS 64/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Robson Bento Martins, brasileiro, CPF nº 592.067.729-53, e-mail: obras@sideropolis.sc.gov.br, telefone nº: (48) 3435-8900, Almoxarife, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS 64/2020, cujo objeto é o fornecimento parcelado de pneus, camaras, protetores de aro para manutenção dos veículos pertencentes à frota da Secretaria de Obras do município durante o exercício de 2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 junho de 2020.

DECRETO Nº172/2020

Publicação Nº 2545988

DECRETO Nº 172 DE 29 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 54.510,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e dez reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	15	

VALOR: R\$ 54.510,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e dez reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas de Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União ref. COVID-19, no valor de 54.510,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e dez reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de Junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Junho de 2020.

DECRETO Nº173/2020

Publicação Nº 2545989

DECRETO N.º 173 DE 30 DE JUNHO DE 2020

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

O HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CAPÍTULO I

DA NECESSIDADE DE ISOLAMENTO DOMICILIAR DAS PESSOAS MAIORES DE 60 ANOS

Art. 1º Fica recomendado o isolamento domiciliar de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Parágrafo único. Recomenda-se que o deslocamento de referidas pessoas se limite às atividades laborativas, atendimentos de saúde, aquisição de produtos alimentícios e de saúde e para atividade física ao ar livre, sempre utilizando máscara.

CAPÍTULO II

DA UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MÁSCARAS

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto passa a ser obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas, em transporte público, em transporte por aplicativo, táxis e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

§ 1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo constitui infração sanitária prevista na Lei Municipal 5/2009 e, a partir do dia 02 de julho de 2020, acarretará a imposição de multa no valor mínimo de 23 UFM (R\$ 102,81).

§ 2º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes de

fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, cabendo-lhes a fiscalização de todos os serviços e atividades liberadas a funcionar sob regramento especial durante a vigência da pandemia da COVID-19. §3º Em caso de descumprimento, o órgão atuante poderá acionar a autoridade policial para lavratura de Termo Circunstanciado, pelo crime do art. 268 do CP.

§4º A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais, inclusive elevadores.

§5º A obrigação prevista no caput deste artigo será dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade.

§6º As máscaras a que se refere o caput deste artigo podem ser artesanais ou industriais.

§7º As pessoas, ao circularem em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transporte público, deverão portar documento de identificação, em meio físico ou digital.

§8º Considera-se adequado o uso da máscara quando obedecer àquele indicado pelos órgãos de saúde competentes, qual seja, utilizando-se o artigo facial de maneira correta, de modo a cobrir completamente a boca e o nariz, ao mesmo tempo.

Art. 3º Os estabelecimentos autorizados a funcionar durante a pandemia da Covid-19 são obrigados a fornecer a seus funcionários e colaboradores máscaras de proteção individual, ainda que de fabricação artesanal, e outros equipamentos de proteção quando o estabelecimento funcionar com atendimento ao público.

§1º O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo acarretará a imposição de multa de, no mínimo, 23 UFM por funcionário ou colaborador que estiver sem máscara, que será aplicada em dobro, nos casos de reincidência.

§ 2º A obrigação prevista no caput deste artigo também se aplica a órgãos e entidades públicos.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS ADOTADAS QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

Art. 4º Os serviços de alimentação não essenciais estão autorizados a funcionar com portas abertas e com atendimento ao público, autorizado o acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observadas as normas da Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020, e observadas as regras contidas nos decretos municipais, e as seguintes condições: I - A entrada de pessoas para consumo no local fica restrita até às 22 horas, podendo o cliente permanecer no local até, no máximo, às 23 horas.

II – Após as 22 horas, para novos atendimentos, os serviços de alimentação não essenciais poderão funcionar somente na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), retirada na porta ou drive-thru, observando-se, nesse caso, ainda:

a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool 70º INPM;

b) as refeições, lanches, cafés, bebidas e alimentos em geral, devem estar acondicionados em recipientes prontos para viagem, marmitas ou "pratos feitos" para entrega aos clientes, sendo proibida a modalidade de bufê de autosserviço (self service);

c) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes.

III - As mesas de refeição não poderão ser ocupadas por mais de 4 (quatro) pessoas.

IV - Fica proibida a utilização de espaços de playground existentes no interior dos serviços de alimentação.

Parágrafo único. Fica proibido, no interior de restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres, a prática de jogos de cartas, sinuca, bocha e similares.

Art. 5º Fica proibido, nas dependências de lojas de conveniências e nos postos de combustíveis:

I - o consumo de bebidas alcoólicas.

II - a aglomeração de pessoas e carros nas dependências e imediações (estacionamento, passagem de carro, espaços livres, entre outros).

§1º Deverá o estabelecimento garantir o efetivo cumprimento dessas medidas, com o isolamento físico das áreas extras de estacionamento e áreas livres, com cones, fitas zebradas ou similares, delimitando, assim, as áreas interditadas.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo constitui infração sanitária grave, conforme Lei 05/2009.

§3º Os clientes que descumprirem o disposto neste artigo também serão responsabilizados administrativamente, com aplicação de penalidade de multa, no valor mínimo de 23 UFM sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

§4º Após as 22 horas, até as 6 horas, será permitida apenas a retirada de produtos no balcão ou por meio de serviço de delivery, sendo proibida a permanência de clientes dentro da loja de conveniência.

Art. 6º Os serviços de alimentação considerados essenciais deverão operar com 50% de sua capacidade.

§1º São considerados serviços de alimentação essenciais: supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues, fruteiras, feiras livres, peixarias, lojas de venda de produtos alimentícios, lojas de venda de salgados, doces, bolos e tortas.

§2º Nos serviços de alimentação considerados essenciais, o consumo de produtos no local fica restrito ao disposto no artigo 4º do presente Decreto.

§3º Disponibilizar álcool 70º INPM em todos os setores existentes no estabelecimento, bem como em todos os corredores da área de vendas.

§4º Recomenda-se a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem no estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

§5º No caso do §4º do presente artigo, sendo aferida temperatura de 37,8ºC (trinta e sete vírgula oito graus Celsius), ou superior, não será permitida a entrada do cliente ou funcionário no estabelecimento, orientando-o a dirigir-se imediatamente à unidade de saúde ou Centro de Triagem mais próximo.

Art. 7º Todos os serviços de alimentação devem sinalizar de maneira clara e garantir que seja cumprido o distanciamento que deve ser mantido em filas e assentos, de modo a atender a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes.

Art. 8º Fica permitida a utilização de parques e praças ao ar livre somente para atividades físico-desportivas de caminhada, corrida e ciclismo, realizadas de forma individual, respeitando as regras definidas pela Portaria Estadual SES 275 de 27 de abril de 2020.

§1º Poderão ser desenvolvidas atividades físicas com personal trainer nestes locais, limitando a quantidade de participantes a 2 (dois) alunos e respeitadas as normas estabelecidas pela Portaria citada no caput deste artigo.

§2º O horário de funcionamento dos parques municipais será das 6h às 21h.

§3º Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre, assentos e quadras poliesportivas existentes nesses locais.

Art. 9º Fica proibida a realização de eventos esportivos amadores ou recreativos.

Parágrafo único. Os eventos esportivos de iniciativa pública ou privada, de caráter profissional, seguirão as regras estaduais vigentes ou as que vierem a substituir.

Art. 10 Fica proibido atividades de shows e espetáculos durante a vigência desse decreto.

§1º Fica incluída nessa proibição a realização de festas e eventos particulares.

§2º O descumprimento das determinações deste artigo constitui infração sanitária grave prevista na Lei Municipal e é passível de multa.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 11 A pessoa física ou jurídica que descumprir os comandos dispostos no presente Decreto, nos demais Decretos Municipais e Estaduais e nas Portarias Municipais e Estaduais que determinaram medidas a serem adotadas no tocante à prevenção e cuidados necessários contra a COVID-19, como distanciamento obrigatório, higienização, lotação máxima de ambientes, entre outros, estará incurso nas penas discriminadas na Lei Municipal nº 5/2009 com a aplicação das sanções previstas na referida lei.

§1º Em caso de ausência de notificação anterior, seja pela Vigilância Sanitária do Município, Polícia Militar ou Polícia Civil, será aplicada a pena de advertência ao infrator.

§2º Constando-se que o infrator já foi notificado, ainda que anteriormente à assinatura do presente Decreto, por quaisquer autoridades de saúde, tanto da esfera municipal como estadual, será aplicada imediatamente a medida cautelar de interdição de estabelecimento ou atividade, pelo prazo de 10 (dez) dias, após o qual, uma vez cumprido, estará automaticamente liberado.

§3º Descumprido o prazo de suspensão de estabelecimento ou atividade, pelo prazo referido no §2º deste artigo ou se, retomando as atividades após o prazo de suspensão, voltar a descumprir as normas sanitárias vigentes, o estabelecimento será interditado novamente, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

§4º Verificada a reincidência – descumprimento da suspensão ou de normas sanitárias vigentes - conforme previsto nos §2º e §3º deste artigo, será cancelada a autorização para funcionamento da empresa, bem como cancelado o alvará de licenciamento do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, nos termos da Lei.

§5º O infrator poderá apresentar defesa e recurso contra a penalidade imposta, nos termos do previsto na Lei Municipal nº5/2009, sendo recebidos sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO INTEGRADA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 12 Fica criada uma Comissão Integrada para Avaliação e Monitoramento do cumprimento das medidas determinada no presente Decreto, nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e do Município, e nos Decretos Municipais que impõe as medidas a serem adotadas pelos diversos setores, no combate à COVID-19, composta pelos seguintes membros:

I - um representante da Vigilância Sanitária;

II - um representante da Procuradoria-Geral do Município;

III - um representante da Defesa Civil;

IV - um representante da Prefeitura Municipal.

§1º Serão convidados a participar da referida Comissão os representantes das seguintes Instituições:

I - da Polícia Civil;

II - da Polícia Militar;

III - do Corpo e Bombeiros Militar.

§2º A Comissão ficará responsável pelo monitoramento das atividades e constatação de infração às determinações contidas em lei e nas normas de vigência, não conflitando, tal atividade, com as atribuições de cada órgão envolvido.

§3º As defesas das penas impostas serão deliberadas em conjunto pela Comissão, prosseguindo-se com o procedimento previsto na Lei Municipal 5/2009.

§4º Será encaminhado ofício para as entidades contidas nos incisos I, II, III e IV, do §1º deste artigo, a fim de que manifestem interesse em participar da Comissão Integrada para Avaliação e Monitoramento e, em caso positivo, indiquem o nome do representante da Instituição.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 14. Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor no dia 2 de julho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de junho de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de junho de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 090/2020

Publicação Nº 2544840

PORTARIA Nº 090 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor ZÊNIO CARDOSO, no uso de suas atribuições legais amparado pelo item VI, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Municipal). e

Considerando os trâmites do processo administrativo disciplinar instaurado em face da Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva, Auxiliar de Consultório Dentário (PSF) na Secretaria Municipal Saúde de Sombrio – SC (Matrícula nº 5609), inscrita no CPF sob o nº 943.541.200-97 pela Portaria 54/2020, de 17/03/2020;

Considerando a concessão pelo INSS de Auxílio Doença à Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva com renda mensal de R\$ 1.045,00, e com início de vigência a partir de 17/04/2020 e fim de vigência indeterminado (Vide Carta de Concessão / Memória de Cálculo do Benefício anexos - Número do Benefício: 705473505-7);

Considerando o diagnóstico de saúde da Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva, o qual embasou a concessão do benefício previdenciário acima descrito, (Transtorno misto ansioso e depressivo – CID 10 – F412), destarte, a falta de condições psicológicas para participar no momento de qualquer ato procedimental correlato ao presente PAD;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER o processo administrativo disciplinar instaurado em face da Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva, Auxiliar de Consultório Dentário (PSF) na Secretaria Municipal Saúde de Sombrio – SC (Matrícula nº 5609), inscrita no CPF sob o nº 943.541.200-97 pela Portaria 54/2020, de 17/03/2020 até o final da vigência do benefício previdenciário descrito no NB 705473505-7, ocasião em que a Servidora deverá comparecer no Departamento de RH para informar o fim dos efeitos do referido benefício previdenciário e regularizar sua situação salarial estatutária e previdenciária junto ao Município, bem como, após essa data;

Art. 2º. PRORROGAR o processo administrativo disciplinar instaurado em face em face da Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva, Auxiliar de Consultório Dentário (PSF) na Secretaria Municipal Saúde de Sombrio – SC (Matrícula nº 5609) por mais 60 dias, a partir do término do prazo estabelecido no art. 1º.

Art. 3º. SUSPENDER em parte os efeitos da Portaria 54/2020, de 17/03/2020, a fim de manter o afastamento preventivo da Servidora Cléia Aparecida Pereira da Silva, contudo, sem remuneração municipal, face ao recebimento da renda mensal de R\$ 1.045,00 pelo INSS desde 17/04/2020.

Art. 4º. Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação, retroajindo seus efeitos a partir de 19 de junho de 2020.

Município de Sombrio-SC, 24 de junho de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

VALORES FIXADOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - DE 01/07/2020 A 31/07/2020

Publicação Nº 2545230

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2019

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2019

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, no Município de Sombrio/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.963.216/0001-17, torna público, neste ato representado pelo Sr. José Sidnei Januário, Secretário Municipal de Finanças, vem a público, nos termos do fixado no Edital de Pregão Presencial p/ Registro de Preços em epígrafe, informar que, conforme previsto no edital em epígrafe e, considerando a variação dos preços dos combustíveis na região, conforme consta no site para controle de preços por município da Agência Nacional de Petróleo – ANP, link: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp, ficam revistos os valores unitários dos combustíveis, aplicando-se ainda sobre o preço médio, o desconto ofertado nas propostas pelas licitantes, conforme consta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO REGIONAL - ANP	PERCENTUAL DE DESCONTO	V. UNIT. A SER PAGO PELO MUNICÍPIO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,77	1%	R\$ 3,73
2	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 2,91	1%	R\$ 2,88
3	ÓLEO DIESEL S10	R\$ 2,99	1%	R\$ 2,96

Os preços acima fixados terão validade entre 01/07/2020 a 31/07/2020.

As empresas detentoras de Atas de Registro de Preços com esta municipalidade serão comunicadas das alterações nos termos do fixado em edital.

Sombrio/SC, em 30 de junho de 2020.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

Sul Brasil

PREFEITURA

LEILAO 001/2020

Publicação N° 2545260

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/LEILÃO DE BENS

Processo Administrativo nº 049/2020

Edital: LEILÃO DE BENS nº 001/2020

Objeto: LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO E PRESENCIAL, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL – SC

Abertura para Lances: 08:00 horas do dia 01 de julho de 2020

Abertura do Leilão: 10:00 horas do dia 22 de julho de 2020

Pagina web para lances: www.superbid.com.br

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de julho de 2020.

EDER IVAN MARMITT- Prefeito Municipal

PREGAO 026/2020

Publicação N° 2546138

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 050/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2020

Tipo: Registro de Preço / MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES DE ÁGUA POTAVÉL E DO ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 14 de julho de 2020

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 14 de julho de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de julho de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 REGISTRO DE PREÇO - HMFR

Publicação Nº 2545089

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 REGISTRO DE PREÇO - HMFR

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 003/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIO-LÓGICOS (RADIO-X DIGITAL), DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA, representada neste ato por Jackson Pereira;

2) MARCUS VINICIUS G. B. CALDAS MESQUITA & CIA LTDA, representada neste ato por Jhonatan Henrique Ferreira;

Iniciado o certame, esteve presente a Sra. Andréia Rambo Thomé, diretora do Hospital Municipal Frei Rogério. Passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 01 a empresa CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA com o valor total de R\$ 19.250,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. O representante da empresa MARCUS VINICIUS G. B. CALDAS MESQUITA & CIA LTDA manifestou intenção de recurso administrativo contra a habilitação da empresa CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA uma vez que não apresentou vínculo da empresa com a médica Livia Maria Valdanha Monteiro Martins, além do mais, em conferencia do CNES da empresa consta como Responsável Técnica o senhor Jackson Pereira. Cumpre-nos assinalar que o acórdão 339/2010 plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) determina que o pregoeiro não pode rejeitar os recursos formulados pelos licitantes, abstendo-se de analisar de ante mão o mérito do recurso nos do Decreto 3.555 e Lei Federal 10.520/2002. Insta salientar que a atividade do pregoeiro quanto à análise das intenções dos recursos manifestados na seção do pregão deve se restringir a constatação da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação. Fica concedido o prazo de 03 (três) dias para que os recorrentes apresentem suas razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimado para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 30/06/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 30 de Junho de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Andréia Rambo Thomé
Diretora do Hospital Municipal Frei Rogério

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA

MARCUS VINICIUS G. B. CALDAS MESQUITA & CIA LTDA

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 163/2020

Publicação Nº 2545197

DECRETO Nº. 163/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL PELA UTILIZAÇÃO DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.106,67 (Cinquenta e cinco mil cento e seis reais e sessenta e sete centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento conforme segue:

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.042– PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

MODALIDADE: 3.1.90.05306 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 35.606,67

FONTE DE RECURSO: 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID - 19

PROJ./ATIV.: 2.043– PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE

MODALIDADE: 3.1.90.05306 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 19.500,00

FONTE DE RECURSO: 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID - 19

TOTAL R\$ 55.106,67

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 55.106,67 (Cinquenta e cinco mil cento e seis reais e sessenta e sete centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação através de repasse do SUAS na fonte 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID – 19.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 164/2020

Publicação Nº 2545201

DECRETO Nº. 164/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL PELA UTILIZAÇÃO DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.700,00 (Vinte e três mil e setecentos reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento conforme segue:

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.038– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MODALIDADE: 3.3.90.05306 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 2.100,00

FONTE DE RECURSO: 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID - 19

MODALIDADE: 4.4.90.05306 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 21.600,00

FONTE DE RECURSO: 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID - 19

TOTAL R\$ 23.700,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 23.700,00 (Vinte e três mil e setecentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação através de repasse do SUAS na fonte 5306 – Transferencias Assistencia Social Federal – COVID – 19.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 162 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2544831

DECRETO Nº. 162, DE 01 DE JULHO DE 2020. HOMOLOGA AS RESOLUÇÕES Nº 003/2020, Nº 004/2020 E Nº 005/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 003 , nº 004 e nº 005, todas de 25 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 01 de julho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020-2020

Publicação Nº 2545409

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 020/2020.
TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2020.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTO E CALÇADA PÚBLICA, JUNTO AO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES OLÍVIO BACZINSKI, CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTENCIA SOCIAL) E ESTÁRIO MUNICIPAL GENÉSIO LOWIS, LOCALIZADOS NO CENTRO DA CIDADE DE TIGRINHOS, CONFORME PROJETO ANEXO I DO EDITAL. O recebimento da documentação e propostas será até as 08h30min do dia 22/07/2020 no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital e Projeto (gravado em mídia), poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser, no site: www.tigrinhos.sc.gov.br Tigrinhos, 01 de julho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 082/PMT/2020

Publicação Nº 2545299

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 082/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/PMT/20 –PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMT/20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – POLÍCIA CIVIL

CONTRATADA: EONIX COMERCIAL EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS TANQUE DE TINTA, TINTAS COMPATÍVEIS COM REFERIDAS IMPRESSORAS, TABLET E TONNERS DE IMPRESSÃO, PARA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 4.280,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).

Tijucas, 30 de junho de 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 083/PMT/2020

Publicação Nº 2545253

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 082/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/PMT/20 –PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMT/20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – POLÍCIA CIVIL

CONTRATADA: EONIX COMERCIAL EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS TANQUE DE TINTA, TINTAS COMPATÍVEIS COM REFERIDAS IMPRESSORAS, TABLET E TONNERS DE IMPRESSÃO, PARA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 4.280,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).

Tijucas, 30 de junho de 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 084/PMT/2020

Publicação Nº 2545317

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 084/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/PMT/20 –PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/PMT/20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – POLÍCIA CIVIL

CONTRATADA: L&S COMERCIAL EIRELLI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE NOTEBOOKS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS TANQUE DE TINTA, TINTAS COMPATÍVEIS COM REFERIDAS IMPRESSORAS, TABLET E TONNERS DE IMPRESSÃO, PARA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 1.993,25 (UM MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E VINTE CINCO CENTAVOS).

Tijucas, 30 de junho de 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 085/PMT/2020

Publicação Nº 2544866

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 085/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE REGULARIZAÇÃO DA AVENIDA EMILIA RAMOS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA

DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

EMPRESA VENCEDORA: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA

VALOR: R\$ 94.554,25 (NOVENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 30 DE JUNHO DE 2020.

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/2020

Publicação Nº 2544863

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 006/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE REGULARIZAÇÃO DA AVENIDA EMILIA RAMOS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

EMPRESA VENCEDORA: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA

VALOR: R\$ 94.554,25 (NOVENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 30 DE JUNHO DE 2020.

LEI ORDINÁRIA Nº 2783-2020

Publicação Nº 2545171

LEI Nº 2783, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2021 e dá outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Tijucas, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentária, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos, de que trata o art. 4º, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VII - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VIII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

XI - Anexo XI - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Receitas;

XII - Anexo XII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas;

XIII - Anexo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo XV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo XVI - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo XVII - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo XVIII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo XI X- Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo XX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo XXI - Demonstrativo das Metas Fiscais por Ações;

XXII - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - PROGRAMA, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - ATIVIDADE, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - PROJETO, um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - OPERAÇÃO ESPECIAL, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - AÇÃO, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

VI - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos este como os de maior nível da classificação institucional;

VII - RECEITA ORDINÁRIA, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - EXECUÇÃO FÍSICA, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em resto a pagar;

X - EXECUÇÃO FINANCEIRA, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas.

Art. 5º O orçamento para o exercício de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e suas Autarquias, Fundações e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual para 2021, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesas das mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - Pessoal e Encargos Sociais - 1;

II - Juros e Encargos da Dívida - 2;

III - Outras Despesas Correntes - 3;

IV - Investimentos - 4;

V - Inversões Financeiras - 5;

VI - Amortização da Dívida - 6.

§ 2º - A reserva de contingência, prevista nos artigos 25 e 26 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - Mediante transferência financeira:

- a) A outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades;
- b) Diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - Diretamente pela unidade detentora de crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 4º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, por modalidade de aplicação.

§ 5º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receitas e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Anexos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentário a que se refere inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programa conforme o Vinculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das fontes de financiamento;

XII - Da discriminação sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados a saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá:

I - Exposição circunstanciada da situação econômica-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldo de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - Justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2021, poderá contemplar novos projetos, atividades e operações especiais referente a despesas obrigatórias de duração continuada, se:

I - Tiverem sido adequadamente atendidos todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - Tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da administração pública municipal;

III - Tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos.

Parágrafo único. As prioridades citadas no caput deste artigo e as definidas no Anexo I desta Lei poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO IV

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, e sua evolução nos últimos três anos.

Art. 11 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 12 A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 13 O executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos.

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observando a tendência do exercício;

II - O superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por lei municipal específicas aprovadas no exercício.

Art. 14 Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 16 Os Orçamentos para o exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 17 A Proposta Orçamentária do Município de Tijucas, relativo ao exercício de 2021, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 18 Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 19 Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - Com pessoal e encargos patronais;

II - Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 20 Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constante desta lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2021, conterà autorização para o Executivo Municipal remanejar, dentro do mesmo projeto, atividade e operação especial, dotações das suas respectivas modalidades de aplicação.

§ 2º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2021, conterà autorização para que o Executivo Municipal crie novas classificações de despesa quando a sua natureza, (modalidade de aplicação, fontes de recursos e seus respectivos valores), a fim de ajustar as necessidades da Administração Municipal.

§ 3º - Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2021, poderão se abertos por Decreto do Executivo Municipal para o próximo exercício.

IV - Os recursos alocados destinarem-se a contrapartida de recursos federais, estaduais ou operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 21 Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará aquela de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, esportivo, representativas de servidores municipais, de tradição, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2019 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílio, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Art. 23 A celebração de convênio para concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidade sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social, educacional, de saúde, cultural e de cooperativismo, ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recursos Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da Legislação em vigor, e condicionada:

I - Ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - A comprovação das prestações de contas referente aos recursos de qual trata este artigo, recebidos anteriormente;

III - A aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebido em 2020;

IV - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 24 A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situação que envolva claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 25 O orçamento de cada uma das unidades gestoras, contemplará recursos para Reserva de Contingência, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2021, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros risco e eventos fiscais imprevistos.

Art. 26 A Reserva de Contingência do IPP será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

Seção X

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 27 O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 29 O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito respeitadas os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 30 A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o

disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, fazer concurso público, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2021 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou função guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Tijucas, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambas os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contrato de Terceirização".

Art. 33 No exercício financeiro de 2021, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativos observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34 Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 O Executivo Municipal autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes.

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobranças sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 40 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 41 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizado os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 42 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e de existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º - A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseq-ências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal, no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2020.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênio com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2021.

Art. 45 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado no decorrer do exercício de 2020, a incluir novas Fontes de Recursos, para execução dos Orçamentos.

Art. 46 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Tijucas (SC), 01 de julho de 2020.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

Timbé do Sul

PREFEITURA

1º TA AO TERMO DE PARCERIA Nº 01_2020 COLABORAÇÃO

Publicação Nº 2545105

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Termo de Parceria nº 01/2020 - Colaboração

Concedente: Município de Timbé do Sul

Proponente: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbé do Sul

Objeto: Alteração do objeto e do valor estabelecidos no Termo de Parceria nº 01/2020 - Colaboração.

Cláusula Segunda – Fica alterado o objeto do Termo de Parceria nº 01/2020 – Colaboração, em função do recebimento do incremento temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações do Combate ao COVID-19, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Cláusula Terceira - O valor previsto na Cláusula Quinta do Termo de Parceria de origem, de R\$ 86.535,12 (oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e doze centavos), fica acrescido de R\$ 1.787,52 (um mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), restando em R\$ 88.322,64 (oitenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro reais), conforme Plano de Trabalho apresentado.

Timbé do Sul, 24 de Junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO 12/2020 FMS

Publicação Nº 2545019

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 12/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Farmacia Ceconi Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para suprir o atendimento à população do município de Timbé do Sul, durante o exercício 2020.

Valor: R\$ 21.558,00 (vinte e um mil, quinhentos e cinq-enta e oito reais) global estimado

Vigência: de 26/05 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 13/2020 FMS

Publicação Nº 2545021

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 13/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Drograria e Farmácia Boeira Ltda EPP

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para suprir o atendimento à população do município de Timbé do Sul, durante o exercício 2020.

Valor: R\$ R\$ 36.291,30 (trinta e seis mil, duzentos e noventa e um reais e trinta centavos) global estimado

Vigência: de 26/05 a 31/12/2020

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO/RENOVAÇÃO Nº 210 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545751

CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO/RENOVAÇÃO
Nº 210 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA e RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão n.º 187/2019 de 02/09/2019.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente;

CONSIDERANDO a alteração de confrontantes;

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "CHARLES NORBERTO ZIMATH", situado do lado par da Rodovia Estadual SC-110, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 82,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Alfredo Laemmel, neste distrito e Comarca, com a área de 127.896,78m² (Cento e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e seis metros e setenta e oito décimos quadrados), cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão n.º 187/2019 de 02/09/2019, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de CHARLES NORBERTO ZIMATH, conforme matrícula nº 19.253, livro 2.

Esta certidão altera e revalida a Certidão n.º 187/2019 de 02 de setembro de 2019, e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 25 de junho de 2020.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.
Município de Timbó

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF

Publicação Nº 2545740

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, no. 700, Centro, representado por sua Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, Sra. BRUNA DE ANDRADE (conforme atribuições estabelecidas no art. 12 da Lei Complementar nº. 196/2000 e Decreto nº. 4309/2016), doravante denominado MUNICÍPIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 13.465, de 2017, Decreto nº. 9.310, de 15 de março de 2018 e Decreto Municipal nº. 4.909, de 24 de agosto de 2018, considerando que de acordo com o art. 16, §2º do Decreto nº 9.310/2018, a legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade, conferido por ato do poder público, por meio do qual o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, vem por meio desta, CERTIFICAR A APROVAÇÃO DA REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO INDIVIDUAL, do imóvel urbano, designado sob lote nº 06, situado no lado par da Rua Bertoldo Zilsdorf, distando pelo lado direito do imóvel, em 34,39 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Água Branca, nesta cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 506,05m² (quinhentos e seis metros e cinco décimos quadrados) de acordo com o projeto de Regularização Fundiária aprovado em 30/04/2020, implementado sobre o imóvel objeto da matrícula nº 10.424, livro 2, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, no núcleo urbano informal denominado "Bertholdo Zilsdorf", de titularidade de Bertholdo Zilsdorf, CPF nº 055.285.069-68, o qual possui ciência, bem como os confrontantes, concordaram tacitamente, conforme art. 31, §1º e §6º, da Lei 13.465/2017 e art. 10, §2º, do Decreto 4.909/2018, e cuja unidade e seus ocupantes se encontram abaixo identificados:

Localização: situado no lado par da Rua Bertoldo Zilsdorf, distando pelo lado direito do imóvel, em 34,39 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Água Branca, Timbó/SC.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante:

Nome Completo: ALDO PEDRO AMARANTE

CPF: 346.777.559-49

CI: 809.514

Profissão: Aposentado

Data de Nascimento: 13/12/1957

Filiação: Alvina Oliveira Amarante e Osvaldo Padilha do Amarante

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

Data do Registro do Casamento: 28/12/1985

Nome Completo do Cônjuge: Marlene Aparecida Oliveira Amarante

CPF: 621.265.399-20

CI: 2.178.087

Profissão: Costureira

Data de Nascimento: 24/09/1968

Filiação: Antoninha Antunes Oliveira e Alair Pereira Oliveira

Estado Civil: Casada

Endereço Completo dos ocupantes: Rodovia Estadual SC-110, nº 7.487, São Roque, Timbó/SC.

Em observância ao art. 6º e 7º, do Decreto nº 4.909/2018 e, considerando que o imóvel já possui infraestrutura essencial mínima implantada (energia elétrica, saneamento básico e água potável), definida no Art. 8º do Decreto nº 4.909/2018, não tendo ainda, compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, ficando dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos IX e X do caput do art. 6º do Decreto nº 4.909/2018.

Processo acompanhado do requerimento protocolado sob nº 16.950, datado de 02 de dezembro de 2019 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Jaqueline Leina Ladehoff Klitzke, Arquiteta e Urbanista, CAU A149372-8, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

A REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO INDIVIDUAL foi realizada no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 10.424, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.035.5109.

Município de Timbó, 26 de junho de 2020.

BRUNA DE ANDRADE Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços	VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA Arquiteta e Urbanista CAU A41829-3
--	--

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 211 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2545746

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO
Nº 211 DE 26 DE JUNHO DE 2020.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão n.º 198/2019 de 06/12/2019.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente;

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "HELWAM I", situado do lado ímpar da Rua Expedicionário Pedro João Silva, distando pelo lado direito (ponto OPP) 131,80 metros da esquina formada com o lado par da Rua Guilherme Draeger, neste distrito e Comarca, com a área de 7.610,30m2 (Sete mil, seiscentos e dez metros e trinta decímetros quadrados), cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão n.º 198/2019 de 06/12/2019, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de HELWAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, conforme matrícula nº 28.888, livro 2.

Esta certidão revalida a Certidão n.º 198/2019 de 06 de dezembro de 2019.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de junho de 2020.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito,

Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

Município de Timbó

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista

CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2020 SAMAE

Publicação Nº 2545744

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020 - SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, MKS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA – ME, CNPJ nº 07.454.474/0001-52 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 07/07/2020.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO N° 80.2020 PMT

Publicação N° 2545876

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 80/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa ALGOR METALÚRGICA LTDA ME, CNPJ n°. 19.138.457/0001-95, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO N° 81.2020 PMT

Publicação N° 2545877

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 81/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CIDAMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CNPJ n°. 32.396.643/0001-92, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO N° 82.2020 PMT

Publicação N° 2545878

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 82/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI, CNPJ n°. 15.823.601/0001-71, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 83.2020 PMT

Publicação Nº 2545880

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI, CNPJ nº. 92.264.472/0001-70, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 84.2020 PMT

Publicação Nº 2545882

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI, CNPJ nº. 32.673.663/0001-63, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 85.2020 PMT

Publicação Nº 2545884

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ nº. 04.742.267/0001-05, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 07/07/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 84.2018 SAMAE

Publicação Nº 2545885

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2018 SAMAE
CONCORRÊNCIA Nº 19/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 80.069.289/0001-34, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/07/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 30 de junho de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECISÃO - IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 73-2019 - PROCEDENTE RETIFICAÇÃO EDITAL ADMINISTRAÇÃO SISTEMAS

Publicação Nº 2545896

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES

IMPUGNANTE: IPM SISTEMAS LTDA.

DECISÃO

I. DOS FATOS

Trata-se de impugnação intentada em 03/12/2019 por IPM SISTEMAS LTDA. aos termos do edital de Pregão presencial nº 73/2019, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, publicado em 22/11/2019 com data de entrega dos envelopes e abertura das propostas agendada para 05/12/2019 as 09:05 horas.

Em suas razões, na síntese necessária, o impugnante alega vício no edital, inviabilizando a apresentação de proposta, face a ausência de definições objetivas em diversos itens, notadamente com relação aos serviços requisitados de customização e treinamento os quais não definem as atividades a serem desempenhadas, os prazos a quantidade de pessoas envolvidas, conforme item 3.2.7; 3.5; 3.8; que impõe a amortização exclusiva do custo de treinamento a empresa ignorando a amplitude que tal situação pode acarretar nos custos do projeto, dificultando a apresentação de uma proposta condizente com o objeto. Da mesma forma, assevera que o item 32 e 58 do item 5.2, impõe suporte de envio de arquivo de qualquer tamanho (ilimitado), condicionando capacidade mínima mas não máxima, o que acaba por ignorar os custos necessários ao seu armazenamento também ressalta que os itens 5.3; 5.24 e 5.31, dispõe da obrigação da empresa de modificar relatórios e layout a qualquer tempo e sem custo, o que, assevera contraria os preceitos de objetividade que o edital deve conter, impondo ônus incalculáveis ao fornecedor e dificultando a apresentação da proposta. Diante do exposto requer a retificação do edital de modo a contemplar as questões aventadas

Ante a impugnação, em sede de cognição sumária, decidimos pela suspensão do certame e enviamos para análise do corpo técnico competente, que, em 27/03/2020, após análise, manifestou-se pela procedência dos pedidos formulados pelo impugnante, esclarecendo que: "...informar que foram verificados os questionamentos/fatos levantados pela empresa, sendo que todos eram cabíveis. Assim, realizamos a correção no termo de referência, o qual enviamos ao Setor de Licitações por Meio Digital...."

Sendo este, em síntese, o relatório, passamos à análise e decisão da impugnação.

II. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação é tempestiva, eis que intentada em 03/12/2019 para certame com previsão de entrega dos envelopes em 05/12/2019, motivo pelo qual a impugnação deve ser conhecida.

III. DO MÉRITO

Vistos e analisados os autos da impugnação apresentada, vislumbra-se que impugnação se resume a questões de ordem técnica de descritivo do edital, notadamente no que tange ao subjetivismo de informações que podem gerar custos imprevisíveis no contrato gerando a necessidade de sua definição.

Nesse sentido, considerando que o preceito legal impõe objetividade ao edital e diante da manifestação do setor técnico, necessária a retificação do edital, nos exatos termos sugeridos.

IV. DA CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto e atendendo aos princípios que regem as licitações públicas, DECIDE-SE PELO CONHECIMENTO da impugnação, eis que tempestiva, DEFERINDO-SE, no mérito, os pedidos formulados, alterando o edital conforme sugerido pelo setor técnico. republicando o edital.

Dê-se ciência à Impugnante e publicidade da presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades (publicidade e outras) determinadas em lei.

Timbó, 27 de março de 2020

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

DECRETO NO 5642 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545970

DECRETO No 5642 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Altera o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº. 5541 de 19/03/2020

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município e considerando o teor da Notificação Recomendatória nº. 1.1/2020.25 (expedida pelo Ministério Público de Contas de Santa Catarina) e que embora contido no Decreto nenhum ato administrativo executado no período deixou de ser devidamente publicado,

DECRETA:

Ar. 1º O parágrafo único do art. 4º do Decreto nº. 5541 de 19/03/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

Parágrafo único. Para o disposto neste artigo, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 5644, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545973

DECRETO No 5644, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e, fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64; e,

CONSIDERANDO a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1429, de 12 de junho de 2019, no âmbito do Processo nº DAP-485,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
12366	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU'S	1.160,00
FMS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COLETIVA		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
01745	BALANCA PEDIATRICA COM DIVISOES EM GRAMAS	110,00
12757	MOCHO À GÁS C/ ENCOSTO REGULÁVEL	320,00
1837	ENCERADEIRA MARCA BANDEIRANTE	60,00
15617	BEBEDOURO	415,00
1460	LUMINARIA DE HASTE	15,00
SEMFA - INCRA		

Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
17987	ARMARIO C/ 2 PORTAS	360,00
931	BANCO DE MADEIRA ESTOFADO EM CURVIN VERMELHO COM ENCOSTO	10,00
9758	MESA P/ IMPRESSORA	36,00
FUNREPOM – POLÍCIA MILITAR		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
13087	AR CONDICIONADO MARCA CONSUL 10.000 BTUS FRIO.	850,00
13961	AR CONDICIONADO MARCA CONSUL 18000 BTUS, FRIO	1.480,00
19338	AR CONDICIONADO 10.000 BTU ´S Q/F - MARCACONSUL	1.035,00
12943, 12945, 12946	ESTANTE DE ACO EDS 26/30 W 3	78,00
15539	ARMÁRIO COM PORTA DE ABRIR KOLÇAVA NA COR AREIA	1.540,00
15540	ARMÁRIO COMANDANTE KOLÇAVA NA COR AREIA	970,00
FMDE – NEI BEIJA – FLOR		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
19691	ARMARIO DE ACO COM TRANCA, DUAS PORTAS - FEITO EMCHAPA DE AÇO 24.	475,00
1166	ARQUIVO DE ACO COM 04 GAVETAS MARCA CELI	80,00
30097	MINI BERÇO COM RODINHAS	410,85
30055	SECADORA DE ROUPAS TIPO: DE PISO E ELÉTRICA COR: BRANCA OU PRATA CAPACIDADE TOTAL: DE 10 KG A APROXIMADO 17 KG	1.247,77
30022, 30026	CARRINHO DE BEBÊ ATÉ 17 KG, EM TECIDO EMBORRACHADO.	194,54
FMDE – E.M. SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
4025	BALCÃO DE FORMICA COM 05 PORTAS COM 03 PRATELEIRAS INTERNAS	40,00
4026	BALCÃO DE FORMICA COM 04 GAVETAS COM 05 PORTAS COM 02 PRATELEIRAS INTERNAS	30,00
4027	PIA COM TAPPAO DE INOX COM 02 CUBAS	50,00
4028	BALCÃO DE FORMICA COM TANQUE DE INOX PARA LAVAÇÃO	40,00
4033, 4034, 4035, 4036	BANQUETA DE FORMICA NA COR BRANCA	5,00
FMDE – UPE PEQUENO PRÍNCIPE		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
7436	CADEIRA EM LAMINADO DE IMBUIA COM ESTRUTURA DE FERRO TAMANHO ADULTO	8,00
11340, 11355	CADEIRA ESTOFADA FIXA (5CM)	29,00
15308	ESTANTE DE AÇO PARA BIBLIOTECA	420,00
22534	CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 20 X 40	115,00
7635	CARTEIRA ESCOLAR COM MESA DE FORMICA COM SUPORTE DE FERRO PARA PASTA COM ESTRUTURA DE FERRO NA COR CREME	8,00
8796, 8802, 8805, 8803	MESA PARA MICRO DE MELANINA COM 02 GAVETAS COM ESTRUTURA DE FERRO	89,39
17799	MESA PARA MICROCOMPUTADOR 100X60X74 (BEGE) COM REBAIXO PARA TECLADO	125,00
07800	ARMARIO DE MADEIRA COM 02 PORTAS DE CORRER COM 06 PRATELEIRAS INTERNAS	30,00
17687	ONDICIONADOR DE AR 18.000 BTUS	1490,00
FMDE – ESCOLA MUNICIPAL TIROLESES		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$
19216	RETROPROJETOR 2 LAMPADAS 24150W	440,00
321	ESCRIVANINHA DE MADEIRA COM 06 GAVETAS COM ESTRURA DE FERRO	50,00

13771, 13784, 13759, 13817, 13776, 13823, 13808, 13752, 13811, 13750	CADEIRA ESTOFADO FIXO, CORVIN PRETO	30,90
15184, 15277	CADEIRA ESTOFADA FIXA (5CM)	36,00
342, 366, 372	CADEIRA PARA ESCRITORIO ESTOFADA EM CURVIN PRETO	10,00
13740	CADEIRA EM LAMINADO DE IMBUÍIA COM ESTRUTURA DE FERRO TAMANHO ADULTO	17,13
4123	CARTEIRA ESCOLAR COM MESA DE FORMICA COM SUPORTE DE FERRO PARA PASTA COM ESTRUTURA DE FERRO NA COR CREME	8,00
9974	CARTEIRA ESCOLAR COM MESA DE FORMICA COM SUPORTE DE FERRO PARA PASTA COM ESTRUTURA DE FERRO NA COR CREME	48,00
22389	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR, ESTRUTURA EM TUBO 3/4, PINTURAEPÓXI-PÓ	39,00
13955, 13957, 13958	MESA REDONDA/REUNIAO, (BEJE C/ ACABAMENTO EM PRETO	94,21

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5632, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545951

DECRETO Nº 5632, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	12.002.0006.0182.0280.2590	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
847	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5634, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545954

DECRETO Nº 5634, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 280.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAUDE DA FAMILIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
624	0.13864	TRANSF. SUS/ UNIAO – ATENÇÃO BÁSICA	200.000,00
		TOTAL	
REFERÊNCIA	15.03.0010.0303.0312.2628	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACEUTICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
746	0.13867	TRANSF. SUS/ UNIAO - FARMACIA	80.000,00
		TOTAL	80.000,00
		TOTAL ANULAÇÃO	280.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAUDE DA FAMILIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
704	0.13864	TRANSF. SUS/ UNIAO – ATENÇÃO BÁSICA	200.000,00
		TOTAL	
REFERÊNCIA	15.03.0010.0303.0312.2628	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACEUTICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339300.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
664	0.13867	TRANSF. SUS/ UNIAO - FARMACIA	80.000,00
		TOTAL	80.000,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	280.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5635, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545955

DECRETO Nº 5635, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 41.109,87.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 41.109,87 (quarenta e um mil, cento e nove reais e oitenta e sete centavos), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	16.01.008.0244.0324.2648.	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
274	0.30000	RECURSOS LIVRES - SUPERAVIT	41.109,87
		TOTAL	41.109,87

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5636, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545958

DECRETO Nº 5636, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	16.01.008.0244.0324.2648.	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
239	0.10000	REC. LIVRES	50.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	16.01.008.0244.0324.2648.	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
243	0.10000	REC. LIVRES	50.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5637, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545963

DECRETO Nº 5637, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 22.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	25.01.017.512.0391.2724	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	
	25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
115	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	22.000,00
		TOTAL	22.000,00
		TOTAL ANULADO SAMAE	22.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	25.01.017.512.0391.2724	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	
	25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
130	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	22.000,00
		TOTAL	22.000,00
		TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	22.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5638, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545965

DECRETO Nº 5638, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 175.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	25.06.017.512.0390.2720	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
	25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
138	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	65.000,00
	25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
97	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
90	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
		TOTAL	30.000,00
	25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
115	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	80.000,00
		TOTAL	80.000,00
		TOTAL ANULADO SAMAE	175.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	25.06.017.512.0390.2720	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
	25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
118	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	65.000,00
		TOTAL	65.000,00
	25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
88	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	30.000,00

		TOTAL	30.000,00
	25.01.017.512.0391.2724	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
130	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	35.000,00
	3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
144	0.20000	REC. LIVRE SAMAE	45.000,00
		TOTAL	80.000,00
		TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	175.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5640, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545966

DECRETO Nº 5640, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.710,61.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	03.05.028.843.0211.0011.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
	469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
465	469071.00	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL	
	0.10000	VINCULO LIVRE	15.710,61
		TOTAL	15.710,61

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 15.710,61 (quinze mil, setecentos e dez reais e sessenta e um centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	03.05.028.843.0211.0011.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	320000.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
	329000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
583	329021.00	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	
	0.10000	VINCULO LIVRE	15.710,61
		TOTAL	15.710,61

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5641, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545967

DECRETO Nº 5641, DE 22 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5626, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545947

DECRETO Nº 5626, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Altera o Decreto nº 5475, de 02 de janeiro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 3130, de 20 de dezembro de 2019; e,

CONSIDERANDO as informações apresentadas pela Associação Folclórica Blauer Berg, em especial a necessidade de alteração de seu plano de trabalho (tão somente para também contemplar a aquisição de equipamentos), o que decorreu, dentre outros aspectos, de questões e impactos advindos da pandemia pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a existência de prévia autorização legislativa (Lei nº 3130, de 20 de dezembro de 2019), a qual prevê/possibilita que os valores a serem destinados à entidade podem ser utilizados tanto para equipamentos/investimentos quanto para manutenção;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 1º do Decreto nº 5475, de 02 de janeiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I – Associação Folclórica Blauer Berg, CNPJ nº 09.466.458/0001-05, inscrição municipal nº 9678, com sede na Rua Seara, nº. 233, Bairro Imigrantes, Timbó/SC (constituída pelos grupos folclóricos "Volkstanzgruppe Blauer Berg" – Adulto e Infante Juvenil), o montante de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), sendo 10.000,00 (dez mil reais) destinados a equipamentos e R\$ 13.000,00 (treze mil reais) destinados a manutenção.

..."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 004/2020

Publicação Nº 2545943

Página 1 de 21

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 004/2020**

A **Fazenda Municipal de Timbó**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os arts. 114 ao 119, e art. 128, todos da Lei Complementar nº 142, de 21/12/98 – Código Tributário Municipal, **NOTIFICA** os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, da inscrição em dívida ativa de créditos tributários e não tributários, referente aos exercícios fiscais de 2010 a 2019.

Os créditos inscritos em dívida ativa estão acrescidos: **a)** Atualização monetária prevista nos arts. 137 e 434 da LC nº 142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº 255/2003; **b)** Juros previstos no art. 73 da LC nº142/98; **c)** Multa prevista no art. 193 da LC nº142/98.

Os créditos inscritos em dívida ativa oriundos do Simples Nacional sujeitam-se à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda conforme art. 21 da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Desta forma, cientificamos o(s) contribuinte(s) quanto aos débitos inscritos em dívida ativa e quanto ao **prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital**, para: Pagamento integral da dívida, ou para pedido de parcelamento de débitos, e/ou para apresentação de Defesa ou Recurso, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, neste Município.

Esgotado o prazo mencionado, a repartição competente providenciará a deflagração da cobrança via protesto extrajudicial e/ou ajuizamento de execução judicial, conforme art. 128 da LC nº 142/98.

Notificação: 1694/2020 de 10/06/2020

Contribuinte: ADILSON DE SOUZA MAFRA ME

CPF/CNPJ: 12.939.389/0001-14

Cadastro Econômico:10600

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12312/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	21/05/2018	133,70	0,00	26,74	15,96	176,40	A
12313/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	20/06/2018	83,79	0,00	16,76	9,57	110,12	A
12314/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	20/07/2018	23,47	0,00	4,69	2,55	30,71	A
12315/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	20/08/2018	16,03	0,00	3,21	1,65	20,89	A
12316/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	20/09/2018	12,36	0,00	2,47	1,22	16,05	A
12317/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	20/12/2018	24,47	0,00	4,89	2,04	31,40	A
12318/2018 - 0	SS - Simples Nacional	30/04/2020	21/01/2019	40,68	0,00	8,14	3,16	51,98	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				334,50	0,00	66,90	36,15	437,55	

EM EXTENSO: quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos

Notificação: 1427/2020 de 27/02/2020

Contribuinte: ALEXANDRE ZERMIANI ME

CPF/CNPJ: 08.913.465/0001-45

Cadastro Econômico:9390

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1674/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	4,32	0,84	14,35	57,39	A
1673/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	67,39	7,69	1,50	25,53	102,11	A
1672/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	113,65	12,98	2,53	43,05	172,21	A
8886/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	9,29	52,34	A
8885/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	69,38	5,71	1,50	16,52	93,11	A
8884/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
7260/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
7261/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	71,99	3,10	1,50	7,51	84,10	A
7262/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				678,14	53,60	14,61	160,99	907,34	

EM EXTENSO: novecentos e sete reais e trinta e quatro centavos

Notificação: 1428/2020 de 27/02/2020

Contribuinte: ALEXANDRE ZERMIANI ME

CPF/CNPJ: 08.913.465/0001-45

Cadastro Econômico:9390

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12661/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	10/09/2019	20/09/2016	50,00	0,00	1,00	13,08	64,08	A
12660/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	10/09/2019	22/08/2016	50,00	0,00	1,00	13,63	64,63	A
11720/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	10/09/2019	20/12/2017	50,00	0,00	1,00	6,71	57,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				150,00	0,00	3,00	33,42	186,42	

EM EXTENSO: cento e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos

Notificação: 1432/2020 de 28/02/2020

Contribuinte: AMABYLE ELOYSE SOARES

CPF/CNPJ: 091.921.419-35

Cadastro Econômico:11938

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9800/2018 - 0	ISS Fixo Anual	23/01/2019	15/06/2018	224,64	18,47	4,86	51,05	299,02	A
7708/2019 - 0	ISS Fixo Anual	30/01/2020	15/05/2019	291,34	12,56	6,08	30,39	340,37	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				515,98	31,03	10,94	81,44	639,39	

EM EXTENSO: seiscentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos

Notificação: 1433/2020 de 28/02/2020

Contribuinte: AMABYLE ELOYSE SOARES

CPF/CNPJ: 091.921.419-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11304/2017 - 0	Taxa de Vistoria	13/07/2018	12/07/2017	56,82	6,49	1,27	20,26	84,84	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				56,82	6,49	1,27	20,26	84,84	

EM EXTENSO: oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos

Notificação: 1434/2020 de 28/02/2020

Contribuinte: AMABYLE ELOYSE SOARES

CPF/CNPJ: 091.921.419-35

Cadastro Econômico:11938

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9803/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/06/2018	62,40	5,13	1,35	14,18	83,06	A
9802/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/06/2018	31,20	2,57	0,68	7,09	41,54	A
9801/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/06/2018	44,40	3,65	0,96	10,09	59,10	A
7709/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
7710/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
7711/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	80,93	3,49	1,69	8,44	94,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				316,97	19,06	6,72	50,03	392,78	

EM EXTENSO: trezentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos

Notificação: 1445/2020 de 04/03/2020

Contribuinte: ANDRE LUIS PEREIRA

CPF/CNPJ: 058.517.669-80

Cadastro Imobiliário:66613

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2731/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	172,34	7,43	3,60	19,77	203,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				172,34	7,43	3,60	19,77	203,14	

EM EXTENSO: duzentos e três reais e quatorze centavos

Notificação: 1406/2020 de 20/02/2020

Contribuinte: ANGELO FRANCO - EPP

CPF/CNPJ: 29.073.401/0001-53

Cadastro Econômico:14687

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3637/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitario	24/01/2018	15/12/2017	18,94	2,16	0,42	5,70	27,22	A
3636/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/12/2017	37,88	4,32	0,84	11,39	54,43	A
3635/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/12/2017	8,98	1,03	0,20	2,70	12,91	A
3634/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/12/2017	18,94	2,16	0,42	5,70	27,22	A
10659/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
10658/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	9,29	52,34	A
10657/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	55,50	4,56	1,20	13,21	74,47	A
10656/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
8237/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
8238/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
8239/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
8240/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				754,06	51,36	16,08	139,26	960,76	

EM EXTENSO: novecentos e sessenta reais e setenta e seis centavos

Notificação: 3361/2019 de 10/10/2019

Contribuinte: ANTONIO CARLOS ARAUJO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 988.266.209-97

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11305/2017 - 0	Taxa de Vistoria	13/07/2018	13/07/2017	56,82	3,87	1,21	16,39	78,29	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				56,82	3,87	1,21	16,39	78,29	

EM EXTENSO: setenta e oito reais e vinte e nove centavos

Notificação: 322/2020 de 29/01/2020

Contribuinte: ARNO KRAUSE ME

CPF/CNPJ: 11.631.493/0001-84

Cadastro Econômico: 12151

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2712/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitário	24/01/2018	15/05/2017	113,65	7,74	2,43	40,06	163,88	A
2711/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	2,58	0,81	13,35	54,62	A
2710/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	53,91	3,67	1,15	19,00	77,73	A
2709/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	113,65	7,74	2,43	40,06	163,88	A
9851/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitário	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
9850/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	1,46	0,81	8,50	49,77	A
9849/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	55,50	2,08	1,15	12,09	70,82	A
9848/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
6827/2019 - 0	T.S.O.C.D	29/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
6828/2019 - 0	Taxa Licença	29/01/2020	15/05/2019	57,58	0,00	1,15	5,18	63,91	A
6829/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	29/01/2020	15/05/2019	40,46	0,00	0,81	3,64	44,91	A
6830/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitário	29/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				988,41	34,05	20,46	214,72	1.257,64	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos

Notificação: 1476/2020 de 04/03/2020

Contribuinte: DEBORA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 039.963.869-58

Cadastro Imobiliário: 431133

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9207/2019 - 0	IPU (Diferença de Pagamento)	17/02/2020	10/06/2019	7,76	0,33	0,16	0,73	8,98	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				7,76	0,33	0,16	0,73	8,98	

EM EXTENSO: oito reais e noventa e oito centavos

Notificação: 1479/2020 de 05/03/2020

Contribuinte: ELIZABETH BUTZKE

CPF/CNPJ: 023.489.999-94

Cadastro Imobiliário: 412457

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6362/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	313,19	13,50	6,53	35,94	369,16	A
6363/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	29,13	1,26	0,61	3,34	34,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				342,32	14,76	7,14	39,28	403,50	

EM EXTENSO: quatrocentos e três reais e cinquenta centavos

Notificação: 1480/2020 de 05/03/2020

Contribuinte: ELIZABETH BUTZKE

CPF/CNPJ: 023.489.999-94

Cadastro Imobiliário: 412848

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
---------------	--------	------------	-----------	---------	----------	-------	-------	-------	---

6364/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	58,51	2,52	1,22	6,71	68,96	A
6365/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	9,99	0,43	0,21	1,15	11,78	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				68,50	2,95	1,43	7,86	80,74	

EM EXTENSO: oitenta reais e setenta e quatro centavos

Notificação: 1652/2020 de 28/05/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE AMANDUS LEWIN
 CPF/CNPJ: 216.911.939-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4625/2013 - 0	Certidoes/Contratos	14/04/2014	15/08/2013	17,13	8,17	0,50	20,74	46,54	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				17,13	8,17	0,50	20,74	46,54	

EM EXTENSO: quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos

Notificação: 1653/2020 de 28/05/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE AMANDUS LEWIN
 CPF/CNPJ: 216.911.939-68
 Responsável: WALDIR KLITZKE JUNIOR
 CPF/CNPJ: 936.486.779-34
 Responsável: ESPÓLIO DE RENALDI LEWIN
 CPF/CNPJ: 936.485.619-87
 Cadastro Imobiliário: 144320

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
847/2017 - 0	Coleta de Lixo	23/01/2018	11/09/2017	33,15	3,78	0,74	12,19	49,86	A
846/2017 - 0	Imposto Predial	23/01/2018	11/09/2017	200,79	22,92	4,47	73,82	302,00	A
845/2017 - 0	Imposto Territorial	23/01/2018	11/09/2017	19,65	2,24	0,44	7,22	29,55	A
4732/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	204,76	16,84	4,43	57,62	283,65	A
4731/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	1.240,31	101,99	26,85	349,00	1.718,15	A
4730/2018 - 0	Imposto Territorial	10/01/2019	10/04/2018	121,41	9,98	2,63	34,16	168,18	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.820,07	157,75	39,56	534,01	2.551,39	

EM EXTENSO: dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos

Notificação: 474/2020 de 14/02/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE HORST OTTO DOMNING
 CPF/CNPJ: 004.466.709-44
 Cadastro Imobiliário: 4332

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1607/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	599,68	25,85	12,51	68,81	706,85	A
1608/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	202,00	8,71	4,21	23,18	238,10	A
1609/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	4,88	50,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				844,17	36,39	17,61	96,87	995,04	

EM EXTENSO: novecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos

Notificação: 903/2020 de 14/02/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE HORST OTTO DOMNING
 CPF/CNPJ: 004.466.709-44
 Responsável: IRIS GERMER DOMNING
 CPF/CNPJ: 216.911.009-78
 Cadastro Imobiliário: 127906

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
---------------	--------	------------	-----------	---------	----------	-------	-------	-------	---

3943/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	1.248,27	53,80	26,04	143,23	1.471,34	A
3944/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	315,90	13,62	6,59	36,25	372,36	A
3945/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	4,88	50,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.606,66	69,25	33,52	184,36	1.893,79	

EM EXTENSO: um mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos

Notificação: 904/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: ESPÓLIO DE HORST OTTO DOMNING

CPF/CNPJ: 004.466.709-44

Responsável: IRIS GERMER DOMNING

CPF/CNPJ: 216.911.009-78

Cadastro Imobiliário: 127922

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3946/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	451,21	19,45	9,41	51,77	531,84	A
3947/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	4,88	50,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				493,70	21,28	10,30	56,65	581,93	

EM EXTENSO: quinhentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos

Notificação: 905/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: ESPÓLIO DE HORST OTTO DOMNING

CPF/CNPJ: 004.466.709-44

Responsável: IRIS GERMER DOMNING

CPF/CNPJ: 216.911.009-78

Cadastro Imobiliário: 127930

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3949/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	131,10	5,65	2,74	15,04	154,53	A
3948/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	309,67	13,35	6,46	35,53	365,01	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				440,77	19,00	9,20	50,57	519,54	

EM EXTENSO: quinhentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos

Notificação: 815/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: ESPÓLIO DE RUDOLF GRIMM

CPF/CNPJ: 442.496.759-04

Cadastro Imobiliário: 103454

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3363/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	162,67	7,01	3,39	18,66	191,73	A
3364/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	91,45	3,94	1,91	10,49	107,79	A
3365/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	30,19	1,30	0,63	3,46	35,58	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				284,31	12,25	5,93	32,61	335,10	

EM EXTENSO: trezentos e trinta e cinco reais e dez centavos

Notificação: 816/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: ESPÓLIO DE RUDOLF GRIMM

CPF/CNPJ: 442.496.759-04

Cadastro Imobiliário: 103560

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3369/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	220,69	9,51	4,60	25,32	260,12	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				220,69	9,51	4,60	25,32	260,12	

EM EXTENSO: duzentos e sessenta reais e doze centavos

Notificação: 1083/2020 de 14/02/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE RUDOLF GRIMM
 CPF/CNPJ: 442.496.759-04
 Cadastro Imobiliário:305839

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5099/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	53,13	2,29	1,11	6,10	62,63	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				53,13	2,29	1,11	6,10	62,63	

EM EXTENSO: sessenta e dois reais e sessenta e três centavos

Notificação: 1685/2020 de 09/06/2020
 Contribuinte: ESPOLIO DE SIEGWALD HELMBRECHT
 CPF/CNPJ: 293.172.239-15
 Cadastro Imobiliário:23582

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1934/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	40,59	1,75	0,85	5,93	49,12	A
1933/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	112,29	4,84	2,34	16,40	135,87	A
1932/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	111,03	4,79	2,32	16,21	134,35	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				263,91	11,38	5,51	38,54	319,34	

EM EXTENSO: trezentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos

Notificação: 1686/2020 de 09/06/2020
 Contribuinte: ESPOLIO DE SIEGWALD HELMBRECHT
 CPF/CNPJ: 293.172.239-15
 Responsável: ROSE MARIA HELMBRECHT
 CPF/CNPJ: 936.465.859-00
 Cadastro Imobiliário:23604

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1936/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	342,45	14,76	7,14	50,01	414,36	A
1935/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	126,90	5,47	2,65	18,53	153,55	A
1937/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	6,20	51,41	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				511,84	22,06	10,68	74,74	619,32	

EM EXTENSO: seiscentos e dezenove reais e trinta e dois centavos

Notificação: 1654/2020 de 28/05/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE THERESA WESTPHAL
 CPF/CNPJ: 948.530.459-53
 Responsável: EGON WESTPHAL
 CPF/CNPJ: 304.494.999-87
 Cadastro Imobiliário:94447

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3930/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	64,15	11,82	1,52	37,99	95,72	A
3932/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	74,13	13,66	1,76	43,90	110,62	A
3931/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	20,28	3,74	0,48	12,01	30,26	A
6027/2017 - 0	Imposto Territorial	24/01/2018	10/04/2017	68,19	7,79	1,52	28,87	91,17	A
6029/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	78,83	9,00	1,76	33,38	105,40	A
6028/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	21,59	2,46	0,48	9,14	28,86	A
3428/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	81,16	6,67	1,76	22,84	112,43	A
3427/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	22,23	1,83	0,48	6,26	30,80	A

3426/2018 - 0	Imposto Territorial	10/01/2019	10/04/2018	70,20	5,77	1,52	19,75	97,24	A
3225/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	23,06	0,99	0,48	3,37	27,90	A
3226/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	16,83	0,73	0,35	2,46	20,37	A
3224/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	72,84	3,14	1,52	10,64	88,14	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				613,49	67,60	13,63	230,61	925,33	

EM EXTENSO: novecentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos

Notificação: 1655/2020 de 28/05/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE THERESA WESTPHAL
 CPF/CNPJ: 948.530.459-53
 Responsável: EGON WESTPHAL
 CPF/CNPJ: 304.494.999-87
 Cadastro Imobiliário:317322

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6742/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	19,60	3,61	0,46	11,61	29,24	A
6741/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	3,71	0,68	0,09	2,20	5,53	A
8757/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	20,87	2,38	0,47	8,84	27,90	A
8756/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	3,94	0,45	0,09	1,67	5,26	A
6099/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	21,49	1,77	0,47	6,05	29,78	A
6098/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	4,06	0,33	0,09	1,14	5,62	A
5186/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	4,21	0,18	0,09	0,61	5,09	A
5187/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	4,45	0,19	0,09	0,65	5,38	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				82,33	9,59	1,85	32,77	126,54	

EM EXTENSO: cento e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos

Notificação: 576/2020 de 14/02/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE TUSNELDA VOGEL
 CPF/CNPJ: 654.259.879-00
 Cadastro Imobiliário:26514

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2039/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	406,10	17,50	8,47	46,60	478,67	A
2040/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	351,67	15,16	7,34	40,35	414,52	A
2041/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	4,88	50,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				800,26	34,49	16,70	91,83	943,28	

EM EXTENSO: novecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos

Notificação: 577/2020 de 14/02/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE TUSNELDA VOGEL
 CPF/CNPJ: 654.259.879-00
 Cadastro Imobiliário:26522

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2042/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	197,95	8,53	4,13	22,71	233,32	A
2043/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	26,99	1,16	0,56	3,10	31,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				224,94	9,69	4,69	25,81	265,13	

EM EXTENSO: duzentos e sessenta e cinco reais e treze centavos

Notificação: 1649/2020 de 27/05/2020
 Contribuinte: ESPÓLIO DE VALCIONIR ROZZA
 CPF/CNPJ: 593.063.519-68

Responsável: SILVIA MAAS ROZZA
CPF/CNPJ: 576.866.969-87
Cadastro Imobiliário:61891

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3087/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	187,12	34,48	4,43	110,80	336,83	A
3086/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	293,65	54,11	6,96	173,88	528,60	A
3085/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	80,19	14,78	1,90	47,49	144,36	A
5156/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	198,89	22,71	4,43	84,21	310,24	A
5155/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	312,19	35,64	6,96	132,18	486,97	A
5154/2017 - 0	Imposto Territorial	24/01/2018	10/04/2017	85,24	9,73	1,90	36,09	132,96	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.157,28	171,45	26,58	584,65	1.939,96	

EM EXTENSO: um mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos

Notificação: 364/2020 de 30/01/2020
Contribuinte: G.A COM. CONFEC. LTDA ME
CPF/CNPJ: 09.660.906/0001-07
Cadastro Econômico:9727

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1760/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitário	24/01/2018	15/05/2017	113,65	7,74	2,43	40,06	163,88	A
1759/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	2,58	0,81	13,35	54,62	A
1758/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	107,89	7,35	2,30	38,03	155,57	A
1757/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	113,65	7,74	2,43	40,06	163,88	A
8976/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitário	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
8975/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	1,46	0,81	8,50	49,77	A
8974/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	111,07	4,17	2,30	24,20	141,74	A
8973/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
6868/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
6869/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	115,24	0,00	2,30	10,37	127,91	A
6870/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	0,00	0,81	3,64	44,91	A
6871/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitário	30/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.155,62	39,82	23,91	251,05	1.470,40	

EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos

Notificação: 415/2020 de 13/02/2020
Contribuinte: GABRIEL ANDREAS CRISTOFOLINI
CPF/CNPJ: 086.717.919-80
Cadastro Imobiliário:392391

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8138/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/06/2016	18,46	3,40	0,44	9,62	31,92	A
8137/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/06/2016	50,11	9,23	1,19	26,11	86,64	A
8136/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/06/2016	4,35	0,80	0,10	2,27	7,52	A
10139/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	117,82	13,45	2,63	45,94	179,84	A
10138/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	255,75	29,20	5,70	99,73	390,38	A
10137/2017 - 0	Imposto Territorial	24/01/2018	10/04/2017	27,96	3,19	0,62	10,90	42,67	A
7444/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	121,29	9,97	2,63	30,19	164,08	A
7443/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	263,30	21,65	5,70	65,54	356,19	A
7442/2018 - 0	Imposto Territorial	10/01/2019	10/04/2018	28,78	2,37	0,62	7,16	38,93	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				887,82	93,26	19,63	297,46	1.298,17	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e noventa e oito reais e dezessete centavos

Notificação: 1322/2020 de 19/02/2020
 Contribuinte: GERSON DE ANDRADE ME
 CPF/CNPJ: 24.528.201/0001-24
 Cadastro Econômico:13521

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3272/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	4,32	0,84	14,35	57,39	A
3271/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	53,91	6,15	1,20	20,42	81,68	A
3270/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	113,65	12,98	2,53	43,05	172,21	A
8043/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
8044/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
8045/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				424,87	32,90	9,14	100,71	567,62	
EM EXTENSO: quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos									

Notificação: 1584/2020 de 13/03/2020
 Contribuinte: GILBERTO MENDES CARDOSO
 CPF/CNPJ: 684.196.519-15
 Cadastro Imobiliário:121479

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
776/2017 - 0	Imposto Predial	22/01/2018	10/04/2017	351,89	102,60	72,61	268,07	795,17	A
775/2017 - 0	Imposto Territorial	22/01/2018	10/04/2017	59,67	6,81	2,56	25,38	94,42	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				411,56	109,41	75,17	293,45	889,59	
EM EXTENSO: oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos									

Notificação: 1419/2020 de 27/02/2020
 Contribuinte: JETECK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP
 CPF/CNPJ: 17.551.073/0001-74
 Cadastro Econômico:11604

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12906/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	10/10/2019	20/12/2016	401,00	0,00	8,02	91,99	501,01	A
12828/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	10/10/2019	20/01/2017	257,28	0,00	5,15	56,22	318,65	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				658,28	0,00	13,17	148,21	819,66	
EM EXTENSO: oitocentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 1420/2020 de 27/02/2020
 Contribuinte: JETECK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP
 CPF/CNPJ: 17.551.073/0001-74
 Cadastro Econômico:11604

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2545/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	4,32	0,84	14,35	57,39	A
2544/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	112,32	12,82	2,50	42,55	170,19	A
2543/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	170,47	19,46	3,80	64,58	258,31	A
9703/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	9,29	52,34	A
9702/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	115,64	9,51	2,50	27,53	155,18	A
9701/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	175,50	14,43	3,80	41,78	235,51	A
7647/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	182,09	7,85	3,80	18,99	212,73	A
7648/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	119,98	5,17	2,50	12,52	140,17	A

7649/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				993,34	78,51	21,42	235,81	1.329,08	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e vinte e nove reais e oito centavos									

Notificação: 1676/2020 de 08/06/2020
 Contribuinte: JOSE PAULO DA COSTA
 CPF/CNPJ: 291.362.619-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11390/2017 - 0	Patrulha Mecanizada	13/07/2018	03/01/2018	115,09	13,14	7,70	44,75	180,68	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				115,09	13,14	7,70	44,75	180,68	
EM EXTENSO: cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos									

Notificação: 1492/2020 de 05/03/2020
 Contribuinte: JPL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
 CPF/CNPJ: 27.276.511/0001-97
 Cadastro Imobiliário:159352

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4465/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	265,12	11,43	5,53	30,42	312,50	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				265,12	11,43	5,53	30,42	312,50	
EM EXTENSO: trezentos e doze reais e cinquenta centavos									

Notificação: 1493/2020 de 05/03/2020
 Contribuinte: JPL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
 CPF/CNPJ: 27.276.511/0001-97
 Cadastro Imobiliário:159352

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8972/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	11/09/2019	316,02	13,62	6,59	19,78	356,01	A
8970/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	11/07/2019	316,02	13,62	6,59	26,37	362,60	A
8971/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	12/08/2019	316,02	13,62	6,59	23,07	359,30	A
8975/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	11/12/2019	316,02	13,62	6,59	9,89	346,12	A
8973/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	11/10/2019	316,02	13,62	6,59	16,48	352,71	A
8974/2019 - 0	ISS sobre Construção Civil	14/02/2020	11/11/2019	316,02	13,62	6,59	13,19	349,42	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.896,12	81,72	39,54	108,78	2.126,16	
EM EXTENSO: dois mil, cento e vinte e seis reais e dezesseis centavos									

Notificação: 1315/2020 de 19/02/2020
 Contribuinte: JULIA APARECIDA BALDO GIELAND
 CPF/CNPJ: 30.953.352/0001-22
 Cadastro Econômico:15257

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10788/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitário	23/01/2019	15/08/2018	58,50	4,81	1,27	12,03	76,61	A
10787/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/08/2018	39,00	3,21	0,84	8,02	51,07	A

10786/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/08/2018	27,77	2,28	0,60	5,71	36,36	A
10785/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/08/2018	58,50	4,81	1,27	12,03	76,61	A
8330/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
8331/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
8332/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
8333/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				524,59	29,79	11,08	73,34	638,80	
EM EXTENSO: seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos									

Notificação: 1298/2020 de 19/02/2020

Contribuinte: LENA MORENA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO ARTES
SUVENIRES BIJUTERIAS ARTESANATOS SAPATOS RELOGIOS FOTOGRAFICOS E FILMAGENS LTDA

CPF/CNPJ: 03.905.305/0001-30

Cadastro Econômico: 15285

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10796/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/08/2018	58,50	4,81	1,27	12,03	76,61	A
10795/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/08/2018	39,00	3,21	0,84	8,02	51,07	A
10794/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/08/2018	34,71	2,85	0,75	7,14	45,45	A
10793/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/08/2018	58,50	4,81	1,27	12,03	76,61	A
8334/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
8335/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	71,99	3,10	1,50	7,51	84,10	A
8336/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
8337/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				545,94	30,98	11,53	76,27	664,72	
EM EXTENSO: seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos									

Notificação: 1414/2020 de 25/02/2020

Contribuinte: MARCIA SILENE LEITZKE

CPF/CNPJ: 722.134.429-91

Cadastro Imobiliário: 118214

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6739/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	12/06/2017	40,66	4,64	0,91	14,95	61,16	A
6738/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	12/06/2017	30,70	3,50	0,68	11,29	46,17	A
6737/2017 - 0	Imposto Territorial	24/01/2018	12/06/2017	24,42	2,79	0,54	8,98	36,73	A
4023/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	125,58	10,33	2,72	31,26	169,89	A
4022/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	67,82	5,58	1,47	16,88	91,75	A
4021/2018 - 0	Imposto Territorial	10/01/2019	10/04/2018	75,43	6,20	1,63	18,77	102,03	A
3675/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	26,06	1,12	0,54	2,99	30,71	A
3674/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	70,37	3,03	1,47	8,07	82,94	A
3673/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	78,26	3,37	1,63	8,98	92,24	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				539,30	40,56	11,59	122,17	713,62	
EM EXTENSO: setecentos e treze reais e sessenta e dois centavos									

Notificação: 1675/2020 de 08/06/2020

Contribuinte: MARCIO JOSE RAMOS GONZAGA ME

CPF/CNPJ: 79.223.780/0001-99

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9355/2019 - 0	TAXA DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS	26/03/2020	13/05/2019	40,00	0,00	8,00	2,30	50,30	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	40,00	0,00	8,00	2,30	50,30
EM EXTENSO: cinquenta reais e trinta centavos					

Notificação: 1292/2020 de 19/02/2020

Contribuinte: MARIANA LETICIA BRUM FERNANDES

CPF/CNPJ: 15.591.546/0001-31

Cadastro Econômico: 11296

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2423/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitário	24/01/2018	15/05/2017	113,65	12,98	2,53	43,05	172,21	A
2422/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/05/2017	37,88	4,32	0,84	14,35	57,39	A
2421/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/05/2017	53,91	6,15	1,20	20,42	81,68	A
2420/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/05/2017	113,65	12,98	2,53	43,05	172,21	A
9576/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitário	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
9575/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	9,29	52,34	A
9574/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	55,50	4,56	1,20	13,21	74,47	A
9573/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
7589/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
7590/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
7591/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
7592/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitário	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				988,41	78,12	21,30	234,64	1.322,47	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos									

Notificação: 1566/2020 de 10/03/2020

Contribuinte: MARIANE MICHELE NEITZKE

CPF/CNPJ: 033.522.239-04

Cadastro Imobiliário: 306835

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5105/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	182,09	7,85	3,80	20,89	214,63	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				182,09	7,85	3,80	20,89	214,63	
EM EXTENSO: duzentos e quatorze reais e sessenta e três centavos									

Notificação: 1526/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: MARIZANDRA DO AMARAL

CPF/CNPJ: 045.859.549-70

Cadastro Imobiliário: 400475

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
6179/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	7,00	0,30	0,15	0,80	8,25	A
6178/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	34,43	1,48	0,72	3,95	40,58	A
6177/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	3,20	0,14	0,07	0,37	3,78	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				44,63	1,92	0,94	5,12	52,61	
EM EXTENSO: cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos									

Notificação: 1527/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: OI S.A.

CPF/CNPJ: 76.535.764/0322-66

Cadastro Imobiliário: 29815

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2102/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	378,38	16,31	7,89	43,42	446,00	A
2101/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	1.742,14	75,09	36,34	199,90	2.053,47	A
2103/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	131,10	5,65	2,74	15,04	154,53	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.251,62	97,05	46,97	258,36	2.654,00	
EM EXTENSO: dois mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais									

Notificação: 1528/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: OI S.A.

CPF/CNPJ: 76.535.764/0322-66

Cadastro Imobiliário:148598

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4287/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	199,08	8,58	4,15	22,84	234,65	A
4288/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	47,83	2,06	1,00	5,49	56,38	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				246,91	10,64	5,15	28,33	291,03	
EM EXTENSO: duzentos e noventa e um reais e três centavos									

Notificação: 1529/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: OI S.A.

CPF/CNPJ: 76.535.764/0322-66

Cadastro Econômico:8474

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7170/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	101,16	4,36	2,11	10,55	118,18	A
7168/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	71,99	3,10	1,50	7,51	84,10	A
7167/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
7169/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				335,00	14,43	6,98	34,94	391,35	
EM EXTENSO: trezentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos									

Notificação: 930/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF/CNPJ: 294.557.749-68

Cadastro Imobiliário:135852

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4110/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/05/2019	11,57	0,50	0,24	1,21	13,52	A
4109/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/05/2019	67,90	2,93	1,42	7,08	79,33	A
4108/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/05/2019	36,42	1,57	0,76	3,80	42,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				115,89	5,00	2,42	12,09	135,40	
EM EXTENSO: cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos									

Notificação: 693/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF/CNPJ: 294.557.749-68

Responsável: ESPÓLIO DE EDIT SCHUSTER

CPF/CNPJ: 019.094.359-96

Cadastro Imobiliário:63908

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2673/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	78,66	3,39	1,64	9,03	92,72	A

2675/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	33,99	1,47	0,71	3,90	40,07	A
2674/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	81,49	3,51	1,70	9,35	96,05	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				194,14	8,37	4,05	22,28	228,84	
EM EXTENSO: duzentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos									

Notificação: 980/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: PAULO ZADROZNY

CPF/CNPJ: 294.557.749-68

Cadastro Imobiliário:165441

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4520/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	19,42	0,84	0,41	2,23	22,90	A
4518/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	65,31	2,81	1,36	7,49	76,97	A
4519/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	94,16	4,06	1,96	10,80	110,98	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				178,89	7,71	3,73	20,52	210,85	
EM EXTENSO: duzentos e dez reais e oitenta e cinco centavos									

Notificação: 1544/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: PEDRO ROBERTO HERING BELL

CPF/CNPJ: 702.867.019-87

Responsável: EDUARDO TEODORO HERING BELL

CPF/CNPJ: 866.801.539-72

Responsável: RAFAELA HERING BELL

CPF/CNPJ: 902.245.749-49

Cadastro Imobiliário:76686

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2931/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	319,95	13,79	6,67	36,71	377,12	A
2932/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	155,87	6,72	3,25	17,88	183,72	A
2933/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	19,91	0,86	0,42	2,28	23,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				495,73	21,37	10,34	56,87	584,31	
EM EXTENSO: quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos									

Notificação: 1545/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: PEDRO ROBERTO HERING BELL

CPF/CNPJ: 702.867.019-87

Responsável: EDUARDO TEODORO HERING BELL

CPF/CNPJ: 866.801.539-72

Responsável: RAFAELA HERING BELL

CPF/CNPJ: 902.245.749-49

Cadastro Imobiliário:331554

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5280/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	124,71	5,38	2,60	14,31	147,00	A
5281/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	19,91	0,86	0,42	2,28	23,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				144,62	6,24	3,02	16,59	170,47	
EM EXTENSO: cento e setenta reais e quarenta e sete centavos									

Notificação: 320/2020 de 29/01/2020

Contribuinte: RAF COMERCIO E INDUSTRIA LTDA ME

CPF/CNPJ: 27.538.026/0001-44

Cadastro Econômico:14529

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
---------------	--------	------------	-----------	---------	----------	-------	-------	-------	---

3588/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitario	24/01/2018	15/10/2017	37,88	2,58	0,81	11,33	52,60	A
3587/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/10/2017	37,88	2,58	0,81	11,33	52,60	A
3586/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/10/2017	74,93	5,11	1,60	22,41	104,05	A
3585/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/10/2017	37,88	2,58	0,81	11,33	52,60	A
10616/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
10615/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	1,46	0,81	8,50	49,77	A
10614/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	231,39	8,68	4,80	50,41	295,28	A
10613/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	4,39	2,43	25,49	149,31	A
6821/2019 - 0	T.S.O.C.D	29/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
6822/2019 - 0	Taxa Licença	29/01/2020	15/05/2019	240,07	0,00	4,80	21,61	266,48	A
6823/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	29/01/2020	15/05/2019	40,46	0,00	0,81	3,64	44,91	A
6824/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	29/01/2020	15/05/2019	121,39	0,00	2,43	10,93	134,75	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.216,27	31,77	24,97	213,40	1.486,41	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos									

Notificação: 1233/2020 de 17/02/2020

Contribuinte: RODRIGO OTONI DE CARVALHO PEREIRA ME

CPF/CNPJ: 20.588.038/0001-34

Cadastro Econômico:12493

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9985/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/05/2018	390,01	32,07	8,44	92,86	523,38	A
9984/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	9,29	52,34	A
9983/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	55,50	4,56	1,20	13,21	74,47	A
9982/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	27,86	157,01	A
7815/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
7816/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	6,01	67,27	A
7817/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
7818/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	404,64	17,44	8,44	42,21	472,73	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.225,58	76,35	26,02	208,32	1.536,27	
EM EXTENSO: um mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos									

Notificação: 1547/2020 de 09/03/2020

Contribuinte: R.R. INCORPORADORA LTDA

CPF/CNPJ: 07.934.498/0001-09

Cadastro Imobiliário:38636

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2253/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	2.313,00	99,69	48,25	265,40	2.726,34	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.313,00	99,69	48,25	265,40	2.726,34	
EM EXTENSO: dois mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos									

Notificação: 1221/2020 de 14/02/2020

Contribuinte: SCHANA DAIANE FACHINI PENZ

CPF/CNPJ: 28.278.962/0001-26

Cadastro Econômico:14574

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3605/2017 - 0	Taxa Alvara Sanitario	24/01/2018	15/10/2017	37,88	4,32	0,84	11,82	54,86	A
3604/2017 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	24/01/2018	15/10/2017	37,88	4,32	0,84	11,82	54,86	A

3603/2017 - 0	Taxa Licença	24/01/2018	15/10/2017	22,46	2,56	0,50	7,01	32,53	A
3602/2017 - 0	T.S.O.C.D	24/01/2018	15/10/2017	37,88	4,32	0,84	11,82	54,86	A
10624/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	26,59	155,74	A
10623/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	15/05/2018	39,00	3,21	0,84	8,86	51,91	A
10622/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	15/05/2018	69,38	5,71	1,50	15,77	92,36	A
10621/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	15/05/2018	117,00	9,62	2,53	26,59	155,74	A
6809/2019 - 0	T.S.O.C.D	29/01/2020	17/06/2019	91,05	3,92	1,90	7,60	104,47	A
6810/2019 - 0	Taxa Licença	29/01/2020	17/06/2019	54,00	2,33	1,13	4,51	61,97	A
6811/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	29/01/2020	17/06/2019	30,36	1,31	0,63	2,53	34,83	A
6812/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	29/01/2020	17/06/2019	91,05	3,92	1,90	7,60	104,47	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				744,94	55,16	15,98	142,52	958,60	
EM EXTENSO: novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos									

Notificação: 1648/2020 de 20/05/2020
 Contribuinte: SCHANA DAIANE FACHINI PENZ
 CPF/CNPJ: 28.278.962/0001-26

Insc/Ano/Parc	Divida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9336/2019 - 0	TAXA DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS	26/03/2020	07/03/2019	40,00	0,00	8,00	2,63	50,63	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				40,00	0,00	8,00	2,63	50,63	
EM EXTENSO: cinquenta reais e sessenta e três centavos									

Notificação: 446/2020 de 13/02/2020
 Contribuinte: SILVANA CRISTINA DA SILVA
 CPF/CNPJ: 32.101.817/0001-42
 Cadastro Econômico:15603

Insc/Ano/Parc	Divida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10870/2018 - 0	Taxa Alvara Sanitario	23/01/2019	17/12/2018	9,75	0,80	0,21	1,48	12,24	A
10869/2018 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	23/01/2019	17/12/2018	39,00	3,21	0,84	5,91	48,96	A
10868/2018 - 0	Taxa Licença	23/01/2019	17/12/2018	4,64	0,38	0,10	0,70	5,82	A
10867/2018 - 0	T.S.O.C.D	23/01/2019	17/12/2018	9,75	0,80	0,21	1,48	12,24	A
8370/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	11,40	140,55	A
8371/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	57,58	2,48	1,20	5,41	66,67	A
8372/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	3,80	46,84	A
8373/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	11,40	140,55	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				403,96	19,87	8,46	41,58	473,87	
EM EXTENSO: quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos									

Notificação: 1425/2020 de 27/02/2020
 Contribuinte: TCM SERVICOS ELETRICOS LTDA ME
 CPF/CNPJ: 19.293.017/0001-02
 Cadastro Econômico:12120

Insc/Ano/Parc	Divida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7734/2019 - 0	T.S.O.C.D	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A
7735/2019 - 0	Taxa Licença	30/01/2020	15/05/2019	144,05	6,21	3,01	15,03	168,30	A
7736/2019 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	30/01/2020	15/05/2019	40,46	1,74	0,84	4,22	47,26	A
7737/2019 - 0	Taxa Alvara Sanitario	30/01/2020	15/05/2019	121,39	5,23	2,53	12,66	141,81	A

TOTAL DAS PARCELAS EM R\$	427,29	18,41	8,91	44,57	499,18	
EM EXTENSO: quatrocentos e noventa e nove reais e dezoito centavos						

Notificação: 1426/2020 de 27/02/2020

Contribuinte: TCM SERVICOS ELETRICOS LTDA ME

CPF/CNPJ: 19.293.017/0001-02

Cadastro Econômico: 12120

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12936/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/06/2016	40,21	0,00	0,80	11,90	52,91	A
12937/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/07/2016	50,00	0,00	1,00	14,24	65,24	A
12938/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/10/2016	50,00	0,00	1,00	12,55	63,55	A
12939/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	21/11/2016	50,00	0,00	1,00	12,03	63,03	A
12940/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/12/2016	50,00	0,00	1,00	11,47	62,47	A
12941/2016 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/01/2017	50,00	0,00	1,00	10,93	61,93	A
12123/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/02/2017	100,00	0,00	2,00	20,98	122,98	A
12124/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/03/2017	100,00	0,00	2,00	19,93	121,93	A
12125/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/04/2017	100,00	0,00	2,00	19,14	121,14	A
12126/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	22/05/2017	100,00	0,00	2,00	18,21	120,21	A
12127/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/06/2017	100,00	0,00	2,00	17,40	119,40	A
12128/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/07/2017	100,00	0,00	2,00	16,60	118,60	A
12129/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	21/08/2017	50,00	0,00	1,00	7,90	58,90	A
12130/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/09/2017	50,00	0,00	1,00	7,58	58,58	A
12131/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/10/2017	50,00	0,00	1,00	7,26	58,26	A
12132/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/11/2017	50,00	0,00	1,00	6,98	57,98	A
12133/2017 - 0	ISS - Simples Nacional	27/11/2019	20/12/2017	50,00	0,00	1,00	6,71	57,71	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				1.140,21	0,00	22,80	221,81	1.384,82	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos									

Notificação: 1556/2020 de 10/03/2020

Contribuinte: TRADE TOWER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA

CPF/CNPJ: 03.730.911/0001-62

Cadastro Imobiliário: 115983

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3616/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	512,56	22,09	10,69	58,81	604,15	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				512,56	22,09	10,69	58,81	604,15	
EM EXTENSO: seiscentos e quatro reais e quinze centavos									

Notificação: 433/2020 de 13/02/2020

Contribuinte: VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO

CPF/CNPJ: 523.833.267-04

Responsável: EDEVALDO OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 007.115.769-71

Cadastro Imobiliário: 125814

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7037/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	198,89	22,71	4,43	77,56	303,59	A
7036/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	487,86	55,70	10,87	190,25	744,68	A
7035/2017 - 0	Imposto Territorial	24/01/2018	10/04/2017	80,31	9,17	1,79	31,32	122,59	A
4346/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	204,76	16,84	4,43	50,97	277,00	A
4345/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	502,25	41,30	10,87	125,02	679,44	A
4344/2018 - 0	Imposto Territorial	10/01/2019	10/04/2018	82,68	6,80	1,79	20,58	111,85	A
3926/2019 - 0	Imposto Territorial	29/01/2020	10/04/2019	85,78	3,70	1,79	9,84	101,11	A
3927/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	521,10	22,46	10,87	59,79	614,22	A

3928/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	42,49	1,83	0,89	4,88	50,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				2.206,12	180,51	47,73	570,21	3.004,57	
EM EXTENSO: três mil, quatro reais e cinquenta e sete centavos									

Notificação: 434/2020 de 13/02/2020
 Contribuinte: VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO
 CPF/CNPJ: 523.833.267-04
 Responsável: EDEVALDO OLIVEIRA
 CPF/CNPJ: 007.115.769-71
 Cadastro Imobiliário: 125822

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7038/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	153,69	17,55	3,42	59,93	234,59	A
7039/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	130,92	14,95	2,92	51,05	199,84	A
4348/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	134,79	11,08	2,92	33,55	182,34	A
4347/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	158,23	13,01	3,42	39,39	214,05	A
3929/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	164,16	7,08	3,42	18,84	193,50	A
3930/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	27,96	1,21	0,58	3,21	32,96	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				769,75	64,88	16,68	205,97	1.057,28	
EM EXTENSO: um mil, cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos									

Notificação: 435/2020 de 13/02/2020
 Contribuinte: VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO
 CPF/CNPJ: 523.833.267-04
 Responsável: EDEVALDO OLIVEIRA
 CPF/CNPJ: 007.115.769-71
 Cadastro Imobiliário: 279706

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8449/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	139,98	15,98	3,12	54,59	213,67	A
8448/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	106,15	12,12	2,37	41,39	162,03	A
5792/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	144,11	11,85	3,12	35,87	194,95	A
5791/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	109,28	8,99	2,37	27,20	147,84	A
4953/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	113,38	4,89	2,37	13,01	133,65	A
4954/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	29,90	1,29	0,62	3,43	35,24	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				642,80	55,12	13,97	175,49	887,38	
EM EXTENSO: oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos									

Notificação: 436/2020 de 13/02/2020
 Contribuinte: VALDEMIRO ARRUDA RAMALHO
 CPF/CNPJ: 523.833.267-04
 Responsável: EDEVALDO OLIVEIRA
 CPF/CNPJ: 007.115.769-71
 Cadastro Imobiliário: 279714

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8450/2017 - 0	Imposto Predial	24/01/2018	10/04/2017	96,68	11,04	2,15	37,70	147,57	A
8451/2017 - 0	Coleta de Lixo	24/01/2018	10/04/2017	127,48	14,55	2,84	49,71	194,58	A
5794/2018 - 0	Coleta de Lixo	10/01/2019	10/04/2018	131,24	10,79	2,84	32,67	177,54	A
5793/2018 - 0	Imposto Predial	10/01/2019	10/04/2018	99,53	8,18	2,15	24,77	134,63	A
4955/2019 - 0	Imposto Predial	29/01/2020	10/04/2019	103,26	4,45	2,15	11,85	121,71	A
4956/2019 - 0	Coleta de Lixo	29/01/2020	10/04/2019	27,23	1,17	0,57	3,12	32,09	A
TOTAL DAS PARCELAS EM R\$				585,42	50,18	12,70	159,82	808,12	
EM EXTENSO: oitocentos e oito reais e doze centavos									

Legenda de identificação dos tributos acima descritos e sua fundamentação legal:

Imposto Territorial, Imposto Predial ou IPTU e/ou Taxas: Imposto Predial e Territorial Urbano. Art. 156, I da Constituição Federal; Arts. 32 a 34 do Código Tributário Nacional (LC nº5.172/66); Arts. 234 a 248 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); e/ou Taxa de Coleta de Lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Coleta de lixo: taxa de coleta de lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Dif. Pgto – Pgto a Menor, Dif. Pgto – IPTU, ISSQN – Pgto a menor ou Dif. de pgto a menor CME: Diferença de pagamento de tributos após o vencimento. Dos Impostos - Título II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº142/98), das Taxas Título III do Código Tributário Municipal e da Contribuição de Melhoria Título IV do Código Tributário Municipal. Juros: Art. 73 da Lei Complementar nº142/98. Multa: Art. 193 da Lei Complementar nº142/98. Atualização monetária: Arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003.

Simples Nacional ou ISS Simples Nacional: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 10 a 13, 16 e 16-A da Lei Complementar Municipal nº389/2010. Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275 ao 278 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Art. 13 e 18 ao 22 da Lei Complementar Nacional nº123/2006.

ISS homologado ou ISS Imposto sobre serviços prestados ou ISS fiscalização: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza recolhido pelo prestador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

ISS fixo ou ISS fixo anual ou ISS fiscalização: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido por profissional autônomo ou sociedade uniprofissional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 267 ao 269, 276, 277, 279, 280 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelos serviços de construção civil: Art. 289 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

TAS ou Alvará Sanitário ou Taxa Alvará Sanitário: Taxa de Vigilância Sanitária. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 298 ao 300, 364 ao 414 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Código Sanitário Municipal (LC nº466/2015).

TSOCD: Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº125/1997.

TL ou Taxa Licença ou T.L. Com. Eventual: Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 301 ao 321 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

AL ou Alvará Localização ou Alvará Loc. Funcionamento: Alvará de licença para localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 3, “a”, do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Patrulha mecanizada: Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

Certidões/Contratos: taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 1, alíneas “b” e/ou “c” do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Taxa de prevenção contra sinistros: Convênio nº2013/15, Lei Estadual SC nº 7.541/ 1988, Lei Estadual SC nº 16.157/2013 e Decreto Estadual SC nº1.957/2013.

Tx. de vist. – contribuinte ou taxa de vistoria: taxa de expediente. Art. 357, item 2, do Código Tributário Municipal (LC nº 142/98).

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração – Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 08h00 às 17h00.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2020, 150º Ano de Fundação; 85º Ano de Emancipação Política.

Maria Angelica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Daniela Rosalia Witthoeft Krambeck
Fiscal de Tributos – Matrícula 965-2

EXTRATO CONTRATO 77.2020 - SAMAE

Publicação Nº 2545886

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 77/2020 SAMAE

AUTORIZANTE: Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

AUTORIZADO: Freitag Laboratórios Ltda.

OBJETO Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e análise de água da saída do tratamento (E.T.A), sistema de distribuição, captação superficial, de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde de 28/09/2017 Anexo XX E CONAMA Nº 357/05, em atendimento as necessidades de Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

VALOR: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO CONTRATO 78.2020 - FMDE

Publicação Nº 2545887

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2020 FMDE

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação.

AUTORIZADO: Cooperativa Agroindustrial de Rio dos Cedros – COOPERCEDROS.

OBJETO Chamada pública para aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE (repetição parcial da Chamada pública 01/2020 que restou deserta).

VALOR: R\$ 105.958,92 (cento e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31/12/2020

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2020.

MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA NO 2054, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545912

PORTARIA No 2054, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Designa membros para a Comissão Técnica de Loteamentos, para análise de viabilidade de anteprojetos e de projetos definitivos, para implantação de loteamentos e desmembramentos, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 345, de 13 de dezembro de 2007 e alterações, c/c Decreto nº 1745, de 12 de novembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 2335, de 26 de abril de 2011 e Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Técnica de Loteamentos, para análise de viabilidade de anteprojetos e de projetos definitivos, para implantação de loteamentos e desmembramentos, junto à Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, os seguintes servidores:

- a) BRUNA DE ANDRADE - Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços;
- b) VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA - Arquiteta;
- c) Ricardo Longo Orsi – Diretor do Departamento de Meio Ambiente;
- d) JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA – Advogado;
- e) RAFAEL CONSTANTE – Técnico em Agrimensura, e,
- f) UILSON RIES – Engenheiro Civil

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 1998, de 23 de abril de 2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2064, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545928

PORTARIA No 2064, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Designa membros para a Comissão Permanente para Análise de Edificações e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e, c/c art. 56, inciso I da Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR membros para a Comissão Permanente para Análise de Edificações, com a finalidade de dirimir e decidir questões em casos omissos da legislação municipal, os considerados de baixo potencial lesivo, composta pelos seguintes Servidores:

- a) BRUNA DE ANDRADE - Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços;
- b) EDSON JOSÉ PEDRON – Arquiteto;
- c) JÚLIO CESAR FERRARI - Arquiteto;
- d) RICARDO MURILO MALHEIROS DOS SANTOS – Engenheiro Florestal;
- e) JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA – Advogado

Art.2º REVOGAR a Portaria nº 609, de 12 de fevereiro de 2018 e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2071, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545930

PORTARIA No 2071, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Designa membros para compor o Conselho Gestor do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, para o mandato julho/2020 a julho/2022.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas “c” e “g” da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.7º da Lei Complementar no 412, de 26 de dezembro de 2011 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR membros para compor o CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, para o mandato julho/2020 a julho 2022, abaixo relacionados:

I - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

Titulares: Cristiane Elisabeth Longo
Guido Kaspareit
Vanessa Lúcia Bahr

Suplentes: Sandra Helena Dallabona
Elisete Gadotti
Eduardo Espíndola

II - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Ailton Bertoldi
Suplente: Joel Ricardo Raiter

III - REPRESENTANTE DO SINDICATO REPRESENTATIVO DA CATEGORIA:

Titular: Kátia Regina Lazarini Vilvert
Suplente: Roseli Werner

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de julho/2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2072, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545932

PORTARIA No 2072, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Designa membros para compor o Conselho Fiscal do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais, para o mandato julho/2020 a julho/2023.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos II e VII e art.70, Inciso II, alíneas “c” e “g” da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.11 da Lei Complementar no 412, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Designar membros para compor o CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, para o mandato julho/2020 a julho/2023, abaixo relacionados:

I - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Marciana Teresa Berri

Suplente: Patrícia Konzatti Arndt

II - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Giani Zaira Seidel

Suplente: Ruben Parno

III - REPRESENTANTE DO SINDICATO REPRESENTATIVO DA CATEGORIA:

Titular: Renato Brandes

Suplente: Diego Zatelli

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de julho/2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2073, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545933

PORTARIA No 2073, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS		
NOME	CARGO DE COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Luiz Angelo Schuster	Coordenador de Serviços-Nível I	00825110014 / C

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2074, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545934

PORTARIA No 2074, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
PAOLA PRIEBE (Vacância do cargo/ Ausência de cand. aprovados em Concurso Público- -Processo Seletivo / Classificada na Chamada Pública 001/2020)	404134624	2	10/09/2001	097.321.539-97	44h	10/06/2020 a 01/07/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2076, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545936

PORTARIA No 2076, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, autorizadas a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO	Nº CNH / CATEGORIA
Andreia Jeanine Garcia Oss Emer	Enfermeira	01174657094 / B
Anna Carine Bell	Enfermeira	00928660699 / AB

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiver de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2077, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545939

PORTARIA No 2077, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	Nº CNH / CATEGORIA
Claudia Zanguelini Sevegnani	Técnica em Enfermagem	02954281427 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO FCT-62, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545474

PORTARIA No FCT-62, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº FCT-61, de 11 de maio do corrente

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento no §1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão de Sindicância Administrativa nº 01/2020, Ofício nº 03/2020, de 10 de junho do corrente,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº FCT-61, de 11 de maio do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 01/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2020 SAMAE

Publicação N° 2545904

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2020 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de mão de obra especializada em eletro eletrônica para manutenção preventiva e corretiva em painéis, bombas centrífugas e motores elétricos bem como manutenção técnica em geral com fornecimento de peças destinados aos setores da manutenção e estação de tratamento de água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

EMPRESA: ELETROTECNICA F.C. LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 79.650,00 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/03/2021

Timbó, 01/04/2020
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18 2020 PMT

Publicação N° 2545905

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar, Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil e da Fundação Municipal de Esportes.

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Fundo Municipal de Saúde (para utilização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS), à Fundação Municipal de Esportes (para utilização dos atletas que compõe a ☐ casa do atleta☐), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM (para complemento da alimentação dos policiais militares da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó) e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do corpo de bombeiros militar).

EMPRESAS: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 112.313,77 (cento e doze mil trezentos e treze reais e setenta e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/03/2021

Timbó, 01/04/2020
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretária de Saúde e Assistência Social
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar.
FÁBIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil
MÁRCIO ELISIO
Diretor Presidente da
Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 35/2020**

Publicação Nº 2545710

Portaria nº 35/2020

Nomeia Ketlyn Samantha Mohr para o cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e o art. 38, III, "b" do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Nomear Ketlyn Samantha Mohr para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica - CPC-AJ, constante do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Timbó, conforme artigo 7º, inciso II, alínea "c" da Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2007.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 1º de julho de 2020.

Adilson Mesch
Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.872 DE 26 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2545487

DECRETO N. 4.872 DE 26 DE MARÇO DE 2020.

REGULAMENTA O ARTIGO 2º. DA LEI MUNICIPAL N. 3.485/2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estipulados os valores das gratificações criadas através da Lei Municipal n. 3.485/2020, nos seguintes valores:

- I- Médicos Coordenadores – valor mensal R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) – duas vagas
- II- Médicos com atendimento nas Unidades Básicas de Saúde – valor mensal R\$ 1.000,00 (mil reais);
- III- Enfermeiros em regime de rodízio que prestam serviço no centro de triagem – valor mensal R\$ 900,00 (novecentos reais);
- IV- Enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde – valor mensal R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);
- V- Técnicos em Enfermagem em regime de rodízio que prestam serviços no centro de triagem – valor mensal R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- VI- Técnicos em Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde – valor mensal R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)
- VII- Agentes Comunitários de Saúde – valor mensal R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- VIII- Servidores dos Postos de Saúde, Secretaria de Saúde, e do Pronto Atendimento Municipal que trabalham com atendimento ao público – valor mensal R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- IX- Servidor da Vigilância Sanitária de nível superior – valor mensal R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);
- X- Servidor da Vigilância Sanitária de nível médio – valor mensal R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- XI- Servidores e Motoristas que atuam na área de transporte de pessoal e pacientes da área de saúde – valor mensal R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), 26 de março de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi publicado na Secretaria de Administração e será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado municipal

DECRETO Nº 4.877 DE 18 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2545489

DECRETO Nº. 4.877 DE 18 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE O USO DE MÁSCARAS E CONDUTAS DE HIGIENE A SEREM OBSERVADAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO que se faz necessário atender as recomendações da OMS, para prevenção da propagação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020 declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública

de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a retomada de diversas atividades econômicas no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pela COVID-19;

CONSIDERANDO os Decretos do Estado de Santa Catarina nº 509 de 17 de março de 2020, nº 515 de 17 de março de 2020, nº 521 de 19 de março de 2020 e Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a Nota Informativa Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras caseiras;

CONSIDERANDO a Portaria SES Nº 224/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras no território catarinense;

CONSIDERANDO a Portaria SES Nº 235/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que dispõe sobre os cuidados mínimos para evitar a propagação do vírus;

CONSIDERANDO a Portaria SES Nº 245/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, qual autoriza a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a partir de 13 de abril de 2020, a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO a Portaria SES Nº 251/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal devem atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º. Terão vigência automática, no âmbito do Município de Três Barras/SC, os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), independentemente de edição de Decreto Municipal pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. A cláusula de vigência automática não se aplica nas hipóteses em que o Poder Executivo Municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito do Município.

Art. 2º. A partir de 23 de abril de 2020, fica estabelecida a obrigação de utilização de máscaras a toda população no território do Município de Três Barras/SC, com a finalidade de evitar a transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19):

I- Sempre que houver necessidade de contato com outras pessoas, deslocamento em vias públicas, compras de gêneros de primeira necessidade, ingresso e permanência nos estabelecimentos em geral, ou outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social.

II - Para ingresso, permanência ou desempenho de qualquer atividade em repartição pública ou privada.

III - Para uso de transporte por aplicativos, taxi ou transporte compartilhado de passageiros;

§ 1º. Poderão ser utilizadas máscaras de pano, cuja confecção e o manuseio devem seguir as instruções descritas na NOTA INFORMATIVA Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, e na Portaria SES Nº 224/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 3º. Os estabelecimentos e repartições consideradas essenciais e com permissão do Governo do Estado para atendimento ao público e entrada de pessoas deverão observar os cuidados definidos na Portaria SES Nº 235/2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, bem como deverão obrigatoriamente:

I- Controlar o acesso de entrada e permanência de pessoas no local;

II- Organizar filas com distanciamento mínimo de 1 (um) metro e meio entre as pessoas;

III- Disponibilizar álcool em gel ou álcool 70% para os clientes ao acessarem o estabelecimento;

Art. 4º. Pessoas com quadro de síndrome gripal que estiverem em isolamento domiciliar, devem continuar usando preferencialmente máscara cirúrgica, valendo a mesma regra para os cuidadores mais próximos dessas pessoas, quando estiverem nos mesmos ambientes da residência.

Art. 5º. A fiscalização das medidas determinadas por este Decreto serão realizadas pelo PROCON, Defesa Civil, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Secretaria Municipal de Saúde, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros.

Art. 6º. O Poder Executivo nomeará servidores autorizados a atuar na fiscalização e orientação da população, sob coordenação da Secretaria de Saúde e Vigilância Epidemiológica do Município;

Art. 7º. Fica autorizado aos órgãos de fiscalização a tomada das providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto,

devendo, num primeiro momento, promover a orientação e recomendação sobre a indispensabilidade do uso das máscaras.

Art. 8º. Caso não sejam acatadas as recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização, o infrator estará sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação, inclusive civis e penais, dentre as quais aquelas previstas para os crimes elencados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal, dispositivos estes que tratam, respectivamente, das infrações de medida sanitária preventiva e do crime de desobediência - do Código Penal.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

REGISTRESE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de abril de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data, e também será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 43/2020 - FMS

Publicação Nº 2545337

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 07/2020
Termo Aditivo nº 43/2020

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 616, em Três Barras – SC, por seu representante o Sr. Luiz Divonsir Shimoguiuri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado LOCATÁRIO.

Contratado: HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.888.881/0001-42, com sede na Avenida Professor Adolfo Konder, nº 231 – Campinas, cidade de São José - SC, telefone nº (48) 3247-0555 e e-mail: licitacao@hominum.com.br, doravante denominado LOCADOR.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, §1º do artigo 65 e artigos 54 à 80.

Objeto: Altera-se a Cláusula 4.1 do Contrato Principal nº 07/2020, alterando a data inicial para 15 de junho de 2020 e a da final para 15 de outubro de 2020.

Valor: O valor global da Locação será de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 30 de junho de 2020.

PREGÃO Nº. 31/2020.

Publicação Nº 2544929

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 52/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2020.**

Interessado:

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
- * ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRITOVÃO;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **AIRTON JOSE DUARTE JUNIOR - ME**, CNPJ nº **26.409.548/0001-83**, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a RUA DR OSVALDO DE OLIVEIRA, nº 502, Bairro KM 02; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Lote 2: TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - VIGIAS

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL VIGIA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	70.000,00	R\$18,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 31/2020 – Procedimento Administrativo nº. 52/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de junho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

AIRTON JOSE DUARTE JUNIOR - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
LUCIANE TOMCZYK

2 _____
ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO Nº. 31/2020.

Publicação Nº 2544933

Prefeitura Municipal de Três Barras**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 52/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2020.

Interessado:

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
- * ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRITOVÃO;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **GM INSTALADORA LTDA**, CNPJ nº **14.623.473/0001-50**, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA FREI MENANDRO KAMPS, nº 296, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Lote 1: TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - SERVIÇOS GERAIS - PINTOR - CARPINTEIRO - PEDREIRO - ENCANADOR - ELETRICISTA - OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL

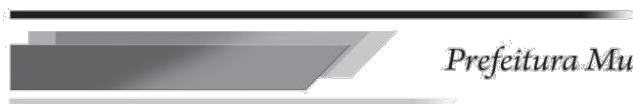
Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	350.000,00	R\$13,28
2	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PINTOR EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	10.000,00	R\$13,76
3	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CARPINTEIRO EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	6.000,00	R\$13,76
4	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PEDREIRO EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	17.000,00	R\$13,76
5	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ENCANADOR EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	7.000,00	R\$13,76
6	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ELETRICISTA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ABAIXO.	HORAS	15.000,00	R\$18,09
7	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ABAIXO.	HORAS	20.000,00	R\$14,93

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 31/2020 – Procedimento Administrativo nº. 52/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
 89490-000 / 47 3623 0121
 prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
 :: www.tresbarras.sc.gov.br ::



Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de junho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

GM INSTALADORA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1

LUCIANE TOMCZYK

2

ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 340/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545283

DECRETO Nº 340/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 07/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 423/06 de 25 de abril de 2006 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 07/2020, de 26 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Saúde – CMS, nos termos que a mesma é recomendada pelo órgão deliberativo Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 29 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de julho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS JUNHO/2020

Publicação Nº 2545823

Extrato de Contratos - Mês de Junho de 2020.

Contrato Nº.: 46/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.

Valor : 214.000,00 (duzentos e quatorze mil e reais)

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 04/06/2021

Objeto : Aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) em atendimento às entidades educacionais da rede pública de ensino no Município.

Contrato Nº.: 47/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: L. CONSTRUÇOES LTDA

Valor : 157.448,46 (cento e cinq-enta e sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos)

Assinatura.: 05/06/2020

Vigência : Início: 05/06/2020 Término: 05/12/2020

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de pavimentação com blocos de concreto sextavados, intertravados e meio-fio de concreto na Praça da comunidade de Rio Vargado (2.350,00m²).

1º termo aditivo ao Contrato Nº: 44/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: L. CONSTRUÇOES LTDA

Valor : 8.310,60 (oito mil trezentos e dez reais e sessenta centavos)

Assinatura.: 08/06/2020

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação com lajotas em concreto, drenagem pluvial e sinalização viária da rua José Menegali, no centro do município (área pav.=971,50m², extensão=135,00m).

Contrato Nº.: 48/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : 493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil reais)

Assinatura.: 23/06/2020

Vigência : Início: 23/06/2020 Término: 23/06/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020

Objeto : Aquisição de 1 (uma) motoniveladora nova, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e viação, com assistência técnica durante o período de garantia.

1º Termo aditivo ao Contrato Nº: 55/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: SANTPAV ASFALTOS LTDA.

Valor : 3.750,00 (três mil setecentos e cinq-enta reais)

Assinatura.: 24/06/2020

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 20/09/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas Domingos Guarezi, Jacomo Bez Fontana, Otavio Rechia, Frederico Bez Fontana e Olindo Nandi

2º termo aditivo ao Contrato Nº: 55/2019
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: SANTPAV ASFALTOS LTDA.
Valor : 50.188,31 (cinq-enta mil cento e oitenta e oito reais e trinta e um centavos)
Assinatura...: 29/06/2020
Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 20/09/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2019
Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas Domingos Guarezi, Jacomo Bez Fontana, Otavio Rechia, Frederico Bez Fontana e Olindo Nandi

1º termo aditivo ao Contrato Nº: 39/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: DEUS PROVERA CONSTRUÇOES EIRELI
Valor : 7.686,17 (sete mil seiscentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos)
Assinatura...: 29/06/2020
Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 10/09/2020
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de pavimentação com blocos de concreto sextavados, intertravados, meio-fio de concreto e paisagismo na Praça da comunidade de Monte Alegre (2.229,42m²).

2º Termo aditivo ao Contrato Nº: 39/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: DEUS PROVERA CONSTRUÇOES EIRELI
Valor : 3.542,80 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)
Assinatura...: 29/06/2020
Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 10/09/2020
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de pavimentação com blocos de concreto sextavados, intertravados, meio-fio de concreto e paisagismo na Praça da comunidade de Monte Alegre (2.229,42m²).

Contrato Nº.: 49/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: ATEKY INTERNET LTDA
Valor : 15.175,20 (quinze mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos)
Assinatura...: 30/06/2020
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à Internet, com fornecimento e suporte técnico de links via fibra ótica para escolas, secretaria de educação e prédio sede do centro administrativo do município de Treze de Maio.

Contrato Nº.: 28/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: E.C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI
Valor : 6.888,70 (seis mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta centavos)
Assinatura...: 15/06/2020
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020
Objeto : Aquisição parcelada de material e equipamento odontológico para abastecimento das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 29/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI
Valor : 12.651,60 (doze mil seiscentos e cinq-enta e um reais e sessenta centavos)

Assinatura...: 15/06/2020
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020
Objeto : Aquisição parcelada de material e equipamento odontológico para abastecimento das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 30/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA
Valor : 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze reais)
Assinatura...: 15/06/2020
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020
Objeto : Aquisição parcelada de material e equipamento odontológico para abastecimento das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 31/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI
Valor : 5.524,90 (cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)
Assinatura...: 15/06/2020
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020
Objeto : Aquisição parcelada de material e equipamento odontológico para abastecimento das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 32/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: ODONTOMED CANAA LTDA
Valor : 4.403,10 (quatro mil quatrocentos e três reais e dez centavos)
Assinatura...: 15/06/2020
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2020
Objeto : Aquisição parcelada de material e equipamento odontológico para abastecimento das unidades de saúde do município.

Contrato Nº.: 33/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: ATEKY INTERNET LTDA
Valor : 9.414,60 (nove mil quatrocentos e quatorze reais e sessenta centavos)
Assinatura...: 30/06/2020
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2020
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à Internet, com fornecimento e suporte técnico de links via fibra ótica para unidades de saúde do município de Treze de Maio.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020 - FMS

Publicação Nº 2545281

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020 - FMS

PROCESSO Nº 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos trinta dias do mês de junho de 2020, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. Leodacir Pianesola, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 05/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MEDVIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTI MÓVEL (TERRESTRE) PARA TRANSPORTE DE PACIENTE DO SUS, COM SAÍDA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC À FLORIANÓPOLIS-SC. Conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Total
1	4	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBULÂNCIA TIPO UTI MÓVEL (TERRESTRE) COMPLETA, SENDO VEICULO DEVIDAMENTE EQUIPADO COM ASSISTÊNCIA PROFISSIONAL MÉDICA E DE ENFERMAGEM, PARA TRANSPORTE DE PACIENTE PORTADOR DE ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL (AME) PARA CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA NO HOSPITAL JOANA DE GUSMÃO FLORIANÓPOLIS-SC. SAÍDA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC COM DESTINO A FLORIANÓPOLIS-SC, VIAGEM DE IDA E VOLTA. O VEÍCULO DEVERA SER EQUIPADO COM NO MÍNIMO OS SEGUINTE APARELHOS: ASPIRADOR, NEBULIZADOR, DESFIBRILADOR OU DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, VERIFICADOR DE PRESSÃO ARTERIAL OU NÃO INVASIVA, OXÍMETRO, MALETA DE EMERGÊNCIA (COM MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA QUALQUER EMERGÊNCIA), CILINDRO DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, EQUIPAMENTO CENTRAL DE OXIGÊNIO E PRANCHA DE TRANSPORTE. O VEÍCULO DEVERÁ PERMANECER A DISPOSIÇÃO ATÉ O RETORNO AO MUNICÍPIO.	5.842,50	23.370,00
2	80	H	HORA PARADA DE AMBULÂNCIA UT I MÓVEL A DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO.	26,62	2.129,60

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Leodacir Pianesola, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços,

sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MEDVIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para fornecer o serviço, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. A primeira viagem deverá ser realizada na data de 06/07/2020. Conforme cronograma elaborado pela Secretaria de Saúde.

4.1.2. As demais viagens deverão ser realizadas conforme agenda e cronogramas de consulta do paciente do SUS, de acordo com cronograma disponibilizado pela Secretaria de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a fornecer o serviço requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os serviços somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.037 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 36 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os serviços quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 05/2020.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;

- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 05/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 05/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

LEODACIR PIANESOLA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

MEDVIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA
RENATO MORAIS CARVALHO
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Andressa G. Donzelli
CPF: 090.534.369-79

02. _____
Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 47/20

Publicação Nº 2545840

DECRETO GP/Nº 47, 12 DE MAIO DE 2020.

Suplementa itens orçamentários do orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.913, de 04 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.027	26-3.3.90.00.00.00.00.1065	R\$ 19.000,00

II – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.011	35-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do excesso de arrecadação.

Art. 3º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
1.008	107-4.4.90.00.00.00.00.1083	R\$ 193.000,00
2.019	91-3.3.90.00.00.00.00.1010	R\$ 80.000,00
4.036	121-4.4.90.00.00.00.00.1000	R\$ 15.000,00

II - do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.002	10-3.3.71.00.00.00.00.1038	R\$ 43.000,00
4.002	12-4.4.90.00.00.00.00.1038	R\$ 10.000,00

Art. 4º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do superávit financeiro.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

DECRETO Nº 66/20

Publicação Nº 2545836

DECRETO GP/Nº 66, de 24 de junho de 2020.

Constitui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1.305, de 16 de setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1.502, de 20 de junho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º É constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 1.305, de 16 de setembro de 1991 e alterada pela Lei nº 1.502, de 20 de junho de 1994, integrado pelas seguintes entidades e seus representantes:

I – representantes dos órgãos governamentais:

- a) DANIELA DA SILVA, titular e THAISE DE OLIVEIRA, suplente, representantes da Secretaria de Assistência Social;
- b) CRISTIANE MOTINI FRECCIA, titular e LARISSA TRAMONTIN, suplente, representantes da Secretaria de Educação;
- c) JOÃO BATISTA RIBEIRO, titular e TATIANA ZABOTTI TALAMINI, suplente, representantes da Secretaria de Administração;
- d) SHEILLA DE BRIDA, titular e CLEZIO FRECCIA, suplente, representantes da Diretoria de Esportes e Lazer;
- e) MARIANA CARDOSO BARBOSA, titular e DANIELA FRASSETTO, suplente, representantes da Secretaria de Saúde.

II – representantes dos órgãos não governamentais:

- a) GRAZIELLA MAESTRELLI, titular, e JAQUELINE IZABEL PEREIRA, suplente, representantes do Paraíso da Criança;
- b) RITA APARECIDA INNOCENTI, titular e KAMILA CITTADIN, suplente, representantes do Hospital Nossa Senhora da Conceição;
- c) BRÍGIDA MARIOTI, titular e VANESSA MATIOLA VOLPATO, suplente, representantes do Centro Espírita Emmanuel;
- d) SOPHIA SERAFIN COUTO MENEGON, titular, e GABRIELA SARTOR CONCER BENETTON, suplente, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- e) GERALDO ANTÔNIO DE SOUZA, titular e ARNALDO MACHADO DE JESUS, suplente, representantes da Liga Urussanguense de Desportos - LUD.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os Decretos GP/Nº 233, de 18 de dezembro de 2018 e Decreto GP/Nº 69, de 11 de setembro de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1057/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2545289

DECRETO MUNICIPAL Nº 1057/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1.007 – Pavimentação

Modalidade 4.4.90.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas R\$ 477.380,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0034 – Transf. de Convênios da União – Outros Programas, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1.007 – Pavimentação

Modalidade 4.4.90.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1.007 – Pavimentação

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art 3rd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 30 de junho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/2020/FMS

Publicação Nº 2545293

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020/FMS

EDITAL DE PREGÃO Nº 09/2020/FMS

Aquisição de equipamentos para utilização da Secretaria Municipal de Saúde
em tratamentos fisioterápicos.

O Município de Vargem, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, representado por sua Gestora, Senhora Milena Andersen Lopes Becher, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL, no dia 16 de julho de 2020, às 13h30min, para a aquisição de equipamentos para utilização da Secretaria Municipal de Saúde em tratamentos fisioterápicos, a qual será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a ser processada e julgada em conformidade com o Decreto Municipal nº 388/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520, de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

O prazo para os proponentes apresentarem os envelopes nº 01 de proposta de preços e nº 02 de documentos para habilitação será até as 13h30min do dia 16 de julho de 2020, mesmo horário e data para abertura dos envelopes a ser realizada na sala de reuniões da Prefeitura sita à Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, 89638-000.

CAPITULO I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Art. 1st – A presente Licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos para utilização da Secretaria Municipal de Saúde em tratamentos

fisioterápicos, conforme relação e especificações contidas no Anexo IV deste Edital.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Art. 2nd Podem participar da presente licitação, todos os interessados legalmente constituídos no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital.

Art. 3rd Não poderão participar Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou Responsável.

Art. 4th A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

Art. 5th Não poderão participar, direta ou indiretamente nesta licitação, servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Vargem, seja da administração direta ou indireta, bem como os demais impedimentos constantes do art. 9º, da Lei 8.666/93 e diplomas complementares

CAPÍTULO III - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 6th O recebimento dos envelopes nº 01 – Proposta Comercial e nº 02 – Documentação, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 13h30min do dia 16 de julho de 2020, a serem entregues no Setor de Compras desta Prefeitura, situado no endereço retro mencionado.

Parágrafo único - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido neste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Vargem e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o proponente, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido, no Setor de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Art. 7th No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das proponentes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no preâmbulo, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM - SC
PREGÃO Nº 09/2020/FMS
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM - SC
PREGÃO Nº 09/2020/FMS
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

Art. 8th Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

§ 1st - O representante da empresa proponente deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de documento de constituição da empresa que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, OU ainda através da apresentação de procuração ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo I, juntamente com documento de identificação com foto.

§ 2nd - Nesta fase, observando as disposições do art. 18, o representante da proponente deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao proponente.

Art. 9th A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a proponente de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

Art 10. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

CAPÍTULO IV - DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Art 11. Por força da Lei Complementar nº. 123/06, as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir propostos:

§ 1st - A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP que queira exercer os benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/06 deverá apresentar, no ato do credenciamento, cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou Declaração de Enquadramento chancelada pela Junta Comercial da Jurisdição competente;

§ 2nd - As proponentes que se enquadrem na condição de microempresa – ME e as empresas de pequeno porte – EPP, e que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação relativa à regularidade fiscal, deverão consignar tal informação expressamente na

declaração prevista no art. 23;

§ 3rd - Como critério de desempate, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento superiores) à melhor proposta classificada.

§ 4th - Para efeito do disposto no parágrafo acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

II - A nova proposta de preço mencionada no item anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

III - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

IV - No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no item anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

V - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no § 3º, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

VI - O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 5th - No momento da oportuna fase de habilitação, caso a proponente detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição;

I - Nos termos do § 1º do artigo 43 da LC 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

II - A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO V - DA PROPOSTA COMERCIAL

Art 12. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

I - Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

II - Número deste Pregão;

III - Número do item, descrição dos produtos nos termos do Anexo IV deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Unid.	R\$ Unit.	R\$ Total

IV -

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da proponente.

§ 1st - Na proposta, além da marca ofertada, deverá constar, obrigatoriamente, o modelo correspondente.

§ 2nd - Juntamente com a proposta de preços a proponente deverá apresentar catálogo (ou equivalente) do equipamento, onde conste seu modelo e suas especificações.

Art 13. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

Parágrafo único - O valor discriminado no Anexo IV deve ser considerado pelos proponentes como preço máximo para elaboração da proposta de preço para este certame.

Art 14. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos produtos, objeto da presente Licitação.

Art 15. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

CAPÍTULO VI - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

Art. 16 No Envelope nº 02 – Documentação, a empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

§ 1st - Habilitação jurídica, apresentar um dos seguintes comprovantes, conforme o caso:

I - Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedades por Ações o Ato

Constitutivo/Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.

II - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

III - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos" conforme modelo constante do Anexo II.

§ 2º - Habilitação fiscal e trabalhista, apresentar prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da Proponente, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados, dentro dos seus períodos de validade, quais sejam:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal.

II - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, expedida pelo órgão competente.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.

IV - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

§ 3º - Qualificação econômico-financeira, apresentar:

I - Certidão Negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

Art. 17 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

Parágrafo único - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no preâmbulo deste Edital.

Art. 18 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Parágrafo único - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

Art. 19 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da proponente com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

I - Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II - Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

Art. 20 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Art. 21 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no art. 14, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

Art. 22 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. A ausência de documento não se enquadra no conceito de restrição e acarretará a inabilitação da licitante.

Parágrafo único - A não regulamentação da documentação, no prazo previsto neste artigo, implicará decadência à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação para contratação, ou revogação da licitação.

CAPÍTULO VII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

Art. 23 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo III deverá vir anexada por fora do envelope da proposta), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

Art. 24 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço.

§ 1º - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

§ 2º - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos

constantes dos arts. 12 e 13 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível ou superior ao preço máximo estabelecido.

§ 3rd - O(s) erro(s) de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado e, outro(s) que, não desfigure(m) a validade jurídica, eventualmente configurado(s) na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) proponente(s), poderá(ão) ser devidamente corrigido(s), não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta.

Art. 25 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

§ 1st - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

§ 2nd - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à proponente, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

§ 3rd - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

I - Os lances verbais ofertados pelas proponentes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às proponentes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

II - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas proponentes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

§ 4th - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

§ 5th - Dos lances ofertados não caberá retratação.

§ 6th - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeito de ordenação das propostas.

Art. 26 Caso os proponentes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

Art. 27 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

Art. 28 Em seguida, o Pregoeiro aplicará, se for o caso, o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 11 do Edital.

Art. 29 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

Art. 30 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da proponente que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

Art. 31 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a proponente será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as proponentes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no Capítulo VI deste Edital.

Art. 32 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

Parágrafo único - Ocorrendo a situação referida no caput, o Pregoeiro poderá negociar com a proponente para que seja obtido preço melhor.

Art. 33 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

Art. 34 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as proponentes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos proponentes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

Art. 35 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às proponentes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais proponentes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

§ 1st - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da proponente e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

§ 2nd - A ausência do proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

Art. 36 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos proponentes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

Parágrafo único -A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

Art. 37 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os proponentes presentes.

Art. 38 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das proponentes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

CAPÍTULO VIII - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

Art. 39 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) proponente(s) que apresentar (em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

Parágrafo único -A(s) proposta(s) com preço(s) unitário(s) e/ou global(is), cotado(s) acima dos preço(s) máximo(s) estimado(s), será(ão) desclassificada(s).

Art. 40 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

Art. 41 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, POR ITEM, à(s) proponente(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

Art. 42 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

CAPÍTULO IX - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

Art. 43 Os itens requisitados deverão ser entregues nesta cidade de Vargem/SC, em local a ser determinado pelo Município, sem qualquer custo adicional relativo a frete ou outros emolumentos, em até 30 (trinta) dias após a requisição.

§ 1st - Eventuais danos e prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, que tenham sido causados comprovadamente por defeito ou má qualidade dos bens fornecidos, ensejarão a responsabilização da Contratada.

CAPÍTULO X - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 44 O Município efetuará o pagamento dos bens fornecidos até o 10º dia útil de cada mês subsequente à entrega dos mesmos, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do fornecedor, devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos bens.

Art. 45 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC para o exercício de 2020, através da seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 08.01 / Fundo Municipal de Saúde de Vargem

Proj/Ativ: 1.015 / Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Saúde

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.01.0038.76 / Aplicações Diretas

Art. 46 Para pagamento das despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão utilizados recursos vinculados.

Parágrafo único -O valor total máximo estimado para esta licitação é de R\$ 9.921,36 (Nove mil, novecentos e vinte e um reais, e trinta e seis centavos).

CAPÍTULO XI - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 47 Até o 2º dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

Parágrafo único - A impugnação será dirigida ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

Art. 48 Tendo a proponente manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

Art. 49 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para

apreciação e decisão.

Art. 50 As demais proponentes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

Art. 51 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

Art. 52 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

Art. 53 Tanto as impugnações como os recursos somente terão prosseguimento se apresentados em original, não surtindo qualquer efeito aqueles enviados por e-mail, fax ou qualquer outro meio eletrônico.

CAPÍTULO XII - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

Art. 54 Após a homologação do resultado, será (ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar (em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XIV, deste Edital.

Art. 55 No ato de formalização do contrato, deverá a proponente vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

Art. 56 O(s) contrato(s) terá (ão) prazo de vigência da data de assinatura até o final do exercício de 2020 ou a entrega total dos produtos objeto desta licitação, o que ocorrer primeiro.

Art. 57 Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a proponente subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

CAPÍTULO XIII - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 58 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

Art. 59 A rescisão contratual poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CAPÍTULO XIV - DAS PENALIDADES

Art. 60 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do presente instrumento convocatório.

Parágrafo único - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela proponente após etapa de lances; considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

Art. 61 A penalidade de multa, prevista no artigo anterior deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 8.666/93, conforme o art. 87, § 2º do mesmo diploma legal.

Art. 62 A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela proponente vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

Art. 63 Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a proponente, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Vargem/SC, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone 49-3549-0068, no horário de expediente.

Art. 65 Para agilizar os trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as proponentes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

Art. 66 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Vargem/SC, não serão consideradas como motivos para impugnações.

Art. 67 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Art. 68 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

I - Adiada a abertura da licitação;

II - Alterados os termos do Edital, obedecendo ao §4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

Art. 69 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campos Novos/SC, excluindo qualquer outro.

CAPÍTULO XVI - DOS ANEXOS DO EDITAL

Art. 70 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

I - Anexo I – Modelo de termo de credenciamento;

II - Anexo II – Modelo de declaração de atendimento à legislação trabalhista de proteção à criança e ao adolescente;

III - Anexo III – Modelo de declaração de atendimento ao inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 2002;

IV - Anexo IV – Relação de itens do objeto desta licitação;

V - Anexo V – Minuta de contrato;

Vargem/SC, 30 de junho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,

Gestora do FMS.

PREGÃO Nº 09/2020/FMS

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC

Credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC, na modalidade PREGÃO Nº 09/2020/FMS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº 09/2020/FMS

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº 09/2020/FMS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO N° 09/2020/FMS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI N° 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope n° 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO N° 09/2020/FMS, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC.

Local, _____ de _____ de 2020.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO N° 09/2020/FMS

ANEXO IV

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Prego Unitário Máximo
01	Esteira elétrica nova, bivolt, com velocidade máxima de no mínimo 15 km/h, largura da lona de no mínimo 40 cm, com regulagem de inclinação com no mínimo 3 níveis, com painel em LCD ou LED, com no mínimo as funções de: tempo, velocidade, distância, calorias, batimentos cardíacos (com hand grip), com monitoramento cardíaco (hand grip), com motor de no mínimo 2,5 HP, com no mínimo 3 programas pré-definidos de velocidade, dobrável, com chave de segurança, elaborada em aço carbono ou material equivalente (ou superior), com peso máximo suportado de no mínimo 130 kg, com superfície de corrida de no mínimo 120x42 cm.	01	2.100,00
02	Aparelho de ondas curtas com placas de silicone para diatermia, novo, que atenda à NBR IEC 601.1, com intensidade máxima de saída de no mínimo 180W no modo contínuo, e de no mínimo 250W no modo pulsado, com pelo menos 10 alternativas de frequência dos pulsos, com variações de frequência entre 45 e 400 HZ, com temporizador de 10 a 30 minutos, com sinalização acústica e desligamento do circuito, com os seguintes acessórios: 01 par de eletrodos de placa em borracha de silicone de aproximadamente 12x17 cm, cabo de força tripolar, 02 cabos de silicone para conexão com eletrodos de placas, 04 distanciadores de lã de aproximadamente 12 x 17 cm, 04 invólucros de tecido (algodão) para eletrodos de placas.	01	7.821,36

PREGÃO N° 09/2020/FMS

ANEXO V

MINUTA - TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/2020/FMS

Termo de contrato para fornecimento de equipamentos, que fazem entre si o Município de Vargem/SC e a empresa _____, vencedora do Pregão n° 09/2020 (Processo Licitatório n° 12/2020)

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE VARGEM, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 04.838.209/0001-80, sito a Rua Vitorino Chiochetta, 147, Centro da Cidade de Vargem/SC, neste ato representado pela sua Gestora, Exma. Senhora Milena Andersen Lopes Becher.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede a Rua _____, _____, _____ da cidade de _____ - _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, CPF n.º _____

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O Contratado fornecerá _____ para o Fundo Municipal de Saúde de Vargem, tudo conforme processo licitatório n° 12/2020, na

modalidade de Pregão 09/2020, o qual constitui parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. Fica designado o Secretário Municipal de Administração e Finanças como fiscal do Contrato.

2.2. Os itens requisitados deverão ser entregues nesta cidade de Vargem/SC, em local a ser determinado pelo Município, sem qualquer custo adicional relativo a frete ou outros emolumentos, em até 30 (trinta) dias após a requisição.

2.3. Eventuais danos e prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, que tenham sido causados comprovadamente por defeito ou má qualidade dos equipamentos fornecidos, ensejarão a responsabilização da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O montante previsto de gastos decorrentes deste contrato é de R\$ (.....), na forma do seu Anexo Único.

3.2. O Município efetuará o pagamento dos bens fornecidos até o 10º dia útil de cada mês subsequente à entrega dos mesmos, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do fornecedor, devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos bens.

3.3. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou, no caso de pagamento com recursos de outras esferas de governo, depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

3.4. Não haverá reajuste nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.5. Qualquer alteração de alíquota, criação ou abolição de impostos, tributos, contribuições sociais, e outros, que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente instrumento, de modo a majorar ou diminuir ônus, implicará na revisão dos preços, nos termos que vierem a ser definidos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020 ou até a entrega total do objeto, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do presente termo de contrato correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC para o exercício de 2020, através da seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 08.01 / Fundo Municipal de Saúde de Vargem

Proj/Ativ: 1.015 / Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Saúde

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.01.0038.76 / Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. A contratante reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização do fornecimento dos equipamentos contratados, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, bem como as questões de segurança na entrega dos mesmos, não excluindo-se da contratada a responsabilidade por qualquer irregularidade.

6.2. O proponente deverá arcar com a garantia dos bens, com reposição dos mesmos, se necessário, sem ônus à Municipalidade. Eventuais danos e prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, que tenham sido causados comprovadamente por defeito ou má qualidade dos bens fornecidos, ensejarão a responsabilização da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

7.2. Respeitar, durante toda a vigência do Contrato, os termos do edital e de seu(s) anexo(s);

7.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

7.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas neste Contrato;

8.2. Manter ampla e permanente fiscalização durante a execução do objeto deste Contrato, por meio de Secretaria Municipal de Saúde, que poderá apontar deficiências, após verificação, as quais deverão ser sanadas pela Contratada, devendo esta proceder as correções e substituições do produto/serviços;

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1. Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da

Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

9.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

9.4. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pelo Contratado, poderá ele, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Rescisão do Contrato;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DIREITO DE RESERVA

10.1. O Município de Vargem reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

10.2. O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), não será(ão) aceito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização.

11.2. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUCESSÃO

12.1. O contrato obriga as partes intervenientes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ADITAMENTOS

13.1. Ainda, por vontade comum das partes, poder-se-á celebrar aditamentos ao presente instrumento, para ajustar situações novas e, ou situações não previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Campos Novos/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

15.1. Celebram o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada pelas Leis Federais n.ºs 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.1998).

15.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas.

Vargem/SC, ... de de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,,
Gestora do Fundo Municipal de Saúde Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2020/FMS

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário
01	Esteira elétrica nova, marca modelo bivolt, com velocidade máxima de no mínimo 15 km/h, largura da lona de no mínimo 40 cm, com regulagem de inclinação com no mínimo 3 níveis, com painel em LCD ou LED, com no mínimo as funções de: tempo, velocidade, distância, calorias, batimentos cardíacos (com hand grip), com monitoramento cardíaco (hand grip), com motor de no mínimo 2,5 HP, com no mínimo 3 programas pré-definidos de velocidade, dobrável, com chave de segurança, elaborada em aço carbono ou material equivalente (ou superior), com peso máximo suportado de no mínimo 130 kg, com superfície de corrida de no mínimo 120x42 cm.	01
02	Aparelho de ondas curtas com placas de silicone para diatermia, novo, marca, modelo, que atenda à NBR IEC 601.1, com intensidade máxima de saída de no mínimo 180W no modo contínuo, e de no mínimo 250W no modo pulsado, com pelo menos 10 alternativas de frequência dos pulsos, com variações de frequência entre 45 e 400 HZ, com temporizador de 10 a 30 minutos, com sinalização acústica e desligamento do circuito, com os seguintes acessórios: 01 par de eletrodos de placa em borracha de silicone de aproximadamente 12x17 cm, cabo de força tripolar, 02 cabos de silicone para conexão com eletrodos de placas, 04 distanciadores de lã de aproximadamente 12 x 17 cm, 04 invólucros de tecido (algodão) para eletrodos de placas.	01
TOTAL		

Vidal Ramos**PREFEITURA****ADITIVO Nº 06**

Publicação Nº 2545423

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

6º TERMO ADITIVO DE PREÇO DA ATA 51/2019

TERMO ADITIVO DE VALORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº. 51/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E EMPRESA WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Pelo presente Termo, se dá devido o aumento de preços do produto, de um lado a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.376/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Sr. Odilmar de Souza, e de outro lado WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº. 01.602.498/0001-25, com sede à R ALBERTO MULLER, 5000, CEP: 88356-001 telefone: (47) 3355 5555, BRUSQUE /SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o preço da ata de nº. 51/2019 para fazer constar as seguintes alterações do Processo Administrativo nº.80/2019 - Pregão para Registro de Preços nº. 60/2019

Cláusula Primeira –DOS VALORES

O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÓLEO S10) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA.

	Quant.	DESCRIÇÃO	V. Unit.
01	50.000	GASOLINA COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM FRAÇÕES MENSAIS DE APROX. 1/12 LTS. EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR DEVIDAMENTE INSTALADO NA GARAGEM DO DMER, NESTE MUNICÍPIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO SERÁ FIXADO EM MOEDA BRASILEIRA COM PREVISAO DE REAJUSAMENTO DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO CNP, OU ORGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO O PRODUTO NAO SOFRERÁ QUALQUER REAJUSTE. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO.	3,70

Justificativa: O aumento foi comprovada com documento enviado pela empresa, onde demonstra que o aumento no preço realmente aconteceu.

Cláusula Segunda- DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado permanecem em vigor.

Vidal Ramos, 23 de junho de 2020.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
CONTRATANTE

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
CONTRATADO

ATA Nº. 08/2020

Publicação Nº 2545402

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2020****VALIDADE: 18/06/2021**

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de **fornecimento de DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa IRMÃOS FLACH LTDA - EPP.**, CNPJ nº. 08.774.832/0001-77, com sede à RUA ABC 300, SALA 01, BOA VISTA DO BURICÁ, CEP: 98.918-000, RIO GRANDE DO SUL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, OBRAS, SAÚDE, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE

CLAUSULA SEGUNDA – O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	PNEU 215/75 R17,5, MISTO - TERRA/ASFALTO, PROFUNDIDADE DE SULCO 14 MM, 12 lonas com borracha classe A.	UN	30,00	LINGLONG D905	820,00	24.600,00
42	PROTETOR 20.5X25...	UN	8,00	K-RUBBER	118,00	944,00

43	PROTETOR 17.5X25...	UN	8,00	CARRETEIRO K-RUBBER CARRTEIRO	109,00	872,00
Total do Participante ----->						26.416,00

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nessa Ata será de 10 (dez) dias, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Autorização de Compras).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **18/06/2021, a partir de sua assinatura**. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. As entregas deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
ODILMAR DE SOUZA – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

IRMÃOS FLACH LTDA - EPP
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

ATA Nº. 09/2020

Publicação Nº 2545403

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2020****VALIDADE: 18/06/2021**

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de **fornecimento de DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa Comercio de Pneus Oenning Ltda EPP**, CNPJ nº. 03.725.261/0001-67, com sede à Rua Fredolino Oenning, nº. 31, centro, CEP: 88.760-000, Rio Fortuna – SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, OBRAS, SAÚDE, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE

CLAUSULA SEGUNDA – O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	PNEU 295/80 R22.5 BORRACHUDO PROFUNDIDADE DE SULCO 19,5 MM CAMINHÃO, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO.	UN	48,00	Firestone T831	1.450,00	69.600,00
18	PNEU 19,5X24 L2 CONVENCIONAL 12 LONAS...	UN	6,00	Addo India AIOT 09	2.000,00	12.000,00

21	PNEU 175/70R14 88 T, com borracha classe A.	UN	40,00	Xbri Premium F1	191,50	7.660,00
44	PNEU 185/65 R 15 88H, com borracha classe A.	UN	12,00	Durable City DC01	180,00	2.160,00
48	PNEU 205/60 R16 - SPIN COM BORRACHA CLASSE A	UN	8,00	Nereus NS601	220,00	1.760,00
Total do Participante ----->						93.180,00

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nessa Ata será de 10 (dez) dias, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Autorização de Compras).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **18/06/2021, a partir de sua assinatura**. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. As entregas deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaeletronicavidalramos@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla

defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
ODILMAR DE SOUZA – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Comercio de Pneus Oenning Ltda EPP
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

ATA Nº. 10/2020

Publicação Nº 2545405

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2020****VALIDADE: 18/06/2021**

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de **fornecimento de DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI**, CNPJ nº. 26.723.181/0001-78, com sede à R JOSE GALL, 1115, GALPAO 09, CARVALHO, CEP: 88307-102, ITAJAÍ – SC, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, OBRAS, SAÚDE, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE

CLAUSULA SEGUNDA – O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	PROTETOR ARO 12.4X24....	UN	12,00	CARRETEIR O CARRETEIR	40,00	480,00
						480,00

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nessa Ata será de 10 (dez) dias, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Autorização de Compras).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **18/06/2021, a partir de sua assinatura**. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. As entregas deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaaletronicavidalramos@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que

ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
ODILMAR DE SOUZA – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

ATA N° 11/2020

Publicação N° 2545406

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 11/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 48/2020****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO N° 01/2020****VALIDADE: 18/06/2021**

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA N° 005/2019 de 08/01/2019**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS n° 01/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, Decreto n°. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n°. 3.693 de 20/12/2000, Decreto n°. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal n°. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei n°. 6.474, de 06/08/2002, Decreto n°. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de **fornecimento de DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa ZEUS COMERCIAL EIRELI**, CNPJ n°. 34.840.358/0001-44, com sede à R RUDY ARNALDO HINTZ, 688, APTO 04, BAIRRO PEREQUE, PORTO BELO/SC, CEP: 88.210-000, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, OBRAS, SAÚDE, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE

CLAUSULA SEGUNDA – O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 1000R20 RADIAL MISTO LISO, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 15,5 mm - com borracha classe A, PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO.	UN	30,00	SPEEDMAX M3	1.520,00	45.600,00
2	PNEU 1000R20 RADIAL BORRACHUDO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,5mm. ATENDENDO NORMAS ABNT/NBR E COM SELO INMETRO, com borracha classe A, PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO	UN	60,00	KELLY KS481	1.610,00	96.600,00
3	PNEU 275/80R22,5, RADIAL LISO,	UN	20,00	SPEEDMAX S3	1.549,00	30.980,00

	PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 15 mm, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO.					
4	PNEU 275/80R22,5, RADIAL MISTO BORRACHUDO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 17,5 mm, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO.	UN	30,00	SPEEDMAX MD5	1.420,00	42.600,00
5	PNEU 295/80R22,5 LISO PROFUNDIDADE DE SULCO 15,5 MM CAMINHÃO, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO.	UN	30,00	XBRI BL102	1.430,00	42.900,00
7	Pneu 295/80R22,5 BORRACHUDO PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 25,4 MM DE BORRACHA, COM BORRACHA CLASSE A PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO	UN	60,00	SPEEDMAX MD5 25MM	1.899,00	113.940,00
8	PNEU 215/75R17,5 LISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 13,5 MM, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO	UN	40,00	GOODRIDE CR960 13MM	920,00	36.800,00
9	PNEU 215/75R17,5 - BORRACHUDO, 12 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCO 14 MM , com borracha classe A	UN	100,00	GOODRIDE CM986	690,00	69.000,00
11	PNEU 900X20, CONVENCIONAL, LISO, 14 LONAS, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 12,4mm, com borracha classe A. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO	UN	4,00	DURABLE DR942	770,00	3.080,00
12	PNEU 900X20, CONVENCIONAL, BORRACHUDO, 14 LONAS, com borracha classe A. PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO 19,7mm. PARA RODAR EM ESTRADA DE CHÃO	UN	8,00	DURABLE DR946 16MM	1.120,00	8.960,00
13	PNEU 17,5X25, CONVENCIONAL, 16 LONAS, COM GARRAS TIPO L2, APROPRIADO PARA MÁQUINA DE TERRAPLANAGEM	UN	12,00	SUPERGUIDE R G2/L2	3.180,00	38.160,00
14	PNEU 14.00X24 CONVENCIONAL 16 LONAS	UN	8,00	SWT SPEEDWAYS POWERG	2.098,00	16.784,00
15	PNEU 12.4/24, 10 LONAS, DIANTEIRO TRATOR...	UN	4,00	SWT SPEEDWAYS GRIPKI	999,00	3.996,00
16	PNEU 18.4/30 12 LONAS, TRASEIRO TRATOR	UN	6,00	SUPERGUIDE R R1	2.460,00	14.760,00
17	PNEU 12,5X18 L2 CONVENCIONAL 10 LONAS...	UN	6,00	SUPERGUIDE R R4 12.5/	940,00	5.640,00
20	PNEU 175/70R13, índice de carga no mínimo (475 Kg) com borracha classe A.	UN	50,00	XBRI PREMIUM	175,00	8.750,00
22	PNEU 215/75R16 C RADIAL LISO, com borracha classe A	UN	40,00	APTANY RL108	389,00	15.560,00
23	PNEU 205/75R16 C, com borracha classe A	UN	20,00	XBRI CARGOPLUS	399,00	7.980,00
24	PNEU 265/70R16 C, com borracha classe A	UN	12,00	APTANY RU101	420,00	5.040,00
25	PNEU 185/70R14 - GOL, com borracha classe A	UN	20,00	XBRI PREMIUM	280,00	5.600,00
26	CÂMARA PARA PNEU 1000-20	UN	60,00	ZC RUBBER TR78	65,00	3.900,00
27	CÂMARA PARA PNEU 900-20...	UN	10,00	ZC RUBBER TR78	59,00	590,00
28	PROTETOR 900-20...	UN	40,00	ZC RUBBER R20	19,00	760,00
29	PROTETOR 1000-20...	UN	60,00	ZC RUBBER R20	19,00	1.140,00
30	Câmara PARA PNEU 12,5/80X18...	UN	8,00	BBW TR218	108,00	864,00
31	CÂMARA PNEU 12.4X24	UN	12,00	BBW TR218	83,00	996,00
33	CÂMARA PNEU 175/70 R 13...	UN	14,00	BBW FR13	19,00	266,00
34	CÂMARA PNEU 185/70 R14...	UN	14,00	BBW FR14	19,00	266,00

35	CÂMARA PNEU 175/70 R 14...	UN	14,00	BBW FR14	19,00	266,00
36	CÂMARA ARO 19,5X24...	UN	16,00	BBW TR218	196,00	3.136,00
37	CÂMARA ARO 17.5X25	UN	12,00	BBW TR220	159,00	1.908,00
38	CÂMARA 1400/24...	UN	8,00	BBW KM24	155,00	1.240,00
39	CÂMARA 20.5 X25...	UN	8,00	BBW TRJ1175C	347,00	2.776,00
40	CÂMARA PNEU 18.4X30...	UN	2,00	BBW TR218	199,00	398,00
41	PROTETOR 1400X24...	UN	8,00	SBN R24	39,00	312,00
45	PNEU 20.5-25 16 lonas	UN	4,00	SUPERGUIDE R E3/L3	4.370,00	17.480,00
46	PNEU 23.1-30 12 Lonas Agrícola R1	UN	2,00	SUPERGUIDE R R1	3.690,00	7.380,00
47	PNEU 14.9-28 08 Lonas Agrícola R1...	UN	2,00	LOADMAXX HRI201	1.479,00	2.958,00
49	PNEU 225/75 R 16 C	UN	16,00	OVATION V02	450,00	7.200,00
50	PNEU 205/70 R 15 C ...	UN	32,00	THREE EFFITRAC	290,00	9.280,00
51	PNEU 12-16,5 12 LONAS	UN	8,00	LOADMAXX HRI802	660,00	5.280,00
Total do Participante ----->					-	681.126,00

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nessa Ata será de 10 (dez) dias, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Autorização de Compras).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **18/06/2021**, a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. As entregas deverão ser acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaetronicavidalramos@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação

oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
ODILMAR DE SOUZA – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

ATA Nº. 12/2020

Publicação Nº 2545407

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2020****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2020****VALIDADE: 18/06/2021**

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, Pregoeiro designado pela **PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019**, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013, regulamenta Registro de Preços, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos observada à ordem de classificação, o(s) preço(s) de o fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de **fornecimento de DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADA À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa LUDA PNEUS LTDA**, CNPJ nº. 20.122.244/0001-54, com sede à R OLAVO BILAC, 123, CIDADE ALTA, BENTO GONÇALVES/RS, CEP: 95700-362, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO, OBRAS, SAÚDE, FUNDERURAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA MUNICIPALIDADE

CLAUSULA SEGUNDA – O Presente instrumento tem por objeto a aquisição dos itens abaixo relacionados, para qual será pago o valor unitário, também constante na relação a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
19	PNEU 205/75R15 C, com borracha classe A.	UN	36,00	PIRELLI SCORPION ATR	697,00	25.092,00
Total do Participante ----->					-	25.092,00

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega dos produtos constantes nessa Ata será de 10 (dez) dias, a partir da requisição por escrito.

Parágrafo Segundo: Havendo necessidade em eventual e futura aquisição, o prazo de entrega será nos termos previstos anteriormente, mediante solicitação formal (Autorização de Compras).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até **18/06/2021, a partir de sua assinatura**. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não será obrigada a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços todas as secretarias e fundos municipais. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020. Para os serviços de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago pelo serviço será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na Garagem do DMER sito a Rua Santa Cruz, nº. 447 – Vidal Ramos – SC. Prazo de atendimento deverá ser de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada pela pessoa indicada pela Secretaria.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação dos Serviços.

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais só estará caracterizado mediante Autorização de Fornecimento. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de serviços efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a efetivação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento. As entregas deverão ser acompanhadas da Nota Fiscal/Fatura correspondente encaminhado para o seguinte e-mail: notaetronicavidalramos@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020, a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II - multa de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos serviços não prestados, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pela não execução parcial ou total do contrato;

PARAGRAFO PRIMEIRO - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até **5** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARAGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

PARAGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado a contraditória e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa da Administração, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as autorizações de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nas autorizações de compras dela decorrentes;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Mural Público Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado após 1(um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria de Administração interessado. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2020 e as propostas das empresas vencedores do certame supra numerado. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Ituporanga/SC.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
ODILMAR DE SOUZA – PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LUDA PNEUS LTDA
CONTRATADA
(Assinatura sob Carimbo)

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 117/2020

Publicação Nº 2545744

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 117/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. JOSIEL DORGEL DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 118/2020

Publicação Nº 2545749

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 118/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. RENA DICH SIQUEIRA	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 25 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 119/2020

Publicação N° 2545752

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 119/2020
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. WELLINGTON AUGUSTO AZZI	ENGENHEIRO ELETRICISTA

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 25 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 120/2020

Publicação N° 2545756

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 120/2020
PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. EDIPO VALDECIR FERNANDES	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 26 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 121/2020

Publicação Nº 2545763

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 121/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. GESSICA CENTOFANTE	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 29 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 122/2020

Publicação Nº 2545764

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 122/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. DANIEL JOCELIO FANTIN	ENGENHEIRO CIVIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 29 de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EXTRATO DO CONTRATO N. 0227/2020

Publicação Nº 2545227

Extrato do Contrato n. 0227/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JÉSSICA MICHELA BARTHOLAMEY

CPF: 080.320.579-19

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 6º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2020 a 31 de janeiro de 2021

FUNÇÃO: Enfermeiro

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 4.308,72 (quatro mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0228/2020

Publicação Nº 2545234

Extrato do Contrato n. 0228/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RODRIGO RAMOS RITTER

CPF: 003.622.069-88

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 005/2019; Classificação do Contratado: 12º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 30 de maio de 2020, conforme Decreto nº 16.639/19).

VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2020 a 31 de janeiro de 2021

FUNÇÃO: Técnico de Enfermagem
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.143,25 (dois mil e cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0229/2020

Publicação Nº 2545239

Extrato do Contrato n. 0229/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DÉBORA JUSIMEIA VOLFE
CPF: 043.822.599-67
OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 005/2019; Classificação da Contratada: 14º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 30 de maio de 2020, conforme Decreto nº 16.639/19).
VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2020 a 31 de janeiro de 2021
FUNÇÃO: Técnico de Enfermagem
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.143,25 (dois mil e cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0230/2020

Publicação Nº 2545242

Extrato do Contrato n. 0230/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SUELEN LOCATELLI
CPF: 067.614.559-01
OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso 001/2018. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 35º lugar (reposição); Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).
VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2020 a 31 de janeiro de 2021
FUNÇÃO: Técnico de Enfermagem
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.143,25 (dois mil e cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020 - PMV

Publicação Nº 2545295

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020 – PMV
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 34/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA REPOSIÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTOS E MÁQUINAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO, DESEN. ECONÔMICO HAB. E PROJETOS, POLÍCIA CIVIL, BOMBEIROS E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 01/07/2020 a partir das 08:00h até o dia 17/07/2020 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 17/07/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de junho de 2020.
EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 PMV

Publicação Nº 2546007

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação do processo em epígrafe, cujo objeto é a CREDENCIAMENTO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM COM SEDE NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, VISANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME A NECESSIDADE DE VEICULAÇÃO, COMO MEIO DE NECESSIDADE DE ORDEM PÚBLICA PARA PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. À vista das exigências constantes no item 04 do Ato Convocatório – DA HABILITAÇÃO - e seus subitens, constatou-se que a empresa RADIO VIDEIRA LTDA protocolizou o envelope contendo os documentos de habilitação. Após a análise da documentação a comissão considera HABILITADA a empresa RADIO VIDEIRA LTDA. . Sendo que qualquer eventual recurso quanto ao procedimento efetuado deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 30 de junho de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2020

Publicação Nº 2545217

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0124/2020 – Concorrência Pública nº 0004/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Pública nº 0004/2020, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto a Contratação de empresa(s) de engenharia, para a Execução de Obras de Infraestrutura no Loteamento Industrial Pedro Bortoluzzi, no Município de Xanxerê, sendo: Item 01 - Obras de Terraplanagem, Drenagem Pluvial e Rede de Abastecimento de Água; Item 02 - Obras de Pavimentação Asfáltica e Sinalização Viária e Item 03 - Obras de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública, conforme Projetos, Orçamentos e Memoriais Descritivos anexos ao processo. Recursos oriundos da Operação de Crédito – Programa FINISA. O recebimento das propostas passa a ser até às 08:45h, do dia 05/08/2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br Informações complementares email: licita@xanxere.sc.gov.br, telefone (49)3441-8542.

Xanxerê-SC, 26 de junho de 2020. Avelino Menegolla– Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 147/2020

Publicação Nº 2545792

DECRETO Nº 147/2020

DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora ELIANE MACEDO DOS SANTOS, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenadora de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde, designada pelo Decreto nº 248/2019, de 23 de abril de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 248/2019, de 23 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 30 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0084/2019

Publicação Nº 2545399

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0084/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: CPL – DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

Objeto: Tem por objeto a Contratação de empresa capacitada para Fornecimento de licença de uso de sistema de Gestão Habitacional, hospedagem do sistema em servidor virtual, conversão de dados, implantação, treinamento dos usuários, suporte técnico e demais serviços/ características descritos no Edital e seus anexos.

Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses contados a partir de 17 de julho de 2020, vigorando até 16 de julho de 2021, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer do Comitê Gestor nº 336/2020, anexos ao presente.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2020. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 0044/2020

Publicação Nº 2544833

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0093/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CLOVIS ANTONIO PEGORARO ME

Objeto: Registro de Preços para Serviços Futuros e Parcelados de Lavagem dos Veículos pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil de Xanxerê-SC, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 79.342,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 17 de junho de 2020. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0094/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: POSTO DE LAVAGEM XANXERÊ LTDA - ME

Objeto: Registro de Preços para Serviços Futuros e Parcelados de Lavagem dos Veículos pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil de Xanxerê-SC, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I..

Valor total: R\$ 42.090,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 17 de junho de 2020. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0068/2020

Publicação Nº 2544824

Extrato de Contrato nº 0068/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: CIMADON COMÉRCIO E TRASPORTES LTDA

Objeto: Aquisição de 05 (cinco) rádios comunicadores destinados a Polícia Civil para atividades de policiamento e fiscalização de trânsito, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 4.595,00

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA 487-2020

Publicação Nº 2544784

PORTARIA Nº 487/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 10.07.2020 a 08.08.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ANNA ALICE DEBIASI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.892.093 e CPF nº 040.305.289.02, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 068/09 para o cargo de PSICÓLOGA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 02.03.2018 a 01.03.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 488-2020

Publicação Nº 2544795

PORTARIA Nº 488/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 13.07.2020 a 27.07.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ONEIDE CHIMELLO BAESSO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.785.916-6 e CPF nº 623.003.770-04, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 284/2017 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 30.10.2018 a 29.10.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 489-2020

Publicação Nº 2544800

PORTARIA Nº 489/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 06.07.2020 a 20.07.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ELISANGELA JUDITE PEGORARO BOTTEGA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.808.401 e CPF nº 026.252.449-09, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 093/2002 para o cargo de PSICÓLOGA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 02.05.2019 a 01.05.2020 e 12.04.2019 a 11.04.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 490-2020

Publicação Nº 2544811

PORTARIA Nº 490/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, por determinação da Secretaria de Saúde férias a partir de 30.06.2020 a 14.07.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. CAROLINE CENZI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1073757476 e CPF nº 969.354.130-87, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 182/2007 para o cargo de ENFERMEIRO, com 40 (quarenta) horas semanais, e posteriormente designada pelo Decreto Municipal nº 251/2019 para exercer função comissionada de SUPERVISÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – SAE, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 02.05.2018 a 01.05.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 491-2020

Publicação N° 2544815

PORTARIA Nº 491/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde férias a partir de 30.06.2020 a 14.07.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA CRISTINA HEIDRICH, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.720.014 e CPF nº 007.032.259-79, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 106/03 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 10.03.2019 a 09.03.2020

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 492-2020

Publicação N° 2544853

PORTARIA Nº 492/2020
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA PÚBLICA

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, férias a partir de 13.07.2020 a 11.08.2020, 30 (trinta) dias a Empregada Pública Municipal Sra. SANDRA MARA LOPES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.710.220 e CPF nº 076.259.469-16, nomeada pelo Contrato de Trabalho nº 165/2016 para o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 18.02.2019 a 17.02.2020

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 493-2020

Publicação N° 2544864

PORTARIA N° 493/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.07.2020 a 30.07.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. LOURDES MOSCON BORGES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 2.463.435-2 CPF nº 800.516.509-91, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 270/07 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 03.09.2007 a 08.06.2009 = 11 dias e 09.06.2009 a 08.06.2012 = 19 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 494-2020

Publicação N° 2544893

PORTARIA N° 494/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 20.07.2020 a 03.08.2020, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. SAMANTHA ROLOFF, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.895.867 e CPF nº 041.603.549-39, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 025/2012 para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 (trinta) horas semanais e designada pelo Decreto Municipal nº 213/2019 para exercer a função comissionada de COORDENADORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 13.02.2018 a 12.02.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 25 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 495-2020

Publicação N° 2544908

PORTARIA N° 495/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, a Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.07.2020 a 30.07.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. LUIZA ANDOLFATTO PERUZZO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.786.574 CPF nº 950.485.539-34, nomeada pelo Decreto Municipal nº EB 024/08 para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 26 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 496-2020

Publicação N° 2544915

PORTARIA N° 496/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 13.07.2020 a 01.08.2020, 20 (vinte) dias a Servidora Pública Municipal Sra. CRISTIANE GOLEMBIESKI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.555.700-1 e CPF nº 022.705.939-52, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 023/09 para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 01.08.2018 a 31.07.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 26 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 497-2020

Publicação N° 2544921

PORTARIA N° 497/2020
REVOGAR A PORTARIA N° 477/2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR, conforme descrito na Portaria nº 477/2020 a autorização de afastamento da Servidora Pública Municipal a Sra. EUNICE SOZO, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.721.964 e CPF nº 827.189.389-00, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 092/09 no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contidas na portaria 477/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 498-2020

Publicação Nº 2545041

PORTARIA Nº 498/2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 25.07.2020 a 23.08.2020, 30 (trinta) dias ao Servidor Público Municipal Sr. LEODIR SIMIONATO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 2.870.683-8 e CPF nº 871.702.649-00, nomeado pelo Decreto Municipal nº BLB 079/2011 para o cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 14.03.2018 a 13.03.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 499-2020

Publicação Nº 2545088

PORTARIA Nº 499/2020

REVOGAR A PORTARIA Nº 384/2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 29.06.2020 a Portaria nº 384/2020 que autoriza o trabalho remoto a servidora pública, Sra. CAROLINE BENDER, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê-SC, portadora do RG nº 4.733.524-6 e CPF nº 060.586.099-84, nomeada pelo Decreto Municipal nº AJG 182/2015, para o cargo de PSICÓLOGA com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 384/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 29 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 500-2020

Publicação Nº 2545102

PORTARIA Nº 500/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 13.07.2020 a 11.08.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. CATIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA BUENO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.211.389 e CPF nº 066.851.899-59, nomeada pelo Decreto Municipal nº AJG 212/2016 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 07.11.2019 a 06.11.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 501-2020

Publicação Nº 2545121

PORTARIA Nº 501/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 03.07.2020 a 01.08.2020, 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIZANGELA RAMOS ST-VERKMANN, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.232.121-0 e CPF nº 892.909.259-49, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 195/2007 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 09.09.2019 a 08.09.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 502-2020

Publicação Nº 2545125

PORTARIA Nº 502/2020

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei HW 1775/91 e Lei Complementar nº AM 2.907/06,

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos e entidades ou setores da Administração Pública quer seja da esfera federal, estadual e municipal, bem como de outros poderes constituídos, com um quadro capaz de atender a demanda dos serviços essenciais à população

RESOLVE

DESIGNAR para desempenhar suas atividades profissionais na Secretaria Municipal de Saúde de 23.06.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA DA SILVA, residente e domiciliada nessa cidade de Xanxerê-SC, portadora do RG nº 5.458.348-9 e CPF nº 5.458.384-9, nomeada conforme Decreto Municipal nº AJG 171/2015, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

DETERMINAR que esta designação perdure até a data de 22.07.2020, em substituição a Servidora Pública Municipal Sra. Rosangela Veloso que encontra-se em gozo de Licença Prêmio.

Determinar que esta designação vigore com efeitos retroativos a partir de 23.06.2020 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 503-2020

Publicação Nº 2545132

PORTARIA Nº 503/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 01.07.2020 a 30.07.2020, 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Sra. LUCIVANIA ROSA DALEASTE, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.940.292-7 e CPF nº 886.014.479-53, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 077/2003 para o cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, e posterior Decreto Municipal nº 403/2019 que designa a Servidora para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE ATENÇÃO A SAÚDE, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 06.03.2019 a 05.03.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 504-2020

Publicação Nº 2546045

PORTARIA Nº 504/2020
REVOGAR A PORTARIA Nº 483/2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR, conforme descrito na Portaria nº 483/2020 a Licença Prêmio do Servidor Público Municipal o Sr. VALDIR ADILIO MARICAL, brasileiro, residente e domiciliado, nesta cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.278.115 e CPF nº 346.964.159-53 nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 099/03 no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, ficando o departamento de Recursos Humanos responsável

pela apuração e controle do saldo em dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contidas na portaria nº 483/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 505-2020

Publicação Nº 2546046

PORTARIA Nº 505/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integral, ao Servidor Público Municipal Sr. ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 545101 e CPF nº 340.908.439-87, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 120/07 no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002165/2020 datada em 18.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 506-2020

Publicação Nº 2546047

PORTARIA Nº 506/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurado o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. CRISTIANO RODRIGUES DA COSTA DE CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 4.738.331-3 e CPF nº 006.127.359-74, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 053/2003 no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002317/2020 datada em 29.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 507-2020

Publicação Nº 2546048

PORTARIA Nº 507/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurado o recebimento de seus vencimentos integrais, a Servidora Pública Municipal Sra. DIRCE PEDROZO DA COSTA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê-SC, portadora do RG nº 4.035.758 e CPF nº 517.482.310-49, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 045/2011 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0001232/2020 datada em 09.04.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 508-2020

Publicação Nº 2546049

PORTARIA Nº 508/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, a Empregada Pública Municipal Sra. ELIANE MARIA ANDRIN TODESCHINI, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2079936 e CPF nº 803.145.899-53, nomeada pelo Contrato de Trabalho nº 19 de 2009 para a função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002200/2020 datada em 22.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 509-2020

Publicação Nº 2546050

PORTARIA Nº 509/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, a Servidora Pública Municipal Sra. EUNICE SOZO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê – SC, portadora do RG 2.721.964 e CPF nº 827.189.389-00, nomeado pelo Decreto Municipal nº BLB 092/09 no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002179/2020 datada em 19.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 510-2020

Publicação Nº 2546051

PORTARIA Nº 510/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao

pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurado o recebimento de seus vencimentos integrais, a Servidora Pública Municipal Sra. LORENI RIGATTI, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.697.359 e CPF nº 651.622.509-53, nomeada pelo Decreto Municipal nº JB 47/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e posterior Decreto Municipal nº JB 267/96 no cargo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002204/2020 datada em 22.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 511-2020

Publicação Nº 2546052

PORTARIA Nº 511/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. MAURO MIGUEL NARCISO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.388.983 e CPF nº 542.684.869-68, nomeado pelo Decreto Municipal nº JB 517/1994 no cargo de ENGENHEIRO SANITARISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0001231/2020 datada em 09.04.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 512-2020

Publicação Nº 2546053

PORTARIA Nº 512/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, "1", dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, "a"), para o Senado (V, "a") e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 6.785.880 e CPF nº 029.355.849-37, nomeado pelo Decreto Municipal nº AGJ 075/2013 no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e posterior Decreto Municipal nº AJG 230/2016 no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002310/2020 datada em 29.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 513-2020

Publicação Nº 2546054

PORTARIA Nº 513/2020
CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, "1", dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, "a"), para o Senado (V, "a") e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, a Servidora Pública Municipal Sra. SILVANIA MORETTO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.697.385 e CPF nº 714.832.259-68, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 108/2002 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 1235/2020 datada em 13.04.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 514-2020

Publicação Nº 2546055

PORTARIA Nº 514/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. VALDECIR RIBEIRO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 2.075.355 e CPF nº 666.197.859-72, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 225/2002 no cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002166/2020 datada em 18.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 515-2020

Publicação Nº 2546056

PORTARIA Nº 515/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. VALDIR ADILIO MARICAL, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.278.115 e CPF nº 346.964.159-53, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 099/03 no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002312/2020 datada em 29.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 516-2020

Publicação Nº 2546057

PORTARIA Nº 516/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, “1”, dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, “a”), para o Senado (V, “a”) e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurado o recebimento de seus vencimentos integrais, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE MACEDO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 4.849.947 e CPF nº 058.288.449-70, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 029/10 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende a solicitação protocolada sob o nº 0002336/2020 datada em 30.06.2020, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o Servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 024/2020 PMXV

Publicação Nº 2545499

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de Certa Básica e Leite em Pó Integral, destinado as Famílias carentes do Município de Xavantina-SC, conforme Lei Municipal nº 1271/2013, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 14/07/2020.

Abertura: dia 14/07/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 30 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

0318. DETERMINA MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Publicação Nº 2546134

DECRETO Nº. 318, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no Município de Xaxim e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Xaxim e,
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas restritivas no que se refere ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),
CONSIDERANDO o aumento expressivo dos casos de Coronavírus no Município bem como o número de pessoas que se encontram em isolamento social e sob monitoramento por meio da Vigilância Epidemiológica;
CONSIDERANDO a necessidade da imediata conscientização dos munícipes a fim de impossibilitar a proliferação do vírus COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Xaxim.

Art. 2º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, serão adotadas, as seguintes medidas, sem, contudo, invalidar as que foram outrora definidas:

I – Fica Determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial de proteção em todo o território do município de Xaxim, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

a) O uso de máscara é obrigatório pela população, por agentes públicos, prestadores de serviço e particulares, por contribuintes, clientes, consumidores, fornecedores, empregados e colaboradores.

b) o uso de máscara é obrigatório quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

II - Recomenda-se o atendimento não presencial ao público nos estabelecimentos prestadores de serviços, inclusive aqueles vinculados ao Sistema Financeiro Nacional (Bancos e Lotéricas), quando necessário o atendimento presencial observando-se o seguinte:

a) Os processos internos poderão ser realizados preferencialmente em sistema de home office. Na impossibilidade, deve ser respeitada a distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre os pontos de trabalho e entre o colaborador e o consumidor;

III - Quanto ao comércio em geral, varejista ou atacadista, fica recomendado o funcionamento de forma não presencial, para entrega direta ao consumidor (delivery), na impossibilidade, deve ser respeitada a distância mínima de 1,50m (um metro e meio) entre pessoas, limitando-se o acesso de pessoas a no máximo 01 (uma) pessoa para cada 07m² aproximadamente, (sete metros quadrados) de área interna da loja, não incluindo neste cálculo área de depósito, almoxarifado, estacionamento, setor administrativo e outros;

IV - Nos estabelecimentos de academias, restaurantes, bares, lanchonetes, panificadoras, sorveterias e atividades similares deverá ser observada a limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, com disponibilização de álcool gel 70% e um colaborador garantindo a assepsia de todos os consumidores;

V - os salões de beleza e barbearias somente poderão atender com horário marcado evitando a aglomeração de clientes;

VI - as empresas são responsáveis pela organização das filas de espera mantendo a distância mínima de 2,00m (dois metros) entre os consumidores;

VII – fica proibida de entrada de pessoas menores de 14 anos no comércio em geral, excetuando-se estabelecimentos de saúde e restaurantes;

VIII – os restaurantes deverão seguir as recomendações constantes em Decreto Estadual, somando-se a estas, a necessidade de manter-se tão somente duas (02) pessoas por mesa, exceto integrantes de grupo familiar;

IX – nos estabelecimentos constituídos lanchonetes e restaurantes, a lotação máxima deverá ser de uma (01) pessoa a cada 4m² aproximadamente (quatro metros quadrados) e seu funcionamento se dará até as 23h;

X - nas academias fica autorizada a presença de 01 (uma) pessoa a cada 7m² aproximadamente (sete metros quadrados), devendo os equipamentos serem higienizados antes do início das atividades bem como após cada uso;

XI – fica restringido o acesso simultâneo a supermercados de apenas uma pessoa por família;

XII – nos estabelecimentos constituídos por bares, a lotação máxima deverá ser de uma (01) pessoa a cada 4m² aproximadamente (quatro metros quadrados) e seu funcionamento se dará de segunda a sábado, diariamente até as 18:00h (dezoito horas);

Art. 3º. Em qualquer hipótese, o funcionamento da atividade deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

I - disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;

II - higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%;

III - higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;

IV - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V - manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI - fazer a utilização, se necessário, de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando atendimento;

VI - observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:

a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.
b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.

c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, alcoóis, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.

d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.

e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;

VII - a instituição preferencial do teletrabalho para as atividades administrativas e para aqueles que se inserem no grupo de risco;

VIII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;

IX - todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;

X - insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;

XI - os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas”.

Art. 4º. O controle do comércio em geral, inclusive a higienização das mãos e conferência do uso de máscaras deve ocorrer por meio de um funcionário, o qual seguirá as normas impostas neste Decreto, orientando os usuários dos métodos de prevenção e segurança epidemiológica;

Art. 5º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções;

I – pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor de 1VR (Valor de Referência) (R\$ 175,67);

II – o estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de 10VR (Valor de Referência) (R\$ 1.756,70);

Art. 6º. Ficam investidos como autoridades e saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento do COVID-19, na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – os servidores da Defesa Civil do Município de Xaxim;

II – os fiscais de obras e posturas;

III – fiscais de tributos;

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º, bem como no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ficando revogados as disposições em contrário em especial o Decreto 263/2020 e o Decreto 311/2020.

Gabinete do Prefeito de Xaxim/SC, em 30 de junho de 2020.

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

RODRIGO CARLOS COVATTI
Procurador-Geral do Município
OAB/SC 37.421
Registrado e publicado em data supra

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0023/2020

Publicação Nº 2545222

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0023/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina de escavadeira hidráulica sobre esteiras equipada com rompedor hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
KNAPP & CIA LTDA	1

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais).

Vigência do Registro de Preço: 30/06/2020 a 30/06/2021.

Licitação: Processo de Licitação nº 066/2020 - Pregão Presencial para Registro de Preços 026/2020.

Xaxim/SC, 30 de junho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 634 DE 30 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024.

Publicação Nº 2546013

LEI ORDINÁRIA Nº 634 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024".

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do prefeito e do vice-prefeito do município de Zortéa, para o quadriênio 2021/2024.

Art. 2º. O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de doze mil e quarenta e um reais (R\$ 12.041,00)

Art. 3º. O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de quatro mil trezentos e noventa e três reais (R\$ 4.393,00)

Art. 4º. O substituto legal, que na forma da lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento o valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no art. 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição por mês ou fração.

Art. 5º. Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito terão seus valores revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município de que trata a Constituição Federal, art. 37.

Art. 6º. Em licença por motivos de saúde o Prefeito e o Vice-Prefeito receberão integralmente o seu subsídio.

§1º Estando o Prefeito ou Vice-Prefeito vinculado ao Regime Geral de Previdência Social a licença-saúde será completada até o valor do subsídio integral.

§2º Em caso de o Prefeito ou Vice-Prefeito não ter completado o período de carência necessário para a obtenção de benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 7º. Além dos subsídios mensais, O Prefeito e o Vice-Prefeito perceberão, em dezembro de cada ano na mesma data em que for pago o décimo terceiro salário aos servidores do Município, uma importância igual ao subsídio vigente naquele mês.

Parágrafo único. Quando houver pagamento da metade da remuneração de um mês aos servidores, a título de adiantamento do décimo terceiro salário, na forma da lei municipal, igual adiantamento será dado ao Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 8º. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos efetuados aos demais servidores e agentes públicos.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 30 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 30 de junho de 2020.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI ORDINÁRIA Nº 635 DE 30 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ZORTÉA, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024.

Publicação Nº 2546014

LEI ORDINÁRIA Nº 635 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ZORTÉA, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024”.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Zortéa, será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º. Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos (R\$ 3.485,73).

Art. 3º. Os Secretários Municipais fica, como regra geral, vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em Comissão.

Art. 4º. O subsídio dos Secretários Municipais terá seu valor revisado anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município de que trata a Constituição Federal, art. 37.

Parágrafo único. Exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata essa Lei não farão jus à revisão que exceda a perda de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 5º. Além dos subsídios mensais, os Secretários Municipais perceberão, em dezembro de cada ano na mesma data em que for pago o décimo terceiro salário aos servidores do Município, uma importância igual ao subsídio vigente naquele mês.

Parágrafo único. Quando houver pagamento da metade da remuneração de um mês aos servidores, a título de adiantamento do décimo terceiro salário, na forma da lei municipal, igual adiantamento será dado aos Secretários.

Art. 6º. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos efetuados aos demais servidores e agentes públicos.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 30 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 30 de junho de 2020.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI ORDINÁRIA Nº 636 DE 30 DE JUNHO DE 2020 - “DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024.

Publicação Nº 2546016

LEI ORDINÁRIA Nº 636 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024”.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Zortéa, será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º. Os Vereadores da Câmara Municipal de Zortéa receberão um subsídio mensal no valor de dois mil, seiscentos e trinta e seis (R\$ 2.636,00).

Art. 3º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais (R\$ 3.954,00)

Parágrafo único. O substituto legal, que na forma da lei, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento o valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período de

substituição por mês ou fração.

Art. 4º. Em caso de substituição os vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional ao número por participação em sessão plenária, ordinária e extraordinária, ou, em caso de não participar de sessões plenárias, das reuniões nas Comissões Temáticas, ou ainda na ausência destas, de 1/30 por dia de substituição.

Art. 5º. O subsídio mensal dos vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 6º. A ausência de vereadores em sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio, proporcional ao número total de sessões ocorridas no mês.

§1º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para ausência, sob forma de requerimento.

§2º Excetuam-se dos descontos de que tratam este artigo às ausências relativas às sessões extraordinárias sem que o vereador tenha tomado ciência da convocação, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.

Art. 7º. A ausência não justificada de vereadores nas reuniões das Comissões Temáticas, importará em desconto de 2% (dois por cento) do subsídio mensal, para cada falta apurada, de acordo com o inciso II do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º. A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada e aprovada, nos termos desta Lei, será integralmente remunerada.

§1º Estando o Vereador vinculado ao Regime Geral da Previdência Social a licença-saúde será completada até o valor do subsídio integral.

§2º Em caso de o Vereador não ter completado o período de carência necessário para a obtenção de benefício previdenciário, o pagamento do subsídio será integral.

Art. 9º. O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá seu valor revisado anualmente, observando os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município de que trata a Constituição Federal, art. 37.

Parágrafo único. Exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata essa Lei não farão jus à revisão geral que exceda de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 10º. Além dos subsídios mensais, os Vereadores perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o décimo terceiro salário aos servidores do Município, uma importância igual ao subsídio vigente naquele mês.

Parágrafo único. Quando houver pagamento da metade da remuneração de um mês aos servidores, a título de adiantamento do décimo terceiro salário, na forma da lei municipal, igual adiantamento será dado aos Vereadores.

Art. 11º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 12º. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos efetuados aos demais servidores e agentes públicos.

Art. 13º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 14º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 30 de junho de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 30 de junho de 2020.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGIR

Publicação Nº 2545743

CONVOCAÇÃO:**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

ALCIR MERIZIO, Prefeito de Botuverá em exercício e Presidente em exercício da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 06 de julho de 2020, às 08h, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 08h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Vídeo-chamada com acesso encaminhado aos Prefeitos, por e-mail e também via aplicativo WhatsApp.

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata anterior (Nº 80);
- 2 – Orçamento, pagamento da 1ª parcela do 13º em julho.

Blumenau (SC), em 30 de junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

CINCATARINA

RESOLUÇÃO 0044_2020

Publicação Nº 2545101

Resolução n. 0044/2020

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, NO ÂMBITO DO CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sra. Milena Andersen Lopes Becher, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Consórcio Público e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e/ou cooperados, e submete-se ao regulamento estabelecido nesta Resolução.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço ou maior desconto, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Consideram-se serviços comuns de engenharia a atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

§ 3º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 4º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço ou maior desconto, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 5º O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 6º O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo CINCATARINA que será o órgão promotor da licitação, com apoio dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 3º Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 3º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 4º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, na forma eletrônica.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos do desenvolvimento sustentável, da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

§ 1º As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

§ 2º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral e aquisições de bens e serviços especiais que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns.

Art. 7º Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 8º À autoridade competente do CINCATARINA, de acordo com as atribuições previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do Consórcio, cabe:

- I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;
- II - indicar o provedor do sistema;
- III - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI - homologar o resultado da licitação; e
- VII - celebrar ou gerenciar contratos e atas de registro de preços.

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
- II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
- III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
- IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
- V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
- VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos I e II, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração do Consórcio Público.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com os preços correntes no mercado ou

fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

§ 3º O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 4º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 5º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 6º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Art. 10. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos empregados públicos do CINCATARINA, ou nos servidores dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e/ou cooperados.

§ 1º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 2º Somente poderá exercer a função de pregoeiro o empregado público ou servidor que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - coordenar o processo licitatório;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III - conduzir a sessão pública na internet;
- IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V - dirigir a etapa de lances;
- VI - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 12. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- I - credenciar-se no provedor do sistema para certames promovidos pelo CINCATARINA;
- II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos e documentos complementares;
- III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no provedor do sistema terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 14. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à qualificação econômico-financeira;
- IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e
- VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá ser substituída por

certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos públicos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou se documentos particulares, traduzidos por tradutor juramentado no País, serem consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas no País de origem.

Art. 16. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

- I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o CINCATARINA;
- II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;
- III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;
- IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;
- V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e
- VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais do CINCATARINA ou dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

§ 3º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§ 4º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 19. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 20. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 21. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas nesta Resolução.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação.

Art. 22. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha, inclusive, para envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

§ 6º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

Art. 23. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 24. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 7º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 8º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

§ 9º. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 25. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Art. 26. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 25, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre

que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço ou maior desconto, mediante justificativa.

Art. 27. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 5º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Art. 28. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio de Sistema de Cadastramento de Fornecedores ou por meio documental quando for exigido o encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no de Sistema de Cadastramento de Fornecedores, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via eletrônico, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via eletrônico, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

§ 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante declarado vencedor.

§ 11. A apresentação de novas propostas na forma do § 10 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Art. 29. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do

sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 30. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 31. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o CINCATARINA e com os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, e será descredenciado no Sistema de Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 32. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 33. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência;

III - planilhas de custo, quando for o caso;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - documentação exigida para a habilitação;

X - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) os avisos, esclarecimentos e as impugnações;

d) lances ofertados na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) aceitabilidade da proposta de preço;

g) habilitação;

h) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

i) o resultado da licitação.

XI - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato ou ata de registro de preços; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.
XII – ato de adjudicação e homologação.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 34. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 35. O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA estabelecerá instruções complementares ao disposto nesta Resolução, caso necessário.

Art. 36. Esta resolução entra a vigor na data de 1º de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014.

§ 1º Os editais publicados após a data de entrada em vigor desta Resolução serão ajustados aos termos desta.

§ 2º As licitações cujos editais tenham sido publicados até 30 de junho de 2020 permanecem regidos pela Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014.

Florianópolis SC, 30 de junho de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER
Prefeita de Vargem
Presidente do CINCATARINA

RESOLUÇÃO 0045_2020

Publicação Nº 2545867

Resolução n. 0045/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE SUPERVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sra. Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem - SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em conformidade com o Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público do CINCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. RAPHAELA MENEZES DA SILVEIRA, brasileira, casada, portadora de RG n. 22.472.417-9-SSP/RJ, inscrito no CPF sob n. 123.642.547-28, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, para ocupar o emprego em comissão de Assessor de Supervisão, com lotação na Central Executiva do CINCATARINA, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 01 de julho de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER
Prefeita de Vargem
Presidente do CINCATARINA

CIS/AMOSC

EXTRATOS CONTRATOS RATEIO MEDICAMENTOS 2020

Publicação Nº 2544918

CONTRATOS DE RATEIO 2020

CONTRATO DE RATEIO Nº001/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos

do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 1.500.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº002/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECO
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 100.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº003/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 240.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº004/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARVOREDO
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 100.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº005/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 150.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº006/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 150.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº007/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.
VALOR: R\$ 600.000,00
VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº008/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a

contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 200.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº009/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 200.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº010/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 185.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº011/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GALVÃO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 400.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº012/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 600.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº013/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 200.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº014/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARDINOPOLIS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº015/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a

aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 900.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº016/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 514.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº017/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 400.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº018/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 150.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº019/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PAIAL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº020/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 98.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº021/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 600.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº022/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº023/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 80.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº024/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº025/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 200.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº026/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SUL BRASIL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 1.500.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

CONTRATO DE RATEIO Nº027/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE UNIAO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

VALOR: R\$ 170.000,00

VIGENCIA: 03/06/2020 a 31/12/2020

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS EPIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2020

Publicação Nº 2544912

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 95/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 1.260,00

VIGENCIA: 06/05/2020 a 31/12/2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 105/2019**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE XAVANTINA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 925,00**VIGENCIA:** 15/05/2020 a 31/12/2020**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 82/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 1.023,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 89/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PINHALZINHO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 1.023,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 59/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ARVOREDO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 2.387,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 60/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE BOM JESUS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 682,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 61/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CAMPO ERE**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 1.705,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 62/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 3.410,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 66/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 1.023,00**VIGENCIA:** 02/06/2020 a 31/12/2020**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 67/2019****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ENTRE RIOS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 74/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRANI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 1.705,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 75/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 79/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUPIÁ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 341,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 80/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 1.705,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 84/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 85/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 87/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 91/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 1.705,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 94/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 106/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 1.705,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 55/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 682,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 71/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.023,00

VIGENCIA: 02/06/2020 a 31/12/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 105/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAVANTINA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 777,00

VIGENCIA: 18/06/2020 a 31/12/2020

CIS/AMURES

2º ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02 2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2545502

2ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 - CISAMURES

ALTERA A DISPOSIÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DO CISAMURES.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, com sede, domicílio e foro na Cidade de Lages - SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, CEP: 88502-230, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF 07.383.800/0001-88, representada por seu Presidente, THIAGO COSTA, brasileiro, Prefeito do Município de Rio Rufino, com RG nº 4.140.520 e CPF nº 049.157.289-19, residente e domiciliado na cidade de Rio Rufino/SC, neste ato denominado simplesmente "CIS/AMURES, resolve, tornar pública a seguinte alteração ao Edital de Credenciamento nº. 02/2019 – CISAMURES

No anexo I, item 1, leia-se:

CONSULTAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
03.01.01.004-8	CONSULTA NÃO-MÉDICA DE PROFISSIONAIS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 39,38	R\$ 6,30	R\$ 33,08
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OUTRAS ESPECIALIDADES)	R\$ 50,00	R\$ 10,00	R\$ 40,00
88.02.5.99	CONSULTA MÉDICA EM ANGIOLOGIA (CONSULTA + FLUXOMETRIA)	R\$ 80,00	R\$ -	R\$ -
88.02.6.02	CONSULTA MÉDICA EM PNEUMOLOGIA (CONSULTA + OSCILOMETRIA)	R\$ 57,00	R\$ -	R\$ -
88.02.6.10	CONSULTA EM CARDIOLOGIA (CONSULTA + LAUDO DE ELETROCARDIOGRAMA)	R\$ 60,00	R\$ -	R\$ -
88.02.6.29	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA (CONSULTA + MAPEAMENTO DE RETINA + TONOMETRIA + FUNDOSCOPIA)	R\$ 100,00	R\$ -	R\$ -



PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
04.06.03.001-4	ANGIOPLASTIA CORONARIANA	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.002-2	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE DOIS STENTS	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.003-0	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE STENT	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
88.02.009	ANGIOPLASTIA CORONARIANA C/ IMPLANTE DE STENT FARMACOLÓGICO	R\$ 1.629,77	R\$ 1.575,72	R\$ -
04.06.03.004-9	ANGIOPLASTIA CORONARIANA PRIMÁRIA	R\$ 1.807,46	R\$ 1.747,52	R\$ -
88.01.401	BLOQUEIO DE NERVO SUPRA ESCAPULAR	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
88.01.231	CAUTERIZAÇÃO DE HPV	R\$ 211,64	R\$ -	R\$ -
03.03.08.001-9	CAUTERIZACAO QUÍMICA DE PEQUENAS LESÕES	R\$ 58,34	R\$ 1,48	R\$ 54,93
02.11.02.001-0	CATETERISMO CARDÍACO	R\$ 635,80	R\$ 614,72	R\$ -
99.00.837	COLOCAÇÃO DE DIU (DIU INCLUSO)	R\$ 181,41	R\$ -	R\$ -
88.02.530	COLOCAÇÃO DE DIU (DIU NÃO INCLUSO)	R\$ 70,00	R\$ -	R\$ -
99.00.594	CRIOCAUTÉRIO	R\$ 74,64	R\$ 11,26	R\$ 60,90
03.09.03.004-8	CRIOCAUTERIZAÇÃO / ELETROCOAGULAÇÃO DE COLO DE UTERO	R\$ 74,64	R\$ 11,26	R\$ 60,90
03.09.03.005-6	DILATAÇÃO DE URETRA (POR SESSAO)	R\$ 66,42	R\$ 1,52	R\$ 62,70
04.07.02.012-8	DILATAÇÃO DIGITAL / INSTRUMENTAL DO ANUS E/OU RETO	R\$ 31,15	R\$ 13,06	R\$ 17,06
99.00.780	EXERESE DE CALAZIO - CLÍNICA	R\$ 364,45	R\$ -	R\$ -
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA (MONOCULAR)	R\$ 282,60	R\$ 45,00	R\$ 228,23
04.09.04.006-1	EXERESE DE CISTO DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 618,79	R\$ 12,91	R\$ 585,36
99.00.950	EXERESE DE ECTROPIO	R\$ 297,01	R\$ -	R\$ -
88.01.029	EXERESE DE LIPOMA	R\$ 131,16	R\$ -	R\$ -
99.00.802	EXERESE DE PTERIGEO – MÉDICO (MONOCULAR)	R\$ 297,26	R\$ -	R\$ -
99.00.799	EXERESE DE PTERIGEO - CLÍNICA	R\$ 370,44	R\$ -	R\$ -
04.01.01.007-4	EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBACEO / LIPOMA	R\$ 131,16	R\$ 12,46	R\$ 114,35
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER - (MAXIMO 4 APLICACOES POR OLHO) (MONOCULAR)	R\$ 291,58	R\$ 45,00	R\$ 236,91
04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER (MONOCULAR)	R\$ 291,58	R\$ 45,00	R\$ 236,91
04.01.01.010-4	INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	R\$ 31,15	R\$ 11,84	R\$ 18,28
99.00.500	INFILTRAÇÃO COM CORTICOIDE	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
04.05.03.005-3	INJEÇÃO INTRA-VITREO	R\$ 1.491,08	R\$ 82,28	R\$ 1.311,54
88.01.088	IRIDECTOMIA A LASER (MONOCULAR)	R\$ 503,01	R\$ -	R\$ -
99.00.276	LAVAGEM OTOLÓGICA	R\$ 13,11	R\$ -	R\$ -
04.07.02.031-4	LIGADURA ELÁSTICA DE HEMORROIDAS (SESSÃO)	R\$ 180,20	R\$ 14,77	R\$ 159,45
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO	R\$ 2.792,61	R\$ 372,22	R\$ 2.327,78
04.06.02.062-0	RETIRADA DE CATETER DE LONGA PERMANENCIA SEMI OU TOTALMENTE	R\$ 226,77	R\$ 20,74	R\$ 198,51
04.04.01.030-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAVIDADE AUDITIVA E NASAL	R\$ 131,13	R\$ -	R\$ -
04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÓRNEA	R\$ 131,30	R\$ 25,00	R\$ 101,95
04.04.01.031-8	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO / FARINGE / LARINGE	R\$ 131,30	R\$ -	R\$ -
04.07.01.024-6	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	R\$ 242,71	R\$ 31,26	R\$ 203,40
99.00.462	RETIRADA DE DUPLO J	R\$ 226,77	R\$ -	R\$ -
88.01.037	RETIRADA DE PONTOS DO OLHO	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
04.04.01.034-2	TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR	R\$ 83,15	R\$ 17,00	R\$ 63,39
99.00.357	TAXA DE SALA	R\$ 337,52	R\$ -	R\$ -
99.00.365	TAXA DE SALA PROCEDIMENTO DERMATOLÓGICO	R\$ 75,59	R\$ -	R\$ -

88.01.070	TAXA DE SALA PROCEDIMENTO EM UROLOGIA	R\$ 75,59	R\$ -	R\$ 73,08
EXAMES				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.390	ANGIOGRAFIA FLOURESCENTE (BINOCULAR)	R\$ 301,59	R\$ -	R\$ -
02.07.01.001-3	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.576	ANGIORESSONANCIA DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.320	ANGIORESSONANCIA DE TIREOIDE	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
99.00.969	ANGIORESSONANCIA DOS VASOS SUBCLAVIAS	R\$ 493,54	R\$ -	R\$ -
88.01.649	ANGIO TC ABDOME SUPERIOR	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
99.00.632	ANGIO TC DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
88.01.673	ANGIO TC DE MEMBROS INFERIORES	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
88.01.657	ANGIO TC DE PELVE	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
99.00.845	ANGIO TC DE TORAX	R\$ 347,66	R\$ -	R\$ -
02.02.08.001-3	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98	R\$ 4,98	R\$ -
88.01.134	ATA	R\$ 74,64	R\$ -	R\$ -
99.00.764	AUDIOMETRIA CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS	R\$ 61,27	R\$ -	R\$ -
02.11.07.003-3	AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	R\$ 44,22	R\$ 20,13	R\$ 22,62
02.11.07.004-1	AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AEREA / OSSEA)	R\$ 44,22	R\$ 21,00	R\$ 21,75
99.00.187	AVALIAÇÃO DE WISC III OU WAIS III	R\$ 141,55	R\$ -	R\$ -
99.00.195	AVALIAÇÃO DE WISC II OU WAIS II	R\$ 141,55	R\$ -	R\$ -
88.01.290	AVALIAÇÃO PFISTER	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
02.11.09.001-8	AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	R\$ 211,62	R\$ 7,62	R\$ 196,98
88.01.304	BATERIA FATORIAL DE PERSONALIDADE	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R\$ 74,84	R\$ 24,24	R\$ 48,12
02.01.01.004-6	BIÓPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	R\$ 131,16	R\$ 18,46	R\$ 108,35
02.01.01.006-2	BIÓPSIA DE BEXIGA	R\$ 194,87	R\$ 41,68	R\$ 146,73
88.01.533	BIÓPSIA DE FARINGE + TAXA DE SALA (AMBULATORIAL)	R\$ 789,41	R\$ -	R\$ -
02.01.01.037-2	BIÓPSIA DE PELE E PARTES MOLES	R\$ 131,16	R\$ 25,83	R\$ 100,98
02.01.01.038-0	BIÓPSIA DE PENIS	R\$ 131,16	R\$ 18,33	R\$ 108,48
02.01.01.041-0	BIÓPSIA DE PROSTATA	R\$ 453,53	R\$ 92,38	R\$ 346,11
02.01.01.047-0	BIÓPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE	R\$ 200,05	R\$ 23,73	R\$ 169,69
02.01.01.066-6	BIÓPSIA DO COLO UTERINO	R\$ 131,16	R\$ 18,33	R\$ 108,48
02.01.01.056-9	BIÓPSIA/EXERESE DE NODULO DE MAMA	R\$ 200,05	R\$ 35,00	R\$ 158,42
02.01.01.002-0	BIÓPSIA / PUNCAO DE TUMOR SUPERFICIAL DA PELE	R\$ 131,16	R\$ 14,10	R\$ 112,71
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	R\$ 920,64	R\$ 36,02	R\$ 854,09
88.01.193	CA 19-9	R\$ 94,79	R\$ -	R\$ -
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA (MONOCULAR)	R\$ 79,74	R\$ 40,00	R\$ 37,10
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR)	R\$ 264,54	R\$ 45,00	R\$ 210,77
02.11.09.002-6	CATETERISMO DE URETRA	R\$ 168,02	R\$ 8,82	R\$ 153,63
99.00.870	CATETERISMO URETRAL + ESTUDO URODINAMICO	R\$ 379,64	R\$ -	R\$ -
99.00.896	CERASTOSCOPIA COMPUTADORIZADA (MONOCULAR)	R\$ 79,62	R\$ -	R\$ -
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA (MONOCULAR)	R\$ 79,62	R\$ 3,37	R\$ 73,61
02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	R\$ 180,32	R\$ 180,32	R\$ -
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO EM SITUACAO DE ESTRESSE	R\$ 408,52	R\$ 408,52	R\$ -
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO EM SITUACAO DE REPOUSO	R\$ 383,07	R\$ 383,07	R\$ -
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEI	R\$ 338,70	R\$ 190,99	R\$ 147,71

02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	R\$ 324,54	R\$ 324,54	R\$ -
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJECCOES)	R\$ 130,50	R\$ 130,50	R\$ -
02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	R\$ 457,55	R\$ 457,55	R\$ -
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO	R\$ 77,28	R\$ 77,28	R\$ -
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	R\$ 338,70	R\$ 338,70	R\$ -
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL ESTATICA COM DMSA	R\$ 283,94	R\$ 133,03	R\$ 150,91
02.08.04.010-2	CINTILOGRAFIA RENAL DINAMICA COM DTPA	R\$ 333,33	R\$ 133,03	R\$ 200,30
02.08.020.03-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES	R\$ 210,00	R\$ 87,89	R\$ 122,11
02.08.020.02-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	R\$ 285,00	R\$ 187,93	R\$ 97,07
020.80.2005-5	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	R\$ 250,00	R\$ 135,38	R\$ 114,62
020.80.2006-3	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SOLIDO)	R\$ 250,00	R\$ 135,38	R\$ 114,62
020.80.2007-1	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO GASTRICO	R\$ 250,00	R\$ 144,22	R\$ 105,78
020.80.2011-0	CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	R\$ 250,00	135,38	R\$ 114,62
020.80.2008-0	CINTILOGRAFIA DIVERTICULO DE MECKEL	R\$ 250,00	R\$ 114,86	R\$ 135,14
99.00.810	CISTOSCOPIA COM BIÓPSIA	R\$ 214,45	R\$ -	R\$ -
02.09.02.001-6	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	R\$ 83,29	R\$ 18,00	R\$ 62,53
02.02.02.001-0	CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	R\$ 6,48	R\$ 6,48	R\$ -
88.01.509	COLANGIORRESSONANCIA	R\$ 665,40	R\$ -	R\$ -
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 351,29	R\$ 112,66	R\$ 226,98
88.01.258	COLONOSCOPIA C/ POLIPECTOMIA	R\$ 681,19	R\$ -	R\$ -
02.11.04.002-9	COLPOSCOPIA	R\$ 58,36	R\$ 3,38	R\$ 53,04
99.00.497	COLPOSCOPIA COM BIOPSIA	R\$ 189,55	R\$ -	R\$ -
02.02.02.003-7	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
99.00.659	CORE BIÓPSIA DE MAMA	R\$ 131,16	R\$ -	R\$ -
99.00.711	CONTRASTE	R\$ 85,00	R\$ -	R\$ -
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62	R\$ 5,62	R\$ -
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS) (MONOCULAR)	R\$ 64,78	R\$ 10,11	R\$ 52,52
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA	R\$ 212,32	R\$ 48,85	R\$ 156,43
99.00.772	D-DIMERO	R\$ 135,01	R\$ -	R\$ -
02.04.06.002-8	DENSITOMETRIA ÓSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMB)	R\$ 156,38	R\$ 55,10	R\$ 96,09
03.03.08.002-7	DESBASTAMENTO DE CALOSIDADE E/OU MAL PERFURANTE	R\$ 106,35	R\$ 1,48	R\$ 101,34
02.02.03.006-7	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.01.004-0	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63	R\$ 3,63	R\$ -
02.02.01.007-4	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ -
02.02.03.007-5	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
02.02.02.00-70	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.009-6	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO –DUKE	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.013-4	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	R\$ 5,77	R\$ 5,77	R\$ -
02.02.02.014-2	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.015-0	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.12.002-3	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37	R\$ 1,37	R\$ -
02.02.03.008-3	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
020.80.1009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL	R\$ 250,00	R\$ 123,93	R\$ 126,07
99.00.703	DOCUMENTAÇÃO SIMPLES (ODONTOLÓGICA: PANORÂMICA + TELER-RADIOGRAFIA COM TRAÇADO)	R\$ 80,00	R\$ -	R\$ -
99.00.704	DOCUMENTAÇÃO SIMPLIFICADA (ODONTOLÓGICA: PANORÂMICA + TELERRADIOGRAFIA COM 01 TRAÇADO + 06 FOTOS)	R\$ 110,00	R\$ -	R\$ -

99.00.705	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA (ODONTOLÓGICA: PANORÂMICA + TELERADIOGRAFIA COM 01 TRAÇADO + 08 FOTOS + MODELO ORTODONTICO)	R\$ 140,00	R\$ -	R\$ -
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25	R\$ 2,25	R\$ -
02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42	R\$ 16,42	R\$ -
02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.05.008-4	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 4,12	R\$ 4,12	R\$ -
02.02.06.014-4	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25	R\$ 11,25	R\$ -
02.02.06.017-9	DOSAGEM DE ESTRIOL	R\$ 11,55	R\$ 11,55	R\$ -
02.02.06.018-7	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12	R\$ 11,12	R\$ -
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59	R\$ 15,59	R\$ -
02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85	R\$ 7,85	R\$ -
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53	R\$ 1,53	R\$ -
02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89	R\$ 7,89	R\$ -
02.02.06.024-1	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97	R\$ 8,97	R\$ -
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96	R\$ 8,96	R\$ -
02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 10,17	R\$ 10,17	R\$ -
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ -
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ -
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.06.034-9	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43	R\$ 10,43	R\$ -
02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60	R\$ 11,60	R\$ -
02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12	R\$ 4,12	R\$ -
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51	R\$ 3,51	R\$ -
02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71	R\$ 8,71	R\$ -
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85	R\$ 1,85	R\$ -
02.02.01.070-8	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,24	R\$ 15,24	R\$ -
88.01.541	DRENAGEM CISTO DE MOLL	R\$ 45,93	R\$ -	R\$ -
02.05.01.001-6	ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE	R\$ 672,75	R\$ 165,00	R\$ 485,44
99.00.543	ECOCARDIOGRAFIA FETAL	R\$ 467,13	R\$ -	R\$ -
02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	R\$ 455,22	R\$ 165,00	R\$ 275,12
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	R\$ 213,16	R\$ 39,94	R\$ 166,15
99.00.250	ECODOPPLER ARTERIAL POR MEMBRO	R\$ 199,52	R\$ -	R\$ -

88.01.100	ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAI	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
99.00.268	ECODOPPLER DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 399,02	R\$ -	R\$ -
99.00.446	ECODOPPLER DE VASOS ILIACOS	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
88.01.053	ECODOPPLER DE VASO SUBCLAVIA COM MANOBRA DE ADSON	R\$ 268,72	R\$ -	R\$ -
02.05.02.001-1	ECODOPPLER TRANSCRANIANO	R\$ 363,40	R\$ 117,00	R\$ 234,35
99.00.241	ECODOPPLER VENOSO POR MEMBRO	R\$ 199,52	R\$ -	R\$ -
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 17,37	R\$ 5,15	R\$ 11,64
04.07.02.016-0	ELETROCAUTERIZACAO DE LESAO TRANSPARIETAL DE ANUS	R\$ 62,34	R\$ 13,06	R\$ 47,21
99.00.985	ELETROENCEFALOGRAMA C/ SEDACAO ASSISTIDA	R\$ 568,44	R\$ -	R\$ -
02.11.05.005-9	ELETROENCEFALOGRAMA QUANTITATIVO C/ MAPEAMENTO (EEG)	R\$ 195,80	R\$ 25,00	R\$ 164,31
02.02.01.072-4	ELETROFORESE DE PROTEINAS	R\$ 4,42	R\$ 4,42	R\$ -
02.11.05.008-3	ELETRONEUROMIOGRAMA (ENMG)	R\$ 286,17	R\$ 27,00	R\$ 249,68
99.00.314	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.322	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ BIOPSIA	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.349	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ HPILORI	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
99.00.330	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA C/ UREASE	R\$ 242,71	R\$ -	R\$ -
03.01.10.009-8	ENEMA	R\$ 475,40	R\$ -	R\$ -
04.05.01.005-2	EPILAÇÃO A LASER (MONOCULAR)	R\$ 370,44	R\$ 45,00	R\$ 313,16
04.05.01.006-0	EPILAÇÃO DE CILIOS (MONOCULAR)	R\$ 24,20	R\$ 22,93	R\$ 0,47
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	R\$ 206,86	R\$ 7,77	R\$ 192,23
99.00.292	ESPIROMETRIA	R\$ 182,40	R\$ -	R\$ -
99.00.616	ESTEREOFOTO DE PAPILA (BINOCULAR)	R\$ 109,93	R\$ -	R\$ -
02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO	R\$ 211,62	R\$ 165,24	R\$ 39,36
02.02.04.003-8	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04	R\$ 3,04	R\$ -
88.01.126	FIGURA DE REIS	R\$ 84,09	R\$ 81,30	R\$ -
99.00.640	FLUXOMETRIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA (MONOCULAR)	R\$ 14,00	R\$ 3,37	R\$ 10,17
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA (MONOCULAR)	R\$ 34,55	R\$ 6,74	R\$ 26,66
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO	R\$ 1,53	R\$ 1,53	R\$ -
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11	R\$ 4,11	R\$ -
02.11.04.004-5	HISTEROSCOPIA DIAGNÓSTICA	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ -
02.09.03.001-1	HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA	R\$ 76,50	R\$ 76,50	R\$ -
02.04.05.006-5	HISTEROSSALPINGOGRAFIA	R\$ 249,46	R\$ 45,34	R\$ 195,85
02.11.07.020-3	IMITANCIOMETRIA	R\$ 38,87	R\$ 23,00	R\$ 14,58
02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)	R\$ 1.103,26	R\$ 1.103,26	R\$ -
88.01.045	IMUNOHISTOQUIMICA	R\$ 450,02	R\$ 435,10	R\$ -
88.01.177	LAUDO ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 7,87	R\$ -	R\$ -
88.01.185	LAUDO ELETROCARDIOGRAMA (FORA)	R\$ 12,61	R\$ -	R\$ -
99.00.373	LAUDO RADIOGRAFIA SUS	R\$ 13,23	R\$ -	R\$ -
88.02.190	LAUDO TC COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 30,33	R\$ -	R\$ -
88.02.181	LAUDO TC COLUNA CERVICAL	R\$ 26,03	R\$ -	R\$ -
88.02.203	LAUDO TC PESCOCO	R\$ 26,02	R\$ -	R\$ -
88.02.211	LAUDO TC CRANIO	R\$ 29,23	R\$ -	R\$ -
88.02.220	LAUDO TC TORAX	R\$ 40,92	R\$ -	R\$ -
88.02.238	LAUDO TC ABDOME SUPERIOR	R\$ 41,59	R\$ -	R\$ -
88.02.246	LAUDO TC Pelve	R\$ 41,59	R\$ -	R\$ -
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	R\$ 270,00	R\$ 158,42	R\$ 111,58
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	R\$ 80,53	R\$ 45,00	R\$ 32,86

99.00.233	MAPA	R\$ 154,17	R\$ -	R\$ -
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	R\$ 28,77	R\$ 24,24	R\$ 3,58
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA (MONOCULAR)	R\$ 150,04	R\$ 24,24	R\$ 120,82
02.11.02.004-4	MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	R\$ 154,17	R\$ 30,00	R\$ 119,06
99.00.284	NASOFIBROSCOPIA	R\$ 126,47	R\$ -	R\$ -
99.00.454	NODULECTOMIA	R\$ 393,49	R\$ -	R\$ -
02.11.01.003-0	OSCILOMETRIA	R\$ 7,55	R\$ 1,31	R\$ 5,99
88.01.711	OXIMETRIA NOTURNA	R\$ 253,13	R\$ -	R\$ -
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R\$ 56,10	R\$ 14,81	R\$ 39,43
02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ -
02.02.03.076-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97	R\$ 16,97	R\$ -
02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	R\$ 17,16	R\$ -
02.02.03.087-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55	R\$ 18,55	R\$ -
02.02.03.088-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25	R\$ 9,25	R\$ -
02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16	R\$ 17,16	R\$ -
02.02.09.022-1	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	R\$ 2,01	R\$ 2,01	R\$ -
02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 3,35	R\$ 3,35	R\$ -
02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55	R\$ 18,55	R\$ -
02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37	R\$ 1,37	R\$ -
02.02.04.008-9	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 1,65	R\$ 1,65	R\$ -
02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65	R\$ 1,65	R\$ -
02.11.01.004-9	PLETISMOGRAFIA (POR LATERALIDADE / TERRITORIO)	R\$ 562,39	R\$ 1,31	R\$ 542,43
88.02.548	POLIPLECTOMIA	R\$ 329,90	R\$ -	R\$ -
02.11.05.010-5	POLISSONOGRAMA	R\$ 519,67	R\$ 170,00	R\$ 332,44
99.00.977	POLISSONOGRAMA COM CPAP	R\$ 779,64	R\$ -	R\$ -
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL (MONOCULAR)	R\$ 30,23	R\$ 3,37	R\$ 25,86
02.11.05.011-3	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	R\$ 198,97	R\$ 4,06	R\$ 188,31
02.02.05.032-7	PROVA DE DILUICAO (URINA)	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ -
02.11.08.005-5	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA C/ BRONCODILATADOR	R\$ 379,99	R\$ 6,36	R\$ 361,03
02.11.08.006-3	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES	R\$ 379,99	R\$ 4,28	R\$ 363,11
02.02.02.049-5	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.02.02.050-9	PROVA DO LACO	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.01.01.058-5	PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
88.01.223	PUNCAO ASPIRATIVA DE NODULO EM REGIAO PUBIANA POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
88.01.215	PUNCAO ASPIRATIVA DE NODULO PAROTIDEO POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
99.00.381	PUNCAO ASPIRATIVA DE TIREOIDE POR AGULHA FINA	R\$ 131,16	R\$ 33,24	R\$ 93,57
02.04.05.012-0	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.05.011-1	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.05.013-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.001-9	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
88.01.096	RADIOGRAFIA DE ARCOS COSTAIS	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.002-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.006-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.007-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -

02.04.06.008-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.005-1	RADIOGRAFIA DE BRACO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.010-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.003-4	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLI- QUAS	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.005-0	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.489	RADIOGRAFIA DE COLUNA DORSAL (PA+PERFIL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.007-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.008-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.007-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.007-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.011-7	RADIOGRAFIA DE COXA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.008-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.012-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.013-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.014-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.009-4	RADIOGRAFIA DE MAO	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.010-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.011-6	RADIOGRAFIA DE OMOPLATA / OMBRO (TRES POSICOES)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.012-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.015-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.06.016-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.04.012-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.01.014-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.017-0	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.03.014-5	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.527	RADIOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
99.00.519	RADIOGRAFIA MEMBROS SUPERIORES	R\$ 29,25	R\$ 28,28	R\$ -
02.04.02.013-1	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE COLUNA TOTAL- TELESPONDILOGRA- FIA (P/ ESCOLIOSE)	R\$ 279,26	R\$ 28,28	R\$ 241,72
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESFOGAGO, ESTOMAGO E DUODENO (REED) / SERIOGRAFIA DE ESOFAGO, ESTOMAGO E DUODENO (SEED)	R\$ 325,80	R\$ 35,22	R\$ 279,78
02.04.01.017-9	RADIOGRAFIA PANORÂMICA (ODONTOLÓGICA)	R\$ 45,00	R\$ 9,03	R\$ 35,97
02.04.01.018-7	RADIOGRAFIA PERIAPICAL	R\$ 18,00	R\$ 1,75	R\$ 16,25
02.04.01.016-0	RADIOGRAFIA OCLUSAL	R\$ 25,00	R\$ 3,51	R\$ 21,49
99.00.701	RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL	R\$ 18,00	R\$ -	R\$ -
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR	R\$ 50,00	R\$ 8,38	R\$ 41,62
99.00.702	RADIOGRAFIA CARPAL	R\$ 50,00	R\$ -	R\$ -
99.00.712	RADIOGRAFIA POSTA ANTERIOR DA FACE	R\$ 60,00	R\$ -	R\$ -
03.03.07.003-0	REMOCAO MANUAL DE FECALOMA	R\$ 77,91	R\$ -	R\$ -
02.07.03.001-4	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -

02.07.01.002-1	RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.002-2	RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA / PELVE	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.003-0	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.004-8	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.005-6	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORACICA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.006-4	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
99.00.853	RESSONANCIA MAGNETICA DE FACE	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.630	RESSONANCIA MAGNETICA DE MASTOIDES	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.003-0	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.02.002-7	RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.444	RESSONANCIA MAGNETICA DE PESCOCO	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.01.665	RESSONANCIA MAGNETICA DE PLEXO BRAQUIAL	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.01.007-2	RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TURCICA	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.02.003-5	RESSONANCIA MAGNETICA DE TORAX	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
02.07.03.004-9	RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ -
88.99.701	RESSONANCIA MAGNETICA COM SEDAÇÃO	R\$ 685,00	R\$ -	R\$ -
02.11.06.017-8	RETINOGRFIA COLORIDA BINOCULAR (BINOCULAR)	R\$ 123,87	R\$ 24,68	R\$ 95,08
02.09.01.005-3	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 121,35	R\$ 23,13	R\$ 94,20
04.17.01.006-0	SEDAÇÃO	R\$ 158,36	R\$ -	R\$ -
04.05.01.016-8	SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (MONOCULAR)	R\$ 29,62	R\$ 22,93	R\$ 5,71
88.01.398	TESTE CUTANEO ALERGICO GLOBAL	R\$ 168,77	R\$ -	R\$ -
99.00.420	TESTE DA ORELHINHA	R\$ 54,00	R\$ -	R\$ -
88.01.410	TESTE DE BRONCOPROVOCACAO	R\$ 168,77	R\$ -	R\$ -
88.01.452	TESTE DE COLUMBIA	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
88.01.142	TESTE DE CONFIAS	R\$ 84,09	R\$ -	R\$ -
88.01.274	TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR	R\$ 54,06	R\$ -	R\$ -
88.01.282	TESTE DE DESEMPENHO FAMILIAR	R\$ 54,06	R\$ -	R\$ -
02.11.02.006-0	TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	R\$ 151,17	R\$ 30,00	R\$ 116,16
02.11.06.021-6	TESTE DE SCHIRMER	R\$ 31,16	R\$ -	R\$ -
02.02.03.111-0	TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 2,83	R\$ 2,83	R\$ -
99.00.438	TESTE DO OLHINHO (MONOCULAR)	R\$ 31,53	R\$ 12,34	R\$ 18,14
02.02.12.009-0	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ -
02.11.06.023-2	TESTE ORTOPTICO (MONOCULAR)	R\$ 31,53	R\$ 12,34	R\$ 18,14
02.11.06.024-0	TESTE P/ ADAPTACAO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	R\$ 15,76	R\$ 12,34	R\$ 2,90
88.01.550	TILT TEST	R\$ 470,24	R\$ -	R\$ -
02.06.03.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 138,63	R\$ 138,63	R\$ -
02.06.03.002-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.02.001-5	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.01.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTR	R\$ 86,76	R\$ 86,76	R\$ -
02.06.01.002-8	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CO	R\$ 101,10	R\$ 101,10	R\$ -
02.06.01.003-6	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTR	R\$ 86,76	R\$ 86,76	R\$ -
02.06.01.004-4	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICUL	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
99.00.926	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MASTOIDES	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -
02.06.03.003-7	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA	R\$ 138,63	R\$ 138,63	R\$ -
02.06.01.005-2	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOCO	R\$ 86,75	R\$ 86,75	R\$ -

88.01.460	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SACRO-ILIACAS	R\$ 101,10	R\$ 101,10	R\$ -
02.06.01.006-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	R\$ 97,44	R\$ 97,44	R\$ -
02.06.02.003-1	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	R\$ 136,41	R\$ 136,41	R\$ -
02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	R\$ 97,44	R\$ 97,44	R\$ -
99.00.403	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OTICA (BINOCULAR)	R\$ 292,33	R\$ -	R\$ -
99.00.705	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA MAXILA E MANDIBULA TOTAL	R\$ 300,00	R\$ -	R\$ -
99.00.706	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA MAXILA TOTAL	R\$ 159,00	R\$ -	R\$ -
99.00.707	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA MANDIBULA TOTAL	R\$ 159,00	R\$ -	R\$ -
99.00.708	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA HEMIARCO (04 DENTES)	R\$ 123,00	R\$ -	R\$ -
99.00.709	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA (01 DENTE)	R\$ 81,00	R\$ -	R\$ -
99.00.710	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA (01 REGIÃO 02 DENTES)	R\$ 111,00	R\$ -	R\$ -
99.00.711	TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA A.T.M UNILATERAL	R\$ 135,00	R\$ -	R\$ -
02.06.01.008-7	TOMOMIELOGRAFIA COMPUTADORIZADA	R\$ 1.410,00	R\$ 138,63	R\$ 1.271,37
02.11.06.025-9	TONOMETRIA (MONOCULAR)	R\$ 11,64	R\$ 3,37	R\$ 7,88
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA (BINOCULAR)	R\$ 170,06	R\$ 24,24	R\$ 140,18
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS)	R\$ 88,55	R\$ 24,20	R\$ 61,41
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 133,37	R\$ 37,95	R\$ 91,00
02.05.02.005-4	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 88,55	R\$ 24,20	R\$ 61,41
02.05.02.006-2	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 69,80	R\$ 24,20	R\$ 43,29
02.05.02.007-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.008-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	R\$ 86,92	R\$ 24,20	R\$ 59,84
02.05.02.010-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 55,62	R\$ 24,20	R\$ 29,58
02.05.02.011-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 151,17	R\$ 24,20	R\$ 121,96
02.05.02.012-7	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.013-5	ULTRA-SONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	R\$ 88,16	R\$ 24,20	R\$ 61,04
02.05.02.009-7	ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.014-3	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 52,26	R\$ 24,20	R\$ 26,33
02.05.02.015-1	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	R\$ 131,31	R\$ 39,60	R\$ 87,36
02.05.02.016-0	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 40,36	R\$ 24,20	R\$ 14,82
02.05.02.017-8	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSFONTANELA	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
02.05.02.018-6	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 72,46	R\$ 24,20	R\$ 45,86
99.00.705	ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.012	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	R\$ 40,36	R\$ 24,20	R\$ 14,82
99.00.020	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR C/ DOPPLER	R\$ 152,94	R\$ -	R\$ -
99.00.039	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL C/ DOPPLER	R\$ 231,03	R\$ -	R\$ -
88.01.720	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO C/ DOPPLER	R\$ 152,94	R\$ -	R\$ -
99.00.047	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO C/ DOPPLER	R\$ 167,46	R\$ -	R\$ -
99.00.055	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.063	ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.071	ULTRASSONOGRAFIA DE CRÂNIO	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.730	ULTRASSONOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.080	ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	R\$ 133,37	R\$ 24,20	R\$ 104,75
99.00.152	ULTRASSONOGRAFIA DE PAROTIDAS	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.098	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL) C/ DOPPLER	R\$ 215,65	R\$ -	R\$ -
99.00.101	ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL	R\$ 65,74	R\$ 24,20	R\$ 39,36
99.00.110	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE C/ DOPPLER	R\$ 144,76	R\$ -	R\$ -
99.00.128	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ TRANSLUCÊNCIA NUCAL	R\$ 145,88	R\$ -	R\$ -

99.00.136	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA FETAL	R\$ 104,72	R\$ 24,20	R\$ 77,05
99.00.144	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA FETAL C/ DOPPLER	R\$ 214,45	R\$ 24,20	R\$ 183,14
99.00.179	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL C/ DOPPLER	R\$ 170,15	R\$ -	R\$ -
99.00.160	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL C/ TESTE DE OVULAÇÃO	R\$ 191,61	R\$ -	R\$ -
02.04.05.017-0	URETROCISTOGRAFIA	R\$ 272,11	R\$ 52,11	R\$ 210,98
02.11.09.007-7	UROFLUXOMETRIA	R\$ 43,80	R\$ 8,82	R\$ 33,53
02.04.05.018-9	UROGRAFIA VENOSA	R\$ 263,41	R\$ 57,40	R\$ 197,27
99.00.209	VECTRO ELETRONISTAGMOGRAFIA	R\$ 131,35	R\$ -	R\$ -
02.09.04.004-1	VIDEOLARINGOSCOPIA	R\$ 126,47	R\$ 45,50	R\$ 76,78

CIRURGIAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
88.01.789	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - ANESTESISTA	R\$ 281,28	R\$ -	R\$ -
88.01.762	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - HOSPITAL	R\$ 299,08	R\$ -	R\$ -
88.01.770	CIRURGIA HERNIA INGUINAL - MÉDICO	R\$ 418,71	R\$ -	R\$ -
99.999.99	CIRURGIAS DO SUS CONFORME TABELA DO SIGTAP – SUS E PREMIO COMPATÍVEL COM CADA CIRURGIA	SUS	SUS	SUS
99.888.99	KIT ARTROSCOPIA JOELHO	R\$ 740,00	R\$ -	R\$ -
99.777.99	KIT ARTROSCOPIA OMBRO	R\$ 2.580,00	R\$ -	R\$ -
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DO-BRAVEL	R\$ 923,63	R\$ 893,00	R\$ -
04.01.01.008-2	FRENECTOMIA	R\$ 383,22	R\$ -	R\$ -
04.09.05.006-7	FRENOPLASTIA	R\$ 302,36	R\$ 34,10	R\$ 258,23
04.09.05.008-3	POSTECTOMIA ADULTA	R\$ 377,94	R\$ 219,12	R\$ 146,29
99.00.721	POSTECTOMIA INFANTIL - ANESTESISTA	R\$ 281,28	R\$ -	R\$ -
99.00.586	POSTECTOMIA INFANTIL - HOSPITAL	R\$ 299,08	R\$ -	R\$ -
99.00.578	POSTECTOMIA INFANTIL - MÉDICO	R\$ 418,71	R\$ -	R\$ -
04.09.04.024-0	VASECTOMIA	R\$ 387,29	R\$ 306,47	R\$ 67,98

TERAPIAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.535	SESSÃO DE FISIOTERAPIA	R\$ 10,72	R\$ -	R\$ -
99.00.306	AVALIAÇÃO DE FISIOTERAPIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
99.00.551	SESSÃO DE HIDROTERAPIA	R\$ 13,63	R\$ -	R\$ -
99.00.559	SESSÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL	R\$ 13,18	R\$ -	R\$ -
99.00.768	AVALIAÇÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL	R\$ 38,07	R\$ -	R\$ -
99.00.560	AVALIAÇÃO DE HIDROTERAPIA	R\$ 39,38	R\$ -	R\$ -
88.01.061	APLICAÇÃO DE QUIMIOTERÁPICO (AVASTIN)	R\$ 1.441,63	R\$ -	R\$ -
03.03.17.018-2	TRATAMENTO CLÍNICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO AO USO DAS DEMAIS DROGAS E/OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	R\$ 62,06	R\$ 57,00	R\$ 3,00

DIÁRIA (PARA ACOMPANHAMENTO OU TRATAMENTO CLÍNICO)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
08.02.01.001-6	DIARIA DE ACOMPANHANTE ADULTO (COM PERNOITE)	R\$ 39,38	R\$ 8,00	R\$ 30,07
88.02.050	INTERNAMENTO PSIQUIATRICO ACOMODACAO COLETIVA ATÉ 03 LEITOS	R\$ 93,09	R\$ -	R\$ -
88.02.051	INTERNAMENTO PSIQUIATRICO ACOMODACAO INDIVIDUAL	R\$ 124,12	R\$ -	R\$ -

ÓCULOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
99.00.624	OCULOS CENTO E SESENTA E UM	R\$ 161,53	R\$ -	R\$ -
88.01.266	OCULOS TREZENTOS E QUATORZE	R\$ 314,60	R\$ -	R\$ -
99.00.608	OCULOS NOVENTA E CINCO	R\$ 95,01	R\$ -	R\$ -
99.00.713	OCULOS QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO	R\$ 485,62	R\$ -	R\$ -
88.01.681	OCULOS OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO	R\$ 844,57	R\$ -	R\$ -
ÓRTESE/PRÓTESE				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
07.01.02.063-6	ALMOFADA DE ASSENTO PARA CADEIRA DE RODAS PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERAS DE PRESSÃO - SIMPLES	R\$ 93,00	R\$ 17,38	R\$ 75,62
07.01.01.001-0	ANDADOR FIXO / ARTICULADO EM ALUMÍNIO COM QUATRO PONTEIRAS.	R\$ 243,00	R\$ 130,00	R\$ 113,00
07.01.04.001-7	BENGALA ARTICULADA	R\$ 73,00	R\$ 45,00	R\$ 28,00
07.01.01.001-8	BENGALA CANADENSE REGULÁVEL EM ALTURA	R\$ 112,00	R\$ 79,95	R\$ 32,05
07.01.01.002-9	CADEIRA DE RODAS ADULTO / INFANTIL (TIPO PADRÃO)	R\$ 571,90	R\$ 571,90	R\$ -
07.01.01.003-7	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITÁRIO	R\$ 251,00	R\$ 230,00	R\$ 21,00
07.01.01.004-5	CADEIRA DE RODAS PARA TETRAPLÉGICO - TIPO PADRÃO	R\$ 2.280,00	R\$ 1.170,00	R\$ 1.110,00
07.01.01.022-3	CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA ADULTO E INFANTIL	R\$ 7.181,00	R\$ 4.999,00	R\$ 2.182,00
07.01.01.005-3	CALÇADOS ANATÔMICOS COM PALMILHAS PARA PÉS NEUROPÁTICOS	R\$ 452,00	R\$ 419,20	R\$ 32,80
07.01.01.006-1	CALÇADOS ORTOPÉDICOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA ATÉ 45	R\$ 631,00	R\$ 170,30	R\$ 460,70
07.01.01.007-0	CALÇADOS ORTOPÉDICOS PRÉ-FABRICADOS COM PALMILHAS ATÉ 45	R\$ 482,00	R\$ 99,75	R\$ 382,25
07.01.01.008-8	CALÇADOS SOB MEDIDA P/ COMPENSAÇÃO DE DISCREPÂNCIA DE MEMBROS INFERIORES A PARTIR DO NÚMERO 34	R\$ 782,00	R\$ 299,00	R\$ 483,00
07.01.01.009-6	CALÇADOS SOB MEDIDA PARA COMPENSAÇÃO DE ENCURTAMENTO ATÉ 33	R\$ 711,00	R\$ 239,40	R\$ 471,60
07.01.01.010-0	CARRINHO DOBRAVEL P TRANSPORTE DE CRIANÇA C DEFICIENCIA	R\$ 2.998,00	R\$ 764,50	R\$ 2.233,50
07.01.01.005-3	MATERIAIS ELÁSTICOS PARA MODELAGEM DE COTOS, CONTROLE CICATRICIAL OU DE EDEMA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES/ FAIXA ELÁSTICA COMPRESSIVA/10 E 15 CM	R\$ 43,00	R\$ 419,20	R\$ 43,00
07.01.02.064-4	MESA DE ATIVIDADES PARA CADEIRA DE RODAS (TÁBUA MESA)	R\$ 311,00	R\$ 150,00	R\$ 161,00
07.01.01.013-4	MULETA AXILAR TUBULAR EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA	R\$ 161,00	R\$ 79,95	R\$ 81,05
07.01.02.007-5	ÓRTESE CRUROMALEOLAR PARA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOELHO	R\$ 599,00	R\$ 130,00	R\$ 469,00
07.01.02.008-3	ÓRTESE CRUROPODÁLICA COM DISTRATOR PARA GENUVALGO / GENUVARO (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 815,00	R\$ 250,80	R\$ 564,20
07.01.02.010-5	ÓRTESE DINÂMICA SUROPODÁLICA TIPO MOLA DE CODEVILLE (UNILATERAL)	R\$ 481,00	R\$ 119,70	R\$ 361,30
07.01.02.011-3	ÓRTESE ESTÁTICA IMOBILIZADORA AXILO-PALMAR TIPO AEROPLANO	R\$ 412,00	R\$ 290,00	R\$ 122,00
07.01.02.012-1	ÓRTESE GENUPODÁLICO EM POLIPROPILENO TIPO SARMIENTO	R\$ 799,00	R\$ 299,00	R\$ 500,00
07.01.09.001-4	ÓRTESE HCO TIPO PHILADELPHIA PARA IMOBILIZAÇÃO REGIÃO CERVICAL	R\$ 138,00	R\$ 79,80	R\$ 58,20
07.01.02.013-0	ÓRTESE HCTO TIPO MINERVA IMOBILIZADORA CERVICAL COM APOIO TORÁCICO (COLAR)	R\$ 510,00	R\$ 150,00	R\$ 360,00
07.01.02.015-6	ÓRTESE METÁLICA CRUROPODÁLICA (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 922,00	R\$ 520,00	R\$ 402,00
07.01.02.014-8	ÓRTESE METÁLICA CRUROPODÁLICA ADULTO	R\$ 1.230,00	R\$ 948,00	R\$ 282,00
07.01.02.018-0	ÓRTESE PELVICO-PODALICA METÁLICA COM OU SEM APOIO ISQUIÁTICO (INFANTIL E ADOLESCENTE)	R\$ 1.211,00	R\$ 600,00	R\$ 611,00
07.01.02.019-9	ÓRTESE PELVICO-PODALICA METALICA PARA ADULTO COM OU SEM APOIO ISQUIATICO	R\$ 1.492,00	R\$ 1.197,00	R\$ 295,00
07.01.02.020-2	ÓRTESE RÍGIDA PARA LUXAÇÃO CONGÊNITA DO QUADRIL	R\$ 902,00	R\$ 500,40	R\$ 401,60

07.01.02.021-0	ÓRTESE SUROPODÁLICA ARTICULADA EM POLIPROPILENO INFANTIL	R\$ 372,00	R\$ 159,60	R\$ 212,40
07.01.02.024-5	ÓRTESE SUROPODÁLICA METÁLICA (ADULTO)	R\$ 320,00	R\$ 180,60	R\$ 139,40
07.01.02.022-9	ÓRTESE SUROPODÁLICA SEM ARTICULAÇÃO EM POLIPROPILENO (ADULTO)	R\$ 433,00	R\$ 180,60	R\$ 252,40
07.01.02.023-7	ÓRTESE SUROPODÁLICA SEM ARTICULAÇÃO EM POLIPROPILENO (INFANTIL)	R\$ 312,00	R\$ 130,00	R\$ 182,00
07.01.02.025-3	ÓRTESE SUROPODÁLICA UNILATERAL ARTICULADA EM POLIPROPILENO (ADULTO)	R\$ 493,00	R\$ 200,00	R\$ 293,00
07.01.02.026-1	ÓRTESE SUSPENSÓRIO DE PAVLIK	R\$ 138,00	R\$ 66,50	R\$ 71,50
07.01.02.027-0	ORTESE TIPO SARMIENTO PARA FRATURA DE ÚMERO	R\$ 321,00	R\$ 159,60	R\$ 161,40
07.01.02.030-0	ÓRTESE TLSS CORRETIVA TORACO-LOMBAR EM POLIPROPILENO CIFOSE E ESCOLIOSE	R\$ 1.680,00	R\$ 319,20	R\$ 1.360,80
07.01.02.031-8	ORTESE TLSS TIPO COLETE / JAQUETA DE RISSER/PARA FRATURA	R\$ 1.420,00	R\$ 780,00	R\$ 640,00
07.01.02.029-6	ÓRTESE TLSS / TIPO COLETE EM METAL TIPO JEWETT	R\$ 552,00	R\$ 372,40	R\$ 179,60
07.01.02.032-6	ÓRTESE TORÁCICA COLETE DINÂMICA DE COMPRESSÃO TORÁCICA/CDT	R\$ 494,00	R\$ 239,40	R\$ 254,60
07.01.02.001-6	ÓRTESE / CINTA TLSS TIPO PUTTI (BAIXO)	R\$ 195,00	R\$ 195,00	R\$ -
07.01.02.002-4	ÓRTESE / CINTA TLSS TIPO PUTTI (ALTO)	R\$ 195,00	R\$ 195,00	R\$ -
07.01.02.003-2	ÓRTESE / COLETE CTLSO TIPO MILWAUKEE	R\$ 1.812,00	R\$ 910,00	R\$ 902,00
07.01.02.006-7	ÓRTESE CRUROMALEOLAR INFANTIL EM POLIPROPILENO PARA IMOBILIZAÇÃO DE JOELHO EM EXTENSÃO ARTICULADA	R\$ 818,00	R\$ 209,70	R\$ 608,30
07.01.01.014-2	PALMILHAS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA	R\$ 383,00	R\$ 130,20	R\$ 252,80
07.01.01.015-0	PALMILHAS PARA PÉS NEUROPÁTICOS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA PARA ADULTOS OU CRIANÇAS	R\$ 480,00	R\$ 170,30	R\$ 309,70
07.01.01.016-9	PALMILHAS PARA SUSTENTAÇÃO DOS ARCOS PLANTARES ATÉ O NÚMERO 33	R\$ 139,00	R\$ 43,89	R\$ 95,11
07.01.01.017-7	PALMILHAS PARA SUSTENTAÇÃO DOS ARCOS PLANTARES NÚMEROS ACIMA DE 34	R\$ 152,00	R\$ 65,00	R\$ 87,00
07.01.02.035-0	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA PARA DESARTICULAÇÃO DE JOELHO EM ALUMÍNIO OU AÇO/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 5.990,00	R\$ 3.990,00	R\$ 2.000,00
07.01.02.036-9	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA TRANSFEMURAL EM ALUMÍNIO OU AÇO /KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 5.702,00	R\$ 3.502,80	R\$ 2.199,20
07.01.02.037-7	PRÓTESE ENDOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL TIPO PTB-PTS-KBM EM ALUMÍNIO OU AÇO/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.296,00	R\$ 1.596,00	R\$ 2.700,00
07.01.02.039-3	PROTESE EXOESQUELETICA PASSIVA PARA DESARTICULACAO DO PUNHO OU AMPUTACAO	R\$ 4.641,00	R\$ 2.641,00	R\$ 2.000,00
07.01.02.041-5	PRÓTESE EXOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL COM COXAL OU MANGUITO DE COXA/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.780,00	R\$ 2.193,00	R\$ 2.587,00
07.01.02.042-3	PRÓTESE EXOESQUELÉTICA TRANSTIBIAL TIPO PTB-PTS-KBM/KIT SILICONE, SE NECESSÁRIO	R\$ 4.501,00	R\$ 1.596,00	R\$ 2.905,00
07.01.02.045-8	PROTESE FUNCIONAL EXOESQUELETICA P/ DESARTICULACAO DE COTOVELO (PUNHO UNIVERSO)	R\$ 6.640,00	R\$ 5.640,00	R\$ 1.000,00
07.01.02.046-6	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA PARA AMPUTAÇÃO TRANS-RADIAL.	R\$ 4.305,00	R\$ 3.105,00	R\$ 1.200,00
07.01.02.047-4	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSRADIAL COM GANCHO DE DUPLA FORÇA.	R\$ 6.400,00	R\$ 5.790,00	R\$ 610,00
07.01.02.048-2	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSRADIAL COTO CURTO	R\$ 5.800,00	R\$ 5.300,00	R\$ 500,00
07.01.02.050-4	PRÓTESE FUNCIONAL EXOESQUELÉTICA TRANSUMERAL	R\$ 6.903,00	R\$ 6.603,00	R\$ 300,00
07.01.02.052-0	PRÓTESE PARA AMPUTAÇÃO TIPO CHOPART	R\$ 2.990,00	R\$ 1.449,00	R\$ 1.541,00
07.01.07.013-7	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.012-9	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.009-9	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.07.010-2	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ -
07.01.02.054-7	PROTESE PASSIVA ENDOESQUELETICA TRANSUMERAL	R\$ 3.651,00	R\$ 2.128,00	R\$ 1.523,00
07.01.02.056-3	PRÓTESE TIPO PALMILHA PARA AMPUTAÇÃO EM NÍVEL DO ANTE PE	R\$ 610,00	R\$ 451,50	R\$ 158,50

EXAMES REALIZADOS NA SEDE CISAMURES				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR CIS	VALOR SUS	DIFERENÇA
02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	R\$ 116,73	R\$ 39,94	R\$ 72,92
99.00.250	ECODOPPLER ARTERIAL POR MEMBRO	R\$ 104,39	R\$ -	R\$ -
99.00.268	ECODOPPLER DE CAROTIDAS E VERTEBRAIS	R\$ 197,01	R\$ -	R\$ -
99.00.241	ECODOPPLER VENOSO POR MEMBRO	R\$ 104,39	R\$ -	R\$ -
99.00.063	ULTRASSONOGRAMA DE CERVICAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 71,05	R\$ 37,95	R\$ 30,74
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 45,84	R\$ 24,20	R\$ 20,12
99.00.012	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN INFERIOR	R\$ 30,18	R\$ 24,20	R\$ 4,98
02.05.02.005-4	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 69,41	R\$ 24,20	R\$ 42,91
02.05.02.006-2	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 47,70	R\$ 24,20	R\$ 21,92
02.05.02.007-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
99.00.071	ULTRASSONOGRAMA DE CRANIO	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.009-7	ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 43,38	R\$ 24,20	R\$ 17,74
02.05.02.010-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 40,58	R\$ 24,20	R\$ 15,03
02.05.02.011-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 93,39	R\$ 24,20	R\$ 66,09
99.00.101	ULTRASSONOGRAMA DE REGIÃO INGUINAL	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.012-7	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 46,37	R\$ 24,20	R\$ 20,63
02.05.02.014-3	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 36,32	R\$ 24,20	R\$ 10,92
02.05.02.018-6	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 53,08	R\$ 24,20	R\$ 27,12
02.05.02.016-0	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 30,18	R\$ 24,20	R\$ 4,98

Esta alteração entra em vigor na data de sua publicação, ficando ratificadas as demais cláusulas não alteradas por este instrumento.

Lages - SC, 30 de Junho de 2020.

THIAGO COSTA
Presidente CISAMURES

CIS/AMVI

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - BOTELHO BNU

Publicação Nº 2545731

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$1.229.433,60 (um milhão e duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 79.371.688/0001-76.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº

8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regrando suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 16ª Alteração Contrato Social;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;

4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 16 de junho de 2020.

Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Gislaine dos Santos
Membro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Publicação Nº 2545202

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 45 / 2020
POR FORNECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO 02 / 2020
(Vigência de 26/06/2020 até 23/10/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES S/A – CNPJ 07.752.236/0001-23 solicitou o cancelamento do item 144 da Ata de Registro de Preços 23/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020, habilitar PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, situada à Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº 847, bairro Parolin, CEP 80220-410, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sra. Luciana Capeletti, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelo fornecedor são os que seguem:

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
144	Extrato Medicinal de Castanha da Índia (Aesculus Hippocastanum L.), 100 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades	NATULAB	110.000 UN	R\$ 0,160	R\$ 17.600,00

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (26/06/2020 até 23/10/2020).

4. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

3.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.2 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.3 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.4 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

5. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.2 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

5.1.3 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.4 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.5 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de

embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.8 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.9 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada

5.1.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.11 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

6.0.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

7.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 e no Termo de Referência correspondente.

7.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.3 A quantidade relacionada neste documento serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

7.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

7.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e do Decreto nº 7.892/13.

Blumenau-SC, 24 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Luciana Capeletti
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

CONTRATO 34_2020 - CLARISVAN DO COUTO GONÇALVES CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE

Publicação Nº 2545189

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E CLARISVAN DO COUTO GONÇALVES CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o n 007.944.929-83, e de outro lado a Empresa CLARISVAN DO COUTO GONÇALVES CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE (Empresário Individual) - CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Doutor Jamil Cury, 20,

Apartamento 194, Bloco A, bairro Vila Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12.220-281, inscrita no CNPJ sob o nº 34.446.321/0001-36, neste ato representada pelo Sr. Clarisvan do Couto Gonçalves, inscrito no CPF sob o nº 026.014.738-94 e RG nº 17.097.204-5, devidamente autorizado nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº. 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO E PREÇO

1.1 Contratação de empresa para capacitação com o tema "Contratualização do SUS" que será oferecido aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí, com carga horária de 6 (seis) horas, a ser ministrado através de ensino remoto em plataforma virtual.

2. EXECUÇÃO

2.1 A contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas na carta-pesquisa apresentada no processo de inexigibilidade de licitação nº 02/2020 e demais condições previstas neste contrato.

3. VALOR TOTAL E PAGAMENTO

3.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

3.2 O pagamento será efetuado em parcela única, em até 15 (quinze) dias úteis, posterior a entrega da nota fiscal e relatório da atividade desenvolvida (dados do ministrante, lista de presença, roteiro e material usado durante o desenvolvimento), a ser creditado em conta corrente de titularidade da contratada.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária PROJETO ATIVIDADE 0010.0122.001.2014 – Manutenção das Atividades da Secretaria Administrativa Financeira / ELEMENTO DE DESPESA 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Será de responsabilidade da contratada:

- a) Executar o objeto do presente contrato conforme disposto na carta-pesquisa, constante no processo de inexigibilidade de licitação nº 02/2020;
- b) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- c) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no processo de inexigibilidade de licitação nº 02/2020 e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Realizar o plano de trabalho conforme a carta-pesquisa.
- f) Disponibilizar comunicação através de telefone, e-mail, presencialmente e aplicativos de comunicação (skype, whatsapp), afim de que as atividades a serem desenvolvidas possam estar alinhadas com os objetivos dos municípios.
- g) Demais disposições contidas neste contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Notificar a contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da realização dos serviços.

6.2 Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste contrato.

6.3 Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela contratada, em especial o fornecimento de ambiente com datashow e serviços de sala.

7. PENALIDADES

7.1 A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, na suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o CISAMVI pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

7.2 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISAMVI aplicar a contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, por um prazo de 02 (dois) anos.

8. RESCISÃO

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9. VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO

9.1 O contrato terá vigência de 30 dias, contados da data da assinatura deste contrato.

9.2 A conclusão dos trabalhos se dará após a realização da capacitação com o tema "Contratualização do SUS" descrito na carta-pesquisa.

10. VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao processo administrativo de inexigibilidade de licitação nº 02/2020.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 O CISAMVI fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

11.2 A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.3 O CISAMVI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for

necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela contratada.

12. NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES.

12.1 Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições do direito privado.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 É obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93).

14. FORO

14.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Blumenau - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Blumenau - SC, 29 de junho de 2020.

CISAMVI CLEONES HOSTINS	CLARISVAN DO COUTO GONÇALVES CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE CLARISVAN DO COUTO GONÇALVES
TESTEMUNHA DANIEL ALBERTO HORNBURG	TESTEMUNHA MONICA MÁRCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA

CONTRATO 35_2020 - BOTELHO BNU

Publicação Nº 2545730

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Dois de Setembro, nº 2958, Itoupava Norte – CEP 89.052-504, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 79.371.688/0001-76, neste ato representado por seu sócio Fernando Fonseca Botelho, inscrito no CPF nº 255.459.306-04 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.184.000 SESPDC/SC, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirúrgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Qtd mensal proposta	Valor do Procedimento
90.01.01.017	ANGIOFLUORESCINOGRÁFIA RETINIANA - BINOCULAR	30	220,00
02.11.06.001	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	70	24,24
02.11.06.003	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (Monocular)	50	40,00
04.05.05.002	CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR)	40	105,60
90.01.01.069	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA	400	50,00
04.05.03.004	FOTOCOAGULAÇÃO (LASER) – POR SESSÃO – MONOCULAR (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	10	75,15
02.11.06.010	FUNDOSCOPIA (Binocular)	400	3,37
02.11.06.011	GONIOSCOPIA (Binocular)	400	6,74
02.11.06.012	MAPEAMENTO DE RETINA (Monocular)	800	24,24
02.11.06.014	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA (Monocular)	70	24,24
04.05.03.019	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER (300,60 SIGTAP)	10	300,60
90.01.01.007	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	200	14,81
04.05.05.021	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	5	172,27

04.05.05.022	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	5	436,44
02.11.06.017	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	25	24,68
02.11.06.018	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	25	64,00
04.05.05.029	SUTURA DE CONJUNTIVA (incluído pela resolução nº. 207/2018, de 09/05/2018).	5	82,28
02.11.06.021	TESTE DE SCHIRMER (Binocular)	50	3,37
02.11.06.022	TESTE DE VISAO DE CORES (Binocular)	50	3,37
02.11.06.023	TESTE ORTOPTICO (Binocular)	50	12,34
90.01.01.019	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA - BINOCULAR	70	300,00
02.11.06.025	TONOMETRIA (Binocular)	400	3,37
02.11.06.026	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA (Monocular)	200	24,24
04.05.05.036	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO (Valor alterado pela resolução nº. 208/2018, de 15/05/2018)	5	209,55
02.05.02.008	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	50	24,20

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões):

Rua Dois de Setembro, nº 2958, Itoupava Norte – CEP 89.052-504, na cidade de Blumenau/SC.

Rua Armando Odebrecht, nº 70, Garcia – CEP 89.020-403, na cidade de Blumenau/SC.

0.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$1.229.433,60 (um milhão e duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

0.4 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento, devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" – Anexo –I do Edital;
- Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- Fornecer requisições para execução dos serviços.
- Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**6.1 – Compete ao Credenciado:**

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da “requisição”, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCRENCIAMENTO**7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:**

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.**7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:**

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento

firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 1º de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Fernando Fonseca Botelho
BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - BOTELHO BNU

Publicação N° 2545732

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO N° 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, n° 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o n° 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, a empresa BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n° 79.371.688/0001-76, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$1.229.433,60 (um milhão e duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI.
Blumenau/SC, 16 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - BOTELHO BNU

Publicação N° 2545733

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.
Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento n° 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação n° 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n° 79.371.688/0001-76, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública n° 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 16 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CISAMREC**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº. 016.CISAMREC.2020**

Publicação Nº 2545938

CONTRATO Nº. 016/CISAMREC/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/CISAMREC/2019, Ata de Registro de Preço nº. 015/CISAMREC/2019 e PA058/ADM/CISAMREC/2019

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC

CONTRATADO: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda

CNPJ/MF Nº. 05.343.029/0001-90

OBJETO: Consiste o objeto deste contrato, para o fornecimento de 500.000 (quinhentos mil) unidades de tiras reagentes para glicemia capilar no valor unitário de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) e 300.000 (trezentos mil) unidades de lancetas para coleta de sangue por punção digital no valor unitário de R\$ 0,17 (dezessete centavos) para atender a rede municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISAMREC

VALOR GLOBAL: R\$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais)

VIGÊNCIA: 30/06/2020 à 31/12/2020

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº. 017.CISAMREC.2020

Publicação Nº 2545941

CONTRATO Nº. 017/CISAMREC/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/CISAMREC/2019, Ata de Registro de Preço nº. 015/CISAMREC/2019 e PA015/ADM/CISAMREC/2019

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC

CONTRATADO: Produvale Produtos Hospitalares Ltda

CNPJ/MF Nº. 03.505.263/0001-40

OBJETO: Consiste o objeto deste contrato, para o fornecimento de 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades de seringa descartável para insulina no valor unitário de R\$ 0,317 (Trezentos e dezessete milésimos de centavos) para atender a rede municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISAMREC

VALOR GLOBAL: 47.550,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 30/06/2020 à 31/12/2020

EXTRATO CONTRATUAL - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 016.CISAMREC.2020

Publicação Nº 2545942

ADITIVO: Primeiro Termo Aditivo

CONTRATO Nº. 016/CISAMREC/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/CISAMREC/2019, Ata de Registro de Preço nº. 015/CISAMREC/2019 e PA058/ADM/CISAMREC/2019

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC

CONTRATADO: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda

CNPJ/MF Nº. 05.343.029/0001-90

OBJETO: Aditamento de 10% (dez por cento) na aquisição de lancetas para coleta de sangue por punção digital, perfazendo o quantitativo de 30.000 (trinta mil) unidades no valor unitário de R\$ 0,17 (dezessete centavos) para atender a rede municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISAMREC.

Aditamento de 25% (vinte e cinco por cento) na aquisição de tiras reagentes para glicemia capilar

perfazendo o quantitativo de 125.000 (cento e vinte cinco mil) unidades no valor unitário de R\$ R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) para atender a rede municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISAMREC.

VALOR GLOBAL: R\$ 47.600,00 (quarenta e sete mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 30/06/2020 à 31/12/2020

EXTRATO CONTRATUAL - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 017.CISAMREC.2020

Publicação Nº 2545944

ADITIVO: Primeiro Termo Aditivo

CONTRATO Nº. 017/CISAMREC/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/CISAMREC/2019, Ata de Registro de Preço nº. 015/CISAMREC/2019 e PA015/ADM/CISAMREC/2019

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC

CONTRATADO: Produvale Produtos Hospitalares Ltda

CNPJ/MF Nº. 03.505.263/0001-40

OBJETO: Aditamento de 9% (nove por cento) na aquisição de seringa descartável para insulina, perfazendo o quantitativo de 13.500 (treze mil e quinhentos) unidades no valor unitário de R\$ 0,317 (Trezentos e dezessete milésimos de centavos) para atender a rede municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISAMREC

VALOR GLOBAL: R\$ 4.279,50 (quatro mil duzentos e setenta e nove reais com cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 30/06/2020 à 31/12/2020

CISNORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019**

Publicação Nº 2545326

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.

Contratada: Casas da Água Materiais para Construção LTDA, com CNPJ sob o nº 13.501.187/0006-63.

Objeto: Aquisição de um Forno Micro-ondas com capacidade para 30 a 32 litros, com frequência de operação de 60Hz, voltagem 220v, cor branco e um suporte para Micro-ondas, cor branco para utilização nas dependências do CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais).

Joinville, 29 de junho de 2020

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2020 - ASSEMBLEIA DE PREFEITOS

Publicação Nº 2546004

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337/0001-31

cisnordeste@cisnordeste.sc.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020

De acordo com os Artigos 18 e 20 do Contrato de Consórcio Público do **CISNORDESTE/SC**, ficam todos os municípios consorciados convocados para a **1ª Assembleia Ordinária de Prefeitos do CISNORDESTE/SC**, a qual se realizará no **dia 07 de julho de 2020, (terça-feira), às 10h00 (dez horas)**, de maneira virtual, em primeira convocação com a presença da maioria dos municípios associados. O link para a reunião será enviado momentos antes do início. A ordem do dia será a seguinte:

Pauta:

1. Aprovação da ata da assembleia anterior;
2. Aprovação do Relatório de Atividades realizadas em 2019;
3. Aprovação do Balanço Patrimonial/Contábil e Fiscal ref. 2019;
4. Outros assuntos.

Joinville, 30 de junho de 2020.

Júlio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC

Obs.: Na impossibilidade do Prefeito não poder comparecer, o Vice-prefeito, poderá representá-lo. (Art. 17 do Contrato de Consórcio Público).

QUIRIRI**RESOLUÇÃO CIQ 082/2020**

Publicação Nº 2545122

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 082/2020**

Nomeia Equipe de Gestão Municipal integrante do Sistema de Municipalização do Licenciamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal Quiriri

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e seus Estatutos, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar representantes da Equipe de Gestão Municipal do Sistema de Municipalização do Licenciamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal Quiriri, conforme consolidação abaixo:

Consolidação interna do quadro de representantes da Equipe de Gestão Municipal do Sistema Integrado de Municipalização do Licenciamento Ambiental- SIMLA Consórcio Quiriri

MUNICÍPIO	NOME	FUNÇÃO
CAMPO ALEGRE	Gilson Omar Brunquell	Engenheiro Agrônomo
	Francisco Nivaldo Hack	Fiscal Ambiental
CORUPÁ	Cristiano Felipe Hack	Secretário de Desenvolvimento Econômico
	Vanessa Winter Forest	Fiscal de Meio Ambiente
RIO NEGRINHO	Marlete Silva das Chagas Schroeder	Secretária de Planejamento e Meio Ambiente
	Yury Vashchenko	Fiscal de Obras e Posturas
SÃO BENTO DO SUL	Marcelo Hübel	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
	Marina Aparecida dos Santos Bonin	Diretora Administrativa

Art. 2º - Revogar a Resolução CIQ nº 066/2020.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 30 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
Prefeito Municipal de Corupá
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

CVC**1 - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003- 2020 - MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 2545940

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2020- CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 - CVC

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 346, sala 2, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva, **Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA**, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO"** visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Nova Erechim, Quilombo, Serra Alta e União do Oeste.

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

TIPO: Menor preço - **POR ITEM**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 02/07/2020 até às 8:00 horas do dia 14/07/2020

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:01 às 10:00 horas do dia 14/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 14/07/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRONICA: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 346, sala 2, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeira: Flavia Rolim de Moura

E-mail: compras@consorciocvc.sc.gov.br

Telefone: (49) 3347-0357

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais se encontram disponível no site do **CVC** (www.consorciocvc.sc.gov.br), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **MEDICAMENTOS**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Nova Erechim, Quilombo, Serra Alta e União do Oeste, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	1	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN®)	7001
2	1	COMP	ACARBOSE 50 MG	7002
3	1	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
4	1	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004
5	1	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	7005
6	1	COMP	ACETAZOLAMIDA 250 MG	7006
7	1	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
8	1	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
9	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
10	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010

11	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
12	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
13	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
14	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
15	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015
16	1	FRASCO	ÁCIDO BÓRICO, SOLUÇÃO A 2% FR 100 ML	7016
17	1	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
18	1	FRASCO	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
19	1	COMP	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	7019
20	1	COMP	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	7020
21	1	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
22	1	COMP	AGOMELATINA 25 MG	7025
23	1	AMPOLA	AGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
24	1	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
25	1	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
26	1	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
27	1	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
28	1	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
29	1	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
30	1	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
31	1	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	7036
32	1	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	7037
33	1	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7038
34	1	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	7039
35	1	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
36	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
37	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
38	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
39	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORITIAZIDA, 2,5MG + 25MG	7044
40	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
41	1	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
42	1	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
43	1	COMP	AMIODARONA 100 MG	7049
44	1	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
45	1	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
46	1	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
47	1	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
48	1	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
49	1	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	7056
50	1	COMP	AMOXICILINA 500 MG	7057
51	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
52	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
53	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
54	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
55	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
56	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063
57	1	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
58	1	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
59	1	COMP	ANLODIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067
60	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
61	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
62	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
63	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
64	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
65	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
66	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
67	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
68	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
69	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
70	1	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
71	1	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
72	1	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
73	1	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	7083
74	1	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	7084

75	1	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
76	1	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089
77	1	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	7090
78	1	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
79	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
80	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
81	1	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
82	1	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
83	1	UNIDADE	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO + ACIDO SALICILICO 0,5MG/ML SOLUÇÃO TOPICA 150 ML	7096
84	1	CAIXA	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
85	1	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
86	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
87	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
88	1	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	7104
89	1	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	7105
90	1	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	9009
91	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7106
92	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
93	1	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
94	1	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	7114
95	1	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTÁMILCO	7115
96	1	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
97	1	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
98	1	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
99	1	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	9010
100	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7120
101	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	7121
102	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
103	1	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
104	1	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7125
105	1	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
106	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127
107	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
108	1	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
109	1	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	7130
110	1	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	7131
111	1	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
112	1	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	7133
113	1	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
114	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7136
115	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
116	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7138
117	1	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
118	1	FRASCO	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	7141
119	1	CAIXA	CÁLCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
120	1	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	7145
121	1	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	7146
122	1	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	7147
123	1	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	7148
124	1	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 16MG + 12,5 MG	7149
125	1	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
126	1	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
127	1	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
128	1	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
129	1	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
130	1	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	7155

131	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
132	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7157
133	1	COMP	CARBIDOPA 50 MG + ENTACAPONA 200MG + LEVODOPA 12,5 MG CP	7159
134	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160
135	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
136	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG	7162
137	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	7163
138	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
139	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
140	1	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	7166
141	1	COMP	CARBONATO DE LÍTIO CR 450 MG	7167
142	1	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	7168
143	1	FRASCO	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
144	1	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
145	1	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
146	1	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG	7172
147	1	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173
148	1	COMP	CEFACLOL 500 MG	7174
149	1	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	9011
150	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7176
151	1	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
152	1	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
153	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7180
154	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
155	1	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
156	1	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
157	1	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
158	1	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
159	1	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
160	1	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188
161	1	COMP	CETOPROFENO 150 MG	7189
162	1	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
163	1	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
164	1	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
165	1	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	7195
166	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 10 MG	7196
167	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
168	1	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	9012
169	1	COMP	CINARIZINA 25 MG	7199
170	1	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	7200
171	1	COMP	CIMETIDINA 200 MG	7201
172	1	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	7202
173	1	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
174	1	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
175	1	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
176	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	7208
177	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	7210
178	1	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
179	1	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213
180	1	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
181	1	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
182	1	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
183	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
184	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220
185	1	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	7221
186	1	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
187	1	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
188	1	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	9013

189	1	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7224
190	1	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	7225
191	1	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	9014
192	1	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7226
193	1	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
194	1	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
195	1	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	7232
196	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	7233
197	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
198	1	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7235
199	1	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7236
200	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG + 0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
201	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
202	1	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239
203	1	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
204	1	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
205	1	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
206	1	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
207	1	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	7244
208	1	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
209	1	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	7246
210	1	COMP	CLOXAZOLAM 1 MG	7248
211	1	COMP	CLOXAZOLAM 2 MG	7249
212	1	COMP	CLOZAPINA 100 MG	7250
213	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	7253
214	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
215	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	7255
216	1	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	7256
217	1	COMP	COLCHICINA 1 MG	7257
218	1	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
219	1	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
220	1	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
221	1	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262
222	1	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
223	1	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
224	1	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
225	1	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
226	1	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	7268
227	1	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	7269
228	1	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
229	1	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
230	1	CAIXA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7272
231	1	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
232	1	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
233	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
234	1	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
235	1	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
236	1	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
237	1	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
238	1	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7282
239	1	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
240	1	COMP	DICLOFENACO POTÁSSICO 50 MG	7285
241	1	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
242	1	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
243	1	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	7288
244	1	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
245	1	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291
246	1	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293

247	1	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
248	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
249	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
250	1	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
251	1	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299
252	1	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	7300
253	1	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
254	1	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
255	1	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
256	1	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
257	1	COMP	DIOVAN 160 MG	7306
258	1	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
259	1	COMP	DIPIRONA SÓDICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	7309
260	1	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
261	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	7311
262	1	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
263	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG + 12,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
264	1	COMP	DIPIRONA, SÓDICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
265	1	UNIDADE	DIU - DISPOSITIVI INTRA UTERINO	7315
266	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	7316
267	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	7317
268	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
269	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	7320
270	1	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
271	1	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
272	1	AMPOLA	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7323
273	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324
274	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
275	1	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
276	1	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
277	1	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
278	1	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
279	1	COMP	DULOXETINA 30 MG	7330
280	1	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
281	1	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	7332
282	1	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	7333
283	1	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
284	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
285	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
286	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
287	1	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	7339
288	1	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
289	1	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
290	1	BISNAGA	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
291	1	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
292	1	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	7347
293	1	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
294	1	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349
295	1	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
296	1	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
297	1	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
298	1	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
299	1	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	9015
300	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7354
301	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	7355
302	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
303	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7358
304	1	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
305	1	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
306	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362

307	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	7364
308	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
309	1	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
310	1	COMP	ESTRIOL 1 MG	7368
311	1	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369
312	1	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
313	1	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
314	1	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
315	1	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7374
316	1	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
317	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
318	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS)	7383
319	1	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	7384
320	1	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385
321	1	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
322	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
323	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
324	1	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS 26,7MG	7391
325	1	COMP	EZETIMIBA 10 MG	7393
326	1	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINAVSTATINA 10 MG + 20 MG	7394
327	1	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
328	1	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
329	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA A BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
330	1	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	7399
331	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
332	1	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
333	1	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
334	1	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404
335	1	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
336	1	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
337	1	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
338	1	FRASCO	FENOTEROL, BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
339	1	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE, AEROSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
340	1	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
341	1	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
342	1	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
343	1	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
344	1	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
345	1	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
346	1	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
347	1	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	7424
348	1	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
349	1	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
350	1	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
351	1	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
352	1	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
353	1	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	7433
354	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
355	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
356	1	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	7436
357	1	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
358	1	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438

359	1	CAPSULA	GABAPENTINA 200 MG	7439
360	1	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440
361	1	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441
362	1	SACHE	GEL LUBRIFICANTE INTIMO SACHE 5G	7443
363	1	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
364	1	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
365	1	AMPOLA	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7448
366	1	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449
367	1	COMP	GLICAZIDA 30 MG	7450
368	1	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
369	1	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
370	1	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDOITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	7457
371	1	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDOITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
372	1	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
373	1	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
374	1	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	7461
375	1	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
376	1	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	7463
377	1	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
378	1	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
379	1	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
380	1	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467
381	1	COMP	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	7474
382	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
383	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
384	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
385	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478
386	1	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
387	1	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
388	1	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
389	1	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
390	1	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	7490
391	1	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATTADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
392	1	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
393	1	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
394	1	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
395	1	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
396	1	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
397	1	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	7499
398	1	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	7500
399	1	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
400	1	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
401	1	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
402	1	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
403	1	FRASCO	IPRATROPIO, BROMETO + SULFATO DE SALBUTAMOL 20/120MCG/DOSE	7506
404	1	COMP	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7507
405	1	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
406	1	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	7509
407	1	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
408	1	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
409	1	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 50 MG	7512
410	1	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
411	1	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
412	1	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
413	1	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517
414	1	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	7518
415	1	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
416	1	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
417	1	COMP	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	7523
418	1	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
419	1	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
420	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
421	1	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527

422	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
423	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
424	1	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
425	1	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
426	1	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	7533
427	1	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	7534
428	1	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
429	1	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	7536
430	1	CARTELA	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7537
431	1	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
432	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
433	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
434	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
435	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542
436	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
437	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
438	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
439	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
440	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	7547
441	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	7548
442	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG	7549
443	1	FRASCO	LIDOCAÍNA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
444	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
445	1	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
446	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553
447	1	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
448	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
449	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
450	1	COMP	LISINAPRIL 10 MG	7559
451	1	COMP	LISINAPRIL 20 MG	7560
452	1	COMP	LISINAPRIL 5 MG	7561
453	1	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	7562
454	1	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	7563
455	1	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
456	1	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
457	1	COMP	LORAZEPAM 1 MG	7566
458	1	COMP	LORAZEPAM 2 MG	7567
459	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
460	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	7569
461	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
462	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	7571
463	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	7572
464	1	COMP	LUTEÍNA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
465	1	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
466	1	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
467	1	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576
468	1	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
469	1	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
470	1	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
471	1	COMP	MELOXICAM 7,5 MG	7582
472	1	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	7583
473	1	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
474	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
475	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
476	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
477	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	7588
478	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
479	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
480	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591

481	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
482	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
483	1	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
484	1	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
485	1	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	7596
486	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
487	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
488	1	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
489	1	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
490	1	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
491	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
492	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
493	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
494	1	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
495	1	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	7610
496	1	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
497	1	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
498	1	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	7613
499	1	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
500	1	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLÓGICO 28 G	7615
501	1	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616
502	1	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	7620
503	1	COMP	MONTELUCASTE SÓDICO 10 MG	7622
504	1	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
505	1	COMP	MORFINA 10 MG	7625
506	1	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
507	1	COMP	MORFINA 30 MG	7627
508	1	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
509	1	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
510	1	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
511	1	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
512	1	AMPOLA	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7635
513	1	COMP	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	7639
514	1	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
515	1	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
516	1	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643
517	1	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647
518	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
519	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
520	1	COMP	NIFEDIPINO SUBLINGUAL 10 MG	7650
521	1	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
522	1	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
523	1	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
524	1	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	7654
525	1	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
526	1	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
527	1	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A ÓXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	7657
528	1	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLÓGICA 500 G	7660
529	1	CAPSULA	NITROFURANTOINA 100 MG FRACIONÁVEL	7661
530	1	BISNAGA	NITROFURANTOINA CREME 1 KG	7662
531	1	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
532	1	CARTELA	NORESTISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
533	1	CARTELA	NORESTISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	7665
534	1	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	7666
535	1	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
536	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
537	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	7670
538	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
539	1	COMP	OLANZAPINA 10 MG	7672
540	1	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
541	1	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675

542	1	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
543	1	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 0,2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTERIL FRASCO DE 5 ML	7677
544	1	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7678
545	1	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
546	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	7680
547	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
548	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	7682
549	1	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	7683
550	1	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
551	1	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	7685
552	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
553	1	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	7688
554	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
555	1	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
556	1	FRASCO	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	7692
557	1	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	7693
558	1	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	7694
559	1	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
560	1	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
561	1	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
562	1	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFEINA 500 MG + 65 MG	7699
563	1	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700
564	1	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
565	1	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
566	1	COMP	PAROXETINA, CLORIDRATO 10 MG	7707
567	1	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
568	1	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709
569	1	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710
570	1	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
571	1	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
572	1	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
573	1	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
574	1	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
575	1	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
576	1	COMP	PIOGLITASONA, CLORIDRATO 30 MG	7718
577	1	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
578	1	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
579	1	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
580	1	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
581	1	FRASCO	POLIETILENOGLICOL ASSOCIADO A PROPILENOGLICOL HIDROXIPROPIL SOLUÇÃO OFTÁLMICA LUBRIFICANTE, FRASCO 10 ML	7727
582	1	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	7728
583	1	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
584	1	BISNAGA	POLIMIXINA B, SULF 50.000U.I.; BACITRACINA ZINC, 5.000 U.I.; NEOMICINA, SULF 50MG; ZINCO, PERÓX A 36%, 2G, ZINCO, ÓXIDO Q.S.P. 10G	7730
585	1	COMP	PRAMIPEXOL 0,25MG	7732
586	1	COMP	PRAMIPEXOL 1 MG	7733
587	1	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
588	1	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
589	1	FRASCO	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7739
590	1	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
591	1	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONÁVEL	7741
592	1	COMP	PREGABALINA 150 MG	7742
593	1	COMP	PREGABALINA 75 MG	7743
594	1	COMP	PRIMIDONA 100 MG	7744
595	1	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONÁVEL	7745
596	1	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
597	1	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
598	1	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748
599	1	COMP	PROPILOTIURACIL 100 MG	7749
600	1	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
601	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753

602	1	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
603	1	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	7758
604	1	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
605	1	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	7760
606	1	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
607	1	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	7762
608	1	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
609	1	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
610	1	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
611	1	BISNAGA	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	7766
612	1	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
613	1	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
614	1	FRASCO	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 5.500UI + 2.200UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FR DE 10 ML	7769
615	1	COMP	RISEDONATO SODICO 35 MG	7772
616	1	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
617	1	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774
618	1	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
619	1	COMP	RISPERIDONA 3 MG	7776
620	1	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	7778
621	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
622	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
623	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781
624	1	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
625	1	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/IM	7783
626	1	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
627	1	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
628	1	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
629	1	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
630	1	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
631	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7789
632	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
633	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7791
634	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
635	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
636	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7794
637	1	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
638	1	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
639	1	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
640	1	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799
641	1	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
642	1	COMP	SINVASTATINA 10 MG	7801
643	1	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
644	1	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
645	1	COMP	SINVASTATINA 80 MG	7804
646	1	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
647	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
648	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
649	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
650	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
651	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
652	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
653	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813

654	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTONICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7814
655	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815
656	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
657	1	FRASCO	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	7817
658	1	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
659	1	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	7820
660	1	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
661	1	UNIDADE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	7824
662	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
663	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
664	1	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7827
665	1	AMPOLA	SULFATO DE MAGNESIO 10% FRASCO DE 10 ML	7828
666	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
667	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
668	1	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
669	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
670	1	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
671	1	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
672	1	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	7837
673	1	COMP	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	7838
674	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
675	1	COMP	TEOFILINA 100 MG	7841
676	1	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
677	1	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7846
678	1	UNIDADE	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	7847
679	1	AMPOLA	TESTOSTERONA, CIPIONATO 20 MG AMPOLAS	7848
680	1	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7849
681	1	COMP	TETRACICLINA 500 MG	7850
682	1	COMP	TIAMAZOL 10 MG	7851
683	1	COMP	TIAMAZOL 5 MG	7852
684	1	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
685	1	COMP	TIBOLONA 1,25 MG	7854
686	1	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
687	1	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	7857
688	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
689	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	7859
690	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
691	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 2,5 ML	7861
692	1	COMP	TINIDAZOL 500 MG	7864
693	1	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865
694	1	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866
695	1	COMP	TIORIDAZINA 25 MG	7867
696	1	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
697	1	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
698	1	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
699	1	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	7872
700	1	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLÍRIO FRASCO 5ML	7873
701	1	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
702	1	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	7875
703	1	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	7876
704	1	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
705	1	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
706	1	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
707	1	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	7880
708	1	COMP	TRAMADOL, CLORIDRATO 325MG + PARACETAMOL 37,5 MG	7881
709	1	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTÁLMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
710	1	COMP	TRAZODONA 100 MG	7885
711	1	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	7886
712	1	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
713	1	COMP	TRIMETAZIDINA 35 MG	7889

714	1	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890
715	1	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
716	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 250 MG	7892
717	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7893
718	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO 500 MG	7894
719	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ÁCIDO VALPROICO CR 500 MG	7895
720	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	7896
721	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	7897
722	1	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLÓDIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
723	1	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900
724	1	COMP	VALSARTANA 80 MG	7901
725	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	7902
726	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG	7903
727	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	7904
728	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLÓDIPINO 160MG+5MG	7905
729	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLÓDIPINO 320MG+10MG	7906
730	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLÓDIPINO 320MG+12,5MG	7907
731	1	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
732	1	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7910
733	1	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
734	1	CAPSULA	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 50 MG	7912
735	1	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	7914
736	1	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
737	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
738	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7918
739	1	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
740	1	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	7922
741	1	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	7923
742	1	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	7924
743	1	FRASCO	ÁCIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
744	1	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
745	1	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
746	1	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
747	1	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
748	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETÁVEL IM/IV	7930
749	1	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO - 80 MG	7931
750	1	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933
751	1	CAIXA	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	7934
752	1	COMP	ÁCIDO TIOCTICO 600MG HR	7936
753	1	COMP	APIXABANA 5MG	7937
754	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	7941
755	1	COMP	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	7942
756	1	ENVELOPE	COLESTIRAMINA LIGHT/PÓ ENV. 4G	7943
757	1	COMP	CONDRES COLÁGENO 40MG	7944
758	1	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	7947
759	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG+0,05MG/ML 120ML	7948
760	1	FRASCO	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	7950
761	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	7954
762	1	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	7956
763	1	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	7958
764	1	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	7959
765	1	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	7960
766	1	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	7961
767	1	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	7962
768	1	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	7963
769	1	COMP	DONEPEZILA 10MG	7964
770	1	COMP	GLIMEPIRIDA 2MG + METFORMINA 1000MG	7966
771	1	COMP	LACTASE (0,000FCC)	7967
772	1	COMP	LANZOPRAZOL 15 MG	7968
773	1	COMP	RABEPRAZOL SÓDICO 20MG	7969
774	1	COMP	RIVAROXABANA 10MG	7970
775	1	COMP	VALSARTANA 320 MG	7972

776	1	COMP	VENLAFAXINA 37,5 MG	7973
777	1	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	7974
778	1	COMP	MESALAZINA 800MG	7975
779	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	7977
780	1	COMP	APIXABANA 2,5MG	7978
781	1	COMP	ARIPIPAZOL 10MG	7980
782	1	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	7984
783	1	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,004% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTERIL, FRASCO COM 2,5ML	7985
784	1	SACHE	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO SÓDICO DE CONDOITINA 1,2G	7986
785	1	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	7987
786	1	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	7991
787	1	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG	7993
788	1	COMP	CLORIDRATO DE DONEPEZILA+CLORIDRATO DE MEMANTINA 10+20MG	7994
789	1	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	7996
790	1	COMP	ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL 400 MG	8000
791	1	COMP	FOSFATO DISSÓDICO DE CITIDINA, TRIFOSFATO TRISSÓDICO DE URIDINA, ACETATO DE HIDROXOCOBALAMINA 2,5 / 1,5 / 1,0 MG	8002
792	1	FRAS	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG PÓ PARA INALAÇÃO, 120 DOSES	8004
793	1	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	8007
794	1	COMP	QUELATO DE FERRO + ÁCIDO FÓLICO + VITAMINA B12	8008
795	1	COMP	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5MG	8009
796	1	COMP	BESILATO DE ANLODIPINO + LOSARTANA POTÁSSICA 50/2,5 MG	8010
797	1	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	8011
798	1	BISN	CORDIA VERBENACEA CREME, BISNAGA COM 60G	8013
799	1	UNIDADE	REFIS DE INSULINA DE 3ML, 25% DE INSULINA LISPRO + 75% DE INSULINA LISPRO PROTAMINA, SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML , EMBALAGEM COM 05 REFIS	8021
800	1	COMP	CLORIDRATO DE DILTIAZEN 90MG SR	8024
801	1	COMP	BACOPA MONNIERI 225MG	8027
802	1	COMP	SAXAGLIPTINA 5,0MG	8028
803	1	FRAS	CEFACLOR 250MG/ 5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	8032
804	1	FRAS	CETOROLACO TROMETAMOL 0,4%, SOLUÇÃO OFTÁLMOLÓGICA	8034
805	1	CX	OMEPRAMIX (AMOXICILINA + CLARITROMICINA + OMEPRAZOL 20 + 500 + 500MG), COM 07 BLISTERS	8037
806	1	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	8038
807	1	COMP	OMEPPRAZOL MAGNÉSIO 20 MG (LOSEC MUPS)	8039
808	1	FRAS	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	8040
809	1	COMP	TRAMADOL 100MG RETARD	8044
810	1	COMP	PIRIDOSTIGMINA 60MG	8045
811	1	FRAS	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTAS, 2,5ML	8046
812	1	FRAS	STRYPHODENDRON ADSTRINGENS (MART) COVILLE EXTRATO SECO 50%, 60MG/G, FRASCO DE 50G (FITOSTAR)	8047
813	1	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	8051
814	1	COMP	ACICLOVIR 400MG	8052
815	1	COMP	ANLODIPINO + BENAZEPRIL 05/20 MG	8053
816	1	COMP	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG XL	8054
817	1	FRAS	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	8058
818	1	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	8061
819	1	COMP	CITRATO DE POTÁSSIO 10MEQ 1080MG, FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS RETAL	8063
820	1	FRAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG, COM 30 CÁPSULAS + INALADOR	8064
821	1	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	8069
822	1	CX	ONBRIZE / MALEATO DE INDACATEROL 300MCG COM 30 CÁPSULAS + INALADOR, ÉTICO	8075
823	1	COMP	GARDENAL / FENOBARBITAL 100MG, ÉTICO	8078
824	1	COMP	NEURAL / LAMOTRIGINA 100MG, ÉTICO	8079
825	1	COMP	DEPAKOTE / DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG, ÉTICO	8080
826	1	CX	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM DUAS SERINGAS	8081
827	1	FRAS	PROTETOR SOLAR SUNMAX FPS 30, SENSITIVE 160GR ÉTICO	8082
828	1	FRAS	CETAPHIL ADVANCED LOÇÃO HIDRATANTE GALDERMA 473G, ÉTICO	8084
829	1	FRAS	FISIOGEL LOÇÃO HIPOALERGÊNICO HIDRATANTE DE PELE COM 240ML, ÉTICO	8085
830	1	FRAS	NODÉ DS + SHAMPOO 125 ML, ÉTICO	8086
831	1	UNI	SABONETE GLICERINA GRANADO TRADICIONAL 90G, ÉTICO	8087
832	1	UNI	CANETA/APLICADOR INSULINA GLARGINA 100UI/ML LANTUS SOLOSTAR SANOFI-	8088

			AVENTIS, INJETÁVEL, ÉTICO	
833	1	UNI	REFIS DE INSULINA LISPRO 100UI/ML HUMALOG KWIKPEN, INJETÁVEL, ÉTICO	8089
834	1	UNI	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100UI/ML, 3ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ÉTICO	8090
835	1	CÁPS	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO UC-II 40MG + GLICO 1500MG + MELOXICAN 7,5 MG, EM CÁPSULAS	8091
836	1	FRAS	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DE PAPAÍNA 6% FRASCO DE 500G	8094
837	1	FRASCO	CICLESONIDA 160MCG	8097
838	1	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	8098
839	1	COMP	DABIGATRANA 150MG	8099
840	1	COMP	DISULFIRAN 250MG	8100
841	1	AMPOLA	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	8101
842	1	FRASCO	LATANOPROSTA 50 + TIMOLOL 5MG/ML	8103
843	1	COMP	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	8104
844	1	COMP	PRAVASTATINA 40MG	8105
845	1	COMP	TORVAL CR 300	8106
846	1	COMP	TORVAL CR 500	8107
847	1	COMP	TRIEXIFENIDIL 5MG	8108
848	1	COMP	ZOPICLONA 7,5	8110
849	1	COMP	LAMOTRIGINA 50MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	8111
850	1	COMP	LAMOTRIGINA 25MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	8112
851	1	COMP	PREBICTAL 50MG (PREGABALINA)	8116
852	1	COMP	FLEBON (PINUS PINASTER)	8117
853	1	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	8119
854	1	COMP	MELLERIL 200MG (TIORIDAZINA)	8120
855	1	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/CLORIDRATO DE METFORMINA)	8123
856	1	COMP	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	8124
857	1	COMP	TARTARATO DE TOLTERODINA 4MG	8125
858	1	FRASCO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + SULFATO DE SALBUTAMOL 250MCG, SPRAY COM 15ML	8127
859	1	COMP	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	8130
860	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250MG	8133
861	1	COMP	PRAMIPREXOL 1,5 ER	8134
862	1	COMP	TANSULOSINA 0,4MG, COMP	8136
863	1	UNIDADE	LATANOPROSTA + TIMOLOL COLÍRIO, FRASCO 2,5ML	8137
864	1	UNIDADE	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	8139
865	1	CP	ARIPIRAZOL 15MG	8140
866	1	CP	ATORVASTATINA 20MG	8141
867	1	CP	GENFIBROZILA 900MG	8144
868	1	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	8146
869	1	CP	MIRTAZAPINA 15MG	8147
870	1	COMP	ORLISTATE 120MG	8149
871	1	CP	ANLODIPINO 2,5 MG	8150
872	1	AMP	ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML	8151
873	1	CX	ONGLYSA 5 MG C/ 30 CP	8152
874	1	UNIDADE	RELVAR 200/25 1 FR	8153
875	1	CP	GAMALINE 900 MG CP	8157
876	1	CP	COMPLEXO B	8160
877	1	CP	ETORICOXIBE 90MG	8161
878	1	CP	NITRENDIPINO 20MG.	8163
879	1	CP	RANITIDINA 300 MG	8166
880	1	CP	JANUVIA 50 MG	8168
881	1	CP	ARPADOL 400 MG	8169
882	1	CP	GABAPENTINA 400 MG	8170
883	1	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	8172
884	1	CARTELA	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,035MG CARTELA C/ 21 CP	8173
885	1	CP	ALOGLIPTINA 25MG+PIOGLITASONA 30MG	8174
886	1	CP	ATENOLOL 25MG+CLORTALIDONA 12,5MG	8175
887	1	FR	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML FRASCO 20ML	8176
888	1	CP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG+PARACETAMOL 500MG	8177
889	1	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G	8179
890	1	FR	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML+DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	8180
891	1	FR	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	8181
892	1	CP	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G XR	8183
893	1	FR	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 2MG/ML 100ML SOL.ORAL	8184
894	1	FR	CLORIDRATO DE OXOMEMAZINA 2MG/5ML+IODETO DE POTÁSSIO 100MG/5ML+BENZOATO DE SÓDIO 20MG/5ML+GUAIFENESINA 30MG/5ML 120ML	8185

			XAROPE ADULTO E PEDIÁTRICO SEM AÇÚCAR	
895	1	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	8186
896	1	FR	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL. ORAL 20ML	8187
897	1	CARTELA	DESOGESTREL 150MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG C/ 21 CP	8188
898	1	CARTELA	DESOGESTREL 25MCG+ETINILESTRADIOL 40MCG (CP AZUL) E DESOGESTREL 125MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG (CP BRANCO) C/ 22 CP	8189
899	1	CP	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	8190
900	1	CP	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	8191
901	1	FR	DIPIRONA 500MG+CLOR PROMETAZINA 5MG+CLOR ADIFENINA 10MG 20ML	8195
902	1	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	8196
903	1	CP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 20MG REVESTIDO DE LIBERAÇÃO RETARDADA	8197
904	1	CP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	8198
905	1	CP	EZETIMIBA 10MG+SINVASTATINA 10MG	8199
906	1	CP	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	8200
907	1	FR	FUROATO DE FLUTICASONA 100MCG+TRIF DE VILANTEROL 25MCG 30 DOSES	8201
908	1	CX	FUROATO DE MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE C/ INALADOR	8202
909	1	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	8203
910	1	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	8204
911	1	CP	HEMIFUMARATO DE QUETIANA 50MG XR	8205
912	1	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	8206
913	1	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	8207
914	1	CP	L-CARNITINA 500MG	8208
915	1	CX	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG+AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	8209
916	1	FR	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRICTOR SOLUÇÃO INJ.	8210
917	1	FR	MANITOL 200MG/ML 20% SOL. INJ. SISTEMA FECHADO 250ML	8211
918	1	CP	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG+HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	8212
919	1	CP	MESILATO DE DI-HIDROERGOTAMINA 1MG+PARACETAMOL 450MG+CAFEÍNA 75MG+CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	8213
920	1	CP	MIRTAZAPINA 45MG	8214
921	1	CP	NIFEDIPINO 30MG OROS	8215
922	1	CP	NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	8216
923	1	CP	OLANZAPINA 2,5MG	8217
924	1	CP	OLANZAPINA 5MG	8218
925	1	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLÓDIPINO 5MG	8219
926	1	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 10MG	8220
927	1	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 5MG	8221
928	1	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+HCTZ 12,5MG	8222
929	1	CP	PARACETAMOL 400MG+MALEATO DE CLORFENIRAMINA 4MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 4MG	8223
930	1	FR	PASTA D'ÁGUA, TALCO+GLICERINA+ÓXIDO DE ZINCO+ÁGUA DE CAL 25%+25%+25% 100G	8224
931	1	FR	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	8225
932	1	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	8226
933	1	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	8227
934	1	CP	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA 100MG	8228
935	1	CP	TELMISARTANA 40MG	8229
936	1	CP	TELMISARTANA 80MG	8230
937	1	CP	TRAZODONA 50MG	8231
938	1	CP	VITAMINA D 14000	8233
939	1	CP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	8235
940	1	FR	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	8237
941	1	CP	TOPIRAMATO 100MG	8238
942	1	CP	DEPAKENE 500 MG (ÉTICO)	8239
943	1	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	8243
944	1	BISNAGA	SAF GEL - GEL CICATRIZANTE 85 G	8246
945	1	AMP	DEXTROVITASE - 2 MG DE 5 - FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA+10MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA+500 MG DE ÁCIDO ASCÓRBICO+5MG DE PANTOTENATO DE SÓDIO E 1 G DE GLICOSE - AMPOLA 10 ML	8248
946	1	CP	FELDENE SL - PIROXICAM 20 MG (ÉTICO)	8251
947	1	FR	BIMATOPROSTA 0,03% 3ML- SOLUÇÃO OFTÁLMICA	8252
948	1	CP	BART H - IRBESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 300/12,5MG (ÉTICO)	8254
949	1	CP	TRILEPTAL- OXCARBAZEPINA 300 MG (ÉTICO)	8255

950	1	UNIDADE	EXELON PATCH 10 - HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA - ADESIVO	8258
951	1	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	8261
952	1	CP	TROMETAMOL CETAROLACO 10 MG	8264
953	1	CAIXA	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO RENALVIT FRASCO COM 60 CÁPSULAS	9017
954	1	CAIXA	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO PARNATE/TRANILCIPROMINA 15MG, COM 90 Cp	9018
955	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	9019
956	1	FRASCO	BECLOMETASONA 50 MG FRASCO	9020
957	1	COMP	MOMETASONA 400 MCG CP	9021
958	1	COMP	SUMATRIPTANA 50 MG	9022
959	1	COMP	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	7638
960	1	CP	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	9023
961	1	CP	CLORIDRATO DE NARATRITANO 2,5 MG	9025
962	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	9024
963	1	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	9027
964	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100 ML	9028
965	1	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML 100 ML	9026
966	1	CP	ÁCIDO VALPROÍCO 250 MG CPS	9029
967	1	CP	VALSARTANA + HCTZ 160/25 MG	9030
968	1	CP	VALSARTANA + HCTZ 80/12,5 MG	9031
969	1	CP	VARFARINA 2,5 MG	9032
970	1	TUBO	POLICRESULENO 50 MG/G +CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG/G 30 G COM 10 APLICADORES	9033
971	1	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETAVEL 10 ML	9034
972	1	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	9035
973	1	AMPOLA	SULFATO DE SALBUTAMOL 2,5MG/2,5 ML AMPOLAS PARA NEBULIZAÇÃO	9036
974	1	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG /ML SUSPENSÃO ESTÉRIL PARA NEBULIZAÇÃO USO ADULTO/PEDIÁTRICO FLACONETES COM 2 ML	9037
975	1	FRASCO	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL) 120 ML	9038
976	1	UNIDADE	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	9039
977	1	COMP	GENFIBROZILA 600 MG	7444
978	1	UNIDADE	Brometo de umeclidínio	9040
979	1	CP	Clindamicina 500mg	9041
980	1	CP	Gabapentina 150mg	9042
981	1	COMP	VITERGAN ZINCO PL	8109
982	1	CP	Dietilestilbestrol 1mg	9043
983	1	FRASCO	Serviço de manipulação PEG 4.000 pó frasco 300g	9044
984	1	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % COM GOTEJADOR 500 ML USO TÓPICO	9045
985	1	CP	DAPSONA 100 mg	9046
986	1	CP	PIVASTATINA CÁLCICA 2 mg	9047
987	1	SACHE	MACROGOL, MACROGOL 3350, BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETOS DE SÓDIO E POTÁSSIO, 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA SACHÊ 14G	9048
988	1	CAPSULA	MULTIVITAMINAS, VITS: A, B1,B2,B6, B12, vit C, vit D, vit E, ASSOCIADAS AO ÁCIDO FÓLICO, NICOTINAMIDA, FUMARATO FERROSO, OXIDO DE ZINCO, COMPONENTES POR CÁPSULA % DE IDR(*) PARA GESTANTES. CÁPSULAS GELATINOSA	9049
989	1	COMP	PRAMIPEXOL 1,5MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	9050
990	1	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	8132
991	1	CP	CANDESARTAN 8MG	8178
992	1	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	9168
993	1	CAPSULA	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 12MCG + BUDESONIDA 400 MCG CÁPSULAS DE INALAÇÃO ÚNICA REFIL	9169
994	1	CAPSULA	ÁCIDO ASCORBICO+ ZINCO 1G+ 10 MG COMPRIMIDOS EFERVESCENTES	9170
995	1	FRASCO	FERRIPOLIMALTOSE 50 MG/ ML FRASCO COM 30 ML (COM SABOR)	9171
996	1	COMP	DIDROGESTERONA 10 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	9172
997	1	SACHE	ESTRADIOL GEL 0,5 MG EM EMBALAGEM COM 28 SACHÊS DE 0,5 G DOSE ÚNICA.	9173
998	1	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	9174
999	1	CP	ESZOPICLONA 2MG	9175
1000	1	UNIDADE	DIPROPIANATO DE BETAMETASONA + ACIDO SALICÍLICO POMADA 30GR	9176
1001	1	COMP	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,750 MG	8026
1002	1	SACHE	ASPARTATO DE ORNITINA 0,6GR, GRANULADO DE 3GR	9177

1003	1	CP	ESCITALOPRAM 15 MG	9178
1004	1	CP	SELEGILINA 5 MG	9179
1005	1	CP	BUPROPIONA XL 150 MG	9180
1006	1	CAIXA	INDACATEROL 150MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	8131
1007	1	CP	CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	9181
1008	1	CP	VORTIOXETINA 10 MG	9182
1009	1	CP	MIRABREGONA 30 MG	9183
1010	1	FRASCO	REPELENTE CORPORAL EM SPRAY DE LONGA DURAÇÃO 200 ML	9185
1011	1	UNIDADE	SUPLEMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL A BASE DE PROTEÍNA, ISOLADA E/OU PARCIALMENTE HIDROLIZADA DO SORO DO LEITE NÃO DESNATURADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, RICO EM ARGININA (> 1000 MG POR PORÇÃO) , PROTEÍNA (> 40G POR PORÇÃO) SABORES DIVERSOS, EM PÓ, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM IGUAL OU SUPERIOR A 900G	9186
1012	1	FRASCO	SUPLEMENTO A BASE DE VITAMINAS E MINERAIS. MULTIVITAMÍNICO COMPLETO DE A-Z, FÓRMULA COM DOSES EXTRAS DE MICRONUTRIENTES ANTIOXIDANTES: VITAMINA A, E, MINERAIS DE COBRE, CROMO, MANGANÊS, MOLIBDÊNIO E SELÊNIO. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 150 CAPSULAS	9187
1013	1	BISNAGA	DEXPANTENOL GEL OFTÁLMICO BISNAGA 10G	9188
1014	1	CP	EDOXABANA 60 MG (LIXIANA)	9184
1015	1	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
1016	1	FRAS	CETOPROFENO 20MG/ML, GOTAS, COM 20ML	8033

1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de agosto de 2020 à 31 de julho de 2021.

1.2. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2. DO EDITAL DE CHAMAMENTO/ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.2. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.2.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do **Portal de Compras Públicas**.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do **Portal de Compras Públicas**. (www.portaldecompraspublicas.com.br).

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao **Portal de Compras Públicas**.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;
- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **Portal de Compras Públicas** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

7.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

*Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (61) 3003-5455, através do **Portal de Compras Públicas** ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.*

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.9. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.10. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.11. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;**

7.14. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.17. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

FECHAMENTO RANDÔMICO

7.18. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.19. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.20. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.21. POSTERIORMENTE, **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** DE TODOS OS PARTICIPANTES DEVERÃO SER **ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS**, NO PRAZO MÁXIMO DE **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, **JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS**, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 346, sala 2, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).
Pregoeira: Flavia Rolim de Moura
Telefone: (49) 3347 -0357
SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.22. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.23. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.24. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.25. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.26. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.27. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, **poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência** definido pela administração pública.

8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.2.2. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA.

8.2.3. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.3. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão

pública do Pregão.

9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial (mesmo valor da proposta cadastrada no Portal de Compras Públicas) para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

- A.** Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- B.** Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- C.** Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- D.** O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- E.** Conter discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- F.** Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preâmbulo do presente Edital;
- G.** Conter discriminado o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador**;
- H.** Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
- I.** Valor unitário e valor total com a quantidade estimada (**mesmo valor da proposta cadastrada no Portal de Compras Públicas**);
- J.** Dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme **ANEXO II**;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.22, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020- CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 - CVC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO III**).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes/atbhe/consultaoptantes.app/consultaropcao.aspx>

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (**ANEXO III**).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

K. Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

L. Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

M. Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde);

N. As distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no artigo 23, parágrafos 7ª e 8ª, da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

O. Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);**
- **Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.**

11.5. Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "**protocolo**" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a)** Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b)** Fornecer o objeto desta licitação, na forma requisitada, nos locais indicados na Autorização de Fornecimento, nos prazos definidos neste Edital e nos preços homologados no certame;
- c)** Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d)** Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e)** Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f)** Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no

sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;

g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será **01 de agosto de 2020 à 31 de julho de 2021**.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados **será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços** (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no Anexo VI deste Edital) no prazo de **3 (três) dias úteis** após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3. **A ata de registro de preços deverá ser assinada por certificação digital, E-CPF do representante legal da empresa ou cargo superior, não será aceito assinatura pelo E-CNPJ.**

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços **não serão reajustados** (de forma a beneficiar o fornecedor) durante a validade desta Ata.

17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. **Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), **No ITEM** sendo submetido este resultado a Diretora Executiva do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) a Diretora Executiva do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao a Diretora Executiva do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. **A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da**

convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. advertência;

B. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO/FINANCEIRO

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação

de penalidade; e

III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
 - a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - b) Manter o valor de sua proposta classificada;
 - c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II.** Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV.** Tiver presentes razões de interesse público;
- V.** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI.** For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;
- VII.** Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido do fornecedor.

20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2020 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. A Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0357 ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 346, SALA 2, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe ao Portal De Compras Públicas qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 002-2020 de 15 de JANEIRO de 2020.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Coronel Freitas - SC, 29 de julho de 2020.

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 12.1 letra "f": **de 01 de agosto de 2020 à 31 de julho de 2021.**

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 3.1, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante
e carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO II**1. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

2. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da “Ata de Registro de Preços”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº _____, sediada em

(ENDEREÇO COMERCIAL), através de seu proprietário/administrador _____ (NOME

COMPLETO), _____ (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), _____ (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº
10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo
licitatório.

OBS – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer
constar tal ressalva.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ **(microempresa ou empresa de pequeno porte)**. Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data**Assinatura e carimbo Representante da empresa**

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V**1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	DIRETORA EXECUTIVA
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 346, SALA 2	14.688.861/0001-19	FLAVIA ROLIM DE MOURA

2 – RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Águas de Chapecó	Rua Porto União, 968, Centro	82.804.212/0001-96	Leonir Antonio Hentges
Águas Frias	Rua Sete de Setembro, 512, centro	95.990.180/0001-02	Ricardo Rolim de Moura
Cordilheira Alta	Rua Celso Tozzo, 27 – Centro	95.990.198/0001-04	Carlos Alberto Tozzo
Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Izeu Tozetto
Caxambu do Sul	Rua Índio Condá - 55, Centro	83.021.816/0001-29	Glauber Burtet
Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Rudimar Conte
Nova Erechim	Av. Francisco Ferdinando Losina, 139 - Centro	83.021.840/0001-68	Nedio Antonio Cassol
Quilombo	Rua Duque de Caxias, 165, centro	83.021.865/0001-61	Silvano de Pariz
Serra Alta	Avenida Dom Pedro II, 830 - Centro	80622319/0001-98	Darci Cerizolli
União Do Oeste	Av. São Luiz, 531 - Centro	78.505.591/0001-46	Celso Matiello

ANEXO VI**ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO, 968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ - SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, LEONIR ANTONIO HENTGES:

Item/Quantidade: 1/400; 3/1000; 4/1000; 7/6000; 8/200; 9/1; 17/40000; 24/5000; 25/1000; 27/10000; 28/1000; 29/6000; 36/200; 38/5000; 39/5000; 41/1000; 42/200; 44/10000; 45/200; 47/60000; 49/1000; 50/30000; 54/1000; 55/20000; 56/20000; 57/1000; 60/10000; 62/60000; 70/20000; 71/20000; 72/20000; 76/200; 78/10000; 80/1000; 85/1000; 92/5000; 93/2000; 94/2; 96/5000; 105/500; 108/10000; 109/10000; 111/200; 112/1000; 126/20000; 127/20000; 128/200; 129/30000; 130/20000; 135/200; 136/20000; 138/1; 140/30000; 141/20000; 144/20000; 145/30000; 146/20000; 147/40000; 150/1000; 151/30000; 152/300; 153/1000; 154/300; 156/800; 157/800; 158/3000; 160/1000; 163/2000; 166/30000; 168/30000; 169/20000; 172/2000; 178/20000; 179/30000; 180/5000; 181/5000; 183/10000; 186/30000; 187/1000; 188/10000; 192/10000; 193/200; 194/100; 195/5000; 196/200; 197/200; 198/100; 199/100; 202/100; 203/10000; 204/10000; 205/300; 206/2000; 208/10000; 223/20000; 226/200; 229/500; 231/1000; 233/1000; 234/3000; 236/30000; 238/1000; 240/20000; 241/1000; 244/500; 245/200; 247/10000; 248/6000; 249/3000; 251/500; 252/3000; 253/1000; 254/400; 256/50000; 260/30000; 261/1000; 262/400; 271/10000; 272/100; 273/70000; 274/20000; 284/20000; 285/30000; 286/30000; 288/200; 293/1000; 294/500; 295/20000; 296/1000; 297/300; 298/100; 300/40000; 311/200; 312/10000; 315/100; 317/40000; 321/500; 323/30000; 332/10000; 333/300; 334/20000; 335/300; 336/5; 338/100; 343/30000; 344/300; 345/1000; 346/10000; 347/200; 349/60000; 353/200; 357/600; 358/50000; 360/20000; 364/100; 366/10000; 371/2000; 372/200; 373/500; 378/10000; 379/300; 380/300; 382/30000; 385/500; 389/1000; 394/40000; 395/5000; 402/200; 405/5000; 407/100; 410/1000; 411/5000; 422/10000; 426/500; 427/1000; 434/30000; 436/30000; 437/30000; 438/30000; 445/300; 446/1000; 450/30000; 455/200; 456/5000; 459/30000; 461/20000; 468/200; 470/20000; 474/10000; 475/10000; 483/5000; 484/5000; 485/5000; 488/20000; 489/400; 490/2000; 494/10000; 496/100; 497/5000; 498/5000; 499/500; 500/500; 501/100; 502/5000; 504/300; 506/100; 510/500; 512/100; 515/1000; 517/20000; 518/10000; 521/20000; 523/10000; 525/200; 526/1000; 529/8000; 531/100; 535/6000; 536/2000; 540/1000; 547/1; 549/400; 550/10000; 555/5000; 559/1000; 560/20000; 561/40000; 563/20000; 565/20000; 567/5000; 572/1000; 583/300; 588/300; 590/25000; 591/10000; 593/5000; 595/5000; 596/500; 598/10000; 600/10000; 609/10000; 612/300; 613/40; 616/10000; 617/500; 618/10000; 627/5000; 628/200; 637/3000; 638/60000; 640/5000; 641/1000; 643/10000; 644/10000; 660/500; 662/1000; 663/1000; 665/200; 666/300; 668/20000; 677/200; 680/10; 689/300; 702/10000; 703/10000; 705/10000; 706/1000; 716/10000; 718/10000; 723/30000; 731/10000; 732/20000; 733/20000; 740/1000; 741/1000; 742/10000; 743/300; 749/5000; 765/1000; 766/50000; 785/200; 786/5000; 789/5000; 813/1000; 814/5000; 817/100; 818/300; 823/10000; 838/500; 853/1000; 876/10000; 879/10000; 904/30000; 912/20000; 913/500; 916/500; 920/2000; 943/5000; 955/800; 960/1000; 962/300; 971/200; 972/200; 979/5000; 990/200; 995/100;

Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.180/0001-02, com sede na RUA SETE DE SETEMBRO, 512 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS FRIAS-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RICARDO ROLIM DE MOURA:

Item/Quantidades: 2/1000; 9/20000; 17/5000; 24/1000; 25/500; 28/5000; 29/2000; 31/5000; 34/2000; 35/5000; 40/2000; 41/3000; 43/2000; 44/5000; 47/25000; 50/5000; 51/100; 57/5000; 58/100; 59/1000;

60/5000; 62/10000; 67/1000; 70/3000; 72/10000; 73/1000; 74/5000; 75/5000; 78/10000; 80/100;
81/5000; 85/50; 89/50; 91/1000; 93/500; 96/3000; 98/3000; 99/5000; 112/100; 117/10000; 127/15000;
128/50; 129/10000; 130/5000; 134/500; 135/1000; 139/5000; 140/5000; 141/2000; 143/100; 144/8000;
145/10000; 146/3000; 147/10000; 151/7000; 152/100; 156/50; 157/200; 158/1000; 164/12; 166/5000;
167/5000; 168/8000; 172/300; 173/15000; 178/10000; 179/20000; 184/1000; 187/500; 189/50; 192/5000;
195/3000; 203/1500; 206/500; 208/2000; 209/3000; 214/50; 216/1000; 219/1000; 222/100; 223/150;
224/15000; 233/50; 236/20000; 239/500; 241/100; 242/30000; 244/100; 245/200; 247/10000; 248/3000;
249/1000; 256/1000; 261/200; 262/500; 267/1000; 269/1000; 271/1000; 273/15000; 274/5000; 279/7000;
280/10000; 285/6000; 286/5000; 287/3000; 290/20; 291/10000; 292/15000; 293/1000; 295/5000;
296/500; 297/700; 300/10000; 301/1000; 302/500; 309/50; 319/5000; 325/1000; 332/5000; 334/5000;
338/50; 343/7000; 345/1000; 346/1000; 347/100; 349/30000; 350/50; 358/15000; 368/5000; 370/2000;
373/1000; 374/2000; 375/5000; 377/50; 378/3000; 380/100; 381/5000; 383/20000; 384/100; 385/200;
386/10; 389/500; 394/2000; 395/5000; 405/5000; 411/1000; 412/50; 422/5000; 426/1000; 428/30;
431/150; 432/250; 433/150; 434/2000; 435/3000; 436/3000; 437/2000; 438/2000; 440/3000; 443/5;
445/100; 446/100; 450/2000; 451/1000; 452/1000; 458/3000; 459/10000; 462/15000; 464/1000; 469/50;
470/3000; 472/5000; 478/500; 479/500; 482/2000; 483/1000; 484/2000; 488/1000; 489/500; 490/300;
491/2000; 492/3000; 493/5000; 495/5000; 496/300; 497/2000; 498/3000; 502/3000; 508/500; 514/10000;
515/2000; 517/2000; 518/3000; 521/35000; 523/1000; 525/100; 526/500; 527/50; 529/5000; 535/2000;
536/3000; 540/100; 541/1000; 547/30000; 548/15000; 550/200; 552/5000; 554/3000; 555/6000;
557/5000; 558/10000; 559/1500; 560/50000; 561/25000; 565/25000; 570/500; 577/3000; 581/30;
588/500; 590/1500; 591/1500; 593/10000; 594/500; 595/2000; 596/1000; 598/10000; 602/2000;
605/1000; 606/5000; 616/5000; 617/50; 618/5000; 620/500; 621/10000; 623/5000; 627/1000; 628/100;
632/100; 633/30; 637/2000; 638/15000; 649/200; 650/500; 651/50; 658/2000; 659/1000; 660/50;
663/1000; 664/100; 668/2000; 676/1000; 680/10; 682/1000; 683/2000; 684/5000; 685/1500; 686/1000;
691/30; 694/2000; 696/1000; 697/20; 698/1500; 702/10000; 703/3000; 704/500; 705/2000; 711/1000;
717/1500; 721/500; 723/7000; 725/2000; 731/5000; 732/10000; 735/2000; 752/1000; 753/500;
762/10000; 763/500; 769/1000; 773/500; 774/500; 775/1000; 776/2000; 778/1000; 781/500; 782/3000;
786/5000; 789/1000; 793/2000; 794/5000; 797/500; 806/500; 813/200; 817/50; 818/10; 838/200;
839/500; 843/1000; 845/5000; 846/10000; 847/2000; 853/1000; 856/500; 860/1500; 866/3000; 869/5000;
871/10000; 878/1000; 880/2000; 882/5000; 888/500; 895/500; 910/2100; 913/200; 925/500; 931/10;
933/500; 937/5000; 939/10000; 940/50; 943/500; 944/30; 951/2000; 962/600; 963/500; 989/1500;
990/150; 999/500; 1000/20; 1001/500; 1002/500; 1003/500; 1004/500; 1005/500; 1006/150;

- Órgão Participante: **MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.198/0001-04, com sede na RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO, na cidade de CORDILHEIRA ALTA - SC, representado por seu PREFEITO, CARLOS ALBERTO TOZZO:

"Produto - Item" 1/300; 3/400; 4/300; 5/5000; 7/5000; 8/200; 9/1; 10/4000; 11/2000; 13/1500; 17/12000;
21/2000; 23/600; 24/1000; 25/1000; 28/12000; 29/8000; 31/7000; 32/6000; 35/4000; 38/3000; 39/2500;
40/1500; 41/1000; 42/200; 43/4000; 44/10000; 46/4000; 47/35000; 48/5000; 50/12000; 51/500; 52/600;
53/600; 54/500; 55/5000; 56/10000; 60/10000; 62/40000; 70/3000; 71/30000; 72/30000; 74/4000;
75/10000; 76/200; 78/6000; 79/1000; 81/3500; 85/200; 89/100; 91/5000; 92/3000; 93/1000; 95/50;
96/8000; 97/2000; 98/5000; 99/6000; 101/5000; 103/70; 106/12; 107/50; 108/5000; 110/2000; 111/200;
112/200; 115/200; 116/150; 117/20000; 120/12000; 121/5000; 126/80000; 127/20000; 128/100;
129/15000; 130/3500; 131/3000; 134/500; 135/500; 139/80000; 140/15000; 141/10000; 143/350;
144/10000; 145/15000; 146/3000; 147/12000; 149/300; 150/500; 151/12000; 152/300; 154/300;
155/12000; 157/300; 158/1500; 160/200; 163/500; 164/300; 165/300; 166/25000; 167/20000; 168/5000;
173/3000; 175/30000; 176/80; 177/60; 178/10000; 179/80000; 183/6000; 185/3000; 186/15000;
187/1000; 192/8000; 193/200; 197/400; 199/200; 200/300; 202/50; 203/2000; 204/1500; 205/100;
208/12000; 209/3000; 213/100; 217/3000; 219/3500; 221/150; 223/1500; 224/2500; 225/50; 228/3000;
229/600; 231/800; 233/1000; 234/5000; 235/3500; 236/5000; 238/200; 240/10000; 241/500; 242/10000;
244/1000; 245/400; 247/10000; 248/2000; 249/3000; 251/300; 252/3000; 254/300; 255/3000; 256/50000;
260/25000; 261/400; 262/1000; 264/6000; 266/2500; 267/2000; 268/5000; 269/2500; 271/10000;

273/25000; 274/25000; 275/3000; 276/500; 277/500; 279/25000; 280/15000; 281/1500; 282/6000; 284/80000; 285/60000; 286/15000; 287/4000; 288/200; 291/20000; 293/2000; 294/200; 295/12000; 296/300; 297/400; 298/200; 299/10000; 300/30000; 301/1500; 302/1500; 304/2800; 307/60; 308/200; 309/200; 311/200; 312/2100; 318/3000; 320/6000; 322/5000; 323/50000; 325/3000; 326/4000; 329/200; 332/4000; 334/10000; 336/250; 338/400; 342/150; 343/15000; 345/2000; 346/7000; 349/50000; 350/50; 353/70; 355/300; 356/100; 357/200; 358/30000; 360/3000; 366/30000; 367/20000; 370/30000; 371/8000; 373/200; 374/25000; 378/4000; 379/100; 380/300; 382/2; 383/5000; 384/100; 385/100; 389/400; 392/30000; 393/300; 394/10000; 395/5000; 398/3000; 402/400; 405/1000; 407/600; 410/1500; 411/300; 412/500; 413/3000; 417/4000; 418/1500; 420/3000; 422/15000; 423/15000; 425/3000; 426/1000; 427/1000; 428/30; 432/1500; 433/500; 434/12000; 435/3500; 436/20000; 437/20000; 438/15000; 439/2000; 440/4000; 445/200; 446/50; 447/4000; 454/4000; 455/400; 456/10000; 458/2000; 459/25000; 460/12000; 461/180000; 462/20000; 463/30000; 464/3000; 465/1000; 467/1000; 468/300; 469/200; 470/25000; 471/10000; 472/5000; 474/35000; 475/1; 476/25000; 477/5000; 478/30000; 479/7000; 480/5000; 482/5000; 483/10000; 484/10000; 485/5000; 486/1500; 487/1500; 488/7000; 489/300; 490/400; 491/5000; 492/10000; 493/12000; 496/300; 497/5000; 498/2000; 499/200; 500/200; 501/200; 502/10000; 503/3000; 505/1000; 506/200; 507/1000; 508/7000; 509/200; 510/200; 514/5000; 515/1000; 517/3000; 518/4000; 521/40000; 522/400; 523/5000; 525/200; 526/150; 527/400; 529/7000; 535/3000; 536/6000; 537/2500; 540/300; 541/2000; 542/2000; 547/150000; 551/6000; 552/5000; 554/5000; 555/8000; 557/20000; 558/30000; 559/2000; 560/35000; 561/40000; 563/30000; 564/12000; 565/30000; 570/600; 572/100; 576/10000; 579/3000; 582/150; 588/500; 590/10000; 591/10000; 592/3500; 593/20000; 595/3000; 596/200; 597/3000; 598/10000; 599/2000; 600/35000; 601/50; 602/7000; 605/2000; 606/8000; 607/3500; 608/200; 609/30000; 610/300; 613/50; 616/10000; 617/200; 618/8000; 620/10000; 621/80000; 626/2000; 627/1500; 628/150; 629/300; 631/30; 632/100; 633/100; 637/1000; 638/80000; 640/5000; 641/500; 642/3000; 643/1; 644/60000; 658/1200; 659/2000; 660/200; 662/5000; 664/150; 668/30000; 670/6000; 675/2000; 678/500; 680/20; 682/5000; 683/3000; 686/1680; 687/1000; 689/200; 693/100; 694/2000; 696/2500; 699/150; 700/100; 703/12000; 705/15000; 706/300; 707/200; 709/40; 711/10000; 712/120; 717/3500; 719/3000; 720/5000; 723/5000; 724/3000; 725/4000; 731/6000; 732/20000; 733/25000; 736/3000; 743/100; 745/2000; 752/5000; 753/2500; 758/4000; 761/1000; 763/8000; 768/400; 774/2000; 775/4000; 777/15000; 781/1500; 783/40; 786/6000; 789/3000; 791/3000; 797/2000; 806/3000; 808/20; 813/5000; 819/1000; 820/30; 821/3000; 838/300; 839/2500; 853/5000; 855/3000; 859/3500; 863/30; 864/50; 866/30000; 869/2000; 876/4000; 884/1000; 885/1000; 886/600; 888/6000; 889/300; 890/100; 891/150; 892/30000; 893/50; 894/400; 895/300; 896/800; 897/200; 898/50; 899/2500; 900/3000; 901/200; 902/2000; 903/8000; 904/12000; 905/2000; 906/5000; 907/50; 908/30; 909/16800; 910/12600; 911/8000; 912/30000; 913/1000; 914/600; 915/150; 916/25; 917/500; 919/3000; 920/3000; 922/4000; 923/2500; 924/1000; 925/1500; 926/1500; 927/1000; 928/3000; 929/2000; 930/50; 932/250; 933/600; 934/800; 935/2500; 936/3000; 937/15000; 939/5000; 941/6000; 943/10000; 951/1000; 960/2000; 961/5000; 963/300; 964/100; 965/300; 966/8000; 967/2000; 968/2000; 969/2000; 970/300; 971/6000; 972/60; 973/2000; 974/1000; 975/200; 976/24; 990/100; 991/1000; 992/25000; 993/18000; 994/2000; 995/300; 996/600; 997/600; 998/20000;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA,1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, IZEU TOZETTO:

Item/Quantidade: 1/500; 3/800; 4/800; 7/10000; 8/500; 9/3; 10/10000; 15/5000; 17/20000; 23/1000; 24/6000; 25/2000; 28/7000; 29/7000; 31/15000; 32/15000; 35/2500; 40/2000; 41/5000; 42/200; 44/30000; 47/150000; 48/55000; 50/18000; 51/600; 53/1000; 54/1500; 55/15000; 56/14000; 57/1500; 58/200; 62/80000; 69/1000; 70/5000; 71/80000; 72/80000; 75/10000; 77/1000; 78/8000; 79/2500; 81/1000; 85/500; 87/200; 88/100; 89/200; 90/300; 91/2000; 93/2000; 96/15000; 97/1000; 98/6000; 99/6000; 102/1000; 103/15; 104/15; 105/15; 106/15; 107/15; 108/40000; 111/400; 113/15; 115/300; 116/200; 117/50000; 126/2; 127/80000; 128/100; 129/80000; 130/50000; 134/500; 135/500; 136/20000; 139/120000; 140/50000; 141/8000; 143/100; 144/50000; 145/50000; 146/20000; 147/50000; 149/1000; 151/20000; 154/300; 158/3000; 161/8000; 165/200; 166/50000; 167/50000; 170/3000; 174/1000; 175/30000; 177/15; 178/8000;

179/120000; 180/2000; 182/8000; 183/5000; 186/50000; 187/3000; 189/100; 192/20000; 197/1000;
201/150; 202/50; 203/10000; 204/7000; 208/30000; 213/500; 216/1000; 221/1000; 222/1000; 223/3000;
224/15000; 225/100; 226/100; 231/1500; 232/500; 233/1300; 234/15000; 235/1500; 236/30000; 237/15000;
241/1000; 242/20000; 245/500; 247/20000; 249/2000; 253/200; 254/1000; 255/10000; 256/40000;
260/70000; 261/200; 262/1500; 271/30000; 273/50000; 274/30000; 275/3000; 276/700; 277/700;
279/15000; 280/30000; 282/8000; 284/170000; 285/150000; 286/60000; 291/50000; 293/15000; 294/200;
295/25000; 296/200; 297/1000; 298/200; 300/60000; 302/15000; 304/3000; 308/450; 309/1000; 310/1000;
311/300; 312/10000; 320/20000; 329/500; 331/800; 332/14000; 334/27000; 336/200; 337/3000; 338/1500;
343/20000; 345/5000; 346/15000; 347/400; 349/150000; 350/500; 353/100; 354/15; 355/30; 357/200;
358/150000; 360/15000; 362/3000; 366/150000; 367/12000; 370/8000; 371/3000; 374/8000; 375/3000;
376/7000; 377/500; 378/8000; 379/200; 380/200; 381/5000; 382/350000; 383/1; 385/200; 386/500;
387/700; 389/1000; 392/50000; 393/600; 394/50000; 395/50000; 398/2000; 399/20; 400/100; 401/20;
402/1000; 405/7000; 409/3000; 411/10000; 412/1500; 413/8000; 415/8000; 417/1000; 420/20000;
421/5000; 422/25000; 423/15000; 425/5000; 426/4000; 428/100; 429/100; 432/5000; 433/5000; 434/30000;
435/10000; 436/50000; 437/50000; 445/100; 446/50; 447/1000; 454/1500; 455/1000; 456/15000; 459/2;
461/350000; 467/2000; 468/1000; 469/400; 470/50000; 472/8000; 474/2; 475/2; 478/2000; 480/2000;
483/20000; 484/30000; 485/8000; 488/10000; 489/1000; 490/200; 491/10000; 492/20000; 493/20000;
495/500; 496/500; 497/9000; 498/5000; 499/500; 500/500; 502/30000; 508/30000; 509/500; 510/200;
514/3000; 515/1000; 517/10000; 518/10000; 521/80000; 522/500; 523/2000; 525/2000; 526/800; 527/8000;
529/8000; 532/2000; 534/600; 535/8000; 536/5000; 539/1000; 540/1000; 547/150000; 550/5000; 551/5000;
552/10000; 553/100; 554/10000; 555/5000; 558/30000; 559/2500; 560/1; 561/1; 563/50000; 565/120000;
570/1000; 571/800; 572/500; 573/500; 577/15000; 582/120; 588/3000; 590/15000; 591/15000; 592/30000;
593/50000; 595/8000; 598/15000; 599/2500; 600/60000; 602/10000; 606/6000; 608/700; 609/50000;
613/30; 616/15000; 617/300; 618/15000; 619/5000; 620/5000; 621/20000; 622/10000; 623/10000; 624/150;
627/2000; 628/800; 629/3000; 632/180; 633/100; 634/100; 635/100; 637/2000; 638/250000; 640/8000;
641/1500; 643/150000; 644/120000; 660/1000; 662/10000; 664/1500; 667/1500; 668/25000; 669/500;
670/10000; 680/10; 682/5000; 686/15000; 689/100; 693/400; 694/5000; 696/5000; 697/12; 699/200;
701/5000; 703/50000; 704/10000; 705/50000; 707/500; 709/120; 710/8000; 711/10000; 712/100; 713/1500;
714/12000; 715/500; 716/30000; 718/30000; 720/2000; 721/1000; 722/1000; 723/1000; 724/1000;
727/1000; 728/1000; 731/15000; 732/50000; 733/50000; 739/100; 740/300; 742/15000; 749/20000;
753/1800; 758/1000; 762/50000; 763/3000; 767/1000; 768/1000; 769/10000; 774/3000; 775/1000;
777/3000; 778/1000; 780/1500; 786/15000; 789/6000; 792/12; 793/1500; 797/1500; 800/2000; 813/200;
815/1500; 829/150; 839/1000; 851/5000; 854/1500; 855/2000; 857/500; 866/12000; 880/600; 895/100;
899/8000; 900/5000; 902/2000; 913/1500; 937/25000; 943/20000; 945/200; 953/3000; 955/1000; 978/30;
979/1000; 980/1500; 981/1500; 982/3000; 983/800; 990/800; 993/15; 1016/500;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.816/0001-29, com sede na Avenida PRESIDENTE GETULIO VARGAS, Nº 615, CENTRO - Caxambu do Sul/SC Edif Prefeitura Municipal, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, GLAUBER BURTET;

Item/Quantidade 1/200; 3/400; 4/300; 7/4000; 9/70000; 17/15000; 24/2000; 25/500; 28/3000; 29/3000;
35/3000; 36/500; 37/600; 41/3000; 42/50; 43/3000; 44/3000; 45/50; 47/60000; 50/20000; 51/300;
52/800; 53/50; 54/100; 55/10000; 57/1000; 58/50; 60/6000; 62/20000; 72/25000; 73/3000; 74/4000;
75/4000; 78/6000; 79/400; 80/100; 82/100; 85/1000; 87/150; 88/100; 89/50; 93/300; 94/50; 96/10000;
97/1000; 98/6000; 99/9000; 107/50; 108/3000; 109/5000; 111/300; 114/100; 117/10000; 126/50000;
127/20000; 128/50; 129/15000; 136/6000; 139/20000; 140/10000; 141/3000; 143/100; 144/15000;
145/15000; 146/5000; 147/10000; 149/600; 150/600; 151/20000; 154/300; 155/3000; 156/300; 157/200;
158/1500; 159/4000; 160/300; 162/3000; 163/2000; 164/30; 165/30; 166/5000; 167/10000; 168/4000;
169/1000; 170/6000; 171/5000; 172/960; 173/2000; 174/100; 175/10000; 177/20; 178/15000; 179/20000;
180/1000; 181/1500; 182/1200; 183/1000; 184/1500; 186/10000; 187/800; 188/3000; 189/50; 191/1800;
192/10000; 193/200; 194/50; 197/100; 202/50; 203/5000; 204/2000; 208/5000; 210/900; 211/900;
214/100; 216/1800; 219/4000; 222/100; 225/50; 227/600; 229/2000; 231/1000; 232/500; 233/400;
234/10000; 235/2000; 236/1500; 238/100; 241/1500; 242/6000; 243/3000; 244/500; 245/600; 247/5000;

251/200; 252/2000; 253/500; 254/500; 255/2000; 256/6000; 259/30000; 260/25000; 261/3000; 262/500; 268/900; 269/2000; 270/50; 271/2000; 272/50; 273/2500; 275/600; 279/8000; 280/8000; 282/4000; 284/1500; 285/20000; 286/15000; 288/100; 291/1200; 292/8000; 293/1500; 294/200; 295/20000; 296/2000; 297/600; 300/2500; 304/420; 305/50; 306/560; 309/1000; 312/280; 317/15000; 319/6000; 320/4000; 321/100; 322/1500; 323/10000; 332/1000; 333/20; 334/8000; 335/50; 336/100; 338/200; 342/50; 343/10000; 345/2000; 347/100; 349/60000; 350/150; 355/50; 357/400; 358/50000; 360/2000; 361/2000; 366/15000; 369/1200; 370/6000; 371/3000; 373/400; 374/600; 375/600; 376/3000; 377/100; 378/8000; 379/100; 380/200; 382/1000; 383/2000; 384/200; 385/400; 389/800; 392/5000; 393/1200; 394/30000; 395/5000; 396/2000; 397/500; 402/500; 404/90; 405/3000; 406/1500; 410/2000; 411/1000; 412/700; 413/4000; 420/10000; 421/5000; 425/4000; 426/2000; 427/2000; 428/50; 431/300; 432/10000; 433/1200; 434/6000; 435/3000; 436/6000; 437/8000; 438/3000; 440/3000; 445/1000; 446/200; 453/50; 455/600; 456/10000; 461/50000; 462/4000; 463/4000; 464/3000; 468/200; 469/500; 470/10000; 474/8000; 475/15000; 478/600; 483/6000; 484/5000; 485/3000; 488/5000; 489/600; 490/720; 491/2000; 492/6000; 493/10000; 494/3000; 496/400; 497/5000; 498/2000; 499/500; 500/300; 502/5000; 504/50; 508/6000; 509/150; 514/5000; 515/1000; 518/8000; 520/90; 521/50000; 522/600; 523/2000; 525/300; 526/400; 529/5000; 532/400; 534/800; 535/2000; 536/8000; 537/6000; 539/1200; 540/600; 542/3000; 547/70000; 549/200; 552/3000; 555/2000; 559/1200; 560/1500; 561/50000; 563/10000; 564/5000; 565/20000; 566/5000; 567/2000; 571/500; 572/100; 577/7000; 583/100; 588/1000; 590/10000; 591/5000; 593/7000; 594/5000; 595/300; 596/5000; 597/1000; 598/15000; 601/100; 602/2000; 605/3000; 606/3000; 607/3000; 608/100; 609/5000; 610/500; 616/10000; 617/100; 618/10000; 620/900; 621/10000; 623/2000; 624/50; 627/1000; 628/200; 629/400; 632/120; 633/60; 635/100; 637/1000; 638/60000; 641/300; 643/60000; 644/60000; 649/1500; 650/100; 659/1500; 660/100; 662/5000; 663/1000; 664/600; 666/200; 668/2500; 672/100; 678/500; 680/50; 681/2000; 684/1000; 689/200; 696/3000; 699/50; 702/2000; 703/8000; 705/2000; 706/200; 711/3000; 715/50; 716/3000; 717/600; 718/3000; 719/10000; 721/1200; 722/4000; 725/1200; 731/6000; 732/8000; 733/1200; 737/100; 740/10000; 741/100; 743/50; 749/5000; 753/900; 759/300; 762/5000; 765/1200; 777/900; 780/900; 784/5000; 785/50; 786/7000; 789/900; 818/50; 821/900; 826/200; 838/2000; 841/100; 846/5000; 866/6000; 869/3000; 870/600; 887/100; 890/100; 891/50; 902/1200; 906/3000; 912/5000; 913/800; 915/50; 924/600; 928/2000; 931/100; 933/600; 937/4000; 942/900; 943/4000; 953/900; 962/100; 963/600; 966/3000; 975/50; 976/50; 979/1200;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na AV. GETULIO VARGAS,580 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RUDIMAR CONTE:

Item/Quantidade: 3/100; 7/1000; 9/20000; 10/12000; 17/5000; 21/1000; 24/500; 25/200; 28/2000; 29/2000; 35/1000; 40/3000; 41/6000; 42/100; 44/3000; 45/100; 47/20000; 50/6000; 52/200; 54/100; 55/3000; 56/2000; 57/1000; 60/1000; 62/25000; 70/1000; 72/8000; 76/100; 78/1000; 80/100; 85/100; 87/100; 89/60; 91/4000; 92/1000; 93/200; 96/3000; 99/3000; 100/3000; 108/3000; 110/5000; 111/100; 115/100; 117/3000; 118/100; 129/8000; 132/2000; 134/100; 135/100; 136/2000; 139/30000; 140/8000; 144/10000; 145/3000; 146/4000; 147/20000; 151/4000; 152/100; 157/100; 159/5000; 160/100; 164/100; 166/5000; 167/5000; 170/3000; 176/20; 178/1000; 179/3000; 180/1000; 183/1000; 186/2000; 187/200; 188/2000; 190/2000; 191/2000; 192/4000; 197/50; 203/1000; 208/4000; 216/3000; 219/20000; 226/30; 231/200; 233/100; 234/1000; 236/3000; 240/1000; 241/200; 244/300; 245/50; 247/3000; 255/2000; 256/20000; 258/1000; 260/10000; 261/100; 262/100; 273/20000; 275/1000; 280/2000; 285/15000; 291/8000; 292/4000; 293/600; 295/3000; 297/100; 298/50; 300/10000; 311/50; 312/1000; 317/1000; 320/1000; 323/10000; 332/2000; 334/2000; 337/6000; 340/100; 341/2000; 343/6000; 345/1000; 346/8000; 347/50; 349/25000; 356/50; 358/20000; 370/6000; 374/6000; 377/50; 378/2000; 383/5000; 387/60; 388/2000; 393/200; 394/6000; 395/1000; 402/200; 404/1000; 410/1000; 411/1000; 412/200; 413/1000; 415/1000; 421/1000; 424/100; 425/2000; 427/600; 432/300; 433/800; 434/10000; 436/10000; 437/10000; 444/100; 445/100; 446/150; 455/100; 456/2000; 461/2000; 466/200; 467/100; 468/600; 469/50; 470/5000; 484/5000; 488/1000; 489/100; 490/200; 493/8000; 496/100; 497/5000; 499/100; 502/1000; 503/2000; 510/200; 515/300; 519/6000; 521/10000; 522/100; 523/4000; 525/100; 526/200;

527/200; 529/1000; 531/100; 532/35; 535/1000; 536/600; 540/60; 549/100; 550/3000; 551/4000; 552/600; 555/3000; 556/20; 558/20000; 559/100; 560/10000; 561/10000; 563/8000; 564/5000; 565/8000; 568/50; 573/100; 574/100; 577/5000; 578/100; 579/500; 580/100; 588/200; 590/5000; 591/5000; 593/15000; 595/600; 598/4000; 599/600; 602/1000; 609/5000; 610/100; 613/50; 618/4000; 620/3000; 626/5000; 627/300; 638/35000; 640/2000; 641/100; 647/300; 650/400; 651/400; 659/1000; 660/100; 663/5000; 664/100; 667/100; 668/10000; 671/10; 683/2000; 684/3000; 688/50; 696/1000; 699/100; 706/100; 712/100; 719/8000; 723/8000; 731/4000; 732/5000; 733/20000; 742/15000; 743/100; 763/4000; 766/40000; 774/2000; 777/15000; 779/1000; 785/100; 786/1000; 809/5000; 859/1000; 883/50; 887/200; 896/100; 912/5000; 913/300; 924/2000; 941/3000; 943/5000; 951/1000; 963/100; 972/100; 987/2000; 988/20000; 1007/2000; 1008/1000; 1009/500; 1010/400; 1014/1000; 1015/3000;

Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.840/0001-68, com sede na AV. FRANCISCO FERDINANDO LOSINA,139 - CENTRO, na cidade de NOVA ERECHIM-SC, representado por seu PREFEITO, RAMIREZ TAPIA:

Item/Quantidade: 3/250; 4/100; 5/500; 7/5000; 8/200; 9/16000; 10/16000; 17/8000; 22/600; 23/300; 24/500; 25/400; 27/500; 28/1500; 29/500; 31/1000; 32/9000; 33/200; 35/600; 41/300; 43/500; 44/6000; 47/30000; 48/1000; 50/10000; 51/250; 52/250; 54/200; 55/7000; 60/4000; 62/25000; 70/1000; 72/6000; 78/4000; 79/350; 81/8000; 84/600; 85/100; 88/100; 91/15000; 92/300; 93/600; 96/5000; 98/4000; 99/3000; 103/30; 107/12; 108/3500; 115/150; 116/150; 117/9000; 121/300; 122/2000; 126/500; 129/6000; 130/8000; 134/100; 135/150; 136/5000; 139/25000; 140/9000; 141/2500; 142/400; 143/100; 144/9000; 145/5000; 146/3000; 147/9000; 149/200; 150/100; 151/6000; 152/100; 153/100; 155/5000; 157/400; 158/500; 160/400; 163/100; 164/400; 165/100; 166/17000; 167/1500; 168/1500; 172/500; 173/2000; 175/9000; 178/5000; 179/15000; 180/1000; 182/720; 184/1000; 185/600; 186/12000; 187/400; 190/600; 192/5000; 196/300; 197/350; 203/1000; 204/1000; 206/4000; 207/2000; 208/4000; 213/50; 219/900; 221/100; 222/100; 223/100; 228/500; 231/600; 233/900; 234/4000; 235/600; 236/9000; 237/2000; 238/100; 241/300; 242/9000; 245/600; 247/3000; 249/3000; 253/100; 256/6000; 258/15000; 260/25000; 261/1000; 262/1200; 266/600; 268/2000; 271/10000; 273/15000; 274/9000; 275/500; 279/9000; 280/9000; 285/5000; 286/4000; 291/6000; 292/3000; 293/3000; 294/50; 295/20000; 296/400; 297/300; 300/12000; 302/1000; 304/800; 308/60; 309/30; 312/1500; 320/15000; 322/6000; 330/2000; 332/5000; 334/9000; 336/100; 338/150; 343/9000; 345/1200; 346/6000; 347/100; 349/35000; 352/150; 358/22000; 360/4000; 367/5000; 368/6000; 370/9000; 373/150; 374/3000; 378/2500; 380/130; 382/500; 385/100; 387/400; 394/9000; 395/2000; 398/2500; 402/150; 405/3000; 406/600; 411/400; 412/300; 413/300; 414/900; 415/3000; 420/4000; 422/7000; 425/2000; 426/2000; 427/600; 428/50; 432/300; 433/450; 434/9000; 435/2500; 436/5000; 437/9000; 438/8000; 439/1500; 440/1200; 441/900; 446/100; 447/360; 450/600; 451/600; 453/500; 454/2000; 455/150; 456/4500; 458/4000; 464/6000; 465/1000; 469/30; 470/15000; 472/3000; 484/2000; 485/2000; 488/9000; 489/300; 490/700; 492/4000; 493/8000; 494/1200; 496/100; 497/1500; 498/1500; 499/250; 502/1000; 503/900; 514/6000; 515/600; 517/1500; 518/600; 521/30000; 523/900; 524/150; 526/250; 527/120; 529/3000; 534/30; 535/700; 536/1000; 537/1000; 538/1000; 540/200; 541/360; 547/72000; 554/1500; 555/5000; 556/100; 558/17000; 559/1100; 560/8000; 561/60000; 563/20000; 564/30000; 565/20000; 572/50; 588/150; 590/4000; 591/3500; 592/2000; 593/15000; 596/100; 597/3000; 598/4000; 602/4000; 606/3000; 609/5000; 612/300; 616/4000; 618/5000; 620/1000; 627/800; 628/50; 632/100; 633/100; 637/200; 638/35000; 641/200; 647/200; 648/100; 650/500; 651/700; 658/900; 660/100; 662/1000; 663/2000; 664/30; 666/100; 668/12000; 670/3000; 672/30; 676/600; 679/100; 682/1500; 683/1500; 685/300; 686/3000; 689/30; 694/900; 696/300; 697/12; 699/50; 702/4000; 703/5000; 705/6000; 706/400; 709/25; 711/1500; 715/100; 716/5000; 718/10000; 719/2000; 723/6000; 724/1000; 731/5000; 732/6000; 733/9000; 735/2500; 740/400; 742/6000; 749/3000; 761/1000; 767/200; 768/100; 775/600; 776/4000; 778/1000; 779/3000; 786/6000; 793/600; 808/12; 821/3000; 839/1800; 840/500; 843/600; 845/900; 846/900; 847/3000; 848/1000; 853/2000; 855/500; 856/300; 864/120; 865/300; 867/600; 868/1000; 869/1000; 870/1000; 872/20; 883/50; 909/504; 910/504; 912/20000; 913/900; 937/3500; 940/20; 941/1500; 942/2100; 943/1500; 947/12; 951/1500; 953/30; 955/600; 957/300; 1011/50; 1012/50; 1013/50;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,165 - CENTRO, na cidade de QUILOMBO -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, SILVANO DE PARIZ:

Item/Quantidade: 1/500; 2/3000; 3/1500; 4/1000; 5/20000; 6/5000; 7/20000; 8/1000; 9/120000; 10/30000; 11/5000; 12/3000; 13/3000; 14/3000; 15/10000; 16/30000; 17/30000; 18/300; 19/300; 20/100; 21/300; 22/300; 23/5000; 24/10000; 25/1000; 26/100; 27/20000; 28/20000; 29/20000; 30/10000; 31/20000; 32/10000; 33/10000; 34/3000; 35/20000; 36/1500; 37/1500; 38/10000; 39/10000; 40/10000; 41/20000; 42/300; 43/15000; 44/30000; 45/500; 46/10000; 47/150000; 48/10000; 49/1000; 50/40000; 51/1000; 52/1000; 53/100; 54/1500; 55/1000; 56/1000; 57/10000; 58/500; 59/1000; 60/20000; 61/10000; 62/150000; 63/10000; 64/10000; 65/10000; 66/10000; 67/10000; 68/10000; 69/10000; 70/10000; 71/1; 72/1; 73/10000; 74/10000; 75/30000; 76/300; 77/500; 78/20000; 79/1000; 80/300; 81/20000; 82/100; 83/1000; 84/30; 85/1000; 86/200; 87/500; 88/500; 89/100; 90/300; 91/30000; 92/30000; 93/8000; 94/200; 95/10; 96/20000; 97/20000; 98/20000; 99/20000; 100/10000; 101/10000; 102/3000; 103/50; 104/50; 105/50; 106/50; 107/50; 108/80000; 109/30000; 110/20000; 111/500; 112/200; 113/10; 114/10; 115/500; 116/1000; 117/20000; 118/100; 119/30; 120/3000; 121/500; 122/500; 123/500; 124/500; 125/10000; 126/1; 127/130000; 128/500; 129/60000; 130/10000; 131/10000; 132/5000; 133/1000; 134/1000; 135/1500; 136/30000; 137/1000; 138/1000; 139/40000; 140/40000; 141/1000; 142/50; 143/100; 144/30000; 145/30000; 146/20000; 147/30000; 148/1000; 149/500; 150/500; 151/30000; 152/1000; 153/500; 154/300; 155/20000; 156/100; 157/1000; 158/3000; 159/30000; 160/500; 161/3000; 162/1000; 163/1000; 164/30; 165/30; 166/80000; 167/10000; 168/20000; 169/3000; 170/10000; 171/10000; 172/200; 173/2000; 174/100; 175/30000; 176/50; 177/100; 178/20000; 179/80000; 180/500; 181/500; 182/3000; 183/3000; 184/3000; 185/10000; 186/30000; 187/1500; 188/3000; 189/200; 190/1000; 191/3000; 192/30000; 193/300; 194/300; 195/3000; 196/1000; 197/1000; 198/200; 199/200; 200/100; 201/100; 202/300; 203/20000; 204/10000; 205/200; 206/1500; 207/10000; 208/30000; 209/10000; 210/3000; 211/3000; 212/3000; 213/500; 214/500; 215/300; 216/1500; 217/1500; 218/100; 219/10000; 220/1000; 221/100; 222/100; 223/100; 224/3000; 225/500; 226/500; 227/500; 228/5000; 229/500; 230/100; 231/3000; 232/1500; 233/1000; 234/40000; 235/1000; 236/50000; 237/10000; 238/200; 239/1000; 240/3000; 241/1000; 242/80000; 243/10000; 244/3000; 245/500; 246/50; 247/30000; 248/3000; 249/3000; 250/300; 251/500; 252/10000; 253/500; 254/800; 255/1000; 256/80000; 257/3000; 258/80000; 259/3000; 260/70000; 261/1000; 262/3000; 263/200; 264/600; 265/10; 266/3000; 267/20000; 268/20000; 269/10000; 270/100; 271/20000; 272/200; 273/60000; 274/20000; 275/300; 276/1000; 277/1000; 278/300; 279/20000; 280/20000; 281/1000; 282/10000; 283/1000; 284/20000; 285/60000; 286/10000; 287/3000; 288/200; 289/2000; 290/50; 291/20000; 292/20000; 293/20000; 294/500; 295/20000; 296/1500; 297/3000; 298/1000; 299/2000; 300/60000; 301/10000; 302/10000; 303/2000; 304/300; 305/50; 306/30; 307/50; 308/50; 309/100; 310/300; 311/100; 312/1000; 313/100; 314/100; 315/100; 316/300; 317/10000; 318/100; 319/3000; 320/20000; 321/1000; 322/300; 323/100; 324/100; 325/1000; 326/1000; 327/1000; 328/300; 329/200; 330/500; 331/100; 332/10000; 333/200; 334/20000; 335/300; 336/300; 337/1000; 338/500; 339/100; 340/50; 341/100; 342/100; 343/20000; 344/200; 345/10000; 346/20000; 347/1000; 348/10000; 349/1; 350/300; 351/3000; 352/100; 353/100; 354/10; 355/10; 356/50; 357/500; 358/80000; 359/3000; 360/10000; 361/3000; 362/5000; 363/200; 364/300; 365/200; 366/30000; 367/20000; 368/1000; 369/3000; 370/5000; 371/3000; 372/200; 373/300; 374/5000; 375/10000; 376/3000; 377/100; 378/15000; 379/200; 380/100; 381/3000; 382/1; 383/1; 384/300; 385/300; 386/500; 387/1500; 388/500; 389/100; 390/3000; 391/20; 392/50000; 393/5000; 394/70000; 395/20000; 396/3000; 397/3000; 398/1000; 399/20; 400/150; 401/100; 402/500; 403/100; 404/5000; 405/10000; 406/3000; 407/3000; 408/3000; 409/3000; 410/3000; 411/1000; 412/30; 413/15000; 414/3000; 415/3000; 416/1000; 417/1000; 418/1500; 419/20000; 420/20000; 421/20000; 422/20000; 423/20000; 424/30; 425/15000; 426/10000; 427/10000; 428/200; 429/100; 430/500; 431/100; 432/2000; 433/100; 434/20000; 435/5000; 436/30000; 437/20000; 438/20000; 439/10000; 440/5000; 441/5000; 442/2000; 443/100; 444/100; 445/300; 446/300; 447/1000; 448/2000; 449/5000; 450/1500; 451/1000; 452/1000; 453/500; 454/5000; 455/1500; 456/10000; 457/3000; 458/3000; 459/5000; 460/30000; 461/30000; 462/10000;

463/10000; 464/1000; 465/1000; 466/100; 467/3000; 468/300; 469/500; 470/30000; 471/1000; 472/10000;
473/300; 474/50000; 475/50000; 476/20000; 477/10000; 478/3000; 479/3000; 480/3000; 481/3000;
482/3000; 483/10000; 484/10000; 485/3000; 486/1000; 487/500; 488/10000; 489/700; 490/500; 491/10000;
492/15000; 493/20000; 494/5000; 495/500; 496/500; 497/10000; 498/3000; 499/500; 500/500; 501/200;
502/10000; 503/300; 504/200; 505/500; 506/200; 507/200; 508/10000; 509/300; 510/1000; 511/50;
512/100; 513/500; 514/3000; 515/3000; 516/30; 517/3000; 518/10000; 519/3000; 520/3000; 521/60000;
522/1000; 523/15000; 524/300; 525/500; 526/1000; 527/100; 528/5; 529/3000; 530/5; 531/100; 532/100;
533/100; 534/100; 535/3000; 536/3000; 537/3000; 538/1500; 539/600; 540/1000; 541/1000; 542/1000;
543/50; 544/50; 545/300; 546/3000; 547/130000; 548/10000; 549/200; 550/500; 551/500; 552/3000;
553/100; 554/3000; 555/15000; 556/50; 557/3000; 558/3000; 559/1500; 560/50000; 561/50000; 562/3000;
563/30000; 564/60000; 565/60000; 566/10000; 567/3000; 568/20; 569/500; 570/3000; 571/20; 572/20;
573/20; 574/200; 575/500; 576/1500; 577/1000; 578/100; 579/1500; 580/30; 581/30; 582/200; 583/500;
584/50; 585/300; 586/300; 587/500; 588/600; 589/300; 590/25000; 591/5000; 592/10000; 593/15000;
594/300; 595/5000; 596/200; 597/10000; 598/15000; 599/300; 600/20000; 601/300; 602/300; 603/1000;
604/1000; 605/3000; 606/3000; 607/1500; 608/100; 609/20000; 610/300; 611/100; 612/100; 613/100;
614/100; 615/500; 616/10000; 617/300; 618/20000; 619/5000; 620/3000; 621/3000; 622/1500; 623/3000;
624/50; 625/50; 626/300; 627/2000; 628/500; 629/500; 630/3000; 631/100; 632/300; 633/300; 634/500;
635/50; 636/50; 637/1500; 638/1; 639/3000; 640/20000; 641/1000; 642/15000; 643/1; 644/50000;
645/3000; 646/500; 647/10000; 648/5000; 649/5000; 650/10000; 651/10000; 652/5000; 653/5000;
654/1000; 655/1000; 656/1000; 657/3000; 658/5000; 659/15000; 660/1000; 661/50; 662/10000; 663/3000;
664/300; 665/100; 666/1000; 667/500; 668/35000; 669/200; 670/300; 671/100; 672/20; 673/1000; 674/300;
675/3000; 676/3000; 677/200; 678/30; 679/100; 680/100; 681/3000; 682/3000; 683/1500; 684/10000;
685/300; 686/300; 687/300; 688/100; 689/500; 690/100; 691/20; 692/1500; 693/100; 694/1500; 695/1500;
696/1500; 697/5; 698/3000; 699/50; 700/50; 701/300; 702/10000; 703/15000; 704/3000; 705/10000;
706/500; 707/300; 708/1500; 709/100; 710/1500; 711/1500; 712/100; 713/1500; 714/1500; 715/300;
716/3000; 717/3000; 718/3000; 719/3000; 720/1500; 721/1500; 722/1500; 723/15000; 724/10000;
725/1500; 726/1500; 727/1500; 728/1500; 729/1500; 730/3000; 731/10000; 732/15000; 733/20000;
734/3000; 735/1500; 736/1000; 737/100; 738/100; 739/100; 740/1000; 741/100; 742/1500; 743/500;
744/10; 745/1000; 746/5000; 747/1000; 748/200; 749/10000; 750/10000; 751/30; 752/300; 753/1500;
754/100; 755/300; 756/100; 757/300; 758/1500; 759/300; 760/5; 761/1500; 762/15000; 763/1500;
764/1500; 765/1500; 766/1; 767/100; 768/100; 769/500; 770/1500; 771/300; 772/300; 773/300; 774/1500;
775/3000; 776/5000; 777/500; 778/500; 779/1500; 780/1500; 781/500; 782/500; 783/10; 784/1500;
785/300; 786/500; 787/500; 788/300; 789/1500; 790/1500; 791/1000; 792/10; 793/1000; 794/1000;
795/1000; 796/1000; 797/1500; 798/30; 799/50; 800/1000; 801/300; 802/500; 803/30; 804/50; 805/5;
806/1000; 807/1500; 808/100; 809/3000; 810/500; 811/30; 812/5; 813/1000; 814/8000; 815/1500;
816/1000; 817/100; 818/100; 819/600; 820/5; 821/600; 822/12; 823/1500; 824/1500; 825/5000; 826/3;
827/10; 828/10; 829/10; 830/10; 831/50; 832/100; 833/100; 834/100; 835/500; 836/10; 837/10; 838/1000;
839/1500; 840/500; 841/200; 842/20; 843/300; 844/300; 845/3000; 846/3000; 847/300; 848/300; 849/5000;
850/5000; 851/3000; 852/1500; 853/1500; 854/300; 855/1000; 856/1500; 857/600; 858/10; 859/1500;
860/5000; 861/600; 862/300; 863/50; 864/300; 865/600; 866/1500; 867/1500; 868/1000; 869/15000;
870/1500; 871/5000; 872/10; 873/3; 874/3; 875/600; 876/50000; 877/600; 878/300; 879/3000; 880/1500;
881/600; 882/1500; 883/100; 884/30; 885/600; 886/3000; 887/500; 888/3000; 889/500; 890/100; 891/20;
892/600; 893/30; 894/10; 895/3000; 896/30; 897/30; 898/30; 899/1000; 900/1000; 901/30; 902/1000;
903/1000; 904/1000; 905/1500; 906/1000; 907/20; 908/20; 909/600; 910/600; 911/600; 912/3000; 913/200;
914/600; 915/10; 916/300; 917/200; 918/1500; 919/1000; 920/1500; 921/300; 922/300; 923/300; 924/1000;
925/1000; 926/1000; 927/1000; 928/1000; 929/1500; 930/50; 931/100; 932/10; 933/1000; 934/300;
935/1000; 936/1000; 937/3000; 938/1000; 939/1000; 940/50; 941/3000; 942/10000; 943/10000; 944/50;
945/500; 946/1000; 947/50; 948/600; 949/5000; 950/50; 951/600; 952/1000; 953/150; 954/100; 955/1500;
956/50; 957/600; 958/600; 959/1000; 960/300; 961/300; 962/500; 963/1500; 964/50; 965/300; 966/5000;
967/1000; 968/1000; 969/1000; 970/10; 971/300; 972/10; 973/100; 974/100; 975/50; 976/10; 977/1500;
978/10; 979/300; 980/1500; 981/300; 982/300; 983/10; 984/100; 985/300; 986/600; 987/300; 988/300;
991/1000; 992/1500; 1000/10;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80622319/0001-98, com sede na AVENIDA DOM PEDRO II, 830 - CENTRO, na cidade de SERRA ALTA-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, DARCI CERIZOLLI:

Item/Quantidades 3/100; 4/100; 9/10000; 17/1500; 22/900; 24/300; 25/50; 27/1000; 29/1500; 31/2000; 32/2000; 43/900; 44/900; 47/3000; 50/3000; 52/100; 60/5000; 62/6000; 75/10000; 78/600; 79/100; 96/1500; 105/100; 108/1500; 113/150; 117/2500; 128/100; 129/2000; 130/2000; 136/3000; 139/10000; 140/1500; 144/2000; 145/2000; 146/2000; 147/2000; 149/100; 151/1500; 155/2500; 166/5000; 175/3000; 178/1000; 179/3000; 183/1000; 184/1000; 186/1500; 187/100; 192/3000; 211/1000; 219/5000; 231/100; 234/1000; 236/3000; 244/150; 260/15000; 262/200; 273/3000; 274/3000; 279/3000; 280/3000; 292/3000; 295/1000; 299/10000; 300/3000; 302/3000; 334/3000; 343/3000; 349/3000; 355/200; 358/5000; 370/3000; 371/3000; 374/2000; 375/2000; 378/2000; 387/100; 394/3000; 395/3000; 402/100; 405/2000; 413/3000; 414/3000; 419/3000; 422/3000; 426/3000; 427/3000; 434/3000; 435/3000; 436/3000; 437/3000; 438/3000; 440/3000; 460/3000; 470/3000; 472/3000; 484/1000; 488/3000; 502/2000; 521/3000; 539/2000; 547/10000; 561/10000; 564/10000; 565/3000; 590/2000; 591/2000; 592/3000; 593/3000; 598/2000; 618/3000; 620/3000; 633/50; 638/3000; 641/50; 643/10000; 644/10000; 668/3000; 686/3000; 689/200; 703/3000; 704/3000; 707/300; 709/50; 715/100; 716/3000; 718/3000; 723/3000; 731/3000; 732/3000; 733/3000; 743/100; 774/2000; 775/1000; 924/10000;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, com sede na AV. SÃO LUIZ, 531 - CENTRO, na cidade de UNIÃO DO OESTE-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, CELSO MATIELLO:

Item/Quantidades: 16/100; 32/1500; 57/1000; 76/100; 117/3000; 118/50; 140/1500; 141/900; 171/5000; 172/300; 182/720; 190/600; 218/100; 252/1000; 344/20; 346/500; 389/100; 422/3000; 458/2000; 465/360; 467/300; 468/100; 512/20; 536/3000; 546/1000; 549/50; 580/100; 608/75; 609/5000; 610/200; 612/50; 613/50; 624/10; 665/20; 677/20; 683/1500; 738/200; 840/600;

1 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	1.900	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN®)	7001
2	4.000	COMP	ACARBOSE 50 MG	7002
3	4.550	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
4	3.600	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004
5	25.500	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	7005
6	5.000	COMP	ACETAZOLAMIDA 250 MG	7006
7	51.000	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
8	2.100	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
9	756.000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
10	72.000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010
11	7.000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
12	3.000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
13	4.500	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
14	3.000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
15	15.000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015
16	30.100	FRASCO	ÁCIDO BÓRICO, SOLUÇÃO A 2% FR 100 ML	7016
17	136.500	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
18	300	FRASCO	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
19	300	COMP	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	7019
20	100	COMP	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	7020

21	3.300	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
22	1.800	COMP	AGOMELATINA 25 MG	7025
23	6.900	AMPOLA	AGUA BIDESEILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
24	26.300	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
25	6.650	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
26	100	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
27	31.500	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
28	51.500	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
29	50.000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
30	10.000	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
31	50.000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	7036
32	43.500	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG	7037
33	10.200	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7038
34	5.000	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	7039
35	36.100	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
36	2.200	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
37	2.100	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
38	18.000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
39	17.500	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 2,5MG + 25MG	7044
40	18.500	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
41	39.300	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
42	1.050	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
43	25.400	COMP	AMIODARONA 100 MG	7049
44	97.900	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
45	850	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
46	14.000	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
47	533.000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
48	71.000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
49	2.000	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	7056
50	144.000	COMP	AMOXICILINA 500 MG	7057
51	2.750	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
52	2.950	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
53	1.750	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
54	4.900	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
55	61.000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
56	47.000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063
57	20.500	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
58	850	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
59	2.000	COMP	ANLODIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067
60	61.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
61	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
62	416.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
63	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
64	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
65	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
66	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
67	11.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
68	10.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
69	11.000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
70	43.000	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
71	230.000	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
72	279.000	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
73	14.000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	7083

74	23.000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	7084
75	69.000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
76	900	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089
77	1.500	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	7090
78	65.600	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
79	5.350	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
80	1.600	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
81	37.500	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
82	200	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
83	1.000	UNIDADE	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO + ACIDO SALICILICO 0,5MG/ML SOLUÇÃO TOPICA 150 ML	7096
84	630	CAIXA	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
85	3.950	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
86	200	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
87	950	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
88	800	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	7104
89	560	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 100 ML	7105
90	600	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	9009
91	57.000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7106
92	39.300	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
93	14.600	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
94	200.250	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % APOLA DE 10 ML	7114
95	60	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTÁLMICO	7115
96	70.500	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
97	24.000	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
98	44.000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
99	52.000	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	9010
100	13.000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7120
101	15.000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	7121
102	4.000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
103	165	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
104	65	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7125
105	665	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
106	77	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127
107	177	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
108	146.000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
109	45.000	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	7130
110	27.000	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	7131
111	1.700	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
112	1.500	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	7133
113	175	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
114	110	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7136
115	1.250	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
116	1.500	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7138
117	127.500	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
118	250	FRASCO	CALAMINA LOÇÃO FRASCO COM 100 ML	7141
119	30	CAIXA	CÁLCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
120	15.000	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	7145
121	5.800	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	7146

122	2.500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	7147
123	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	7148
124	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 16MG + 12,5 MG	7149
125	10.000	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
126	450.500	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
127	285.000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
128	1.100	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
129	226.000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
130	98.500	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	7155
131	13.000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
132	7.000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7157
133	1.000	COMP	CARBIDOPA 50 MG + ENTACAPONA 200MG + LEVODOPA 12,5 MG CP	7159
134	2.700	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160
135	3.950	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
136	86.000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	7162
137	1.000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	7163
138	101.000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
139	330.000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
140	170.000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	7166
141	47.400	COMP	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	7167
142	450	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	7168
143	850	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
144	154.000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
145	160.000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
146	80.000	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG,	7172
147	183.000	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173
148	1.000	COMP	CEFACLOL 500 MG	7174
149	2.700	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	9011
150	2.700	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7176
151	130.500	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
152	1.900	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
153	1.600	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7180
154	1.500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
155	42.500	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
156	1.250	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
157	3.000	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
158	13.500	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
159	39.000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
160	2.500	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188
161	11.000	COMP	CETOPROFENO 150 MG	7189
162	4.000	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
163	5.600	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
164	872	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
165	660	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	7195
166	222.000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	7196
167	101.500	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
168	68.500	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	9012
169	24.000	COMP	CINARIZINA 25 MG	7199
170	22.000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	7200
171	20.000	COMP	CIMETIDINA 200 MG	7201

172	4.260	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	7202
173	24.000	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
174	1.200	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
175	112.000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
176	150	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	7208
177	195	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	7210
178	90.000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
179	371.000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213
180	10.500	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
181	7.000	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
182	13.640	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
183	27.000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
184	7.500	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220
185	13.600	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	7221
186	150.500	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
187	8.500	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
188	18.000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	9013
189	400	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7224
190	4.200	COMP	CLONIDINA 0,150 MG	7225
191	6.800	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	9014
192	95.000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7226
193	900	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
194	450	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
195	11.000	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	7232
196	1.500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	7233
197	3.100	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
198	300	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7235
199	500	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7236
200	400	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG + 0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
201	250	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
202	550	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239
203	50.500	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
204	31.500	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
205	600	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
206	8.000	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
207	12.000	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	7244
208	97.000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
209	16.000	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	7246
210	3.900	COMP	CLOXAZOLAM 1 MG	7248
211	4.900	COMP	CLOXAZOLAM 2 MG	7249
212	3.000	COMP	CLOZAPINA 100 MG	7250
213	1.150	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 30G	7253
214	650	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
215	300	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	7255
216	8.300	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	7256
217	4.500	COMP	COLCHICINA 1 MG	7257
218	200	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
219	44.400	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
220	1.000	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
221	1.350	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262

222	1.400	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
223	24.850	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
224	35.500	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
225	700	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
226	830	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	7268
227	1.100	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	7269
228	8.500	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
229	3.600	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
230	100	CAIXA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DAPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7272
231	8.200	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
232	2.500	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
233	5.750	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
234	79.000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
235	8.600	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
236	151.500	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
237	27.000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
238	1.600	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7282
239	1.500	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
240	34.000	COMP	DICLOFENACO POTÁSSICO 50 MG	7285
241	5.600	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
242	155.000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
243	13.000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	7288
244	5.550	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
245	3.050	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291
246	50	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293
247	91.000	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
248	14.000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
249	15.000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
250	300	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
251	1.500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299
252	19.000	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONÁVEL	7300
253	2.300	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
254	3.000	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
255	18.000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
256	253.000	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
257	3.000	COMP	DIOVAN 160 MG	7306
258	96.000	COMP	DIPIRONA + CAFEÍNA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
259	33.000	COMP	DIPIRONA SÓDICA + CAFEÍNA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	7309
260	270.000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
261	6.900	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	7311
262	8.400	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
263	200	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG + 12,5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
264	6.600	COMP	DIPIRONA, SÓDICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
265	10	UNIDADE	DIU - DISPOSITIVO INTRA UTERINO	7315
266	6.100	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	7316
267	23.000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	7317
268	27.900	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
269	15.500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	7320

270	150	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
271	83.000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
272	350	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7323
273	260.500	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324
274	112.000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
275	8.400	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
276	2.200	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
277	2.200	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
278	300	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
279	87.000	COMP	DULOXETINA 30 MG	7330
280	97.000	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
281	2.500	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	7332
282	28.000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	7333
283	1.000	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
284	291.500	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
285	346.000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
286	139.000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
287	10.000	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	7339
288	700	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
289	2.000	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
290	70	BISNAGA	ESCINA 10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
291	115.200	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
292	53.000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	7347
293	44.100	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
294	1.650	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349
295	126.000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
296	5.900	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
297	6.400	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
298	1.550	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
299	22.000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	9015
300	227.500	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7354
301	12.500	COMP	ESPIRONOLACTONA 100 MG	7355
302	31.000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
303	2.000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7358
304	7.320	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
305	100	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
306	590	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362
307	110	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	7364
308	760	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
309	2.380	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
310	1.300	COMP	ESTRIOL 1 MG	7368
311	850	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369
312	25.880	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
313	100	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
314	100	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
315	200	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7374
316	300	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
317	66.000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
318	3.100	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, GARRA-DO-DIABO 400 MG (HARPAGOPHYTOM PROCUMBENS)	7383
319	14.000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	7384

320	66.000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385
321	1.600	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
322	12.800	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
323	100.100	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
324	100	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS 26,7MG	7391
325	5.000	COMP	EZETIMIBA 10 MG	7393
326	5.000	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINAVASTATINA 10 MG + 20 MG	7394
327	1.000	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
328	300	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
329	900	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA A BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
330	2.500	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	7399
331	900	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
332	51.000	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
333	520	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
334	104.000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404
335	650	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
336	955	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
337	10.000	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
338	2.900	FRASCO	FENOTEROL, BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
339	100	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE, AEROSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
340	150	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
341	2.100	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
342	300	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
343	120.000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
344	520	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
345	23.200	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
346	67.500	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
347	1.950	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	7424
348	10.000	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
349	513.000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
350	1.050	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
351	3.000	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
352	250	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
353	470	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	7433
354	25	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
355	590	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
356	200	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	7436
357	1.900	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
358	422.000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438
359	3.000	CAPSULA	GABAPENTINA 200 MG	7439
360	54.000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440
361	5.000	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441
362	8.000	SACHE	GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO SACHE 5G	7443
363	200	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
364	400	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
365	200	AMPOLA	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7448
366	235.000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449

367	57.000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	7450
368	12.000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
369	4.200	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
370	69.000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	7457
371	22.000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
372	400	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
373	2.550	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
374	51.600	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	7461
375	20.600	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
376	13.000	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	7463
377	800	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
378	54.500	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
379	900	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
380	1.330	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467
381	13.000	COMP	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50 MG	7474
382	681.500	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
383	232.000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
384	700	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
385	1.800	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478
386	1.010	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
387	2.760	FRASCO	HIDROXIDO ALUMÍNIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
388	2.500	COMP	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO + HIDROXIDO DE MAGNÉSIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
389	3.900	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
390	3.000	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	7490
391	20	COMP	IBANDRONATO DE SÓDIO MONOHIDRATADO, EQUIVALENTE AO ÁCIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
392	135.000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
393	7.300	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
394	220.000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
395	96.000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
396	5.000	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
397	3.500	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	7499
398	8.500	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	7500
399	40	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
400	250	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
401	120	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
402	3.050	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
403	100	FRASCO	IPRATROPIO, BROMETO + SULFATO DE SALBUTAMOL 20/120MCG/DOSE	7506
404	6.090	COMP	ISOSSORBIDA 10 MG SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7507
405	36.000	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
406	5.100	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	7509
407	3.700	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
408	3.000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
409	6.000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 50 MG	7512
410	8.500	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
411	19.700	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
412	3.280	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
413	34.300	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517
414	6.900	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	7518
415	15.000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
416	1.000	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
417	6.000	COMP	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	7523

418	3.000	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
419	23.000	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
420	57.000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
421	31.000	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527
422	88.000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
423	50.000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
424	130	FRASCO	LEVODROPROPISINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
425	31.000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
426	23.500	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	7533
427	18.200	COMP	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	7534
428	460	FRASCO	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
429	200	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	7536
430	500	CARTELA	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7537
431	550	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
432	19.350	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
433	8.200	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRÁGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
434	122.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
435	30.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542
436	157.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
437	152.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
438	81.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
439	13.500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
440	19.200	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 150 MCG	7547
441	5.900	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 175 MCG	7548
442	2.000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 200 MCG	7549
443	105	FRASCO	LIDOCAÍNA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
444	200	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
445	2.100	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
446	1.950	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553
447	6.360	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
448	2.000	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
449	5.000	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
450	34.100	COMP	LISINOPRIL 10 MG	7559
451	2.600	COMP	LISINOPRIL 20 MG	7560
452	2.000	COMP	LISINOPRIL 5 MG	7561
453	1.050	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	7562
454	12.500	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	7563
455	3.950	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
456	56.500	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
457	3.000	COMP	LORAZEPAM 1 MG	7566
458	14.000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	7567
459	270.000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
460	45.000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	7569
461	632.000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
462	49.000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	7571
463	44.000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	7572
464	14.000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
465	3.360	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
466	300	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
467	6.400	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576

468	2.700	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
469	1.730	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
470	161.000	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
471	11.000	COMP	MELOXICAM 7,5 MG	7582
472	34.000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	7583
473	300	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
474	303.000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
475	375.000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
476	45.000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
477	15.000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	7588
478	36.100	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
479	10.500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
480	10.000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591
481	3.000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
482	10.000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
483	52.000	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
484	70.000	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
485	26.000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	7596
486	2.500	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
487	2.000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
488	66.000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
489	3.900	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
490	5.020	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
491	29.000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
492	58.000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
493	83.000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
494	19.200	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
495	6.000	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	7610
496	2.300	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
497	42.500	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
498	21.500	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	7613
499	2.550	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
500	2.000	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	7615
501	500	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616
502	67.000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	7620
503	6.200	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	7622
504	550	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
505	1.500	COMP	MORFINA 10 MG	7625
506	500	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
507	1.200	COMP	MORFINA 30 MG	7627
508	53.500	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
509	1.150	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
510	2.100	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
511	50	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
512	220	AMPOLA	NALOXONA 0,4MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7635
513	500	COMP	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	7639
514	32.000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
515	9.900	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
516	30	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643
517	39.500	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647

518	45.600	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
519	9.000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
520	3.090	COMP	NIFEDIPINO SUBLINGUAL 10 MG	7650
521	328.000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
522	2.600	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
523	39.900	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
524	450	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	7654
525	3.400	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
526	4.300	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
527	8.870	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	7657
528	5	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLOGICA 500 G	7660
529	40.000	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	7661
530	5	BISNAGA	NITROFURANTOINA CREME 1 KG	7662
531	300	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
532	2.535	CARTELA	NORETISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
533	100	CARTELA	NORETISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	7665
534	1.530	AMPOLA	NORETISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	7666
535	25.700	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
536	31.600	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
537	12.500	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	7670
538	2.500	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
539	4.800	COMP	OLANZAPINA 10 MG	7672
540	4.260	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
541	4.360	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675
542	6.000	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
543	50	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 0,2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTERIL FRASCO DE 5 ML	7677
544	50	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7678
545	300	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
546	4.000	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	7680
547	712.000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
548	25.000	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	7682
549	950	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	7683
550	18.700	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
551	15.500	COMP	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 4 MG	7685
552	26.600	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
553	200	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	7688
554	22.500	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
555	49.000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
556	170	FRASCO	OXIMETAZOLINA 0,5MG/ML (CLORIDRATO) SOLUÇÃO NASAL 10 ML	7692
557	28.000	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	7693
558	110.000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	7694
559	10.900	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
560	274.500	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
561	385.000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
562	3.000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFEÍNA 500 MG + 65 MG	7699
563	168.000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700
564	122.000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
565	306.000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
566	15.000	COMP	PAROXETINA, CLORIDRATO 10 MG	7707
567	10.000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
568	70	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709
569	500	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710

570	5.100	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
571	1.320	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
572	1.770	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
573	620	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
574	300	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
575	500	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
576	11.500	COMP	PIOGLITASONA, CLORIDRATO 30 MG	7718
577	31.000	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
578	200	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
579	5.000	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
580	230	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
581	60	FRASCO	POLIETILENOGLICOL ASSOCIADO A PROPILENOGLICOL HIDROXIPROPIL SOLUÇÃO OFTÁLMICA LUBRIFICANTE, FRASCO 10 ML	7727
582	470	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	7728
583	900	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
584	50	BISNAGA	POLIMIXINA B,SULF 50.000U.I.; BACITRACINA ZINC, 5.000 U.I.; NEOMICINA, SULF 50MG; ZINCO, PERÓX A 36%, 2G, ZINCO, ÓXIDO Q.S.P. 10G	7730
585	300	COMP	PRAMIPEXOL 0,25MG	7732
586	300	COMP	PRAMIPEXOL 1 MG	7733
587	500	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
588	6.250	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
589	300	FRASCO	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7739
590	97.500	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
591	57.000	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	7741
592	48.500	COMP	PREGABALINA 150 MG	7742
593	140.000	COMP	PREGABALINA 75 MG	7743
594	5.800	COMP	PRIMIDONA 100 MG	7744
595	23.900	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	7745
596	7.000	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
597	17.000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
598	85.000	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748
599	5.400	COMP	PROPILTIOURACIL 100 MG	7749
600	125.000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
601	450	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753
602	26.300	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
603	1.000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	7758
604	1.000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
605	9.000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	7760
606	28.000	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
607	8.000	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	7762
608	1.175	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
609	130.000	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
610	1.400	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
611	100	BISNAGA	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	7766
612	750	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
613	320	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
614	100	FRASCO	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 5.500UI + 2.200UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FR DE 10 ML	7769
615	500	COMP	RISEDRONATO SODICO 35 MG	7772
616	64.000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
617	1.450	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774

618	80.000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
619	10.000	COMP	RISPERIDONA 3 MG	7776
620	26.400	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	7778
621	123.000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
622	11.500	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
623	20.000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781
624	260	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
625	50	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/IM	7783
626	7.300	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
627	13.600	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
628	2.000	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
629	4.200	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
630	3.000	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
631	130	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7789
632	900	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
633	740	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7791
634	600	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
635	250	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
636	50	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7794
637	10.700	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
638	638.000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
639	3.000	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
640	40.000	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799
641	4.650	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
642	18.000	COMP	SINVASTATINA 10 MG	7801
643	430.000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
644	310.000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
645	3.000	COMP	SINVASTATINA 80 MG	7804
646	500	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
647	10.500	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
648	5.100	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
649	6.700	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
650	11.500	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
651	11.150	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
652	5.000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
653	5.000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813
654	1.000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7814
655	1.000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815
656	1.000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
657	3.000	FRASCO	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	7817
658	9.100	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
659	20.500	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	7820
660	3.050	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
661	50	UNIDADE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	7824
662	32.000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
663	13.000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
664	2.780	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO	7827

			ORAL FRASCO 50 ML	
665	320	AMPOLA	SULFATO DE MAGNESIO 10% FRASCO DE 10 ML	7828
666	1.600	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
667	2.100	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
668	139.500	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
669	700	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
670	19.300	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
671	110	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
672	150	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	7837
673	1.000	COMP	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	7838
674	300	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
675	5.000	COMP	TEOFILINA 100 MG	7841
676	4.600	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
677	420	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7846
678	1.030	UNIDADE	TESTE RAPIDO DE GRAVIDEZ	7847
679	200	AMPOLA	TESTOSTERONA, CIPIONATO 20 MG AMPOLAS	7848
680	200	FRASCO	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA A FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7849
681	5.000	COMP	TETRACICLINA 500 MG	7850
682	15.500	COMP	TIAMAZOL 10 MG	7851
683	11.500	COMP	TIAMAZOL 5 MG	7852
684	19.000	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
685	2.100	COMP	TIBOLONA 1,25 MG	7854
686	23.980	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
687	1.300	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	7857
688	150	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
689	1.530	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	7859
690	100	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
691	50	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 2,5 ML	7861
692	1.500	COMP	TINIDAZOL 500 MG	7864
693	600	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865
694	11.400	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866
695	1.500	COMP	TIORIDAZINA 25 MG	7867
696	14.300	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
697	49	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
698	4.500	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
699	600	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	7872
700	150	FRASCO	TOBRAMICINA 3MG + DEXAMETASONA 1MG COLÍRIO FRASCO 5ML	7873
701	5.300	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
702	36.000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	7875
703	106.000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	7876
704	16.500	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
705	95.000	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
706	2.500	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
707	1.300	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	7880
708	1.500	COMP	TRAMADOL, CLORIDRATO 325MG + PARACETAMOL 37,5 MG	7881
709	335	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML OFTÁLMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
710	9.500	COMP	TRAZODONA 100 MG	7885
711	27.000	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	7886
712	420	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
713	3.000	COMP	TRIMETAZIDINA 35 MG	7889
714	13.500	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890

715	1.050	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
716	54.000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	7892
717	8.600	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7893
718	59.000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 500 MG	7894
719	26.000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500 MG	7895
720	8.500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	7896
721	4.200	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	7897
722	6.500	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
723	75.000	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900
724	15.000	COMP	VALSARTANA 80 MG	7901
725	8.700	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	7902
726	1.500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG	7903
727	2.500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	7904
728	2.500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG	7905
729	1.500	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+10MG	7906
730	3.000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+12,5MG	7907
731	64.000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
732	137.000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7910
733	148.200	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
734	3.000	CAPSULA	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO 50 MG	7912
735	6.000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 120 MG	7914
736	4.000	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
737	200	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
738	300	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7918
739	200	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
740	12.700	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	7922
741	1.200	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	7923
742	47.500	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	7924
743	1.150	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
744	10	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
745	3.000	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
746	5.000	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
747	1.000	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
748	200	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	7930
749	43.000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO - 80 MG	7931
750	10.000	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933
751	30	CAIXA	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	7934
752	6.300	COMP	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	7936
753	7.200	COMP	APIXABANA 5MG	7937
754	100	FRASCO	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	7941
755	300	COMP	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	7942
756	100	ENVELOPE	COLESTIRAMINA LIGHT/PÓ ENV. 4G	7943
757	300	COMP	CONDRES COLÁGENO 40MG	7944
758	6.500	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	7947
759	600	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG+0,05MG/ML 120ML	7948
760	5	FRASCO	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	7950
761	3.500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	7954
762	80.000	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	7956
763	17.000	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	7958
764	1.500	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	7959
765	3.700	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	7960
766	190.000	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	7961
767	1.300	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR	7962

			(POMADA PARA ASSADURA)	
768	1.600	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	7963
769	11.500	COMP	DONEPEZILA 10MG	7964
770	1.500	COMP	GLIMEPIRIDA 2MG + METFORMINA 1000MG	7966
771	300	COMP	LACTASE (0,000FCC)	7967
772	300	COMP	LANZOPRAZOL 15 MG	7968
773	800	COMP	RABEPRAZOL SÓDICO 20MG	7969
774	11.000	COMP	RIVAROXABANA 10MG	7970
775	10.600	COMP	VALSARTANA 320 MG	7972
776	11.000	COMP	VENLAFAXINA 37,5 MG	7973
777	34.400	COMP	EMPAGLIFLOZINA 25MG	7974
778	3.500	COMP	MESALAZINA 800MG	7975
779	5.500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO XR 1000MG + 50MG (ÉTICO)	7977
780	3.900	COMP	APIXABANA 2,5MG	7978
781	2.500	COMP	ARIPIRAZOL 10MG	7980
782	3.500	COMP	ZOPICLONE 7,5MG	7984
783	50	FRASCO	TRAVOPROSTA 0,004% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 2,5ML	7985
784	6.500	SACHE	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO SÓDICO DE CONDOITINA 1,2G	7986
785	650	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20ML ÉTICO (GARDENAL)	7987
786	45.500	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG	7991
787	500	COMP	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG	7993
788	300	COMP	CLORIDRATO DE DONEPEZILA+CLORIDRATO DE MEMANTINA 10+20MG	7994
789	17.400	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	7996
790	1.500	COMP	ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL 400 MG	8000
791	4.000	COMP	FOSFATO DISSÓDICO DE CITIDINA, TRIFOSFATO TRISSÓDICO DE URIDINNA, ACETATO DE HIDROXOCOBALAMINA 2,5 / 1,5 / 1,0 MG	8002
792	22	FRAS	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG + FUMARATO DE FORMOTEROL 6MCG PÓ PARA INALAÇÃO, 120 DOSES	8004
793	5.100	COMP	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	8007
794	6.000	COMP	QUELATO DE FERRO + ÁCIDO FÓLICO + VITAMINA B12	8008
795	1.000	COMP	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80/12,5MG	8009
796	1.000	COMP	BESILATO DE ANLODIPINO + LOSARTANA POTÁSSICA 50/2,5 MG	8010
797	5.500	COMP	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG	8011
798	30	BISN	CORDIA VERBENACEA CREME, BISNAGA COM 60G	8013
799	50	UNIDADE	REFIS DE INSULINA DE 3ML, 25% DE INSULINA LISPRO + 75% DE INSULINA LISPRO PROTAMINA, SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML , EMBALAGEM COM 05 REFIS	8021
800	3.000	COMP	CLORIDRATO DE DILTIAZEN 90MG SR	8024
801	300	COMP	BACOPA MONNIERI 225MG	8027
802	500	COMP	SAXAGLIPTINA 5,0MG	8028
803	30	FRAS	CEFACLOR 250MG/ 5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	8032
804	50	FRAS	CETOROLACO TROMETAMOL 0,4%, SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	8034
805	5	CX	OMEPRAMIX (AMOXICILINA + CLARITROMICINA + OMEPRAZOL 20 + 500 + 500MG), COM 07 BLISTERS	8037
806	4.500	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	8038
807	1.500	COMP	OMEPPRAZOL MAGNÉSIO 20 MG (LOSEC MUPS)	8039
808	132	FRAS	BIMATOPROSTA 0,01% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, FRASCO COM 3ML	8040
809	8.000	COMP	TRAMADOL 100MG RETARD	8044
810	500	COMP	PIRIDOSTIGMINA 60MG	8045
811	30	FRAS	CLORIDRATO DE OLOPATADINA 2MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTAS, 2,5ML	8046
812	5	FRAS	STRYPHODENDRON ADSTRINGENS (MART) COVILLE EXTRATO SECO 50%, 60MG/G, FRASCO DE 50G (FITOSTAR)	8047
813	7.400	CÁPS	COLECALCIFEROL D3 7.000UI	8051
814	13.000	COMP	ACICLOVIR 400MG	8052
815	3.000	COMP	ANLODIPINO + BENAZEPRIL 05/20 MG	8053

816	1.000	COMP	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG XL	8054
817	250	FRAS	ÓLEO DE GIRASSOL PARA FINS MEDICINAIS FRASCO COM 100ML	8058
818	460	FRAS	VITAMINA D3 200UI/GOTAS COM 20ML	8061
819	1.600	COMP	CITRATO DE POTÁSSIO 10MEQ 1080MG, FRASCO COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS RETAL	8063
820	35	FRAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG, COM 30 CÁPSULAS + INALADOR	8064
821	7.500	COMP	VITALUX PLUS / OMEGA 3, COM 30 COMPRIMIDOS, ÉTICO	8069
822	12	CX	ONBRIZE / MALEATO DE INDACATEROL 300MCG COM 30 CÁPSULAS + INALADOR, ÉTICO	8075
823	11.500	COMP	GARDENAL / FENOBARBITAL 100MG, ÉTICO	8078
824	1.500	COMP	NEURAL / LAMOTRIGINA 100MG, ÉTICO	8079
825	5.000	COMP	DEPAKOTE / DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG, ÉTICO	8080
826	203	CX	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM DUAS SERINGAS	8081
827	10	FRAS	PROTETOR SOLAR SUNMAX FPS 30, SENSITIVE 160GR ÉTICO	8082
828	10	FRAS	CETAPHIL ADVANCED LOÇÃO HIDRATANTE GALDERMA 473G, ÉTICO	8084
829	160	FRAS	FISIOGEL LOÇÃO HIPOALERGÊNICO HIDRATANTE DE PELE COM 240ML, ÉTICO	8085
830	10	FRAS	NODÉ DS + SHAMPOO 125 ML, ÉTICO	8086
831	50	UNI	SABONETE GLICERINA GRANADO TRADICIONAL 90G, ÉTICO	8087
832	100	UNI	CANETA/APLICADOR INSULINA GLARGINA 100UI/ML LANTUS SOLOSTAR SANOFI-AVENTIS, INJETÁVEL, ÉTICO	8088
833	100	UNI	REFIS DE INSULINA LISPRO 100UI/ML HUMALOG KWIKPEN, INJETÁVEL, ÉTICO	8089
834	100	UNI	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100UI/ML, 3ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, ÉTICO	8090
835	500	CÁPS	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO UC-II 40MG + GLICO 1500MG + MELOXICAN 7,5 MG, EM CÁPSULAS	8091
836	10	FRAS	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DE PAPAINA 6% FRASCO DE 500G	8094
837	10	FRASCO	CICLESONIDA 160MCG	8097
838	4.000	AMPOLA	COMPLEXO B INJETÁVEL	8098
839	7.300	COMP	DABIGATRANA 150MG	8099
840	1.600	COMP	DISULFIRAN 250MG	8100
841	300	AMPOLA	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	8101
842	20	FRASCO	LATANOPROSTA 50 + TIMOLOL 5MG/ML	8103
843	1.900	COMP	LEVODOPA 150+ CARBIDOPA 37,5 ENTACAPONA 200MG	8104
844	300	COMP	PRAVASTATINA 40MG	8105
845	8.900	COMP	TORVAL CR 300	8106
846	18.900	COMP	TORVAL CR 500	8107
847	5.300	COMP	TRIEFENIDIL 5MG	8108
848	1.300	COMP	ZOPICLONA 7,5	8110
849	5.000	COMP	LAMOTRIGINA 50MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	8111
850	5.000	COMP	LAMOTRIGINA 25MG (COMPRIMIDOS DISPERSÍVEIS)	8112
851	8.000	COMP	PREBICTAL 50MG (PREGABALINA)	8116
852	1.500	COMP	FLEBON (PINUS PINASTER)	8117
853	10.500	COMP	TANSULOSINA 0,4MG	8119
854	1.800	COMP	MELLERIL 200MG (TIORIDAZINA)	8120
855	6.500	COMP	XIGDUO XR 10/1000MG (DAPAGLIFLOZINA/CLORIDRATO DE METFORMINA)	8123
856	2.300	COMP	PRADAXA 110MG (ETEXILATO DE DABIGATRANA)	8124
857	1.100	COMP	TARTARATO DE TOLTERODINA 4MG	8125
858	10	FRASCO	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + SULFATO DE SALBUTAMOL 250MCG, SPRAY COM 15ML	8127
859	6.000	COMP	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 6MG + TANSULOSINA 0,4 MG	8130
860	6.500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 250MG	8133
861	600	COMP	PRAMIPREXOL 1,5 ER	8134
862	300	COMP	TANSULOSINA 0,4MG, COMP	8136
863	80	UNIDADE	LATANOPROSTA + TIMOLOL COLÍRIO, FRASCO 2,5ML	8137
864	470	UNIDADE	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,02MG DOSE +BROMIDRATO FENOTEROL 0,05MG	8139
865	900	CP	ARIPIRAZOL 15MG	8140
866	52.500	CP	ATORVASTATINA 20MG	8141

867	2.100	CP	GENFIBROZILA 900MG	8144
868	2.000	CP	LEVOTIROXINA 38MCG	8146
869	26.000	CP	MIRTAZAPINA 15MG	8147
870	3.100	COMP	ORLISTATE 120MG	8149
871	15.000	CP	ANLÓDIPINO 2,5 MG	8150
872	30	AMP	ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML	8151
873	3	CX	ONGLYSA 5 MG C/ 30 CP	8152
874	3	UNIDADE	RELVAR 200/25 1 FR	8153
875	600	CP	GAMALINE 900 MG CP	8157
876	64.000	CP	COMPLEXO B	8160
877	600	CP	ETORICOXIBE 90MG	8161
878	1.300	CP	NITRENDIPINO 20MG.	8163
879	13.000	CP	RANITIDINA 300 MG	8166
880	4.100	CP	JANUVIA 50 MG	8168
881	600	CP	ARPADOL 400 MG	8169
882	6.500	CP	GABAPENTINA 400 MG	8170
883	200	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ	8172
884	1.030	CARTELA	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,035MG CARTELA C/ 21 CP	8173
885	1.600	CP	ALOGLIPTINA 25MG+PIOGLITASONA 30MG	8174
886	3.600	CP	ATENOLOL 25MG+CLORTALIDONA 12,5MG	8175
887	800	FR	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML FRASCO 20ML	8176
888	9.500	CP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG+PARACETAMOL 500MG	8177
889	800	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G	8179
890	300	FR	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 3,5MG/ML+DEXAMETASONA 1MG/ML SOL.OFT.5ML	8180
891	220	FR	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML 120ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO	8181
892	30.600	CP	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G XR	8183
893	80	FR	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 2MG/ML 100ML SOL.ORAL	8184
894	410	FR	CLORIDRATO DE OXOMEMAZINA 2MG/5ML+IODETO DE POTÁSSIO 100MG/5ML+BENZOATO DE SÓDIO 20MG/5ML+GUAIFENESINA 30MG/5ML 120ML XAROPE ADULTO E PEDIÁTRICO SEM AÇÚCAR	8185
895	3.900	CP	COLECALCIFEROL 50.000 UI	8186
896	930	FR	COLECALCIFEROL 5.600 UI/ML (1GOTA = 200UI VIT D) SOL.ORAL 20ML	8187
897	230	CARTELA	DESOGESTREL 150MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG C/ 21 CP	8188
898	80	CARTELA	DESOGESTREL 25MCG+ETINILESTRADIOL 40MCG (CP AZUL) E DESOGESTREL 125MCG+ETINILESTRADIOL 30MCG (CP BRANCO) C/ 22 CP	8189
899	11.500	CP	DESVENLAFAXINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS LIBERAÇÃO CONTROLADA	8190
900	9.000	CP	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 8MG	8191
901	230	FR	DIPIRONA 500MG+CLOR PROMETAZINA 5MG+CLOR ADIFENINA 10MG 20ML	8195
902	6.200	CP	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	8196
903	9.000	CP	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRIIDRATADO 20MG REVESTIDO DE LIBERAÇÃO RETARDADA	8197
904	43.000	CP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA ÍNDIA 500MG COMPOSTA	8198
905	3.500	CP	EZETIMIBA 10MG+SINVASTATINA 10MG	8199
906	9.000	CP	FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	8200
907	70	FR	FUROATO DE FLUTICASONA 100MCG+TRIF DE VILANTEROL 25MCG 30 DOSES	8201
908	50	CX	FUROATO DE MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE C/ INALADOR	8202
909	17.904	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,020MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	8203
910	15.804	CP	GESTODENO 0,075MG+ETINILESTRADIOL 0,030MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	8204
911	8.600	CP	HEMIFUMARATO DE QUETIANA 50MG XR	8205
912	83.000	CP	HEMITARTARATO ZOLPIDEM 10MG	8206
913	5.400	FR	IBUPROFENO 100MG/ML 20ML	8207
914	1.200	CP	L-CARNITINA 500MG	8208
915	210	CX	LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA 500MG+AMOXICILINA 500MG (7 BLISTERS C/ 8 CP+28 CP LANSOPRAZOL)	8209
916	825	FR	LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML C/VASO CONSTRITOR SOLUÇÃO INJ.	8210

917	700	FR	MANITOL 200MG/ML 20% SOL.INJ. SISTEMA FECHADO 250ML	8211
918	1.500	CP	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG+HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	8212
919	4.000	CP	MESILATO DE DI-HIDROERGOTAMINA 1MG+PARACETAMOL 450MG+CAFEÍNA 75MG+CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	8213
920	6.500	CP	MIRTAZAPINA 45MG	8214
921	300	CP	NIFEDIPINO 30MG OROS	8215
922	4.300	CP	NITRATO DE TIAMINA 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG+CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	8216
923	2.800	CP	OLANZAPINA 2,5MG	8217
924	14.600	CP	OLANZAPINA 5MG	8218
925	3.000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+ANLÓDIPINO 5MG	8219
926	2.500	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 10MG	8220
927	2.000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLÓDIPINO 5MG	8221
928	6.000	CP	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+HCTZ 12,5MG	8222
929	3.500	CP	PARACETAMOL 400MG+MALEATO DE CLORFENIRAMINA 4MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 4MG	8223
930	100	FR	PASTA D'ÁGUA, TALCO+GLICERINA+ÓXIDO DE ZINCO+ÁGUA DE CAL 25%+25%+25% 100G	8224
931	210	FR	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	8225
932	260	CX	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILISADO 200MG C/ 6 CÁPSULAS	8226
933	2.700	CP	SITAGLIPTINA 100MG+METFORMINA 1000MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	8227
934	1.100	CP	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA 100MG	8228
935	3.500	CP	TELMISARTANA 40MG	8229
936	4.000	CP	TELMISARTANA 80MG	8230
937	55.500	CP	TRAZODONA 50MG	8231
938	1.000	CP	VITAMINA D 14000	8233
939	16.000	CP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG LIBERAÇÃO ENTÉRICA	8235
940	120	FR	LATANOPROSTA 0,05% COLÍRIO 2,5ML	8237
941	13.500	CP	TOPIRAMATO 100MG	8238
942	13.000	CP	DEPAKENE 500 MG (ÉTICO)	8239
943	56.000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	8243
944	80	BISNAGA	SAF GEL - GEL CICATRIZANTE 85 G	8246
945	700	AMP	DEXTROVITASE - 2 MG DE 5 - FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA+10MG DE CLORIDRATO DE PIRIDOXINA+500 MG DE ÁCIDO ASCÓRBICO+5MG DE PANTOTENATO DE SÓDIO E 1 G DE GLICOSE - AMPOLA 10 ML	8248
946	1.000	CP	FELDENE SL - PIROXICAM 20 MG (ÉTICO)	8251
947	62	FR	BIMATOPROSTA 0,03% 3ML- SOLUÇÃO OFTÁLMICA	8252
948	600	CP	BART H - IRBESARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 300/12,5MG (ÉTICO)	8254
949	5.000	CP	TRILEPTAL- OXCARBAZEPINA 300 MG (ÉTICO)	8255
950	50	UNIDADE	EXELON PATCH 10 - HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA - ADESIVO	8258
951	6.100	CP	BROMETO DE PINAVÉRIO 100 MG	8261
952	1.000	CP	TROMETAMOL CETAROLACO 10 MG	8264
953	4.080	CAIXA	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO RENALVIT FRASCO COM 60 CÁPSULAS	9017
954	100	CAIXA	SERVIÇO DE MANIPULAÇÃO DO MEDICAMENTO PARNATE/TRANILCIPROMINA 15MG, COM 90 Cp	9018
955	3.900	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML	9019
956	50	FRASCO	BECLOMETASONA 50 MG FRASCO	9020
957	900	COMP	MOMETASONA 400 MCG CP	9021
958	600	COMP	SUMATRIPTANA 50 MG	9022
959	1.000	COMP	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	7638
960	3.300	CP	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG	9023
961	5.300	CP	CLORIDRATO DE NARATRIPTANO 2,5 MG	9025
962	1.500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML SPRAY NASAL 50 ML - USO ADULTO E INFANTIL	9024
963	3.000	FRASCO	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 ML 100 ML	9027
964	150	FRASCO	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100 ML	9028

965	600	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML 100 ML	9026
966	16.000	CP	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG CPS	9029
967	3.000	CP	VALSARTANA + HCTZ 160/25 MG	9030
968	3.000	CP	VALSARTANA + HCTZ 80/12,5 MG	9031
969	3.000	CP	VARFARINA 2,5 MG	9032
970	310	TUBO	POLICRESULENO 50 MG/G + CLORIDRATO DE CINCHOCINA 10 MG/G 30 G COM 10 APLICADORES	9033
971	6.500	AMP	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	9034
972	370	FRASCO	NITAZOXANIDA 20 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 45 ML	9035
973	2.100	AMPOLA	SULFATO DE SALBUTAMOL 2,5MG/2,5 ML AMPOLAS PARA NEBULIZAÇÃO	9036
974	1.100	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 400 MCG /ML SUSPENSÃO ESTÉRIL PARA NEBULIZAÇÃO USO ADULTO/PEDIÁTRICO FLACONETES COM 2 ML	9037
975	300	FRASCO	PURAVIT MULTI (SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL) 120 ML	9038
976	84	UNIDADE	ESPAÇADOR COM MÁSCARA PARA MEDICAMENTO EM AEROSOL USO INFANTIL	9039
977	1.500	COMP	GENFIBROZILA 600 MG	7444
978	40	UNIDADE	Brometo de umecidínio	9040
979	7.500	CP	Clindamicina 500mg	9041
980	3.000	CP	Gabapentina 150mg	9042
981	1.800	COMP	VITERGAN ZINCO PL	8109
982	3.300	CP	Dietilestilbestrol 1mg	9043
983	810	FRASCO	Serviço de manipulação PEG 4.000 pó frasco 300g	9044
984	100	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % COM GOTEJADOR 500 ML USO TÓPICO	9045
985	300	CP	DAPSONA 100 mg	9046
986	600	CP	PIVASTATINA CÁLCICA 2 mg	9047
987	2.300	SACHE	MACROGOL, MACROGOL 3350, BICARBONATO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO E POTÁSSIO, 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA SACHÊ 14G	9048
988	20.300	CAPSULA	MULTIVITAMINAS, VITS: A, B1,B2,B6, B12, vit C, vit D, vit E, ASSOCIADAS AO ÁCIDO FÓLICO, NICOTINAMIDA, FUMARATO FERROSO, ÓXIDO DE ZINCO, COMPONENTES POR CÁPSULA % DE IDR(*) PARA GESTANTES. CÁPSULAS GELATINOSA	9049
989	1.500	COMP	PRAMIPEXOL 1,5MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	9050
990	1.250	CAIXA	GLICOPIRONIO 50MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	8132
991	2.000	CP	CANDESARTAN 8MG	8178
992	26.500	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	9168
993	18.015	CAPSULA	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO 12MCG + BUDESONIDA 400 MCG CÁPSULAS DE INALAÇÃO ÚNICA REFIL	9169
994	2.000	CAPSULA	ÁCIDO ASCORBICO+ ZINCO 1G+ 10 MG COMPRIMIDOS EFERVESCENTES	9170
995	400	FRASCO	FERRIPOLIMALTOSE 50 MG/ ML FRASCO COM 30 ML (COM SABOR)	9171
996	600	COMP	DIDROGESTERONA 10 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	9172
997	600	SACHE	ESTRADIOL GEL 0,5 MG EM EMBALAGEM COM 28 SACHÊS DE 0,5 G DOSE ÚNICA.	9173
998	20.000	CAPSULA	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	9174
999	500	CP	ESZOPICLONA 2MG	9175
1000	30	UNIDADE	DIPROPIANATO DE BETAMETASONA + ÁCIDO SALICÍLICO POMADA 30GR	9176
1001	500	COMP	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,750 MG	8026
1002	500	SACHE	ASPARTATO DE ORNITINA 0,6GR, GRANULADO DE 3GR	9177
1003	500	CP	ESCITALOPRAM 15 MG	9178
1004	500	CP	SELEGILINA 5 MG	9179
1005	500	CP	BUPROPIONA XL 150 MG	9180
1006	150	CAIXA	INDACATEROL 150MG C/30 CAPSULAS INALADORAS	8131
1007	2.000	CP	CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	9181
1008	1.000	CP	VORTIOXETINA 10 MG	9182
1009	500	CP	MIRABREGONA 30 MG	9183
1010	400	FRASCO	REPELENTE CORPORAL EM SPRAY DE LONGA DURAÇÃO 200 ML	9185

1011	50	UNIDADE	SUPLEMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL A BASE DE PROTEÍNA, ISOLADA E/OU PARCIALMENTE HIDROLIZADA DO SORO DO LEITE NÃO DESNATURADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, RICO EM ARGININA (> 1000 MG POR PORÇÃO) , PROTEÍNA (> 40G POR PORÇÃO) SABORES DIVERSOS, EM PÓ, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM IGUAL OU SUPERIOR A 900G	9186
1012	50	FRASCO	SUPLEMENTO A BASE DE VITAMINAS E MINERAIS. MULTIVITAMÍNICO COMPLETO DE A-Z, FÓRMULA COM DOSES EXTRAS DE MICRONUTRIENTES ANTIOXIDANTES: VITAMINA A, E, MINERAIS DE COBRE, CROMO, MANGANÊS, MOLIBDÊNIO E SELÊNIO. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 150 CAPSULAS	9187
1013	50	BISNAGA	DEXPANTENOL GEL OFTÁLMICO BISNAGA 10G	9188
1014	1.000	CP	EDOXABANA 60 MG (LIXIANA)	9184
1015	3.000	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
1016	500	FRAS	CETOPROFENO 20MG/ML, GOTAS, COM 20ML	8033

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2020- CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 - CVC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2020

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 346, SALA 2, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. **FLAVIA ROLIM DE MOURA**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO**....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua, inscrito no CNPJ sob nº., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC:....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

4 CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.**

4.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6 CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7 CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
 - a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - b) Manter o valor de sua proposta classificada;
 - c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8 CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

9 CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 004/2020 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 003/2020 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2020 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de agosto de 2020 à 31 de julho de 2021.

11.2 A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará

ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital).

12.5.4 Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..
..

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.:;;;;;;;;;;;.....;

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, / / 2020.

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA

Fornecedor

Órgão Participante

CIAPS**CONTRATO Nº 006/2020**

Publicação Nº 2544782

CONTRATO Nº 006/2020

PROCESSO Nº 005/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A EMPRESA OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 85.260.354/0001-28, com sede na Rua Tufie Mahfud, nº 210 - sala 301, 303 e 304 - bairro Centro, Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89.251-080, adiante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio administrador Sr. Alfredo Roeder Junior, portador da Cédula de Identidade nº. 1.041.162-3, e CPF nº. 516.083.089-87, resolvem celebrar o presente CONTRATO segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO é celebrado sob a égide da Dispensa de Licitação e tem como objeto a contratação de empresa especializada na locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operativo Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados de propriedade do CIAPS) e assessoramento aos operadores na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho para atender as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação do serviço se enquadra no parâmetro de dispensa de Licitação, autorizado pelo artigo 24, II, da Lei 8.666/1993, sujeitando integralmente as partes às normas da Lei 8.666/93.

2.2 - O objeto deste contrato será executado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme determina o art. 6º. Inciso VIII, alínea "a" e o art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a contratada, mensalmente, o valor de R\$ 1.033,33 (mil e trinta e três reais e trinta e três centavos)

3.2 - O pagamento será efetivado até ao dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação do serviço, e mediante o recebimento da respectiva nota fiscal.

3.3 - No preço proposto pela CONTRATADA, estão inclusas todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguro e quaisquer despesas acessórias necessárias.

3.4 - O valor total do presente contrato, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, é de R\$ 6.199,98 (seis mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), pelo período de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

4.1 - A presente contratação terá seu início no dia 01 de julho de 2020 e término no dia 31 de dezembro de 2020, sendo admitida a possibilidade de adiamento do contrato, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE, e respeitando o limite da dispensa de licitação e o prazo de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da Dotação: Grupo Despesa: 333900000, Descrição: Aplicações Diretas, Vínculo 1000120, Descrição do Vínculo: Rec. Ord. CIAPS RATEIO Manutenção 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Compete à CONTRATADA:

a) - Além da prestação de serviços objeto deste contrato com qualidade técnica e suficiência, deverá fornecer pessoal, equipamentos e material necessários à execução dos serviços.

b) - Assumir integralmente a responsabilidade pela execução do serviço objeto do presente Contrato, de acordo com o Termo de Referência do Processo de Dispensa de Licitação Nº 05/2020 e com as especificações constantes da sua proposta datada de 18/06/2020, documentos

que passam a fazer parte integrante deste CONTRATO sem a necessidade de sua transcrição.

c) - Manter sigilo absoluto das informações da CONTRATANTE processadas pela CONTRATADA e das demais informações geradas na execução dos serviços.

6.2 - Compete à CONTRATANTE:

a) - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste CONTRATO;

b) - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;

c) - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com vista à perfeita execução deste CONTRATO;

d) - Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste CONTRATO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art.67 da Lei nº8.666/93 fica estabelecido que:

7.1 - A gestão do CONTRATO, pela CONTRATANTE, será de responsabilidade de LEONARDO RAFAEL FRONZA, CPF nº. 005.230.909.60, sendo suas atribuições:

I – Promover a avaliação e fiscalização das entregas, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II – Atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1 - Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 2 % (dois por cento) sobre o valor do CONTRATO quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações vigentes, quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados ou inexatamente informado pela contratada;

8.1.2.2 - Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de atraso injustificado na sua execução do mesmo;

8.1.2.3 Multa de 7% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

8.1.2.4 - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

8.1.2.5 - Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.1.2.6 - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.1.2.7 - As penalidades acima são cumulativas entre si sem prejuízo ainda das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666 de 1993.

8.2 - A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93. Em especial, no caso de rescisão pelo que prevê esse art. 77, ficam resguardados os direitos da CONTRATANTE conforme determina esse diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9 - O presente CONTRATO está vinculado ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020 nos termos do Inciso XI, do art. 55 da lei nº. 8.666/93 sendo que a CONTRATADA tem conhecimento dos termos independentemente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10 - O CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11 - A CONTRATANTE providenciará, sem ônus para a CONTRATADA, a publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial do Municípios (DOM), conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

10 - É competente o Foro da Justiça da Comarca de Acurra (SC), para dirimir as questões decorrentes do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, as partes declaram ter lido e conferido o presente instrumento, que firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos

Apiúna (SC), 23 de junho de 2020

CONTRATANTE - CIAPS PAULO ROBERTO WEISS Presidente	CONTRATADA - OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP ALFREDO ROEDER JUNIOR Sócio Administrador
CONTRATANTE - CIAPS LEONARDO RAFAEL FRONZA Gestor do Contrato	

CIM-AMREC

PORTARIA 02/2020

Publicação Nº 2545858

PORTARIA Nº 002, de 04 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA, Presidente do Consórcio Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC, no uso de suas atribuições legais no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 22, § 1º, inciso XI, do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a senhora MARIAH DE FREITAS MARQUES, que exerce o cargo em comissão de Gerente de Inspeção Sanitária, Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar, portadora do CPF 064.886.779-00, CI 4.452.556, Médica Veterinária com registro no CRMV/SC sob nº 107277, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora Executiva do Consórcio, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os Cargos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Criciúma, 04 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA
Presidente do CIM-AMREC

PORTARIA 03/2020

Publicação Nº 2545861

PORTARIA Nº 003, de 29 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA, Presidente do Consórcio Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC, no uso de suas atribuições legais no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 22, § 1º, inciso XI, do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a senhora MARIAH DE FREITAS MARQUES, que exerce o cargo em comissão de Gerente de Inspeção Sanitária, Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar, portadora do CPF 064.886.779-00, CI 4.452.556, Médica Veterinária com registro no CRMV/SC sob nº 107277, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora Executiva do Consórcio, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os Cargos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Criciúma, 29 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA
Presidente do CIM-AMREC

CONDER**DECRETO Nº 02.2020 - REVOGAÇÃO PROC LICITATORIO Nº 21.2020 - PE Nº 03.2020 - EQUIPAMENTOS PREVENÇÃO COVID – 19**

Publicação Nº 2545140

DECRETO Nº 002/2020

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 – REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, deflagrou o Processo Licitatório nº 021/2020, Pregão Eletrônico nº 03/2020 – Registro de Preços para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA PREVENÇÃO/COMBATE A COVID – 19 (CORONAVÍRUS) pelos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que após a deflagração do referido processo de licitação os municípios consorciados externaram à este consórcio a necessidade de alteração dos quantitativos solicitados, bem como a necessidade de inclusão de outros equipamentos de prevenção/combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder a revisão das especificações/descriptivo dos itens a ser registrado;

CONSIDERANDO o descrito no artigo 49, da Lei 8.666/93 que expõe "Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

CONSIDERANDO as Súmulas do STF, Súmula 346 "A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" e a Súmula nº 473 "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.";

CONSIDERANDO que a referida licitação tem o objetivo de atender às necessidades dos municípios participantes e que requereram a contratação dos objetos da licitação;

CONSIDERANDO que o processo de licitação em comento encontra-se ainda em sua fase inicial

DECRETA:

Art. 1º - Fica REVOGADO, o Processo Licitatório nº 021/2020, Pregão Eletrônico nº 03/2020 – Registro de Preço, em sua integralidade, por critérios de conveniência e oportunidade, haja vista razões de interesse público que tornam necessária a alteração de quantitativo de itens, descrição/especificação de itens e inclusão de novos itens, modificações estas que serão contempladas em novo processo licitatório a ser deflagrado.

Art. 2º - Dê-se ampla divulgação ao presente ato, inclusive com publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste/SC, 30 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

DECRETO Nº 02.2020 - REVOGAÇÃO PROC LICITATORIO Nº 21.2020 - PE Nº 03.2020 - EQUIPAMENTOS PREVENÇÃO COVID – 19

Publicação Nº 2545136

DECRETO Nº 002/2020

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 – REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, deflagrou o Processo Licitatório nº 021/2020, Pregão Eletrônico nº 03/2020 – Registro de Preços para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA PREVENÇÃO/COMBATE A COVID – 19 (CORONAVÍRUS) pelos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que após a deflagração do referido processo de licitação os municípios consorciados externaram à este consórcio a necessidade de alteração dos quantitativos solicitados, bem como a necessidade de inclusão de outros equipamentos de prevenção/combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder a revisão das especificações/descriptivo dos itens a ser registrado;

CONSIDERANDO o descrito no artigo 49, da Lei 8.666/93 que expõe "Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento

somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado”.

CONSIDERANDO as Súmulas do STF, Súmula 346 “A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos” e a Súmula nº 473 “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”;

CONSIDERANDO que a referida licitação tem o objetivo de atender às necessidades dos municípios participantes e que requereram a contratação dos objetos da licitação;

CONSIDERANDO que o processo de licitação em comento encontra-se ainda em sua fase inicial

DECRETA:

Art. 1º - Fica REVOGADO, o Processo Licitatório nº 021/2020, Pregão Eletrônico nº 03/2020 – Registro de Preço, em sua integralidade, por critérios de conveniência e oportunidade, haja vista razões de interesse público que tornam necessária a alteração de quantitativo de itens, descrição/especificação de itens e inclusão de novos itens, modificações estas que serão contempladas em novo processo licitatório a ser deflagrado.

Art. 2º - Dê-se ampla divulgação ao presente ato, inclusive com publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste/SC, 30 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

CONSAD

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2010

Publicação Nº 2546125

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2010

De um lado o MUNICIPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Joao Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis – SC, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua Joao Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, o CONSORCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICIPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUARIA E DESENVOLVIMNT0 LOCAL – CONSAD, Consorcio Público, constituído na forma de Associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito o CNPJ sob nº 07.242.972/001-31, com sede na Rua Odilon Cairo de Oliveira, 515, Bairro São Gotardo, Município de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu presidente, Senhor Renato Paulata, Prefeito Municipal de Tunápolis-SC, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/2007, da Lei Municipal nº 0989/2010, resolvem ADITAR o Contrato de Programa datado de 09/06/2010, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Terceira e Cláusula Quinta do Contrato de Programa, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Tem por objeto o presente Contrato de Programa a participação do município no Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICIPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

§ 1º O Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do Consórcio, possui a finalidade de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA no Município, com fundamento na Portaria nº 62, de 15 de Julho de 2016, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Consórcio será o Órgão Coordenador de todo o sistema e será responsável por oferecer suporte técnico aos municípios, seja antes ou após conseguirem a equivalência, monitorando, exigindo e verificando se os serviços de inspeção municipais estão cumprindo com os requisitos estabelecidos para a mesma. Nesse caso, o consórcio terá o poder de reconhecer a equivalência dos serviços de inspeção dos municípios, bem como de suspender os mesmos no caso de não cumprimento das legislações em vigor.

§ 2º São objetivos do Programa SUASA do consórcio:

I - Fomentar o fortalecimento dos serviços de inspeção dos municípios consorciados interessados a implantar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA.

II - Adequar as legislações dos serviços de inspeção municipais.

III - Implantar e/ou padronizar os serviços de inspeção municipais.

IV - Orientar as agroindústrias para adesão ao SUASA.

V - Dar suporte, auxílio e capacitação aos Médicos Veterinários dos municípios consorciados.

- VI - Combater o comércio ilegal de produtos de origem animal.
- VII - Realizar ações de educação sanitária em escolas, estabelecimentos e meios de comunicação.
- VII - Supervisionar e auditar os serviços de inspeção e as agroindústrias que fazem parte do SISBI-POA nos municípios consorciados.
- IX - Oferecer suporte técnico aos municípios e aos estabelecimentos de produtos de origem animal.
- X- Desenvolver o Serviço de inspeção Municipal, seja antes ou após o mesmo conseguir a equivalência para o sistema.
- XI - Monitorar, exigir e verificar se os serviços de inspeção municipais estão cumprindo com os requisitos para a equivalência, para que os mesmos não sejam suspensos do sistema.
- XII - O Programa SUASA, será regido pelas Leis Federais, Instruções de Trabalho do consórcio e suas atualizações.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O CONSAD será responsável pela execução do objeto deste contrato em parceria com o Serviço de Inspeção Municipal, cuja prestação dos serviços também tem como finalidade:

- I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, em especial com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
- II – Prestar os serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/POA de maneira eficiente e eficaz.
- III - fomentar o fortalecimento das agroindústrias existentes nos municípios consorciados ou as que neles vierem a se estabelecer;
- IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades do SISBI/POA;
- V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços do SISBI/POA.
- VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da sanidade animal, dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Agricultura Pecuária Abastecimento.
- VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CONSAD.
- VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde animal, tanto sanitária quanto epidemiológica;
- IX – incentivar e apoiar a estruturação dos serviços de inspeção municipais nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade do atendimento de inspeção e de diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
- X – prestar assessoria na implantação de programas destinados à promoção da saúde animal, que venha ao encontro da saúde da população dos municípios consorciados;
- XI – estabelecer relações cooperação com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.
- Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CONSAD poderá:
- I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, termos de permissão de uso precário de bens móveis e imóveis, bem como cessão dos servidores.
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
- III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste Contrato de Programa e outros que venham a ser celebrados;
- IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios e/ou opcional pelo Consórcio.
- V - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato de Programa Nº 01/2010, firmado em 09 de junho de 2010 não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica leito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Município de Tunápolis, aos 10 de dezembro de 2019.

Renato Paulata

Presidente do CONSAD Prefeito de

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2020

Publicação Nº 2545264

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2020

AUTORIZA O RETORNO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS DE MANUTENÇÃO DO SISBI/POA.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, Prefeito do Município de Tunápolis - SC, torna público que aprovou a seguinte:

Considerando a orientação do Ministério da Saúde no sentido de que sejam evitadas reuniões e aglomeração de pessoas, em virtude da alta probabilidade de contágio com o vírus COVID-19;

Considerando a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 que

dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que determina a suspensão, em todo território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público e privado;

Considerando a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2020 que regulamenta em caráter de urgência as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus;

Considerando a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2020 que regulamenta em caráter de urgência as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus;

Considerando a PORTARIA SES Nº 223, de 5 de abril de 2020, emitida pelo Secretário de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina;

Considerando a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08/2020, que regulamenta as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus;

Considerando a RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2020, que altera a Resolução Administrativa nº 8/2020 que Regulamenta as atividades do CONSAD com objetivo de prevenção da transmissão do Coronavírus, resolve:

Art. 1º - Autorizar o retorno da prestação de serviços de auditorias de manutenção do SISBI/POA

nos estabelecimentos dos municípios consorciados a partir da data de 01/07/2020.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de 01/07/2020, podendo ser revista a qualquer tempo, conforme as necessidades do consórcio.

São Miguel do Oeste/SC, 30 Junho de 2020.

Renato Paulata

Presidente do Consórcio

Registre-se e Publique-se,

Elisete Simioni

Diretora Administrativa e Financeira

CIRSURES

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL CIRSURES 004/2020

Publicação Nº 2545816

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

CIRSURES

URUSSANGA - SC

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2020-CIRSURES

Objeto: Contratação de empresa que tem por objetivo a execução dos serviços de transporte de equipamentos com caminhão truck basculante para as atividades operacionais da Usina de Asfalto, situado na Rodovia Municipal UR 06, Rio Carvão, Urussanga – SC, conforme anexo II do edital.

Recebimento dos envelopes: até às 9:00 horas do dia 16 de julho de 2020, na Sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC.

Abertura dos envelopes: às 9:15 horas do dia 16 de julho de 2020.

Edital: O edital estará à disposição dos interessados das 08 hs às 12 hs e das 13 hs às 17 hs, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11– Centro – Urussanga – SC ou no site www.cirsures.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (0**48) 3465-0306 ou pelo e-mail: compras@cirsures.sc.gov.br OBSERVAÇÃO: foi inserido equivocadamente ano/modelo igual ou superior a 2006 e, em virtude disto, será republicado o Edital 004/2020.

Helio Roberto Cesa

Presidente do Cirsures